cyan magenta amarelo preto

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2023.03.31 06:37:30 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Sexta-feira, 31 de março de 2023 • Nº 1531 • R$ 1,00
www.diariodoacionista.com.br

ACORDO COM STF

Estados vão reduzir novo ICMS da gasolina

Um acordo entre os governos estaduais e o STF (Supremo Tribunal Federal) vai alterar os cronogramas de implantação do novo modelo de cobrança do ICMS para os combustíveis. Os estados devem ainda rever a nova alíquota da gasolina, que ficou bem mais alta do que os valores cobrados atualmente. Os estados ainda não se manifestaram sobre o acordo, que deve ser confirmado formalmente hoje. Ao STF, alegaram dificuldades na implantação do novo modelo, que prevê a cobrança de um valor único nacional em reais por litro e apenas dos produtores dos combustíveis. O novo ICMS do diesel entraria em vigor amanhã e será adiado para 1º de maio. PÁGINA 12

SÃO PAULO

MP vai atuar para encerrar privatização de linhas da CPTM

O Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP) informou ontem que encerrou todas as negociações de acordos com a Via Mobilidade - empresa vencedora da concessão das linhas 8 e 9 da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) - e decidiu "tomar as providências necessárias" para a extinção do contrato de privatização. De acordo com o promotor de Justiça Silvio Marques, as ações do MP não podem ser detalhadas agora e serão conhecidas em até 15 dias. "Encerramos as negociações com a empresa, não vamos assinar qualquer tipo de acordo com a Via Mobilidade, porque nós já tivemos muitas conversas e eles disseram que iam resolver os problemas e não resolveram", disse. "Em função disso, em função também do descarrilamento ocorrido hoje, outra alternativa não resta, portanto, a não ser deixar as negociações com a empresa e, infelizmente, vamos ter que tomar as providências necessárias visando à extinção desse contrato", acrescentou, em entrevista coletiva na sede do MP, no centro da capital paulista. Na manhã de ontem, mais um trem operado pela Via Mobilidade descarrilou, dessa vez nas proximidades da estação Júlio Prestes, no centro de SP. Não houve feridos. De acordo com o MP, esse foi o sexto descarrilamento desde que a Via Mobilidade, do Grupo CCR, assumiu a operação das linhas, em janeiro de 2022. Segundo funcionários ouvidos pelo órgão, no entanto, outros 4 episódios podem ter ocorrido sem divulgação, o que totalizaria dez descarrilamentos no período.

FEVEREIRO

Governo Central tem déficit de R$ 40,989 bi

PÁGINA 2

TETO DE GASTOS

‘Novo arcabouço’ prevê alta real de gastos e piso para investimento

JOSE CRUZ/ABRASIL

Aposta da equipe econômica para ganhar a confiança de investidores, o novo arcabouço fiscal proposto pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assegura um crescimento real das despesas (acima da inflação) em todos os anos, cria um piso para investimentos públicos e conta com o êxito de uma série de medidas do lado da arrecadação para conseguir entregar a prometida melhora nas contas públicas. O desenho mantém o princípio de um limite para gastos, mas em formato mais flexível. O ritmo de alta das despesas em cada ano estará ligado à variação das receitas, com a condição de que se situe no intervalo de 0,6% e 2,5%. O desenho foi anunciado ontem pelos ministros Fernando Haddad (Fazenda) (**foto**) e Simone Tebet (Planejamento e Orçamento) e por técnicos do Ministério da Fazenda. PÁGINA 2

APOSENTADORIA

NELSON JR

Lewandowski antecipa saída do Supremo para 11 de abril

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski (**foto**) anunciou ontem que decidiu antecipar sua aposentadoria para 11 de abril. O anúncio foi feito pelo ministro após a sessão de ontem, a última que ele participou. Lewandowski foi nomeado em 2006, durante o primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e seria aposentado compulsoriamente em 11 de maio ao completar 75 anos, idade limite para permanência no cargo. A formalização da antecipação da aposentadoria foi solicitada à presidente do STF, Rosa Weber. O documento será enviado formalmente à Presidência da República. PÁGINA 41

INDICADORES

IBOVESPA: 1,89% / 103.713,45 / 1.920,93 / Volume: R$ 23.950.732.091 / Negócios: 3.623.698

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
REDE D OR ON NM	22.250	+8.96	+1.830
CVC BRASIL ON NM	3.27	+8.28	+0.25
DEXCO ON NM	6.08	+8.57	+0.48
USIMINAS PNA N1	7.31	+7.03	+0.48
YDUQS PART ON NM	7.29	+7.05	+0.48

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
GRUPO NATURAON NM	13.64	–2.08	–0.29
MINERVA ON NM	11.14	–2.02	–0.23
HYPERA ON EJ NM	39.58	–1.89	–0.76
SLC AGRICOLAON NM	45.66	–0.83	–0.38
BBSEGURIDADEON NM	32.57	–0.76	–0.25

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
GRUPO NATURAON NM	13.64	–2.08	–0.29
MINERVA ON NM	11.14	–2.02	–0.23
HYPERA ON EJ NM	39.58	–1.89	–0.76
SLC AGRICOLAON NM	45.66	–0.83	–0.38
BBSEGURIDADEON NM	32.57	–0.76	–0.25

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	32.859,03	+0,43
NASDAQ Composite	12.013,471	+0,73
Euro STOXX 50	4.288,22	+1,45
FTSE 100	7.620,43	+0,74
DAX 30	15.522,4	+1,26
Ftse Mib	27.021,04	+1,05

Salário mínimo	R$ 1.302,00
Ufir	R$ 3,7053
Taxa Selic (22/03)	13,75%
Poupança 3 (31/3)	0,74%
TR (prefixada) (mar./23)	0,2392%

IGP-M	0,05% (mar.)
IPCA (5)	0,76% (mar.)
CDI 1,12	até o dia 30/mar.
OURO BM&F/grama	R$ 320,00
EURO Comercial Compra: 5,5591	Venda: 5,5597

	Compra	Venda
EURO turismo	Compra: 5,6248	Venda: 5,8048
DÓLAR Ptax - BC	Compra: 5,1248	Venda: 5,1254
DÓLAR comercial	Compra: 5,0966	Venda: 5,0972
DÓLAR turismo	Compra: 5,1252	Venda: 5,3052

MERCADOS

Com regras fiscais, Bolsa sobe quase 2% e dólar cai para R$ 5,10

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) fechou em alta de quase 2%, e o dólar encerrou o dia abaixo de R$ 5,10 ontem após a apresentação das novas regras fiscais pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. As cotações oscilaram bastante, com a Bolsa chegando a superar os 104 mil pontos na máxima do dia, e o dólar atingindo os R$ 5,07 na mínima.

O Ibovespa (Índice Bovespa) fechou o dia em alta de 1,89%, a 103.713 pontos. Foi a quinta alta seguida do índice, sequência que não acontecia desde o início de janeiro, segundo dados do TradeMap. O dólar comercial à vista recuou 0,74%, a R$ 5,097. É a primeira vez que o dólar fecha abaixo de R$ 5,10 desde o dia 2 de fevereiro.

Nos mercados futuros, os juros apresentam quedas mais acentuadas nos vencimentos mais longos. No vencimento em janeiro de 2024, a taxa saiu de 13,22% do fechamento de quarta-feira passada para 13,18%. Nos contratos para janeiro de 2025, os juros caíram de 12,16% para 11,99%. Para janeiro de 2027, a taxa recuou de 12,29% para 12,08%.

Em Nova York, o Dow Jones fechou ontem em alta de 0,43%. O S&P 500 subiu 0,57%. O Nasdaq registrou avanço de 0,73%.

ARCABOUÇO FISCAL

Em tom de deboche, Campos Neto vê ‘boa vontade’ da Fazenda

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, afirmou ontem que, embora não tenha visto a proposta final da regra fiscal apresentada pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT), há uma "boa vontade muito grande" do Ministério da Fazenda em fazer um marco "robusto". Os detalhes da nova regra fiscal foram anunciados pelo governo ontem no mesmo horário em que o presidente do BC participava da apresentação do relatório trimestral de inflação na sede da autoridade monetária, em Brasília.

"Nós entendemos que existe uma boa vontade muito grande do Ministério da Fazenda de fazer um arcabouço robusto", disse. Segundo o chefe da autarquia, a regra parecia "bastante razoável" antes da definição da calibragem dos parâmetros e mostrava uma preocupação com a trajetória da dívida pública. "Quando nós olhamos o arcabouço sem a calibragem dos parâmetros, parecia bastante razoável. Mas faz algum tempo, de lá para cá, não tive nenhuma atualização, não quero fazer um comentário sem saber exatamente como é o arcabouço", afirmou.

"Quero dizer que a gente reconhece o esforço que está sendo feito pelo Ministério da Fazenda. É um projeto que é duro em um governo que tem bastante divisões, acho que denota claramente uma preocupação com a trajetória da dívida", acrescentou. Na ata divulgada na terça-feira passada, o Copom (Comitê de Política Monetária) do BC afirmou que uma regra fiscal "sólida e crível" pode ajudar no processo de desinflação ao produzir efeitos nas expectativas, embora a apresentação do novo marco não tenha relação direta e imediata com a política de juros.

"Não existe relação mecânica entre o arcabouço e uma desinflação. Na ata, a gente trouxe essa visão de que o canal expectacional (de expectativas) é o que tem maior impacto para a desinflação", afirmou Diogo Guillen, diretor de Política Econômica do BC. Campos Neto reiterou também que política fiscal não é um trabalho do BC, mas que esse é um elemento que contribui para a decisão da autoridade monetária sobre os juros. "A gente precisa avaliar como vai ser a nova trajetória depois de anunciada [a regra]", disse ele antes de conhecer os detalhes do arcabouço.

FEVEREIRO

Governo Central tem déficit de R$ 40,989 bi

Sem os recursos da cessão onerosa do petróleo na camada pré-sal e com gastos de programas sociais em alta, o Governo Central – Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central – registrou o maior déficit primário para meses de fevereiro. No mês passado, o resultado ficou negativo em R$ 40,989 bilhões, mais que o dobro do déficit de R$ 20,367 bilhões registrado em fevereiro de 2022.

Em valores nominais, este é maior déficit para o mês desde o início da série histórica, em 1997. Ao descontar a inflação pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), conta mais usada pelos analistas, o resultado também é o pior para meses de fevereiro.

O resultado veio pior do que o esperado pelas instituições financeiras. Segundo a pesquisa Prisma Fiscal, divulgada todos os meses pelo Ministério da Economia, os analistas de mercado esperavam resultado negativo de R$ 31,9 bilhões em janeiro.

Apesar do rombo em fevereiro, o Governo Central acumula superávit primário de R$ 37,768 bilhões em 2023. Isso porque, em janeiro, havia sido registrado superávit de R$ 78,326 bilhões.

TETO DE GASTOS

‘Arcabouço’ prevê alta real de gastos e piso para investimento

A proposta da equipe econômica para ganhar a confiança de investidores, o novo arcabouço fiscal proposto pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assegura um crescimento real das despesas (acima da inflação) em todos os anos, cria um piso para investimentos públicos e conta com o êxito de uma série de medidas do lado da arrecadação para conseguir entregar a prometida melhora nas contas públicas.

O desenho mantém o princípio de um limite para gastos, mas em formato mais flexível. O ritmo de alta das despesas em cada ano estará ligado à variação das receitas, com a condição de que se situe no intervalo de 0,6% e 2,5%. Esses serão o piso e o limite máximo de alta real dos gastos sob a nova regra.

Os investimentos, por sua vez, ganham uma blindagem contra cortes e podem ser ampliados de forma extraordinária, fora do limite de despesas, caso o ingresso de receitas supere as melhores expectativas do governo. A previsão de um patamar mínimo para aplicação em investimentos atende a uma preocupação política do PT de que esses gastos não sejam comprimidos ao longo do tempo.

O desenho foi anunciado ontem pelos ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Simone Tebet (Planejamento e Orçamento) e por técnicos do Ministério da Fazenda.

Logo na abertura, Haddad afirmou que a fórmula proposta pelo governo não é uma "bala de prata" para resolver a situação das contas públicas e adiantou que haverá um novo pacote com medidas para ampliar a arrecadação do governo em até R$ 150 bilhões. "Isso aqui (regra fiscal) não é uma bala de prata que resolve tudo. É o começo de uma longa jornada. Mas esse é o plano de voo", disse.

A sinalização de que boa parte do ajuste se dará pelo lado das receitas frustrou a expectativa de analistas que ainda esperavam uma regra mais dura pelo lado das despesas. O ministro da Fazenda, porém, vinha sendo pressionado por alas do próprio PT a propor um arcabouço compatível com uma trajetória mais gradual de ajuste nas contas públicas.

Na coletiva, o ministro afirmou que o governo atuará para recompor a base tributária, que garante a arrecadação do governo, mas negou que isso vá representar um aumento da carga sobre os contribuintes. Ele defende a maior cobrança sobre aqueles que hoje quase não pagam imposto.

"Essa regra não vai ser impedimento para que se cumpra aquilo convencionado pela sociedade. Apenas o que foi convencionado tem que ter a contrapartida dos setores mais abastados", disse o ministro. Segundo ele, é preciso reverter a "tendência patrimonialista de apropriação do Estado".

Tebet reconheceu que o foco principal da nova regra não é diminuir despesas, mas sim ampliar a qualidade dos gastos. "Estamos tranquilos e convictos de que conseguiremos atingir a meta, diminuir as despesas dentro do possível, mas esse não é o foco principal, o foco principal é gastar com qualidade", disse.

Como antecipou a Folha de S.Paulo, o governo propõe uma regra fiscal em que o crescimento real das despesas federais seja limitado a 70% do avanço da receita primária líquida observado nos últimos 12 meses até o mês de junho —dado disponível no momento da elaboração do Orçamento, apresentado em agosto de cada ano.

O princípio central da regra é permitir o aumento das despesas, mas em ritmo menor do que a alta da arrecadação. Essa combinação é considerada crucial para zerar o déficit público, melhorar a situação das contas públicas e estabilizar a trajetória da dívida pública nos próximos anos.

Além disso, o arcabouço estipula uma meta de resultado primário anual, mas com um intervalo de tolerância para cima e para baixo —a exemplo do sistema de metas para inflação. O resultado primário é obtido a partir das receitas menos as despesas. Hoje, há uma meta única, definida anualmente.

A ideia da banda de flutuação é dar maior flexibilidade ao gestor caso as previsões de receita sejam frustradas, evitando cortes repentinos que poderiam paralisar a máquina pública.

A previsão do governo é que o déficit, projetado em 0,5% do PIB (Produto Interno Bruto) neste ano, seja zerado já em 2024, conforme mostrou a Folha. Em 2025, a estimativa indica superávit (arrecadação maior do que gastos) equivalente a 0,5% do PIB. No ano seguinte, 2026, o saldo positivo seria de 1% do PIB.

Caso o resultado das contas venha melhor do que a banda superior da meta anual, o excedente poderá ser usado para financiar os investimentos. Por outro lado, se o governo não conseguir atingir sequer o piso da meta de primário, é acionado um gatilho: no ano seguinte, o crescimento das despesas ficará limitado a 50% da alta das receitas.

A redução dessa proporção, porém, é a única sanção prevista no desenho até o momento. O governo ainda estuda se vai incluir no projeto de lei medidas específicas de ajuste que deverão ser adotadas pelo governo para ajudar na contenção de gastos. Hoje, o teto de gastos prevê congelamento de concursos e de reajustes acima da inflação.

O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, diz que o rigor da regra não é determinado por essa lista de medidas e que a redução do percentual já é suficiente para induzir o ajuste, dando flexibilidade para que o gestor faça as escolhas políticas de qual política será preservada ou reduzida. Segundo ele, o desenho evita a repetição do processo de desgaste sofrido pelo teto de gastos —que foi mudado diversas vezes pela gestão anterior e pelo Congresso Nacional.

Gastos com saúde, educação e emendas poderão crescer acima de demais despesas

A nova regra fiscal proposta pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) fará com que algumas despesas cresçam acima de outros gastos. É o caso dos recursos para saúde, educação e emendas parlamentares.

Como a Constituição exige que essas despesas sejam atreladas à receita, a nova regra (a ser criada por um projeto de lei) não terá como limitá-las.

A proposta do ministro Fernando Haddad (Fazenda) deve ser enviada na próxima semana ao Congresso com o objetivo de substituir o atual o teto de gastos (que limita o crescimento das despesas à inflação do ano anterior, um formato visto como muito rígido pela atual gestão).

Como a proposta de Haddad não pode modificar a Constituição, o governo terá que cumprir os valores mínimos para essas destinações.

Hoje, os pisos de saúde e educação são corrigidos por um percentual da receita. No caso da saúde, 15% da chamada RCL (receita corrente líquida, que representa a arrecadação federal deduzida das transferências constitucionais e legais feitas a estados e municípios, além de algumas contribuições). Em educação, o piso é de 18% da receita líquida de impostos.

No caso das emendas, a Constituição prevê que, no mínimo, 2% da RCL serão usados para emendas individuais – aquelas que todo deputado e senador tem direito e que o Executivo é obrigado a liberar no ano.

O reajuste de forma individualizada para esses três grupos de despesas poderá pressionar o aumento dos demais gastos, porque a proposta de Haddad prevê um percentual de expansão geral das despesas públicas.

Se, de acordo com a Constituição, a ampliação das despesas de saúde, educação e emendas ficar acima dessa média, outros gastos precisarão ter reajuste menor para que o governo cumpra a nova regra fiscal.

"Se ele continuar vinculado à receita, que é uma escolha da sociedade e política, significa que as outras áreas, que não são saúde e educação, precisam crescer menos", disse o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron.

Para corrigir esse descompasso, o Ministério da Fazenda informou ontem que estudará mudanças no reajuste dos pisos de gastos em saúde e educação.

Para isso, deverá ser apresentada, até o ano que vem, uma PEC (proposta de emenda à Constituição) para que o Congresso analise essa alteração.

Ceron afirmou que a ideia é discutir um novo modelo de reajuste desses valores mínimos, que não necessariamente seja vinculado ao patamar da receita líquida. "Tem critérios que podem ser melhores para a própria política educacional e de saúde, com menos volatilidade, do que a mera indexação", disse Ceron.

Governo quer arrecadar mais R$ 150 bilhões com taxação de novos setores

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem que apresentará um pacote de medidas para elevar a arrecadação federal entre R$ 100 bilhões e R$ 150 bilhões por ano. Isso, segundo o ministro, vai viabilizar o alcance dos resultados das contas públicas anunciados pela equipe econômica. Ele afirmou que a ideia é rever benefícios tributários e passar a cobrar impostos de setores e empresas que, por falta de regras, hoje não pagam, como as apostas eletrônicas.

"Nós temos muitos setores que estão demasiadamente favorecidos e que (esses benefícios) não foram revistos", disse Haddad.

"Temos um conjunto de medidas saneadoras, entre R$ 100 (bilhões) e R$ 150 bilhões até o fim do ano. Virão novas medidas na mesma direção que vão cobrir o buraco herdado da administração anterior, mas dando foco no crescimento", completou.

Segundo o ministro, a expectativa é que as propostas de receita comecem a ser apresentadas ao Congresso na segunda semana de abril. Pelo cronograma do Ministério da Fazenda, o projeto que cria o novo arcabouço fiscal deve ser entregue ao Congresso na próxima semana. O pacote de medidas arrecadatórias deve ser apresentado na semana posterior.

Haddad declarou que a taxação do setor de apostas eletrônicas é apenas um exemplo. "De uma lista extensa de benefícios indevidos, de fraudes, que vão ser revistas para fechar os ralos do que chamamos de patrimonialismo brasileiro", afirmou. O ministro ressaltou que o pacote "não vai penalizar absolutamente ninguém que está com seus tributos em dia". Ele afirmou ainda que o governo vai "ter uma atuação forte" no STF (Supremo Tribunal Federal) em relação a julgamentos que são importantes para a recomposição da base fiscal do país.

"Estamos num momento incontornável de fazer isso. Nós não temos alternativa. Ou a gente trata esses setores... estou falando de grandes setores que estão à margem desse sistema", disse.

A proposta para elevar a arrecadação federal, de acordo com o ministro da Fazenda, "não tem nada a ver com a reforma [tributária] que está em curso". Portanto, o governo continuará apoiando essa reforma no Congresso.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628-Claro
99539-3634-Vivo

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil
ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS
ACESSE NOSSO SITE

Casa & Vídeo Brasil S.A.

CNPJ: 11.114.284/0001-63

Balanços patrimoniais em 31/12/2022 e 2021 Em MR$

	Nota	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Ativo circulante		600.241	636.423	601.099	637.207
Caixa e equivalentes de caixa	4	123.735	103.344	123.827	103.385
Títulos e valores mobiliários	5	25.945	30.868	25.945	30.868
Contas a receber de clientes	6	63.317	66.693	63.511	66.888
Estoques	7	274.744	308.703	274.744	308.703
Impostos e contribuições a recuperar	8	91.134	96.623	91.239	96.705
Instrumentos financeiros derivativos	28.4	1.791	-	1.791	-
Outros		19.575	30.192	20.042	30.658
Não circulante		855.706	794.549	849.437	788.428
Depósitos judiciais	9	54.336	50.590	54.394	50.647
Impostos e contribuições a recuperar	8	14.326	931	14.326	931
Instrumentos financeiros derivativos	28.4	14.568	18.146	14.568	18.146
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	34.064	10.322	36.272	12.545
Investimento	11	9.316	9.213	-	-
Imobilizado	12	277.906	237.189	278.687	238.001
Direito de uso–arrendamento mercantil	19	312.573	331.757	312.573	331.757
Intangível	13	136.018	133.139	136.018	133.139
Outros		2.599	3.262	2.599	3.262
Total do ativo		1.455.947	1.430.972	1.450.536	1.425.635
Passivo circulante		777.020	752.145	771.609	746.808
Fornecedores	15	382.998	357.157	377.503	351.760
Antecipação de fornecedores a pagar (risco sacado)	16	87.396	101.921	87.396	101.921
Empréstimos e financiamentos	18	74.755	58.566	74.755	58.566
Instrumentos financeiros derivativos	28.4	13.574	16.074	13.574	16.074
Impostos e contribuições a recolher	17	54.884	59.397	54.968	59.457
Arrendamento mercantil	19	105.408	106.193	105.408	106.193
Salários e encargos a recolher		12.377	10.782	12.377	10.782
Aluguéis a pagar		18.328	16.838	18.328	16.838
Dividendos e juros sobre capital próprio	21	9.176	3.328	9.176	3.328
Adiantamento de clientes		3.985	4.524	3.985	4.524
Outros		14.139	17.365	14.139	17.365
Não circulante		580.734	555.279	580.734	555.279
Empréstimos e financiamentos	18	254.866	173.290	254.866	173.290
Impostos e contribuições a recolher	17	72.246	99.579	72.246	99.579
Arrendamento mercantil	19	219.020	252.141	219.020	252.141
Credores – recuperação judicial	10	13.860	17.681	13.860	17.681
Adiantamento de clientes		2.600	5.758	2.600	5.758
Provisão para litígios e demandas judiciais	20	6.792	6.569	6.792	6.569
Outros		11.350	261	11.350	261
Patrimônio líquido	21	98.193	123.548	98.193	123.548
Capital social		114.056	109.356	114.056	109.356
Reserva de capital		9.989	11.846	9.989	11.846
Ajustes de avaliação patrimonial		(1.304)	(1.054)	(1.304)	(1.054)
Reservas de lucros		3.400	3.400	3.400	3.400
Prejuízos acumulados		(27.948)	-	(27.948)	-
Total do passivo e patrimônio líquido		1.455.947	1.430.972	1.450.536	1.425.635

Demonstrações dos resultados em 31/12/2022 e 2021 Em MR$

	Nota	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Receita líquida com venda de mercadorias e serviços	23	1.383.574	1.263.284	1.383.574	1.263.284
Custo das mercadorias vendidas	24	(912.858)	(816.827)	(912.858)	(816.827)
Lucro bruto		470.716	446.457	470.716	446.457
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas comerciais	25	(160.308)	(142.520)	(160.308)	(142.520)
Despesas gerais e administrativas	25	(234.839)	(240.306)	(234.873)	(240.351)
Outras receitas (despesas) operacionais	25	(2.616)	4.184	(2.437)	4.360
Equivalência patrimonial	11	104	92	-	-
Lucro operacional antes do resultado financeiro		73.057	67.907	73.098	67.946
Receitas financeiras	26	62.292	57.298	62.292	57.298
Despesas financeiras	26	(174.311)	(99.028)	(174.314)	(99.033)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos		(38.962)	26.177	(38.924)	26.211
Imposto de renda e contribuição social	14	23.742	(10.646)	23.704	(10.680)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(15.220)	15.531	(15.220)	15.531
Resultado por ação – básico (em Reais)	22	(0,01)	0,02	(0,01)	0,02
Resultado por ação – diluído (em Reais)	22	(0,01)	0,02	(0,01)	0,02

Demonstrações dos resultados abrangentes em 31/12/2022 e 2021 Em MR$

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(15.220)	15.531	(15.220)	15.531
Perda líquida em hedge fluxo de caixa	(250)	(1.054)	(250)	(1.054)
Total de resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	(15.470)	14.477	(15.470)	14.477

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31/12/2022 e 2021 Em MR$

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva para investimento	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	157.107	11.846	-	-	-	(47.751)	121.202
Redução de capital social (Nota 21)	(47.751)	-	-	-	-	47.751	-
Derivativos (Nota 28.4)	-	-	-	-	(1.054)	-	(1.054)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	15.531	15.531
Constituição de reserva legal (Nota 21)	-	-	776	-	-	(776)	-
Dividendos intercalares (Nota 21)	-	-	-	-	-	(8.803)	(8.803)
Constituição de dividendos (Nota 21)	-	-	-	-	-	(3.328)	(3.328)
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	2.624	-	(2.624)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	109.356	11.846	776	2.624	(1.054)	-	123.548
Aumento de capital social (Nota 21)	4.700	-	-	-	-	-	4.700
Perda líquida em hedge fluxo de caixa (Nota 28.4)	-	-	-	-	(250)	-	(250)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	(15.220)	(15.220)
Dividendos intercalares (Nota 21)	-	-	-	-	-	(3.552)	(3.552)
Constituição de juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(9.176)	(9.176)
Opções outorgadas reconhecidas	-	(1.857)	-	-	-	-	(1.857)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	114.056	9.989	776	2.624	(1.304)	(27.948)	98.193

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31/12/2022 e 2021 Em MR$

	Controladora 2022	Controladora 2021 (Reapresentado)	Consolidado 2022	Consolidado 2021 (Reapresentado)
Atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	(38.962)	26.177	(38.924)	26.211
Ajuste de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro antes do imposto com o fluxo de caixa				
Depreciação e amortização	26.158	23.018	26.158	23.049
Amortização e baixa de direito de uso – arrendamento mercantil	116.212	96.394	116.212	96.394
Provisão para perda sobre os estoques	119	909	119	909
Perda com baixa de imobilizado e intangível	9.800	122	9.800	122
Ajuste ao valor presente	(5.471)	243	(5.721)	243
Desconto e baixa de passivo de arrendamentos	(40.556)	(13.519)	(40.556)	(13.519)
Juros e variação monetária de empréstimos, desconto de fornecedores e juros de passivo de arrendamentos	79.679	36.044	79.679	36.044
Variação do valor justo de derivativos	1.196	(3.036)	1.196	(3.036)
Equivalência patrimonial	(103)	(92)	-	-
Provisão para contingências	223	697	223	697
Remuneração baseada em ações	(1.857)	-	(1.857)	-
Variações de ativos e passivos operacionais				
Contas a receber de clientes e outras contas a receber	3.750	(14.459)	3.751	(14.459)
Estoques	33.840	(73.860)	33.840	(73.860)
Impostos e contribuições a recuperar	(5.490)	(48.153)	(5.482)	(48.173)
Outros ativos circulantes	10.617	(19.425)	10.616	(19.424)
Depósitos judiciais	(3.746)	23.341	(3.747)	23.341
Outros ativos não circulantes	397	-	397	-
Fornecedores	32.660	(170)	32.562	(316)
Salários e encargos a recolher	1.595	(1.727)	1.595	(1.727)
Aluguéis a pagar	1.490	633	1.490	633
Impostos e contribuições a pagar	(33.568)	(41.831)	(33.544)	(41.810)
Outros passivos circulantes	(3.765)	3.449	(6.923)	3.449
Outros passivos não circulantes	1.951	2.058	5.336	2.058
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(35.494)	(9.961)	(35.494)	(9.961)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(98)	441	(98)	420
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	150.577	(12.707)	150.628	(12.715)
Atividades de investimento				
Títulos e valores mobiliários	4.923	(22.791)	4.923	(22.791)
Aquisições de imobilizado	(73.751)	(117.314)	(73.751)	(117.314)
Aquisições de intangíveis	(8.121)	(9.876)	(8.121)	(9.876)
Caixa líquido aplicado em atividades de investimento	(76.949)	(149.981)	(76.949)	(149.981)
Atividades de financiamento				
Captações de empréstimos e financiamentos	166.214	187.873	166.214	187.873
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	(85.050)	(36.054)	(85.050)	(36.054)
Antecipação de fornecedores a pagar (risco sacado)	(14.525)	61.869	(14.525)	61.869
Pagamento de passivos de arrendamento mercantil	(117.696)	(100.758)	(117.696)	(100.758)
Operações com derivativos	-	(1.054)	-	(1.054)
Aumento de capital	4.700	-	4.700	-
Pagamento de dividendos	(6.880)	(8.803)	(6.880)	(8.803)
Pagamento de credores – plano de recuperação judicial	-	(879)	-	(879)
Caixa líquido aplicado em atividades de financiamento	(53.237)	102.194	(53.237)	102.194
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	20.391	(60.494)	20.442	(60.502)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	103.344	163.838	103.385	163.887
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	123.735	103.344	123.827	103.385
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	20.391	(60.494)	20.442	(60.502)

Notas Explicativas: 1. Contexto operacional: A Casa & Vídeo Brasil S.A. ("Casa & Vídeo" ou "Cia."), é uma sociedade por ações de capital fechado com sede na cidade do RJ, possuindo como atividade preponderante o comércio varejista no modelo de autosserviço, sendo suas principais categorias de comercialização, os produtos de utilidade doméstica, connect (celulares e smartphones), eletroportáteis, climatização, cama, mesa e banho, bricolagem, conveniência, lazer, dentre outros. A Cia. está progredindo na execução dos projetos estruturantes e na expansão de lojas físicas, incrementou em 2022 o parque de lojas com 20 novas lojas (37 inauguradas e 17 encerradas), encerrando o ano com 229 lojas, sendo 39 no modelo "Perto" e 190 no modelo tradicional. As lojas no modelo "Perto" são lojas totalmente conectadas na plataforma digital Omnichannel com venda física e digital assistida, operando com até 200m2 e sortimento disponível de até 1.000 "SKUs" na loja e demais produtos com oferta no site. Para suportar a estratégia de crescimento, em 2022 a Cia. fez uma captação direta com o BNDES, no valor total de R$ 55.000, com prazo de pagamento em 9 anos, em linha com o plano de alongamento de dívida. Para mitigar os impactos trazidos pela restrição de consumo fortemente acelerada pela inflação dos itens básicos, que acabou consumindo parte importante da renda dos consumidores, a Cia. adotou medidas visando a contenção de despesas nas lojas, administração e centro de distribuição, ajuste nas estruturas e custos operacionais para níveis compatíveis com o cenário de consumo que se apresenta. Em 31/12/2022, a Cia. apresenta capital circulante líquido negativo de R$170.510 (R$109.601 em 31/12/2021). A Cia. vem buscando a melhoria de sua posição de capital circulante líquido, por meio da estratégia de crescimento, melhorias operacionais, melhores margens e geração de caixa operacional positiva. Uma estratégia importante na estrutura de capital de giro é a eficiência na gestão dos níveis de estoque que aliada à uma estratégia de gerenciamento ao financiamento do estoque, por fornecedores, permite que seu ciclo de capital de giro seja financiado. Apesar do cenário macroeconômico desafiador, alta nas taxas de juros e inflação pressionando os custos, a Cia. tem confiança na estratégia que estão implementando. Seguindo no avanço do ecossistema, utilizando a expansão do parque de lojas como peça-chave para estratégia omnicanal com redução do leadtime de entrega das compras on-line e melhora da experiência de compra nas lojas e no e-commerce. O avanço do ecossistema reforçará a alavancagem operacional da Cia. via aumento de receita com diluição de custo fixo. **2. Base de preparação e apresentação das DFs:** 2.1. Declaração de conformidade e base de elaboração: As DFs da Cia. referentes aos exercícios findos em 31/12/2022 e 2021, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), que estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standard Board* ("IASB"). As DFs foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por certos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. Adicionalmente, a Cia. considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas DFs. Dessa forma, as informações relevantes próprias das DFs estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As DFs são apresentadas em milhares de Reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Cia.. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor nas datas dos balanços. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Na preparação destas DFs, as mesmas políticas contábeis foram aplicadas nos exercícios apresentados. A emissão destas DFs foi autorizada pela Administração em 31/03/2023. 2.2. Declaração de continuidade: A Administração avaliou a capacidade da Cia. em continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. A Administração entende que a estratégia comercial e administrativa na gestão dos custos e despesas, adotada nos últimos anos e que trouxeram a Cia. para resultados positivos, continuará a ser praticada. Além disso, com a entrada do fundo de investimento como controlador da Cia., diversas medidas de melhoria em governança foram colocadas em prática e continuarão a ser desenvolvidas ao longo dos próximos anos. Assim, as DFs foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional dos negócios da Cia.. 2.3. Consolidação: As DFs consolidadas são compostas pelas DFs da Cia. e de sua controlada integral CVTRJ Trading e Distribuidora ("CVTRJ" – controlada desde 1/10/2012. A controlada é integralmente consolidada a partir da data de aquisição, data na qual a Cia. obtém o controle, e continua a ser consolidada até a data em que esse controle deixe de existir. O exercício social da controlada é coincidente com os da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme. O processo de consolidação das contas patrimoniais e o resultado das empresas corresponde à soma horizontal dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, 2º a sua natureza, complementada com as eliminações: (i) participações da controladora no capital, reservas e resultados acumulados da empresa consolidada; (ii) dos saldos de contas correntes e outros saldos integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as Cia.s; e (iii) dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, quando aplicável, decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas. Nas DFs individuais, o investimento em sua controlada é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial. 2.4. Reapresentação dos valores correspondentes: A Administração revisou o seu entendimento acerca da classificação de suas operações de antecipação de fornecedores (risco sacado) nas demonstrações dos fluxos de caixa, e passou a apresentá-las na atividade de financiamento. Dessa forma, para fins de comparabilidade, os valores correspondentes de 31/12/2021 foram reclassificados da atividade operacional para a atividade de financiamento, e estão sendo reapresentados conforme resumidos abaixo:

	Controladora: Como originalmente apresentado em 31/12/2021	Controladora: Reclassificações	Controladora: 31/12/21 (Reapresentado)	Consolidado: Como originalmente apresentado em 31/12/2021	Consolidado: Reclassificações	Consolidado: 31/12/21 (Reapresentado)
Antecipação de fornecedores a pagar (risco sacado)	61.869	(61.869)	–	61.869	(61.869)	–
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	49.162	(61.869)	(12.707)	49.154	(61.869)	(12.715)
Antecipação de fornecedores a pagar (risco sacado)	–	61.869	61.869	–	61.869	61.869
Caixa líquido aplicado em atividades de financiamento	40.325	61.869	102.194	40.325	61.869	102.194

Essa reapresentação não afetou os valores apresentados no balanço patrimonial e nas demonstrações do resultado do exercício. 3. **Principais políticas contábeis: 3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor de mercado que são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo da Cia.. Para que um ativo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de variação de seu valor. Por conseguinte, um investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da aquisição. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do exercício. **3.2. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são registradas e mantidas nos balanços pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos que não apresenta diferença relevante para o valor presente destes. A provisão para perda do valor recuperável, se aplicável, é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Cia. não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. **3.3. Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo médio ponderado histórico. Porém, a cada encerramento de exercício, a Cia. promove ajustes para que os seus estoques sejam apresentados nas DFs ao custo histórico ou valor realizável líquido, dos dois o menor. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para a realização da venda, incluindo nestes os impostos sobre vendas. O cálculo para se chegar ao valor realizável líquido é feito para cada item, ou grupo de itens semelhantes. Os estoques da Cia. em sua totalidade são apresentados no circulante, pois espera-se que no curso normal das atividades estes sejam vendidos dentro de até doze meses. **3.4. Depósitos judiciais:** Existem situações em que a Cia. questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. São inicialmente registrados pelo valor de desembolso do depósito e subsequentemente atualizados pelos indexadores aplicáveis. **3.5. Arrendamentos:** A Cia. avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. A Cia. como arrendatária: A Cia. aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor conforme definido pelo CPC 06 R2 / IFRS 16. A Cia. reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. *Ativos de direito de uso:* A Cia. reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento inicialmente reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, a estimativa de custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente pelo prazo do arrendamento. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. *Passivos de arrendamento:* Na data de início do arrendamento, a Cia. reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento brutos de PIS e COFINS pelo prazo do contrato e renovação quando esta seja permitida pelo contrato e intenção da Cia.. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos, menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Quando aplicável, os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Cia. e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Cia. exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Cia. usa a sua taxa de empréstimo incremental nominal na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente, quando aplicável. *Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:* A Cia. aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. A Cia. não possui contratos de arrendamento em que atua como arrendadora. **3.6. Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados durante o exercício de construção, para os casos de ativos qualificáveis, deduzido de depreciação acumulada. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil considerando o montante das aquisições e os custos de captação de empréstimos para projetos estruturais em novas lojas, necessários para geração de benefícios econômicos futuros para a Cia.. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. O valor residual e vida útil dos ativos e o método de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **3.7. Intangível:** Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são definidos no momento de seu reconhecimento inicial. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. O valor residual e vida útil dos ativos e o método de amortização são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. **3.8. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*):** A Administração revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. A verificação do valor residual de um ativo pode ser elaborada de maneira individual ou por meio de um agrupamento em unidades geradoras de caixa. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. **3.9. Empréstimos:** São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação, e são subsequentemente registrados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período, utilizando o método de taxa efetiva de juros. **3.10. Provisões:** Geral: As provisões são reconhecidas pela Cia. quando se tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Cia. espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro ou por outro meio, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Provisões para demandas judiciais: A Cia. é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.11. Benefícios a funcionários e administradores:** A Cia. não mantém planos de pensão, previdência privada ou qualquer plano de aposentadoria ou de benefícios pós emprego para os funcionários e administradores. **3.12. Outros ativos e passivos:** Um passivo é reconhecido no balanço quando a Cia. possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Cia. e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **3.13. Ajuste a valor presente:** A Cia. reconhece os ativos e passivos provenientes de operações de longo prazo, bem como operações relevantes de curto prazo, caso consideradas relevantes em relação ao capital de giro e as DFs como um todo, ajustadas a valor presente. O desconto a valor presente toma por base as taxas básicas de juros praticadas pela Cia. no curso de suas operações e os prazos das referidas transações. **3.14. Reconhecimento da receita:** A Cia. adotou a política de apresentar a receita de contrato com cliente como uma única linha na demonstração do resultado, separadamente de outras fontes de receitas. Venda de produtos: A partir de 1/01/2018, a norma CPC 47 / IFRS 15 introduziu uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita deve ser reconhecida, e por quanto a receita é mensurada, com base em um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste processo compreendem: (i) A identificação do contrato com o cliente; (ii) A identificação das obrigações de desempenho; (iii) A determinação do preço da transação; (iv) A alocação do preço da transação; e (v) O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho. Considerando os aspectos acima, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Cia. tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços oferecidos aos clientes. A receita bruta é apresentada deduzindo os abatimentos e dos descontos. Parte relevante das vendas é efetuada por meio de cartão de crédito, sendo as despesas com comissão dos cartões de crédito reconhecidas como despesas com vendas. A Cia. opera no varejo, sendo a receita reconhecida quando da efetiva entrega da mercadoria ao cliente. As alterações introduzidas pelo IFRS 15 / CPC 47 não trouxeram impactos

CASA&VIDEO

Casa & Vídeo Brasil S.A.
CNPJ: 11.114.284/0001-63

relevantes para a Cia. em relação à época para o reconhecimento da receita de contratos com clientes, bem como sua mensuração, apresentação e divulgação nas DFs. Receita de juros: Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica "Receita financeira", na demonstração do resultado. **3.15. Tributação:** Impostos sobre vendas: Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: • Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; • Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e • O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS)	7% a 18%
Contribuição para Seguridade Social (COFINS)	7,60%
Programa de Integração Social (PIS)	1,65%

Nas demonstrações de resultado as receitas são demonstradas pelos valores líquidos dos correspondentes impostos. I.R. e C.S. correntes: O I.R. e C.S. correntes ativos e passivos, são mensurados pelo valor previsto para ser ressarcido ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para cálculo do imposto são aquelas em vigor no encerramento dos exercícios. A tributação sobre a renda compreende o I.R. da Pessoa Jurídica – IRPJ e a C.S. sobre o Lucro Líquido – CSLL, sendo calculada no regime do lucro real (lucro ajustado) 2º as alíquotas aplicáveis na legislação em vigor: 15%, sobre o lucro real e 10% adicionais sobre o que exceder R$240 em lucro real por ano, no caso do IRPJ, e 9%, no caso da CSLL. Impostos diferidos: O I.R. e a C.S. diferidos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível, conforme o conceito descrito no pronunciamento técnico CPC 32 – Imposto sobre o lucro, sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os seus correspondentes valores reconhecidos nas DFs, bem como sobre o prejuízo fiscal e a base negativa de C.S.. O I.R. e a C.S. diferidos são determinados considerando as alíquotas (e leis) vigentes na data de preparação das DFs e aplicáveis quando o respectivo I.R. e a C.S. diferidos forem realizados. O I.R. e C.S. diferidos ativos são mantidos pelos valores esperados de realização. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos apenas se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. **3.16. Resultado por ação:** O resultado básico por ação é calculado dividindo-se o lucro atribuível aos detentores de ações da Cia. pelo nº. médio ponderado de ações durante o exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da divisão do resultado atribuído aos detentores de ação da Cia. pela quantidade média ponderada de ação disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações que seriam emitidas na conversão de todas as ações potenciais diluídas em ações efetivas. Os instrumentos de patrimônio que devam ou possam ser liquidados com ações da Cia. somente são incluídos no cálculo quando sua liquidação tiver impacto dilutivo sobre o resultado por ação. **3.17. Instrumentos financeiros:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o IFRS 9 / CPC 48–Instrumentos Financeiros. As classificações dos instrumentos financeiras são baseadas no modelo de negócio adotado pela administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais. Ativos financeiros–Reconhecimento inicial e mensuração: Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. No reconhecimento inicial a Cia. mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. Para o contas a receber de clientes a mensuração inicial se dá pelo preço da transação. Ativos financeiros–Custo amortizado: São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas especificas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. Ativos financeiros–Valor justo por meio do resultado: São reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado, e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos. Ativos financeiros–Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado. Ativos financeiros–Mensuração subsequente: • Custo amortizado: esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago. • Valor justo por meio do resultado: os ativos classificados dentro desse modelo de negócio são contabilizados por meio de reconhecimento do ganho e perda no resultado do período. Redução ao valor recuperável: A Cia. reconhece provisão para perda de crédito esperado para seus ativos classificados ao custo amortizado. Essa avaliação é realizada prospectivamente e está baseada em dados históricos e em modelos construídos para esse fim. Passivos financeiros–Reconhecimento inicial e mensuração: Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos do custo da transação (no caso de empréstimos, financiamentos e contas a pagar). Passivos financeiros–Mensuração subsequente: • Custo amortizado: são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos ou através do acréscimo da taxa efetiva. • Valor justo por meio do resultado: são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do período. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge: A Cia. passou a utilizar instrumentos financeiros derivativos, como swaps de taxa de juros, para proteger-se contra seus riscos de taxa de juros e os designou em estruturas de contabilidade de hedge (*hedge accounting*). Esses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo. Para fins de contabilidade de hedge, a Cia. classificou os instrumentos como hedge de fluxo de caixa e hedge de valor justo. No início de uma relação de hedge, a Cia. formalmente designa e documenta a relação de hedge na qual pretende aplicar a contabilidade de hedge, bem como o objetivo da Cia. e estratégia de gestão de risco para o hedge. Essa documentação inclui: identificação do instrumento de hedge, identificação do item de hedge ou transação sendo coberta, a natureza do risco a ser coberto e dos riscos excluídos, e análise da eficácia do hedge demonstrando que há relação econômica entre item protegido e instrumento de hedge, que o efeito do risco de crédito não influencia as alterações do valor justo decorrentes da relação de hedge e como é determinado o índice de hedge para avaliar a eficácia prospectivamente incluindo possíveis fontes de inefetividade, que pode ser tanto qualitativa (desde que os termos do item protegido sejam idênticos aos do instrumento de hedge – valor nominal, vencimentos, indexadores) como quantitativa. A contabilidade do hedge de fluxo de caixa é reconhecida da seguinte forma: A parte eficaz do ganho ou perda do instrumento de hedge é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, e, caso a proteção deixe de atender ao índice de hedge, mas o objetivo do gerenciamento de risco permanece inalterado, a Cia. deve ajustar ("reequilibrar") o índice de hedge para atender os critérios de qualificação. Qualquer ganho ou perda remanescente no instrumento de hedge (inclusive decorrentes do "reequilíbrio" do índice de hedge) é uma inefetividade, e, portanto, deve ser reconhecida no resultado. Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado junto com a transação objeto de hedge ao afetar o resultado, por exemplo, quando a receita ou despesa financeira objeto de hedge for reconhecida ou quando uma venda prevista ocorrer. Quando o item objeto de hedge for o custo de um ativo ou passivo não financeiro, os valores contabilizados no patrimônio líquido são transferidos ao valor contábil inicial do ativo ou passivo não financeiro. A Cia. deve descontinuar prospectivamente a contabilização de hedge somente quando a relação de proteção deixar de atender aos critérios de qualificação (após levar em consideração qualquer reequilíbrio da relação de proteção). Se a ocorrência da transação prevista não for mais esperada, os valores anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são transferidos para a demonstração do resultado. Se o instrumento de hedge expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem, ou se a sua classificação como hedge for revogada, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidas no resultado abrangente permanecem diferidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes até que a transação prevista ou compromisso firme afetem o resultado. A Cia. utiliza contratos de swap para oferecer proteção contra a sua exposição ao risco de variação cambial relacionadas às suas transações com empréstimos em moedas estrangeiras. A contabilidade de valor justo é reconhecida da seguinte forma: A mudança no valor justo de um instrumento de hedge é reconhecida na demonstração do resultado como resultado financeiro. A mudança no valor justo do item objeto de hedge atribuível ao risco coberto é registrada como parte do valor contábil do item protegido e é também reconhecida na demonstração do resultado como resultado financeiro. Para hedges de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do hedge, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto. Se o item objeto de hedge for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado. A Cia. realizou captação de recursos através da emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) e para mitigar o risco de variação de juros foram contratados instrumentos financeiros derivativos (swaps) que foram designados como instrumentos de hedge em uma relação de hedge de valor justo. **3.18. Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03(R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3.19. Remuneração baseada em ações:** O incentivo dos executivos baseada em ações é mensurado e reconhecido a valor justo na data em que as opções foram outorgadas, em conta específica no patrimônio líquido em contrapartida à demonstração do resultado, conforme as condições contratuais sejam atendidas. O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido ao longo do exercício em que a execução e/ou condição de serviço são cumpridas, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Cia. do nº. de títulos patrimoniais que serão adquiridos. Quando um prêmio de liquidação com instrumentos patrimoniais é cancelado, o mesmo é tratado como se tivesse sido adquirido na data do cancelamento, e qualquer despesa não reconhecida do prêmio é reconhecida imediatamente. Isto inclui qualquer prêmio em que as condições de não aquisição dentro do controle da Cia. ou da contraparte não são cumpridas. Porém, se um novo plano substitui o plano cancelado, e é designado como plano substituto na data de outorga, o plano cancelado e o novo plano são tratados como se fossem uma modificação ao plano original. **3.20. Dividendos:** Dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante. O estatuto social da Cia. prevê que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete à Assembleia de Acionistas deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta. **3.21. Antecipação de fornecedores (risco sacado):** A Cia. possui convênios com bancos parceiros para viabilizar a antecipação de créditos junto aos seus principais fornecedores, em que a Cia. é a devedora. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para o banco em troca de um recebimento na data acordada. O banco, por sua vez, passa a ser credor da operação, enquanto a Cia. processa a liquidação do título na data acordada com o fornecedor e com o banco, sempre em linha com o índice de financiamento de cada fornecedor. Os juros incorridos com a operação são reconhecidos no resultado financeiro por competência. **3.22. Pronunciamentos novos ou revisados, aplicados pela primeira vez em 2022:** Durante o exercício de 2022 foram emitidas pelo CPC a revisão das referidas normas abaixo, já vigentes no exercício de 2022:

Pronunciamento	Alteração
CPC 15/IFRS 3 – Combinação de Negócios	Referência à Estrutura Conceitual
CPC 27/IAS 16 – Ativo Imobilizado	Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido
CPC 25/IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Contrato oneroso – custo de cumprimento do contrato
Melhoras anuais ciclo 2018-2020	Alterações diversas no IFRS 1, IFRS9, IFRS 16 e IAS 41

As alterações não trouxeram efeitos significativos nas demonstrações contábeis da Cia.. **3.23. Pronunciamentos novos ou revisados, mas ainda não vigentes:** O *International Accounting Standards* (IASB) trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência nos próximos exercícios com a convergência dos pronunciamentos pelo CPC.

Pronunciamento	Descrição	Em vigor a parit de:
Alterações ao CPC 23/IAS 8	Definição de estimativas contábeis	01/01/2023
Implementação CPC 50/ IFRS 17	Contratos de Seguros	01/01/2023
Alterações ao CPC 32/IAS 12	Alterações relativas ao imposto diferido sobre arrendamentos e obrigações de descomissionamento	01/01/2023
Alterações ao CPC 26(R1)/IAS1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes, Classificação de Dívidas com Covenants e Divulgação de Políticas Contábeis Materiais	01/01/2024
Alterações ao CPC 06/IFRS 16	Esclarecimento como um vendedor-arrendatário avalia subsequentemente as transações de venda e relocação	01/01/2024
Alterações ao CPC 36(R3)/ IFRS 10 e ao CPC 18(R2)/ IAS 28	Venda ou Constituição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou "Joint Venture"	Postergada indefinidamente

A Administração da Cia. está avaliando os impactos práticos que tais pronunciamentos possam ter em suas demonstrações contábeis, na medida que os normativos estiverem regulamentados. **3.24. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das DFs da Cia. requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem com as divulgações de passivos contingentes, na data-base das DFs. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. As principais premissas relativas a fontes de incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de encerramento do exercício, envolvendo risco significativo de causar um ajuste material no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício social, são discutidas a seguir: Recuperação de créditos tributários: Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Cia. constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições tributárias vigentes para a Cia.. Ativo imobilizado e intangível: O tratamento contábil dos ativos imobilizado e intangível inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua depreciação e amortização. A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação à evolução tecnológica esperada e aos usos alternativos dos ativos. As hipóteses relacionadas ao aspecto e seu desenvolvimento futuro implicam em um grau significativo de análise, na medida em que o momento e a natureza das futuras mudanças tecnológicas são de difícil previsão. Quando uma desvalorização é identificada no valor do ativo imobilizado ou intangível, é registrado um ajuste do valor na demonstração do resultado do exercício. A determinação da necessidade de registrar uma perda por desvalorização implica na realização de estimativas que incluem, entre outras, a análise das causas da possível desvalorização bem como o momento e o montante esperado desta. São também considerados fatores como a obsolescência tecnológica, a suspensão de determinados serviços e outras mudanças nas circunstâncias que demonstram a necessidade de registrar uma possível desvalorização. Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão (Cia. como arrendatária): A Cia. determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. A Cia. possui vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Cia. aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial a Cia. reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de benfeitorias ou customizações significativas no ativo arrendado). Mudanças ou reavaliações do prazo de arrendamento podem afetar significativamente os saldos remanescentes de ativo por direito de uso e passivos de arrendamentos. Arrendamentos – Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos: A Cia. não possui informações disponíveis para determinar prontamente a taxa de juros implícita nos contratos de arrendamentos e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Cia. teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento. A Cia. estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos (como o rating de crédito, spreads históricos em relação ao CDI negociados com instituições financeiras, por exemplo). Provisão para perdas na realização dos estoques: A provisão para perdas na realização dos estoques está apresentada como redução do saldo de estoques e é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização deste saldo, incluindo obsolescência. Provisão para litígios e demandas judiciais: A Cia. registrou provisão, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para riscos cíveis e trabalhistas que, como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A Cia. também está sujeita a reivindicações legais, cíveis e trabalhistas cobrindo assuntos que advém do curso normal das atividades de seus negócios. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas DFs devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Cia. revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. Valor justo de instrumentos financeiros: Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. Ajuste a valor presente: A Cia., de acordo com o pronunciamento técnico CPC 12 – Ajuste a valor presente, reconhece que os ativos e passivos provenientes de operações de longo prazo, bem como operações relevantes de curto prazo, caso consideradas relevantes em relação ao capital de giro e as DFs como um todo, são ajustados a valor presente. O desconto a valor presente toma por base as taxas básicas de juros praticadas pela Cia. no curso de suas operações e os prazos das referidas transações. As operações de compras a prazo, basicamente fornecedores de mercadorias e serviços, foram trazidas ao seu valor presente utilizando-se a taxa média de 1,80% a.m. em 31/12/2022 (1,29% a.m. em 2021) e prazo médio de 149 dias em 2022 (155 dias em 2021), utilizando a taxa base das captações para os respectivos períodos. A constituição do ajuste a valor presente de compras é registrada nas rubricas "Fornecedores" e "Estoques" e sua reversão tem como contrapartida a rubrica "Despesas financeiras", pela fruição de prazo, no caso de fornecedores, e pela realização dos estoques em relação aos valores neles registrados na rubrica "Custo das mercadorias vendidas". As operações de vendas a prazo, com o mesmo valor de venda à vista, prefixadas, representadas principalmente por vendas a prazo com cartões de crédito, foram trazidas ao seu valor presente, utilizando-se a taxa média de 1,17% a.m. em 31/12/2022 (0,55% a.m. em 2021) e prazo médio de 68 dias em 2022 (71 dias em 2021), utilizando a taxa base dos descontos dos recebíveis nos respectivos períodos. O ajuste a valor presente das vendas a prazo é registrado na rubrica "Contas a receber de clientes" e tem como contrapartida a rubrica "Receita líquida com venda de mercadorias e serviços" e sua realização é registrada na rubrica "Receitas financeiras", pela fruição do prazo.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado	
	2022	2021
Caixa e bancos	15.268	9.331
Operações compromissadas	108.559	94.054
	123.827	103.385

As operações compromissadas foram integralmente aplicadas em instituições de primeira linha, possuem compromisso formal de recompra por parte da instituição financeira considerando o rendimento acumulado até a data de resgate, sem perda de valor, remuneradas com 88% CDI em 2022 (variação entre 50% e 98% do CDI em 2021). **5. TVM:** Os TVM são compostos por certificados de depósito bancário, integralmente de instituições financeiras de primeira linha, remunerados com variação entre 98% e 101% do CDI em 2022 (variação entre 98% e 101% do CDI em 2021). A Cia. ofereceu como garantia seus certificados de depósitos bancários, no valor de R$25.787, em 31/12/2022 (R$30.841 em 2021), com o objetivo de cumprir exigências de garantia de dívidas.

6. Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	2022	2021
Administradoras de cartões de crédito	19.626	26.463
Vendas diretas	25.796	22.554
Verbas a receber de fornecedores	5.009	2.392
Comissão – vendas de serviços	8.400	5.317
Outras contas a receber	6.192	12.048
	65.023	68.774
Ajuste a valor presente	(1.512)	(1.886)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-
	63.511	66.888
Vencimento do contas a receber de clientes		
A vencer		
De 1 a 30 dias	29.274	27.230
De 31 a 60 dias	18.332	15.573
Mais de 61 dias	9.777	19.699
	57.383	62.502
Vencidos		
Até 30 dias	3.538	4.429
Entre 31 e 60 dias	1.644	1.211
Entre 61 e 90 dias	340	437
Entre 91 e 180 dias	873	195
Há mais de 181 dias	1.245	-
	7.640	6.272
	65.023	68.774

As operações com cartões de crédito são registradas líquidas das comissões pagas às administradoras. As operações podem ser parceladas em até 12 meses, e são administradas por terceiros. As operações de vendas a prazo, pré-fixadas, são ajustadas contabilmente a valor presente com base em taxas de desconto compatíveis com taxas para realização antecipada dos saldos a receber.

7. Estoques

	Consolidado	
	2022	2021
Mercadorias para revenda	257.481	289.362
Provisão para perdas	(1.718)	(1.599)
Materiais auxiliares e almoxarifado	3.366	3.894
Adiantamentos a fornecedores	15.615	17.046
	274.744	308.703

Os estoques estão localizados nas 229 lojas (modelos tradicionais e "perto") e no centro de distribuição da Cia.. O prazo médio do estoque foi 108 dias em 2022 (136 em 2021). As operações de compras a prazo, basicamente fornecedores de mercadorias e serviços, são registradas a valor presente utilizando-se a taxa média cobrada nas antecipações a fornecedores. A constituição do ajuste a valor presente de compras é registrada nas rubricas Fornecedores e Estoques e sua reversão tem como contrapartida a rubrica "Despesas financeiras", pela fruição de prazo, no caso de fornecedores, e pela realização dos estoques em relação aos valores neles registrados na rubrica "Custo das mercadorias vendidas". A movimentação da provisão para perdas de estoque está demonstrada a seguir:

	Controladora e consolidado
Saldo em 31/12/2020	656
Adições	3.935
Baixas efetivas	(2.992)
Saldo em 31/12/2021	1.599
Adições	4.670
Baixas efetivas	(4.551)
Saldo em 31/12/2022	1.718

8. Impostos e contribuições a recuperar

	Consolidado	
	2022	2021
ICMS (a)	39.950	33.420
I.R. e C.S.	4.792	3.131
PIS/COFINS (b)	54.353	55.491
INSS	6.373	5.496
Outros	97	98
	105.565	97.636
Circulante	91.239	96.705
Não circulante	14.326	931

(a) A Cia. registra valores a recuperar referentes aos ressarcimentos de vendas realizadas para estados que não o RJ, onde é realizado o recebimento das mercadorias no seu Centro de Distribuição. Além de tributação de ICMS objeto de discussão judicial sobre a energia elétrica. (b) Em 2021, a Cia. obteve trânsito em julgado da ação em que discutia se a base de cálculo para exclusão do ICMS seja pelo destacado em nota fiscal, por esse motivo registrou em suas DFs o valor de R$56.800, sendo R$37.235 de principal e R$19.565 de atualização financeira, dos quais foi habilitado para início da compensação em dezembro de 2021.Em 31 e dezembro de 2022, o saldo disponível para futuras compensações era de R$ 33.319, sendo os montantes de R$ 19.402 e R$ 13.917 classificados no circulante e não circulante, respectivamente. A Cia. avalia constantemente a recuperação dos seus créditos fiscais e mantém no balanço patrimonial apenas os créditos com expectativa de recuperação.

9. Depósitos judiciais

	Consolidado	
	2022	2021
Fiscais (a)	2.037	2.121
Cíveis (b)	2.090	2.460
Trabalhistas	12.824	11.374
Trabalhistas Mobilitá (c)	33.934	31.365
Outros	3.509	3.327
	54.394	50.647

(a) Depósito relacionado a ação judicial do ICMS sobre energia elétrica. (b) Depósitos relacionados a ações renovatórias de aluguéis e despejo e ações consumeristas. (c) Refere-se às ações trabalhistas em que a parte ré era a Mobilitá Licenciamentos e a Cia. foi sentenciada, por não ter havido resposta por parte da Mobilitá. Em função do art. 60 da Lei de Recuperação Judicial, a Cia. vem recorrendo dessas ações sob alegação da devida aplicação da Lei, tendo o processo sido devidamente homologado na Vara Empresarial, confirmando que não há grupo econômico ou responsabilidade subsidiária. A Cia. aguarda decisão final do processo para resgate do valor. **10. Credores – recuperação judicial:** A Cia. foi criada em 2009 no âmbito de um processo de recuperação judicial e alienada à uma sociedade com natureza de sociedade de credores, nos termos do art. 145 da Lei n.11.101/2005. A alienação da unidade produtiva à sociedade de credores foi feita com a proteção do art. 60 da LRE, ou seja, sem sucessão nas obrigações do grupo Mobilitá (anterior controlador da Casa & Vídeo). Por força do plano de recuperação judicial, a Cia. possuí créditos remanescentes vencidos, cuja expectativa de realização é remota; dessa forma, foram reconhecidos como perda em exercícios anteriores; contudo, com ação judicial de cobrança em curso. Também no plano de recuperação judicial, a Cia. assumiu obrigações a serem pagas em 10 anos e, portanto, as parcelas tiveram seu último vencimento em janeiro de 2020. O saldo contabilizado no longo prazo refere-se a credores incluídos no plano de recuperação judicial que, no entanto, não comprovaram seus saldos à nova administração da Casa & Vídeo. A Cia. adota a prática de reverter o passivo quando da prescrição legal da parcela. Esse saldo remanescente, na premissa que não serão comprovados pelos credores, será revertido ao longo dos 3 próximos anos. Abaixo, encontra-se a movimentação do saldo de credores da recuperação judicial:

Saldo em 31/12/2020	22.874
Pagamentos	(879)
Reversão	(4.314)
Saldo em 31/12/2021	17.681
Pagamentos	-
Reversão	(3.821)
Saldo em 31/12/2022	13.860

11. Investimento: O montante apresentado como investimento representa 100% do valor do patrimônio líquido da controlada CVTRJ.

Movimentação do investimento

Saldo em 31/12/2020	9.121
Resultado de equivalência patrimonial sobre o lucro líquido da controlada	92
Saldo em 31/12/2021	9.213
Resultado de equivalência patrimonial sobre o lucro líquido da controlada	103
Saldo em 31/12/2022	9.316

Resumo das informações financeiras da investida CVTRJ

	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro do exercício
Em 2022	9.471	155	9.316	103
Em 2021	9.344	132	9.213	92

12. Imobilizado

	Consolidado						
	Imóveis	Benfeitorias	Móveis e instalações	Máquinas e equipamentos	Computadores e periféricos	Imobilizado em andamento	Total
Taxas anuais de depreciação %	4%	7 a 9%	5% a 8%	8% a 10%	16,7%	-	
Saldos em 31/12/2020	843	49.042	47.326	4.587	8.095	28.511	138.404
Aquisições	-	-	-	-	-	118.243	118.243
Transferências	-	59.720	33.078	183	9.789	(102.770)	-
Baixas	-	(56)	(66)	-	-	-	(122)
Transferência para impostos a recuperar	-	-	(929)	-	-	-	(929)
Depreciação do exercício	(31)	(9.186)	(5.079)	(1.014)	(2.285)	-	(17.595)
Saldos em 31/12/2021	812	99.520	74.330	3.756	15.599	43.984	238.001
Aquisições	-	-	-	-	-	73.751	73.751

Transferências	-	66.940	20.718	45	5.709	(93.412)	-
Baixas	-	(8.660)	(1.140)	-	-	-	(9.800)
Transferência para impostos a recuperar	-	-	(2.047)	-	(302)	-	(2.349)
Depreciação do exercício	(31)	(9.923)	(6.365)	(986)	(3.611)	-	(20.916)
Saldos em 31/12/2022	781	147.877	85.496	2.815	17.395	24.323	278.687
Custo total	1.080	213.960	152.393	33.525	50.711	24.323	475.992
Depreciação acumulada	(299)	(66.083)	(66.897)	(30.710)	(33.316)	-	(197.305)
Valor residual	781	147.877	85.496	2.815	17.395	24.323	278.687

A Administração, ainda focada no crescimento e desenvolvimento, no exercício de 2022 investiu R$73.751 (R$118.243 em 2021) em itens do imobilizado, dos quais R$ 34.842 (R$109.071 em 2021) para abertura de novas lojas, bem como mudanças nos *layouts* com foco em visibilidade do sortimento de produtos, compra de novos mobiliários e expositores, melhorias de equipamentos de ar-condicionado nas lojas e melhorias do sistema de segurança e prevenção de perdas. Além disso, investiu na melhoria e aquisição de equipamentos de informática, melhorias de equipamentos do Centro de Distribuição. Foram inauguradas 37 novas unidades em 2022 (62 unidades em 2021) sendo 19 lojas tradicionais e 18 lojas "perto". O valor dos custos de empréstimo capitalizados durante o exercício findo em 31/12/2022 era de R$ 21.074 (2021: R$ 17.670). A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo passíveis de capitalização foi de aproximadamente CDI + 3,5% a.a, que representa a taxa efetiva do empréstimo. Em 31/12/2022 e 2021 não existiam bens dados em garantia. Redução ao valor recuperável de ativos – impairment: De acordo com o pronunciamento técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, em 31/12/2022, a Cia. avaliou sua estrutura de ativos, resultados auferidos e geração de caixa e concluiu não haver indicativos que os saldos do imobilizado sejam superiores aos seus valores de recuperação. Para fins de avaliação os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam geração de fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC).

13. Intangível

	Consolidado			
	Softwares	Marcas	Fundo de comércio	Total
Taxas anuais de amortização	11,1%	-	10%	
Saldos em 31/12/2020	10.033	113.636	5.048	128.717
Adições	9.351	-	525	9.876
Amortização	(3.993)	-	(1.461)	(5.454)
Saldos em 31/12/2021	15.391	113.636	4.112	133.139
Adições	8.121	-	-	8.121
Amortização	(3.645)	-	(1.597)	(5.242)
Saldos em 31/12/2022	19.867	113.636	2.515	136.018
Em 2022				
Custo total	69.484	113.636	13.514	196.634
Amortização acumulada	(49.617)	-	(10.999)	(60.616)
Valor residual	19.867	113.636	2.515	136.018

a) Softwares: Em 2022, a Administração da Cia., ainda focada no crescimento e desenvolvimento, investiu no projeto *Omnichannel*, que visa realizar todas as integrações dos canais de vendas da Cia. de forma a melhorar a experiência do cliente e obter incremento de vendas. Investiu ainda em softwares para implantação de projetos de melhoria logística e definição de mix de produtos e implantação de estratégias de negócio e tecnologias focadas no relacionamento com o cliente. As adições são compostas principalmente por gastos com otimizações no sistema SAP, sistema para automação das lojas e sistema de banco de dados Oracle, sistemas adquiridos de terceiros e utilizados nas operações da Cia., sendo amortizados de forma linear considerando o prazo estipulado de utilização e benefícios auferidos. b) Marcas: Corresponde a marca adquirida de terceiros em 2010, nos termos do Plano de Recuperação Judicial executado à época. Através desse contrato, a Cia. passou a ser a única proprietária da marca "Casa & Vídeo" que possuí prazo de vida útil indefinida. Anualmente, conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 01 (R1), a Cia. efetua teste de *impairment* da marca e para 31/12/2022 não foi identificada necessidade de reconhecimento de redução do valor. c) Fundo de comércio: Refere-se aos valores pagos pela Cia. para garantir o aluguel de alguns imóveis considerados estratégicos para abertura de lojas. São amortizados de acordo com contrato de aluguel. **14. I.R. e C.S.:** O I.R. e C.S. diferidos têm a seguinte origem:

	Consolidado	
	2022	2021
Saldos ativos (passivos)		
Prejuízo fiscal	35.069	24.112
Base negativa de C.S.	13.954	10.006
Provisões para perda, liquidação duvidosa e contingências	498	2.766
Crédito sobre ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins	(5.540)	(19.312)
Ajuste a valor presente	(4.678)	(2.241)
Depreciação (vida útil contábil x fiscal)	(10.363)	(7.671)
Arrendamento mercantil	6.426	3.900
Outros	906	985
I.R. e C.S. diferidos ativos	36.272	12.545

A legislação fiscal do Brasil permite que prejuízos fiscais e bases negativas de C.S. possam ser utilizados para compensar lucros tributáveis futuros, com limite de utilização anual de 30% do lucro tributável. Contudo, os saldos de prejuízo fiscal e base negativa de C.S. não expiram. As estimativas de recuperação do ativo fiscal diferido estão suportadas pelas projeções de lucros tributáveis, levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes às previsões. A Cia. estima a realização dos créditos fiscais diferidos em 8 anos. A conciliação da despesa de I.R. e C.S. calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e valores no resultado está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2022	2021
Resultado antes do I.R. e da C.S.	(38.924)	26.211
Alíquota nominal	34%	34%
I.R. e C.S. à alíquota nominal	13.234	(8.911)
Diferenças permanentes (a)	10.470	(1.769)
I.R. e C.S. do exercício	23.704	(10.680)
Alíquota efetiva	61%	41%
I.R. e C.S. correntes	(23)	420
I.R. e C.S. diferidos	23.727	(11.100)

(a) Refere-se, principalmente, ao efeito da não incidência de IR/CS sobre atualização SELIC de indébitos tributários, no valor de R$ 6.652. **15. Fornecedores:** A Cia. efetua a compra de mercadoria para revenda a prazo, sendo que, durante o exercício de 2022, o prazo médio para pagamento foi de 149 dias (155 em 2021). Os saldos em aberto em 31/12/2022 e 2021 eram:

	Consolidado	
	2022	2021
Fornecedores de mercadoria	373.145	334.749
Ajuste a valor presente	(15.391)	(8.572)
Fornecedores de imobilizado e material de expediente	10.786	14.349
Fornecedores de serviços	8.963	11.234
	377.503	351.760

16. Antecipação de fornecedores a pagar (risco sacado): O saldo é formado a partir de transações mercantis recorrentes entre a Cia. e seus fornecedores de produtos e serviços. Os convênios firmados atendem aos interesses mútuos no que tange à liquidez e capital de giro de cada parte, e são firmados em decorrência de eventuais variações conjunturais no nível da demanda e oferta de produtos e serviços. Devido as características de negociação comercial de prazos entre fornecedores e a Cia., estes passivos financeiros foram incluídos em programas de captação de recursos através de linhas de crédito da Cia. junto a instituições financeiras e sobre as transações são incorridos juros que são arcados pela Cia.. Nessa operação, o fornecedor transfere o direito de recebimento dos títulos para a instituição financeira e em troca recebe antecipadamente os recursos da instituição financeira, que, por sua vez, passa a ser credora da operação. Em 31/12/2022, os valores totalizam R$87.396 e o prazo médio dessas operações era de 94 dias (em 31/12/2021 totalizam R$101.921 e o prazo médio dessas operações era 56 dias), os respectivos custos financeiros da operação são apropriados no resultado financeiro, em conformidade com o regime de competência. A Cia. entende que esta transação tem natureza específica e a classifica no balanço patrimonial separadamente da rubrica "Fornecedores".

17. Impostos e contribuições a recolher

	Consolidado	
	2022	2021
Parcelamentos fiscais (a)	104.351	140.900
Ajuste a valor presente – parcelamento ICMS	(1.356)	(3.078)
ICMS	19.093	8.821
PIS e COFINS	110	418
INSS	2.307	9.079
Outros	2.709	2.896
	127.214	159.036
Circulante	54.968	59.457
Não circulante	72.246	99.579

(a) A Cia. entrou com pedidos de parcelamento de débitos de ICMS entre os anos de 2010 e 2020 com variações pela SELIC. Adicionalmente, em 2020, a Cia. aprovou juntamente com a Secretaria de Fazenda do RJ negociação especial na dívida ativa no que se refere aos parcelamentos de ICMS constituídos, com o objetivo de alongar o pagamento das parcelas do saldo devedor, alongando parte dos vencimentos, no montante total de R$34.588, com prazo de 80 meses, em 2020. Em 2022, a Cia. realizou a amortização do saldo devedor conforme cronograma aprovado pela Secretaria de Fazenda. Os parcelamentos registrados no passivo não circulante possuem os seguintes vencimentos por ano:

2024	23.864
2025	20.191
2026	20.191
2027	6.797
2028	1.203
	72.246

18. Empréstimos e financiamentos

Instituição financeira	Taxa de juros efetiva (a.a.)	Vencimento	Controladora e consolidado 2022	Controladora e consolidado 2021
BNDES (a)	CDI + 1,04%	Nov/2031	55.110	-
Citibank (b)	CDI + 3,50%	Fev/2024	14.587	22.353
Citibank (b)	CDI + 3,60%	Mar/2026	44.840	58.501
Citibank (c)	5,14%	Jan/2023	7.742	-
Citibank (c)	6,29%	Mar/2023	3.990	-
Citibank (c)	6,72%	Abr/2023	18.561	-
Banco Votorantim (d)	CDI + 3,3%	Abr/2023	30.249	-
Caixa Econômica Federal	CDI + 3,54%	Mai/2023	2.284	7.758
Banco BBM(e)	CDI + 2,76%	Mai/2024	5.349	9.350
Banco Itaú (e)	9,21%	Nov/2024	6.157	8.423
Banco Bradesco (d)	CDI + 2,95%	Ago/2025	29.706	-
Certificados de Recebíveis Imobiliários (f)	CDI + 3,50%	Ago/2027	111.046	103.930
Citibank. (g)	3,91%	Jan/2022	-	5.250
Citibank. (g)	3,91%	Fev/2022	-	2.020
Citibank. (g)	3,91%	Mar/2022	-	2.915
Citibank. (g)	3,91%	Abr/2022	-	3.538
Citibank. (g)	3,91%	Mai/2022	-	3.773
Citibank. (g)	3,91%	Jun/2022	-	4.045
			329.621	231.856
Circulante			74.755	58.566
Não circulante			254.866	173.290

(a) Empréstimo contraído direto com o BNDES, utilizado para investimento na abertura de novas lojas. O contrato possui como garantia fiança bancária emitida pelo Banco Santander e Banco Itaú. (b) Empréstimos contraídos para investimento na abertura de novas lojas. O contrato possui garantia de 30% do saldo devedor do empréstimo em aplicação financeira no referido banco. (c) Empréstimo contraído para financiar as mercadorias importadas. O contrato não possui garantia. (d) Empréstimos contraídos para alongamento da dívida com redução do custo financeiro. Os contratos possuem garantias de 20% do saldo devedor do empréstimo em aplicação financeira no referido banco. (e) Empréstimos contraídos pela Cia. para liquidação das debêntures e alongamento da dívida com redução do custo financeiro. O contrato do Banco BBM possui garantia de 30% do saldo devedor do empréstimo em aplicação financeira no referido banco. O contrato com o Banco Itaú não possui garantias. (f) Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) emitidos pela Cia. com o objetivo de investimentos em benfeitorias e construção de novas lojas. O contrato não possui garantias. (g) FININMP – Financiamento à importação, linha de crédito para importação de bens de capital, máquinas, equipamentos e serviços. Os financiamentos contraídos pela Cia. foram para a aquisição de mercadorias para revenda, totalmente liquidados em 2022. Movimentação no exercício

Saldos em 31/12/2020	76.114
Captações	187.803
Pagamentos de principal	(36.054)
Pagamentos de juros	(9.961)
Variação cambial	70
Apropriação de juros	13.883
Saldos em 31/12/2021	231.856
Captações	166.214
Pagamentos de principal	(85.050)
Pagamentos de juros	(35.494)
Variação cambial	(266)
Apropriação de juros	52.361
Saldos em 31/12/2022	329.621

O cronograma de vencimento do saldo de longo-prazo é como segue:

2024	93.542
2025	62.062
2026	41.929
2027	28.966
2028	7.242
2029	7.242
2030	7.242
2031	6.641
	254.866

Cláusulas restritivas (*covenants*): Os contratos de empréstimos do Citibank e Caixa Econômica Federal preveem vencimento antecipado no caso de inobservância de certos índices financeiros neles determinados (Dívida Líquida/EBTIDA menor ou igual a 2,5, EBITDA[1]/Resultado Financeiro maior ou igual a 2,0 e/ou Dívida Líquida/Recebíveis de Cartões menor ou igual a 1,7). O Certificado de Recebíveis Imobiliários prevê vencimento antecipado no caso de inobservância de certos índices financeiros neles determinados (Dívida Líquida/EBTIDA menor ou igual a 2,5 e EBITDA /Resultado Financeiro maior ou igual a 2,0). Em 31/12/2022, a Cia. atingiu os referidos índices financeiros.

---

[1] O EBITDA é uma medição não contábil cuja determinação é definida na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 527, de 4/10/2012, que indica que o EBITDA consiste no lucro lí-quido (prejuízo) ajustado pelo resultado do financeiro líquido, pelo I.R. e C.S. sobre o lucro e pelos custos e despesas de depreciação e amortização. O EBITDA para fins de cálculo dos *covenants* é definido em cada contrato e não necessariamente segue as definições da referida Instrução CVM.

19. Arrendamento mercantil: A Cia. efetua o arrendamento de alguns bens, principalmente imóveis (escritório, centro de distribuição e lojas), que normalmente vigoram por um período de 5 a 20 anos. A movimentação dos direitos de uso e do passivo de arrendamento está demonstrada a seguir:

Direito de uso	
Saldos em 31/12/2020	296.047
Adições	132.104
Amortização	(96.394)
Saldos em 31/12/2021	331.757
Adições	97.028
Baixa contratos encerrados	(22.897)
Amortização	(93.315)
Saldos em 31/12/2022	312.573
Passivo de arrendamento a pagar	
Saldos em 31/12/2020	314.033
Adições	132.104
Descontos (*)	(13.519)
Pagamentos	(100.758)
Apropriação de juros	26.474
Saldos em 31/12/2021	358.334
Adições	97.028
Baixa contratos encerrados	(22.091)
Descontos (*)	(18.465)
Pagamentos	(117.696)
Apropriação de juros	27.318
Saldos em 31/12/2022	324.428
Circulante	105.408
Não circulante	219.020

(*) A Cia. optou pela adoção do expediente prático previsto no CPC06 (R2), onde não é feita nenhuma reavaliação no valor do Direito de Uso e suas contraprestações, relativos aos descontos no pagamento dos arrendamentos recebidos em função das negociações de aluguéis. Desta forma, o montante dos descontos recebidos foi registrado como resultado financeiro. A Cia. apurou créditos PIS e COFINS a recuperar embutidos na contraprestação dos arrendamentos. Na mensuração dos fluxos de caixas dos arrendamentos não foram destacados os créditos de impostos, sendo os efeitos de PIS e COFINS sobre o fluxo contratual bruto de R$10.887 (R$9.320 em 2021). Os direitos de uso são amortizados durante o prazo de vigência do contrato de locação e consideram a expectativa de renovação, quando a Administração pretende exercer esse direito, e de acordo com os termos dos contratos. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, nos quais consideramos as renovatórias de acordo com a política interna da Cia.. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando uma taxa de desconto correspondente a taxa de juros incremental, que consideram o custo de captação da Cia., baseado no CDI (Certificado de Depósito Interbancário) adicionado à taxa pré-fixada de emissão de dívidas, excluindo-se ajustes de garantia. Essas taxas de juros foram calculadas pelo período do arrendamento, que considera a intenção de renovação. As taxas de desconto utilizadas nos arrendamentos foram, em média, 9,14% a.a. em 2022 e 8,12% a.a. em 2021. Em 31/12/2022 e 2021, os passivos de arrendamento mercantil são como segue:

	2022	2021
Valor nominal dos pagamentos futuros	382.862	419.480
Ajuste a valor presente	(58.433)	(61.146)
	324.428	358.334

A correção do passivo é reconhecida como despesa financeira. A parcela registrada como não circulante tem o seguinte cronograma de vencimento:

2024	72.683
2025	68.642
2026	45.262
2027	17.809
2028 em diante	14.624
Parcela registrada no passivo não circulante	219.020

A Cia., seguindo o que emana o CPC 06 (R2), utilizou técnicas de fluxo de caixa descontado sem considerar inflação projetada nos fluxos de pagamentos dos arrendamentos. A seguir são apresentados, para efeitos de comparação, o fluxo de pagamentos futuros dos arrendamentos, considerando a aplicação de inflação projetada (modelo fluxo nominal x taxa nominal):

Fluxo de pagamentos futuros	2023	2024	2025	2026	2027 em diante
Fluxo de desembolso sem AVP	39.473	68.642	68.642	45.262	32.533
Cenário com inflação (*)	41.092	70.701	70.701	46.620	33.509

(*) Taxas obtidas através das projeções divulgadas pelo boletim Focus. **20. Provisão para litígios e demandas judiciais:** A Cia. é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais envolvendo questões fiscais, trabalhistas, cíveis e outros assuntos. A Administração possui um sistema de monitoramento de suas ações judiciais e administrativas conduzido por departamento jurídico próprio e por advogados externos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante julgado suficiente, para cobrir as perdas prováveis com as ações em curso.

Movimentação e saldos	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2020	4.462	1.410	5.872
Adições	610	127	737
Reversões	-	(40)	(40)
Saldo em 31/12/2021	5.072	1.497	6.569
Adições	97	126	223
Saldo em 31/12/2022	5.169	1.623	6.792

As ações judiciais de natureza trabalhista são discussões envolvendo principalmente reclamações de horas extras, cujos valores individualmente não são significativos. As ações de natureza cível são decorrentes do curso ordinário de suas operações (ações consumeristas) e ações judiciais de renovatórias e/ou despejo de lojas alugadas. A Cia. não possui processos de natureza fiscal em esfera judicial ou que sejam avaliados como perda provável. A Cia. possuía demandas administrativas e judiciais, cujas probabilidades de perdas são consideradas possíveis, nos seguintes montantes:

	Controladora e consolidado	
	2022	2021
Trabalhistas	9.745	25.225
Cíveis	8.373	4.544
Fiscais	410	-
	18.528	29.769

21. Patrimônio líquido: a) Capital social: O capital social da Cia. em 31/12/2022 e 2021 está assim distribuído:

Acionista	Quantidade de ações ordinárias 2022	Quantidade de ações ordinárias 2021	Montantes 2022	Montantes 2021
Akangatu Fundo de investimento em Participações	1.039.381.873	1.035.166.991	114.056	109.356

Em 29/03/2021 foi deliberado em AGE a redução do capital social em R$47.751 sem remoção das ações ordinárias representativas do capital social, a fim de absorver prejuízos acumulados. Em 30/04/2021, foi deliberado em AGE o aumento de capital social em R$0,15 (quinze centavos) mediante a emissão de uma ação ordinária a fim de recompor a pluralidade de acionistas da Cia., de acordo com o art. 206 da Lei nº 6.404/76 (Lei das S.A.). Em 16/02/2022, foi deliberado em AGE o aumento de capital social em R$4.700, mediante a emissão de 4.214.882 ações ordinárias. b) Plano de remuneração baseados em ações: Em 2018, 2019 e 2020, a Cia. celebrou contratos de promessa futura com executivos para distribuição de 19.761.872 ações sem preço de exercício. O valor justo das ações foi estimado na data da outorga, com base em múltiplos de EBITDA, deduzindo a dívida líquida da Cia. no último exercício social, conforme previsto nos contratos firmados entre as partes. Os contratos maturam a cada 12 meses e o prazo para que as ações sejam efetivamente transferidas é de 4 anos da data da assinatura. No caso de evento de liquidez, a parcela já maturada (*vested*) será transferida aos executivos. O quadro abaixo demonstra o resultado do cálculo do valor justo das opções:

Data da Outorga	Período de maturação (vesting)	Quantidade de ações estimadas a serem emitidas	Valor justo das opções	Situação de maturação
Mai/18	12 meses	5.860.418	3.397	Maturado
Mai/19	12 meses	6.950.727	4.640	Maturado
Mai/20	12 meses	6.950.727	6.531	Maturado
Mai/22 (a)		(1.635.465)	(1.857)	Cancelado
		18.126.407	12.710	

Os efeitos da remuneração com base em opções para compra de ações, abrangendo todas as opções concedidas e em aberto, no patrimônio líquido e no resultado do exercício, são os seguintes:

	Valor justo das opções por exercício	Efeito no resultado do exercício	Efeito acumulado no patrimônio líquido
2018	1.982	1.982	1.982
2019	6.055	6.055	8.037
2020	3.809	3.809	11.846
2021	2.722	-	11.846
2022 (a)	-	(1.857)	9.989

(a) Valor referente ao plano de um diretor executivo que renunciou e cujas opções não estavam maturadas (*vested*). A Cia. concede a cada beneficiário uma opção de venda sobre a totalidade das ações. Os prazos para o exercício da opção estão determinados em contratos individuais entre as partes, o preço de aquisição da Cia. no exercício das opções de venda será determinado com base em critérios de mensuração específica envolvendo múltiplos do EBITDA da Cia.. No caso de o beneficiário pedir renúncia do seu posto, as opções que ainda não sejam passíveis de exercício caducam sem qualquer indenização ou compensação e as opções já passíveis de exercício poderão ser exercidas em até noventa dias. Na hipótese de o contrato de trabalho do beneficiário ser rescindido por justa causa, todos os direitos que possam ser exercidos ou que não possam ainda ser exercidos caducam automaticamente, independentemente de aviso ou indenização. c) Dividendos e juros sobre o capital próprio: Em 16/02/2022 foi deliberado em AGE a aprovação de distribuição de dividendos no valor de R$ 3.552. A Cia., por deliberação do Conselho de Administração, destinou JSCP referentes ao exercício de 2022, no montante de R$ 9.176. **22. Resultado por ação:** a) Básico: O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Cia., pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações mantidas em tesouraria.

	2022	2021
Lucro ou Prejuízo atribuível aos acionistas da Cia.	(15.220)	15.531
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas	1.039.381.873	1.035.166.992
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação–em reais (R$)	(0,01)	0,02

a) Diluído: No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não existiam diferenças entre o resultado por ação básico e diluído, uma vez que a Cia. não possuía nenhum instrumento com potencial dilutivo.

23. Receita líquida de venda de mercadorias e serviços

	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
Receita bruta de vendas	1.725.877	1.530.930
Ajuste a valor presente	(22.493)	(13.210)
Devoluções e descontos incondicionais	(136.180)	(117.807)
Outras receitas	44.478	38.711
	1.611.682	1.438.624
Impostos sobre vendas e serviços	(228.108)	(175.340)
Receita líquida com venda de mercadorias e serviços	1.383.574	1.263.284

24. Custo das mercadorias vendidas

	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
Custo das mercadorias vendidas	(970.092)	(852.512)
Ajuste a valor presente	61.985	38.534
Outros	(4.751)	(2.849)
Custo das mercadorias vendidas	(912.858)	(816.827)

25. Receitas (despesas) operacionais

	Consolidado	
	2022	2021
Despesas comerciais		
Material de embalagem	(4.160)	(4.566)
Taxas de administração de cartões débito e crédito	(20.248)	(15.437)
Despesas com ocupação	(15.981)	(23.760)
Amortização do direito de uso–arrendamento mercantil	(116.212)	(96.394)
Provisões para devedores duvidosos	-	29
Outras (a)	(256)	(2.392)
	(160.308)	(142.520)
Despesas gerais e administrativas		
Salários, encargos e benefícios	(153.935)	(150.737)
Material de consumo e escritório	(2.381)	(2.447)
Manutenção e conservação	(4.036)	(3.551)
Despesas com ocupação	(1.369)	(1.293)
Serviços prestados	(26.631)	(27.849)
Impostos e taxas	(1.630)	(7.387)
Depreciação e amortização	(29.525)	(23.049)
Outras despesas administrativas	(18.817))	(24.038)
	(234.873)	(240.351)
Outras receitas (despesas) operacionais		
Receita de negociações com credores	4.225	4.233
Desmobilização de lojas encerradas	(6.877)	-
Outras receitas (despesas) operacionais	215	127
	(2.437)	4.360

(a) Essa rubrica é composta substancialmente pelas despesas com propaganda e publicidade e as receitas com verbas de fornecedores.

26. Resultado financeiro

	Consolidado	
	2022	2021
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	3.713	1.594
Descontos obtidos	1.265	1.069
Descontos obtidos em arrendamento	18.465	13.519
Ajuste a valor presente	23.950	13.794
Atualização monetária sobre impostos (créditos de Pis e Cofins)	4.959	19.565
Atualização de depósitos judiciais	5.203	792
Receita com vendas parceladas	232	152
Derivativos	-	4.127
Outras receitas financeiras	4.505	2.686
	62.292	57.298
Despesas financeiras		
Juros sobre antecipações de recebíveis	(32.103)	(13.179)
Juros sobre fornecedores	(12.782)	(2.898)
Juros sobre empréstimos, financiamentos, credores de recuperação judicial e impostos	(42.645)	(16.092)
Comissão sobre fiança	(193)	(205)
Refinanciamento parcelamento fiscal	(1.722)	(2.324)
Ajuste a valor presente	(54.553)	(36.400)
Juros sobre arrendamento mercantil	(27.318)	(26.475)
Derivativos	(1.196)	-
Outras despesas financeiras	(1.799)	(1.460)
	(174.311)	(99.033)
Resultado financeiro líquido	(112.019)	(41.735)

27. Transações com partes relacionadas

Saldos a pagar (fornecedores)	Controladora 2022	Controladora 2021
Securitização de Valores–CVTRJ (a)	4.727	4.727
Aluguel–CVTRJ (b)	838	741
	5.565	5.468

(a) Operações de antecipações de seus fornecedores. (b) Locação de um imóvel utilizado como um de seus pontos comerciais. Remuneração dos administradores: Na forma estabelecida na Lei nº 6.404/76 (Lei das S.A.), o Estatuto Social da Cia. determina que cabe à Assembleia Geral fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. O valor fixado em 2022 foi de até R$4.200 (R$3.974 em 2021). A Cia. também concede plano de remuneração baseado em ações a executivos, conforme descrito na Nota 21. **28. Instrumentos financeiros e gestão de riscos: 28.1. Análise dos instrumentos financeiros:** A Cia. efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. **28.2. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria:** A classificação dos ativos financeiros da Cia. e suas controladas por categoria é a seguinte:

	Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo	2022	2021
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	123.827	103.385
Títulos de valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	25.945	30.868
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	16.359	2.072
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	-	63.511	66.888
Depósitos judiciais	Custo amortizado	-	54.394	50.647
			284.036	253.860
Passivos financeiros				
Fornecedores	Custo amortizado	-	377.503	351.760
Antecipação de fornecedores (risco sacado)	Custo amortizado	-	87.503	101.921
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado (*)	-	329.621	231.856

CASA&VIDEO

Casa & Vídeo Brasil S.A.

CNPJ: 11.114.284/0001-63

Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	13.574	-
Passivo de arrendamento	Custo amortizado	-	324.428	358.334
			1.132.629	1.043.871

(*) Os empréstimos com derivativos associados para proteção de juros e tratados como 'hedge accounting a valor justo' são mensurados a valor justo. Nível 1–preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; Nível 2–"inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e Nível 3–premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no período findo em 31/12/2022. A Administração entende que não há diferenças relevantes entre os saldos valores demonstrados pelo custo amortizado e respectivos valores justos, uma vez que os mesmos são ajustados a valor presente e provisões para realização. **28.3. Gestão de risco:** As operações financeiras da Cia. são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com estratégia visando à segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria. A Cia. utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital. A Cia. monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. A Cia. apresenta a seguinte estrutura de capital em 31 de dezembro:

	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	**123.827**	103.385
Aplicações financeiras	**25.945**	30.868
Instrumentos financeiros derivativos	**2.785**	2.072
Contas a receber de administradoras de cartões de crédito	**19.626**	26.463
Empréstimos e financiamentos	**(329.621)**	(231.856)
Dívida com credores da recuperação judicial	**(13.860)**	(17.681)
Parcelamentos fiscais	**(102.995)**	(140.900)
Antecipação de fornecedores a pagar (risco casado)	**(87.396)**	(101.921)
Dívida líquida	**(361.689)**	(331.642)
Total do patrimônio líquido	**98.193**	123.548
Índice de alavancagem (%)	**-368,34%**	-268,43%

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado por renomadas agências de análise de risco, patrimônio líquido e níveis de concentração de operações e recursos. Os principais fatores de risco que poderiam afetar o negócio da Cia. são: Risco de mercado: O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos principais de risco no caso da Cia.: i) *Risco de taxa de juros:* Risco de taxa de juros é o risco de que o valor dos fluxos de caixa futuros flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Cia. ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado concentra-se, principalmente, nas obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. ii) *Risco cambial:* O risco cambial é o risco de que o valor dos fluxos de caixa futuros flutue devido à variação nas taxas de câmbio. A exposição da Cia. ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se, principalmente, a empréstimo bancário em moeda estrangeira e a de compra de produtos importados para revenda. Em 2022, a Cia. utilizou de instrumentos financeiros com operações de *swap* para proteção contra a sua exposição ao risco cambial relacionada a sua linha de crédito com o Citibank, modalidade 4131. Vide Nota 28.4. Risco de crédito: O risco de crédito é o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato. A Cia. está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais, principalmente com relação às aplicações financeiras, contas a receber e empréstimos. Todas as operações da Cia. são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos. A política de vendas da Cia. está diretamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas, são procedimentos adotados a fim de minimizar os riscos de inadimplência. A Administração da Cia. considera que o risco de crédito está substancialmente coberto pela provisão para créditos de liquidação duvidosa. A Cia. mantém operações de cartão de crédito *private label* cujo risco de crédito é totalmente garantido contratualmente pelo administrador da bandeira. Risco de liquidez: O risco de liquidez consiste na possibilidade da Cia. não ter recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Cia. é monitorado diariamente pela Administração, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Cia.. A Cia. utiliza políticas de caixa mínimo, controle de gestão de estoque, prazo de pagamento com fornecedores e política de nível de alavancagem na gestão operacional do caixa e adicionalmente todos os investimentos são realizados conforme análise e determinação dos respectivos retornos e origens adequadas. O quadro abaixo analisa os passivos financeiros, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data das DFs e a data contratual do vencimento.

	Consolidado					
	2022	Menos de 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos
Fornecedores e aluguéis a pagar	395.831	234.959	160.872	-	-	-
Antecipação de Fornecedores	87.396	87.396				
Empréstimos e financiamentos	329.621	32.785	34.276	98.717	64.830	99.013
Arrendamentos	324.428	25.248	25.735	38.317	68.642	166.486
	1.137.276	380.388	220.883	137.034	133.472	265.499

	Consolidado					
	2021	Menos de 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos
Fornecedores e aluguéis a pagar	373.995	281.622	92.373	-	-	-
Antecipação de Fornecedores	101.921	101.921				
Empréstimos e financiamentos	231.856	20.286	20.348	17.936	79.060	94.225
Arrendamentos	358.334	27.122	27.071	52.000	85.554	141.834
	1.066.106	430.951	139.792	69.936	164.614	236.059

28.4. Derivativos: A Cia. realizou a captação de recursos em dólares norte-americanos através da aplicabilidade da Lei 4.131 (sem a exigência de serem importadora ou exportadora) e contratou instrumentos financeiros derivativos (swaps) para proteção do risco cambial. Para instrumentos de swaps com vencimento em 2024 e 2026 a Cia. adotou a política de hedge de fluxo de caixa, as operações realizadas em 2022 com vencimento no curto prazo a Cia. adotou a política de hedge de valor justo. A Cia. também realizou em 2022 a captação de recursos através da emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) no mercado de capitais e para mitigar o risco de variação dos juros foram contratados instrumentos financeiros derivativos (*swaps*) em uma relação de hedge de valor justo. Esta estratégia foi aplicada para cobertura das exposições de taxas de juros da Cia.. Os derivativos são resumidos como segue:

Classificação do Hedge	Objeto de Hedge	Valor de referência	Indexador passivo	Vencimento	Ponta ativa	Ponta passiva	MTM swap
Fluxo de caixa	4.131	39.195	CDI + 3,5%	Fev/24	15.063	(12.622)	2.441
Fluxo de caixa	4.131	58.100	CDI + 3,6%	Mar/26	41.555	(45.300)	(3.745)
Valor justo	CRI indexados por CDI + 3,5%	50.000	IPCA + 7,36%	Ago/27	57.192	(54.408)	2.784
Valor justo	CRI indexados por CDI + 3,5%	50.000	IPCA + 7,36%	Ago/27	57.193	(54.038)	3.155
Não designado para Hedge	FGI Itaú	10.000	CDI + 3,7%	Nov/24	6.157	(6.477)	(321)
Não designado para Hedge	FINIMP	7.685	5,14% a.a	Jan/23	-	(430)	(430)
Não designado para Hedge	FINIMP	4.033	6,29% a.a	Mar/23	-	(203)	(203)
Não designado para Hedge	FINIMP	18.965	6,72% a.a	Abr/23	-	(896)	(896)
					177.160	(174.374)	2.785

28.5. Mudanças nas atividades de financiamento

	2022							
	2021	Pagamento de principal	Juros pagos	Adições	Variação cambial	Baixas	Juros	2022
Passivo de arrendamento	358.334	(117.696)	(18.465)	97.028	-	(22.091)	27.318	324.428
Empréstimos e financiamentos	231.856	(85.050)	(35.494)	166.214	(266)	-	52.361	329.621
Antecipação de fornecedores	101.921	(89.139)	(12.782)	87.396	-	-	-	87.396
Dividendos/JSCP a pagar	3.328	(6.880)	-	12.728	-	-	-	9.176
Total líquido	695.439	(298.765)	(66.741)	363.366	(266)	(22.091)	79.679	750.621

	2021							
	2020	Pagamento de principal	Juros pagos	Adições	Variação cambial	Baixas	Juros	2021
Passivo de arrendamento	314.033	(100.758)	(13.519)	132.104	-	-	26.474	358.334
Empréstimos e financiamentos	76.114	(36.054)	(9.961)	187.803	70	-	13.883	231.856
Antecipação de fornecedores	40.052	(40.052)	-	101.921	-	-	-	101.921
Dividendos	12.131	(8.803)	-	-	-	-	-	3.328
Total líquido	442.330	(185.667)	(23.480)	421.828	70	-	40.357	695.439

29. Cobertura de seguros: A Cia. mantém apólices de seguros contratados junto à algumas das principais seguradoras do país que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. Em 31/12/2022, a Cia. possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado e para estoques, além de apólice de Responsabilidade Civil, e são assim demonstradas:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura–R$
Centro de Distribuição, Administrativo e Lojas	Incêndio	150.000.000
Centro de Distribuição, Administrativo e Lojas	Impacto de Veículos Terrestres e Queda de Aeronaves	1.000.000
Centro de Distribuição, Administrativo e Lojas	Danos elétricos	500.000
Centro de Distribuição, Administrativo e Lojas	Derrame Acidental de Chuveiros Automáticos de Combate a Incêndio (Sprinklers)	1.000.000
Centro de Distribuição, Administrativo e Lojas	Fidelidade	100.000
Centro de Distribuição, Administrativo e Lojas	Despesas e/ou perdas de aluguéis	1.000.000
Centro de Distribuição, Administrativo e Lojas	Roubo e Furto de Valores em Trânsito Fora do Estabelecimento	50.000
Centro de Distribuição, Administrativo e Lojas	Roubo e/ou Furto Qualificado de Bens Mediante Arrombamento	50.000
Centro de Distribuição, Administrativo e Lojas	Vendaval, Furacão, Ciclone, Tornado, Chuva de Granizo e Fumaça.	1.000.000
Cia.	Responsabilidade civil	5.000.000
Sócios	Responsabilidade civil Administradores	20.000.000

30. Eventos subsequentes: A Cia., em 11/11/2022, celebrou acordo de combinação de negócios com a Le Biscuit S.A. ("Le Biscuit"), uma sociedade anônima de capital aberto (sem ações negociadas), com sede na cidade de Feira de Santana, Estado da Bahia. A Le Biscuit possui rede de lojas de *general merchandising* localizadas nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste do país, além de plataforma digital que possibilita a presença em todo o país. O acordo prevê que a transação ocorra mediante incorporação de ações cujos valores de substituição foram negociados livremente entre partes. Caso a transação seja concluída, os acionistas da Casa & Vídeo receberão novas ações ordinárias de emissão da Le Biscuit em substituição às ações ordinárias de emissão da Casa & Vídeo de sua titularidade, na proporção de 0,09049541 ação ordinária de emissão da Le Biscuit para cada ação ordinária de emissão da Casa & Vídeo, de forma que após a conclusão da transação, os acionistas da Casa & Vídeo serão titulares de 74,8% do capital votante e do capital social total da nova Cia.. A Administração tem a expectativa que essa combinação proporcione ganhos de escala, aumento de eficiência operacional e ampliação da capacidade de investimento das Cia.s. A conclusão da transação está sujeita à verificação de condições precedentes usuais em contratos desta natureza; condições estas ainda não cumpridas até a presente data.

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores: Tiago de Oliveira Nascimento - CPF 108.155.517-38; **Contadora:** Sheila Mariano Ferraz Graefin von Koenigsmarck - CRC RJ 097978/O-9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Ao Conselho de Administração e Acionistas da **Casa & Vídeo Brasil S.A.** Rio de Janeiro–RJ **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Casa & Vídeo Brasil S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase–Reapresentação dos valores correspondentes:** Conforme mencionado na nota explicativa 2.4, em decorrência da reclassificação das operações de antecipação de fornecedores (risco sacado) nas demonstrações dos fluxos de caixa das atividades operacionais para as atividades de financiamento, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. 1. Reconhecimento de receita: Conforme mencionado nas notas explicativas 1, 3 e 23, as receitas da Companhia são derivadas da venda de mercadorias, reconhecidas em momento específico do tempo, substancialmente por meio de suas lojas físicas, vendas diretas a terceiros e pela *internet*, e as modalidades de pagamento aceitas são cartão de crédito e débito, dinheiro e boleto bancário. O alto volume de vendas e a quantidade de lojas requerem controles e processos que garantam a integridade das operações. Devido à relevância dos montantes envolvidos e às características inerentes ao processo de reconhecimento de receita, incluindo o volume e a segurança de captura de todas as vendas dentro do período de competência, consideramos esse tema como um assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria. *Como a nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram: (i) entendimento dos processos e controles internos da Companhia para mensuração e realização das vendas; (ii) avaliação dos sistemas informatizados utilizados no processo contando com especialistas em tecnologia; (iii) procedimentos de confirmação externa para uma amostra da base que compõe o saldo de contas a receber mediante o envio de cartas de confirmação; (iv) verificação, por amostragem, das documentações suporte das vendas realizadas no exercício; (v) teste de corte de competência das receitas, com base em amostra de transações; e (vi) análise mensal das receitas utilizando dados agregados e desagregados para identificar relações ou movimentações dissonantes às nossas expectativas baseadas em nosso conhecimento da Companhia e do setor de varejo. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as políticas de reconhecimento de receitas adotadas pela diretoria, bem como as respectivas divulgações efetuadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. 2. Estoques: Conforme mencionado na nota explicativa 7, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía estoques no montante de R$ 274.744 mil, distribuídos nas lojas e no centro de distribuição no Estado do Rio de Janeiro, e são compostos por grande variedade de produtos, o que requer um sistema de controle e logística para gerenciamento apropriado. Além disso, o grande volume de compras e vendas de mercadorias faz com que a valorização dos estoques se torne complexa e relevante. Devido ao montante envolvido, elevado número de entradas e saídas, bem como a quantidade de itens em estoques e em localidades distintas, consideramos esse tema como um assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento dos processos e controles internos da Companhia relacionados à contagem física e monitoramento dos estoques; (ii) acompanhamento, em bases amostrais, da contagem física dos estoques de lojas e centro de distribuição; e (iii) verificação por amostragem das documentações de compras e recálculo do custo médio dos itens selecionados; (v) avaliação dos critérios utilizados pela diretoria para cálculo da provisão para perdas na realização dos estoques e revisão dos cálculos efetuados; e (vi) avaliação da necessidade de provisão para perdas na realização dos estoques com base nas vendas realizadas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os estoques, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as políticas de monitoramento e valorização dos estoques adotadas pela diretoria, bem como as respectivas divulgações efetuadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Rio de Janeiro, 31 de março de 2023. ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC-SP015199/F; Wilson J. O. Moraes - Contador CRC-RJ107211/O.

Rio Galera Energética S.A.

CNPJ/MF nº 09.629.925/0001-70

Balanços Patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

Ativo	**2022**	**2021**
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	–	12
Impostos a recuperar	1	1
Total do ativo circulante	**1**	**13**
Não circulante		
Imobilizado	4.725	4.720
Total do ativo circulante	**4.725**	**4.720**
Total do ativo	**4.726**	**4.733**
Passivo	**2022**	**2021**
Circulante		
Impostos e contribuições a recolher	3	3
Total do passivo circulante	**3**	**3**
Patrimônio líquido		
Capital social	4.641	4.638
Reserva de lucros	82	92
Total do patrimônio líquido	**4.723**	**4.730**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**4.726**	**4.733**

As demonstrações financeiras completas contendo as notas explicativas, acompanhadas do parecer da auditoria externa, sem ressalvas, encontram-se no site (https://www.elera.com/transparencia/) e na sede da Companhia.

Demonstrações do Resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de reais)*

Receitas operacionais	2022	2021		2022	2021
Despesas gerais e administrativas	(10)	–	Despesas financeiras	–	–
Outras receitas (despesas) operacionais	–	82		–	(1)
	(10)	82	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(10)	81
Lucro operacional antes do resultado financeiro	(10)	82	**Imposto de renda e contribuição social**		
Resultado financeiro			Corrente	–	–
Receitas financeiras	–	(1)	Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(10)	81

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de reais)*

		Reserva de lucros					
	Capital social	Dividendos Complementares	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total	Recursos destinados a aumento de capital	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**4.588**	–	**11**	–	**4.599**	**50**	**4.649**
Aumento de capital via capitalização de AFAC	50	–	–	–	50	(50)	–
Lucro líquido do exercício	–	–	–	81	81	–	81
Reserva de dividendos complementares	–	–	81	(81)	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**4.638**	–	**92**	–	**4.730**	–	**4.730**
Aumento de capital no exercício	3	–	–	–	3	–	3
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	(10)	(10)	–	(10)
Reserva de dividendos complementares	–	–	(10)	10	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**4.641**	–	**82**	–	**4.723**	–	**4.723**

Carlos Gustavo Nogari Andrioli – Diretor CPF: 861.403.379-68
Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira – Diretor CPF: 071.000.747-70
Érica Moraes da Costa Lisboa Ferreira – Contador CRC RJ 119.036-O
Hamilton Ferreira da Silva – Controller CRC ISP 217.225-O

Diário do Acionista

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628

publicidade@diariodoacionista.com.br

TERMOMACAÉ

Termomacaé S.A.

CNPJ Nº 02.290.787/0001-07 - Nire 33.3.0033003-8

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2022

Cumprindo os preceitos legais e disposições estatutárias, apresentamos as Demonstrações Financeiras da Termomacaé S.A. (Termomacaé) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas na forma da legislação societária e acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, emitido pela KPMG Auditores Independentes.

MENSAGEM DA DIRETORIA

A Termomacaé S.A. ("Termomacaé") é uma subsidiária integral da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras e foi constituída em 15 de outubro de 1997, cujo objeto social é a produção independente de energia elétrica, podendo realizar as atividades de gerenciamento, implantação, operação e manutenção de ativos de energia elétrica e, ainda, a participação no capital social de outras sociedades. A Termomacaé é proprietária da UTE Termomacaé (UTE-TMA) com capacidade instalada de 923 megawatts MW, localizada no Município de Macaé, Estado do Rio de Janeiro, a qual se encontra arrendada para a Petrobras.

Sob a ótica financeira, alcançamos em 2022 um fluxo de caixa operacional de R$ 55.837 mil. Outro fato importante foi o pagamento em 05 de dezembro de 2022 do valor de R$ 170.000 mil à acionista Petrobras relativo à redução de capital por excessividade de caixa, conforme a deliberação em Assembleia Geral de Acionistas realizada em 29 de setembro de 2022.

Além disso, os resultados alcançados pela Termomacaé em 2022 permitiram o pagamento de dividendos intercalares à acionista Petrobras de R$ 32.291 mil em 29 de dezembro de 2022.

Tendo em vista a geração de caixa e o resultado auferido, a Diretoria Executiva da Termomacaé está propondo o encaminhamento à Assembleia Geral de Acionistas a distribuição de R$ 32.541 mil em dividendos adicionais, com previsão de pagamento para o dia 15 de maio de 2023.

ASG – AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA

As boas práticas de governança corporativa e *compliance* constituem um pilar de sustentação para os nossos negócios. Assim, assumimos compromissos em nossa estratégia com base nas boas práticas adotadas pela controladora Petrobras, que se traduzem em assegurar um modelo de governança que permita o equilíbrio entre eficiência e controle; e atuar de forma íntegra e transparente, com tolerância zero à fraude e à corrupção.

Nossa estratégia inclui o permanente compromisso de respeito aos direitos humanos, cuja intenção é o olhar cuidadoso que temos com nossos públicos, bem como os princípios éticos e compromissos de conduta que percorre nossas relações, vêm permitindo o desenvolvimento de uma cultura de integridade, com o fortalecimento dos nossos controles internos e de nossa governança corporativa.

A segurança e o compromisso com a vida são valores sólidos em nossa empresa e considerados em todas as nossas decisões.

O foco permanente é a implementação de avanços significativos na governança corporativa e nos sistemas de integridade, *compliance* e controles internos da Termomacaé. E adotamos rigorosos padrões de ética e integridade por meio de iniciativas que reforçam nosso propósito, valores e compromisso com a melhoria contínua.

Temos como propósito prover energia que assegure a prosperidade de forma ética e segura e competitiva. Para isso, o respeito à vida, às pessoas e ao meio ambiente, a ética e transparência são nossos valores, assim como a orientação ao mercado, resultados, superação e confiança.

Nesse sentido, as temáticas sociais e de governança são determinantes para nossos negócios, pois entendemos que a geração de valor não vem apenas da gestão do ativo, mas da forma de fazê-la.

A situação atual reforça a importância dos nossos pilares estratégicos, que devem continuar a serem seguidos ainda com mais foco. Continuaremos atuando com alta produtividade, redução de custos e respeito às pessoas, ao meio ambiente e à segurança, contribuindo positivamente para a Acionista Petrobras e para a sociedade.

Todas nossas conquistas ao longo de 2022 são resultado de muito afinco e trabalho árduo e elas seriam impossíveis sem o pleno empenho e dedicação de nossos colaboradores.

Continuaremos atuando com disciplina de capital com foco na geração de valor. Gostaríamos de destacar, nosso reconhecimento à Acionista Petrobras pelo importante papel e contínuo apoio à execução da nossa estratégia.

Convidamos todos vocês a conhecer as Demonstrações Financeiras do exercício de 2022 da Termomacaé.

ASPECTOS OPERACIONAIS

O atual modelo de negócios da Termomacaé consiste na locação, para a Petrobras, de seu ativo de geração de energia elétrica, a UTE Termomacaé, com a cessão de seus empregados para a realização das atividades.

Em 16/10/2007, a ANEEL aprovou, por meio da Resolução Autorizativa nº 1.079, a transferência da outorga de produtor independente de energia da Termomacaé S.A. para a PETROBRAS, objeto da autorização da Resolução nº 551, de 15/12/2000, em decorrência da locação da UTE Termomacaé.

Em dezembro de 2019, a Termomacaé celebrou novo Contrato de Locação e Outras Avenças com a PETROBRAS, cujo objeto é a locação UTE Termomacaé pela PETROBRAS pelo prazo de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado por até igual período, refletindo as condições atuais de mercado com base no Laudo de Avaliação externa independente, corrigidas anualmente com base na variação do IPCA. Em dezembro de 2022, o Contrato de Locação foi prorrogado por mais 1 (um) ano por meio de celebração de Termo Aditivo, com vigência até dezembro de 2023.

Em novembro de 2022, a Termomacaé completou, com muito orgulho, 21 anos de operação comercial da usina.

Em 16/12/2022, foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária a revisão do Estatuto Social da Termomacaé para a atualização do capital social da Companhia.

ASPECTOS COMERCIAIS

Conforme estabelecido no Contrato de Locação e Outras Avenças, compete à Petrobras a operação e manutenção da UTE Termomacaé, às suas expensas, além do ônus e ganhos decorrentes das liquidações de energia perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, referente ao período em que a PETROBRAS detiver o direito sobre a energia gerada pela usina, conforme previsão no referido Contrato.

ASPECTOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

Em 2022, a Termomacaé registrou o Lucro Líquido de R$ 68.384 mil, conforme apresentado na **Tabela 1**, abaixo.

Tabela 1 - Demonstração de Resultado do Exercício 2022 x 2021

DRE (R$ mil)	2022	2021	Var. %
Receita de Arrendamento	**82.596**	**74.564**	**11%**
Custo de Arrendamento	(30.152)	(30.152)	0%
Lucro Bruto	**52.444**	**44.412**	**18%**
Gerais e Administrativas	(9.724)	(9.993)	-3%
Tributárias	(3.539)	(726)	387%
Outras Recietas (Despesas), Líquidas	(3.483)	2.263	-254%
Total das Despesas Operacionais	**(16.746)**	**(8.456)**	**98%**
Lucro antes do result. financ. e impostos	**35.698**	**35.956**	**-1%**
Resultado financeiro líquido	**43.907**	**36.885**	**19%**
Receitas financeiras	41.442	13.130	216%
Despesas financeiras	(57)	(51)	12%
Variações cambiais e monetárias, líquidas	2.522	23.806	-89%
Lucro antes dos impostos	**79.605**	**72.841**	**9%**
Imposto de renda e contribuição social	(11.221)	(14.388)	-22%
Lucro líquido do exercício	**68.384**	**58.453**	**17%**

A seguir, serão apresentados os comentários sobre as principais variações ocorridas em cada rubrica da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) de 2022.

Lucro Bruto

Destaca-se que em dezembro de 2022 foi assinado novo Aditivo ao Contrato de locação da UTE-TMA com vigência até dezembro de 2023, mantendo as demais cláusulas estabelecidas no Contrato original.

Considerando o reajuste do contrato de locação em dezembro de 2022 pelo índice IPCA, o Lucro Bruto encerrou o exercício de 2022 em R$ 52.444 mil, correspondente a 18% em comparação ao resultado de R$ 44.412 mil registrado em 2021.

Despesas Gerais e Administrativas

O saldo de Despesas Gerais e Administrativas encerrou o exercício de 2022 em R$ 9.724 mil mantendo-se no patamar do saldo auferido no exercício de 2021 de R$ 9.993 mil.

Despesas Tributárias

Em 31 de dezembro de 2022, foi apurado o saldo de R$ 3.539 mil em Despesas Tributárias, maior que o saldo apurado em 31 de dezembro de 2021, principalmente em função de maior receita financeira dos recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP) junto ao Banco do Brasil.

No período de janeiro a setembro de 2022, a Termomacaé compensou o valor de R$ 2.095 mil relativo à recuperação dos valores recolhidos de PIS/COFINS, incidente sobre receitas não operacionais, considerando a inconstitucionalidade do §1º do art. 3º da Lei 9.718/98, nos exercícios de 2001 a 2004, o que acarretou o menor desembolso de tributos no exercício de 2022, refletindo no maior aproveitamento do fluxo de caixa operacional da Companhia. Esses créditos foram levantados pela Administração da Termomacaé e pela unidade de Contabilidade e Tributário Apuração de Tributos Federais sobre Faturamento da controladora Petrobras e contou com o suporte do Jurídico da Termomacaé. Maiores informações podem ser encontradas nas Notas Explicativas em destaque nas Demonstrações Financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, devidamente auditadas pela KPMG Auditores Independentes.

Outras Despesas Líquidas

O saldo de Outras Despesas Líquidas encerrou o ano de 2022 com o valor de R$ 3.483 mil devido às provisões relativas as contingências judiciais do exercício.

Resultado Financeiro Líquido

Quando analisamos as receitas financeiras em 2022 registradas com o saldo de R$ 43.907 mil, auferimos um melhor resultado em comparação ao exercício de 2021, principalmente devido ao maior rendimento com aplicação financeira, reflexo da elevação da rentabilidade do FIDC.

Lucro líquido atribuível à acionista Petrobras

O lucro líquido em 2022 foi de R$ 68.384 mil 17% superior ao Lucro de R$ 58.453 mil apurado em 2021. Esse aumento expressivo se deve principalmente à maior receita com recebíveis de ativo financeiro em 2022, decorrente da elevação no rendimento do FIDC sobre o saldo aplicado e do aumento do lucro bruto em função da atualização monetária do reajuste do Contrato de arrendamento, compensados com a da redução de despesas de IR/CS em face ao menor lúcro tributável.

DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Nossa Política de Remuneração aos Acionistas tem como princípios, dentre outros, estabelecer as regras e procedimentos relativos à distribuição de proventos por meio de Dividendos e/ou Juros sobre Capital Próprio (JCP), de maneira transparente e de acordo com as normas legais, estatutárias e demais regulamentos internos, buscando garantir a perenidade e a sustentabilidade financeira de curto e médio prazos e promover a previsibilidade do fluxo de pagamentos de proventos aos acionistas.

Como previsto na Política, a decisão de distribuição de dividendos e/ou demais proventos do exercício social de 2022, levou em consideração diversos fatores e variáveis, tais como os nossos resultados, condição financeira, necessidades de caixa, além das perspectivas futuras.

Considerando o Lucro Líquido apurado em 31 de dezembro de 2022, a Reserva Legal foi constituída mediante a apropriação do limite de 5% do capital social, restando o saldo a destinar de R$ 64.965 mil. É importante destacar que, diante do resultado previsto para 2022, a Diretoria deliberou pelo pagamento de dividendos intermediários no valor de R$ 32.291 mil, os quais foram quitados junto à acionista em 29 de dezembro de 2022.

Diante disso, está sendo encaminhada para a apreciação da Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 2023 a proposta de pagamento de remuneração a nossa acionista, em forma de dividendos adicionais, no montante de R$ 32.541 mil.

A Política de Remuneração aos Acionistas pode ser acessada pela internet em nosso site www.petrobras.com.br/pt/quem-somos/participacoes-societarias/.

VISÃO PROPÓSITOS E VALORES

Apresentamos abaixo nossa Visão e Propósito, assim como nossos Valores que foram reafirmados:

"Uma empresa de arrendamento de ativos em energia rentável"

- Respeito à vida, às pessoas e ao meio ambiente;
- Ética e transparência;
- Superação e confiança; e
- Resultados.

GESTÃO DE RISCOS E OPORTUNIDADES

A gestão de riscos representa uma peça importante para o atingimento das metas estabelecidas no Plano Estratégico da empresa, pois busca identificar, medir e desdobrar ações de resposta aos riscos de forma a mitigar seus eventos e efeitos, aumentando a chance de sucesso na realização do nosso planejamento.

Anualmente, levando em consideração a matriz de riscos corporativos da Termomacaé e a estratégia da empresa, são definidos aqueles riscos que devem ser reportados prioritariamente à Administração, passando a ser conhecidos como "Riscos Estratégicos". A seleção dos Riscos Estratégicos é realizada levando em consideração sua importância para a implementação do Plano Estratégico da empresa, sua abrangência, seu grau de severidade e/ou recursos demandados para seu tratamento.

AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA

Programa Compromisso com a Vida

O Programa Compromisso com a Vida, cuja adoção do primeiro ciclo desdobrado pela controladora Petrobras ocorreu em outubro de 2016. É composto por modelos estruturantes definidos com base na análise crítica da gestão de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS), com referência nas melhores práticas desdobradas pela Petrobras às suas participações societárias, buscando o fortalecimento da nossa visão e valores, tendo como base os seguintes princípios:

_ SMS como valor,

_ Respeito à Vida,

_ Gestão Baseada em Risco,

_ Excelência e Transparência no Desempenho.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Termomacaé possui a Assembleia Geral e os seguintes órgãos estatutários:

- Diretoria Executiva;
- Conselho Fiscal com funcionamento permanente;
- Comitê de Auditoria Estatutário compartilhado com a controladora; e
- Comitê de Elegibilidade compartilhado com a controladora.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Relacionamento com Auditores Independentes

Em 03 de maio de 2022 foi celebrado o contrato com a empresa KPMG Auditores Independentes (KPMG), responsável pela prestação de serviços de auditoria independente nos exercícios sociais de 2022 a 2024.

Em 24 de outubro de 2022, a KPMG emitiu o laudo conclusivo de auditoria de asseguração razoável de possíveis créditos de PIS e COFINS (§1º do art. 3º da Lei 9.718/98), contratado pela Termomacaé, visando à confirmação dos valores dos créditos para o aproveitamento pela empresa.

Os serviços prestados pelos nossos auditores são analisados e aprovados pelo Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras - CAECO. Os Auditores Independentes confirmam anualmente por escrito sua independência ao CAECO.

AGRADECIMENTOS

Nós registramos os nossos agradecimentos e reconhecimento aos nossos colaboradores, acionista e parceiros pela confiança e empenho durante o ano de 2022.

Macaé/RJ, 03 de março de 2023.

Aline Dias Leonardi
Diretora Presidente

Marcelo Ferreira Pelegrini
Diretor Administrativo

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS 31 DE DEZEMBRO DE 2022

DECLARAÇÕES

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

As demonstrações financeiras completas, incluindo o relatório da administração, relatório do auditor independente, parecer do conselho fiscal, e o relatório do comitê de auditoria estatutário do conglomerado Petrobras, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:

a) https://www.gov.br/centraldebalancos/#/demonstracoes

b) https://www.diariocomercial.com.br/publicidadelegal

c) https://petrobras.com.br/pt/quem-somos/participacoes-societarias

BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em Milhares de Reais, Exceto se Indicado de Outra Forma)

Ativo	2022	2021
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1	1
Contas a receber, líquidas	8.795	12.250
Contas a receber - FIDC	166.655	333.095
Imposto de renda e contribuição social	4.086	7.374
Impostos e contribuições	2.812	8.425
	182.349	361.145
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Depósitos judiciais	1.601	7.429
Imposto de renda e contribuição social	10.647	-
Impostos e contribuições	62.417	52.635
	74.665	60.064
Investimentos	122.448	152.600
	122.448	152.600
	379.462	573.809

Passivo	2022	2021
Circulante		
Fornecedores	1.699	402
Imposto de renda e contribuição social	-	4.141
Impostos e contribuições	746	668
Dividendos a pagar	-	13.883
Salários, férias, encargos e participações	6.644	5.947
Compromissos contratuais	445	445
	9.534	25.486
Não circulante		
Imposto de renda e contribuição social	4.141	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.913	31.260
Plano de pensão	2.162	2.824
Provisão para processos judiciais e administrativos	26.034	21.107
Compromissos contratuais	561	1.035
	52.811	**56.226**
Patrimônio líquido		
Capital social realizado	275.013	445.013
Reservas de lucros	38.883	44.570
Outros resultados abrangentes	3.221	2.514
	317.117	492.097
	379.462	573.809

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2022	2021
Receita de arrendamento	82.596	74.564
Custo do arrendamento	(30.152)	(30.152)
Lucro bruto	52.444	44.412
Despesas operacionais		
Gerais e administrativas	(9.724)	(9.993)
Tributárias	(3.539)	(726)
Outras receitas (despesas), líquidas	(3.483)	2.263
	(16.746)	(8.456)
Lucro antes do resultado financeiro, participações e impostos	35.698	35.956
Resultado financeiro líquido	43.907	36.885
Receitas financeiras	41.442	13.130
Despesas financeiras	(57)	(51)
Variações monetárias, líquidas	2.522	23.806
Lucro antes dos impostos	79.605	72.841
Imposto de renda e contribuição social	(11.221)	(14.388)
Lucro líquido do exercício	68.384	58.453
Lucro básico e diluído por ação (em R$)	0,16	0,07

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	68.384	58.453
Itens que não serão reclassificados para o resultado	707	1.997
Resultado abrangente total	69.091	60.450

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Capital subscrito e integralizado	Outros resultados abrangentes	Reservas de lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
		Ganhos (perdas) atuariais com planos de benefícios definidos	Legal	Dividendos adicionais propostos		
Saldos em 1º de janeiro de 2021	837.635	517	-	-	(392.622)	445.530
Redução de capital para absorção de prejuízos	(392.622)	-	-	-	392.622	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	58.453	58.453
Outros resultados abrangentes	-	1.997	-	-	-	1.997
Destinações:						
Apropriação do lucro líquido em reserva	-	-	2.923	-	(2.923)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(13.883)	(13.883)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	41.647	(41.647)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	445.013	2.514	2.923	41.647	-	492.097
	445.013	2.514	-	44.570	-	492.097
Saldos em 01 de janeiro de 2022	445.013	2.514	2.923	41.647	-	492.097
Redução de capital	(170.000)	-	-	-	-	(170.000)
Dividendos adicionais	-	-	-	(41.647)	-	(41.647)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	68.384	68.384
Outros resultados abrangentes	-	707	-	-	-	707
Destinações:						
Apropriação do lucro líquido em reserva	-	-	3.419	32.541	(35.960)	-
Dividendos intermediários	-	-	-	-	(32.424)	(32.424)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	275.013	3.221	6.342	32.541	-	317.117
	275.013	3.221		38.883	-	317.117

continua

TERMOMACAÉ

Termomacaé S.A.

CNPJ Nº 02.290.787/0001-07 - Nire 33.3.0033003-8

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2022	2021
Receitas		
Arrendamento e outras receitas	91.135	82.339
	91.135	82.339
Insumos adquiridos de terceiros	(7.925)	317
Valor consumido bruto	**83.210**	**82.656**
Depreciação e amortização	(30.152)	(30.164)
Valor consumido líquido pela companhia	53.058	52.492
Valor adicionado recebido em transferência	**49.399**	**36.936**
Valor adicionado total a distribuir	**102.457**	**89.428**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e administradores	5.606	7.656
Tributos	22.975	23.268
Instituições financeiras e fornecedores	5.492	51
Acionistas	68.384	58.453
Valor adicionado total distribuído	**102.457**	**89.428**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2022	2021
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais	55.837	56.547
Recursos líquidos gerados (utilizados nas) nas atividades de investimentos	204.361	(56.547)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamentos	(260.198)	-
Efeito líquido do caixa e equivalentes de caixa do exercício	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1	1
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1	1

Notas explicativas (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. A companhia e suas operações

A Termomacaé S.A. ("companhia"), controlada da Petróleo Brasileiro de S.A. – Petrobras, foi constituída em 15 de outubro de 1997 e iniciou suas atividades operacionais em 29 de novembro de 2001, tendo por objeto social a produção independente de energia elétrica, podendo realizar atividades de gerenciamento, implantação, operação e manutenção de Usinas de geração de energia elétrica e, ainda, a participação no capital de outras sociedades. A companhia é proprietária da UTE Termomacaé que possui 20 turbinas de geração de energia elétrica, com capacidade bruta de geração de 923 megawatts (MW).

Em 25 de abril de 2006, a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras ("Petrobras") adquiriu as quotas da Termomacaé das antigas proprietárias El Paso Energy Cayger II Company (Cayger II) e a El Paso Energy Cayger IV Company (Cayger IV).

Em 1º de outubro de 2007, foram firmados dois contratos com a Petrobras, um referente à locação da UTE Termomacaé, e o outro referente à prestação de serviços de Operação e Manutenção (O&M) da UTE Termomacaé. O Contrato de O&M foi encerrado em 30 de setembro de 2014 e o contrato de locação, após alguns aditivos, foi encerrado em 31 de outubro de 2015.

A partir do exercício de 2015, foram celebrados apenas contratos de locação da UTE Termomacaé com a Petrobras, pelo prazo de dois anos, com condições econômicas atualizadas à época das negociações. O contrato de aluguel atual tem vigência até 11 de dezembro de 2023, e as condições estão apresentadas na nota explicativa 1.1.1.

O contrato de locação da Usina foi classificado, contabilmente, como um arrendamento mercantil operacional, uma vez que não transfere os riscos e os benefícios inerentes à propriedade da mesma. Adicionalmente, foram consideradas as avaliações elencadas abaixo:

- O prazo do arrendamento não equivale à maior parte da vida econômica da usina;
- Na data da celebração do arrendamento, o valor presente dos recebimentos do arrendamento não equivale substancialmente à totalidade do valor justo da usina; e
- A Usina não possui sua natureza tão especializada de forma que não possa ser utilizada por outra entidade distinta do atual arrendatário.

Em 01 de novembro de 2018, conforme ata de reunião dos sócios quotistas, foi aprovada a transformação societária da Termomacaé Ltda. para sociedade por ações na forma de sociedade anônima de capital fechado, passando a ser denominada como Termomacaé S.A.

A companhia mantém transações relevantes com a controladora Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e segue o Plano de Negócios desta na condução de suas operações. Portanto, estas demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, complementadas por pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão apresentadas nas respectivas notas explicativas, conforme indicado na nota explicativa 3.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos relevantes que requerem maior nível de julgamento e complexidade estão divulgados na nota explicativa 4.

A Diretoria Executiva da companhia, em reunião realizada em 03 de março de 2023, autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras.

2.1. Demonstração do valor adicionado

Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas e foi preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08.

2.2. Moeda funcional

A moeda funcional da companhia é o real, que é a moeda de seu ambiente econômico de operação.

3. Sumário das principais práticas contábeis

Para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras, essas práticas são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações, disponíveis nas demonstrações financeiras completas, conforme lista a seguir:

6. Contas a receber

7. Imobilizado

9. Tributos

10. Compromissos contratuais

11. Benefícios a empregados

12. Patrimônio líquido

13. Receita de arrendamento

18. Processos judiciais e contingências

19.1. Instrumentos financeiros – Caixa e equivalente de caixa

3.1. Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

3.1.1. Ativos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo, os ativos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão são adicionados ou reduzidos.

b) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros são geralmente classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimentos em instrumento patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
- Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

3.1.2. Passivos Financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento e inicialmente mensurado a valor justo. Caso não seja classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão reduzem ou aumentam esse valor.

b) Classificação e mensuração subsequente

Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período.

4. Estimativas e julgamentos relevantes

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem diferir dos valores estimados.

A seguir são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da companhia.

4.1. Redução ao valor recuperável de ativos – *Impairment*

A Companhia avalia o ativo imobilizado quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Essa avaliação é efetuada ao menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos (Unidade Geradora de Caixa – UGCs).

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou Unidade Geradora de Caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Companhia, o valor recuperável utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado.

O valor em uso é estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros decorrentes do uso contínuo dos respectivos ativos. Os fluxos de caixa são ajustados pelos riscos específicos e utilizam taxas de desconto pré-imposto, que derivam do custo médio ponderado de capital (WACC) pós-imposto. As principais premissas dos fluxos de caixa são: preços baseados no último Plano de Negócios e Gestão e Plano Estratégico divulgado pela Petrobras; custos operacionais de mercado e investimentos necessários para realização dos projetos da Companhia.

4.2. Benefícios de pensão e outros benefícios pós-emprego

Os compromissos atuariais e os custos com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria e os de assistência médica dependem de uma série de premissas econômicas e demográficas.

Dentre as principais utilizadas estão:

- Taxa de desconto - compreende a curva de inflação projetada com base no mercado mais juros reais apurados por meio de uma taxa equivalente que conjuga o perfil de maturidade das obrigações de pensão e saúde com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo brasileiro;
- Taxa de variação de custos médicos e hospitalares - premissa representada pela projeção de taxa de crescimento dos custos médicos e hospitalares, baseada no histórico de desembolsos para cada indivíduo (per capita) da companhia nos últimos cinco anos, que se iguala à taxa da inflação geral da economia no prazo de 30 anos.

Essas e outras estimativas são revisadas anualmente e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas, além do comportamento real das premissas atuariais.

4.3. Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

A companhia é parte envolvida em processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais e trabalhistas decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Termomacaé com base em pareceres de seus assessores jurídicos, quando necessário, e nos julgamentos da Administração.

Essas estimativas são realizadas de forma individualizada ou por agrupamento de casos com teses semelhantes e essencialmente levam em consideração fatores como a análise dos pedidos realizados pelos autores, robustez das provas existentes, precedentes jurisprudenciais de casos semelhantes e doutrina sobre o tema.

Decisões judiciais e administrativas em ações contra a companhia, nova jurisprudência, alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração na probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise de seus fundamentos.

4.4. Tributos diferidos sobre o lucro

A companhia realiza julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações financeiras. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros.

4.5. Perdas de crédito esperadas

A provisão de perdas de crédito esperadas (PCE) para ativos financeiros se baseia em premissas de risco de default, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, entre outras. Para tal, a companhia utiliza julgamentos nessas premissas, além de informações sobre atrasos nos pagamentos e avaliações do instrumento financeiro com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.

4.6. Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela companhia. A companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus assessores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza.

5. Destinação do resultado e dividendos

O lucro de R$ 68.384 mil relativo ao exercício de 2022 (R$ 58.453 em 2021), está sendo destinado pela administração da Companhia conforme segue:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	68.384	58.453
Apropriação:		
Reserva legal	3.419	2.923
Dividendos propostos do lucro líquido	64.965	55.530
Total da destinação do lucro líquido do exercício	68.384	58.453
Dividendos propostos do lucro líquido		
Dividendos mínimos obrigatórios	-	14.613
Dividendos intermediários imputados aos dividendos mínimos	32.424	-
Dividendos adicionais da parcela remanescente do lucro líquido	32.541	41.647
	64.965	56.260

A proposta de remuneração aos acionistas relativa ao exercício de 2022 a ser encaminhada à aprovação da AGO de 2023, no montante de R$ 64.965, contempla os dividendos intermediários distribuídos no montante de R$ 32.424, já atualizados monetariamente e imputados ao dividendo mínimo obrigatório, e os dividendos adicionais propostos de R$ 32.541 oriundos da parcela remanescente do lucro líquido do exercício.

Antecipação de remuneração aos acionistas relativa ao exercício de 2022

Em reunião realizada em 06 de dezembro de 2022, nos termos do artigo nº73 do Estatuto Social da Companhia, a Diretoria Executiva deliberou pelo pagamento de dividendos antecipados no montante de R$ 32.391 mil, com base no resultado do 1º semestre de 2022, conforme quadro a seguir:

	2022
Dividendos intermediários	32.391
Atualização monetária das antecipações pela Selic	33
Total dos dividendos intermediários atualizados monetariamente pela Selic	**32.424**

O pagamento foi efetuado em 29 de dezembro de 2022. Esses dividendos serão descontados da remuneração que vier a ser distribuída aos acionistas no encerramento do exercício de 2022. O valor foi atualizado monetariamente, de acordo com a variação da taxa Selic, desde a data do efetivo pagamento até 31 de dezembro de 2022. O montante dessa atualização foi de R$ 33.

5.1. Reservas de lucros

Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

5.2. Dividendos

Os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos, que não poderão ser inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações, rateado pelas ações em que se dividir o capital da companhia.

Os dividendos propostos em 31 dezembro de 2021, no montante de R$ 55.530, incluíram os dividendos mínimos obrigatórios no total de R$ 13.883, e os dividendos adicionais propostos de R$ 41.647, aprovados na AGO de 29 de abril de 2022. O pagamento do montante total foi efetuado em 20 de maio de 2022.

No 2º trimestre de 2022, a companhia registrou a atualização monetária sobre os dividendos propostos de 2021, no total de R$ 2.244, cujo pagamento foi realizado em 08 de junho de 2022. O montante total pago em 2022, de dividendos relativos ao exercício de 2021 foi de R$ 57.774.

5.3. Resultado por ação

	2022	2021
Lucro do período atribuível aos acionistas	68.384	58.453
Quantidade de ações	437.560.024	809.121.549
Lucro básico e diluído por ação ordinária (R$ por ação)	0,16	0,07

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro ou (prejuízo) do exercício atribuído aos acionistas da companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação.

RELATÓRIOS E PARECERES

Relatório do Auditor Independente Resumido

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente nos endereços listados abaixo. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido pela KPMG Auditores Independentes Ltda. em 03 de março de 2023 sem modificações.

a) https://www.gov.br/centraldebalancos/#/demonstracoes

b) https://petrobras.com.br/pt/quem-somos/participacoes-societarias/

Parecer do Conselho Fiscal – 2022

O parecer do Conselho Fiscal sobre as Demonstrações financeiras completas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, está disponível nos endereços listado abaixo. O referido parecer do Conselho Fiscal, foi emitido em 10 de março de 2023 e, opina que os documentos apresentados estão em condições de serem deliberados pela Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas da TERMOMACAE.

a) https://www.gov.br/centraldebalancos/#/demonstracoes

b) https://petrobras.com.br/pt/quem-somos/participacoes-societarias/

Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras – Exercício Social 2022

O Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras sobre as atividades realizadas de assessoramento a Diretoria Executiva, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, está disponível nos endereços listado abaixo. O referido Relatório, foi emitido em 03 de março de 2023 e, declara que não foi identificada nenhuma situação de divergência significativa entre a Administração, os Auditores Independentes da KPMG e o próprio Comitê de Auditoria Estatutário em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

a) https://www.gov.br/centraldebalancos/#/demonstracoes

b) https://petrobras.com.br/pt/quem-somos/participacoes-societarias/

ALINE DIAS LEONARDI
DIRETORA PRESIDENTE

MARCELO FERREIRA PELEGRINI
DIRETOR

MARCOS ANTONIO GIBIN DE FREITAS
CONTADOR
CRC-RJ-089868/O-2

Diário do Acionista
As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade
Tels.: (21)
3556-3030
96865-1628

ÁGUAS DE ARAÇOIABA S.A. CNPJ: 11.347.020/0001-50

Balanço patrimonial Em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	48	79
Contas a receber de clientes	7	2.659	2.366
Estoques		257	292
Despesas antecipadas		8	50
Créditos com partes relacionadas	19	59	17
Tributos a recuperar		4	28
Outros créditos		25	46
		3.060	2.878
Não circulante			
Depósitos judiciais		3	3
Ativo de direito de uso	8	52	134
Imobilizado	9	254	256
Ativo de contrato	10	11.181	10.634
Intangível	11	18.976	17.087
		30.466	28.114
Total do Ativo		33.526	30.992

Passivo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Fornecedores	12	605	716
Empréstimos e financiamentos	13	177	125
Passivos de arrendamento	13	57	85
Obrigações tributárias	14	81	36
Obrigações trabalhistas		459	357
Ônus da concessão	16	408	361
Débitos com partes relacionadas	19	107	84
Adiantamento de clientes		20	20
Outras obrigações	17	106	205
		2.020	1.989
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	9.800	9.813
Passivos de arrendamento	13	-	60
Tributos diferidos	15	80	85
Provisões para contingências	18	-	29
		9.880	9.987
Patrimônio líquido	20		
Capital social		44.409	35.349
Prejuízos acumulados		(22.783)	(16.333)
		21.626	19.016
Total do passivo e patrimônio líquido		33.526	30.992

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida	21	18.529	20.773
Custo dos serviços prestados	22	(18.607)	(21.040)
Lucro bruto		(78)	(267)
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	23	(5.403)	(3.678)
Outras receitas operacionais		140	59
		(5.263)	(3.619)
Resultado operacional antes do resultado		(5.341)	(3.886)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	24	230	229
Despesas financeiras	24	(1.344)	(613)
		(1.114)	(384)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(6.455)	(4.270)
Imposto de renda e contribuição social–diferido	15b	5	5
Prejuízo do exercício		(6.450)	(4.265)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo do exercício	(6.450)	(4.265)
Total do resultado abrangente do exercício	(6.450)	(4.265)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

	Capital social Realizado	Capital social A integralizar	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2021	25.850	(1.636)	(12.068)	12.146
Aumento de capital	10.165	970	-	11.135
Prejuízos do exercício	-	-	(4.265)	(4.265)
Saldos 31 de dezembro de 2021	36.015	(666)	(16.333)	19.016
Aumento de capital	9.514	(454)	-	9.060
Prejuízos do exercício	-	-	(6.450)	(6.450)
Saldos 31 de dezembro de 2022	45.529	(1.120)	(22.783)	21.626

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do fluxo de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo do exercício antes dos tributos sobre o lucro	(6.455)	(4.270)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) e o fluxo de caixa líquido:		
Depreciação e amortização	1.573	1.468
Juros sobre empréstimos e financiamentos e arrendamento	1.288	352
Atualização monetária das contingências	(7)	7
Provisão para perdas de crédito das contas a receber	38	(66)
Provisão para contingências	(21)	(787)
Resultado na alienação/baixa de imobilizado/intangível	-	64
Variações dos ativos e passivos		
Perdas de créditos das contas a receber	(331)	246
Estoques	35	(174)
Tributos a recuperar	24	23
Despesas antecipadas	42	248
Outros créditos	21	243
Fornecedores	(111)	475
Ônus da concessão	47	14
Obrigações tributárias	45	(58)
Obrigações trabalhistas	102	55
Partes relacionadas, líquidas	(19)	8
Outras obrigações	(99)	(333)
	(3.828)	(2.485)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(12)
Juros pagos	(1.239)	(483)
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	(5.067)	(2.980)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao imobilizado	(77)	(108)
Adições ao ativo de contrato e intangível	(3.855)	(7.970)
Valor recebido pela venda de imobilizado/intangível	-	31
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	(3.932)	(8.047)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital	8.870	11.135
Recursos para aumento de capital	190	-
Pagamento de juros sobre arrendamentos	(79)	(74)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(13)	(13)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	8.968	11.048
Adição (redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa	(31)	21
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	79	58
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	48	79

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1–Contexto operacional: A Águas de Araçoiaba S.A. (a "Concessionária"), sociedade por ações de capital fechado, com sede localizada à Rua Professor Toledo, 960, Centro, no Município de Araçoiaba da Serra, no Estado de São Paulo–Brasil, controlada pela SAAB–Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A., é uma sociedade de propósito específico de concessão entre a Prefeitura de Araçoiaba da Serra (Concedente), a Companhia de Saneamento Básico de Araçoiaba da Serra–CSA (Interveniente) e a Águas de Araçoiaba S.A. (Concessionária), vencedora do Processo Licitatório nº. 01/08, com vigência de 30 anos, a partir da data de assunção do Sistema pela Concessionária, ocorrida em 30 de novembro de 2009, com término programado para 30 de novembro de 2039, sendo a presente concessão prorrogável por até o limite máximo de mais 30 anos. Seu objeto é a gestão integrada dos sistemas e serviços de saneamento básico de água e de esgotos sanitários no perímetro urbano do Município de Araçoiaba da Serra, Estado de São Paulo. O Serviço Público de Água e Esgoto compreende os serviços de abastecimento de água potável, constituída pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição, e do serviço público de esgotamento sanitário, constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequada dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente. O Serviço Público de Água e Esgoto abrange, ainda, os serviços de planejamento, construção, operação e manutenção das infraestruturas e instalações dos sistemas físicos, operacionais e gerenciais de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário, incluindo a gestão dos sistemas organizacionais, a comercialização dos produtos e serviços envolvidos e o atendimento aos usuários. A remuneração da Concessionária pelos serviços prestados considera a tarifa contratual cobrada diretamente dos usuários, conforme proposto no contrato de concessão, e tem por base os volumes de água e esgoto faturáveis e demais serviços, de forma a possibilitar a devida remuneração do capital investido pela Concessionária. A tarifa, conforme contrato, será reajustada anualmente ou toda vez que for comprovada quebra do equilíbrio econômico-financeiro para uma das partes, de forma a realizar a devida remuneração dos custos de operação, manutenção e financiamentos, decorrentes dos investimentos realizados. O presente contrato de concessão possui cláusula de outorga e também de pagamento de taxa de regulação e fiscalização. Em relação à outorga, deverão ser aplicados 2,5 % sobre o valor da receita operacional, mediante pagamento anual, já em relação ao cálculo da taxa de regulação e fiscalização, é aplicado o percentual de 0,5 % sobre a arrecadação total. Findo o prazo da presente concessão, todos os bens públicos e instalações utilizadas pela Concessionária, bem como todas as obras e instalações por ela realizadas para operar plenamente os serviços concedidos, serão revertidas automaticamente para a Prefeitura de Araçoiaba da Serra sem contrapartida financeira. **Pandemia de COVID-19:** A Concessionária possui uma equipe médica, que continua acompanhando as suspeitas e casos de Covid-19, sempre seguindo as orientações das autoridades de saúde para manter a segurança de seus colaboradores e a continuidade de suas operações. Além disso, contam com o programa de vacinação contra a gripe. A Administração da Concessionária analisou os riscos e incertezas relacionados a pandemia de Covid-19 e não foram identificados impactos relevantes que requeressem ajustes sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos Técnicos ("CPCs"), as Interpretações Técnicas ("ICPCs") e Orientações Técnicas ("OCPCs") do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Adicionalmente, a Concessionária considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Concessionária preparou essas demonstrações financeiras com base no pressuposto de continuidade operacional. A Administração da Concessionária não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade da Concessionária. Em 30 de março de 2023, a diretoria executiva da Concessionária autorizou a conclusão destas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras da Concessionária foram preparadas com base no custo histórico, como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Concessionária. **3. Principais políticas contábeis: 3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. **3.2. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Concessionária. Se o prazo de recebimento é igual ou inferior a um ano, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, através da provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber. Esta provisão é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Concessionária não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais de vencimento. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, as contas a receber não consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa. **3.3. Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado ou os valores líquidos de realização e/ou os de reposição. Os estoques de materiais destinados à construção e melhorias da infraestrutura da concessão são contabilizados no intangível, como parte integrante do contrato de concessão. **3.4. Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), se houver. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a Concessionária. O valor contábil de itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Um item do imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém o controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis econômicas estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Equipamentos de informática	5 anos
Veículos	5 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada exercício e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva. Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos. **3.5. Ativo de contrato:** Os bens vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Concessionária de cobrar pelos serviços prestados aos clientes. Assim, os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos e financiamentos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos transferidos para o ativo intangível. **3.6. Intangível:** a) Sistema de água e esgoto: A Concessionária reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário presente nos contratos de concessão, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê (OCPC 05). O ativo intangível é determinado como sendo o valor da receita de construção auferida na construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Concessionária. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Concessionária. A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro. b) Softwares: As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada. **3.7. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC 48, que determina a classificação dos ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao custo amortizado. Dependendo das características de cada instrumento, eles podem ser classificados em resultado financeiro ou em outros resultados abrangentes. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela Administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais. A Concessionária classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias: Ativos financeiros–custo amortizado: São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. Ativos financeiros–valor justo por meio do resultado: São reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado; e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos. Ativos financeiros–mensuração inicial: No reconhecimento inicial a Concessionária mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. Ativos financeiros–mensuração subsequente: • *Custo amortizado*: esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago. • *Valor justo por meio do resultado*: os ativos classificados dentro desse grupo são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. Passivos financeiros–reconhecimento inicial: Todos os passivos financeiros da Concessionária são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Concessionária incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, passivos de arrendamento, ônus da concessão e débitos com partes relacionadas. Passivos financeiros–mensuração subsequente: • *Custo amortizado*: são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos ou através do acréscimo da taxa efetiva. • *Valor justo por meio do resultado*: são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros: Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e • A Concessionária transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse se transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. Compensação de instrumentos financeiros: Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **3.8. Perda por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros e não financeiros:** Os ativos da Concessionária são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda e, se houver, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso do ativo. A Concessionária baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos abrangem o período da concessão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não foi identificado nenhum evento indicando a não recuperabilidade dos ativos da Concessionária. **3.9. Arrendamentos:** A Concessionária avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. A Concessionária como arrendatária: A Concessionária aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, reconhecendo os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e os ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Ativos de direito de uso: A Concessionária reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Passivos de arrendamento: Na data de início do arrendamento, a Concessionária reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Concessionária usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor: A Concessionária aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **3.10. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Concessionária tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesas no período em que são incorridos. **3.11. Tributos:** Imposto de renda e contribuição social correntes: A Concessionária adota o lucro real como regime de tributação para apuração do imposto de renda e da contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de duzentos e quarenta mil reais anuais para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos tendo como base os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa da contribuição social e as adições e exclusões temporárias, oriundas das diferenças entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores considerados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias oriundas do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que, na data da transação, não afete o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço, avaliando-se a sua recuperabilidade, de acordo com premissas de projeções, e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Tributos sobre as receitas: As receitas de serviços estão sujeitas à Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS, à alíquota de 1,65% e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, à alíquota de 7,60%. Estes encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado. **3.12. Benefícios a empregados:** Os salários, incluindo provisões para férias, 13º salário e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência. A provisão para participação nos resultados é constituída de acordo com a competência, sendo contabilizada como despesa operacional. Plano de previdência privada de funcionários: Os custos do plano de previdência privada, em sua totalidade na modalidade de contribuição definida, são rateados entre os funcionários elegíveis e a Concessionária, participação esta que se inicia na proporção de 50% pelos funcionários e 50% pela Concessionária, percentual que, com o passar do tempo, poderá chegar a 20% para os funcionários e 80% para a Concessionária. **3.13 Provisões:** Geral: São reconhecidas quando a Concessionária possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Provisões para riscos cíveis: O Concessionária é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.14. Receita operacional:** i) Receita de prestação de serviços: Receitas relativas ao tratamento e distribuição de água e de coleta e tratamento de esgotamento sanitário. São reconhecidas por ocasião do consumo de água ou da prestação de serviços. As receitas ainda não faturadas, cujos serviços já foram prestados, são reconhecidas com base em estimativas mensais dos serviços completados. A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água e é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados. ii) Receitas de construção: A receita relacionada à construção, compreende obrigações de desempenho referentes a projetos de infraestrutura, de acordo com o contrato de concessão. Dessa forma, a construção da infraestrutura necessária para a distribuição de água e coleta e tratamento de esgotamento sanitário é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente, sendo a correspondente receita reconhecida ao resultado. Para mensuração destas receitas, a Concessionária estima que a margem é irrelevante, considerando-a zero. Portanto, esta receita de construção é mensurada sem adicional de margem sobre o custo de construção. **3.15. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem as receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros e multas vinculadas à operação. A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa de juros efetiva. As despesas financeiras abrangem substancialmente os juros com empréstimos e financiamentos, juros sobre arrendamentos e descontos concedidos. As despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido. **3.16. Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e refletem as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) –Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3.18. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022:** As normas apresentadas a seguir foram revisadas e passaram a ser aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022 e, portanto, estão sendo adotadas nestas demonstrações financeiras. A adoção dessas alterações de normas não resultou em impacto relevante sobre as divulgações ou os valores divulgados. Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1): As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como: • Contrato oneroso–custos de cumprimento de contrato, • Ativo imobilizado–vendas antes do uso pretendido, e • Referências à estrutura conceitual. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Concessionária. A Concessionária pretende adotar as mudanças para períodos futuros, caso se tornem aplicáveis. **3.19. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão dessas demonstrações financeiras, estão descritas a seguir e todas são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023. A Concessionária pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. CPC 50–Contratos de seguro: Uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Essa norma não se aplica a Concessionária. Alterações ao CPC 26: Classificação de passivos como circulante ou não circulante: A norma especifica os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: i) o que significa um direito de postergar a liquidação; ii) que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; iii) que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Concessionária. Alterações ao CPC 23: Definição de estimativas contábeis e divulgação de políticas contábeis: As alterações na norma esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, há o esclarecimento de como as entidades usam as técnicas de medição e *inputs* para desenvolver as estimativas contábeis. A Concessionária avaliará o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. Alterações ao CPC 32: Tributos diferidos relacionados a ativos e passivos originados de uma simples transação: As alterações restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Concessionária. **4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Julgamentos: A elaboração das demonstrações financeiras pela Concessionária requer que a Administração adote julgamentos profissionais, estimativas e premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. A incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar à necessidade de ajustes em períodos futuros no valor contábil do ativo ou passivo afetado. Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão: A concessionária determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. Os contratos de arrendamento são avaliados, sob o julgamento de haver a intenção de exercer a opção de renovação ou de rescisão. Nesta avaliação, a Concessionária considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Concessionária reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir. Estimativas e premissas contábeis: As principais premissas relativas a incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incertezas nas estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de gerar um ajuste significativo no valor contábil de ativos e passivos no exercício seguinte, são consideradas a seguir: *a) Vida útil dos ativos intangíveis*: Os ativos intangíveis das concessões de serviços públicos são amortizados pelo método linear e refletem o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Concessionária, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Os ativos intangíveis têm a sua amortização iniciada quando estão disponíveis para uso, em seu local e na condição necessária para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Concessionária. *b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas*: A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. *c) Provisão para perdas de crédito de contas a receber*: A provisão para perdas de crédito para as contas a receber é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes, de acordo com os seguintes critérios: *i) Contas vencidas há mais de seis meses*: Esses créditos são considerados como perdas assim que atingem seis meses de atraso, até o limite de R$5, por nota fiscal, de acordo com a Lei nº 9.430/1996 e, a partir de 08/10/2014, até o limite de R$15, de acordo com a Lei nº 13.097/2015, sendo baixados diretamente de contas a receber contra o resultado. *ii) Contas vencidas há mais de um ano*: Esses créditos são considerados como perdas assim que atingem um ano de atraso, de valores acima de R$5 até R$30, por operação, de acordo com a Lei nº 9.430/1996 e, a partir de 08/10/2014, de valores acima de R$15 até R$100, de acordo com a Lei nº 13.097/2015, sendo contabilizados como despesa, tendo como contrapartida a conta redutora de contas a receber. *iii) Perdas gerenciais*: São provisionadas e registradas em conta de resultado, com perdas não dedutíveis para efeito de imposto de renda e contribuição social. -Valores até R$5, vencidas entre 90 e 180 dias, emitidas até 07/10/2014; -Valores até R$15, vencidas entre 90 e 180 dias, emitidas a partir de 08/10/2014; -Valores maiores que R$5, vencidas entre 90 e 365 dias, emitidas até 07/10/2014; -Valores maiores que R$15, vencidas entre 90 e 365 dias, emitidas a partir de 08/10/2014; -Valores maiores que R$30, vencidas há mais de um ano, emitidas até 07/10/2014; -Valores maiores que R$100, vencidas há mais de um ano, emitidas a partir de 08/10/2014. *d) Receita não faturada*: As receitas ainda não faturadas representam serviços prestados para os quais ainda não foram realizadas leituras. São reconhecidas com base em estimativas mensais calculadas de acordo com último faturamento de cada ciclo de leitura. Informações adicionais da receita e contas a receber estão descritas nas Notas 3.18 e 7. **5. Gestão de riscos financeiros: 5.1. Instrumentos financeiros por categoria:** A Concessionária efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores justos, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores contábeis e valores justos dos instrumentos financeiros da Concessionária em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 são como segue:

	Classificação por categoria	Hierarquia do valor justo	31/12/2022 Valor contábil	31/12/2022 Valor Justo	31/12/2021 Valor contábil	31/12/2021 Valor Justo
Ativos financeiros						
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	-	2.704	2.704	2.409	2.409
Passivos financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado	-	605	605	716	716
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	-	9.977	9.977	9.938	9.938
Passivos de arrendamento	Custo amortizado	-	57	57	145	145
Ônus da concessão	Custo amortizado	-	408	408	361	361
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	-	107	107	84	84

As políticas de gerenciamento de risco da Concessionária são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Concessionária está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Concessionária. **5.2. Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado de posições detidas pela Concessionária, incluindo as operações sujeitas às taxas de juros e riscos de preços. Risco de taxas de juros: Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Concessionária ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. Para suprir eventuais necessidades de caixa para desenvolvimento do negócio, a Concessionária obtém empréstimos e financiamentos em moedas locais, sujeitos à flutuação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") e do Índice Nacional de Preços ao Consumidor ("IPCA") e obtém aportes de capital de sua controladora. O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que impactem seus fluxos de caixa. A análise de sensibilidade dos juros sobre os empréstimos e financiamentos (sem os custos de transação) utilizou as projeções do CDI e IPCA para os próximos 12 meses, este definido como cenário provável, por meio dos relatórios de análise econômica do Itaú. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

	Risco	Valor contábil	Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Empréstimos e financiamentos	CDI	(9.964)	(11.311)	(11.648)	(11.985)
Empréstimos e financiamentos	IPCA	(13)	(14)	(14)	(14)
Passivo líquido		(9.977)	(11.325)	(11.662)	(11.999)
Efeito líquido			(1.348)	(1.685)	(2.022)
CDI (a.a.)			13,52%	16,90%	20,28%
IPCA (a.a.)			5,89%	7,36%	8,84%

5.3. Risco de liquidez: É o risco de a Concessionária não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A abordagem da Concessionária na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Concessionária. As tabelas abaixo demonstram análise dos vencimentos para os passivos financeiros em aberto, sem os custos de transação relativos às debêntures, em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (valores não descontados):

	Valor Contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Em 31 de dezembro de 2022				
Fornecedores	605	605	–	–
Empréstimos e financiamentos	9.977	177	9.800	–
Passivos de arrendamento	57	57	–	–
Ônus da concessão	408	408	–	–
Débitos com partes relacionadas	107	107	–	–
	11.154	1.354	9.800	–

	Valor Contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Em 31 de dezembro de 2021				
Fornecedores	716	716	–	–
Empréstimos e financiamentos	9.938	125	13	9.800
Passivos de arrendamento	145	85	60	–
Ônus da concessão	361	361	–	–
Débitos com partes relacionadas	84	84	–	–
	11.244	1.371	73	9.800

5.4. Gestão de capital: Os objetivos da Concessionária ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. E, para atingimento desses objetivos, exerce uma gestão financeira e de capital centralizada. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Concessionária pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras empresas do setor, a Concessionária monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde as debêntures e passivos de arrendamento, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 podem ser assim sumarizados:

	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	9.977	9.938
Passivos de arrendamento (Nota 14)	57	145
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(48)	(79)
Dívida líquida (a)	9.986	10.004
Total do patrimônio líquido (b)	21.626	19.016
Total do capital (a+b)	31.612	29.020
Índice de alavancagem financeira–% [a/(a+b)]	31,59%	34,47%

6–Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	48	79
	48	79

Incluem caixa e depósitos bancários à vista.

7–Contas a receber de clientes

	31/12/2022	31/12/2021
Clientes (a)	2.528	2.164
Clientes–parcelamento (b)	148	215
Pontos arrecadadores (c)	28	30
Perdas de créditos das contas a receber	(45)	(43)
	2.659	2.366

(a) A conta "Clientes" representa o saldo de contas emitidas e ainda não recebidas, além dos valores fornecidos ainda não faturados (ajuste por competência). (b) A conta de "Clientes–parcelamento" refere-se a acordos firmados entre os clientes e a Concessionária para a quitação de seus débitos. (c) Os "Pontos arrecadadores" são agentes arrecadadores que já receberam as contas dos clientes e ainda não repassaram para a Concessionária. O *aging list* de contas a receber é composto da seguinte forma:

	31/12/2022	31/12/2021
A vencer		
Faturado	1.219	1.087
Não faturado	552	465
Vencidas		
Até 30 dias	650	492
De 31 a 60 dias	76	96
De 61 a 90 dias	26	18
De 91 a 180 dias	42	48
Mais de 180 dias	139	203
	2.704	2.409

8–Ativo de direito de uso

	31/12/2022 Custo	31/12/2022 Amortização acumulada	31/12/2022 Valor líquido	31/12/2021 Custo	31/12/2021 Amortização acumulada	31/12/2021 Valor líquido
Imóveis	235	(183)	52	242	(108)	134
	235	(183)	52	242	(108)	134

Movimentação do ativo de direito de uso

	Saldos em 31/12/2021	Remensurações	Amortização	Saldos em 31/12/2022
Imóveis	134	(7)	(75)	52
	134	(7)	(75)	52

	Saldos em 31/12/2020	Adições	Amortização	Saldos em 31/12/2021
Imóveis	204	12	(82)	134
	204	12	(82)	134

9–Imobilizado

	Taxa de depreciação anual	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2022 Valor líquido	31/12/2021 Valor líquido
Equipamentos de informática	20%	541	(392)	149	139
Veículos	20%	107	(77)	30	43
Máquinas e equipamentos	10%	51	(40)	11	8
Móveis e utensílios	10%	148	(84)	64	66
		847	(593)	254	256

Movimentação do imobilizado:	Saldos em 31/12/2021	Adições	Depreciação	Saldos em 31/12/2022
Equipamentos de informática	139	63	(53)	149
Veículos	43	-	(13)	30
Máquinas e equipamentos	8	5	(2)	11
Móveis e utensílios	66	9	(11)	64
	256	77	(79)	254

	Saldos em 31/12/2020	Adições	Baixas	Depreciação	Saldos em 31/12/2021
Equipamentos de informática	91	90	-	(42)	139
Veículos	82	-	(24)	(15)	43
Veículos arrendados	72	-	(72)	-	–
Máquinas e equipamentos	11	-	-	(3)	8
Móveis e utensílios	59	18	-	(11)	66
	315	108	(96)	(71)	256

10 – Ativo de contrato

	31/12/2022	31/12/2021
Infraestrutura em construção	11.181	10.634
	11.181	10.634

Movimentação do ativo de contrato:	Saldos em 31/12/2021	Adições	Transferências	Saldos em 31/12/2022
Infraestrutura em construção	10.634	3.763	(3.216)	11.181
	10.634	3.763	(3.216)	11.181

	Saldos em 31/12/2020	Adições	Transferências	Saldos em 31/12/2021
Infraestrutura em construção	3.917	7.849	(1.132)	10.634
	3.917	7.849	(1.132)	10.634

As transferências ocorridas no exercício de 2022 e 2021 referem-se a movimentações entre o intangível e o ativo de contrato.

11 – Intangível

	Taxa de amortização anual	31/12/2022 Custo	31/12/2022 Amortização acumulada	31/12/2022 Valor líquido	31/12/2021 Valor líquido
Softwares e aplicativos	20%	137	(119)	18	-
Desenvolvimento de projetos	20%	223	(223)	-	-
Concessão/Infraestrutura		26.559	(7.601)	18.958	17.087
		26.919	(7.943)	18.976	17.087

Os valores reconhecidos na linha de concessão/infraestrutura representam o valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão e sua respectiva amortização acumulada. As taxas utilizadas baseiam-se no prazo final da concessão ou na vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Sendo esse montante em 31 de dezembro de 2022 composto pelos seguintes ativos:

	31/12/2022 Custo	31/12/2022 Amortização acumulada	31/12/2022 Valor líquido	31/12/2021 Valor líquido
Captação	624	(204)	420	446
Adutoras	4	(1)	3	3
Estação de Tratamento de Água–ETA	2.747	(967)	1.780	1.744
Reservatório	329	(130)	199	212
Booster	40	(14)	26	28
Elevatória–água	457	(178)	279	298
Substituição/Expansão de rede de água	7.460	(2.242)	5.218	5.451
Ligação de água	2.234	(297)	1.937	1.567
Ligação de esgoto	1.429	(318)	1.111	1.128
Substituição/Expansão de rede de esgoto	5.486	(1.097)	4.389	2.600
Estação de Tratamento do Esgoto–ETE	1.573	(465)	1.108	1.175
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.600	(253)	1.347	1054
Máquinas e equipamentos	2.576	(1.435)	1.141	1.381
	26.559	(7.601)	18.958	17.087

Movimentação do intangível:	Saldos em 31/12/2021	Adições	Amortização	Transferências	Saldos em 31/12/2022
Softwares e aplicativos	-	22	(4)	-	18
Concessão/Infraestrutura	17.087	70	(1.415)	3.216	18.958
	17.087	92	(1.419)	3.216	18.976

	Saldos em 31/12/2020	Adições	Amortizações	Transferências	Saldos em 31/12/2021
Softwares e aplicativos	1	-	(1)	-	-
Desenvolvimento de projetos	1	-	(1)	-	-
Concessão/Infraestrutura	17.147	121	(1.313)	1.132	17.087
	17.149	121	(1.315)	1.132	17.087

As transferências ocorridas no exercício de 2022 e 2021 referem-se a movimentações entre o intangível e o ativo de contrato. **12 – Fornecedores:** Os fornecedores estão assim representados:

Tipo Natureza	31/12/2022	31/12/2021
Mercadoria	588	603
Serviços	17	35
Infraestrutura	-	27
Outros	-	51
	605	716

13 – Empréstimos, financiamentos e passivos de arrendamento

Linha de Crédito	Indexador	Juros	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos e Financiamentos				
FINAME (a)	IPCA	6,11% a.a.	13	26
Capital de giro (b)	CDI	1,16% a.a.	9.964	9.912
Total de Empréstimos e Financiamentos			9.977	9.938
Circulante			177	125
Não circulante			9.800	9.813
Passivos de arrendamentos				
Arrendamentos direito de uso (c)		7,5% a.a.	57	145
Total de arrendamento			57	145
Circulante			57	85
Não circulante			-	60
Endividamento total			10.034	10.083
Endividamento total – Circulante			234	210
Endividamento total – Não circulante			9.800	9.873

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e passivos de arrendamento é como segue:

Empréstimos e financiamentos	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	9.938	9.874
Juros e encargos financeiros	1.282	547
Amortização de principal	(13)	(13)
Amortização de juros	(1.230)	(470)
Saldo final	9.977	9.938
Arrendamentos	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	145	207
Adições e remensurações	(7)	12
Juros e encargos financeiros	7	14
Amortização de principal	(79)	(75)
Amortização de juros	(9)	(13)
Saldo final	57	145

As parcelas de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:

Empréstimos e financiamentos	31/12/2022 Dívida	31/12/2021 Dívida
2023	–	13
2024	9.800	9.800
	9.800	9.813

Arrendamentos	31/12/2022	31/12/2021
2023	–	60
	–	60

(a) A linha de crédito FINAME PSI possui um contrato firmado em 2018 junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social–BNDES com R$ 37 de valor contratado. Este contrato foi celebrado com prazo de carência de 24 (vinte e quatro) meses para amortização do principal, com pagamento de juros trimestrais durante o período de carência e, após, com pagamentos mensais, com vencimento final em 2023. Esta operação tem como objetivo a aquisição de máquinas e equipamentos operacionais, com a finalidade de expandir, modernizar e reforçar a infraestrutura para dar suporte à operação da Concessionária e é amparada por alienação fiduciária dos bens e aval de Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. (b) Em novembro de 2019 a Concessionária contratou empréstimo de capital de giro no valor de R$ 9.800. Este contrato foi celebrado com prazo de carência de 50 (cinquenta) meses para amortização do principal, com pagamento de juros trimestrais, inclusive durante o período de carência, com vencimento final para 2024. Esta operação proporcionou troca de parte da dívida da Concessionária, mediante quitação da maioria dos contratos FINAME PSI e quitação total do contrato Automático, somando R$ 5.691 de valores liquidados, proporcionando redução do custo financeiro e aumento no prazo médio da dívida, impactando positivamente no fluxo de caixa. (c) O ativo de direito de uso decorrente de contratos de passivos de arrendamento está apresentado na Nota 8. **14–Obrigações tributárias:** Os impostos e contribuições estão assim representados:

	31/12/2022	31/12/2021
PIS/COFINS/CSLL retidos	14	9
ISS	17	9
IRRF	21	14
PIS	3	1
ICMS	12	-
COFINS	14	3
Total	81	36

15–Imposto de renda e contribuição social: a) Composição dos tributos diferidos: Os tributos diferidos são contabilizados para refletir os impactos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, cujos efeitos ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem às bases de cálculo.

	31/12/2021	31/12/2022
Ajustes do Regime de tributação transitório Lei nº 12.973/2014 (i)	(85)	(80)
Passivo fiscal diferido	(85)	(80)

b) Conciliação da taxa efetiva:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(6.455)	(4.270)
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social–alíquotas vigentes	2.195	1.452
(Adições) exclusões no cálculo do tributo:		
Permanentes (despesas indedutíveis)	(2)	-
Créditos fiscais sobre despesas temporárias não contabilizados	27	258
Créditos fiscais sobre prejuízos fiscais não contabilizados	(2.215)	(1.705)
Total de despesas de imposto de renda e da contribuição social	5	5
Alíquota efetiva	0,08%	0,12%

16–Ônus da concessão: O valor de R$ 408 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 361 em 31 de dezembro de 2021) representa o exigível do Contrato de Concessão junto à Prefeitura de Araçoiaba da Serra, calculado com base em um percentual de 2,5% sobre a receita operacional dos serviços prestados de distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto dos respectivos exercícios, e 0,5% sobre a arrecadação total referente à taxa de regulação e fiscalização, referente à competência de dezembro. **17–Outros exigíveis:** O saldo da conta de outros exigíveis tem a seguinte composição:

	31/12/2022	31/12/2021
Participação nos resultados–empregados	-	85
Retenção contratual	94	113
Outros	12	7
	106	205

18–Provisão para contingências: As provisões para contingências são constituídas para fazer face às perdas em processos judiciais e administrativos, os quais, quando aplicável, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são baseadas na opinião do departamento jurídico da Concessionária e de seus assessores legais. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. As provisões estão assim demonstradas:

	31/12/2022	31/12/2021
Cíveis	–	29
Total	–	29

Processos com probabilidade de perda classificada como possível: A Concessionária está envolvida em ações para as quais possui expectativa de perda possível, apresentando como posição do passivo contingente em 31 de dezembro de 2022 o valor de R$ 197 para contingências cíveis (R$ 25 em 31 de dezembro de 2021) e valor de R$ 341 para contingências trabalhistas (R$ 256 em 31 de dezembro de 2021). **19–Partes relacionadas:** Remuneração de pessoal chave da Administração: Os diretores são as pessoas chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Concessionária. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram pagos pela Concessionária o montante total de R$ 59 (R$ 11 em 31 de dezembro de 2021). Abaixo os valores estão segregados por natureza:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração	3	8
Encargos sociais	1	2
Outros	-	1
	4	11

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não foi pago valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo), e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Resumo das transações com partes relacionadas	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante:		
Créditos com partes relacionadas (a)		
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	57	10
Águas de Jahu	2	-
Águas de Juturnaíba S/A	-	7
	59	17
Passivo circulante		
Débitos com partes relacionadas (a)		
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	(107)	84
	(107)	84
Resultado com partes relacionadas		
Despesas		
Contrato de gestão–*Management Fee* (a)		
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	(772)	(707)

(a) Os saldos decorrem de transações entre concessionárias do mesmo grupo econômico, vinculadas à compra e venda de materiais ou das prestações de serviços, oriundos do: i) contrato de fruição de utilidades comuns com a Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda., resultando na estrutura da Unidade de Administração Central (UAC) para as áreas de finanças, planejamento, recursos humanos, tecnologia da informação e logística; ii) do contrato de gestão centralizada (*Management Fee*) com a Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. **20–Patrimônio líquido:** a) Capital social: O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2022 é de R$ 45.529 (R$ 36.015 em 31 de dezembro de 2021) e o capital a integralizar é de R$ 1.120, perfazendo R$ 44.409 de capital realizado, que está representado por 45.529.450 (quarenta e cinco milhões, quinhentos e vinte e nove mil, quatrocentas e cinquenta) ações ordinárias nominativas, no valor de um real cada uma. Em 20 de janeiro e 21 de setembro de 2022, em Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas, foi aprovado o aumento de capital social nos valores de R$ 4.514 e R$ 5.000, respectivamente, sendo R$ 190 integralizados mediante baixa de adiantamento para futuro aumento de capital, R$ 8.204 integralizados em moeda corrente nacional e R$ 1.120 a integralizar.

	31/12/2022 Quantidade de ações	31/12/2022 Participação (%)	31/12/2021 Quantidade de ações	31/12/2021 Participação (%)
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	45.529.450	100,000000%	36.014.998	99,99999%
Queiroz Galvão Saneamento S.A.	-	0,000000%	1	0,000003%
Construtora Cowan S.A.	-	0,000000%	1	0,000003%
Total	45.529.450	100%	36.015.000	100%

21–Receita líquida

	31/12/2022	31/12/2021
Receita de prestação de serviços	16.514	14.652
Receita de construção	3.637	7.600
Cancelamentos	(78)	(82)
Receita Bruta	20.073	22.170
Deduções da receita bruta:		
PIS e COFINS sobre serviços prestados	(1.518)	(1.343)
Descontos concedidos	(26)	(54)
Receita líquida	18.529	20.773

22–Custos dos serviços prestados	31/12/2022	31/12/2021
Taxas de recursos hídricos e ambientais	(28)	(127)
Ônus da concessão	(442)	(393)
Energia elétrica	(2.483)	(2.514)
Custo de construção	(3.637)	(7.600)
Materiais aplicados nos serviços	(4.733)	(3.726)
Salários e benefícios a empregados	(3.009)	(2.542)
Utilização de imóveis e telefonia	(61)	(26)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(821)	(848)
Serviços de terceiros	(1.892)	(1.940)
Depreciações e amortizações	(1.297)	(1.207)
Outros custos	(204)	(117)
	(18.607)	(21.040)

23–Despesas gerais e administrativas	31/12/2022	31/12/2021
Salários e benefícios a empregados	(2.082)	(1.910)
Utilização de imóveis e telefonia	(135)	(178)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(176)	(169)
Serviços de terceiros	(2.010)	(1.524)
Despesas com contencioso	(20)	(22)
Impostos, encargos, taxas e contribuições	(293)	(29)
Depreciações e amortizações	(145)	(138)
Provisão perdas de crédito das contas a receber	(38)	66
Provisão (reversão) para contingências	21	787
Outras despesas	(525)	(561)
	(5.403)	(3.678)

24–Resultado financeiro	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras		
Rendimentos com aplicações financeiras	9	5
Juros e multas vinculadas à operação	231	234
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(11)	(11)
Variação monetária sobre outros ativos	1	1
	230	229
Despesas financeiras		
Juros com empréstimos e financiamentos	(1.282)	(547)
Juros de arrendamentos	(7)	(14)
Variação monetária sobre outros passivos	7	(7)
Tributos sobre operações financeiras	(3)	(4)
Descontos concedidos	(46)	(25)
Outras despesas financeiras	(13)	(16)
	(1.344)	(613)
Resultado financeiro	(1.114)	(384)

25–Seguros: O Grupo Águas do Brasil adota a política de contratar cobertura de seguros de forma global para riscos de engenharia, patrimoniais, ambientais e de responsabilidade civil dos administradores (D&O), entre outros, especificamente associados à natureza de sua atividade. Os seguros contratados possuem cobertura sobre construção, fornecimento ou prestação de serviços. A cobertura dos seguros individuais em 31 de dezembro de 2022 está apresentada a seguir:

Ramos	Vigência das apólices	Importâncias seguradas
Responsabilidade civil administradores–D&O	27/09/2022 a 27/09/2023	50.000
Responsabilidade civil geral	17/01/2023 a 17/01/2024	13.000
Riscos operacionais	30/12/2022 a 17/01/2024	75.000
Risco de engenharia e responsabilidade civil obras	31/12/2022 a 31/12/2023	80.813
Riscos ambientais	22/12/2022 a 22/12/2023	5.000
Garantia de concessão	27/11/2022 a 27/11/2023	1.218

26 – Transações que não envolvem caixa: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Concessionária realizou as seguintes atividades que não envolveram caixa e, portanto, foram excluídas da demonstração dos fluxos de caixa:

	31/12/2022	31/12/2021
Adição ativo de direito de uso	7	(12)
Adição passivo de arrendamentos	(7)	12
Baixa de AFAC para aporte de capital	190	-
	190	-

Ivan Mininel da Silva–**Diretor;**
Contadora: Gabriela Ferreira Nunes Alves–CRC/RJ 100510/O-9
CPF: 080.376.027-29

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores da **Aguas de Araçoiaba S.A.** Rio de Janeiro–RJ **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Aguas de Araçoiaba S.A. ("Concessionária"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Concessionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Concessionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Concessionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Concessionária. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Concessionária. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Concessionária a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 30 de março de 2023. ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC SP-015199/F, Gláucio Dutra da Silva - Contador CRC-RJ090174/O.

ÁGUAS DE JAHU S.A. CNPJ 20.918.034/0001-77

Balanço patrimonial Em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	5.450	7.232
Contas a receber de clientes	7	15.407	13.477
Estoques		306	411
Despesas antecipadas		174	150
Créditos com partes relacionadas	20	320	53
Tributos a recuperar		10	113
Outros ativos		140	73
		21.807	21.509
Não circulante			
Aplicações financeiras vinculadas	8	1.133	610
Depósitos judiciais		154	40
Ativo de direito de uso	9	679	250
Imobilizado	10	763	877
Ativo de contrato	11	11.324	11.826
Intangível	12	73.900	66.734
		87.953	80.337
Total do ativo		109.760	101.846
Passivo	**Nota**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Circulante			
Fornecedores	13	1.548	1.691
Empréstimos e financiamentos	14	18.591	33.634
Passivo de arrendamento	14	217	246
Obrigações tributárias	15	847	474
Obrigações trabalhistas		1.644	1.115
Ônus da concessão	17	129	106
Débitos com partes relacionadas	20	590	445
Outras obrigações		693	741
		24.259	38.452
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	14	51.249	35.554
Passivo de arrendamento	14	475	52
Tributos diferidos		172	130
Provisões para contingências	19	883	766
		52.779	36.502
Patrimônio líquido	21		
Capital social		110.898	110.898
Prejuízos acumulados		(78.176)	(84.006)
		32.722	26.892
Total do passivo e patrimônio líquido		109.760	101.846

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida	22	94.565	82.232
Custo dos serviços prestados	23	(60.098)	(58.868)
Lucro bruto		34.467	23.364
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	24	(20.103)	(15.101)
Outras receitas (despesas) operacionais		162	(153)
		(19.941)	(15.254)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		14.526	8.110
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	25	2.740	1.570
Despesas financeiras	25	(9.610)	(8.979)
		(6.870)	(7.409)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		7.656	701
Imposto de renda e contribuição social–corrente		(1.784)	-
Imposto de renda e contribuição social–diferido		(42)	(80)
Lucro líquido do exercício		5.830	621

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	5.830	621
Total do resultado abrangente do exercício	5.830	621

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

	Capital Social		Prejuízos	Patri-
	Realizado	A integralizar	Acumulados	mônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2021	114.727	(3.829)	(84.627)	26.271
Aumento de capital	-	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	621	621
Saldos 31 de dezembro de 2021	114.727	(3.829)	(84.006)	26.892
Lucro líquido do exercício	-	-	5.830	5.830
Saldos 31 de dezembro de 2022	114.727	(3.829)	(78.176)	32.722

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do fluxo de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício antes dos tributos sobre o lucro	7.656	701
Ajustes para reconciliar o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido:		
Depreciação e amortização	4.204	3.187
Juros sobre empréstimos e financiamentos e arrendamentos e amortização de custos de transação sobre empréstimos e financiamentos	8.765	7.728
Variações monetárias e cambiais	252	
Atualização monetária das contingências	179	253
Perdas de crédito das contas a receber	1.157	580
Reversão de contingências	(62)	(1.417)
Resultado na alienação/baixa de imobilizado/intangível	(93)	-
Variações no ativo e passivo		
Contas a receber de clientes	(3.087)	(1.289)
Estoques	337	(179)
Depósitos judiciais	(114)	(5)
Tributos a recuperar	(183)	(48)
Despesas antecipadas	(24)	(107)
Outros ativos	(67)	30
Aplicações financeiras – vinculadas	(523)	(195)
Fornecedores	(143)	880
Obrigações tributárias	155	122
Obrigações trabalhistas	529	177
Ônus da concessão	23	575
Partes relacionadas, líquidas	(122)	93
Outras obrigações	(48)	73
	18.791	11.159
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(1.279)	-
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos e arrendamentos	(5.940)	(4.921)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	11.572	6.238
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao imobilizado	(143)	(365)
Adições ao ativo de contrato e intangível	(10.478)	(10.068)
Valor recebido pela venda de imobilizado/intangível	93	-
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	(10.528)	(10.433)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captações de empréstimos e financiamentos	3.846	6.936
Pagamento de juros sobre arrendamentos	(272)	(229)
Pagamentos de juros sobre empréstimos e financiamentos	(6.400)	(4.989)
Caixa líquido gerado pelas (consumido pelas) atividades de financiamentos	(2.826)	1.718
Redução líquida no caixa e equivalentes de caixa	(1.782)	(2.477)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7.232	9.709
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5.450	7.232

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Águas de Jahu S.A. (a "Concessionária"), sociedade por ações de capital fechado, com sede localizada na Avenida Comendador Ítalo Mazzei, 1.250, Jardim Olímpia, no Município de Jahu, São Paulo–Brasil, controlada pela Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A–SAAB é uma sociedade de propósito específico de concessão entre o Município de Jahu (Concedente) e Águas de Jahu S.A. ("Concessionária"), vencedora do Processo Licitatório que deu origem ao contrato de nº. 10046/2014, de 10 de dezembro de 2014, com vigência de 35 anos, a partir da data de emissão da Ordem de Serviço emitida pelo Concedente, ocorrida em 13 de abril de 2015, com exceção dos serviços prestados pelas Concessionárias Águas de Mandaguahy S.A. e SANEJ – Saneamento de Jaú LTDA., até o prazo final de seus contratos, 31/07/2028 e 03/03/2025, respectivamente, ocasião em que os mesmos passarão a ser de responsabilidade total da Águas de Jahu S.A. Seu objeto é a exploração do serviço público municipal de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Município de Jaú, Estado de São Paulo. O Serviço Público de Água e Esgoto compreende os serviços de operação, conservação, manutenção, modernização, ampliação, exploração e a cobrança direta aos usuários dos serviços, abrangendo, ainda, estudos técnicos, serviços e obras necessários à consecução deste objeto ao longo do período da Concessão. A remuneração da Concessionária pelos serviços prestados considera a tarifa contratual, conforme proposto no contrato de concessão, e tem por base os volumes de água e esgoto faturáveis e demais serviços, de forma a possibilitar a devida remuneração do capital investido pela Concessionária. A tarifa, conforme contrato, será reajustada anualmente ou toda vez que for comprovada quebra do equilíbrio econômico-financeiro para uma das partes, de forma a realizar a devida remuneração dos custos de operação, manutenção e financiamentos, decorrentes dos investimentos realizados. O presente contrato de concessão possui cláusula de outorga, paga ao Poder Concedente, no valor de R$ 20.000, e também de pagamento de taxa de regulação e fiscalização, correspondente a 1,5% sobre o valor efetivamente arrecadado pela Concessionária no mês imediatamente anterior, pagos à SAEMJA – Serviço de Água e Esgoto do Município de Jahu – Entidade Reguladora. Findo o prazo da presente concessão, todos os bens públicos e instalações utilizadas pela Concessionária, bem como todas as obras e instalações por ela realizadas para operar plenamente os serviços concedidos, serão revertidos automaticamente para a Prefeitura de Jahu. **Pandemia da Covid-19:** A Concessionária possui uma equipe médica, que continua acompanhando as suspeitas e casos de Covid-19, sempre seguindo as orientações das autoridades de saúde para manter a segurança de seus colaboradores e a continuidade de suas operações. Além disso, contam com o programa de vacinação contra a gripe. A Administração da Concessionária analisou os riscos e incertezas relacionados à pandemia de Covid-19 e não foram identificados impactos relevantes que requeressem ajustes sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos Técnicos ("CPCs"), as Interpretações Técnicas ("ICPCs") e Orientações Técnicas ("OCPCs") do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Adicionalmente, a Concessionária considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Concessionária preparou essas demonstrações financeiras com base no pressuposto de continuidade operacional. A Administração da Concessionária não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade da Concessionária. Em 30 de março de 2023, a diretoria executiva da Concessionária autorizou a conclusão destas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras da Concessionária foram preparadas com base no custo histórico, como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Concessionária. **3. Principais políticas contábeis: 3.1 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. **3.2. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Concessionária. Se o prazo de recebimento é igual ou inferior a um ano, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, através da provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber. Esta provisão é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Concessionária não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais de vencimento. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, as contas a receber não consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa. **3.3. Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado ou os valores líquidos de realização e/ou os de reposição. Os estoques de materiais destinados à construção e melhorias da infraestrutura da concessão são contabilizados no intangível, como parte integrante do contrato de concessão. **3.4. Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), se houver. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a Concessionária. O valor contábil de itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém o controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis econômicas estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Equipamentos de informática	5 anos
Veículos	5 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	25 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada exercício e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva. Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos. **3.5. Ativo de contrato:** Os bens vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Concessionária de cobrar pelos serviços prestados aos clientes. Assim, os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos e financiamentos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos transferidos para o ativo intangível. **3.6. Intangível:** a) Sistema de água e esgoto: A Concessionária reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário presente nos contratos de concessão, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê (OCPC 05). O ativo intangível é determinado como sendo o valor da receita de construção auferida na construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Concessionária. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Concessionária. A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro. b) Ônus da concessão: Refere-se ao ônus da concessão (outorga) registrado no ativo intangível (Nota 13), pago no início da concessão. A amortização reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Concessionária, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. c) Softwares: As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada. **3.7. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC 48, que determina a classificação dos ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao custo amortizado. Dependendo das características de cada instrumento, eles podem ser classificados em resultado financeiro ou em outros resultados abrangentes. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela Administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais. A Concessionária classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias: Ativos financeiros–custo amortizado: São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. Ativos financeiros–valor justo por meio do resultado: São reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado; e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos. Ativos financeiros–mensuração inicial: No reconhecimento inicial a Concessionária mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. Ativos financeiros–mensuração subsequente: *Custo amortizado:* esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago. *Valor justo por meio do resultado:* os ativos classificados dentro desse grupo são contabilizados por meio de reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. Passivos financeiros–reconhecimento inicial: Todos os passivos financeiros da Concessionária são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Concessionária incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamentos, ônus da concessão e débitos com partes relacionadas. Passivos financeiros–mensuração subsequente: *Custo amortizado:* são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos ou através do acréscimo da taxa efetiva. *Valor justo por meio do resultado:* são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros: Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e A Concessionária transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. Compensação de instrumentos financeiros: Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **3.8. Perda por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros e não financeiros:** Os ativos da Concessionária são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda e, se houver, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso do ativo. A Concessionária baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos abrangem o período da concessão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não foi identificado nenhum evento indicando a não recuperabilidade dos ativos da Concessionária. **3.9. Arrendamentos:** A Concessionária avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. A Concessionária como arrendatária: A Concessionária aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, reconhecendo os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e os ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Ativos de direito de uso: A Concessionária reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Passivos de arrendamento: Na data de início do arrendamento, a Concessionária reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Concessionária usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor: A Concessionária aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **3.10. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Concessionária tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesas no período em que são incorridos. **3.11. Tributos:** Imposto de renda e contribuição social correntes: A Concessionária adota o lucro real como regime de tributação para apuração do imposto de renda e da contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de duzentos e quarenta mil reais anuais para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos tendo como base as adições e exclusões temporárias, oriundas das diferenças entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores considerados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias oriundas do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que, na data da transação, não afete o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço, avaliando-se a sua recuperabilidade, de acordo com premissas de projeções, e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Tributos sobre as receitas: As receitas de serviços estão sujeitas à Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS, à alíquota de 1,65% e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, à alíquota de 7,60%. Estes encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e dos créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado. **3.12. Benefícios a empregados:** Os salários, incluindo provisões para férias, 13º salário e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência. A provisão para participação nos resultados é constituída de acordo com a competência, sendo contabilizada como despesa operacional. Plano de previdência privada de funcionários: Os custos do plano de previdência privada, em sua totalidade na modalidade de contribuição definida, são rateados entre os funcionários elegíveis e a Concessionária, participação esta que se inicia na proporção de 50% pelos funcionários e 50% pela Concessionária, percentual que, com o passar do tempo, poderá chegar a 20% para os funcionários e 80% para a Concessionária. **3.13. Provisões:** Geral: São reconhecidas quando a Concessionária possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas: O Concessionária é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.14. Receita operacional:** Receita de prestação de serviços: Receitas relativas ao tratamento e distribuição de água e de coleta e tratamento de esgotamento sanitário. São reconhecidas por ocasião do consumo de água ou da prestação de serviços. As receitas ainda não faturadas, cujos serviços já foram prestados, são reconhecidas com base em estimativas mensais dos serviços completados. A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água e é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados. ii) Receitas de construção: A receita relacionada à construção, compreende obrigações de desempenho referentes a projetos de infraestrutura, de acordo com o contrato de concessão. Dessa forma, a construção da infraestrutura necessária para a distribuição de água e coleta e tratamento de esgotamento sanitário é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente, sendo a correspondente receita reconhecida ao resultado. Para mensuração destas receitas, a Concessionária estima que a margem é irrelevante, considerando-a zero. Portanto, esta receita de construção é mensurada sem adicional de margem sobre o custo de construção. **3.15. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem as receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros e multas vinculadas à operação. A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de taxa de juros efetiva. As despesas financeiras abrangem substancialmente os juros e variação monetária com empréstimos e financiamentos, juros capitalizados, juros sobre arrendamentos, variação monetária sobre contingências, tributos sobre operações financeiras e descontos concedidos. As despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido. **3.16. Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e refletem as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) –Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3.17. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022:** As normas apresentadas a seguir foram revisadas e passaram a ser aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022 e, portanto, estão sendo adotadas nestas demonstrações financeiras. A adoção dessas alterações de normas não resultou em impacto relevante sobre as divulgações ou os valores divulgados. Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1): As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como: • Contrato oneroso–custos de cumprimento de contrato; • Ativo imobilizado–vendas antes do uso pretendido; e • Referências à estrutura conceitual. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Concessionária. A Concessionária pretende adotar as mudanças para períodos futuros, caso se tornem aplicáveis. **3.18. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão dessas demonstrações financeiras, estão descritas a seguir e todas são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023. A Concessionária pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. CPC 50–Contratos de seguro: Uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Essa norma não se aplica a Concessionária. Alterações ao CPC 26: Classificação de passivos como circulante ou não circulante: A norma especifica os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: i) o que significa um direito de postergar a liquidação; ii) que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; iii) que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Concessionária. Alterações ao CPC 23: Definição de estimativas contábeis e divulgação de políticas contábeis. As alterações na norma esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, há o esclarecimento de como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. A Concessionária avaliará o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. Alterações ao CPC 32: Tributos diferidos relacionados a ativos e passivos originados de uma simples transação: As alterações restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Concessionária. **4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Julgamentos: A elaboração das demonstrações financeiras pela Concessionária requer que a Administração adote julgamentos profissionais, estimativas e premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. A incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar à necessidade de ajustes em exercícios futuros no valor contábil do ativo ou passivo afetado. Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão: A concessionária determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. Os contratos de arrendamento são avaliados, sob o julgamento de haver a intenção de exercer a opção de renovação ou de rescisão. Nesta avaliação, a Concessionária considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Concessionária reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir. Estimativas e premissas contábeis: As principais premissas relativas a incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incertezas nas estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de gerar um ajuste significativo no valor contábil de ativos e passivos no exercício seguinte, são consideradas a seguir: *Vida útil dos ativos intangíveis:* Os ativos intangíveis das concessões de serviços públicos são amortizados pelo método linear e refletem o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Concessionária, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Os ativos intangíveis têm a sua amortização iniciada quando estão disponíveis para uso, em seu local e na condição necessária para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Concessionária. b) *Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:* A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. c) *Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber:* A provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes, de acordo com os seguintes critérios: *Contas vencidas há mais de seis meses:* Esses créditos são considerados como perdas assim que atingem seis meses de atraso, até o limite de R$5, por nota fiscal, de acordo com a Lei nº 9.430/1996 e, a partir de 08/10/2014, até o limite de R$15, de acordo com a Lei nº 13.097/2015, sendo baixados diretamente de contas a receber contra o resultado. *ii) Contas vencidas há mais de um ano:* Esses créditos são considerados como perdas assim que atingem um ano de atraso, de valores acima de R$5 até R$30, por operação, de acordo com a Lei nº 9.430/1996 e, a partir de 08/10/2014, de valores acima de R$15 até R$100, de acordo com a Lei nº 13.097/2015, sendo contabilizados como despesa, tendo como contrapartida a conta redutora de contas a receber. *iii) Perdas gerenciais:* São provisionadas e registradas em conta de resultado, como perdas não dedutíveis para efeito de imposto de renda e contribuição social. -Valores até R$5, vencidas entre 90 e 180 dias, emitidas até 07/10/2014; -Valores até R$15, vencidas entre 90 e 180 dias, emitidas a partir de 08/10/2014; -Valores maiores que R$5, vencidas entre 90 e 365 dias, emitidas até 07/10/2014; -Valores maiores que R$15, vencidas entre 90 e 365 dias, emitidas a partir de 08/10/2014; -Valores maiores que R$30, vencidas há mais de um ano, emitidas até 07/10/2014; -Valores maiores que R$100, vencidas há mais de um ano, emitidas a partir de 08/10/2014. d) *Receita não faturada:* As receitas ainda não faturadas representam serviços prestados para os quais ainda não foram realizadas leituras. São reconhecidas com base em estimativas mensais calculadas de acordo com último faturamento de cada ciclo de leitura. Informações adicionais da receita e contas a receber estão descritas nas Notas 3.14 e 7. **5. Gestão de riscos financeiros: 5.1. Instrumentos financeiros por categoria:** A Concessionária efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores justos, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores contábeis e valores justos dos instrumentos financeiros da Concessionária em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 são como segue:

	Classificação por categoria	Hierarquia do valor justo	31/12/2022 Valor contábil	31/12/2022 Valor Justo	31/12/2021 Valor contábil	31/12/2021 Valor Justo
Ativos financeiros						
Equivalentes de caixa (aplicações financeiras)	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	5.391	5.391	7.057	7.057
Aplicações financeiras vinculadas	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	1.133	1.133	610	610
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	-	15.955	15.955	13.928	13.928
Passivos financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado	-	1.548	1.548	1.691	1.691
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	-	69.840	69.840	69.188	69.188
Passivos de arrendamento	Custo amortizado	-	692	692	298	298
Ônus da concessão	Custo amortizado	-	129	129	106	106
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	-	590	590	445	445

As políticas de gerenciamento de risco da Concessionária são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Concessionária está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Concessionária. **5.2– Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado de posições detidas pela Concessionária, incluindo as operações sujeitas às taxas de juros e riscos de preços. Risco de taxas de juros: Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Concessionária ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. A Concessionária utiliza a geração de caixa das atividades operacionais para gerir as suas operações, assim como para garantir seus investimentos e expansão. Para suprir eventuais necessidades de caixa para desenvolvimento do negócio, a Concessionária obtém empréstimos e financiamentos em moedas locais sujeitos à flutuação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), do Índice Nacional de Preços ao Consumidor ("IPCA"). O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que impactem seus fluxos de caixa. A Concessionária também está exposta à flutuação de taxas de juros referentes ao saldo de aplicações financeiras, que são remuneradas com base em percentuais do CDI. A análise de sensibilidade, dos juros sobre os empréstimos e financiamentos e equivalentes de caixa, utilizou as projeções do CDI e IPCA para os próximos 12 meses, este definido como cenário provável, por meio dos relatórios de análise econômica do Itaú. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Operação	Risco	Valor contábil	Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Ativo					
Equivalentes de caixa	CDI	5.391	6.120	6.302	6.484
Aplicações financeiras vinculadas	CDI	1.133	1.286	1.324	1.363
Passivo					
Empréstimos e financiamentos	CDI	(12.927)	(14.675)	(14.112)	(15.549)
Empréstimos e financiamentos	IPCA	(45.529)	(48.211)	(48.880)	(49.554)
Passivo líquido		(51.932)	(55.480)	(56.366)	(57.256)
Efeito líquido			(3.548)	(4.434)	(5.324)
CDI (a.a.)			13,52%		
IPCA (a.a.)			5,89%		
TR (a.a.)					

5.3–Risco de liquidez: É o risco de a Concessionária não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A abordagem da Concessionária na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Concessionária. As tabelas abaixo demonstram análise dos vencimentos para os passivos financeiros em aberto, sem os custos de transação relativos aos empréstimos e financiamentos, em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (valores não descontados):

	Valor Contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Em 31 de dezembro de 2022				
Fornecedores	1.548	1.548	–	–
Empréstimos e financiamentos	69.840	18.824	8.995	43.233
Passivos de arrendamento	691	217	247	227
Ônus da concessão	129	129	–	–
Débitos com partes relacionadas	590	590	–	–
	72.798	21.308	9.242	43.460
	Valor Contábil	**Menos de um ano**	**Entre um e dois anos**	**Acima de dois anos**
Em 31 de dezembro de 2021				
Fornecedores	1.691	1.691	–	–
Empréstimos e financiamentos	69.188	21.237	8.199	41.143
Passivos de arrendamento	298	246	26	26
Ônus da concessão	106	106	–	–
Débitos com partes relacionadas	445	445	–	–
	71.728	23.725	8.225	41.169

5.4. Gestão de capital: Os objetivos da Concessionária ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. E, para atingimento desses objetivos, exerce uma gestão financeira e de capital centralizada. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Concessionária pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras empresas do setor, a Concessionária monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde aos empréstimos e financiamentos e passivos de arrendamento, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 podem ser assim sumariados:

	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	69.840	69.188
Passivos de arrendamento (Nota 14)	692	298
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(5.450)	(7.232)
Dívida líquida (a)	65.082	62.254
Total do patrimônio líquido (b)	32.722	26.892
Total do capital (a+b)	97.804	89.146
Índice de alavancagem financeira–% [a/(a+b)]	66,54%	69,83%

6. Caixa e equivalentes de caixa	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Caixa e bancos	59	175
Aplicações financeiras	5.391	7.057
	5.450	7.232

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata, representados, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário – CDBs, os quais são registrados pelos valores nominais, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

7. Contas a receber de clientes	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Clientes (a)	14.616	12.266
Clientes–parcelamento (b)	1.187	1.587
Pontos arrecadadores (c)	152	75
Perdas de créditos das contas a receber	(548)	(451)
	15.407	13.477

(a) A conta "Clientes" representa o saldo de contas emitidas e ainda não recebidas, além dos valores fornecidos ainda não faturados (ajuste por competência). (b) A conta de "Clientes–parcelamento" refere-se a acordos firmados entre os clientes e a Concessionária para a quitação de seus débitos. (c) Os "Pontos arrecadadores" são agentes arrecadadores que já receberam as contas dos clientes e ainda não repassaram para a Concessionária. (d) O *aging list* de contas a receber é composto da seguinte forma:

	31/12/2022	31/12/2021
A vencer		
Faturado	7.561	6.001
Não faturado	3.824	3.354
Vencidas		
Até 30 dias	1.981	1.637
De 31 a 60 dias	513	564
De 61 a 90 dias	181	173
De 91 a 180 dias	540	461
Mais de 180 dias	1.355	1.738
	15.955	13.928

8. Aplicações financeiras vinculadas: O montante de R$ 1.133 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 610 em 31 de dezembro de 2021) corresponde à obrigação financeira mantida em conta reserva, de titularidade da Águas de Jahu S.A., constituída em favor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social–BNDES em atendimento às obrigações definidas no "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças" em 10 de maio de 2019. **9. Ativo de direito de uso**

	31/12/2022 Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	31/12/2021 Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Imóveis	771	(92)	679	727	(477)	250
	771	(92)	679	727	(477)	250

Movimentação do ativo de direito de uso:	Saldos em 31/12/2021	Adições	Amortização	Saldos em 31/12/2022
Imóveis	250	658	(229)	679
	250	658	(229)	679
	Saldos em 31/12/2020	**Adições**	**Amortização**	**Saldos em 31/12/2021**
Imóveis	459	26	(235)	250
	459	26	(235)	250

10. Imobilizado

	Taxa de depreciação anual	31/12/2022 Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	31/12/2021 Valor líquido
Equipamentos de informática	20%	1.042	(721)	321	265
Veículos	20%	751	(514)	237	368
Máquinas e equipamentos	10%	62	(39)	23	29
Móveis e utensílios	10%	452	(284)	168	200
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	2.126	(2.112)	14	15
		4.433	(3.670)	763	877

Movimentação do imobilizado:	Saldos em 31/12/2021	Adições	Depreciação	Saldos em 31/12/2022
Equipamentos de informática	265	131	(75)	321
Veículos	368	-	(131)	237
Máquinas e equipamentos	29	-	(6)	23
Móveis e utensílios	200	12	(44)	168
Benfeitorias em imóveis de terceiros	15	-	(1)	14
	877	143	(257)	763
	Saldos em 31/12/2020	**Adições**	**Depreciação**	**Saldos em 31/12/2021**
Equipamentos de informática	85	224	(44)	265
Veículos	352	125	(109)	368
Máquinas e equipamentos	30	4	(5)	29
Móveis e utensílios	231	12	(43)	200
Benfeitorias em imóveis de terceiros	16	–	(1)	15
	714	365	(202)	877

11. Ativo de contrato	Saldos em 31/12/2021	Adições	Transferências	Saldos em 31/12/2022
Infraestrutura em construção	11.826	8.614	(9.116)	11.324
	11.826	8.614	(9.116)	11.324
	Saldos em 31/12/2020	**Adições**	**Transferências**	**Saldos em 31/12/2021**
Infraestrutura em construção	7.713	9.686	(5.573)	11.826
	7.713	9.686	(5.573)	11.826

Custos de empréstimos capitalizados: Os juros de empréstimos e financiamentos são capitalizados nos ativos de concessão durante o período em construção, sendo R$ 181 em 31 de dezembro de 2022, a uma taxa média ponderada de 12,65 % a.a. (R$ 241 e 17,80% a.a. em 31 de dezembro de 2021).

12. Intangível	31/12/2022 Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	31/12/2021 Valor líquido
Softwares e aplicativos	222	(192)	30	21
Desenvolvimento de projetos	1.511	(33)	1.478	1.478
Concessão/Infraestrutura	65.531	(8.710)	56.821	49.093
Outorga	20.000	(4.429)	15.571	16.142
	87.264	(13.364)	73.900	66.734

Os valores reconhecidos na linha de concessão/infraestrutura representam o valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão e sua respectiva amortização acumulada. As taxas utilizadas baseiam-se no prazo final da concessão ou na vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Sendo esse montante em 31 de dezembro de 2022 composto pelos seguintes ativos:

	31/12/2022 Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	31/12/2021 Valor líquido
Captação	1.549	(233)	1.316	1.290
Adutoras	2.917	(408)	2.509	2.612
Estação de Tratamento de Água–ETA	1.290	(201)	1.089	1.142
Reservatório	934	(104)	830	760
Booster	513	(105)	408	429
Elevatória de água	214	(27)	187	196
Substituição/Expansão de rede de água	13.255	(1.761)	11.494	10.212
Ligação de água	8.369	(1.094)	7.275	6.842
Ligação de esgoto	914	(128)	786	410
Substituição/Expansão de rede de esgoto	12.366	(1.026)	11.340	7.914
Elevatória de esgoto	83	(1)	82	-
Estação de Tratamento de Esgoto–ETE	11.382	(1.138)	10.244	9.679
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.562	(352)	3.210	2.389
Máquinas e equipamentos	8.183	(2.132)	6.051	5.218
	65.531	(8.710)	56.821	49.093

Movimentação do intangível e ativo de contrato:	Saldos em 31/12/2021	Adições	Amortização	Transferências	Baixas	Saldos em 31/12/2022
Softwares e aplicativos	21	20	(11)	-	-	30
Desenvolvimento de projetos	1.478	-	-	-	-	1.478
Concessão/Infraestrutura	49.093	1.753	(3.136)	9.116	(5)	56.821
Outorga	16.142	-	(571)	-	-	15.571
	66.734	1.773	(3.718)	9.116	(5)	73.900
	Saldos em 31/12/2020	**Adições**	**Amortização**	**Transferências**		**Saldos em 31/12/2021**
Softwares e aplicativos	24	6	(9)	-		21
Desenvolvimento de projetos	1.478	-	-	-		1.478
Concessão/Infraestrutura	45.885	376	(2.741)	5.573		49.093
Outorga	16.714	-	(572)	-		16.142
	64.101	382	(3.322)	5.573		66.734

13. Fornecedores: Os fornecedores estão assim representados:

	31/12/2022	31/12/2021
Mercadoria	1.265	1.445
Serviços	207	45
Infraestrutura	29	73
Outros	47	128
	1.548	1.691

14. Empréstimos, financiamentos e passivos de arrendamento

Linha de Crédito	Indexador	Juros	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos e Financiamentos				
FINAME (a)	IPCA	5,76% a.a.	356	575
FINEM (b)	IPCA	6,16% e 6,57% a.a.	45.173	38.684
CCB (c)	TR	10,70% a.a.	12.596	17.338
Capital de giro (d)	CDI	1,04% e 1,65% a.a.	12.927	13.982
(-) Custos de transação			(1.212)	(1.391)
Total de Empréstimos e Financiamentos			69.840	69.188
Circulante			18.591	33.634
Não circulante			51.249	35.554
Arrendamentos				
Arrendamentos direito de uso (e)		7,5% a.a.	692	298
Circulante			217	246
Não circulante			475	52
Endividamento total			70.532	69.486
Endividamento total – Circulante			18.808	33.880
Endividamento total – Não circulante			51.724	35.606

(a) O contrato FINAME PSI foi obtido no exercício de 2019 junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social–BNDES com R$ 638 de valor contratado. O contrato de FINAME PSI foi celebrado com prazo de carência de 25 (vinte e cinco) meses para amortização do principal, com pagamento de juros trimestrais durante o período de carência e, após, com pagamentos mensais, com vencimento final para 2024. Esta operação tem como objetivo a aquisição de máquinas e equipamentos operacionais, com a finalidade de expandir, modernizar e reforçar a infraestrutura para dar suporte à operação da Concessionária e é amparada por alienação fiduciária dos bens e aval/notas promissórias avalizadas por Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. (b) A linha de crédito FINEM foi obtida em 2018 junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES com R$ 37.418 de valor contratado. Este contrato foi celebrado com prazo de carência de 49 (quarenta e nove) meses, para amortização do principal, com pagamento de juros trimestrais durante o período de carência e, após, com pagamentos mensais, com vencimento final para 2043. Esta operação tem como objetivo a modernização e expansão dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário do município de Jahu e possui como garantia conta reserva, cessão fiduciária de direitos creditórios e Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. (controladora) como interveniente garantidor. (c) O contrato de Certificado de Crédito Bancário–CCB foi obtido no exercício de 2015 com R$ 40.000 de valor contratado. Esta operação tem como finalidade manter o capital de giro da Concessionária e é amparado por aval prestado por Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. (d) Em novembro de 2019 a Concessionária contratou empréstimo de capital de giro no valor de R$ 3.700. Este contrato foi celebrado com prazo de carência de 26 (vinte e seis) meses para amortização do principal, com pagamento de juros trimestrais, inclusive durante o período de carência, com vencimento final para 2024. Em março de 2022 foi contratada a linha emergencial de capital de giro no valor de R$ 10.000, com vencimento para março de 2023. (e) O ativo de direito de uso decorrente de contratos de arrendamento está apresentado na Nota 9. Determinados contratos possuem condições contratuais que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (Covenants) com base em índices financeiros. A Administração acompanha os cálculos destes índices mensalmente, a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Não foram identificadas quebras nos termos contratuais em 31 de dezembro de 2022. A movimentação dos empréstimos, financiamentos e arrendamentos é como segue:

Empréstimos e financiamentos	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	69.188	63.497
Captações	3.899	7.093
Juros e encargos financeiros	8.647	8.373
Variações monetárias e cambiais	252	-
Amortização de principal	(6.400)	(4.989)
Amortização de juros	(5.925)	(4.892)
Custo de transação	(53)	(157)
Amortização dos custos de transação	232	263
Saldo final	69.840	69.188
Passivos de arrendamento	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Saldo inicial	298	497
Adições e remensurações	659	26
Juros e encargos financeiros	22	33
Amortização de principal	(272)	(229)
Amortização de juros	(15)	(29)
Saldo final	692	298

As parcelas de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:

	Empréstimos e financiamento 31/12/2022 Dívida	Custos de transação	Total líquido	31/12/2021 Dívida	Custos de transação	Total líquido
2023	-	-	-	3.149	(228)	2.921
2024	8.995	(233)	8.762	3.057	(228)	2.829
2025	4.937	(124)	4.813	1.695	(120)	1.575
Após 2025	38.296	(622)	37.674	28.815	(586)	28.229
	52.228	(979)	51.249	36.716	(1.162)	35.554

Arrendamentos	31/12/2022	31/12/2021
2023	-	26
2024	247	26
2025	228	-
	475	52

15. Obrigações tributárias: Os impostos e contribuições estão assim representados:

	31/12/2022	31/12/2021
PIS/COFINS/CSLL retidos	24	24
ISS	29	30
IRRF	90	64
PIS	83	63
COFINS	386	293
ICMS	17	-
IRPJ	154	-
CSLL	64	-
	847	474

16. Imposto de renda e contribuição social: a) Composição dos tributos diferidos: Os tributos diferidos são contabilizados para refletir os impactos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, cujos efeitos ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem às bases de cálculo.

	31/12/2022	31/12/2021
Juros capitalizados	(172)	(130)
Passivo fiscal diferido	(172)	(130)

b) Conciliação da taxa efetiva:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	7.656	701
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social – alíquotas vigentes	(2.603)	(238)
(Adições) exclusões no cálculo do tributo		
Permanentes (despesas indedutíveis)	(22)	(40)
Incentivo empresa cidadã (Lei nº 11.770/08)	12	-
Programa de Alimentação do Trabalhador (Decreto nº 9.580, de 2018)	33	-
Créditos fiscais sobre despesas temporárias não contabilizados	(64)	407
Créditos fiscais sobre prejuízos Fiscais não contabilizados	794	(209)
Efeito referente a alíquota do Adicional do Imposto de Renda	24	-
Total de despesas do imposto de renda e da contribuição social	(1.826)	(80)
Alíquota efetiva	24%	11%

17. Ônus da concessão: O valor demonstrado no passivo circulante de R$ 129 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 106 em 31 de dezembro de 2021) representa a taxa de regulação e fiscalização, correspondente a 1,5% sobre o valor efetivamente arrecadado pela Concessionária no mês imediatamente anterior, pagos à SAEMJA – Serviço de Água e Esgoto do Município de Jahu – Entidade Reguladora. **18. Outras Obrigações:** O saldo da conta de outros exigíveis tem a seguinte composição:

	31/12/2022	31/12/2021
Participação nos lucros–empregados	-	303
Retenção contratual	463	369
Despesas gerais	1	-
Outros	229	69
	693	741

19. Provisão para contingências: As provisões para contingências são constituídas para fazer face às perdas em processos judiciais e administrativos, os quais, quando aplicável, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são baseadas na opinião do departamento jurídico da Concessionária e de seus assessores legais. As provisões estão assim demonstradas:

	31/12/2022	31/12/2021
Cíveis	883	766
	883	766

Processos com probabilidade de perda classificada como possível: A Concessionária está envolvida em ações para as quais possui expectativa de perda possível, apresentando como posição dos passivos contingentes em 31 de dezembro de 2022 os valores de R$ 3.407 para contingências cíveis (R$ 1.527 em 31 de dezembro de 2021) e R$ 3.608 para contingências trabalhistas (R$ 2.760 em 31 de dezembro de 2021). **20. Partes relacionadas:** Remuneração de pessoal chave da Administração: Os diretores são as pessoas chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Concessionária. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram pagos pela Concessionária o montante total de R$ 976 (R$ 331 em 31 de dezembro de 2021). Abaixo os valores estão segregados por natureza:

	31/12/2022	31/12/2021
Remunerações	708	227
Encargos sociais	200	79
Plano de saúde	40	14
Plano de previdência privada	18	7
Outros	10	4
	976	331

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não foi pago valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Resumo das transações com partes relacionadas	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante:		
Créditos com partes relacionadas (a)		
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	319	53
Águas de Votorantim S.A.	1	-
	320	53
Passivo circulante:		
Débitos com partes relacionadas (a)		
Águas de Araçoiaba S.A.	2	-
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	588	445
	590	445
Resultado com partes relacionadas	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Custos		
Tratamento de esgoto		
Saneamento de Jaú Ltda. (a)	(11.888)	(12.357)
Despesas		
Contrato de gestão–*Management Fee* (a)		
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	(4.235)	(3.750)
Total do resultado com partes relacionadas	(16.213)	(16.107)

(a) Os saldos decorrem de transações entre concessionárias do mesmo grupo econômico, vinculadas à compra e venda de materiais ou das prestações de serviços, oriundos do: i) contrato de tratamento de esgoto prestado por SANEJ – Saneamento de Jaú Ltda. ii) contrato de fruição de utilidades comuns com a Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda., resultando na estrutura de Unidade de Administração Central (UAC) para as áreas de finanças, planejamento, recursos humanos, tecnologia da informação e logística; iii) contrato de gestão centralizada (*Management Fee*) com a Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. **21. Patrimônio líquido:** a) Capital social: O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2022 é de R$ 114.727 (R$ 114.727 em 31 de dezembro de 2021) e o capital a integralizar é de R$ 3.829, perfazendo R$ 110.898 de capital realizado, que está representado por 114.727.000 (cento e quatorze milhões, setecentas e vinte e sete mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. b) Dividendos: Os acionistas têm assegurado, em cada exercício, dividendos não inferiores a 25% do lucro líquido, calculados nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

22. Receita líquida	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Receita de prestação de serviços	93.978	80.216
Receita de construção	9.654	9.791
Cancelamentos	(282)	(269)
	103.350	89.738
PIS e COFINS sobre serviços prestados	(8.655)	(7.384)
Descontos concedidos	(130)	(122)
Receita líquida	94.565	82.232

23. Custos dos serviços prestados	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Taxas de recursos hídricos e ambientais	(432)	(273)
Ônus da concessão	(1.946)	(1.747)
Energia elétrica	(4.568)	(4.406)
Custo de construção	(9.653)	(9.791)
Materiais aplicados nos serviços	(16.540)	(18.261)
Salários e benefícios a empregados	(8.029)	(7.083)
Utilização de imóveis e telefonia	(5)	-
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(1.905)	(1.296)
Serviços de terceiros	(13.353)	(12.888)
Depreciações e amortizações	(2.975)	(2.616)
Outros custos	(692)	(507)
	(60.098)	(58.868)

24. Despesas gerais e administrativas	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Salários e benefícios a empregados	(7.475)	(6.290)
Utilização de imóveis e telefonia	(347)	(289)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(402)	(368)
Serviços de terceiros	(8.112)	(6.787)
Despesas com contencioso	(412)	(205)
Impostos, encargos, taxas e contribuições	(76)	(47)
Depreciações e amortizações	(355)	(308)
Provisão perdas de crédito das contas a receber	(1.157)	(580)
Reversão de contingências	62	1.417
Outras despesas	(1.829)	(1.644)
	(20.103)	(15.101)

25. Resultado financeiro	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Receitas financeiras		
Rendimentos com aplicações financeiras	1.290	477
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(134)	(77)
Juros e multas vinculadas à operação	1.342	1.159
Variação monetária sobre outros ativos	20	2
Outras receitas financeiras	222	9
	2.740	1.570
Despesas financeiras		
Juros com empréstimos e financiamentos	(8.511)	(8.132)
Juros de arrendamentos	(22)	(33)
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	(252)	-
Atualização monetária das contingências	(179)	(253)
Tributos sobre operações financeiras	(30)	(12)
Descontos concedidos	(309)	(218)
Outras despesas financeiras	(307)	(331)
	(9.610)	(8.979)
Resultado financeiro	(6.870)	(7.409)

26. Seguros: No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Concessionária contratou os seguintes seguros:

Descrição de seguro	Vigência das apólices	Cobertura
Responsabilidade civil geral	17/01/2023 a 17/01/2024	13.000
Risco de engenharia e responsabilidade civil obras	31/12/2022 a 31/12/2023	80.813
Responsabilidade civil administradores-D&O	27/09/2022 a 27/09/2023	50.000
Riscos operacionais	30/12/2022 a 17/01/2024	75.000
Riscos ambientais	22/12/2022 a 22/12/2023	5.000
Garantia de concessão	05/12/2022 a 05/12/2023	1.299
Seguro de veículos	17/10/2022 a 17/10/2023	720
Máquinas e equipamentos	09/06/2022 a 09/06/2023	313
Garantia judicial	30/12/2022 a 30/12/2024	7.406

27. Transações que não envolvem caixa: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Concessionária realizou as seguintes atividades que não envolveram caixa e, portanto, foram excluídas da demonstração dos fluxos de caixa:

	31/12/2022	31/12/2021
Adição (redução) de direito de uso	(658)	(27)
Juros capitalizados	(136)	-
	(794)	(27)

Ivan Mininel da Silva - **Diretor**;
Contadora: Gabriela Ferreira Nunes Alves - CRC/RJ 100510/O-9
CPF: 080.376.027-29

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores da **Águas de Jahu S.A.** Rio de Janeiro–RJ **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Águas de Jahu S.A. ("Concessionária"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Concessionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Concessionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Concessionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Concessionária. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Concessionária. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Concessionária a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 30 de março de 2023. ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC SP-015199/F; Gláucio Dutra da Silva - Contador CRC-RJ090174/O.

Águas da Condessa S.A.

CNPJ 37.353.051/0001-07

Balanço patrimoniai m 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	**4.399**	64
Contas a receber de clientes	7	**4.287**	3.238
Estoques		**93**	119
Despesas antecipadas		**28**	57
Créditos com partes relacionadas	17	**64**	11
Tributos a recuperar		**50**	9
Adiantamentos a funcionários		**7**	1
		8.928	3.499
Não circulante			
Depósitos judiciais		**327**	143
Ativo de direito de uso	8	**-**	4
Imobilizado	9	**503**	304
Ativo de contrato	10	**10.972**	4.628
Intangível	11	**10.312**	10.311
		22.114	15.390
Total do ativo		**31.042**	18.889

Passivo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Fornecedores	12	**357**	322
Empréstimos e financiamentos	13	**12.681**	13.234
Passivos de arrendamento	13	**-**	4
Obrigações tributárias	14	**155**	123
Obrigações trabalhistas		**502**	357
Ônus da concessão		**27**	12
Débitos com partes relacionadas	17	**115**	92
Outras obrigações		**232**	78
		14.069	14.222
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	**13.249**	-
Provisões para contingências	16	**338**	-
Contratos de mútuo	17	**-**	948
		13.587	948
Patrimônio líquido	18		
Capital social		**5.010**	5.010
Prejuízos acumulados		**(1.624)**	(1.291)
		3.386	3.719
Total passivo e patrimônio líquido		**31.042**	18.889

Demonstração do resultado Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida	19	**23.513**	16.782
Custo dos serviços prestados	20	**(14.924)**	(10.624)
Lucro bruto		**8.589**	6.158
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	21	**(6.605)**	(5.917)
Outras receitas operacionais		**88**	53
		(6.517)	(5.864)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**2.072**	294
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	22	**638**	154
Despesas financeiras	22	**(3.043)**	(1.041)
		(2.405)	(887)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição		**(333)**	(593)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	15a	**-**	(79)
Prejuízo do exercício		**(333)**	(672)

Demonstração do resultado abrangente Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo do exercício	(333)	(593)
Total do resultado abrangente do exercício	(333)	(593)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos Acumulados	Patrimônio líquido
Saldos 1º de janeiro de 2021	10	(619)	(609)
Aumento de capital	5.000	-	5.000
Prejuízo do exercício	-	(672)	(672)
Saldos 31 de dezembro de 2021	5.010	(1.291)	3.719
Prejuízo do exercício	-	(333)	(333)
Saldos 31 de dezembro de 2022	**5.010**	**(1.624)**	**3.386**

Demonstração do fluxo de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo do exercício antes dos tributos sobre o lucro	**(333)**	(593)
Ajustes para reconciliar o prejuízo e o fluxo de caixa líquido:		
Depreciação e amortização	**429**	95
Juros sobre empréstimos e financiamentos e arrendamentos e amortização de custos de transação sobre empréstimos e financiamentos	**2.611**	655
Juros e IOF sobre mútuo	**206**	239
Atualização monetária das contingências	**11**	-
Perdas de crédito das contas a receber	**614**	956
Provisão para contingências	**327**	-
Variações no ativo e passivo		
Contas a receber de clientes	**(1.662)**	(4.160)
Estoques	**26**	(88)
Depósitos judiciais	**(184)**	(143)
Tributos a recuperar	**(31)**	(9)
Despesas antecipadas	**29**	(57)
Outros créditos	**(6)**	6
Fornecedores	**35**	237
Obrigações tributárias	**(6)**	92
Obrigações trabalhistas	**145**	354
Ônus da concessão	**15**	395
Partes relacionadas, líquidas	**(30)**	76
Outras obrigações	**154**	78
	2.350	(1.867)
Imposto de renda e contribuição social pagos	**(8)**	(96)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	**(1.779)**	(456)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	**563**	(2.419)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao imobilizado	**(273)**	(243)
Adições ao ativo de contrato e intangível	**(6.700)**	(5.157)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	**(6.973)**	(5.400)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captações de empréstimos e financiamentos	**11.863**	13.000
Captações de mútuos	**3.010**	5.225
Pagamento dos arrendamentos	**(4)**	(6)
Pagamento de mútuos	**(4.124)**	(10.337)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	**10.745**	7.882
Adição líquida no caixa e equivalentes de caixa	**4.335**	63
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**64**	1
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4.399	64

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Águas da Condessa S.A. (a "Concessionária"), sociedade por ações de capital fechado, com sede localizada na Praça Garcia nº 58, sala 213, Centro, Município de Paraíba do Sul, no Estado do Rio de Janeiro - Brasil, controlada pela SAAB - Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A., é uma sociedade de propósito específico de concessão entre o Município de Paraíba do Sul (Concedente) e a Águas da Condessa S.A. (Concessionária), vencedora do Processo Licitatório nº 001/2020 que deu origem ao contrato de nº 070/2020, de 09 de junho de 2020, com vigência de 35 anos, a partir da data da efetiva assunção dos sistemas de tratamento e distribuição de água e de esgotamento sanitário e, por conseguinte, dos serviços deles inerentes, ocorrida em 08 de dezembro de 2020. Seu objeto é a gestão integrada dos sistemas e serviços de saneamento básico de água e de esgotos sanitários no perímetro urbano do Município de Paraíba do Sul, Estado do Rio de Janeiro. O serviço público de água e esgoto compreende os serviços de operação, conservação, manutenção, modernização, ampliação, exploração e a cobrança direta aos usuários dos serviços, abrangendo, ainda, estudos técnicos, serviços e obras necessários à consecução deste objeto ao longo do período da concessão. A remuneração da Concessionária pelos serviços prestados considera a tarifa contratual cobrada diretamente dos usuários, conforme proposto no contrato de concessão, e tem por base os volumes de água e esgoto faturáveis e demais serviços, de forma a possibilitar a devida remuneração do capital investido pela Concessionária. A tarifa, conforme contrato, será reajustada anualmente ou toda vez que for comprovada quebra do equilíbrio econômico-financeiro para uma das partes, de forma a realizar a devida remuneração dos custos de operação, manutenção e financiamentos, decorrentes dos investimentos realizados. O presente contrato de concessão possui cláusula de outorga, paga ao Poder Concedente, no valor de R$ 10.000, e também de pagamento de taxa de regulação e fiscalização, correspondente a 1,0% sobre o valor efetivamente arrecadado pela Concessionária no mês imediatamente anterior, pagos à Secretaria Municipal de Governo, em atendimento ao Decreto Municipal nº 1.802 de 03 de janeiro de 2020. Findo o prazo da presente concessão, todos os bens públicos e instalações utilizadas pela Concessionária, bem como todas as obras e instalações por ela realizadas para operar plenamente os serviços concedidos, serão revertidas automaticamente para a Prefeitura de Paraíba do Sul sem contrapartida financeira. **Pandemia de COVID-19:** A Concessionária possui uma equipe médica, que continua acompanhando as suspeitas e casos de Covid-19, sempre seguindo as orientações das autoridades de saúde para manter a segurança de seus colaboradores e a continuidade de suas operações. Além disso, contam com o programa de vacinação contra a gripe. A Administração da Concessionária analisou os riscos e incertezas relacionados à pandemia de Covid-19 e não foram identificados impactos relevantes que requeressem ajustes sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:** 2.1. **Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos Técnicos ("CPCs"), as Interpretações Técnicas ("ICPCs") e Orientações Técnicas ("OCPCs") do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Adicionalmente, a Concessionária considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Concessionária preparou essas demonstrações financeiras com base no pressuposto de continuidade operacional. A Administração da Concessionária não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade da Concessionária. Em 30 de março de 2023, a diretoria executiva da Concessionária autorizou a conclusão destas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022. 2.2. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras da Concessionária foram preparadas com base no custo histórico, como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. 2.3. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Concessionária. 3. **Principais políticas contábeis:** 3.1. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. 3.2. **Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Concessionária. Se o prazo de recebimento é igual ou inferior a um ano, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, através da provisão para perdas de crédito para contas a receber. Esta provisão é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Concessionária não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais de vencimento. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, as contas a receber não consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa. 3.3. **Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado ou os valores líquidos de realização e/ou os de reposição. Os estoques de materiais destinados à construção e melhorias da infraestrutura da concessão são contabilizados no intangível, como parte integrante do contrato de concessão. 3.4. **Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável *(impairment)*, se houver. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a Concessionária. O valor contábil de itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. **Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém o controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.** A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis econômicas estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Equipamentos de informática	5 anos
Veículos	5 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada exercício e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva. Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos. 3.5. **Ativo de contrato:** Os bens vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Concessionária de cobrar pelos serviços prestados aos clientes. Assim, os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos transferidos para o ativo intangível. 3.6. **Intangível:** a) Sistema de água e esgoto: A Concessionária reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário presente nos contratos de concessão, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê (OCPC 05). O ativo intangível é determinado como sendo o valor da receita de construção auferida na construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Concessionária. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Concessionária. A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro. b) Ônus da concessão: Refere-se ao ônus da concessão (outorga) registrado no ativo intangível (Nota 11 diferidos), pago no início da concessão. A amortização reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Concessionária, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. c) Softwares: As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada. 3.7. **Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC 48, que determina a classificação dos ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao custo amortizado. Dependendo das características de cada instrumento, eles podem ser classificados em resultado financeiro ou em outros resultados abrangentes. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela Administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais. A Concessionária classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias: Ativos financeiros - custo amortizado: São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. Ativos financeiros - valor justo por meio do resultado: São reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado; e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos. Ativos financeiros - mensuração inicial: No reconhecimento inicial a Concessionária mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. Ativos financeiros - mensuração subsequente: • *Custo amortizado*: esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago. • *Valor justo por meio do resultado*: os ativos classificados dentro desse grupo são contabilizados por meio de reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. Passivos financeiros - reconhecimento inicial: Todos os passivos financeiros da Concessionária são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Concessionária incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, passivos de arrendamento, ônus da concessão e débitos com partes relacionadas. Passivos financeiros - mensuração subsequente: • *Custo amortizado*: são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos ou através do acréscimo da taxa efetiva. • *Valor justo por meio do resultado*: são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros: Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e • A Concessionária transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. Compensação de instrumentos financeiros: Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. 3.8. **Perda por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros e não financeiros:** Os ativos da Concessionária são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda e, se houver, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso do ativo. A Concessionária baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos abrangem o período da concessão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não foi identificado nenhum evento indicando a não recuperabilidade dos ativos da Concessionária. 3.9. **Arrendamentos:** A Concessionária avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. A Concessionária como arrendatária: A Concessionária aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, reconhecendo os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e os ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Ativos de direito de uso: A Concessionária reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Passivos de arrendamento: Na data de início do arrendamento, a Concessionária reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Concessionária usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor dos passivos de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor: A Concessionária aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. 3.10. **Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Concessionária tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesas no período em que são incorridos. 3.11. **Tributos:** Imposto de renda e contribuição social correntes: A Concessionária adota o lucro real como regime de tributação para apuração do imposto de renda e da contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de duzentos e quarenta mil reais anuais para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Tributos sobre as receitas: As receitas de serviços estão sujeitas à Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS, à alíquota de 1,65% e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, à alíquota de 7,60%. Estes encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado. 3.12. **Benefícios a empregados:** Os salários, incluindo provisões para férias, 13º salário e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência. A provisão para participação nos resultados é constituída de acordo com a competência, sendo contabilizada como despesa operacional. Plano de previdência privada de funcionários: Os custos do plano de previdência privada, em sua totalidade na modalidade de contribuição definida, são rateados entre os funcionários elegíveis e a Concessionária, participação esta que se inicia na proporção de 50% pelos funcionários e 50% pela Concessionária, percentual que, com o passar do tempo, poderá chegar a 20% para os funcionários e 80% para a Concessionária. 3.13. **Provisões:** Geral: São reconhecidas quando a Concessionária possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Provisões para riscos cíveis O Concessionária é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. 3.14. **Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos financeiros decorrentes de operações de longo prazo ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto de mercado da data das transações. Não foram reconhecidos ajustes a valor presente no exercício. 3.15. **Receita operacional:** i) Receita de prestação de serviços: Receitas relativas ao tratamento e distribuição de água e de coleta e tratamento de esgotamento sanitário. São reconhecidas por ocasião do consumo de água ou da prestação de serviços. As receitas ainda não faturadas, cujos serviços já foram prestados, são reconhecidas com base em estimativas mensais dos serviços completados. A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água e é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados. ii) Receitas de construção: A receita relacionada à construção, compreende obrigações de desempenho referentes a projetos de infraestrutura, de acordo com o contrato de concessão. Dessa forma, a construção da infraestrutura necessária para a distribuição de água e coleta e tratamento de esgotamento sanitário é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente, sendo a correspondente receita reconhecida ao resultado. Para mensuração destas receitas, a Concessionária estima que a margem é irrelevante, considerando-a zero. Portanto, esta receita de construção é mensurada sem adicional de margem sobre o custo de construção. 3.16. **Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem as receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros e multas vinculadas à operação. A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de taxa de juros efetiva. As despesas financeiras abrangem substancialmente os juros de empréstimos e financiamentos, juros de mútuo, juros sobre arrendamentos, atualização monetária das contingências, tributos sobre operações financeiras e descontos concedidos. As despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido. 3.17. **Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e refletem as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa. 3.18. **Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022:** As normas apresentadas a seguir foram revisadas e passaram a ser aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1° de janeiro de 2022 e, portanto, estão sendo adotadas nestas demonstrações financeiras. A adoção dessas alterações de normas não resultou em impacto relevante sobre as divulgações ou os valores divulgados. Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1). As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como: • Contrato oneroso - custos de cumprimento de contrato; • Ativo imobilizado - vendas antes do uso pretendido; e • Referências à estrutura conceitual. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Concessionária. A Concessionária pretende adotar as mudanças para períodos futuros, caso se tornem aplicáveis. 3.19. **Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão dessas demonstrações financeiras, estão descritas a seguir e todas são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023. A Concessionária pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. CPC 50 - Contratos de seguro: Uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Essa norma não se aplica a Concessionária. Alterações ao CPC 26: Classificação de passivos como circulante ou não circulante: A norma especifica os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: i) o que significa um direito de postergar a liquidação; ii) que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; iii) que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros da Concessionária. Alterações ao CPC 23: Definição de estimativas contábeis e divulgação de políticas contábeis: As alterações na norma esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, há o esclarecimento de como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. A Concessionária avaliará o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. Alterações ao CPC 32: Tributos diferidos relacionados a ativos e passivos originados de uma simples transação. As alterações restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros da Concessionária. **4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Julgamentos: A elaboração das demonstrações financeiras pela Concessionária requer que a Administração adote julgamentos profissionais, estimativas e premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. A incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar à necessidade de ajustes em exercícios futuros no valor contábil do ativo ou passivo afetado. Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão: A concessionária determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. Os contratos de arrendamento são avaliados, sob o julgamento de haver a intenção de exercer a opção de renovação ou de rescisão. Nesta avaliação, a Concessionária considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Concessionária reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir. Estimativas e premissas contábeis: As principais premissas relativas a incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incertezas nas estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de gerar um ajuste significativo no valor contábil de ativos e passivos no exercício seguinte, são consideradas a seguir: a) *Vida útil dos ativos intangíveis*: Os ativos intangíveis das concessões de serviços públicos são amortizados pelo método linear e refletem o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Concessionária, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Os ativos intangíveis têm a sua amortização iniciada quando estão disponíveis para uso, em seu local e na condição necessária para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Concessionária. b) *Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas*: A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. c) *Provisão para perdas de crédito para contas a receber*: A provisão para perdas de crédito para contas a receber é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes, de acordo com os seguintes critérios: i) *Contas vencidas há mais de seis meses:* Esses créditos são considerados como perdas assim que atingem seis meses de atraso, até o limite de R$5, por nota fiscal, de acordo com a Lei nº 9.430/1996 e, a partir de 08/10/2014, até o limite de R$15, de acordo com a Lei nº 13.097/2015, sendo baixados diretamente de contas a receber contra o resultado. ii) *Contas vencidas há mais de um ano:* Esses créditos são considerados como perdas assim que atingem um ano de atraso, de valores acima de R$5 até R$30, por operação, de acordo com a Lei nº 9.430/1996 e, a partir de 08/10/2014, de valores acima de R$15 até R$100, de acordo com a Lei nº 13.097/2015, sendo contabilizados como despesa, tendo como contrapartida a conta redutora de contas a receber. iii) *Perdas gerenciais:* São provisionadas e registradas em conta de resultado, como perdas não dedutíveis para efeito de imposto de renda e contribuição social. -Valores até R$5, vencidas entre 90 e 180 dias, emitidas até 07/10/2014; -Valores até R$15, vencidas entre 90 e 180 dias, emitidas a partir de 08/10/2014; -Valores maiores que R$5, vencidas entre 90 e 365 dias, emitidas até 07/10/2014; -Valores maiores que R$15, vencidas entre 90 e 365 dias, emitidas a partir de 08/10/2014; -Valores maiores que R$30, vencidas há mais de um ano, emitidas até 07/10/2014; -Valores maiores que R$100, vencidas há mais de um ano, emitidas a partir de 08/10/2014. d) *Receita não faturada:* As receitas ainda não faturadas representam serviços prestados para os quais ainda não foram realizadas leituras. São reconhecidas com base em estimativas mensais calculadas de acordo com último faturamento de cada ciclo de leitura. Informações adicionais da receita e contas a receber estão descritas nas Notas 3.15 e 7. **5. Gestão de risco financeiro: 5.1. Instrumentos financeiros por categoria** A Concessionária efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores justos, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores contábeis e valores justos dos instrumentos financeiros da Concessionária em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 são como segue:

	Classificação por categoria	Hierarquia do valor justo	31/12/2022 Valor contábil	31/12/2022 Valor Justo	31/12/2021 Valor contábil	31/12/2021 Valor Justo
Ativos financeiros						
Equivalentes de caixa (aplicações financeiras)	Valor justo por meio de resultado	**Nível 2**	**4.361**	**4.361**	-	-
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	-	**4.663**	**4.663**	3.695	3.695
Passivos financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado	-	**357**	**357**	322	322
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	-	**25.930**	**25.930**	13.234	13.234
Ônus da concessão	Custo amortizado	-	**27**	**27**	12	12
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	-	**115**	**115**	92	92
Contratos de mútuo		-	-	-	948	948

As políticas de gerenciamento de risco da Concessionária são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Concessionária está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Concessionária. 5.2 – **Risco de mercado**: O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado de posições detidas pela Concessionária, incluindo as operações sujeitas às taxas de juros e riscos de preços. Risco de taxas de juros: Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Concessionária ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. A Concessionária utiliza a geração de caixa das atividades operacionais para gerir as suas operações assim como para garantir seus investimentos e expansão. Para suprir eventuais necessidades de caixa para desenvolvimento do negócio, a Concessionária obtém empréstimos e financiamentos em moedas locais sujeitos à flutuação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"). O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que impactem seus fluxos de caixa. A Concessionária também está exposta à flutuação de taxas de juros referentes ao saldo de aplicações financeiras, que são remuneradas com base em percentuais do CDI. A análise de sensibilidade, dos juros sobre os empréstimos e financiamentos e equivalentes de caixa, utilizou as projeções do CDI para os próximos 12 meses, este definido como cenário provável, por meio dos relatórios de análise econômica do Itaú. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Operação	Risco	Valor contábil	Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Ativo					
Equivalentes de caixa	**CDI**	4.361	4.951	5.098	5.245
Passivo					
Empréstimos e financiamentos	**CDI**	(25.976)	(29.488)	(30.366)	(31.244)
Passivo líquido		(21.615)	(24.537)	(25.268)	(25.999)
Efeito líquido			(2.922)	(3.653)	(4.384)
CDI (a.a.)			13,52%		

5.3 - Risco de liquidez: É o risco de a Concessionária não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A abordagem da Concessionária na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Concessionária. As tabelas abaixo demonstram análise dos vencimentos para os passivos financeiros em aberto, sem os custos de transação relativos às debêntures, em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (valores não descontados):

Em 31 de dezembro de 2022	Valor Contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Fornecedores	**357**	**357**	-	-
Empréstimos e financiamentos	**25.976**	**12.726**	**13.250**	-
Ônus da concessão	**27**	**27**	-	-
Débitos com partes relacionadas	**115**	**115**	-	-
	26.475	**13.225**	**13.250**	-

Em 31 de dezembro de 2021	Valor Contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Fornecedores	322	322	-	-
Empréstimos e financiamentos	13.338	13.338	-	-
Passivos de arrendamento	4	4	-	-
Ônus da concessão	12	12	-	-
Débitos com partes relacionadas	92	92	-	-
Contratos de mútuo	948	948	-	-
	14.716	14.716	-	-

5.4 - Gestão de capital: Os objetivos da Concessionária ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. E, para atingimento desses objetivos, exerce uma gestão financeira e de capital centralizada. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Concessionária pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras empresas do setor, a Concessionária monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 podem ser assim sumariados:

	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	**25.930**	13.234
Passivos de arrendamento (Nota 13)	**-**	4
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	**(4.399)**	(64)
Dívida líquida (a)	**21.531**	13.174
Total do patrimônio líquido (b)	**3.386**	3.719
Total do capital (a+b)	**24.917**	16.893
Índice de alavancagem financeira - % [a/(a+b)]	**86,41%**	77,98%

6. Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	**38**	64
Aplicações financeiras	**4.361**	-
	4.399	64

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata, representados, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário – CDBs, os quais são registrados pelos valores

Águas da Condessa S.A.

CNPJ 37.353.051/0001-07

nominais, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. **7. Contas a receber de clientes:** As contas a receber correspondem aos serviços de distribuição de água e de coleta e tratamento de esgotos sanitários e são registradas após aferição do consumo efetivo dos serviços, acrescidos de estimativa de receitas oriundas dos serviços que ainda não foram faturados.

As contas a receber estão compostas como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Clientes (a)	**3.521**	3.234
Clientes - parcelamento (b)	**1.084**	421
Pontos arrecadadores (c)	**58**	40
Perdas de créditos das contas a receber	**(376)**	(457)
	4.287	3.238

(a) A conta "Clientes" representa o saldo de contas emitidas, além dos valores ainda não faturados (Ajuste por Competência). (b) A conta de "Clientes - parcelamento" refere-se a acordos firmados entre os clientes e a Concessionária para a quitação de seus débitos. (c) Os "Pontos arrecadadores" são agentes arrecadadores que já receberam as contas dos clientes e ainda não repassaram para a Concessionária. O *aging list* de contas a receber é composto da seguinte forma:

A vencer	31/12/2022	31/12/2021
Faturado	**1.205**	992
Não faturado	**690**	585
Vencidas		
Até 30 dias	**847**	748
De 31 a 60 dias	**281**	281
De 61 a 90 dias	**182**	210
De 91 a 180 dias	**366**	439
Mais de 180 dias	**1.092**	440
	4.663	3.695

8. Ativo de direito de uso	31/12/2022			31/12/2021		
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Imóveis	-	-	-	11	(7)	4

Movimentação do ativo de direito de uso

	Saldos em 31/12/2021	Adições	Amortização	Saldos em 31/12/2022
Imóveis	4	-	(4)	-

	Saldos em 31/12/2020	Adições	Amortização	Saldos em 31/12/2021
Imóveis	-	10	(6)	4

9. Imobilizado		31/12/2022			31/12/2021
	Taxa de depreciação anual	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Máquinas e Equipamentos	20%	**3**	**-**	**3**	-
Equipamentos de informática	20%	**282**	**(81)**	**201**	170
Veículos	20%	**102**	**(14)**	**88**	19
Móveis e utensílios	10%	**237**	**(26)**	**211**	115
		624	**(121)**	**503**	304

Movimentação do imobilizado	Saldos em 31/12/2021	Adições	Depreciação	Saldos em 31/12/2022
Máquinas e Equipamentos	-	**3**	**-**	**3**
Equipamentos de informática	170	**78**	**(47)**	**201**
Veículos	19	**81**	**(12)**	**88**
Móveis e utensílios	115	**111**	**(15)**	**211**
	304	**273**	**(74)**	503

	Saldos em 31/12/2020	Adições	Depreciação	Saldos em 31/12/2021
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-
Equipamentos de informática	100	104	(34)	170
Veículos	-	21	(2)	19
Móveis e utensílios	9	118	(12)	115
	109	243	(48)	304

10. Ativo de contrato	Saldos em 31/12/2021	Adições	Transferências	Saldos em 31/12/2022
Infraestrutura em construção	4.628	**6.646**	**(302)**	**10.972**
	4.628	**6.646**	**(302)**	**10.972**

	Saldos em 31/12/2020	Adições	Saldos em 31/12/2021
Infraestrutura em construção	43	4.585	4.628
	43	4.585	4.628

As transferências ocorridas no exercício de 2022 e 2021 referem-se a movimentações entre o intangível e o ativo de contrato.

11. Intangível		31/12/2022			31/12/2021
	Taxa de amortização anual	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Softwares e aplicativos	20%	**29**	**(8)**	**21**	21
Outorga	2,87%	**10.000**	**(574)**	**9.426**	9.713
Concessão/Infraestrutura		**966**	**(101)**	**865**	577
		10.995	**(683)**	**10.312**	10.311

Os valores reconhecidos na linha de concessão/infraestrutura representam o valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão e sua respectiva amortização acumulada. As taxas utilizadas baseiam-se no prazo final da concessão ou na vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Sendo esse montante em 31 de dezembro de 2022 composto pelos seguintes ativos:

	31/12/2022			31/12/2021
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Máquinas e equipamentos	**665**	**(101)**	**564**	577
Captação	**272**	**-**	**272**	-
Ligação de água	**29**	**-**	**29**	-
	966	**(101)**	**865**	577

Movimentação do intangível	Saldos em 31/12/2021	Adições	Amortização	Transferências	Saldos em 31/12/2022
Softwares e aplicativos	21	**6**	**(6)**	**-**	**21**
Outorga	9.713	**-**	**(287)**	**-**	**9.426**
Concessão/Infraestrutura	577	**48**	**(62)**	**302**	**865**
	10.311	**54**	**(355)**	**302**	10.312

	Saldos em 31/12/2020	Adições	Amortização	Saldos em 31/12/2021
Softwares e aplicativos	-	23	(2)	21
Outorga	10.000	-	(287)	9.713
Concessão/Infraestrutura	67	549	(39)	577
	10.067	572	(328)	10.311

As transferências ocorridas no exercício de 2022 e 2021 referem-se a movimentações entre o intangível e o ativo de contrato.

12. Fornecedores: Os fornecedores estão assim representados:

Tipo Natureza	31/12/2022	31/12/2021
Mercadoria	**295**	203
Serviços	**44**	9
Infraestrutura	**12**	105
Outros	**6**	5
	357	322

13. Empréstimos, financiamentos e passivos de arrendamento

Linha de Crédito	Indexador	Juros	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos e Financiamentos				
Capital de giro (a)	CDI	1,35% e 1,38%	**25.976**	13.338
(-) Custos de transação			**(46)**	(104)
Total de Empréstimos e Financiamentos			**25.930**	13.234
Circulante			**12.681**	13.234
Não circulante			**13.249**	-
Passivos de Arrendamento				
Arrendamentos direito de uso		7,5% a.a. a.a.	**-**	4
Circulante			**-**	4
Não circulante			**-**	-
Endividamento total			**25.930**	13.238
Endividamento total – Circulante			**12.681**	13.238
Endividamento total - Não circulante			**13.249**	-

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e passivos de arrendamento é como segue:

Empréstimos e financiamentos	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	**13.234**	-
Captações	**12.000**	13.249
Custo de transação	**(137)**	(249)
Juros e encargos financeiros	**2.417**	544
Apropriação de custo de transação	**195**	145
Amortização de juros	**(1.779)**	(455)
Saldo final	**25.930**	13.234
Passivos de arrendamento	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Saldo inicial	**4**	-
Adições	**-**	10
Juros e encargos financeiros	**-**	1
Amortização de principal	**-**	(6)
Amortização de juros	**(4)**	(1)
Saldo final	**-**	4

	Empréstimos e financiamentos 31/12/2022		
	Dívida	Custos de transação	Total líquido
2024	**13.249**	**-**	**13.249**
	13.249	**-**	**13.249**

(a) Em junho de 2021 a Concessionária contratou empréstimo de capital de giro no valor de R$ 13.249, tendo a Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. como devedor solidário. Este contrato foi celebrado com prazo de carência de 11 (onze) meses para amortização do principal, com pagamento de juros semestrais, com vencimento final para junho de 2024. Em agosto de 2022 a Concessionária captou R$ 12.000 de capital de giro, com vencimento para fevereiro de 2023.O contrato foi aditado e o vencimento prorrogado para fevereiro de 2024. **14. Obrigações tributárias:**

Os impostos e contribuições estão assim representados:	31/12/2022	31/12/2021
PIS/COFINS/CSLL retidos	**6**	10
ISS	**12**	7
IRRF	**24**	18
PIS	**20**	16
COFINS	**93**	72
	155	123

15. Imposto de renda e contribuição social: a) Conciliação da taxa efetiva	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	**(333)**	(593)
Alíquota nominal	**34%**	34%
Imposto de renda e contribuição social - alíquotas vigentes	**113**	202
(Adições) exclusões no cálculo do tributo		
Permanentes (despesas indedutíveis)	**(56)**	(2)
Créditos fiscais sobre despesas temporárias não contabilizados	**(57)**	(207)
Créditos fiscais sobre prejuízos fiscais não contabilizados	**-**	(72)
Total do imposto de renda e da contribuição social	**-**	(79)
Alíquota efetiva	**-**	(13%)

16. Provisão para contingências… As provisões para contingências são constituídas para fazer face às perdas em processos judiciais e administrativos, os quais, quando aplicável, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes desses processos são baseadas na opinião do departamento jurídico da Concessionária e de seus assessores legais. As provisões para contingências estão assim demonstradas:

	31/12/2022	31/12/2021
Cíveis	**338**	-
	338	-

Processos com probabilidade de perda classificada como possível: A Concessionária possui processos judiciais e administrativos, nos quais a Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos externos, acredita que os riscos de perda são possíveis, e, por este motivo, nenhuma provisão foi constituída. Essas causas estão distribuídas da seguinte forma:

	31/12/2022	31/12/2021
Cíveis	**2.290**	338
Trabalhistas	**54**	-
	2.344	338

Processo 0006007-76.2021.8.19.0063: O Edital da licitação dos Serviços de Saneamento Básico de Paraíba do Sul previa que a empresa vencedora deveria manter entendimento com a Autarquia SAAETRI, de Três Rios, para aquisição de água, porque o Bairro Barão de Angra encontra-se geograficamente distante do Centro de Paraíba do Sul e próxima ao limite territorial com o Município de Três Rios, sendo a solução histórica adotada a compra de água do SAAETRI para abastecimento do Bairro. Vencida a licitação, a Concessionária Águas da Condessa deu seguimento ao abastecimento realizado para o Bairro Barão de Angra, com o recebimento da rede de abastecimento do Município vizinho e distribuindo a água aos moradores. Porém, verificou-se que o SAAETRI realiza a cobrança em face de Águas da Condessa como se esta fosse um único imóvel residencial, sendo que a água recebida através da ligação abastece aproximadamente 250 imóveis. A consequência da forma de cobrança praticada pelo SAEETRI é que Águas da Condessa pagaria o valor de R$ 5,02 (cinco reais e dois centavos) por metro cúbico de água, em razão da progressividade tarifária decorrente do cadastro da ligação como residencial, enquanto que Águas da Condessa recebe, em média R$ 3,43 (três reais e quarenta e três centavos) por metro cúbico de água de seus consumidores., porque a maioria consome dentro da primeira faixa de consumo da estrutura tarifária, na qual não há a progressividade de tarifa. Portanto, estabelece-se um desequilíbrio na água adquirida à R$ 5,02/m³ (cinco reais e dois centavos por metro cúbico) para ser vendida à R$ 3,43/m³ (três reais e quarenta e três centavos por metro cúbico). Considerando que a destinação da água adquirida do Município vizinho não é para uma unidade residencial, Águas da Condessa requereu, administrativamente, a adequação do valor ao serviço que de fato é realizado, qual seja, aquisição de água por atacado, o terminou por ser negado pelo SAAETRI em razão da alegação de falta de previsão na Estrutura Tarifária deles. Assim, distribuiu-se a presente demanda para que o Judiciário determine o valor do preço da água a ser praticado entre o SAAETRI e Águas da Condessa, sendo requerido pela Concessionária, e deferido, que se praticasse o valor de R$ 1,70/m³ (um real e setenta centavos por metro cúbico), depositado em juízo mensalmente. Por essa razão, os valores que são depositados mensalmente em juízo referem-se ao pagamento do incontroverso. Atualmente, o processo encontra-se em fase de ajustes dos honorários do perito que atuará no feito. **17. Partes relacionadas:** Os diretores são as pessoas chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Concessionária. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram pagos pela Concessionária o montante total de R$ 4 (R$ 12 em 31 de dezembro de 2021). Abaixo os valores estão segregados por natureza:

	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração	**3**	9
Encargos sociais	**1**	2
Outros	**-**	1
	4	12

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não foi pago valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Ativo circulante:	31/12/2022	31/12/2021
Créditos com partes relacionadas (a)		
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	**64**	11
Passivo circulante:		
Débitos com partes relacionadas (a)		
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	**115**	92
Passivo não circulante:		
Contratos de mútuo		
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	**-**	948
Total do passivo	**115**	1.040
Resultado com partes relacionadas	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Custos		
Análises laboratoriais		
Águas do Imperador S.A.	**(43)**	(30)
Despesas		
Contrato de gestão *(Mangement Fee)* (a)		
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	**(800)**	(460)
Total resultado com partes relacionadas	**(843)**	(490)

(a) Os saldos decorrem de transações entre concessionárias do mesmo grupo econômico, vinculadas à compra e venda de materiais ou das prestações de serviços, oriundos do: i) contrato de fruição de utilidades comuns com a Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda., resultando na estrutura de Unidade de Administração Central (UAC) para as áreas de finanças, planejamento, recursos humanos, tecnologia da informação e logística; ii) do contrato de gestão centralizada (*Management Fee*) com a Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. Movimentação do passivo de mútuo com a Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.:

Saldo em 31/12/2021	Empréstimo	Juros	IOF	Amortização	IRRF	Saldo em 31/12/2022
948	3.010	173	32	(4.124)	(39)	-

Saldo em 31/12/2020	Empréstimo	Aporte de Capital (a)	Juros	IOF	Amortização	IRRF	Saldo em 31/12/2021
10.853	5.225	(5.000)	135	103	(10.337)	(31)	948

(a) Refere-se a mútuo a pagar que foi baixado contra aporte de capital social, integralizado por Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. **18. Patrimônio líquido: a)** Capital social: O capital social realizado por Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. no montante de R$ 5.010 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 5.010 em 31 de dezembro de 2021) está representado por 5.010.000 (cinco milhões e dez mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas nominativas e sem valor nominal.

19. Receita líquida:	31/12/2022	31/12/2021
Receita de prestação de serviços	**19.490**	15.614
Receita de construção	**6.747**	3.203
Cancelamentos	**(130)**	(114)
	26.107	18.703
Deduções da receita bruta:		
PIS e COFINS sobre serviços	**(1.709)**	(1.384)
Descontos concedidos	**(885)**	(537)
Receita líquida	**23.513**	16.782

20. Custo dos serviços prestados	31/12/2022	31/12/2021
Taxas de recursos hídricos e ambientais	**(309)**	-
Ônus da concessão	**(468)**	(395)
Energia elétrica	**(2.401)**	(2.123)
Custo de construção	**(6.747)**	(3.203)
Materiais aplicados nos serviços	**(1.081)**	(1.292)
Salários e benefícios a empregados	**(2.281)**	(1.726)
Utilização de imóveis e telefonia	**-**	(4)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	**(359)**	(549)
Serviços de terceiros	**(1.173)**	(1.211)
Depreciações e amortizações	**(64)**	(40)
Outros custos	**(41)**	(81)
	(14.924)	(10.624)

21. Despesas gerais e administrativas	31/12/2022	31/12/2021
Salários e benefícios a empregados	**(2.748)**	(1.827)
Utilização de imóveis e telefonia	**(53)**	(91)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	**(153)**	(156)
Serviços de terceiros	**(1.909)**	(2.069)
Despesas com contencioso	**(14)**	(3)
Impostos, encargos, taxas e contribuições	**(7)**	(25)
Depreciações e amortizações	**(76)**	(51)
Provisão perdas de crédito das contas a receber	**(614)**	(956)
Provisões para contingências	**(327)**	-
Outras despesas	**(704)**	(739)
	(6.605)	(5.917)

22. Receitas (despesas) financeiras	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras		
Rendimento com aplicações financeiras	**314**	33
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	**(30)**	(7)
Juros e multas vinculadas à operação	**354**	128
	638	154
Despesas financeiras		
Juros de mútuo	**(173)**	(135)
Juros com empréstimos e financiamentos	**(2.417)**	(544)
Juros sobre arrendamentos	**-**	(1)
Atualização monetária das contingências	**(11)**	-
Tributos sobre operações financeiras	**(34)**	(107)
Descontos concedidos	**(200)**	(92)
Outras despesas financeiras	**(208)**	(162)
	(3.043)	(1.041)

23. Seguros: O Grupo Águas do Brasil adota a política de contratar cobertura de seguros de forma global para riscos de engenharia, patrimoniais, ambientais e de responsabilidade civil dos administradores (D&O), entre outros, especificamente associados à natureza de sua atividade. Os seguros contratados possuem cobertura sobre construção, fornecimento ou prestação de serviços. A cobertura em 31 de dezembro de 2022 está apresentada a seguir:

Ramos	Vigência das apólices	Importâncias seguradas
D&O - RC Administradores	27/09/2022 a 27/09/2023	50.000
Responsabilidade civil geral	17/01/2023 a 17/01/2024	13.000
Risco de engenharia e responsabilidade civil obras	31/12/2022 a 31/12/2023	80.813
Riscos operacionais	30/12/2022 a 17/01/2024	75.000
Riscos ambientais	22/12/2022 a 22/12/2023	5.000
Garantia de concessão	05/12/2022 a 05/12/2023	849

24. Transações que não envolvem caixa: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Concessionária realizou as seguintes atividades que não envolveram caixa e, portanto, foram excluídas da demonstração dos fluxos de caixa:

	31/12/2022	31/12/2021
Adição de direito de uso	-	**(11)**
Baixa de mútuo para aporte de capital	-	(5.000)

Márcio Salles Gomes - Diretor - **Gabriela Ferreira Nunes Alves** - Contadora - CRC/RJ 100510/O-9 - CPF: 080.376.027-29

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores da **Águas da Condessa S.A. -** Rio de Janeiro - RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Águas da Condessa S.A. ("Concessionária"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Concessionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Concessionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Concessionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:**Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Concessionária. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Concessionária. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Concessionária a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 30 de março de 2023.

ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S/S Ltda. -- CRC SP-015199/F - Gláucio Dutra da Silva - Contador CRC-RJ090174/O

Economia

VALORIZAÇÃO

Governo abre conversa sobre salário mínimo com sindicalistas

O grupo de trabalho montado pelo governo para discutir a valorização do salário mínimo terá sua primeira reunião na próxima segunda-feira.

Na mesa estarão os representantes de sete ministérios do governo, com coordenação do Ministério do Trabalho e Emprego, além de sete indicados por centrais sindicais, como CUT e Força Sindical.

A expectativa dos sindicalistas é montar as diretrizes de uma política de reajuste do salário mínimo para o ano que vem. Estuda-se a possibilidade de recuperar a regra de correção unindo variação do PIB e INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), indexador atual.

A medida foi estabelecida por Lula em 2007 e virou lei em 2012, quando passou a considerar o INPC do ano anterior e a variação do PIB de dois anos antes. A regra vigorou até o primeiro ano do governo Bolsonaro, que passou a não dar mais reajustes reais, retomando a fórmula só no último ano do mandato.

Os sindicalistas também vão cobrar do governo uma forma de repor os dois anos em que Bolsonaro deixou de considerar a variação do PIB nos reajustes do salário mínimo.

IMPOSTOS

Estados vão reduzir novo ICMS da gasolina após acordo com STF

Um acordo entre os governos estaduais e o STF (Supremo Tribunal Federal) vai alterar os cronogramas de implantação do novo modelo de cobrança do ICMS para os combustíveis. Os estados devem ainda rever a nova alíquota da gasolina, que ficou bem mais alta do que os valores cobrados atualmente.

Os estados ainda não se manifestaram sobre o acordo, que deve ser confirmado formalmente hoje. Ao STF, alegaram dificuldades na implantação do novo modelo, que prevê a cobrança de um valor único nacional em reais por litro e apenas dos produtores dos combustíveis.

O novo ICMS do diesel entraria em vigor amanhã e será adiado para 1º de maio. O da gasolina entraria em vigor no início de julho e foi antecipado para 1º de junho. Nos dois casos, o consumidor deve sentir no bolso efeitos das novas alíquotas.

No caso da gasolina, a alíquota anunciada na quarta-feira passada era de R$ 1,45 por litro, bem superior aos valores cobrados atualmente -o maior ICMS sobre a gasolina é cobrado hoje no Piauí, R$ 1,24 por litro.

O valor, porém, será revisto em reunião nesta sexta. A Folha de S.Paulo apurou que as propostas atuais situam-se entre R$ 1,18 e R$ 1,22 por litro, ainda assim acima do cobrado em quase todos os estados. Em São Paulo, por exemplo, a alíquota atual é de R$ 0,90 por litro.

Os economistas Andréa Angelo e Felipe Salto, da Warren Rena, calculam que a mudança para R$ 1,45 poderia provocar aumento médio de 11,45% no preço da gasolina, com impacto de 0,5 ponto percentual na projeção do IPCA para 2023.

No caso do diesel, a nova alíquota única de R$ 0,95 por litro é superior à média cobrada atual. Segundo estimativa do consultor Dietmar Schupp, o preço médio do produto subiria 2,1% com a adoção da alíquota neste sábado.

Mas nem todos os estados teriam alta: Sergipe, Amapá, Roraima, Pará, Bahia, Piauí, Maranhão e Rondônia cobram hoje valor mais elevado e experimentariam queda no preço final.

O modelo atual de cobrança do ICMS era criticado pelo setor por retroalimentar os aumentos de preço nas refinarias: após a alta nas bombas, os estados elevam o preço de referência para cobrança do imposto, gerando novo repasse ao consumidor final.

Além disso, dizem, incentiva fraudes tributárias com a compra de combustíveis em estados onde o ICMS é mais barato para a venda clandestina naqueles com maior tributação.

A mudança foi aprovada pelo Congresso com apoio do governo Bolsonaro em maio de 2022, mas os estados recorreram ao STF.

SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO BRASIL S.A.

CNPJ 09.266.129/0001-10

Balanços patrimoniais 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	29.353	91.196	521.844	268.913
Contas a receber de clientes	7	-	-	283.415	237.191
Estoques		-	-	6.609	12.974
Despesas antecipadas		174	392	3.338	5.880
Dividendos e JSCP a receber	23	110.545	93.707	10.440	9.670
Créditos com partes relacionadas	23	251	40	2.071	611
Tributos a recuperar	8	7.368	2.012	10.741	4.455
Convênio-PPP		-	-	312	-
Outros ativos		185	240	4.162	4.241
		147.876	187.587	842.932	543.935
Não circulante					
Aplicações financeiras vinculadas	9	-	-	15.590	12.633
Créditos a receber de clientes	7	-	-	19.200	19.200
Contratos de mútuo	23	23.384	16.636	23.384	15.688
Participação em consórcios		-	-	-	140
Tributos diferidos	21	-	3.113	11.761	10.810
Depósitos judiciais		46	126	23.558	20.189
Tributos a recuperar	8	-	-	2.278	1.211
Operações com derivativos	18	-	-	1.540	1.961
Ativo de direito de uso	11	-	-	5.988	3.104
Investimentos	10	1.234.838	890.449	359.528	98.263
Imobilizado	12	614	571	42.895	44.465
Ativo de contrato	13	-	-	515.480	379.684
Intangível	14	9.843	4.156	1.078.629	1.032.778
		1.268.725	915.051	2.099.831	1.640.126
Total do ativo		1.416.601	1.102.638	2.942.763	2.184.061

		Controladora		Consolidado	
Passivo	Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante					
Fornecedores	15	417	346	32.943	41.236
Empréstimos e financiamentos	16	25.020	25.021	195.872	266.660
Passivos de arrendamento	16	-	-	3.051	1.664
Debêntures e notas comerciais escriturais	17	24.979	14.712	60.614	28.558
Obrigações tributárias	20	2.583	1.525	30.005	26.420
Obrigações trabalhistas		8.058	4.681	42.549	28.458
Obrigações com acionistas	23	26.428	49.177	33.757	55.216
Ônus da concessão		-	-	5.767	5.311
ICMS a devolver a clientes	19	-	-	5.325	5.866
Débitos com partes relacionadas	23	465	35.340	213	36.709
Adiantamentos de clientes		3	3	3.905	3.880
Outras obrigações		50	9.129	13.650	23.007
		88.003	139.934	427.651	522.985
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	533.100	467.903
Passivos de arrendamento	16	-	-	3.580	1.895
Debêntures e notas comerciais escriturais	17	253.394	21.332	814.308	170.016
Provisão para perdas em investimentos		336	-	-	-
Contratos de mútuo	23	266	469	-	56
Obrigações tributárias	20	-	-	130	130
Tributos diferidos	21	-	-	2.043	-
Provisões para contingências	22	-	-	29.240	26.899
		253.996	21.801	1.382.401	666.899
Patrimônio líquido	24				
Capital social		559.500	559.500	559.500	559.500
Reserva de capital		6.118	6.118	6.118	6.118
Reservas de lucros		855.285	720.273	855.285	720.273
Ações em tesouraria		(346.393)	(345.000)	(346.393)	(345.000)
Outros resultados abrangentes		92	12	92	12
		1.074.602	940.903	1.074.602	940.903
Participação de acionistas não controladores		-	-	58.109	53.274
		1.074.602	940.903	1.132.711	994.177
Total do passivo e patrimônio líquido		1.416.601	1.102.638	2.942.763	2.184.061

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida	25	63.525	54.379	1.724.431	1.466.359
Custo dos serviços prestados	26	-	-	(896.135)	(809.391)
Lucro bruto		63.525	54.379	828.296	656.968
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	27	(58.018)	(60.236)	(355.015)	(264.846)
Outras receitas operacionais, líquidas		1.166	3.127	2.419	5.359
Resultado de equivalência patrimonial	10	206.052	212.043	(38.046)	4.309
		149.200	154.934	(390.642)	(255.178)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		212.725	209.313	437.654	401.790
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	28	3.036	2.165	77.108	54.643
Despesas financeiras	28	(38.213)	(5.740)	(198.532)	(116.652)
		(35.177)	(3.575)	(121.424)	(62.009)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		177.548	205.738	316.230	339.781
Imposto de renda e contribuição social-corrente	21b	-	-	(117.388)	(98.000)
Imposto de renda e contribuição social-diferido	21b	(3.113)	1.321	(4.175)	(16.883)
Lucro líquido do exercício		174.435	207.059	194.667	224.898
Atribuível a:					
Acionistas controladores		174.435	207.059	174.435	207.059
Acionistas não controladores		-	-	20.232	17.839
Lucro líquido do exercício		174.435	207.059	194.667	224.898

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas	75.246	66.543	1.835.807	1.556.991
Receita operacional	74.081	63.416	1.640.550	1.381.230
Receita de construção	-	-	247.396	222.866
Outras receitas	1.165	3.127	2.418	5.359
Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber	-	-	(54.557)	(52.464)
Insumos adquiridos de terceiros	(17.350)	(18.714)	(785.121)	(645.338)
Custo das mercadorias e dos serviços prestados	-	-	(398.960)	(359.152)
Custo de construção	-	-	(247.396)	(222.866)
Materiais, energia, serviço de terceiros e outros	(17.350)	(18.714)	(138.765)	(63.320)
Valor adicionado bruto	57.896	47.829	1.050.686	911.653
Depreciação e amortização	(203)	(854)	(84.522)	(85.464)
Valor adicionado líquido produzido	57.693	46.975	966.164	826.189
Valor adicionado recebido em transferência	212.235	214.314	45.658	61.604
Resultado de equivalência patrimonial	206.052	212.043	(38.046)	4.309
Receitas financeiras	6.183	2.271	83.704	57.295
Valor adicionado total a distribuir	269.928	261.289	1.011.822	887.793
Distribuição do valor adicionado	269.928	261.289	1.011.822	887.793
Pessoal	32.982	33.010	254.855	225.654
Remuneração direta	25.530	25.303	161.798	144.402
Benefícios	4.875	5.472	78.053	68.444
FGTS	2.577	2.235	15.004	12.808
Impostos, taxas e contribuições	24.054	15.233	349.258	306.419
Federais	20.208	11.919	336.920	296.234
Estaduais	-	3	7.071	5.791
Municipais	3.846	3.311	5.267	4.394
Remuneração de capitais de terceiros	38.457	5.987	213.042	130.822
Juros	38.200	5.731	176.233	92.618
Aluguéis	257	256	15.007	14.659
Outras	-	-	21.802	23.545
Remuneração de capitais próprios	174.435	207.059	194.667	224.898
Dividendos	41.428	49.176	46.381	59.450
Lucros retidos	133.007	157.883	133.006	157.883
Participação dos não controladores nos lucros retidos	-		15.280	7.565

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	174.435	207.059	194.667	224.898
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de controlada em conjunto	80	186	80	186
Resultado abrangente total	174.515	207.245	194.747	225.084
Total do resultado abrangente atribuível a:				
Acionistas controladores	174.515	207.245	174.515	207.245
Acionistas não controladores	-	-	20.232	17.839
	174.515	207.245	194.747	225.084

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício antes dos tributos sobre o lucro	177.548	205.738	316.230	339.781
Ajustes para reconciliar o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido:				
Depreciação e amortização	225	878	93.302	93.295
Juros sobre empréstimos e arrendamento e amortização de custos de transação sobre empréstimos	3.649	1.759	70.131	53.462
Juros sobre debêntures e notas comerciais escriturais e amortização de custos de transação	34.011	2.317	93.978	26.809
Ganhos com operações de swap	-	-	(46)	(3.882)
Juros e IOF sobre mútuo	(2.746)	(639)	(2.536)	(422)
Variações monetárias	-	-	3.659	116
Atualização monetária das contingências	-	-	3.896	12.018
Perdas de créditos das contas a receber	-	-	54.796	52.464
Reversões de contingências	-	-	(1.555)	(56.898)
Resultado de equivalência patrimonial	(206.052)	(212.043)	38.046	(4.309)
Resultado na alienação/baixa de imobilizado/intangível	(65)	-	382	374
Resultado na alienação de investimento	3	-	3	-
Ganho (perda) com derivativos	-	-	421	7.054
Receita de construção ativo financeiro-PPP	-	-	(9.895)	(1.662)
Subsídio tarifário-PPP	-	-	(620)	(798)
Resultado na baixa de arrendamento	-	(27)	-	(137)
Outros ajustes	(1.050)	-	(963)	-
Variações dos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	-	-	(101.020)	(83.833)
Estoques	-	-	6.365	(6.841)
Depósitos judiciais	80	-	(3.368)	(3.001)
Tributos a recuperar	(624)	(776)	(11.046)	(8.132)
Despesas antecipadas	218	(313)	2.542	(3.259)
Outros ativos	55	(129)	228	1.191
Aplicações financeiras vinculadas	-	-	(2.957)	(1.986)
Fornecedores	71	251	(8.293)	8.518
Ônus da concessão	-	-	456	1.386
Obrigações tributárias	898	47	(554)	1.165
Obrigações trabalhistas	3.377	953	14.091	4.423
Partes relacionadas, líquidas	(86)	52	(2.955)	2.718
ICMS a devolver a clientes	-	-	(541)	(2.057)
Outras obrigações	(9.141)	4.215	(11.127)	11.584
	371	2.283	541.050	439.141
Imposto de renda e contribuição social pagos	(48)	(77)	(110.018)	(90.258)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(3.650)	(1.742)	(74.336)	(50.839)
Pagamento de juros de debêntures e notas comerciais escriturais	(22.436)	(1.974)	(51.180)	(12.711)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(25.763)	(1.510)	305.516	285.333
Fluxo das atividades de investimentos				
Adições ao imobilizado	(225)	(37)	(5.238)	(4.569)
Adições ao intangível	(5.730)	(3.632)	(251.393)	(244.233)
Valor recebido pela venda de imobilizado/intangível	65	-	406	537
Mútuos concedidos	(9.533)	(27.725)	(5.000)	(22.500)
Recebimento de empréstimos de mútuo	5.687	29.396	-	19.058
Aporte de capital em investidas	(309.106)	(11.151)	(300.000)	-
Dividendos recebidos	153.644	433.692	-	-
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	(165.198)	420.543	(561.225)	(251.707)
Fluxo das atividades de financiamentos				
Recompra de ações próprias	(36.393)	(310.000)	(36.393)	(310.000)
Dividendos pagos	(65.000)	(51.335)	(77.843)	(91.049)
Captações de debêntures e notas comerciais escriturais	245.040	-	661.817	-
Captações de outros títulos de dívida	-	-	-	(325)
Captações de empréstimos e financiamentos	25.000	-	120.569	91.559
Captações de mútuo	80	-	-	-
Pagamento dos arrendamentos	-	(191)	(2.838)	(3.469)
Pagamento das debêntures e notas comerciais escriturais	(14.286)	(14.285)	(28.761)	(26.601)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(25.000)	-	(139.779)	(85.184)
Pagamento de mútuo	(323)	(286)	-	-
Derivativos recebidos (pagos), líquidos	-	-	(68)	3.300
Parceria Público-Privada-PPP	-	-	11.936	2.460
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	129.118	(376.097)	508.640	(419.309)
Aumento (redução) líquido(a) no caixa e equivalentes de caixa	(61.843)	42.936	252.931	(385.683)
Representado por:				
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	91.196	48.260	268.913	654.596
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	29.353	91.196	521.844	268.913

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

			Reserva de lucros								
	Capital social realizado	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de investimentos	Retenção de lucros	Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido	Acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado
Saldos em 1º de janeiro de 2021	559.500	6.118	74.347	120.878	367.566	-	-	(174)	1.128.235	68.155	1.199.474
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	207.059	-	207.059	17.839	224.898
Recompra de ações	-	-	-	-	-	(345.000)	-	-	(345.000)	-	(345.000)
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de controladas em conjunto	-	-	-	-	-	-	-	186	186	-	186
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	(401)	-	-	-	(401)	(26.644)	(27.045)
Proposta de destinação do resultado do exercício:											
Reserva legal	-	-	10.353	-	-	-	(10.353)	-	-	-	-
Reserva para investimentos	-	-	-	7.377	-	-	(7.377)	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(49.176)	-	(49.176)	(4.320)	(53.496)
Dividendos adicionais aprovados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.756)	(1.756)
Retenção de lucros	-	-	-	-	140.153	-	(140.153)	-	-	-	-
Saldos 31 de dezembro de 2021	559.500	6.118	84.700	128.255	507.318	(345.000)	-	12	940.903	53.274	994.177
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	174.435	-	174.435	20.232	194.667
Recompra de ações	-	-	-	-	-	(1.393)	-	-	(1.393)	-	(1.393)
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de controladas em conjunto	-	-	-	-	-	-	-	80	80	-	80
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	(824)	-	-	-	(824)	(7.209)	(8.033)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.775)	(2.775)
Dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	37	37
Aumento de participação societária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(752)	(752)
Proposta de destinação do resultado do exercício:											
Reserva legal	-	-	8.722	-	-	-	(8.722)	-	-	-	-
Reserva para investimentos	-	-	-	6.214	-	-	(6.214)	-	-	-	
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(41.428)	-	(41.428)	(4.953)	(46.381)
Retenção de lucros	-	-	-	-	120.900	-	(118.071)	-	2.829	255	3.084
Saldos 31 de dezembro de 2022	559.500	6.118	93.422	134.469	627.394	(346.393)	-	92	1.074.602	58.109	1.132.711

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional; A Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. ("SAAB" ou "Companhia"), com sede localizada à Rua Coronel Gomes Machado n.º 118, loja 1, Centro, no município de Niterói-RJ-Brasil, foi constituída em 23 de junho de 2008 e tem por objeto social a participação societária em outras sociedades. A SAAB, através de suas controladas e controladas em conjunto, desenvolve atividades empresariais de prestação de serviços nos segmentos de saneamento básico e de tratamento de resíduos industriais no Brasil, bem como presta serviços de assessoria, consultoria, orientação e assistência operacional e administrativa para a gestão centralizada. A Companhia em conjunto com suas subsidiárias forma o Grupo Águas do Brasil ("Grupo GAB" ou "Grupo"). As atividades de saneamento básico são realizadas com base em contratos de serviços de longo prazo assim classificados: **1.1. Concessões públicas:** Contratos de prestação de serviços de longo prazo com o Poder Concedente (prefeituras e/ou órgãos públicos), representados por concessões públicas, nos quais as controladas diretas e controladas em conjunto da Companhia atuam como concessionárias de serviços públicos. i) Gestão Plena: O objeto desses contratos é a concessão, em caráter de exclusividade, da gestão integrada dos serviços de saneamento básico de águas e de esgotos sanitários, incluídas a operação, conservação, manutenção, modernização, ampliação, exploração e cobrança direta aos usuários.

Concessionária Águas de Juturnaíba S.A.	Sigla	CNPJ	Área de atuação	Data do ato	Data de vencimento	Poder concedente	Estado
Águas de Niterói S.A.	CAN	02.150.336/0001-66	Perímetro urbano de Niterói	11/1999	11/2049	Empresa Municipal de Moradia Urbanização e Saneamento - EMUSA	RJ
Concessionária Águas de Juturnaíba S.A.	CAJ	02.013.199/0001-18	Áreas urbanas de Araruama (inclusive Iguaba Pequena e São Vicente de Paula), Saquarema (inclusive Bacaxá) e Silva Jardim	01/1998	01/2048	Municípios de Araruama, Saquarema e Silva Jardim	RJ
Águas do Paraíba S.A.	CAP	01.280.003/0001-99	Perímetro urbano de Campos dos Goytacazes	09/1999	09/2059	Município de Campos dos Goytacazes	RJ
Águas do Imperador S.A.	CAI	02.150.327/0001-75	Perímetro urbano de Petrópolis (inclusive sedes distritais)	01/1998	01/2043	Município de Petrópolis	RJ
Águas das Agulhas Negras S.A.	CAAN	09.195.493/0001-37	Perímetro urbano de Resende (inclusive sedes distritais)	01/2008	01/2038	Agência de Saneamento Básico do Município de Resende - SANEAR	RJ
Águas de Nova Friburgo Ltda.	CANF	03.119.806/0001-91	Perímetro urbano de Nova Friburgo	07/1999	07/2039	Município de Nova Friburgo	RJ
Concessionária Águas de Paraty S.A.	CAPY	19.080.515/0001-77	Perímetro urbano de Paraty	02/2014	02/2044	Município de Paraty	RJ
Águas de Araçoiaba S.A.	CAA	11.347.020/0001-50	Limite territorial de Araçoiaba da Serra	11/2009	11/2039	Município de Araçoiaba da Serra	SP
Águas de Votorantim S.A.	CAV	14.192.039/0001-62	Limite territorial de Votorantim	05/2012	05/2042	Município de Votorantim	SP
Águas de Jahu S.A.	CAJA	20.918.034/0001-77	Perímetro urbano de Jahu	04/2015	04/2050	Município de Jahu	SP
Águas de Pará de Minas S.A.	CAPAM	18.494.424/0001-15	Perímetro urbano de Pará de Minas	04/2015	04/2050	Município de Pará de Minas	MG
Águas da Condessa S.A.	CAC	37.353.051/0001-07	Perímetro urbano de Paraíba do Sul	12/2020	12/2055	Município de Paraíba do Sul	RJ

ii) Gestão Parcial: O objeto dos contratos da controlada SANEJ e da controlada em conjunto F.AB Zona Oeste S.A. é o tratamento de esgoto, compreendendo a construção, operação, conservação, manutenção, modernização, ampliação e exploração das obras públicas.

Concessionária	Sigla	CNPJ	Área de atuação	Data do ato	Data de vencimento	Poder concedente	Estado
SANEJ - Saneamento de Jaú Ltda.	SANEJ	03.708.169/0001-99	Limite territorial de Jaú	03/2000	03/2025	Município de Jaú	SP
F.AB Zona Oeste S.A.	F.AB	14.863.079/0001-99	Área de planejamento 5 do município do Rio de Janeiro	01/2012	01/2042	Município do Rio de Janeiro	RJ

1.2. Clientes privados: Contratos de longo prazo representados pela prestação de serviços de tratamento de resíduos e efluentes industriais.

Empresa	Sigla	CNPJ	Objeto do Contrato	Prazo	Principais Clientes
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	SAAL	12.364.969/0001-20	Prover serviços e exercer atividades, técnicas, operacionais, de consultoria, implantação e gestão relacionadas a águas, resíduos líquidos e sólidos, solos contaminados, poluição atmosférica, soluções ambientais.	Diversos	Nissan / Land Rover

1.3. Rio+ Saneamento Participações S.A. e Rio+ Saneamento BL3 S.A.: Em 29 de dezembro de 2021, a Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A., através da sua investida Rio+ Saneamento Participações S.A. (anteriormente denominada "SAAB Participações II S.A."), sagrou-se vencedora do leilão da segunda fase da concessão de saneamento básico do Rio de Janeiro, referente ao bloco 3 da Companhia Estadual de Águas e Esgotos ("CEDAE"). O prazo de concessão é de 35 anos, abrangendo 2,7 milhões de habitantes em 21 municípios do Estado do Rio de Janeiro, incluindo 22 bairros da zona oeste da capital. Em 17 de fevereiro de 2022, a empresa Vias Participações I S.A. passou a fazer parte da composição acionária da Rio+ Saneamento Participações S.A., configurando uma controlada em conjunto com a Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.. A Rio+ Saneamento Participações S.A. detém 100% das ações da Rio+ Saneamento BL3 S.A., empresa responsável pela operação. Em 28 de março de 2022 foi assinado o contrato de concessão nº 011/2022 com o Estado do Rio de Janeiro, dando início ao período de operação assistida do sistema. Em 01 de agosto de 2022, a Rio+ Saneamento BL3 S.A. assumiu a operação, através da emissão do Termo de Transferência do Sistema. **1.4. Pandemia de Covid-19:** O Grupo possui uma equipe médica, que continua acompanhando as suspeitas e casos de Covid-19, sempre seguindo as orientações das autoridades de saúde para manter a segurança de seus colaboradores e a continuidade de suas operações. Além disso, contam com o programa de vacinação contra a gripe. A Administração do Grupo analisou os riscos e incertezas relacionados à pandemia de Covid-19 e não foram identificados impactos relevantes que requeressem ajustes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2022. **1.5. Águas do Imperador S.A.: fortes chuvas em Petrópolis:** Em fevereiro de 2022, Petrópolis foi atingida por fortes chuvas, que assolaram a cidade, causando inundações, deslizamentos e vítimas fatais. A Águas do Imperador S.A. ("Subconcessionária") teve a loja de atendimento presencial, a sua sede e algumas estações de tratamento de água e de tratamento de esgoto foram atingidas. A Subconcessionária incorreu em gastos no montante de R$ 3.107 para recomposição dos danos causados, sendo R$ 2.111 indenizados pela seguradora. Desta forma, a Subconcessionária reconheceu R$ 996 como perda incorrida. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas ("Grupo") foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos Técnicos ("CPCs"), as Interpretações Técnicas ("ICPCs") e Orientações Técnicas ("OCPCs") do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Adicionalmente, o Grupo considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Desta forma, as informações relevantes, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. O Grupo preparou essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas com base no pressuposto de continuidade operacional. A Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade da Companhia e de suas controladas e controladas em conjunto. Em 30 de março de 2023, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.4. Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as informações financeiras da Companhia e suas controladas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. O controle é obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Especificamente, o Grupo controla uma investida se, e apenas se, tiver: • Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); • Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e • A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos. Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a esta presunção e quando o Grupo tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, o Grupo considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive: • O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto; • Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e • Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo. O Grupo avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente. A consolidação de uma controlada tem início quando o Grupo obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando o Grupo deixar de exercer o mencionado controle. O resultado, e cada componente de outros resultados abrangentes, são atribuídos aos sócios controladores e aos não controladores da Companhia, mesmo se isso resultar em prejuízo aos sócios não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminados na consolidação. Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é dada baixa nos correspondentes ativos, passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido a valor justo na data em que o controle é perdido. Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem as operações da Companhia e de suas controladas, cuja participação percentual na data do balanço encontra-se apresentada abaixo.

	Participação[1]	
	31/12/2022	31/12/2021
Águas de Niterói S.A.	90,87%	90,87%
Companhia Águas de Juturnaíba S.A.	90,53%	89,49%
Águas do Paraíba S.A.	90,86%	90,86%
Águas do Imperador S.A.	90,87%	90,87%
Águas das Agulhas Negras S.A.	100,00%	100,00%
Águas de Nova Friburgo Ltda.	100,00%	100,00%
Águas de Araçoiaba S.A.	99,99%	99,99%

SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO BRASIL S.A.

CNPJ 09.266.129/0001-10

SANEJ-Saneamento de Jaú Ltda.	**100,00%**	100,00%
SAAB Participações e Novos Negócios S.A.	**100,00%**	100,00%
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	**100,00%**	100,00%
Companhia Águas de Paraty S.A.	**100,00%**	100,00%
Águas de Jahu S.A.	**100,00%**	100,00%
Águas de Pará de Minas S.A.	**100,00%**	100,00%
Gadugi Participações S.A.	**100,00%**	100,00%
Águas da Condessa S.A.	**100,00%**	100,00%
SAAB Participações II S.A.[2]	**-**	100,00%

[1] Os percentuais foram fixados em duas casas decimais. [2] A partir de 17 de fevereiro de 2022, a SAAB Participações II S.A. passou a ser uma empresa controlada em conjunto. **3. Principais políticas contábeis: 3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. **3.2. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é igual ou inferior a um ano, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, através da provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber. Esta provisão é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que o Grupo não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais de vencimento. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, as contas a receber não consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa. **3.3. Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável *(impairment)*, se houver. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para o Grupo. O valor contábil de itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém o controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis econômicas estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Equipamentos de informática	5 anos
Veículos	5 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	25 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Outros imobilizados	10 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada exercício e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva. Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos. **3.4. Ativo de contrato:** Os bens vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito do Grupo de cobrar pelos serviços prestados aos clientes. Assim, os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos e financiamentos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos transferidos para o ativo intangível. **3.5. Intangível:** a) Sistema de água e esgoto: As Concessionárias reconhecem como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário presente nos contratos de concessão, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê (OCPC 05). O ativo intangível é determinado como sendo o valor da receita de construção auferida na construção ou aquisição da infraestrutura realizada pelas Concessionárias. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pelas Concessionárias. A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro. b) Outorga da concessão: Refere-se à outorga registrada no ativo intangível (Nota 15). A amortização reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pelas concessionárias do Grupo, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. c) Softwares: As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada. **3.6. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC 48, que determina a classificação dos ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao custo amortizado. Dependendo das características de cada instrumento, eles podem ser classificados em resultado financeiro ou em outros resultados abrangentes. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela Administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais. O Grupo classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias: Ativos financeiros-custo amortizado: São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas especificas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. Ativos financeiros-valor justo por meio do resultado: São reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado; e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos. Ativos financeiros-mensuração inicial: No reconhecimento inicial o Grupo mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. Ativos financeiros-mensuração subsequente: • *Custo amortizado*: esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago. • *Valor justo por meio do resultado*: os ativos classificados dentro desse grupo são contabilizados por meio de reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. Passivos financeiros-reconhecimento inicial: Todos os passivos financeiros do Grupo são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, passivos de arrendamento, ônus da concessão e débitos com partes relacionadas. Passivos financeiros-mensuração subsequente: • *Custo amortizado*: são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos ou através do acréscimo da taxa efetiva. • *Valor justo por meio do resultado*: são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros: Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e • O Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. Compensação de instrumentos financeiros: Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **3.7. Instrumentos financeiras derivativos:** Algumas controladas da Companhia mantêm instrumentos financeiros derivativos, através de contratos de *swap*, para proteger suas exposições aos riscos de variação de taxa de juros. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as suas variações são registradas no resultado. O Grupo não possui derivativos de natureza especulativa e não utilizam contabilidade de hedge (*hedge accounting*). **3.8. Perda por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros e não financeiros:** Os ativos do Grupo são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda e, se houver, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso do ativo. O Grupo baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos abrangem o período da concessão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não foi identificado nenhum evento indicando a não recuperabilidade dos ativos da SAAB e suas controladas. **3.9. Arrendamentos:** O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. O Grupo como arrendatária: O Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, reconhecendo os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e os ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Ativos de direito de uso: O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Passivos de arrendamento: Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor dos passivos de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor: O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **3.10. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesas no período em que são incorridos. **3.11. Tributos:** Imposto de renda e contribuição social correntes: O imposto de renda e contribuição social correntes ativos e passivos são mensurados pelo valor previsto para ser ressarcido ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para cálculo do imposto são aquelas em vigor, ou substancialmente em vigor, no encerramento dos exercícios. O Grupo possui empresas optantes por regime tributário através do lucro real e lucro presumido. Para as investidas optantes pelo lucro real, o imposto de renda foi calculado à alíquota básica de 15% sobre o lucro tributável acrescido do adicional de 10%, definidos pela legislação vigente, e a contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. Para a empresa optante pelo lucro presumido, a investida SANEJ-Saneamento de Jaú Ltda., de acordo com a legislação fiscal vigente para empresa de prestação de serviços de distribuição de água e de coleta e tratamento de esgotos sanitários, a base de cálculo para tributação é de 32% (trinta e dois por cento) do valor dos serviços prestados, acrescidos de 100% (cem por cento) das demais receitas para apuração dos impostos. O imposto de renda é calculado trimestralmente à alíquota de 15% (quinze por cento) sobre a base apurada, tendo um imposto adicional de 10% (dez por cento) incidente sobre o que exceder a sessenta mil reais em cada trimestre. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% (nove por cento) sobre a base de cálculo apurada. Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos tendo como base as adições e exclusões temporárias, oriundas das diferenças entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores considerados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias oriundas do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que, na data da transação, não afete o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço, avaliando-se a sua recuperabilidade, de acordo com premissas de projeções, e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Tributos sobre as receitas: As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Alíquotas
Contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS")	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")	7,6%
Imposto sobre serviço de qualquer natureza ("ISS") [1]	2,00% a 5,00%

[1] Refletem as alíquotas básicas vigentes de acordo com o município onde o serviço é prestado. Estes encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado. **3.12. Benefícios a empregados:** Os salários, incluindo provisões para férias, 13º salário e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência. A provisão para participação nos resultados é constituída de acordo com a competência, sendo contabilizada como despesa operacional. Plano de previdência privada de funcionários: Os custos do plano de previdência privada, em sua totalidade na modalidade de contribuição definida, são rateados entre os funcionários elegíveis e o Grupo, participação esta que se inicia na proporção de 50% pelos funcionários e 50% pela Grupo, percentual que, com o passar do tempo, poderá chegar a 20% para os funcionários e 80% para o Grupo. **3.13. Provisões:** Geral: São reconhecidas quando o Grupo possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.14. Receita operacional:** i) Receita de prestação de serviços: Receitas relativas ao tratamento e distribuição de água e de coleta e tratamento de esgotamento sanitário. São reconhecidas por ocasião do consumo de água ou da prestação de serviços. As receitas ainda não faturadas, cujos serviços já foram prestados, são reconhecidas com base em estimativas mensais dos serviços completados. A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água e é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados. ii) Receitas de construção: A receita relacionada à construção, compreende obrigações de desempenho referentes a projetos de infraestrutura, de acordo com o contrato de concessão. Dessa forma, a construção da infraestrutura necessária para a distribuição de água e coleta e tratamento de esgotamento sanitário é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente, sendo a correspondente receita reconhecida ao resultado. Para mensuração destas receitas, o Grupo estima que a margem é irrelevante, considerando-a zero. Portanto, esta receita de construção é mensurada sem adicional de margem sobre o custo de construção. **3.15. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem as receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros e multas vinculadas à operação, juros sobre mútuos e ganhos com derivativos. A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de taxa de juros efetiva. As despesas financeiras abrangem substancialmente os juros e variação monetária com empréstimos, financiamentos, debêntures e notas comerciais escriturais, juros sobre arrendamentos, variação monetária sobre contingências, descontos concedidos e perdas com derivativos. As despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido. **3.16. Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e refletem as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3.17. Demonstração do valor adicionado:** A NBC TG 09-Demonstração do Valor Adicionado recomenda, para entidade sob a forma jurídica de sociedade por ações, a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e e sua divulgação como parte integrante do conjunto das demonstrações financeiras. Neste sentido, a Companhia preparou essas demonstrações de acordo com o CPC 09-Demonstração do Valor Adicionado. Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. **3.18. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022:** As normas apresentadas a seguir foram revisadas e passaram a ser aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1° de janeiro de 2022 e, portanto, estão sendo adotadas nestas demonstrações financeiras. A adoção dessas alterações de normas não resultou em impacto relevante sobre as divulgações ou os valores divulgados. Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1): As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como: • Contrato oneroso-custos de cumprimento de contrato; • Ativo imobilizado-vendas antes do uso pretendido; e • Referências à estrutura conceitual. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras do Grupo. O Grupo pretende adotar as mudanças para períodos futuros, caso se tornem aplicáveis. **3.19. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão dessas demonstrações financeiras, estão descritas a seguir e todas são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. CPC 50-Contratos de seguro: Uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Essa norma não se aplica ao Grupo. Alterações ao CPC 26: Classificação de passivos como circulante ou não circulante: A norma especifica os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: i) o que significa um direito de postergar a liquidação; ii) que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; iii) que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros do Grupo. Alterações ao CPC 23: Definição de estimativas contábeis e divulgação de políticas contábeis: As alterações na norma esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, há o esclarecimento de como as entidades usam as técnicas de medição e *inputs* para desenvolver as estimativas contábeis. O Grupo avaliará o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. Alterações ao CPC 32: Tributos diferidos relacionados a ativos e passivos originados de uma simples transação: As alterações restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros do Grupo. **4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Julgamentos: A elaboração das demonstrações contábeis pelo Grupo requer que a Administração adote julgamentos profissionais, estimativas e premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. A incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar à necessidade de ajustes em períodos futuros no valor contábil do ativo ou passivo afetado. Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão: O Grupo determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. Os contratos de arrendamento são avaliados, sob o julgamento de haver a intenção de exercer a opção de renovação ou de rescisão. Nesta avaliação, o Grupo considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, o Grupo reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir. Estimativas e premissas contábeis: As principais premissas relativas a incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incertezas nas estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de gerar um ajuste significativo no valor contábil de ativos e passivos no exercício seguinte, são consideradas a seguir: *a) Vida útil dos ativos intangíveis:* Os ativos intangíveis das concessões de serviços públicos são amortizados pelo método linear e refletem o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pelo Grupo, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Os ativos intangíveis têm a sua amortização iniciada quando estão disponíveis para uso, em seu local e na condição necessária para que sejam capazes de operar da forma pretendida pelo Grupo. *b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:* A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. *c) Provisão para perdas de crédito para as contas a receber:* A provisão para perdas de crédito para as contas a receber é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes, de acordo com os seguintes critérios: • *Contas vencidas há mais de seis meses:* Esses créditos são considerados como perdas assim que atingem seis meses de atraso, até o limite de R$5, por nota fiscal, de acordo com a Lei nº 9.430/1996 e, a partir de 08/10/2014, até o limite de R$15, de acordo com a Lei nº 13.097/2015, sendo baixados diretamente de contas a receber contra o resultado. • *Contas vencidas há mais de um ano:* Esses créditos são considerados como perdas assim que atingem um ano de atraso, de valores acima de R$5 até R$30, por operação, de acordo com a Lei nº 9.430/1996 e, a partir de 08/10/2014, de valores acima de R$15 até R$100, de acordo com a Lei nº 13.097/2015, sendo contabilizados como despesa, tendo como contrapartida a conta redutora de contas a receber. • *Perdas gerenciais:* São provisionadas e registradas em conta de resultado, como perdas não dedutíveis para efeito de imposto de renda e contribuição social. -Valores até R$5, vencidas entre 90 e 180 dias, emitidas até 07/10/2014; -Valores até R$15, vencidas entre 90 e 180 dias, emitidas a partir de 08/10/2014; -Valores maiores que R$5, vencidas entre 90 e 365 dias, emitidas até 07/10/2014; -Valores maiores que R$15, vencidas entre 90 e 365 dias, emitidas a partir de 08/10/2014; -Valores maiores que R$30, vencidas há mais de um ano, emitidas até 07/10/2014; -Valores maiores que R$100, vencidas há mais de um ano, emitidas a partir de 08/10/2014. *d) Receita não faturada:* As receitas ainda não faturadas representam serviços prestados para os quais ainda não foram realizadas leituras. São reconhecidas com base em estimativas mensais calculadas de acordo com último faturamento de cada ciclo de leitura. Informações adicionais da receita e contas a receber estão descritas nas Notas 3.14 e 7. **5. Gestão de riscos financeiros: 5.1. Instrumentos financeiros por categoria:** O Grupo efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores justos, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores contábeis e valores justos dos instrumentos financeiros do Grupo em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 são como segue:

			Controladora			
			31/12/2022		31/12/2021	
	Classificação por categoria	Hierarquia do valor justo	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo
Ativos financeiros						
Equivalentes de caixa (aplicações financeiras)	Valor justo por meio de resultado	**Nível 2**	**29.336**	**29.336**	91.178	91.178
Contratos de mútuo	Custo amortizado	-	**23.384**	**23.384**	16.636	16.636
Passivos financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado	-	**417**	**417**	346	346
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	-	**25.020**	**25.020**	25.021	25.021
Debêntures e notas comerciais escriturais	Custo amortizado	-	**278.373**	**278.373**	35.340	35.340
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	-	**465**	**465**	346	346
Contratos de mútuo	Custo amortizado	-	**266**	**266**	25.021	25.021

			Consolidado			
			31/12/2022		31/12/2021	
	Classificação por categoria	Hierarquia do valor justo	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo
Ativos financeiros						
Equivalentes de caixa (aplicações financeiras)	Valor justo por meio de resultado	**Nível 2**	**463.793**	**463.793**	266.032	266.032
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	-	**487.277**	**487.277**	428.073	428.073
Aplicações financeiras vinculadas	Valor justo por meio de resultado	**Nível 2**	**15.590**	**15.590**	12.633	12.633
Contratos de mútuo	Custo amortizado	-	**23.384**	**23.384**	15.688	15.688
Operações com derivativos	Valor justo por meio de resultado	**Nível 2**	**1.540**	**1.540**	1.961	1.961
Passivos financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado	-	**32.943**	**32.943**	41.236	41.236
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	-	**728.972**	**728.972**	734.563	734.563
Passivos de arrendamento	Custo amortizado	-	**6.631**	**6.631**	3.559	3.559
Debêntures e notas comerciais escriturais	Custo amortizado	-	**874.922**	**874.922**	198.574	198.574
Ônus da concessão	Custo amortizado	-	**5.767**	**5.767**	5.311	5.311
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	-	**213**	**213**	36.709	36.709
Contratos de mútuo	Custo amortizado	-	**-**	**-**	56	56

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. **5.2. Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado de posições detidas pelo Grupo, incluindo as operações sujeitas às taxas de juros e riscos de preços. Risco de taxas de juros: Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição do Grupo ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. O Grupo utiliza a geração de caixa das atividades operacionais para gerir as suas operações, assim como para garantir seus investimentos e expansão. Para suprir eventuais necessidades de caixa para desenvolvimento do negócio, a Companhia e suas controladas obtêm empréstimos e financiamentos, debêntures ou notas comerciais escriturais em moedas locais sujeitos à flutuação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), do Índice Nacional de Preços ao Consumidor ("IPCA"), do Sistema Especial de Liquidação e Custódia ("SELIC") e da Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"). O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que impactem seus fluxos de caixa. O Grupo também está exposto à flutuação de taxas de juros referentes ao saldo de aplicações financeiras, que são remuneradas com base em percentuais do CDI. A análise de sensibilidade, dos juros sobre os equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, debêntures e notas comerciais escriturais (sem os custos de transação), utilizou as projeções do CDI, IPCA, SELIC e TJLP para os próximos 12 meses, este definido como cenário provável, por meio dos relatórios de análise econômica Focus, do Banco Central do Brasil e do Banco Itaú. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações contábeis. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

		Controladora			
Operação	Risco	Valor Contábil	Cenário I provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%
Ativo					
Equivalentes de caixa	CDI	**29.336**	**33.302**	**34.294**	**35.285**
Passivo					
Empréstimos e financiamentos	CDI	**(25.020)**	**(28.403)**	**(29.248)**	**(30.094)**
Debêntures	CDI	**(282.898)**	**(321.146)**	**(330.708)**	**(340.270)**
Passivo líquido		**(278.582)**	**(316.247)**	**(325.662)**	**(335.079)**
Efeito líquido			**(37.665)**	**(47.080)**	**(56.497)**
CDI (a.a.)			**13,52%**		

		Consolidado			
Operação	Risco	Valor Contábil	Cenário I provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%
Ativo					
Equivalentes de caixa	CDI	**463.793**	**526.498**	**542.174**	**557.850**
Aplicações financeiras vinculadas	CDI	**14.181**	**16.098**	**16.578**	**17.057**
Passivo					
Empréstimos e financiamentos	CDI	**(286.107)**	**(324.789)**	**(334.459)**	**(344.129)**
Empréstimos e financiamentos	IPCA	**(108.604)**	**(115.001)**	**(116.597)**	**(118.205)**
Empréstimos e financiamentos	SELIC	**(1.999)**	**(2.254)**	**(2.318)**	**(2.381)**
Empréstimos e financiamentos	TJLP	**(275.878)**	**(295.355)**	**(300.238)**	**(305.093)**
Debêntures e notas comerciais	CDI	**(596.102)**	**(676.695)**	**(696.843)**	**(716.991)**
Debêntures e notas comerciais	IPCA	**(297.275)**	**(314.784)**	**(319.154)**	**(323.554)**
Passivo líquido		**(1.087.991)**	**(1.186.282)**	**(1.210.857)**	**(1.235.446)**
Efeito líquido			**(98.291)**	**(122.866)**	**(147.455)**
CDI (a.a.)			**13,52%**		
IPCA (a.a.)			**5,89%**		
TJLP (a.a.)			**7,06%**		
Selic (a.a.)			**12,75%**		

5.3. Risco de liquidez: É o risco de o Grupo não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A abordagem do Grupo na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo. As tabelas abaixo demonstram análise dos vencimentos para os

SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO BRASIL S.A.

CNPJ 09.266.129/0001-10

passivos financeiros em aberto, sem os custos de transação relativos aos empréstimos e financiamentos e às debêntures e notas comerciais escriturais, em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (valores não descontados):

	Controladora Valor Contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Em 31 de dezembro de 2022				
Fornecedores	**417**	**417**	-	-
Empréstimos e financiamentos	**25.020**	**25.020**	-	-
Debêntures e notas comerciais escriturais	**282.898**	**25.755**	**52.598**	**204.545**
Débitos com partes relacionadas	**465**	**465**	-	-
Contratos de mútuo	**266**	**266**	-	-
	309.066	**51.923**	**52.598**	**204.545**

	Controladora Valor Contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Em 31 de dezembro de 2021				
Fornecedores	346	346	-	-
Empréstimos e financiamentos	25.021	25.021	-	-
Debêntures e notas comerciais escriturais	36.209	14.780	14.286	7.143
Débitos com partes relacionadas	35.340	35.340	-	-
Contratos de mútuo	469	203	266	-
	97.385	75.690	14.552	7.143

	Consolidado Valor Contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Em 31 de dezembro de 2022				
Fornecedores	**32.943**	**32.614**	-	**329**
Empréstimos e financiamentos	**738.529**	**196.876**	**133.479**	**408.174**
Passivos de arrendamento	**6.631**	**3.051**	**2.592**	**988**
Debêntures e notas comerciais escriturais	**893.376**	**66.308**	**205.555**	**621.513**
Ônus da concessão	**5.767**	**5.767**	-	-
Débitos com partes relacionadas	**213**	**213**	-	-
	1.677.459	**304.829**	**341.626**	**1.031.004**

	Consolidado Valor Contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Em 31 de dezembro de 2021				
Fornecedores	41.236	40.907	-	329
Empréstimos e financiamentos	744.262	255.171	101.173	387.918
Passivos de arrendamento	3.559	1.664	1.160	735
Debêntures e notas comerciais escriturais	205.509	29.219	34.209	142.081
Ônus da concessão	5.311	2.789	2.522	-
Débitos com partes relacionadas	36.709	36.709	-	-
Contratos de mútuo	56	56	-	-
	1.036.642	366.515	139.064	531.063

5.4. Gestão de capital: Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos quotistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. E, para atingimento desses objetivos, exerce uma gestão financeira e de capital centralizada. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras empresas do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde as debêntures e passivos de arrendamento, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e operações com derivativos. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 podem ser assim sumariados:

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	**25.020**	25.021	**728.972**	734.563
Passivos de arrendamento (Nota 16)	-	-	**6.631**	3.559
Debêntures e notas comerciais escriturais (Nota 17)	**278.373**	36.044	**874.922**	198.574
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	**(29.353)**	(91.196)	**(521.844)**	(268.913)
(-) Operações com derivativos (Nota 18)	-	-	**(1.540)**	(1.961)
Dívida líquida (a)	**274.040**	(30.131)	**1.087.141**	665.822
Total do patrimônio líquido (b)	**1.062.073**	943.514	**1.062.073**	943.514
Total do capital (a+b)	**1.336.113**	913.383	**2.149.214**	1.609.336
Índice de alavancagem financeira-% [a/(a+b)]	**20,51%**	(3,30%)	**50,58%**	41,37%

6. Caixa e equivalentes de caixa	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Caixa e bancos	**17**	18	**58.051**	2.881
Aplicações financeiras	**29.336**	91.178	**463.793**	266.032
	29.353	91.196	**521.844**	268.913

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata, representados, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário - CDBs, os quais são registrados pelos valores nominais, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. **7. Contas a receber de clientes:** As contas a receber correspondem aos serviços de distribuição de água e de coleta e tratamento de esgotos sanitários e são registradas após aferição do consumo efetivo dos serviços, acrescidos de estimativa de receitas oriundas dos serviços que ainda não foram faturados. As contas a receber estão compostas como segue:

	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Clientes (a)	**432.562**	359.302
Clientes-parcelamento (b)	**51.380**	47.191
Pontos arrecadadores (c)	**3.335**	2.349
Outras contas a receber	-	19.231
Perdas de créditos das contas a receber	**(184.662)**	(171.682)
	302.615	256.391
Ativo Circulante	**283.415**	237.191
Ativo não circulante	**19.200**	19.200

(a) Nas Concessionárias, as contas "Clientes" representam o saldo de contas emitidas e ainda não recebidas, além dos valores fornecidos e ainda não faturados. (b) A conta de "Clientes-parcelamento" refere-se a acordos firmados entre os clientes e as Concessionárias para a quitação de seus débitos. (c) Os "Pontos arrecadadores" são agentes arrecadadores que já receberam as contas dos clientes e ainda não repassaram para as Concessionárias. O *aging list* de contas a receber é composto da seguinte forma:

	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
A vencer		
Faturado	**83.517**	64.813
Não faturado	**72.509**	58.902
Vencidas		
Até 30 dias	**51.411**	41.550
De 31 a 60 dias	**16.981**	15.430
De 61 a 90 dias	**11.169**	9.853
De 91 a 180 dias	**28.804**	24.167
Mais de 180 dias	**222.886**	213.358
	487.277	428.073

8. Tributos a recuperar: Os impostos e contribuições a recuperar estão assim representados:

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
IRPJ	**6.611**	1.373	**10.872**	3.741
CSLL	**747**	639	**902**	649
PIS	-	-	**219**	228
COFINS	-	-	**1.010**	1.048
ISS	**2**	-	**2**	-
ICMS	-	-	**3**	-
Outros	**8**	-	**11**	-
	7.368	2.012	**13.019**	5.666
Ativo circulante	**7.368**	2.012	**10.741**	4.455
Ativo não circulante	-	-	**2.278**	1.211

9. Aplicações financeiras vinculadas	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Obrigações com o BNDES (i)		
Águas de Niterói S.A.	**3.236**	2.199
Águas do Paraíba S.A.	**4.204**	3.709
Águas do Imperador S.A.	**1.387**	1.301
Águas de Pará de Minas S.A.	**2.350**	2.068
Águas de Nova Friburgo Ltda.	**1.788**	580
Águas de Jahu S.A.	**1.133**	610
	14.098	10.467
Devolução ICMS (ii)		
Águas de Niterói S.A.	**1.409**	2.090
	1.409	2.090
Obrigações com a Caixa Econômica Federal (iii)		
Águas das Agulhas Negras S.A.	**83**	76
	83	76
	15.590	12.633

i) Obrigação das Companhias constante do Contrato de Financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES, onde as mesmas obrigam-se, como garantia do pagamento de quaisquer obrigações do contrato, a constituir uma Conta Reserva com saldo não inferior ao montante equivalente à soma das amortizações e juros da dívida, vencíveis nos três meses subsequentes. Esta conta é regulada por Contratos de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças, celebrados entre as Companhias, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e outras instituições financeiras intervenientes. ii) Em virtude do processo referente à devolução de ICMS não reclamado aos clientes das Companhias Águas de Niterói S.A. e Águas de Juturnaíba S.A., foram abertas contas de poupança no Banco do Brasil, conforme destacado a seguir. iii) Obrigação de Águas das Agulhas Negras S.A. constante do contrato de financiamento junto à Caixa Econômica Federal - CEF, correspondente à contrapartida com recursos próprios, destinada à execução de projetos, obras e serviços relativos ao empreendimento financiado. **10. Investimentos:** O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresas controladas e controladas em conjunto. As informações abaixo foram apresentadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia.

Investidas	Controle	Investimentos Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Concessionária Águas de Juturnaíba S.A.	Controlada	**80.701**	64.316	-	-
Águas do Paraíba S.A.	Controlada	**165.760**	157.747	-	-
Águas de Niterói S.A.	Controlada	**233.118**	210.404	-	-
Águas do Imperador S.A.	Controlada	**95.192**	86.604	-	-
Águas de Araçoiaba S.A.	Controlada	**21.626**	19.016	-	-
Águas das Agulhas Negras S.A.	Controlada	**72.304**	65.369	-	-
Águas de Nova Friburgo Ltda.	Controlada	**79.714**	87.217	-	-
SANEJ-Saneamento de Jaú Ltda.	Controlada	**21.758**	20.000	-	-
SAAB Participações e Novos Negócios S.A.	Controlada	**2**	2	-	-
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	Controlada	**24.966**	14.600	-	-
Concessionária Águas de Paraty S.A.	Controlada	**2.278**	512	-	-
Águas de Jahu S.A.	Controlada	**32.722**	26.892	-	-
Águas de Pará de Minas S.A.	Controlada	**41.783**	35.575	-	-
Gadugi Participações S.A.	Controlada	**(336)**	211	-	-
Águas da Condessa S.A.	Controlada	**3.386**	3.720	-	-
Águas de Votorantim S.A.	Controlada em conjunto	**20.682**	18.213	**20.682**	18.213
F.AB. Zona Oeste S.A.	Controlada em conjunto	**71.308**	80.050	**71.308**	80.050
Rio+ Saneamento Participações S.A.[1]	Controlada em conjunto	**267.538**	1	**267.538**	-
		1.234.502	890.449	**359.528**	98.263
Ativo não circulante					
Investimentos		**1.234.838**	890.449	**359.528**	98.263
Passivo não circulante					
Provisão para perdas em investimentos		**(336)**	-	-	-

[1] Em 17 de fevereiro de 2022, a Vias Participações I S.A. passou a ser acionista da Rio+ Saneamento Participações S.A.. Deste modo, Rio+ Saneamento Participações S.A. passou a ser uma empresa controlada em conjunto. A movimentação dos investimentos em empresas controladas e controladas em conjunto é demonstrada abaixo:

Investidas	31/12/2021	Aporte de capital	Dividendos e juros sobre o capital próprio	Reversão de dividendos	Aumento de participação societária	Equivalência patrimonial	Outros resultados abrangentes	Outros ajustes	Alteração do tipo de participação[(a)]	31/12/2022
Águas das Agulhas Negras S.A.	65.369	-	**(2.091)**	-	-	**8.803**	-	**223**	-	**72.304**
Águas de Nova Friburgo Ltda.	87.217	-	**(27.093)**	-	-	**19.515**	-	**73**	-	**79.712**
Águas de Araçoiaba S.A.	19.016	**9.060**	-	-	-	**(6.450)**	-	-	-	**21.626**
SANEJ - Saneamento de Jaú Ltda.	20.000	-	**(75)**	**1.552**	-	**281**	-	-	-	**21.758**
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	14.600	-	**(56)**	**3.397**	-	**7.026**	-	-	-	**24.967**
SAAB Participações e Novos Negócios S.A.	2	-	**(70)**	-	-	**70**	-	-	-	**2**
Águas de Pará de Minas S.A.	35.575	-	**(1.933)**	-	-	**8.141**	-	-	-	**41.783**
Águas de Niterói S.A.	210.404	-	**(71.879)**	-	-	**94.593**	-	-	-	**233.118**
Concessionária Águas de Juturnaíba S.A.[(a)]	64.316	-	**(14.969)**	-	**1.104**	**30.250**	-	**(561)**	-	**80.701**
Águas do Paraíba S.A.	157.747	-	**(37.281)**	-	-	**45.855**	-	**3.094**	-	**165.760**
Águas do Imperador S.A.	86.604	-	**(23.850)**	-	-	**29.344**	-	-	-	**95.192**
Concessionária Águas de Paraty S.A.	512	-	-	-	-	**1.766**	-	-	-	**2.278**
Águas de Jahu S.A.	26.892	-	-	-	-	**5.830**	-	-	-	**32.722**
Gadugi Participações S.A.	211	**46**	-	-	-	**(593)**	-	-	-	**(336)**
Águas da Condessa S.A.	3.720	-	-	-	-	**(333)**	-	-	-	**3.387**
Águas de Votorantim S.A.	18.213	-	**(769)**	-	-	**3.238**	-	-	-	**20.682**
F.AB.. Zona Oeste S.A.	80.050	-	-	-	-	**(8.822)**	**80**	-	-	**71.308**
Rio+ Saneamento Participações S.A. [(b)]	1	**300.000**	-	-	-	**(32.462)**	-	-	**(1)**	**267.538**
	890.449	**309.106**	**(180.066)**	**4.949**	**1.104**	**206.052**	**80**	**2.829**	**(1)**	1.234.502

Investidas	Consolidado 31/12/2021	Aporte de capital	Dividendos e juros sobre o capital próprio	Equivalência patrimonial	Outros resultados abrangentes	31/12/2022
Águas de Votorantim S.A.	18.213	-	**(769)**	**3.238**	-	**20.682**
F.AB.. Zona Oeste S.A.	80.050	-	-	**(8.822)**	**80**	**71.308**
Rio+ Saneamento Participações S.A. [(a)]	-	**300.000**	-	**(32.462)**	-	**267.538**
	98.263	**300.000**	**(769)**	**(38.046)**	**80**	359.528

(a) No exercício de 2022 a SAAB recebeu em transferência ações de acionistas minoritários da Concessionária Águas de Juturnaíba S.A. (b) Com a entrada da Vias Participações I S.A. como acionista da SAAB Participações II S.A., esta passou a ser um investimento controlado em conjunto. As principais informações das controladas em 31 de dezembro de 2022 estão apresentadas a seguir:

	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado do exercício
Concessionária Águas de Juturnaíba S.A.	**204.740**	**257.849**	**80.338**	**293.111**	**89.140**	**240.849**	**33.414**
Águas do Paraíba S.A.	**167.278**	**333.877**	**68.089**	**250.636**	**182.430**	**291.631**	**50.466**
Águas de Niterói S.A.	**198.070**	**354.044**	**103.968**	**191.597**	**256.549**	**548.668**	**104.101**
Águas do Imperador S.A.	**75.488**	**152.105**	**35.624**	**87.209**	**104.760**	**159.138**	**32.294**
Águas de Araçoiaba S.A.	**3.060**	**30.466**	**2.020**	**9.880**	**21.626**	**18.529**	**(6.450)**
Águas das Agulhas Negras S.A.	**20.603**	**132.280**	**28.424**	**52.155**	**72.304**	**104.031**	**8.803**
Águas de Nova Friburgo Ltda.	**45.982**	**177.558**	**29.116**	**114.710**	**79.714**	**143.182**	**19.515**
SANEJ-Saneamento de Jaú Ltda.	**1.368**	**23.959**	**3.569**	-	**21.758**	**11.840**	**281**
SAAB Participações e Novos Negócios S.A.	**81**	**1.059**	**1.138**	-	**2**	-	**70**
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	**28.795**	**32.362**	**30.943**	**5.248**	**24.966**	**20.131**	**7.026**
Concessionária Águas de Paraty S.A.	**8.904**	**6.655**	**12.324**	**957**	**2.278**	**22.995**	**1.766**
Águas de Jahu S.A.	**21.807**	**87.953**	**24.259**	**52.779**	**32.722**	**94.565**	**5.830**
Águas de Pará de Minas S.A.	**26.834**	**92.975**	**24.867**	**53.159**	**41.783**	**66.329**	**8.141**
Gadugi Participações S.A.	**10**	**1.430**	**1.190**	**586**	**(336)**	-	**(354)**
Águas da Condessa S.A.	**8.928**	**22.114**	**14.069**	**13.587**	**3.386**	**23.513**	**(333)**

As informações financeiras resumidas das empresas controladas em conjunto e a conciliação dos investimentos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022 são apresentadas abaixo:

	Águas de Votorantim S.A.	F.AB. Zona Oeste S.A.	Rio + Saneamento Participações S.A. Consolidado
Ativos circulantes			
Caixa e equivalentes de caixa	**11.919**	**12.902**	**518.569**
Outros ativos circulantes	**14.257**	**144.734**	**137.749**
Ativos não circulantes	**84.962**	**1.164.219**	**2.467.428**
Passivos circulantes			
Empréstimos e financiamentos	**5.985**	**29.161**	-
Passivos de arrendamento	**237**	**3.942**	**1.264**
Debêntures	-	**113.106**	**82.541**
Outros passivos circulantes	**16.068**	**52.877**	**142.108**
Passivos não circulantes			
Empréstimos e financiamentos	**52.470**	**875.015**	-
Passivos de arrendamento	**858**	**1.507**	**1.835**
Debêntures	-	-	**1.983.980**
Outros passivos não circulantes	**1.050**	**103.631**	**466.119**
Patrimônio líquido	**34.470**	**142.616**	**445.897**
Participação proporcional da SAAB	**60%**	**50%**	**60%**
Valor contábil do investimento	**20.682**	**71.308**	**267.538**

	Águas de Votorantim S.A.	F.AB. Zona Oeste S.A.	Rio + Saneamento Participações S.A. Consolidado
Receita de prestação de serviços	**66.791**	**480.198**	**294.383**
Custo dos produtos vendidos			
Depreciação e amortização	**(3.795)**	**(40.804)**	**(27.617)**
Outros custos dos produtos vendidos	**(37.254)**	**(261.025)**	**(214.092)**
Despesas gerais e administrativas			
Depreciação e amortização	**(411)**	**(7.653)**	**(961)**
Outras despesas gerais e administrativas	**(14.104)**	**(85.486)**	**(91.878)**
Despesas financeiras, líquidas			
Despesa de juros	**(4.157)**	**(103.218)**	**(100.699)**
Outras receitas (despesas) financeiras	**1.005**	**(8.582)**	**59.306**
Lucro antes dos tributos	**8.075**	**(26.570)**	**(81.558)**
Imposto de renda e contribuição social	**(2.678)**	**8.927**	**27.455**
Lucro do período	**5.397**	**(17.643)**	**(54.103)**
Participação proporcional da SAAB	**60%**	**50%**	**60%**
Participação da SAAB nos resultados	**3.238**	**(8.822)**	**(32.462)**
Outros resultados abrangentes	-	**160**	-
Participação proporcional da SAAB	**60%**	**50%**	**60%**
Total dos resultados abrangentes do exercício	-	**80**	-

11. Ativo de direito de uso

	Consolidado 31/12/2022 Custo	31/12/2022 Amortização acumulada	31/12/2022 Valor líquido	31/12/2021 Custo	31/12/2021 Amortização acumulada	31/12/2021 Valor líquido
Imóveis	**10.625**	**(4.637)**	**5.988**	7.105	(4.001)	3.104

Movimentação do ativo de direito de uso

	Controladora Saldos em 31/12/2020	Adições	Baixas	Amortização	Saldos em 31/12/20201
Imóveis	239	34	(100)	(173)	-

	Consolidado Saldos em 31/12/2021	Adições	Amortização	Saldos em 31/12/2022
Imóveis	3.104	5.856	(2.972)	5.988

	Consolidado Saldos em 31/12/2020	Adições	Baixas	Amortização	Saldos em 31/12/2021
Imóveis	5.231	2.172	(902)	(3.397)	3.104

12. Imobilizado

	Taxa de depreciação anual	Controladora 31/12/2022 Custo	31/12/2022 Depreciação acumulada	31/12/2022 Valor líquido	31/12/2021 Valor líquido
Equipamentos de informática	20%	**1.237**	**(1.010)**	**227**	117
Veículos	20%	-	-	-	1
Máquinas e equipamentos	10%	**66**	**(45)**	**21**	28
Móveis e utensílios	10%	**1.002**	**(742)**	**260**	303
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	**345**	**(239)**	**106**	122
Outros imobilizados	10%	**30**	**(30)**	-	-
		2.680	**(2.066)**	**614**	571

	Taxa de depreciação anual	Consolidado 31/12/2022 Custo	31/12/2022 Depreciação acumulada	31/12/2022 Valor líquido	31/12/2021 Valor líquido
Equipamentos de informática	20%	**20.001**	**(13.675)**	**6.326**	5.295
Veículos	20%	**7.777**	**(5.498)**	**2.279**	2.626
Máquinas e equipamentos	10%	**1.899**	**(911)**	**988**	923
Móveis e utensílios	10%	**9.001**	**(5.368)**	**3.633**	3.481
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	**3.992**	**(2.957)**	**1.035**	709
Infraestrutura-SAAL		**44.101**	**(16.120)**	**27.981**	30.677
Infraestrutura em construção-SAAL		**652**	-	**652**	652
Outros imobilizados	10%	**468**	**(467)**	**1**	102
		87.891	**(44.996)**	**42.895**	44.465

A Infraestrutura - SAAL representa o valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços e sua respectiva amortização acumulada, calculada com base no prazo dos respectivos contratos.

Movimentação do imobilizado:

	Controladora Saldos em 31/12/2021	Adições	Depreciação	Saldos em 31/12/2022
Equipamentos de informática	117	**180**	**(70)**	**227**
Veículos	1	-	**(1)**	-
Máquinas e equipamentos	28	**1**	**(8)**	**21**
Móveis e utensílios	303	**44**	**(87)**	**260**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	122	-	**(16)**	**106**
	571	**225**	**(182)**	**614**

	Controladora Saldos em 31/12/2020	Adições	Depreciação	Saldos em 31/12/2021
Equipamentos de informática	152	31	(66)	117
Veículos	3	-	(2)	1
Máquinas e equipamentos	34	-	(6)	28
Móveis e utensílios	382	6	(85)	303
Benfeitorias em imóveis de terceiros	139	-	(17)	122
	710	37	(176)	571

	Consolidado Saldos em 31/12/2021	Adições	Baixas	Depreciação	Saldos em 31/12/2022
Equipamentos de informática	5.295	**3.049**	**(23)**	**(1.995)**	**6.326**
Veículos	2.626	**604**	**(8)**	**(943)**	**2.279**
Máquinas e equipamentos	923	**238**	**(15)**	**(158)**	**988**
Móveis e utensílios	3.481	**889**	**(46)**	**(691)**	**3.633**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	709	**458**	-	**(132)**	**1.035**
Infraestrutura-SAAL	30.677	-	**(426)**	**(2.270)**	**27.981**
Infraestrutura em construção-SAAL	652	-	-	-	**652**
Outros imobilizados	102	-	**(101)**	-	**1**
	44.465	**5.238**	**(619)**	**(6.189)**	**42.895**

	Consolidado Saldos em 31/12/2020	Adições	Baixas	Depreciação	Saldos em 31/12/2021
Equipamentos de informática	4.457	2.485	(10)	(1.637)	5.295
Veículos	2.160	1.345	(135)	(744)	2.626
Máquinas e equipamentos	982	94	(8)	(145)	923
Móveis e utensílios	3.501	645	(5)	(660)	3.481
Benfeitorias em imóveis de terceiros	758	-	-	(49)	709
Infraestrutura-SAAL	33.660	-	(685)	(2.298)	30.677
Infraestrutura em construção-SAAL	652	-	-	-	652
Outros imobilizados	102	-	-	-	102
	46.272	4.569	(843)	(5.533)	44.465

13. Ativo de contrato	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Infraestrutura em construção	**515.480**	379.684
	515.480	379.684

Movimentação do ativo de contrato:

	Consolidado Saldos em 31/12/2021	Adições	Transferências	Saldos em 31/12/2022
Infraestrutura em construção	379.684	**236.209**	**(100.413)**	**515.480**
	379.684	**236.209**	**(100.413)**	**515.480**

	Consolidado Saldos em 31/12/2020	Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 31/12/2021
Infraestrutura em construção	227.503	232.283	(46)	(80.056)	379.684
	227.503	232.283	(46)	(80.056)	379.684

As transferências ocorridas no exercício de 2022 e 2021 referem-se a movimentações entre o intangível e o ativo de contrato.

14. Intangível

	Taxa de amortização anual	Controladora 31/12/2022 Custo	31/12/2022 Amortização acumulada	31/12/2022 Valor líquido	31/12/2021 Valor líquido
Softwares e aplicativos	20%	**2.836**	**(2.834)**	**2**	1
Desenvolvimento de projetos		**9.908**	**(67)**	**9.841**	4.155
		12.744	**(2.901)**	**9.843**	4.156

	Taxa de amortização anual	Consolidado 31/12/2022 Custo	31/12/2022 Amortização acumulada	31/12/2022 Valor líquido	31/12/2021 Valor líquido
Softwares e aplicativos	20%	**7.048**	**(5.973)**	**1.075**	628
Marcas e patentes		**1**	-	**1**	1
Desenvolvimento de projetos		**24.744**	**(11.856)**	**12.888**	6.961
Outorga		**30.000**	**(5.002)**	**24.998**	25.856
Concessão/Infraestrutura		**1.649.648**	**(609.981)**	**1.039.667**	999.332
		1.711.441	**(632.812)**	**1.078.629**	1.032.778

Os valores reconhecidos na linha de Concessão/Infraestrutura representam o valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão e sua respectiva amortização acumulada. As taxas de amortização utilizadas variam por Concessionária, podendo ser o prazo final da concessão, conforme descrito na Nota 1, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Sendo esse montante em 31 de dezembro de 2022 composto pelos seguintes ativos:

	31/12/2022 Custo	31/12/2022 Amortização acumulada	31/12/2022 Valor líquido	31/12/2021 Valor líquido
PMI-Proposta de Manifestação de Interesse	**602**	**(171)**	**431**	451
Direito da concessão de exploração	**17.017**	**(3.915)**	**13.102**	13.755
Captação	**14.163**	**(3.645)**	**10.518**	10.219
Adutoras	**66.587**	**(15.528)**	**51.059**	51.762
Estação de Tratamento de Água-ETA	**64.432**	**(23.351)**	**41.081**	42.552
Reservatório	**41.990**	**(18.035)**	**23.955**	21.934
Booster	**16.774**	**(6.806)**	**9.968**	10.083
Elevatória-água	**8.225**	**(1.680)**	**6.545**	6.614
Substituição/Expansão de rede de água	**345.233**	**(139.714)**	**205.519**	203.103
Ligação de água	**50.203**	**(7.737)**	**42.466**	36.851
Ligação de esgoto	**58.594**	**(9.273)**	**49.321**	25.834
Substituição/Expansão de rede de esgoto	**419.974**	**(162.343)**	**257.631**	256.280
Elevatória-esgoto	**33.494**	**(8.029)**	**25.465**	21.307
Estação de Tratamento de Esgoto-ETE	**276.385**	**(104.780)**	**171.605**	172.609
Biodigestores	**2.108**	**(754)**	**1.354**	1.438
Emissário	**2.641**	**(394)**	**2.247**	2.353
Benfeitorias em imóveis de terceiros	**61.205**	**(22.875)**	**38.330**	37.900
Máquinas e equipamentos	**167.710**	**(79.691)**	**88.019**	82.889
Máquinas e equipamentos-bens arrendados	**2.170**	**(1.119)**	**1.051**	1.398
Veículos	**141**	**(141)**	-	-
	1.649.648	**(609.981)**	**1.039.667**	999.332

Movimentação do intangível:

	Controladora Saldos em 31/12/2021	Adições	Amortização	Saldos em 31/12/2022
Softwares e aplicativos	1	**2**	**(1)**	**2**
Desenvolvimento de projetos	4.155	**5.728**	**(42)**	**9.841**
	4.156	**5.730**	**(43)**	**9.843**

	Controladora Saldos em 31/12/2020	Adições	Amortização	Saldos em 31/12/2021
Softwares e aplicativos	506	-	(505)	1
Desenvolvimento de projetos	547	3.632	(24)	4.155
	1.053	3.632	(529)	4.156

	Consolidado Saldos em 31/12/2021	Adições	Baixas	Amortização	Transferência	Saldos em 31/12/2022
Softwares e aplicativos	628	**719**	-	**(272)**	-	**1.075**
Marcas e patentes	1	-	-	-	-	**1**
Desenvolvimento de projetos	6.961	**5.969**	-	**(42)**	-	**12.888**
Outorga	25.856	-	-	**(858)**	-	**24.998**
Concessão/Infraestrutura	999.332	**23.213**	**(322)**	**(82.969)**	**100.413**	**1.039.667**
	1.032.778	**29.901**	**(322)**	**(84.141)**	**100.413**	**1.078.629**

SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO BRASIL S.A.

CNPJ 09.266.129/0001-10

	Consolidado					
	Saldos em 31/12/2020	Adições	Baixas	Amortização	Transferências	Saldos em 31/12/2021
Softwares e aplicativos	1.159	208	-	(739)	-	628
Marcas e patentes	1	-	-	-	-	1
Desenvolvimento de projetos	3.295	3.736	-	(70)	-	6.961
Outorga	26.714	-	-	(858)	-	25.856
Concessão/Infraestrutura	994.852	8.006	(22)	(83.560)	80.056	999.332
	1.026.021	11.950	(22)	(85.227)	80.056	1.032.778

As transferências ocorridas no exercício de 2022 e 2021 referem-se a movimentações entre o intangível e o ativo de contrato. **14.1 Parceria Público-Privada - PPP:** A Companhia Águas de Paraty S.A. advém de uma Parceria Público Privada - PPP com a Prefeitura e demais parceiros público-privados, na modalidade de concessão patrocinada, para prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto sanitário no município de Paraty-RJ. Conforme descreve a ICPC 01 - Contratos de Concessão e considerando as características estabelecidas no contrato de PPP, a infraestrutura construída é bifurcada em: (i) Ativo de contrato, constituído pela realização dos investimentos e baixado quando dos recebimentos das parcelas dos convênios firmados. (ii) Ativo intangível, compreendendo o direito ao uso, durante o período da concessão, da infraestrutura construída ou adquirida pela Companhia e, consequentemente, ao direito de cobrar aos consumidores pelos serviços prestados ao longo do contrato. O percentual definido para segregação considerou o plano de investimentos a serem realizados durante o prazo de concessão e os valores recebidos/a receber através dos convênios. O ativo financeiro e o ativo intangível são originados da receita de construção e os investimentos têm como contrapartida o custo de construção. A recomposição tarifária é composta pela diferença de todos os repasses efetuados pela Prefeitura versus todo o investimento no ativo financeiro. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia registrou R$ 9.894 de ativo financeiro (R$ 1.662 em 31 de dezembro de 2021) e recebeu R$ 2.400 de contrapartida do convênio PPP (R$ 2.460 em 31 de dezembro de 2021), sendo R$ 620 reconhecido como subsídio tarifário (R$ 798 em 31 de dezembro de 2021). **15. Fornecedores:** Os fornecedores estão assim representados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Materiais	57	9	10.687	15.634
Compra de água			13.934	11.792
Serviços	300	214	3.107	2.536
Infraestrutura	51	-	4.099	7.520
Outros	9	123	1.116	3.754
	417	346	32.943	41.236

16. Empréstimos, financiamentos e arrendamentos

			Controladora	
Linha de Crédito	Indexador	Juros	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos e Financiamentos				
Capital de giro (e)	CDI	2,55% a.a.	25.020	25.021
Circulante			25.020	25.021

			Consolidado	
Linha de Crédito	Indexador	Juros	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos e Financiamentos				
FINAME PSI (a)	TJLP/IPCA	2,5% a 6,75% a.a.	10.613	15.030
BNDES Automático (a)	SELIC/TJLP	4,2% e 6,0% a.a.	5.367	6.929
FINEM (a)	TJLP/IPCA/ SELIC	3,97% a 6,57% a.a.	370.885	328.592
CCB (b)	TR / CDI	0,65% e 10,7% a.a.	22.406	31.809
FINEP (c)	TJLP	3,0% a.a.	2.453	3.442
Saneamento para todos (d)	TR	8,5% a.a.	50.508	20.750
Capital de giro (e)	CDI	1,04% a 2,28% a.a.	276.297	337.710
(-) Custos de transação			(9.557)	(9.699)
			728.972	734.563
Circulante			195.872	266.660
Não circulante			533.100	467.903
Arrendamentos				
Arrendamentos direito de uso		7,5% a.a.	6.631	3.559
Circulante			3.051	1.664
Não circulante			3.580	1.895
Endividamento total			735.603	738.122
Endividamento total-Circulante			198.923	268.324
Endividamento total-Não circulante			536.680	469.798

(a) As linhas de crédito FINAME PSI, BNDES AUTOMÁTICO e FINEM obtidas por determinadas controladas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES com o objetivo de aquisição de máquinas e equipamentos operacionais, bem como a reconstrução, modernização e expansão dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. Estas operações são amparadas por alienação fiduciária dos bens, cessão fiduciária de direitos creditórios, saldos em contas reserva, aplicações financeiras, vinculação da receita, caução, carta de fiança, aval e notas promissórias avalizadas por SAAB (Controladora). (b) A linha de crédito de Cédula de Crédito Bancário (CCB) foi obtida pelas controladas Águas de Nova Friburgo Ltda., Águas do Imperador S.A., Companhia Águas de Juturnaíba S.A. e Águas de Jahu S.A. com o objetivo de investimentos em ampliação, manutenção e melhorias relacionadas a projetos de saneamento básico e possuem como garantia aval coobrigado de Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. (c) A linha de crédito com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP foi obtida com o objetivo de elaboração e execução do plano estratégico de inovação da controlada Águas de Niterói S.A. e é amparada por seguro garantia. (d) A linha de crédito vinculada ao "Programa saneamento para todos" foi obtida pela controlada Águas das Agulhas Negras S.A. com a Caixa Econômica Federal, com o objetivo de investir em sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, sendo amparada por alienação fiduciária das ações, conta reserva, direitos creditórios, nota promissória e aval prestado por Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. (e) A Companhia e as investidas Concessionária Águas de Juturnaíba S.A., Águas de Nova Friburgo Ltda., Águas do Paraíba S.A., Águas de Jahu S.A., Águas de Pará de Minas S.A., Águas das Agulhas Negras S.A., Águas de Niterói S.A., Águas de Araçoiaba S.A., Águas de Paraty S.A., Águas do Imperador S.A., Águas da Condessa S.A. e Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda. possuem contrato de capital de giro, com o objetivo de assegurar suas necessidades complementares de caixa. Determinados contratos possuem condições contratuais que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (*covenants*) com base em índices financeiros. A Administração acompanha os cálculos destes índices mensalmente, a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Não foram identificadas quebras nos termos contratuais em 31 de dezembro de 2022. A movimentação dos empréstimos, financiamentos e arrendamento é como segue:

Empréstimos e financiamentos	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	25.021	25.007	734.563	719.239
Captações	25.000	-	121.719	93.761
Juros e encargos financeiros	3.649	1.745	82.797	57.713
Variações monetárias e cambiais	-	-	3.165	105
Amortização de principal	(25.000)	-	(139.779)	(85.184)
Amortização de juros	(3.650)	(1.731)	(73.635)	(50.377)
Custo de transação	-	-	(1.150)	(2.202)
Amortização dos custos de transação	-	-	1.292	1.508
Saldo final	25.020	25.021	728.972	734.563

Arrendamentos	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	-	281	3.559	5.877
Adições	-	34	5.856	2.172
Remensurações	-	(127)	-	(1.039)
Juros e encargos financeiros	-	14	755	480
Amortização de principal	-	(191)	(2.838)	(3.469)
Amortização de juros	-	(11)	(701)	(462)
Saldo final	-	-	6.631	3.559

As parcelas de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:

Empréstimos e financiamentos

	Consolidado					
	31/12/2022			31/12/2021		
	Dívida	Custos de transação	Total líquido	Dívida	Custos de transação	Total líquido
2023	-	-	-	96.123	(855)	95.268
2024	133.479	(910)	132.569	96.654	(807)	95.847
2025	43.802	(622)	43.180	23.425	(519)	22.906
Após 2025	364.372	(7.021)	357.351	260.265	(6.383)	253.882
Total	541.653	(8.553)	533.100	476.467	(8.564)	467.903

Arrendamentos	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
2023	-	-	-	1.160
2024	-	-	2.592	612
2025	-	-	619	123
Após 2025	-	-	369	-
	-	-	3.580	1.895

17. Debêntures e Notas Comerciais Escriturais

			Controladora		Consolidado	
Linha de crédito	Indexador	Juros	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Debêntures	TR / CDI / IPCA	0,95% a 9,90% a.a.				
Não conversíveis em ações			271.429	35.715	590.192	204.097
Juros e participações			11.469	494	15.040	1.412
Custos de transação a apropriar			(4.525)	(165)	(16.115)	(6.935)
Total de debêntures			278.373	36.044	589.117	198.574
Circulante			24.979	14.712	43.031	28.558
Não circulante			253.394	21.332	546.086	170.016
Notas comerciais estruturais	CDI	2,16% a.a.				
Principal			-	-	270.000	-
Juros e encargos			-	-	18.145	-
Custo de transação a apropriar			-	-	(2.340)	-
Total de notas comerciais estruturais			-	-	285.805	-
Circulante			-	-	17.583	-
Não circulante			-	-	268.222	-
Endividamento total			278.373	36.044	874.922	198.574
Endividamento total-Circulante			24.979	14.712	60.614	28.558
Endividamento total-Não circulante			253.394	21.332	814.308	170.016

A movimentação das debêntures é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	36.044	49.986	198.574	211.391
Captações	250.000	-	405.091	-
Juros e encargos financeiros	33.411	2.249	55.662	26.147
Variações monetárias e cambiais	-	-	494	11
Amortização de principal	(14.286)	(14.285)	(28.761)	(26.601)
Amortização de juros	(22.436)	(1.974)	(32.763)	(12.711)
Custos de transação	(4.960)	-	(10.464)	(325)
Amortização dos custos de transação	600	68	1.284	662
	278.373	36.044	589.117	198.574

A movimentação das notas comerciais escriturais é como segue:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Captação	270.000	-
Juros e encargos financeiros	36.561	-
Custos de transação	(2.810)	-
Apropriação de custo de transação	471	-
Amortização de juros	(18.417)	-
	285.805	-

As parcelas de longo prazo das debêntures têm o seguinte cronograma de pagamento:

	Controladora					
	31/12/2022			31/12/2021		
	Dívida	Custos de transação	Total líquido	Dívida	Custos de transação	Total líquido
2023	-	-	-	14.286	(68)	14.218
2024	52.598	(737)	51.861	7.143	(29)	7.114
2025	45.455	(709)	44.746	-	-	-
Após 2025	159.090	(2.303)	156.787	-	-	-
	257.143	(3.749)	253.394	21.429	(97)	21.332

	Consolidado					
	31/12/2022			31/12/2021		
	Dívida	Custos de transação	Total líquido	Dívida	Custos de transação	Total líquido
2023	-	-	-	34.209	(661)	33.548
2024	77.041	(1.628)	75.413	27.065	(552)	26.513
2025	61.994	(1.393)	60.601	7.188	(318)	6.870
Após 2025	421.430	(11.358)	410.072	107.827	(4.742)	103.085
	560.465	(14.379)	546.086	176.289	(6.273)	170.016

As parcelas de longo prazo das notas comerciais escriturais têm o seguinte cronograma de pagamento:

	Consolidado		
	31/12/2022		
	Dívida	Custos de transação	Total líquido
2023	-	-	-
2024	87.568	(562)	87.006
2025	87.568	(562)	87.006
Após 2025	94.864	(654)	94.210
	270.000	(1.778)	268.222

Debêntures; a) Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. *(i) 3ª emissão de debêntures:* Em 6 de maio de 2019, em Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas, foi aprovada a 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A., tendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário. O instrumento particular de escritura foi efetuado em 6 de maio de 2019, com debêntures no valor nominal de R$ 10, perfazendo o total de R$ 50.000. As debêntures têm prazo de vencimento de cinco anos, a contar da data de emissão, com amortizações e pagamentos de juros semestrais, sendo a primeira parcela devida em 5 de maio de 2021 e, em relação aos juros remuneratórios, em 5 de novembro de 2019. O valor unitário das debêntures não será atualizado monetariamente e os juros remuneratórios serão correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo, expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, acrescida de uma sobretaxa equivalente a 0,95% ao ano, base 252 dias úteis. Os recursos captados serão utilizados em suas controladas, refinanciamento do passivo financeiro e reforço de seu caixa. *(ii) 4ª emissão de debêntures:* Em 13 de março de 2022, em Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas, foi aprovada a 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A., tendo a Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. como agente fiduciário. O instrumento particular de escritura foi efetuado em 13 de março de 2022, considerando a data de emissão das debêntures o dia 16 de março de 2022, com debêntures no valor nominal de R$ 1, perfazendo o total de R$ 250.000. As debêntures têm prazo de vencimento de sete anos, a contar da data de emissão, com amortizações e pagamentos de juros semestrais, sendo a primeira parcela devida em 16 de março de 2024 e, em relação aos juros remuneratórios, em 16 de setembro de 2022. O valor unitário das debêntures não será atualizado monetariamente e os juros remuneratórios serão correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo, expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, acrescida de *spread* de 2,33% a.a., base 252 dias úteis. Os recursos captados serão utilizados para a realização de investimentos em sociedades controladas pela Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A., refinanciamento de dívidas e/ou reforço de caixa da Companhia e/ou de suas controladas. b) Águas de Niterói S.A.: Em 30 de setembro de 2014 foram emitidas 5.200 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no valor nominal de R$ 10, perfazendo o total de R$ 52.000, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, de Águas de Niterói S.A. e com a intermediação da instituição financeira Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. As debêntures têm prazo de vencimento de dez anos a contar da data de emissão, com vencimento final previsto para o dia 30 de setembro de 2024, data em que a controlada Águas de Niterói S.A. se obriga a proceder ao resgate das debêntures que ainda estiverem em circulação com o seu consequente cancelamento e pagamento de saldo do valor nominal unitário atualizado, acrescido da remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior até a data de vencimento e a amortização do valor nominal unitário será feito em dezessete parcelas semestrais, sendo a primeira em 30 de setembro de 2016. As debêntures têm o seu valor nominal unitário atualizado a partir da data de emissão pela variação percentual acumulada das Taxas Referenciais, apuradas e divulgadas pelo Banco Central do Brasil ("TR" e "BACEN", respectivamente) e farão jus a uma remuneração correspondente à taxa equivalente a 9,9% ao ano, expressas na forma percentual ao ano, base 360 dias corridos. Os juros remuneratórios serão pagos mensalmente, a partir de 30 de outubro de 2014. Os recursos captados serão destinados a investimentos em projetos de ampliação, manutenção e melhorias relacionadas a projetos de saneamento e possuem como garantia a outorga de fiança pela Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. c) Águas do Paraíba S.A.: Em 30 de setembro de 2014, foram emitidas 4.800 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no valor nominal de R$ 10, perfazendo o total de R$ 48.000, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, da controlada Águas do Paraíba S.A. e com a intermediação da instituição financeira Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. As debêntures têm prazo de vencimento de dez anos a contar da data de emissão, com vencimento final previsto para o dia 30 de setembro de 2024, data em que a controlada Águas do Paraíba S.A. se obriga a proceder ao resgate das debêntures que ainda estiverem em circulação com o seu consequente cancelamento e pagamento de saldo do valor nominal unitário atualizado, acrescido da remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior até a data de vencimento e a amortização do valor nominal unitário será feito em dezessete parcelas semestrais, sendo a primeira em 30 de setembro de 2016. As debêntures têm o seu valor nominal unitário atualizado a partir da data de emissão pela variação percentual acumulada das Taxas Referenciais, apuradas e divulgadas pelo Banco Central do Brasil ("TR" e "BACEN", respectivamente) e farão jus a uma remuneração correspondente à taxa equivalente a 9,9% ao ano, expressas na forma percentual ao ano, base 360 dias corridos. Os juros remuneratórios serão pagos mensalmente, a partir de 30 de outubro de 2014. Os recursos captados serão destinados a investimentos em projetos de ampliação, manutenção e melhorias relacionadas a projetos de saneamento e possuem como garantia a outorga de fiança pela Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. d) Águas de Juturnaíba S.A.: Em 15 de novembro de 2020 foram emitidas 117.400 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única, no valor nominal de R$ 1, perfazendo o total de R$ 117.400, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, da controlada Concessionária Águas de Juturnaíba S.A., tendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário, representando a comunhão dos Debenturistas. As debêntures têm prazo de vencimento de vinte anos, a contar da data de emissão, com amortização do valor nominal unitário em trinta e sete parcelas semestrais, sendo a primeira em 15 de novembro de 2022, e com vencimento final previsto para o dia 15 de novembro de 2040. As debêntures têm atualização monetária mensal do seu valor nominal unitário pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), desde a primeira data de integralização até a data do seu efetivo pagamento, e farão jus a uma remuneração prefixada, correspondente a um percentual de 5,40% a.a., base 252 dias úteis. Os recursos captados destinam-se a investimentos em projetos de ampliação, manutenção e melhorias relacionadas aos sistemas de saneamento e possuem como garantia a outorga de fiança pela Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. **Notas Comerciais Escriturais:** Em 24 de janeiro de 2022, as controladas Águas de Niterói S.A., Águas do Paraíba S.A., Águas do Imperador S.A. e Águas de Nova Friburgo Ltda. emitiram Notas Comerciais Escriturais para distribuição pública, com esforços restritos, tendo a instituição financeira Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário e a Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. como fiadora, conforme detalhado a seguir: a) Águas de Niterói S.A.: Emissão de 85.000 Notas Comerciais Escriturais, em série única, no valor nominal de R$ 1, perfazendo o total de R$ 85.000. b) Águas do Paraíba S.A.: Emissão de 90.000 Notas Comerciais Escriturais, em série única, no valor nominal de R$ 1, perfazendo o total de R$ 90.000. c) Águas do Imperador S.A.: Emissão de 45.000 Notas Comerciais Escriturais, em série única, no valor nominal de R$ 1, perfazendo o total de R$ 45.000. d) Águas de Nova Friburgo Ltda.: Emissão de 50.000 Notas Comerciais Escriturais, em série única, no valor nominal de R$ 1, perfazendo o total de R$ 50.000. O prazo de vencimento da dívida é de cinco anos, a contar da data de emissão, com vencimento final previsto para o dia 24 de janeiro de 2027. Sobre as Notas Comerciais Escriturais incidem juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% do CDI, acrescida de *spread* de 2,16% a.a. A remuneração será paga semestralmente, a partir da data de emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 24 de julho de 2022. O valor nominal unitário das Notas Comerciais Escriturais não será atualizado monetariamente. Os recursos captados serão destinados à recomposição do capital de giro das Companhias. As debêntures e notas comerciais escriturais possuem condições contratuais que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (*covenants*) com base em índices financeiros. A Administração acompanha os cálculos destes índices mensalmente, a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Não foram identificadas quebras nos termos contratuais em 31 de dezembro de 2022. **18. Operações com derivativos:** As controladas Águas do Imperador S.A., Águas de Juturnaíba S.A. e Águas de Nova Friburgo Ltda. efetuaram um contrato de *swap*, com mesmo prazo de duração da emissão de Cédulas de Crédito Bancário (CCB) e as Companhias Águas de Niterói S.A. e Águas do Paraíba S.A. efetuaram um contrato de *swap*, com mesmo prazo de duração de debêntures, todos com o objetivo de trocar a remuneração por uma taxa equivalente ao CDI. Os saldos dos instrumentos financeiros derivativos de *swap* a valor justo estão assim representados:

				Consolidado	
				Valor a receber	
Empresa	Derivativo	Valor nocional	Vencimento	31/12/2022	31/12/2021
Águas do Imperador S.A.	SWAP	16.000	2024	177	225
Águas de Juturnaíba S.A.	SWAP	48.000	2024	133	169
Águas de Nova Friburgo Ltda.	SWAP	11.000	2024	122	155
Águas de Niterói S.A.	SWAP	52.000	2024	576	734
Águas do Paraíba S.A.	SWAP	48.000	2024	532	678
				1.540	1.961

Impacto no resultado: As controladas efetuaram registro dos ganhos e perdas oriundos dos instrumentos financeiros derivativos no resultado. Desta forma, os impactos contabilizados no resultado foram de:

Empresa	Derivativo	31/12/2022	31/12/2021
Águas do Imperador S.A.	SWAP	(48)	(839)
Águas de Juturnaíba S.A.	SWAP	(36)	(629)
Águas de Nova Friburgo Ltda.	SWAP	(33)	(578)
Águas de Niterói S.A.	SWAP	(158)	(2.604)
Águas do Paraíba S.A.	SWAP	(146)	(2.404)
Total		(421)	(7.054)

19. ICMS a devolver a clientes: As controladas Águas de Niterói S.A., Águas do Paraíba S.A. e Águas de Juturnaíba S.A. obtiveram decisão favorável junto ao Supremo Tribunal Federal contra a cobrança de ICMS pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro. Com isso, os valores relativos ao tributo cobrado dos consumidores e depositados em juízo serão devolvidos, conforme Termo de Operacionalização firmado entre o Ministério Público, a Companhia e os respectivos municípios onde atuam. O valor atualizado do ICMS a devolver a clientes em 31 de dezembro de 2022 é de R$ 5.325 (R$ 5.866 em 31 de dezembro de 2021). **20. Obrigações tributárias:** Os impostos e contribuições estão assim apresentados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
PIS/COFINS/CSLL retidos	133	63	715	581
ISS	333	262	1.135	1.127
IRRF	862	871	6.172	2.434
PIS	221	55	3.194	2.744
COFINS	1.022	257	14.797	12.694
IRPJ	-	-	1.322	4.041
CSLL	-	-	2.749	2.912
Outros	12	17	51	17
	2.583	1.525	30.135	26.550
Passivo circulante	2.583	1.525	30.005	26.420
Passivo não circulante	-	-	130	130

21. Imposto de renda e contribuição social: a) Composição dos tributos diferidos: Os tributos diferidos são contabilizados para refletir os impactos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, cujos efeitos ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem às bases de cálculo.

	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
Provisão participação nos lucros	-	1.628
Serviços prestados	-	1.485
Outros	-	-
Ativo fiscal diferido	-	3.113

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Provisões perdas de crédito esperadas para contas a receber	19.987	18.707
Provisões para contingências	9.327	4.735
Provisão participação nos lucros	1.991	3.549
Provisões salários e encargos em acordo coletivo	104	81
Ganhos (perdas) com derivativos	(524)	(667)
Arrendamentos	203	130
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	-	208
Serviços prestados	-	1.631
Outros	280	108
Ativo fiscal diferido	31.368	28.482
Juros capitalizados	(10.012)	(5.116)
Ajustes do Regime de tributação transitório Lei nº 12.973/ 2014 (i)	(11.281)	(9.197)
Demais diferenças temporárias decorrentes da Lei nº 12.973/ 2014	(357)	(3.259)
Passivo fiscal diferido	(21.650)	(17.672)
Tributos diferidos líquidos	9.718	10.810
Ativo diferido	11.761	10.810
Passivo diferido	(2.043)	-

b) Conciliação da taxa efetiva	Controladora		Consolidado	
Descrição	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	177.548	205.738	316.230	339.781
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social--alíquotas vigentes	(60.366)	(69.951)	(107.518)	(115.526)
(Adições) exclusões no cálculo do tributo:				
Permanentes (despesas indedutíveis)	(10.578)	(33)	(2.097)	(2.947)
Outros ajustes	820	-	1.070	241
Resultado de equivalência patrimonial	70.058	72.094	(12.935)	1.465
Créditos fiscais sobre despesas temporárias não contabilizados	(1.967)	-	(2.075)	422
Créditos fiscais sobre prejuízos fiscais não contabilizados	(1.080)	(789)	(2.464)	(2.642)
Efeito referente à alíquota de adicional do imposto de renda	-	-	24	24
Efeito líquido da aplicação das alíquotas de lucro presumido	-	-	(842)	(377)
Incentivo cultural (artigo n.º 11.770/08)	-	-	1.905	1.762
Incentivo empresa cidadã (Lei n.º 11.770/08)	-	-	229	150
Programa de Alimentação do Trabalhador (Decreto nº 3.000/99)	-	-	2.114	1.786
Incentivo Desportivo (artigo 3 Lei n.º 11.438/06)	-	-	510	424
Fundo da Infância e da Adolescência (Decreto n.º 9.580/18)	-	-	516	335
Total do imposto de renda e da contribuição social	(3.113)	1.321	(121.563)	(114.883)
Alíquota efetiva	1,75%	(0,64%)	38,44%	33,81%

22. Provisões para contingências; As provisões para contingências são constituídas para fazer face às perdas em processos judiciais e administrativos, os quais, quando aplicável, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são baseadas na opinião do departamento jurídico da Companhia e de seus assessores legais. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. As provisões para contingências, estão assim demonstradas:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Cíveis	26.659	23.647
Trabalhistas	2.152	2.852
Tributárias	429	400
	29.240	26.899

Processos com probabilidade de perda classificada como possível: A controladas da Companhia possuem processos judiciais e administrativos, nos quais a Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos externos, acredita que os riscos de perda são possíveis, e, por este motivo, nenhuma provisão foi constituída. Essas causas estão distribuídas da seguinte forma:

	31/12/2022	31/12/2021
Cíveis	298.204	238.553
Tributárias	323.745	295.250
Trabalhistas	11.177	8.822
Ambientais	2.095	20.578
	635.221	563.203

As principais causas possíveis são descritas a seguir: a) Causas cíveis: Controlada Águas do Paraíba S.A. *Processo nº 0035537-83.2018.8.19.0014:* Há, em curso, ação declaratória ajuizada pelo Serviço Social do Comércio SESC/ARRJ em face de Águas do Paraíba S.A., tendo por objeto o pedido de enquadramento tarifário na categoria de consumo público. Em 20 de maio de 2021, foi proferida sentença procedente para condenar a ré a proceder ao reenquadramento tarifário do autor na categoria pública e a devolver os valores cobrados a maior, desde a alteração tarifária. Em 10 de junho de 2021, Águas do Paraíba S.A. interpôs recurso de apelação, que se encontra pendente de julgamento. *Processo nº 0015039-49.2007.8.19.0014:* Trata-se de demanda indenizatória ajuizada por Julio Cesar Pessanha Alves em face de Águas do Paraíba S.A. e Município de Campos dos Goytacazes, buscando reparação por danos morais, materiais e estéticos em razão de ter o autor caído em um buraco supostamente aberto pela Concessionária, incorrendo em danos na arcada dentária. Após contestado o feito, o Juízo deferiu antecipação de tutela em relação ao Município réu para realizar o tratamento odontológico do autor. Posteriormente, foi feita perícia técnica por profissional cirurgião dentista. O Juízo indeferiu a realização de perícia técnica de engenharia, através da qual se pretendia provar que a Concessionária não era responsável pelo local que ocasionou o acidente. Foi prolatada sentença julgando procedente o pedido de danos morais. O valor da causa atualizada é de R$ 1.270, solidariamente em face dos dois réus. A Concessionária interpôs recurso de apelação e, após os devidos trâmites, foi prolatado acórdão negando provimento ao nosso recurso. Foi interposto recurso especial, tendo o autor apresentado contrarrazões. Atualmente, o processo está aguardando juízo de admissibilidade do recurso especial, para ser julgado pelo STJ. *Processo nº 0037294-30.2009.8.19.0014:* Trata-se de demanda indenizatória ajuizada por Ilcineia Pereira Miranda em face de Águas do Paraíba S.A., buscando reparação por danos morais e estéticos em razão de ter caído em um logradouro desnivelado. Após contestado o feito, foi distribuída por dependência medida cautelar incidental de produção de prova, autuada sob o nº 0026559-98.2010.8.19.0014, na qual foi realizada perícia técnica de engenharia, que, por sua vez, já foi impugnada pela Concessionária. O pedido da ação é de 160 salários mínimos, mais pensão de 2 salários mínimos por mês desde o evento e até quando durar a incapacidade da demandante. Foi prolatada sentença julgando improcedentes os pedidos autorais. Foi interposto recurso de apelação pela autora. Processo atualmente aguardando a intimação da Concessionária para apresentação de contrarrazões ao recurso da autora. *Processo nº 0004569-75.2015.8.19.0014:* Trata-se de demanda indenizatória ajuizada por Genilson Robes de Souza Junior em face de Águas do Paraíba S.A. e João Batista Machado, buscando reparação por danos morais, materiais e estéticos em razão de ter sofrido acidente envolvendo uma retroescavadeira conduzida por funcionário da Concessionária. Após contestado o feito, o Juízo indeferiu a realização de perícia técnica. O valor da causa atualizado é de R$ 872, referente a danos morais e danos estéticos, mais lucros cessantes e pensão vitalícia no equivalente à redução da capacidade de trabalho do autor. Houve audiência sem acordo. Atualmente, o processo está aguardando prolação de sentença. Controlada Águas de Nova Friburgo Ltda. *Ações populares:* Existem, atualmente, 3 (três) Ações Populares ajuizadas em face da Concessionária Águas de Nova Friburgo questionando o Contrato de Concessão celebrado com a referida concessionária, alega-se modificação do edital sem abertura de prazo para recebimento de propostas e suposta, ilegalidade do tipo de julgamento. Requer-se seja julgada procedente a ação, para que seja anulado todo o procedimento licitatório e pagamento de perdas e danos a deram causa, reembolsando ao erário público os valores despendidos com a realização da concorrência. Proferidas sentenças declarando a ocorrência da prescrição da pretensão autoral, reformadas por acórdão. Atualmente, aguarda-se virtualização para retomada do julgamento de mérito em 1ª instância. *Processo 0002606-41.2007.8.19.0037:* Ação civil pública movida pelo Ministério Público Estadual - MP, em face da Concessionária Águas de Nova Friburgo Ltda., requerendo a tutela antecipada para que a Concessionária se abstenha de cobrar tarifa de esgoto de toda a população de Nova Friburgo, sob pena de multa e, no mérito, alega suposto lançamento de esgoto "in natura" no rio local, o que consistiria em infração às normas de Direito Ambiental. A Concessionária apresentou a peça de bloqueio impugnando formal e diretamente todos os pedidos do MP. Foi realizada prova pericial, a qual foi favorável à empresa ao constatar a existência de rede coletora e apontar investimentos e gastos com a operação e manutenção dessas redes. Controladas Águas das Agulhas Negras S.A. / Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda. *Processo 0193094-07.2020.8.19.0001:* Trata-se de ação revisional de contrato, em que a Nissan pretende afastar o pagamento mínimo da demanda contratada, alegando que, em virtude da pandemia, ficou vários períodos com consumo abaixo do mínimo. Assim, pretende com a ação pagar somente o consumido e não a demanda mínima contratada. Realizada a perícia, constatou-se que

SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO BRASIL S.A.

CNPJ 09.266.129/0001-10

todo o consumo cobrado está de acordo com os termos do contrato. A sentença foi proferida rejeitando a pretensão da Nissan. Atualmente, encontra-se com prazo aberto para recurso. Controlada Concessionária Águas de Juturnaíba S.A. *Processo 0008034-46.2013.8.19.0052:* Foi ajuizada ação civil pública pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro em face de Águas de Juturnaíba S.A., dentre outros, acerca do fornecimento do serviço, tratamento de esgoto, cobrança da tarifa de esgoto e soluções para a problemática ambiental da Lagoa de Araruama. Foi proferido acórdão condenando a Concessionária a discriminar os valores pertinentes aos serviços de água e esgoto separadamente nos boletos das tarifas mensais aos usuários de imóveis não conectados ao sistema de esgotamento sanitário e a se abster de cobrar qualquer valor a título de serviço de esgoto aos usuários de imóveis não conectados ao sistema de esgotamento sanitário vigente, por ausência de disponibilização do serviço. Controlada Águas do Imperador S.A. *Processo 0059500-41.2015.8.19.0042:* Trata-se de ação ajuizada em face da Águas do Imperador S.A. sob a alegação que houve uma ruptura de rede administrada pela Subconcessionária, o que teria afetado a estrutura de imóvel com diversas moradias, as quais foram interditadas pela defesa civil. Os Autores objetivam a demolição e reconstrução do imóvel nos mesmos moldes anteriores da construção atual ou, alternativamente, caso haja impossibilidade deste pedido, requer que seja construído o imóvel nos mesmos moldes do atual, em local próximo e viável, mediante concordância dos autores, bem como que haja condenação ao pagamento de indenização por danos morais. A Subconcessionária apresentou defesa e denunciou à lide a seguradora. Realizada prova pericial. Designado dia para realização de Audiência de Instrução e Julgamento. Controlada Águas da Condessa S.A. *Processo 0006007-76.2021.8.19.0063:* O Edital da licitação dos Serviços de Saneamento Básico de Paraíba do Sul previa que a empresa vencedora deveria manter entendimento com a Autarquia SAAETRI, de Três Rios, para aquisição de água, porque o Bairro Barão de Angra encontra-se geograficamente distante do Centro de Paraíba do Sul e próxima ao limite territorial com o Município de Três Rios, sendo a solução histórica adotada a compra de água do SAAETRI para abastecimento do Bairro. Vencida a licitação, a Concessionária Águas da Condessa deu seguimento ao abastecimento realizado para o Bairro Barão de Angra, com o recebimento da rede de abastecimento do Município vizinho e distribuindo a água aos moradores. Porém, verificou-se que o SAAETRI realiza a cobrança em face de Águas da Condessa como se esta fosse um único imóvel residencial, sendo que a água recebida através da ligação abastece aproximadamente 250 imóveis. A consequência da forma de cobrança praticada pelo SAEETRI é que Águas da Condessa pagaria o valor de R$ 5,02 (cinco reais e dois centavos) por metro cúbico de água, em razão da progressividade tarifária decorrente do cadastro da ligação como residencial, enquanto que Águas da Condessa recebe, em média R$ 3,43 (três reais e quarenta e três centavos) por metro cúbico de água de seus consumidores., porque a maioria consome dentro da primeira faixa de consumo da estrutura tarifária, na qual não há a progressividade de tarifa. Portanto, estabelece-se um desequilíbrio na água adquirida à R$ 5,02/m³ (cinco reais e dois centavos por metro cúbico) para ser vendida à R$ 3,43/m³ (três reais e quarenta e três centavos por metro cúbico). Considerando que a destinação da água adquirida do Município vizinho não é para uma unidade residencial, Águas da Condessa requereu, administrativamente, a adequação do valor ao serviço que de fato é realizado, qual seja, aquisição de água por atacado, o terminou por ser negado pelo SAAETRI em razão da alegação de falta de previsão na Estrutura Tarifária deles. Assim, distribuiu-se a presente demanda para que o Judiciário determine o valor do preço da água a ser praticado entre o SAAETRI e Águas da Condessa, sendo requerido pela Concessionária, e deferido, que se praticasse o valor de R$ 1,70/m³ (um real e setenta centavos por metro cúbico), depositado em juízo mensalmente. Por essa razão, os valores que são depositados mensalmente em juízo referem-se ao pagamento do incontroverso. Atualmente, o processo encontra-se em fase de ajustes dos honorários do perito que atuará no feito. b) Causas ambientais: Controlada Concessionária Águas de Juturnaíba S.A. *Processo 6.2 5004951-92.2019.4.02.5108:* Trata-se de ação penal em face da Concessionária Águas de Juturnaíba S.A., em trâmite perante a 1ª Vara Federal de São Pedro da Aldeia, na qual o MPF imputou à empresa poluição ambiental por suposta poluição nas lagoas de Saquarema e Araruama. Requereu-se ainda, a título de valor mínimo para reparação dos danos, o montante de R$ 15.000. Destaca-se que originariamente a denúncia também englobava o diretor da Concessionária. Contudo, após resposta à acusação apresentada pela defesa, houve a retificação da decisão do recebimento da denúncia, oportunidade em que o Juízo a rejeitou em relação ao diretor da Concessionária, decisão mantida pelo TRF-2. Contra esta decisão do Tribunal, não foi manejado recurso, operando-se a preclusão. Em relação à Concessionária, o Juízo recebeu a denúncia integralmente, ratificando essa decisão posteriormente, sem fazer menção aos argumentos defensivos lançados na resposta. Por esse fato impetrou-se o mandado de segurança, no bojo do qual foi concedida a segurança para anular a decisão de recebimento da denúncia em face da pessoa jurídica, tendo o TRF-2 determinado, ainda, que se apreciassem os argumentos ora manejados. Em nova decisão o Juízo, rechaçou os pontos levantados pela defesa e ratificou o recebimento da denúncia. Irresignada, a defesa, mais uma vez, recorreu ao TRF-2, por meio de mandado de segurança, no intuito de ver cassada a decisão de recebimento da denúncia em vista das inconsistências da peça acusatória. No bojo deste segundo mandado, foi concedida a segurança e determinado o trancamento do processo de primeiro grau. c) Causas tributárias: Controlada Águas do Imperador S.A. *Processo 15563.720125/2019-70:* Autos de Infração de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS referentes aos anos-calendários de 2014, 2015 e 2016 em função de glosa de despesas incorridas pela empresa em serviços comprovados e indispensáveis à manutenção de sua fonte produtiva. O valor atualizado da causa é de R$ 44.309. Atualmente, o processo encontra-se aguardando julgamento de Recurso de Ofício pelo CARF. Controlada Águas de Nova Friburgo Ltda. *Processo 15521.720004/2020-58:* Autos de Infração de IRPJ e CSLL referentes ao ano-calendário de 2015 em função de glosa de despesas incorridas pela empresa em serviços comprovados e indispensáveis à manutenção de sua fonte produtiva. O valor atualizado da causa é de R$ 2.981. Atualmente, o processo encontra-se aguardando julgamento de Recurso de Ofício pelo CARF. Controlada Águas do Paraíba S.A. *Processo 10725.720766/2020-44:* Autos de Infração de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS referentes aos anos-calendários de 2015 em função de glosa de despesas incorridas pela empresa em serviços comprovados e indispensáveis à manutenção de sua fonte produtiva. O valor atualizado da causa é de R$ 28.324. Atualmente, o processo encontra-se aguardando julgamento de Recurso de Ofício pelo CARF. Controlada Águas de Niterói S.A. *Processo 15563.720122/2019-36:* Autos de Infração de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS referentes aos anos-calendários de 2014, 2015 e 2016 em função de glosa de despesas incorridas pela empresa em serviços comprovados e indispensáveis à manutenção de sua fonte produtiva. O valor atualizado da causa é de R$ 246.350. Atualmente, o processo encontra-se aguardando julgamento de Recurso de Ofício pelo CARF. **23. Partes relacionadas:** Remuneração de pessoal chave da Administração: Os diretores são as pessoas chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia e controladas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram pagos pelo Grupo o montante total de R$ 26.339 (R$ 19.669 em 31 de dezembro de 2021). Abaixo os valores estão segregados por natureza:

Descrição	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Remunerações	**11.676**	10.411	**19.370**	14.547
Encargos sociais	**3.726**	3.000	**5.974**	4.335
Plano de saúde	**159**	146	**412**	249
Plano de previdência privada	**268**	312	**398**	399
Outros	**93**	95	**185**	139
	15.922	13.964	**26.339**	19.669

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não foi pago valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho. Resumo das transações com partes relacionadas:

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Ativo circulante:				
Dividendos a receber				
Águas do Imperador S.A.	**11.112**	7.523	**-**	-
Águas do Paraíba S.A.	**12.843**	15.013	**-**	-
Concessionária Águas de Juturnaíba S.A	**16.015**	5.804	**-**	-
Águas de Niterói S.A.	**25.987**	21.282	**-**	-
Águas das Agulhas Negras S.A.	**13.085**	10.994	**-**	-
Águas de Votorantim S.A.	**4.573**	3.804	**4.573**	3.804
Águas de Nova Friburgo Ltda.	**5.631**	4.173	**-**	-
SANEJ-Saneamento de Jaú Ltda.	**-**	2.478	**-**	-
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda	**8.192**	11.532	**-**	-
F.AB. Zona Oeste S.A.	**5.866**	5.866	**5.867**	5.866
SAAB Participações e Novos Negócios S.A.	**1.138**	1.068	**-**	-
Águas de Pará de Minas S.A.	**4.932**	2.999	**-**	-
Dotum Participações S.A.	**1.171**	1.171	**-**	-
	110.545	93.707	10.440	9.670
Créditos com partes relacionadas				
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda	**251**	40	**-**	-
Águas de Votorantim S.A.	**-**	-	**396**	298
Rio Mais Águas do Brasil S.A.	**-**	-	**1.674**	-
Consórcio Costa Verde	**-**	-	**-**	313
	251	40	2.070	611
Total do ativo circulante	110.796	93.747	12.510	10.281
Ativo não circulante:				
Contratos de mútuo				
Águas da Condessa S.A.	**-**	948	**-**	-
F.AB. Zona Oeste S.A.	**23.384**	15.688	**23.384**	15.688
Participação em consórcios				
Consórcio Paraná 2000	**-**	-	**-**	140
Total do ativo não circulante	**23.384**	16.636	**23.384**	15.288
Total do ativo	**134.180**	110.383	**35.894**	26.109
	Controladora 31/12/2022	**Controladora 31/12/2021**	**Consolidado 31/12/2022**	**Consolidado 31/12/2021**
Passivo circulante:				
Obrigações com acionistas				
M&G Consultoria e Participações Ltda.	**-**	-	**639**	-
ERG Participações Ltda.	**-**	-	**1.469**	-
Credicom-Comercial Informática e Serviços Ltda.	**-**	-	**805**	-
Erco Engenharia S.A.	**-**	-	**541**	-
Diferencial Empreendimentos Imobiliários Ltda.	**-**	-	**139**	-
Synval Filgueiras De Moraes Junior	**-**	-	**1.121**	-
Marcelo Borja Filgueiras De Moraes	**-**	-	**1.495**	-
Silvane Borja Filgueiras De Moraes Nolli	**-**	-	**1.121**	-
Developer S.A.	**21.370**	39.765	**21.369**	39.765
New Water Participações Ltda.	**5.058**	9.412	**5.058**	9.412
Participação não controladores	**-**	-	**-**	6.039
	26.428	49.177	33.757	55.216
Débitos com partes relacionadas				
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda	**465**	340	**-**	-
Águas de Votorantim S.A.	**-**	-	**-**	35
Consórcio Costa Verde	**-**	-	**213**	1.674
Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A.	**-**	35.000	**-**	35.000
	465	35.340	213	36.709
Total do passivo circulante	26.893	84.517	33.970	91.925
Passivo não circulante:				
Contratos de mútuo				
TGS-Tecnologia e Gestão de Saneamento Ltda.	**266**	469	**-**	-
Erco Engenharia Ltda.	**-**	-	**-**	56
Total do passivo não circulante	266	469	-	56
Total do passivo	27.159	84.986	33.970	91.981

Movimentação do ativo de mútuo:

Controladora

Mutuário	Mutuante	Saldos em 31/12/2021	Empréstimo	Juros	IOF	Amortização	IRRF	Saldos em 31/12/2022
Águas da Condessa S.A.	SAAB	948	**3.010**	**173**	**33**	**(4.125)**	**(39)**	-
F.AB Zona Oeste S.A.	SAAB	15.688	**5.000**	**2.586**	**110**	**-**	**-**	**23.384**
Água das Agulhas Negras S.A.	SAAB	-	**1.523**	**36**	**11**	**(1.562)**	**(8)**	-
		16.636	**9.533**	**2.795**	**154**	**(5.687)**	**(47)**	**23.384**

Controladora

Mutuário	Mutuante	Saldos em 31/12/2020	Empréstimo	Aporte *de capital	Juros	IOF	Amortização	IRRF	Saldos em 31/12/2021
Águas da Condessa S.A.	SAAB	10.853	5.225	(5.000)	135	103	(10.338)	(30)	948
F.AB Zona Oeste S.A.	SAAB	11.503	22.500	-	534	226	(19.058)	(17)	15.688
Água das Agulhas Negras S.A.		-	-	-	-	-	-	-	-
TGS-Tecnologia e Gestão de Saneamento Ltda.		-	-	-	-	-	-	-	-
		22.356	27.725	(5.000)	669	329	(29.396)	(47)	16.636

Consolidado

Mutuário	Mutuante	Saldos em 31/12/2021	Empréstimo	Juros	IOF	Saldos em 31/12/2022
F.AB Zona Oeste S.A.	SAAB	15.688	**5.000**	**2.586**	**110**	**23.384**

Consolidado

Mutuário	Mutuante	Saldos em 31/12/2020	Empréstimo	Juros	IOF	Amortização	IRRF	Saldos em 31/12/2021
F.AB Zona Oeste S.A.	SAAB	11.503	22.500	534	226	(19.058)	(17)	15.688

* Refere-se a mútuo a receber que foi baixado para aporte de capital.

Movimentação do passivo de mútuo:

Controladora

Mutuário	Mutuante	Saldos em 31/12/2021	Empréstimo	Juros	IOF	Amortização	IRRF	Saldos em 31/12/2022
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	TGS	469	**80**	**43**	**6**	**(323)**	**(9)**	**266**

Controladora

Mutuário	Mutuante	Saldos em 31/12/2020	Juros	IOF	Amortização	IRRF	Saldos em 31/12/2021
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	TGS	728	21	9	(286)	(3)	469

A Controladora Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. presta serviços de contrato de gestão *(Management Fee)* para as Companhias, conforme apresentado abaixo:

Resultado com partes relacionadas	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021
Águas de Niterói S.A.	**(25.202)**	(21.538)
Concessionária Águas de Juturnaíba S.A.	**(8.293)**	(6.546)
Águas do Paraíba S.A.	**(12.544)**	(10.885)
Águas do Imperador S.A.	**(6.875)**	(6.365)
Águas das Agulhas Negras S.A.	**(3.455)**	(2.838)
Águas de Araçoiaba S.A.	**(772)**	(707)
Águas de Nova Friburgo Ltda.	**(6.025)**	(5.317)
SANEJ-Saneamento de Jaú Ltda.	**(574)**	(594)
Concessionária Águas de Paraty S.A.	**(635)**	(512)
Águas de Jahu S.A.	**(4.325)**	(3.750)
Águas de Pará de Minas S.A.	**(2.900)**	(2.403)
Águas de Votorantim S.A.	**(1.679)**	(1.501)
Águas da Condessa S.A.	**(800)**	(460)
Total resultado com partes relacionadas	**(74.079)**	(63.416)

A Companhia Águas do Imperador S.A. prestou serviço de análise laboratorial para as Companhias Águas de Niterói S.A. e Águas da Condessa S.A., totalizando R$ 205 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 171 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia SANEJ - Saneamento de Jaú Ltda. prestou serviço de tratamento de esgoto sanitário para Águas de Jahu S.A., totalizando R$ 11.888 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 12.357 em 31 de dezembro de 2021). As transações com partes relacionadas foram realizadas em condições consideradas pela Administração da Companhia como compatíveis com as de mercado, levando-se em consideração os volumes praticados nas datas das operações. As Companhias possuem contrato de fruição de utilidades comuns com a Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda., resultando na estrutura de Unidade de Administração Central (UAC), nos moldes de um Centro de Serviços Compartilhados - CSC, para as áreas de finanças, planejamento, recursos humanos, tecnologia da informação e logística. **24. Patrimônio líquido:** a) Capital social: O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de R$ 559.500 e está representado por 172.975.390 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

	31/12/2022 Quantidade de ações (unidades)	31/12/2022 Participação	31/12/2021 Quantidade de ações (unidades)	31/12/2021 Participação
Developer S.A.	122.627.097	71%	122.627.097	71%
New Water Participações Ltda.	29.022.849	17%	29.022.849	17%
Ações em tesouraria	21.325.444	12%	21.325.444	12%
	172.975.390	100%	172.975.390	100%

b) Reserva legal: Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. c) Reserva para investimentos: A Companhia constituiu reserva para investimentos, no valor de 5% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, cuja finalidade é financiar as atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas, inclusive através da subscrição de aumentos de capital ou a criação de novos empreendimentos. d) Dividendos: Os acionistas têm assegurado, em cada exercício, dividendos não inferiores a 25% do lucro líquido, calculados nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e do artigo 26 do Estatuto Social. Em janeiro de 2022 foram pagos R$ 823 de dividendos extraordinários, mediante destinação de parte da reserva de retenção de lucros. Em setembro de 2022 foram pagos R$ 15.000 como adiantamento dos dividendos referentes ao exercício de 2022. A destinação do lucro para distribuição de dividendos foi a seguinte:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido	**174.435**	207.059
Constituição da reserva legal-5%	**(8.722)**	(10.353)
Base de cálculo dos dividendos	**165.713**	196.706
Dividendos mínimos obrigatórios-25%	**41.428**	49.177

e) Reserva para retenção de lucro: Para atender a projetos de investimentos previstos no orçamento de capital, a Companhia retém parte do lucro do exercício, conforme disciplinado pelo artigo 196 da Lei nº 6.404/76.

25. Receita líquida

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Receita de prestação de serviços	**74.081**	63.416	**1.682.688**	1.406.181
Receita de construção	**-**	-	**247.396**	222.866
Cancelamentos	**-**	-	**(18.721)**	(5.074)
	74.081	63.416	**1.911.363**	1.623.973
PIS e COFINS sobre serviços	**(6.853)**	(5.866)	**(159.019)**	(133.974)
Imposto sobre serviços	**(3.703)**	(3.171)	**(4.496)**	(3.763)
Descontos concedidos	**-**	-	**(23.417)**	(19.877)
	63.525	54.379	**1.724.431**	1.466.359

26. Custos dos serviços prestados

	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Taxas de recursos hídricos e ambientais	**(8.686)**	(7.778)
Ônus da concessão	**(34.790)**	(29.244)
Energia elétrica	**(106.887)**	(99.876)
Custo de construção	**(247.396)**	(222.866)
Materiais aplicados nos serviços	**(171.925)**	(158.436)
Salários e benefícios a empregados	**(151.713)**	(129.895)
Utilização de imóveis e telefonia	**(2.401)**	(1.584)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	**(29.948)**	(24.467)
Serviços de terceiros	**(58.973)**	(51.799)
Depreciações e amortizações	**(79.980)**	(80.309)
Outros custos	**(3.436)**	(3.137)
	(896.135)	(809.391)

27. Despesas gerais e administrativas

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Salários e benefícios a empregados	**(41.334)**	(40.008)	**(158.432)**	(142.103)
Utilização de imóveis e telefonia	**(365)**	(397)	**(5.858)**	(5.624)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	**(409)**	(321)	**(6.790)**	(5.624)
Serviços de terceiros	**(15.482)**	(10.889)	**(80.375)**	(65.336)
Despesas com contencioso	**(81)**	(305)	**(8.695)**	(7.269)
Impostos, encargos, taxas e contribuições	**(649)**	(742)	**(2.093)**	(1.780)
Depreciações e amortizações	**(203)**	(854)	**(4.542)**	(5.155)
Provisão de perdas de crédito de contas a receber	**-**	-	**(54.557)**	(52.464)
Reversões de contingências	**-**	-	**1.555**	56.898
Outras despesas	**505**	(6.720)	**(35.228)**	(36.389)
	(58.018)	(60.236)	**(355.015)**	(264.846)

28. Resultado financeiro

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Receitas financeiras				
Juros com aplicações financeiras	**3.264**	1.566	**54.722**	27.611
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	**(3.147)**	(106)	**(6.596)**	(2.652)
Juros e multas vinculadas à operação	**-**	-	**22.609**	22.338
Juros sobre mútuos	**2.749**	670	**2.540**	534
Variação monetária sobre outros ativos	**166**	33	**310**	103
Ganhos com operações de *swap*	**-**	-	**761**	3.882
Ganho com derivativos	**-**	-	**946**	392
Outras receitas financeiras	**4**	2	**1.816**	2.435
	3.036	2.165	**77.108**	54.643
Despesas financeiras				
Juros com financiamentos, debêntures e notas comerciais escriturais	**(37.060)**	(3.994)	**(160.307)**	(74.360)
Juros sobre arrendamentos	**-**	(14)	**(723)**	(445)
Juros de mútuo	**(43)**	(21)	**-**	
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	**-**	-	**(3.658)**	(105)
Atualização monetária das contingências	**-**	-	**(3.896)**	(12.018)
Variação monetária sobre outros passivos	**-**	-	**-**	(589)
Tributos sobre operações financeiras	**(13)**	(9)	**(249)**	(489)
Descontos concedidos	**-**	-	**(21.794)**	(16.099)
Perda com derivativos	**-**	-	**(1.367)**	(7.446)
Perda com operações de *swap*	**-**	-	**(715)**	-
Comissão e escrituração	**-**	(1.623)	**(675)**	(1.719)
Outras despesas financeiras	**(1.097)**	(79)	**(5.148)**	(3.382)
	(38.213)	(5.740)	**(198.532)**	(116.652)
Resultado financeiro	**(35.177)**	(3.575)	**(121.424)**	(62.009)

29. Seguros: O Grupo Águas do Brasil adota a política de contratar cobertura de seguros de forma global para riscos de engenharia, patrimoniais, ambientais e de responsabilidade civil dos administradores (D&O), entre outros, especificamente associados à natureza de sua atividade. Os seguros contratados possuem cobertura sobre construção, fornecimento ou prestação de serviços. A cobertura em 31 de dezembro de 2022 está apresentada a seguir:

Descrição de seguros	Vigência das apólices	Cobertura
Risco de engenharia e RC obras	31/12/2022 a 31/12/2023	80.813
Responsabilidade civil D&O	27/09/2022 a 27/09/2023	50.000
Risco operacional	30/12/2022 a 17/01/2024	75.000
Responsabilidade civil geral	17/01/2023 a 17/01/2024	13.000
Riscos ambientais	22/12/2022 a 22/12/2023	5.000
Máquinas e equipamentos	09/06/2022 a 09/06/2023	313
Veículos	2022 a 2023	11.781
Casco marítimo-Águas de Niterói S.A.	18/05/2022 a 18/05/2023	341
Seguro empresarial	2022 a 2023	11.053
Garantia judicial	de 2020 a 2027	28.853
Seguro garantia (performance bond)- Águas da Agulhas Negras S.A.	06/01/2023 a 06/01/2024	6.568
Garantia de Concessão-Águas de Niterói S.A.	06/01/2023 a 06/01/2024	11.417
Garantia de Concessão-Águas do Imperador S.A.	07/10/2022 a 07/10/2023	3.157
Garantia de Concessão-Concessionária Águas de Juturnaíba S.A.	30/11/2022 a 01/12/2023	187.226
Garantia de Concessão-Águas do Paraíba S.A.	14/09/2022 a 14/09/2023	7158
Garantia de Concessão-Águas das Agulhas Negras S.A.	01/01/2023 a 01/01/2024	747
Garantia de Concessão-Águas de Nova Friburgo Ltda.	24/01/2023 a 24/01/2024	2.618
Garantia de Concessão-Águas de Araçoiaba S.A.	27/11/2022 a 27/11/2023	1.218
Garantia de Concessão-Concessionária Águas de Paraty S.A.	14/04/2022 a 14/04/2023	2.893
Garantia de Concessão-SANEJ-Saneamento de Jaú Ltda.	03/03/2022 a 03/03/2023	404
Garantia de Concessão-Águas de Jahu S.A.	05/12/2022 a 05/12/2023	1.299
Garantia de Concessão-Águas de Pará de Minas S.A.	09/03/2022 a 09/03/2023	9.381
Garantia de Concessão-Águas da Condessa S.A.	05/12/2022 a 05/12/2023	849

30. Transações que não envolvem caixa: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia realizou as seguintes atividades que não envolveram caixa e, portanto, foram excluídas da demonstração dos fluxos de caixa:

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Adição (redução) de direito de uso	**-**	33	**(5.856)**	2.172
Baixa referente à rescisão do contrato de direito de uso-ativo	**-**	(100)	**-**	(902)
Baixa referente à rescisão do contrato de direito de uso-passivo	**-**	127	**-**	1.039
Juros capitalizados	**-**	-	**(14.712)**	-
Aumento de participação acionária por transferência de ações	**(755)**	-	**(62)**	-
Dividendos prescritos	**(352)**	-	**389**	-
Integralização de mútuo	**-**	(5.000)	**-**	-
Recompra de ações-provisão earn-out	**-**	(35.000)	**-**	(35.000)
	(1.107)	(39.940)	**(20.241)**	(32.691)

Cláudio Bechara Abduche - Diretor Presidete; Marcelo Augusto Raposo da Mota - Diretor Administrativo-Financeiro; Marcio Salles Gomes - Diretor; Carlos Eduardo Tavares de Castro - Diretor; Contadora: GabrielaFerreira Nunes Alves - CRC/RJ 100510/O9 - CPF: 080.376.027-29

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Conselheiros e acionistas da **Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.** Rio de Janeiro–RJ **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** *Demonstrações do valor adicionado:* As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09–Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 27 de março de de 2023. ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC SP-015199/F; Gláucio Dutra da Silva - Contador CRC RJ-090174/O.

CBM Participações S.A.

CNPJ/ME 34.157.391/0001-74

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Senhores Acionistas, As referidas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas segundo os critérios dos órgãos reguladores aos quais esta Companhia e sua controlada estão sujeitas. Em cumprimento às disposições legais e regulamentares, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas da CBM Participações S.A. ("Companhia") e a sua Controlada, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. As referidas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas segundo os critérios dos órgãos reguladores aos quais a sua controlada está sujeita. Neste relatório, a CBM Participações S.A. é tratada como "Companhia" e o termo "Grupo" é usado para tratar o conjunto formado pela CBM e a NEWE, sua Controlada. A CBM Participações foi constituída para ser uma empresa não operacional. O único propósito para sua constituição foi para ser a *Holding* e acionista da NEWE Seguros. Em 15 de dezembro de 2022, a investida passou por um aumento de capital aportado pelo Fund Private Equity II e seu controle acionário foi distribuído, em 31 de dezembro de 2022, entre a CBM Participações S.A., com 69,62% de participação societária nas ações ordinárias, 23,27% do Fund Private Equity II e o restante, 7,11%, por sócios minoritários, resultando em um aumento de R$ 21,6 mi no Capital Social. Atualmente, o Grupo possui um capital social total de R$ 15,5 milhões e um patrimônio líquido de R$ 66,5 milhões. A CBM, através da sua Controlada, irá direcionar seus interesses para atender ao mercado brasileiro no fornecimento de produtos de seguros especiais aos clientes, adotando amplo conceito de sustentabilidade econômica e padrões éticos. *Prêmios emitidos:* Os prêmios emitidos totalizaram em 2022 R$ 222,8 milhões, com redução de R$ 182,9 milhões ou 45% em relação ao mesmo período de 2021. A redução ocorreu por estratégia do Grupo, pois tivemos um expressivo aumento da probabilidade de ocorrência do fenômeno La Niña entre março e agosto de 2022 o que nos leva ao 3º ano consecutivo de ocorrência do mesmo no Brasil. Apesar de não estarmos falando de uma ciência exata, após uma extensiva análise e discussões com os resseguradores, a Companhia, além de manter sua busca pela diversificação regional decidiu reduzir expressivamente sua exposição na Safra de Verão 22/23 de forma a afastar a possibilidade de perdas similares às observadas nas safras anteriores. *Sinistralidade:* Em 2022, a sinistralidade média apresentou índice de 209,3%, um aumento de 7% em relação ao mesmo período do ano anterior. A alta sinistralidade ocorreu devido fenômeno La Niña. Esse fenômeno é marcado pelo baixo volume de precipitação notadamente no Sul do país e foi responsável pelas perdas catastróficas ocorridas na Safra Verão 21/22. Com as perdas observadas em 2022, a Controlada apresentou, em alguns meses de 2022, insuficiência de patrimônio mínimo ajustado em relação ao capital mínimo requerido. Importante destacar que para a data-base de 31 de dezembro de 2022, a Controlada recuperou seus níveis de solvência e apresentou um índice positivo de 224%. *Despesas administrativas:* Em 2022, o índice de despesas administrativas do Grupo sobre o prêmio ganho na Controlada foi de 12,76%, aumento de 4,62 p.p. em relação ao mesmo período de 2021. Esse aumento é reflexo da redução da emissão com base na estratégia adotada pelo Grupo. *Resultado financeiro:* O resultado financeiro consolidado totalizou em 2022 R$ 9,3 milhões, aumento de R$ 5,4 milhões ou 142% em relação ao ano anterior. O aumento da taxa SELIC ao longo de 2022, refletiu positivamente nos títulos indexados a este indicador. A política de investimentos da NEWE Seguros S.A. (Controlada) tem como premissa básica a preservação do capital e a estabilidade das receitas financeiras, dessa forma, as aplicações para a cobertura de provisões técnicas são feitas prioritariamente, diretamente ou via fundos de investimentos, em títulos do Tesouro Nacional. *Resultado do exercício:* Em 2022, a Grupo totalizou um lucro de R$ 6,7 milhões, aumento de R$ 4,9 milhões, ou seja, crescimento de 294%.Apesar da alta sinistralidade, a Controlada através da sua excelente estrutura de resseguros, conseguiu suavizar as perdas da safra de verão 21/22. *Declaração de capacidade financeira:* A Controlada, em atendimento à Circular SUSEP n° 648/2021, de 12 de novembro de 2021, e alterações posteriores, declara vincular 100% das aplicações financeiras no montante de R$ 58,9 milhões. A Seguradora, em 31 de dezembro de 2022, apresentou suficiência de ativos garantidores oferecidos para cobertura das provisões técnicas no montante de R$ 29,4 milhões. A Administração da CBM Participações S.A., em conjunto com sua Controlada, fomenta o Programa de Controles Internos da Companhia e fomenta o cumprimento do Código de Conduta em todos os níveis, como parte de seu compromisso com as boas práticas de governança e transparência na condução de seus negócios e dos interesses de clientes, parceiros, colaboradores e acionistas. A CBM Participações S.A., através de sua Controlada, agradece as autoridades do setor e, as Sociedades Resseguradoras e Corretores de Seguro, aos demais parceiros de negócio e a todos que participaram ativamente para o cumprimento dos objetivos da Companhia.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2023.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 - *(Em milhares de Reais)*

		Companhia		Consolidado	
Ativo	**Nota**	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Circulante		233	354	206.997	516.530
Disponível		18	65	1.595	8.463
Caixa e bancos	5	18	65	1.522	8.035
Equivalentes de caixa	5	-	-	73	429
Aplicações	6	-	-	58.942	150.250
Créditos das operações com seguros e resseguros		-	-	55.635	58.258
Prêmios a receber		-	-	25.067	13.361
Operações com resseguradoras		-	-	30.568	37.457
Outros créditos operacionais		-	-	-	7.440
Ativos de resseguro	7	-	-	77.496	275.094
Títulos e créditos a receber	8.1	215	289	4.205	5.038
Créditos tributários e previdenciários		214	289	3.389	4.847
Outros créditos		1	-	816	191
Custos de aquisição diferidos	9	-	-	9.788	19.387
Seguros		-	-	6.814	19.387
Despesas antecipadas		-	-	151	230
Ativo não circulante		47.093	40.397	50.151	28.240
Realizável a longo prazo		-	-	45.133	24.094
Créditos das operações com seguros e resseguros		-	-	9.152	-
Prêmios a receber		-	-	9.152	-
Ativos de resseguro	7	-	-	16.253	9.376
Títulos e créditos a receber		-	-	12.836	11.305
Créditos tributários e previdenciários	8.1	-	-	12.531	11.127
Outros créditos operacionais		-	-	193	178
Depósitos judiciais e fiscais		-	-	112	-
Custos de aquisição diferidos	9	-	-	6.892	3.413
Seguros		-	-	4.798	2.920
Investimento		47.090	40.392	-	-
Participações societárias	10	47.090	40.392	-	-
Imobilizado	11	3	5	616	730
Bens móveis		3	5	542	712
Outras imobilizações		-	-	74	20
Intangível	12	-	-	4.402	3.416
Total do ativo		47.325	40.751	257.148	544.770

		Companhia		Consolidado	
Passivo	**Nota**	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Circulante		1.353	1.448	161.652	483.497
Contas a pagar		1.353	1.448	5.293	4.096
Obrigações a pagar	13.1	-	-	2.124	670
Impostos e encargos sociais a recolher	13.2	-	-	709	440
Encargos trabalhistas	13.3	-	-	981	1.179
Impostos e contribuições	13.4	-	94	-	336
Juros sobre capital próprio a pagar		1.353	1.353	1.353	1.353
Outras contas a pagar	13.5	-	1	126	118
Débitos de operações de seguros e resseguros		-	-	50.568	118.776
Prêmios a restituir	14.5	-	-	2.135	6.162
Operações com seguradoras		-	-	-	4
Operações com resseguradoras	14.1	-	-	41.500	109.749
Corretores de seguros e resseguros	14.3	-	-	6.933	2.861
Depósitos de terceiros		-	-	167	2.328
Provisões técnicas	15.2	-	-	105.624	358.298
Danos		-	-	105.624	358.298
Passivo não circulante		-	-	28.974	15.147
Contas a pagar		-	-	-	-
Tributos diferidos		-	-	-	-
Contingências		-	-	-	-
Provisões técnicas	15.2	-	-	28.974	15.147
Danos		-	-	28.974	15.147
Patrimônio líquido		45.973	39.303	66.520	46.125
Capital social	18	15.510	15.510	15.510	15.510
Aumento de capital		-	-	-	-
Reserva de capital		-	-	-	-
Lucros / (Prejuízos) acumulados		30.463	23.793	30.463	23.793
Reserva legal		1.814	1.480	1.814	1.480
Reserva de lucros		28.649	22.313	28.649	22.313
Participação de não controlador		-	-	20.547	6.822
Total do passivo e patrimônio líquido		47.325	40.751	257.148	544.769

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS - Exercícios findos em 31/12/2022 e 2021 - *(Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)*

		Companhia		Consolidado	
	Nota	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Prêmios emitidos líquidos	20	-	-	222.832	405.819
Variações das provisões técnicas de prêmios	20	-	-	43.008	(54.753)
Prêmios ganhos	**20**	-	-	**265.840**	**351.066**
Sinistros ocorridos	21.1	-	-	(556.458)	(710.162)
Custos de aquisição	21.2	-	-	(37.866)	(49.119)
Outras receitas e despesas operacionais		-	-	(999)	(1.845)
Resultado com resseguro	21.3	-	-	355.416	446.986
Receita com resseguro		-	-	513.072	637.070
Despesa com resseguro		-	-	(158.495)	(190.507)
Outros resultados com resseguros		-	-	839	424
Despesas administrativas	21.4	(84)	25	(34.013)	(28.574)
Despesas com tributos	21.5	(5)	(190)	(3.885)	(7.355)
Resultado financeiro	21.6	62	(410)	9.266	3.828
Receitas financeiras	21.6	62	2.025	6.589	11.166
Despesas financeiras	21.6	-	(2.435)	2.677	(7.339)
Resultado operacional		(27)	(575)	(2.699)	4.824
Ganhos ou perdas com ativos nao correntes		-	-	(4)	-
Ajuste de avaliação patrimonial		6.697	2.068	7.517	-
Resultado patrimonial		**6.670**	**1.493**	**4.814**	**4.824**
Resultado antes dos impostos e participações		6.670	1.493	4.814	4.824
Imposto de renda	22	-	(63)	942	(1.324)
Contribuição social	22	-	(31)	556	(1.008)
Participações sobre o lucro		-	-	-	(400)
Lucro líquido do exercício - Consolidado		**6.670**	**1.399**	**6.312**	**2.092**
Lucro líquido do exercício - Não controlador				**(358)**	**399**
Lucro líquido do exercício - Controlador				**6.670**	**1.693**
Quantidade de quotas					
Lucro líquido por quota (em R$)					

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - *(Em milhares de Reais)*

	Companhia						Consolidado	
	Capital social subscrito	**Aumento de capital em aprovação**	**Reserva legal**	**Reserva de lucros**	**Lucros / prejuízos acumulados**	**Total**	**Participação não controlador**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	23.560	(8.050)	1.410	22.074	-	38.994	5.375	44.454
Movimento do exercício	-	-	-	-	2.898	2.898	2.878	5.121
Proposta para destinação do resultado líquido								
JCP	-	-	-	-	(1.500)	(1.500)	(341)	(2.360)
Dividendos	-	-	-	-	(1.089)	(1.089)	(1.089)	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	70	-	(70)	-	-	-
Reserva de lucros	-	-	-	239	(239)	-	-	-
Redução de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	23.560	(8.050)	1.480	22.313	-	39.303	6.823	46.126
Movimento do exercício	-	-	-	-	6.670	6.670	(358)	6.312
Proposta para destinação do resultado líquido								
JCP	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	(7.517)	(7.517)
Aumento de capital de não controlador	-	-	-	-	-	-	10.449	10.449
Reserva de ágio	-	-	-	-	-	-	11.151	11.151
Reserva legal	-	-	334	-	(334)	-	-	-
Reserva de lucros	-	-	-	6.336	(6.336)	-	-	-
Redução de capital	8.050	8.050	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**15.510**	**-**	**1.814**	**28.649**	**-**	**45.973**	**20.548**	**66.521**

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
Exercícios findos em 31/12/2022 e 2021 - *(Em milhares de Reais)*

	Companhia		Consolidado	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
Lucro do exercício	6.670	1.399	6.312	2.092
Ajuste com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-
Efeito tributário	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício - Consolidado	6.670	1.399	6.312	2.092
Parcela de resultados abrangentes - Não controlador			(358)	399
Parcela de resultados abrangentes - Controlador			6.670	1.693

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
Exercícios findos em 31/12/2022 e 2021 - *(Em milhares de Reais)*

	Companhia		Consolidado	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
Atividades operacionais				
(Prejuízo) / lucro líquido do exercício	6.670	1.399	6.312	2.092
Ajustes para:	**(6.696)**	**(1.112)**	**(16.550)**	**4.969**
Depreciação e amortização	1	1	1.323	992
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	-	-	(1.595)	(825)
Equivalência patrimonial	(6.697)	(1.113)	(6.697)	(1.113)
Provisões técnicas - IBNR	-	-	(64.341)	54.638
Ativos resseguro - IBNR	-	-	54.760	(48.723)
Variação das contas patrimoniais:	**20**	**864**	**(15.214)**	**(1.300)**
Ativos financeiros	-	-	91.308	(66.828)
Créditos das operações	-	-	7.936	(24.419)
Ativos de resseguro	-	-	135.961	(167.374)
Créditos tributários e previdenciários	75	133	677	(3.275)
Outros ativos	-	-	5.961	(11.157)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	1.463	(2.293)
Impostos e contribuições	(94)	(166)	(265)	(691)
Débitos das operações	-	-	(68.207)	66.848
Provisões técnicas - seguros	-	-	(174.506)	205.241
Outros passivos	(1)	897	(15.542)	2.648
Caixa (consumido) / gerado nas atividades operacionais	**(6.716)**	**(248)**	**(31.765)**	**3.668**
Atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado	-	-	(33)	(361)
Aquisição de intangível	-	-	(2.164)	(2.341)
Caixa gerado nas atividades de investimento	-	-	(2.197)	(2.702)
Atividades de financiamento				
Aumento de capital	-	-	10.449	-
Reserva de ágio	-	-	11.151	-
Pagamento de dividendos	-	(1.089)	-	(1.089)
Integralização de capital	-	-	-	-
Participação em controladas	-	-	(818)	2.066
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	**-**	**(1.089)**	**20.782**	**977**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(46)	62	(6.868)	4.035
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	65	4	8.463	4.428
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	18	65	1.595	8.463

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - *(Em milhares de Reais)*

1. Contexto Operacional: A CBM Participações S.A. ("Companhia") foi constituída em 9/07/2019 e tem como objeto social participar do capital de outras sociedades de natureza civil ou comercial, como quotista ou acionista. A Empresa participa, diretamente, por meio de sua controlada no segmento de seguros, operando preponderantemente no ramo de seguros de agronegócio. No dia 7/12/2022 a Companhia optou por meio de alteração contratual pela transformação do tipo societário para sociedade anônima de capital fechado. Em 6/11/2019, foi publicada a Portaria SUSEP nº 7.556, de 30/10/2019, através da qual a Superintendência de Seguros Privados aprovou a transferência do controle acionário e da ingerência efetiva nos negócios da Markel Seguradora do Brasil S.A., CNPJ nº 26.609.195/0001-65, com sede na cidade do RJ - RJ, para os acionistas da CBM Participações S.A., na forma do contrato de compra e venda de ações firmado em 26/06/2019 e do acordo de quotistas celebrado em 15/07/2019. Em 22/11/2019, foi publicada a Portaria SUSEP nº 116, de 07/11/2019, através da qual a Superintendência de Seguros Privados aprovou a mudança da denominação social da Markel Seguradora do Brasil S.A. para Newe Seguros S.A. A NEWE Seguros S.A. (doravante denominada por "NEWE", "Seguradora" ou "Controlada") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Av. Rio Branco, 1, cj 806 - parte, Centro, RJ - RJ. Seu controle acionário é distribuído, em 31/12/2022, entre a CBM Participações S.A., com 69,62% de participação societária nas ações ordinárias, 23,27% do Fund Private Equity II e o restante, 7,11%, por sócios minoritários, resultando em um aumento de R$ 21,6 mi no Capital Social. **2. Apresentação das demonstrações financeiras e base de preparação: 2.1. Declaração de conformidade e base de preparação -** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da legislação societária e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em consonância à Circular SUSEP n° 648, haja vista a submissão da Controlada a esta superintendência. Em 31/12/2022, a Controlada reclassificou, os valores de Provisões Técnicas e Ativos de Resseguro no montante de R$ 38.038 e R$ 33.921, respectivamente, apresentados anteriormente como variação das contas patrimoniais, nos ajustes ao lucro líquido do exercício apresentado nas Demonstrações do fluxo de caixa. Essas reclassificações foram feitas, para melhor apresentação e comparabilidade. Tais mudanças não impactaram o fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais do exercício. **2.2. Base de mensuração -** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos seguintes itens reconhecidos no balanço pelo valor justo: Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. **2.3. Consolidação - a. Controladas -** A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar estes retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras da controlada são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. As operações entre empresas do Grupo, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nestas operações, foram eliminados. As políticas contábeis da controlada foram ajustadas para assegurar consistência com as políticas contábeis adotadas pela Empresa. Adicionalmente, considerando a representatividade das operações de seguro nas demonstrações financeiras consolidadas, certas nomenclaturas dadas as características dos registros na empresa investida foram mantidas para fins de apresentação e melhor entendimento do leitor com conhecimento das atividades relacionadas ao seguimento de seguros. **2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação -** Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.5. Uso de estimativas e julgamentos -** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Companhia irá liquidar ao longo dos anos. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: i. informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; ii. informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil. - Nota explicativa 8.1 – Créditos tributários. - Nota explicativa 14 - Provisão de Sinistros Ocorridos mas não avisados – IBNR. Provisão de Sinistros Ocorridos mas não suficientemente avisados – IBNER, Provisão de Sinistros a Liquidar – PSL, Provisão de Sinistros a Liquidar Judicial – PSL Judicial e o Teste de Adequação de Passivos – TAP. - Nota explicativa 16 – Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. **3. Principais políticas contábeis -** As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente para ambos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1. Caixa e equivalente de caixa -** A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos de depósitos bancários sem vencimento, utilizados para atender obrigações de curto prazo, sem riscos significantes de mudança de valor justo. **3.2. Instrumentos financeiros -** A Companhia pode classificar seus ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda. A Companhia pode classificar seus passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros. A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial. ***3.2.1 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado -*** Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício. ***3.2.2. Ativos financeiros disponíveis para venda -*** Esses ativos são mensurados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, receita financeira e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas dentro do patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial. Quando esses ativos são desreconhecidos, os ganhos e perdas acumulados mantidos como ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado. ***3.2.3. Ativos financeiros mantidos até o vencimento -*** Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. **3.3. Recuperabilidade de ativos financeiros e não financeiros (*impairment*) - *Ativos financeiros não derivativos -*** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: Inadimplência ou atrasos do devedor; Reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais; Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência / recuperação judicial; Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; Desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um Grupo de ativos financeiros. ***Operações de seguros e resseguros -*** Tendo como referência a Circular SUSEP nº 648, e alterações posteriores, a Controlada possui metodologia específica de acordo por ramo de atuação para reconhecer uma Redução ao Valor Recuperável – RVR: Agro: De acordo com o estudo interno, a Controlada constitui como redução ao valor recuperável, 100% dos prêmios a receber dos contratos cujas safra já tenham ocorrido, considerando o período de vigência do risco e a regulação de sinistros. Garantia e Responsabilidades: A Controlada iniciou a operação no ramo de Linhas Financeiras em 2020, e, portanto, a controlada não possui histórico suficiente para a realização de um estudo de inadimplência. Para o ramo de Garantia e qualquer outro ramo que entrar em operação, A Controlada seguirá as orientações do Art. 139 da Circular SUSEP nº 678 de 10/10/2022, efetuando a redução ao valor recuperável das parcelas vencidas há mais de 60 (sessenta) dias. Em relação a recuperação dos sinistros pagos junto aos resseguradores, o estudo da Controlada considera os últimos 5 anos de operação, entendemos que não há necessidade de constituição de valor recuperável, uma vez que o estudo demonstrou que a Controlada vem recuperando os sinistros pagos no decorrer desses últimos anos, sem indicação de *default* e sim com alguma morosidade no recebimento em função do processo de prestação de contas junto aos resseguradores, em especial no exercício de 2022, onde o volume de recuperações de sinistros do ramo agro foi bastante elevado. ***Ativos não financeiros -*** Ativos não financeiros são avaliados para *impairment* quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja total ou parcialmente recuperável. Uma perda para *impairment* é reconhecida no resultado do exercício pela diferença entre o valor contábil do ativo e seu valor recuperável. O valor recuperável é definido como o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos respectivos custos de venda). Para fins de testes de *impairment*, os ativos não financeiros são agrupados por categoria. O Grupo não identificou necessidade de constituição de *impairment* para os ativos supracitados. **3.4. Ativos e passivos originados de contratos de resseguro -** Os ativos e passivos decorrentes dos contratos de resseguros são apresentados de forma separada, segregando os direitos e obrigações entre as partes, uma vez que a existência dos referidos contratos não exime o Grupo de honrar suas obrigações perante os segurados. Os ativos de resseguro compreendem: (i) os prêmios de resseguros diferidos das apólices emitidas de contratos proporcionais firmados para cessão de riscos, cujo período de cobertura dos riscos ainda não expirou, cujo reconhecimento dar-se-á inicialmente pelo valor contratual e ajustar-se-á conforme o período de exposição do risco que foi contratado; (ii) os prêmios de resseguros diferidos de contratos proporcionais "*risk attaching*" firmados para proteção das carteiras de seguro Rural e Garantia, cujo reconhecimento dar-se-á pelo valor contratual e ajustar-se-á conforme o período de exposição do risco que foram aceitos pela Controlada; (iii) as parcelas correspondentes das indenizações pagas aos segurados ou pendentes de liquidação, que são recuperadas junto aos resseguradores; e (iv) as comissões sobre os repasses de prêmios conforme os contratos firmados de cessão de riscos. **3.5. Provisões Técnicas -** As provisões técnicas são constituídas e calculadas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP: **Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) -** é constituída pela parcela do prêmio comercial, calculada pelo método "*pro rata die*" tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. **Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes Não Emitidos (PPNG-RVNE) -** é constituída com a finalidade de estimar a parcela de prêmios não ganhos referentes aos riscos vigentes, mas ainda não emitidos. É calculada por estimativa baseada no histórico de 3 anos por meio de triângulo de desenvolvimento de prêmio, considerando o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices. **Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) -** é constituída de acordo com a melhor estimativa de indenização com base nas notificações de sinistros recebidas até a data do balanço patrimonial, conforme percentual de cobertura estabelecido em contrato. Os critérios para estimar o valor a ser constituído como reserva inicial desta provisão dependem das características de cada ramo, considerados os valores reclamados. **Provisão de Sinistros a Liquidar Judicial (PSL Jud)** – é constituída para cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a pagamentos de sinistros objeto de ações judiciais e os resultantes de sentença transitada em julgado. É realizada individualmente para cada caso, observando-se a classificação de perda entre provável, possível e remoto, e definindo para cada classificação, um fator percentual de perda estimada a ser aplicado sobre o valor reclamado no processo judicial. Em função de sentenças favoráveis na esfera judicial em especial do ramo agro, a Controlada alterou, em 2022, a metodologia para provisionamento dos sinistros discutidos judicialmente. **Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR e IBNER) -** são constituídas, respectivamente, para a cobertura dos valores esperados relativos a sinistros já ocorridos e ainda não avisados, tanto para os sinistros judiciais como os administrativos. A IBNR é constituída pela diferença entre a sinistralidade esperada e a provisão de sinistros a liquidar já constituída. A IBNER é constituída para ajustar de forma global a PSL, quando não é possível ajustar de forma individual cada sinistro. A provisão estimada por ramo, baseada no histórico da Companhia e no agravamento dos sinistros, quando se entende que a PSL constituída pode deixar de representar a melhor estimativa. **Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) -** é constituída para a cobertura das despesas relacionadas aos sinistros avisados, contemplando as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro e, também, as despesas que só podem ser relacionados aos sinistros de forma agrupada. É calculada com base em experiência histórica de gastos com a regulação dos sinistros, respeitando as características de cada ramo. **3.6.Teste de Adequação dos Passivos (TAP) -** De acordo com o instituído pelo CPC nº 11, o Teste de Adequação dos Passivos (TAP) para os contratos de seguros vigentes, instituído pela Circular SUSEP nº 678, de 10/10/2022, e respectivas alterações, tem como objetivo avaliar a adequação do montante contábil registrado a título de provisões técnicas, líquido dos custos de aquisição e eventuais ativos intangíveis relacionados, em comparação com o valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos contratos vigentes. O mesmo é elaborado em cada balanço, no mínimo, sendo que este TAP foi realizado considerando os fluxos de caixa futuros das obrigações oriundas dos contratos e certificados vigentes na data-base de 31/12/2022, brutos de resseguro, com premissas atuariais atualizadas. As projeções dos fluxos de caixa ocorrem apenas até a data do vencimento das apólices atuais. As provisões, despesas operacionais e despesas de comercialização diferidas são abrangidas pelas

(Continua...)

(...continuação)

projeções. Para a projeção da sinistralidade dos sinistros a ocorrer, foi considerada a melhor estimativa da série de todo histórico da Controlada e também estatísticas do mercado segurador para os ramos que o histórico da Controlada não apresenta dados suficientes, resultando na sinistralidade de 50% para a Seguradora. O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa projetados utilizou as taxas de desconto obtidas pela estrutura a termo de taxas de juros livres de risco (ETTJ), segregada em ETTJ Prefixada para contratos em Real e ETTJ Cambial para contratos com moeda estrangeira, apresentada no artigo Interpolação e Extrapolação da Estrutura a Termo de Taxas de Juros para Utilização pelo Mercado Segurador Brasileiro. O teste de adequação conduzido pelo Grupo, permite afirmar que as provisões técnicas são suficientes para cobrir os compromissos futuros referentes aos riscos assumidos até 31/12/2022. Não há necessidade de constituição da provisão complementar de cobertura - PCC, pois o teste de adequação dos passivos não apurou uma insuficiência da provisão de prêmios não ganhos – PPNG para a cobertura dos sinistros a ocorrer. Com relação às demais provisões técnicas, PSL, IBNR, IBNER e PDR também não há insuficiências a cobrir. **3.7. Imobilizado -** O imobilizado compreende equipamentos, móveis, utensílios e benfeitorias em imóveis de terceiros utilizados na condução dos negócios do Grupo. O imobilizado é avaliado pelo custo histórico e compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. O valor residual dos ativos e sua vida útil são revisados e ajustados, se necessário, a cada data de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo for inferior ao valor contábil do ativo. **3.8. Ativo intangível -** O ativo intangível é composto por licenças de *software* adquiridas, capitalizadas com base nos custos incorridos até o ponto em que esses *softwares* estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de até 5 anos ou período de uso da licença quando definido pelo fornecedor. **3.9. Imposto de renda e contribuição social -** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 anual para imposto de renda e 15% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real. Em 28/04/2022, foi editada pelo Poder Executivo a Medida Provisória – MP nº 1.115/2022, convertida em lei, que majora de 15% para 16% a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL das seguradoras, para o período compreendido entre 1º/08/2022 a 31/12/2022. O tributo diferido é calculado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre os prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo reconhecidos levando-se em conta a expectativa da Administração do Grupo sobre a utilização desses ativos no futuro, baseada em projeções elaboradas para o período de 5 anos, formalizadas no Estudo de Crédito Tributário e Plano de negócios. A despesa com imposto de renda e a contribuição social compreende os impostos de renda corrente e diferido e a contribuição social corrente e diferida. **3.10. Capital social -** O capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia é de R$ 15.510. O capital social subscrito e integralizado da Controlada, já homologado pela SUSEP e devidamente mensurada pela participação societária, é de R$ 41.563 (R$ 51.073 em 31/12/2021) e está representado por 53.755.137 ações nominativas sem valor nominal (53.755.137 ações em 31/12/2021), sendo todas ordinárias. Em 15/12/2022, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberado aumento de capital da controlada no montante de R$ 21,6 milhões, sendo R$ 10.449 aumento de capital social e R$ 11.151 reserva de capital, com emissão de 17.661.587 novas ações no valor unitário de R$ 1,22. As novas ações ordinárias emitidas foram totalmente subscritas e integralizadas, neste ato, por Insuresilience Investment Fund Private Equity II SCA SICAV-RAIF. Na proporção do número de ações que possuírem, os acionistas terão direito de preferência para a subscrição de novas ações resultantes de aumento do capital social, observado o disposto no artigo 171 e parágrafos da Lei nº 6.404/76, que será exercido no prazo de 30 dias, contados da publicação da ata da respectiva Assembleia. **3.11. Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio -** Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido ajustados de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. A distribuição de dividendos mínimos obrigatórios é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é destinado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral. O Grupo pode optar por destinar parte do lucro sob a forma de juros sobre capital próprio como uma despesa antes do lucro líquido. **3.12. Apuração do resultado -** O resultado é apurado de acordo com regime contábil de competência. ***3.12.1. Prêmios emitidos -*** Os prêmios de seguro são reconhecidos quando da aceitação dos riscos cobertos e correspondente emissão dos contratos, com base na melhor estimativa, podendo ser ajustados ao longo do período de vigência. A Controlada constitui o prêmio RVNE com base em metodologia própria e é calculada por estimativa baseada no histórico da Companhia, considerando o volume de propostas recebidas e apólices emitidas no mês de cálculo. Os prêmios emitidos são apropriados ao resultado, de acordo com o prazo de vigência dos contratos, ao longo do período de risco. ***3.12.2. Comissão de corretagem e comissão diferida -*** As despesas de comercialização oriundas de corretagens são registradas quando da emissão das apólices e apropriadas ao resultado, de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. ***3.12.3. Sinistros -*** Os sinistros avisados são contabilizados a partir do momento em que a Companhia é notificada pelo segurado. ***3.12.4. Participações nos lucros -*** O plano de participações dos empregados e administradores nos lucros é baseado, atualmente, no acordo do sindicato para a categoria. ***3.12.5. Novas normas e interpretações contábeis ainda não adotadas por entidade supervisionada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP - a)*** *CPC 50 / IFRS 17 – Contratos de Seguros* - A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguros. O Objetivo do CPC 50 é assegurar que a entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações são base para os usuários das demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Seguradora. A Controlada ainda não iniciou a avaliação por entender que o seu principal ramo de atuação, que representa mais de 90% de sua produção anual de prêmios, possui uma vigência média de 4 a 5 meses, o que permite ao usuário das demonstrações financeiras avaliarem os efeitos positivos ou negativos de seus contratos de seguros. A SUSEP não referendou o CPC 50, portanto não há impacto para o Grupo. b) *CPC 48 – Instrumentos financeiros (IFRS 9)* - Em vigor pelo CPC desde 1º/01/2018, o Pronunciamento apresenta novos modelos para classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38. A SUSEP, através do artigo 138 da Circular nº 678 de 10/10/2022 trouxe, entre outros, aspectos a serem observados sobre a classificação de ativos financeiros, perdas esperadas, entre outros. A referida norma entra em vigor em 2023 e para determinados requerimentos, em 2024. A Administração está avaliando os impactos considerando o ramo de operação da Controlada. c) *Práticas Contábeis* - Em 31/12/2022, a Companhia passou a emitir suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, diferente do praticado em exercícios anteriores. **4. Estrutura de gestão de riscos:** A Gestão de Riscos é fundamental em todas as atividades. Ela é usada para agregar valor ao negócio enquanto fornece suporte para as áreas, além de criar valor para os acionistas. A Gestão de Riscos protege a reputação da Companhia e nos ajuda a antecipar e mitigar potenciais perdas inerentes à atividade de seguro. O Grupo implementou e tem aprimorado a estrutura local de Gestão de Riscos em conformidade com a Circular SUSEP nº 678. **4.1. Princípios da estrutura de gestão de riscos -** Os princípios aplicados à Estrutura de Gestão de Riscos da Controlada são os seguintes: **Aprimoramento -** é um processo que deve ser desenvolvido continuamente. **Alcance -** a estrutura de controles internos deve ser: - **Abrangente -** a fim de abranger a totalidade do nosso negócio: - **Comunicada -** para que todos tenham conhecimento do programa: - **Simples -** para que todos possam compreendê-la: - **Relevante** - a fim de que todos se envolvam com o processo - **Utilizada -** ele realmente deve fazer parte das operações do dia a dia - **Evidente -** as políticas e procedimentos de gestão de riscos são documentados, de forma que profissionais razoavelmente qualificados e experientes possam compreender a estrutura sem dificuldades ou necessidade de explicações adicionais. - **Emergente -** tem um processo para identificar e mitigar riscos emergentes. - **Eficaz** - a estrutura tem que funcionar. O Grupo geralmente está exposto a riscos originados de suas operações, que podem afetar, com maior ou menor grau, seus objetivos estratégicos e financeiros. Dentre tais riscos, podemos citar o Risco de Subscrição, Risco de Reserva, Risco Operacional, Risco de Liquidez, Risco de Mercado e Risco de Crédito. Todos esses riscos são avaliados, mensurados, tratados e monitorados dentro da estrutura de Gestão de Riscos do Grupo através de relatório integrado de riscos. A Diretoria e os Gestores Técnicos e Operacionais, juntamente com o Gestor de Riscos, têm suas funções definidas na estrutura de Gestão de Riscos e atuam conjuntamente para assegurar a gestão contínua e efetiva dos riscos aos quais a Companhia está exposta. ***4.1.1. Risco de subscrição -*** O Grupo define como o risco de subscrição: "a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas do Grupo, direta ou indiretamente, às bases técnicas utilizadas para cálculo de prêmios e provisões técnicas." O objetivo é gerar lucros consistentes e a longo prazo com a subscrição. A estratégia é subscrever um amplo portfólio de riscos, com preferências para produtos de nicho e especializados. Para linhas de produtos de nicho, e nas quais decidiu-se tomar participação significativa, serão aplicadas as habilidades e experiência particulares da Companhia para influenciar os preços e gerar boas margens. Para os produtos em que temos participação pequena, confiamos mais no mercado em geral para responder a perdas, corrigindo os preços. Quando isso não ocorrer, podemos reduzir nossa exposição rapidamente a estes riscos. Em ambas as áreas, usaremos ferramentas de análise altamente desenvolvidas para avaliar nossas exposições e a adequação dos preços, nos permitindo alterar os preços e/ou os níveis de envolvimento rapidamente. O apetite para perdas com riscos com seguros não catástrofe é estratificado, pois depende da origem da perda. A abordagem não é manter participação de mercado por todo o ciclo, e sim gerenciar nossa posição usando análises altamente desenvolvidas e ferramentas de apreçamento. Porém, precisamos manter algum envolvimento com o mercado no decorrer do ciclo, assim reconhecemos que as margens, em alguns anos, serão menores do que em outros. Nunca esperaríamos que boas condições de mercado afetem nosso capital de abertura, quanto mais afetar nossos ganhos. **4.2. Risco operacional -** O Grupo define como risco operacional: "a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e à reputação da Instituição." O risco legal está incluído no risco operacional e define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais ou administrativos. As perdas com outros grupos de risco podem ser exacerbadas pelo risco acima, por exemplo, com fluxos de dados equivocados para calcular nossas reservas, o que afeta o risco de reserva. Porém, tais perdas tendem a ficar dentro das estatísticas para o respectivo grupo de risco. Decidimos, portanto, nos concentrar exclusivamente no risco operacional "puro", ou seja, quando a perda surge puramente como resultado da falha de um, ou mais, processos, pessoas ou sistemas, ou de eventos externos. Estas perdas são como "despesas". Exemplos incluiriam incidentes que afetam a continuidade dos negócios, falha em sistemas de TI e fraudes internas. Embora nossa resposta instintiva a estes riscos seja eliminá-los, o custo da mitigação completa é proibitivamente alto. Portanto, estamos dispostos a tolerar certo risco operacional e reter capital para mitigá-lo.

4.2.1. Teste de sensibilidade nas atividades de seguros e resseguro

		Impacto no resultado e patrimônio líquido em 31/12/2022	
Variáveis	**Premissas**	**Bruto de resseguro**	**Líquido de resseguro**
Sinistro ocorrido	Aumento de 10%	(55.646)	(4.339)
Sinistro ocorrido	Diminuição de 10%	55.646	4.339
Corretagem	Aumento de 10%	(3.787)	(3.432)
Corretagem	Diminuição de 10%	3.787	3.432

		Impacto no resultado e patrimônio líquido em 31/12/2021	
Variáveis	**Premissas**	**Bruto de resseguro**	**Líquido de resseguro**
Sinistro ocorrido	Aumento de 10%	(71.016)	(7.309)
Sinistro ocorrido	Diminuição de 10%	71.016	7.309
Corretagem	Aumento de 10%	(4.912)	(5.588)
Corretagem	Diminuição de 10%	4.912	5.588

4.2.2. Concentração de risco por região de atuação - As exposições à concentração de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio da região e por segmento de seguro baseada no valor de prêmio emitido bruto e líquido de resseguro.

Prêmio emitido (*)
2022

Região geográfica	Rural	%	Garantia	%	Demais	%	Total	%
Centro-Oeste	43.189	25%	806	2%	38	1%	44.033	20%
Nordeste	3.548	2%	1.086	2%	44	1%	4.678	2%
Norte	1.598	1%	862	2%	3.485	94%	5.945	3%
Sudeste	11.538	7%	40.712	87%	132	4%	52.382	23%
Sul	112.995	65%	3.225	7%	-	0%	116.220	52%
Total	**172.868**	**100%**	**46.691**	**100%**	**3.699**	**100%**	**223.258**	**100%**

Líquido de Resseguro (*)
2022

Região geográfica	Rural	%	Garantia	%	Demais	%	Total	%
Centro-Oeste	6.478	25%	64	2%	10	1%	6.552	22%
Nordeste	532	2%	75	2%	11	1%	618	2%
Norte	240	1%	51	2%	888	94%	1.179	4%
Sudeste	1.731	7%	2.897	86%	35	4%	4.663	15%
Sul	16.935	65%	264	8%	-	0%	17.199	57%
Total	**25.916**	**100%**	**3.351**	**100%**	**944**	**100%**	**30.211**	**100%**

Prêmio Emitido (*)
2021

Região geográfica	Rural	%	Garantia	%	Demais	%	Total	%
Centro-Oeste	71.884	19%	711	3%	-	0%	72.595	18%
Nordeste	2.126	1%	1.644	7%	-	0%	3.770	1%
Norte	1.270	0%	223	1%	-	0%	1.493	0%
Sudeste	17.378	5%	20.138	81%	3.057	95%	40.573	10%
Sul	291.670	76%	2.072	8%	164	5%	293.906	71%
Total	**384.328**	**100%**	**24.788**	**100%**	**3.221**	**100%**	**412.337**	**100%**

Líquido de Resseguro (*)
2021

Região geográfica	Rural	%	Garantia	%	Demais	%	Total	%
Centro-Oeste	10.876	19%	58	3%	-	0%	10.934	18%
Nordeste	317	1%	138	7%	-	0%	455	1%
Norte	190	0%	14	1%	-	0%	204	0%
Sudeste	3.470	6%	1.621	82%	794	96%	5.885	10%
Sul	42.397	74%	152	8%	37	4%	42.586	71%
Total	**57.250**	**100%**	**1.983**	**100%**	**831**	**100%**	**60.064**	**100%**

(*) Não foi considerado o montante de R$ 424 (R$ 6.517 em 2021) relativo aos saldos de cosseguros aceitos, cosseguros cedidos e prêmios de riscos vigentes e não emitidos.

4.3. Risco de liquidez - O Grupo define como risco de liquidez: "o risco de que recursos financeiros líquidos e suficientes não sejam mantidos para atender os passivos em seu vencimento". Nosso risco de liquidez é endereçado pela Política de Investimentos. Todas as nossas aplicações financeiras estão classificadas contabilmente como em valor justo por meio do resultado.

Fluxos de caixa contratuais não descontados em 31 de dezembro 2022

	Companhia		
	0 - 1 ano	**1 - 5 anos**	**Total**
Caixa, bancos e equivalentes de caixa	18	-	18
Total de ativos financeiros	18	-	18
Passivos financeiros			
Contas a pagar	1.353	-	1.353
Total de passivos financeiros	1.353	-	1.353

	Consolidado		
	0 - 1 ano	**1 - 5 anos**	**Total**
Ativos financeiros valor justo por meio do resultado	58.942	-	58.942
Créditos das operações com seguros e resseguros	56.146	9.152	65.298
Caixa, bancos e equivalentes de caixa	1.595	-	1.595
Ativos de contratos de resseguro	77.496	16.253	93.749
Total de ativos financeiros	194.179	25.405	219.584
Passivos financeiros			
Contas a pagar	5.293	-	5.293
Débitos das operações com seguros e resseguros	50.568	-	50.568
Passivos de contratos de seguro	105.624	28.974	134.598
Total de passivos financeiros	161.485	28.974	190.459

Fluxos de caixa contratuais não descontados em 31 de dezembro 2021

	Companhia		
	0 - 1 ano	**1 - 5 anos**	**Total**
Caixa, bancos e equivalentes de caixa	65	-	65
Total de ativos financeiros	65	-	65
Passivos financeiros			
Contas a pagar	1.448	-	1.448
Total de passivos financeiros	1.448	-	1.448

	Consolidado		
	0 - 1 ano	**1 - 5 anos**	**Total**
Ativos financeiros valor justo por meio do resultado	150.250	-	150.250
Créditos das operações com seguros e resseguros	58.259	-	58.259
Caixa, bancos e equivalentes de caixa	8.463	-	8.463
Ativos de contratos de resseguro	275.094	9.376	284.470
Total de ativos financeiros	492.066	9.376	501.443
Passivos financeiros			
Contas a pagar	4.096	-	4.096
Débitos das operações com seguros e resseguros	118.775	-	118.775
Passivos de contratos de seguro	358.299	15.147	373.446
Total de passivos financeiros	481.170	15.147	496.317

4.4. Risco de mercado - O Grupo define como risco de mercado: "a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de flutuações dos mercados financeiros que causam mudanças na avaliação econômica de ativos e passivos da NEWE." Nossa premissa básica de investimento, definida na Política de Investimento do Grupo, é a preservação do capital e a estabilidade das receitas financeiras, de forma que não haja limitações em nossa capacidade de subscrever o máximo de prêmios lucrativos de seguro, quando pudermos comercializar e administrar. A duração dos nossos investimentos deve corresponder as nossas saídas esperadas de caixa para cobrir os passivos e nossa meta de rentabilidade das aplicações financeiras é a taxa Selic. (a) **Critério de investimento:** De acordo com a política de investimento do Grupo, só há investimentos em títulos do tesouro direto seja diretamente ou indiretamente por meio de fundo de investimento não exclusivo. Nossos investimentos são reconhecidos contabilmente pelo seu valor de mercado. (b) **Critérios de custódia:** Depositamos em fundos com instituições financeiras que possuam classificação de risco "AAA", de acordo com as principais agências de *rating*. **4.5. Risco de crédito -** Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro, como consequências de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais com a Seguradora. Para o Grupo, as principais contrapartes em Crédito são resseguradoras. A Controlada utiliza contratos de resseguro com o intuito de aumentar sua capacidade de produção e com o objetivo de pulverização de risco em linha com as melhores práticas do mercado de seguros internacionais. Os contratos de resseguro buscam a recuperação de parte ou da totalidade dos sinistros de acordo com a política de aceitação de risco definida (subscrição). A Controlada cederá negócios preferencialmente a empresas que possuem classificação "A" ou acima, segundo os critérios da Standards & Poor's ou o equivalente nas outras agências de classificação. Somente é permitida a possibilidade de compra de proteção com sociedades supervisionadas pela SUSEP e regularmente constituídas, de acordo com as regras e normas vigentes. O programa de resseguro será composto por contratos proporcionais. Adicionalmente, contratos não proporcionais, como, por exemplo, em base de excesso de danos, por risco e por evento, serão utilizados para complementar a proteção oferecida pelos contratos proporcionais e proteger as carteiras e/ou classes com alta volatilidade na sinistralidade. A Controlada buscará sempre a contratação de um *Stop Loss* para o ramo 1101 – Rural devido à alta volatilidade apresentada pelo negócio, protegendo assim o patrimônio líquido e trazendo previsibilidade para as projeções financeiras. Para novas resseguradoras, deverá ser considerado um mínimo de R$ 750 milhões de capital (no nível do Grupo) e excedente e ser avaliadas como "A" ou melhor, a menos que as exposições sejam totalmente garantidas. Havendo um relacionamento existente com um ressegurador que não atenda aos critérios acima, isso é permitido, desde que haja um plano de longo prazo para gerenciar a exposição para baixo. Para um ressegurador que não atende aos nossos requisitos mínimos, faz-se necessária a aprovação / renovação a cada renovação do programa de retrocessão.

A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros mantidos pela Companhia distribuídos por *rating* de crédito de acordo com a agência classificadora de risco *Moody's*. Os ativos classificados na categoria "sem *rating*" compreendem substancialmente valores a serem recebidos de estipulantes que não possuem *rating* de créditos individuais.

Companhia
2022

Composição da carteira por classe e categoria contábil	S&P			AM Best				Fitch			Moody's		
	A-	**A+**	**AA**	**A++**	**A+**	**A**	**B++**	**A-**	**BBB+**	**AA-**	**Aa3**	**Sem *rating***	**Saldo contábil**
Caixa, bancos e equivalentes de caixa											18		18
Valor justo por meio de resultados													
Exposição máxima ao risco de crédito											18		18

Consolidado
2022

Composição da carteira por classe e categoria contábil	S&P			AM Best				Fitch			Moody's		
	A-	**A+**	**AA**	**A++**	**A+**	**A**	**B++**	**A-**	**BBB+**	**AA-**	**Aa3**	**Sem *rating***	**Saldo contábil**
Caixa, bancos e equivalentes de caixa											1.595		1.595
Valor justo por meio de resultados													
Quotas de fundos de investimentos (*)											58.942		58.942
Prêmios a receber												34.219	34.219
Sinistros pagos e não recuperados	113	14.043	10	7	44	7.357	479	18	2.411	1.406		4.680	30.568
Sinistros resseguro PSL	122	15.063	11	8	48	7.891	514	19	2.586	1.508		5.020	32.790
IBNER												10.081	10.081
Exposição máxima ao risco de crédito	235	29.106	21	15	92	15.248	993	37	4.997	2.914	60.537	53.999	168.195

Companhia
2021

Composição da carteira por classe e categoria contábil	S&P		AM Best			Moody's		
	A-	**A+**	**A+**	**A**	**B++**	**Ba3**	**Sem *rating***	**Saldo contábil**
Caixa, bancos e equivalentes de caixa						65		65
Valor justo por meio de resultados								
Exposição máxima ao risco de crédito						65		65

Consolidado
2021

Composição da carteira por classe e categoria contábil	S&P		AM Best			Moody's		
	A-	**A+**	**A+**	**A**	**B++**	**Ba3**	**Sem *rating***	**Saldo contábil**
Caixa, bancos e equivalentes de caixa						8.463		8.463
Valor justo por meio de resultados								
Quotas de fundos de investimentos (*)						150.250		150.250
Prêmios a receber							13.361	13.361
Sinistros pagos e não recuperados	2.203	16.424	59	10.276	380		8.116	37.458
Sinistros resseguro PSL	5.261	39.213	140	24.534	906		19.378	89.432
IBNER							63.126	63.126
Exposição máxima ao risco de crédito	7.464	55.637	199	34.810	1.286	158.713	103.981	362.090

(*) Trata-se de fundos de investimentos não exclusivos em que a Companhia não possui as informações detalhadas acerca do risco de crédito dos títulos que compõem a carteira do fundo de investimento, desta forma, a Companhia indicou o *rating* da instituição financeira gestora do fundo. Adicionalmente, o fundo investe 100% do seu patrimônio em títulos públicos.

5. Caixa, bancos e equivalentes de caixa

	Companhia	
	2022	**2021**
Contas bancárias	18	65
	18	65

	Consolidada	
	2022	**2021**
Contas bancárias	1.521	8.035
Equivalentes de caixa	73	429
	1.594	8.464

São considerados equivalentes de caixa as aplicações em operações compromissadas lastreadas em CDB.

6. Aplicações financeiras

6.1. Composição das aplicações financeiras

	Consolidado 2022			
	Custo atualizado	**Valor de mercado/ contábil**	**% Aplicado**	**% Taxa de juros anual contratada**
Cotas de fundos de investimentos	11.864	11.864	20,13%	% CDI
Cotas de fundos de investimentos	9.265	9.265	15,72%	IMA-B
Cotas de fundos de investimentos	37.814	37.814	64,15%	% CDI
Total títulos valor justo por meio de resultado (*)	58.942	58.942	100%	
Total das aplicações financeiras (*)	58.942	58.942	100%	
Total classificado no ativo circulante	58.942	58.942	100%	

	Consolidado 2021			
	Custo atualizado	**Valor de mercado/ contábil**	**% Aplicado**	**% Taxa de juros anual contratada**
Cotas de fundos de investimentos	23.726	23.726	15,79%	% CDI
Cotas de fundos de investimentos	8.660	8.660	5,76%	IMA-B
Cotas de fundos de investimentos	117.864	117.864	78,45%	% CDI
Total títulos valor justo por meio de resultado (*)	150.250	150.250	100%	
Total das aplicações financeiras (*)	150.250	150.250	100%	
Total classificado no ativo circulante	150.250	150.250	100%	

(*) Saldo composto por investimentos em títulos públicos federais vinculados à cobertura de provisões técnicas custodiados pelo Banco Itaú.

6.2. Movimentação das aplicações financeiras	**Cotas**	**Total**
Saldo em 31/12/2020	83.422	83.422
Aplicações	244.739	244.739
Resgates	(183.932)	(183.932)
Rendimentos	6.021	6.021
Saldo em 31/12/2021	150.250	150.250
Aplicações	426.221	426.221
Resgates	(527.901)	(527.901)
Rendimentos	10.372	10.372
Saldo em 31/12/2022	58.942	58.942

6.3. Hierarquia de valor justo de instrumentos financeiros - De acordo com o CPC nº 40 (R1), os instrumentos financeiros devem ser classificados por níveis de hierarquia, sendo: **Nível 1 -** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos; **Nível 2 -** Classificado quando se utiliza uma metodologia de precificação do ativo com base em dados de mercado e quando todos esses dados são observáveis no mercado aberto; e **Nível 3 -** Ativo ou passivo que não é calculado com base em dados observáveis do mercado (fato não observável). A tabela a seguir apresenta a classificação dos instrumentos financeiros detidos pela Companhia mensurados ao valor justo e de acordo com o nível de hierarquia:

	2022		2021	
Títulos	**Nível 1**	**Total**	**Nível 1**	**Total**
Valor justo por meio do resultado				
Cotas de Fundos de Investimentos	58.942	58.942	150.250	150.250
	58.942	58.942	150.250	150.250

Não houve transferência entre níveis em 2022 e 2021.

7. Créditos das operações de seguros e resseguros: Compreende os prêmios a receber oriundos de contratos de seguros e sinistros pagos a recuperar de resseguradoras.

7.1. Composição dos prêmios a receber por ramo

	2022	2021
Grupo de ramo	**Total de prêmios a receber**	**Total de prêmios a receber**
Rural	7.017	4.418
Garantia	27.358	7.540
Responsabilidades	1.044	432
RVNE	2.350	2.927
RVR - Prêmios a receber	(3.550)	(1.956)
Total	34.219	13.361
Circulante	25.067	13.361
Não Circulante	9.152	-

7.2. Composição de sinistros pagos a recuperar de resseguradoras

	2022			2021		
Grupo de ramo	**Ressegurador local**	**Ressegurador eventual**	**Ressegurador admitido**	**Ressegurador local**	**Ressegurador eventual**	**Ressegurador admitido**
Rural	2.849	8.925	15.129	8.688	1.268	23.937
Total	2.849	8.925	15.129	8.688	1.268	23.937
Circulante	2.849	8.925	15.129	8.688	1.268	23.937

(Continua...)

(...continuação)

7.3. Movimentação de prêmios a receber

	Prêmios a receber
Saldo em 31/12/2020	19.408
Emissões	488.456
Cancelamentos	(41.110)
Restituídos	(34.137)
RVNE	(7.390)
Recebimentos	(409.910)
Redução ao valor recuperável	(825)
Saldo em 31/12/2021	13.361
Emissões	276.469
Cancelamentos	(24.394)
Restituídos	(28.666)
RVNE	(577)
Recebimentos	(201.343)
Redução ao valor recuperável	(1.595)
Saldo em 31/12/2022	34.219

7.4. *Aging* de créditos das operações de seguros e resseguros

a. Prêmios a receber	2022	2021
Sem vencimento (*)	2.350	2.927
A vencer até 30 dias	7.667	3.157
A vencer de 31 a 60 dias	2.360	2.068
A vencer de 61 a 120 dias	4.060	2.003
A vencer de 121 a 180 dias	2.082	508
A vencer de 181 a 365 dias	4.099	197
A vencer acima de 365 dias	9.152	181
	29.420	8.114
Vencidos até 30 dias	964	1.425
Vencidos de 31 a 60 dias	887	301
Vencidos de 61 a 120 dias	647	772
Vencidos de 121 a 180 dias	1.065	373
Vencidos de 181 a 365 dias	535	356
Vencidos acima de 365 dias	1.900	1.049
	5.998	4.276
Prêmios a receber	37.768	15.317
Redução ao valor recuperável	(3.550)	(1.956)
Saldo	34.219	13.361

(*) Saldo referente a RVNE.

b. Sinistros pagos	2022	2021
Reconhecidos em até 30 dias	5.149	30.588
Reconhecidos entre 31 e 60 dias	4.030	2.580
Reconhecidos entre 61 e 120 dias	9.009	725
Reconhecidos entre 121 e 180 dias	6.320	-
Reconhecidos entre 181 e 365 dias	2.156	-
Reconhecidos acima de 365 dias	33	-
	26.697	33.893
Redução ao valor recuperável	-	-
Saldo	26.697	33.893

8. Títulos e créditos a receber

8.1. Créditos e débitos tributários e previdenciários

Composição dos créditos tributários	Companhia	
Circulante	**2022**	**2021**
Créditos tributários		
Imposto de renda a compensar	-	78
Antecipação de imposto de renda	-	153
Antecipação de contribuição social	-	58
Antecipação de imposto de renda - Saldo negativo	189	-
Antecipação de contribuição social - Saldo negativo	24	-
Total circulante	214	289
Total	214	289

	Consolidado	
Circulante	**2022**	**2021**
Créditos tributários		
Imposto de renda a compensar	2.289	79
Contribuição social a compensar	11	-
Antecipação de imposto de renda	30	2.012
Antecipação de contribuição social	30	1.577
Antecipação de imposto de renda - Saldo negativo	189	-
Antecipação de contribuição social - Saldo negativo	24	-
COFINS a recuperar	-	379
PIS a recuperar	-	39
Total circulante	2.574	4.657
Não circulante		
Imposto de renda diferido sobre:		
Prejuízos fiscais (a)	7.498	6.826
Diferenças temporais	177	128
Contribuição social diferida sobre:	-	-

	Consolidado	
	2022	**2021**
Bases negativas (a)	4.499	4.096
Diferenças temporais	106	77
COFINS diferido (b)	216	-
PIS diferido (b)	35	-
Total não circulante	12.531	11.127
Total	15.105	15.784

O Grupo constitui créditos tributários em 2019 no montante de R$ 12.306. Tal constituição foi possível devido ao estudo realizado pelo Grupo onde demonstra possuir lucros tributáveis nos próximos anos de operação em consonância com a Circular SUSEP nº 678/22 . No quadro abaixo, destacamos que em 4 anos iremos compensar 100% do total dos créditos tributários:

	2023	2024	2025	2026
Lucros tributários futuros	663	29.244	44.917	59.843
Compensação créditos tributáveis (30%)	79	3.509	5.390	2.084
% Consumido	11,34%	40%	83,18%	100,00%

Conforme observado no quadro acima, o Grupo estima um crescimento no lucro tributável para 2024. Tivemos no final de 2022, a entrada de um novo investidor no quadro societário da Controlada que resultará em um aumento de capital de R$ 40,3 milhões, sendo R$ 21,6 milhões já integralizados em 2022 e o restante programados para serem integralizados ao final do primeiro semestre de 2023. Além da importância do aumento de capital da Controlada, a entrada desse novo sócio tem um grande peso estratégico, pois trata-se de um fundo de investimento com foco no impacto social e com operações ao redor do mundo. O ano de 2023 será um ano de investimento e desenvolvimento de novos produtos, enquanto em 2024, o Grupo estima o crescimento da produção com a comercialização em massa dos novos produtos e o amadurecimento da nossa carteira do ramo garantia. Importante destacar que o ramo Garantia, por seus riscos terem uma vigência longa, o resultado demora a amadurecer e somente em 2024 teremos um montante considerável de prêmio ganho, apesar de já termos emitidos montantes expressivos em 2021 e 2022. (a) A Controlada reconhece contabilmente, desde o primeiro trimestre de 2022, os créditos tributários de PIS e COFINS originários das provisões de sinistros, deduzidas as provisões para recuperações de sinistros. Para fins de apuração das bases de cálculo dessas contribuições os valores somente são dedutíveis quando pagos ou recebidos. As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%.

8.2. Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

Movimentação do ativo diferido	**IR**	**CS**
Saldo em 31/12/2020	7.303	4.381
Prejuízo fiscal e base negativa	(411)	(247)
Ajustes temporais	62	37
Saldo em 31/12/2021	6.954	4.172
Prejuízo fiscal e base negativa	672	403
Ajustes temporais	49	29
Saldo em 31/12/2022	7.675	4.604

9. Custos de aquisição diferidos

9.1. Composição dos custos de aquisição diferidos

Grupo de ramo	2022	2021
Responsabilidade	1.196	649
Garantia	13.023	6.112
Rural	2.461	16.039
Total	16.680	22.800
Circulante	9.788	19.387
Não circulante	6.892	3.413

9.2. Movimentação dos custos de aquisição diferidos

Saldo em 31/12/2020	11.745
Constituição	55.955
Amortização	(44.900)
Saldo em 31/12/2021	22.800
Constituição	31.770
Amortização	(37.891)
Saldo em 31/12/2022	**16.680**

As despesas de comercialização são as comissões de corretagem registradas quando da aceitação dos contratos de seguros e apropriadas ao resultado, de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. As despesas de comercialização são apropriadas ao resultado, de acordo com o prazo de vigência dos contratos, ao longo do período de risco. **10. Investimentos:** As movimentações dos investimentos estão demonstradas a seguir:

	Saldo em 31/12/2021	Adições / baixas (a)	JSCP	Resgate de quotas	Saldo em 31/12/2022
NEWE Seguros	40.393	6.697	-		47.090
Total	**40.393**	**6.697**	**-**	**-**	**47.090**

(a) Impacto do aumento de capital, conforme nota 3.10.

Os principais saldos da Controlada estão demonstrados abaixo:

Ano	Controlada	Participação acionária	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Lucro líquido
2020	NEWE Seguros S.A.	88,55%	175.941	15.319	149.156	2.740	39.364	3.477,53
2021	NEWE Seguros S.A.	85,55%	441.589	24.155	412.393	12.958	40.393	2.362,13
2022	NEWE Seguros S.A.	69,62%	144.059	34.803	111.600	20.172	47.090	(819)

11. Imobilizado

	Companhia		
	Taxa anual de depreciação	2022	2021
Informática	20%	6	6
		6	6
Depreciação / Amortização acumulada		(3)	(2)
Total		3	4

Consolidado	Taxa anual de depreciação	2022	2021
Móveis e utensílios	10%	367	413
Informática	20%	886	882
Benfeitorias em imóveis de terceiros (*)	33%	696	622
		1.949	1.917
Depreciação / Amortização acumulada		(1.333)	(1.188)
Total		616	729

(*) Amortização calculada conforme o prazo do contrato de aluguel (36 meses).

Demonstramos a seguir a movimentação do ativo imobilizado:

	Companhia			
	Saldos iniciais	Aquisições/ transferências	Depreciação/ amortização	Saldos finais
Informática	6	-	(2)	4
Exercício findo em 31/12/2022	**6**	**-**	**(2)**	**4**
Exercício findo em 31/12/2021	**6**	**-**	**(2)**	**4**

	Consolidado			
	Saldos iniciais	Aquisições/ transferências	Depreciação/ amortização	Saldos finais
Móveis e utensílios	413	(46)	(171)	196
Informática	882	4	(539)	347
Benfeitorias em imóveis de terceiros	622	74	(622)	75
Exercício findo em 31/12/2022	**1.917**	**33**	**(1.332)**	**618**
Exercício findo em 31/12/2021	**1.555**	**361**	**(1.188)**	**729**

12. Intangível: Demonstramos a seguir a movimentação do ativo intangível:

	Saldos iniciais	Aquisições	Amortizações	Saldos finais
Software	4.858	2.164	(2.620)	4.402
Exercício findo em 31/12/2022	4.858	2.164	(2.620)	4.402
Exercício findo em 31/12/2021	**2.516**	**2.341**	**(1.442)**	**3.416**

13. Contas a pagar: O saldo de contas a pagar é composto por:

13.1. Obrigações a pagar	Consolidado	
	2022	**2021**
Fornecedores	2.124	270
Provisão para participações nos lucros / bônus	-	400
Subtotal	2.124	670

13.2. Impostos e encargos sociais a recolher	Consolidado	
	2022	**2021**
Imposto de renda retido de funcionários	115	96
Impostos retidos de terceiros	131	96
Contribuições para o FGTS	81	42
Outros impostos retidos de terceiros	382	207
Subtotal	709	441

13.3. Encargos trabalhistas	Consolidado	
	2022	**2021**
Férias e 13º salário a pagar	731	848
Encargos sobre férias e 13º salário	250	331
Subtotal	981	1.179

13.4. Impostos e contribuições	Companhia	
	2022	**2021**
Impostos e contribuições	-	94
Subtotal	-	94

	Consolidado	
	2022	**2021**
Impostos e contribuições	-	336
Subtotal	-	336

13.5. Outras contas a pagar	Companhia	
	2022	**2021**
Outras contas a pagar	1.353	1.353
Subtotal	1.353	1.353
Total geral nota 13	1.353	1.353

	Consolidado	
	2022	**2021**
Outras contas a pagar	1.353	1.353
Subtotal	1.353	1.353
Total geral nota 13	5.292	4.097

14. Débitos de operações de seguros e resseguros: Estão classificadas neste Grupo as operações de prêmios cedidos em resseguro, comissões de corretagem a pagar, adiantamentos de sinistros a pagar e prêmios a restituir. Os prêmios cedidos em resseguros são oriundos de contratos de resseguros para dar proteção aos contratos de seguros com cobertura para riscos do ramo Rural e Garantia. As comissões de corretagem a pagar são oriundas de contratos de seguros intermediados por corretoras de seguros. Os adiantamentos de sinistros a pagar são oriundos de antecipações de recuperações de sinistros que ainda não foram liquidados financeiramente pela Controlada. Os prêmios a restituir são oriundos de restituições de prêmios decorrentes dos pedidos de cancelamentos e/ou endossos das apólices emitidas.

14.1. Composição dos prêmios cedidos em resseguro a pagar

Grupo de ramo	2022	2021
Responsabilidade	677	455
Rural	14.899	41.319
Garantia	24.622	9.181
RVNE	1.302	1.600
Total	41.500	52.555
Circulante	41.500	52.555

14.2. Movimentação dos prêmios cedidos em resseguro

Prêmios cedidos em resseguro	
Saldo em 31/12/2020	43.038
Emissões (líquidas dos custos de aquisição)	231.536
Pagamentos	(218.724)
RVNE	(3.295)
Saldo em 31/12/2021	52.555
Emissões (líquidas dos custos de aquisição)	134.233
Pagamentos	(144.989)
RVNE	(299)
Saldo em 31/12/2022	41.500

14.3. Composição dos corretores de seguros e resseguros

Grupo de ramo	2022	2021
Responsabilidade	286	113
Rural	183	114
Garantia	6.464	2.634
Total	6.933	2.861
Circulante	6.933	2.861

14.4. Adiantamento de sinistros a pagar

Grupo de ramo	2022	2021
Rural (a)	-	57.194
Total	-	57.194
Circulante	-	57.194

(a) Trata-se dos "*cash call*" recebidos em dezembro de 2021 relativos a sinistros da safra de inverno que foram pagos em 2022.

14.5. Prêmios a restituir

Grupo de ramo	2022	2021
Rural	1.459	5.346
Responsabilidade	640	751
Garantia	36	65
Total	**2.135**	**6.162**
Circulante	2.135	6.162

15. Provisões técnicas - resseguradoras

15.1. Ativos de resseguro

	Consolidado				
	2022				
Grupo de ramo	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Provisão de despesas relacionadas (PDR)	Total das provisões técnicas
Responsabilidade	3.245	-	772	-	4.017
Garantia	30.083	6.806	1.365	-	38.254
Rural	17.553	22.824	7.944	3.157	51.478
Total	50.881	29.630	10.081	3.157	93.749
Total classificado no ativo circulante	34.628	29.630	10.081	3.157	77.496
Total classificado no ativo não circulante	16.253	-	-	-	16.253

	2021				
Grupo de ramo	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Provisão de despesas relacionadas (PDR)	Total das provisões técnicas
Responsabilidade	1.872	-	276	-	2.148
Garantia	15.028	-	1.696	-	16.724
Rural	57.819	140.904	61.154	5.722	265.599
Total	74.719	140.904	63.126	5.722	284.471
Total classificado no ativo circulante	65.343	140.904	63.126	5.722	275.094
Total classificado no ativo não circulante	9.376	-	-	-	9.376

15.2. Provisões técnicas

	Consolidado				
	2022				
Grupo de ramo	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Provisão de despesas relacionadas (PDR)	Total das provisões técnicas
Responsabilidade	5.126	-	1.053	-	6.179
Garantia	54.938	7.828	1.466	-	64.232
Rural	26.140	25.021	9.346	3.681	64.188
Total	86.204	32.849	11.865	3.681	134.599
Total classificado no passivo circulante	57.230	32.849	11.865	3.681	105.625
Total classificado no passivo não circulante	28.974	-	-	-	28.974

	2021				
Grupo de ramo	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Provisão de despesas relacionadas (PDR)	Total das provisões técnicas
Responsabilidade	2.935	-	389	-	3.324
Garantia	26.887	-	1.853	-	28.740
Rural	99.390	163.427	71.946	6.618	341.381
Total	129.212	163.427	74.188	6.618	373.445
Total classificado no passivo circulante	114.065	163.427	74.188	6.618	358.299
Total classificado no passivo não circulante	15.147	-	-	-	15.147

15.3. Movimentação das provisões técnicas

	Consolidado				
	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Provisão de despesas relacionadas (PDR)	Total das provisões técnicas
Saldo em 31 de dezembro de 2020	74.459	14.704	20.972	3.432	100.450
(+) Prêmio emitido	405.819	-	-	-	405.819
(-) Prêmio ganho	(351.066)	-	-	-	(351.066)
(+) Aviso / Reversão de sinistro	-	640.076	-	-	640.076
(+) Aviso / Reversão de sinistro judicial	-	2.517	-	-	2.517
(-) Pagamento de sinistro	-	(495.857)	-	-	(495.857)
(-) Pagamento de sinistro judicial	-	(226)	-	-	(226)
(+) Atualização monetária	-	2.213	-	-	2.213
(+/-) Constituição / Reversão IBNR	-	-	53.216	-	53.216
(+/-) Constituição / Reversão PDR	-	-	-	14.787	14.787
(-) Pagamento de PDR	-	-	-	(11.600)	(11.600)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	129.212	163.427	74.188	6.619	360.329

	Consolidado				
	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Provisão de despesas relacionadas (PDR)	Total das provisões técnicas
(+) Prêmio emitido	222.832	-	-	-	222.832
(-) Prêmio ganho	(265.840)	-	-	-	(265.840)
(+) Aviso / Reversão de sinistro	-	608.784	-	-	608.784
(+) Aviso / Reversão de sinistro judicial	-	(274)	-	-	(274)
(-) Pagamento de sinistro	-	(735.187)	-	-	(735.187)
(-) Pagamento de sinistro judicial	-	(797)	-	-	(797)
(+) Atualização monetária	-	(3.104)	-	-	(3.104)
(+/-) Constituição / Reversão IBNR	-	-	(62.323)	-	(62.323)
(+/-) Constituição / Reversão PDR	-	-	-	10.619	10.619
(-) Pagamento de PDR	-	-	-	(13.557)	(13.557)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	86.204	32.849	11.865	3.681	134.599

15.4. Movimentação de ativos de resseguro - provisões técnicas

	Consolidado				
	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Provisão de despesas relacionadas (PDR)	Total das provisões técnicas
Saldo em 31 de dezembro de 2020	36.985	12.725	15.721	2.942	68.374
(+) Prêmio cedido	228.241	-	-	-	228.241
(-) Prêmio ganho cedido	(190.507)	-	-	-	(190.507)
(+) Aviso de sinistro	-	575.058	-	-	575.058
(+) Aviso / Reversão de sinistro judicial	-	2.124	-	-	2.124
(-) Sinistros recuperados	-	(417.950)	-	-	(417.950)
(-) Sinistros recuperados judiciais	-	(192)	-	-	(192)
(-) Sinistros pagos e não recuperados	-	(33.893)	-	-	(33.893)
(+) Atualização monetária	-	3.032	-	-	3.032
(+/-) Constituição / Reversão IBNR	-	-	47.405	-	47.405
(+/-) Constituição / Reversão PDR	-	-	-	12.483	12.483
(-) PDR recuperada	-	-	-	9.703	(9.703)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	74.719	140.904	63.126	5.722	284.471
(+) Prêmio cedido	133.934	-	-	-	133.934
(-) Prêmio ganho cedido	(157.772)	-	-	-	(157.772)
(+) Aviso de sinistro	-	(557.907)	-	-	(557.907)
(+) Aviso / Reversão de sinistro judicial	-	752	-	-	752
(-) Sinistros recuperados	-	477.911	-	-	477.911
(-) Sinistros recuperados judiciais	-	(677)	-	-	(677)
(-) Sinistros pagos e não recuperados	-	(26.903)	-	-	(26.903)
(+) Atualização monetária	-	(4.449)	-	-	(4.449)
(+/-) Constituição / Reversão IBNR	-	-	(53.045)	-	(53.045)
(+/-) Constituição / Reversão PDR	-	-	-	8.961	8.961
(-) PDR recuperada	-	-	-	11.527	11.527
Saldo em 31 de dezembro de 2022	50.881	29.631	10.081	3.157	93.750

15.5. Desenvolvimento de sinistros

	Consolidado						
Montante estimado para os sinistros	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
No ano do aviso	28	43.643	43.789	38.444	643.376	451.537	-
Um ano após o aviso	187	74.079	44.331	38.509	810.274	-	-
Dois anos após o aviso	187	75.313	44.716	37.158	-	-	-
Três anos após o aviso	187	76.878	43.012	-	-	-	-
Quatro anos após o aviso	187	69.492	-	-	-	-	-
Cinco anos ou mais após o aviso	187	-	-	-	-	-	-
Estimativa dos sinistros na data-base (Dez/2022)	187	69.492	43.012	37.158	810.274	451.537	1.411.659
Pagamentos de sinistros efetuados	(187)	(68.631)	(42.442)	(36.479)	(803.972)	(427.099)	(1.378.810)
Provisão de sinistros a liquidar	-	860	570	678	6.302	24.438	32.849
Resseguro							(29.631)
Provisões líquidas de resseguros							3.219

16. Garantia de provisões técnicas

	Consolidado
	2022
Total de provisões técnicas a serem cobertas	134.598
(-) Ativo redutor de PPNG	(24.022)
(-) Direitos creditórios	(29.089)
(-) DAC Redutora	(9.004)
(-) Recuperação de provisões técnicas de sinistros de resseguro (PSL, IBNR, PDR)	(42.869)
Total a ser coberto (B)	29.616
Total de ativos dados em garantia (A)	58.942
Excedente de ativos vinculados (A) - (B)	29.327

(Continua...)

(...continuação)

17. Provisões judiciais: Com exceção de uma única ação judicial tributária em que figura como autora, o Grupo possui somente ações judiciais de natureza cível discutindo contratos de seguro consubstanciados em apólices emitidas. **17.1. Processos cíveis:** Em 31 de dezembro a Controlada possuía 433 (quatrocentas e trinta e três) ações judiciais, decorrentes de sua atividade operacional de seguros, cujos valores estão sendo discutidos judicialmente. De acordo com a análise realizada com base na metodologia adotada pelo Grupo, o montante de perda estimada desses processos foi de R$ 9.881 (R$ 14.057 de 31/12/2021). a) Relacionados a sinistros – A Controlada possui as seguintes ações judiciais, segregadas segundo a sua natureza, probabilidade de perda, valores em risco e provisionados:

	2022 (Controlada)			
	Quantidade	**Valor em risco**	**Provisão de sinistro a liquidar judicial bruta**	**Provisão de sinistro a liquidar judicial de resseguro**
Provável	4	415	374	318
Possível	85	40.698	8.516	7.239
Remoto	335	134.167	990	842
Total	424	175.550	9.880	8.399

	2021 (Controlada)			
	Quantidade	**Valor em risco**	**Provisão de sinistro a liquidar judicial bruta**	**Provisão de sinistro a liquidar judicial de resseguro**
Provável	7	725	600	510
Possível	54	23.338	11.051	9.393
Remoto	31	5.639	672	571
Total	92	29.702	12.323	10.474

b) Não relacionados a sinistros – Em 31/12/2022, a Controlada possui 9 ações com probabilidade de perda possível com valor em risco no montante de R$ 418 (R$ 0 em 31/12/2021).

17.2. Impactos da atualização da metodologia da PSL Judicial: Em 2021, a metodologia utilizada pelo Controlada tinha como principal premissa o desenvolvimento de cenários sobre cada sinistro e para determinar a provisão a ser reconhecida calculava uma média ponderada dos cenários. Em 2022, em função de sentenças favoráveis na esfera judicial em especial do ramo agro e com o aumento da sua base de sinistros judiciais, a Controlada passou a mensurar a PSL Judicial individualmente para cada caso, observando-se a classificação de perda entre provável, possível e remoto, e definindo para cada classificação, um fator percentual de perda estimada a ser aplicado sobre o valor reclamado no processo judicial. O impacto resultante da mudança de metodologia foi de R$ 10.019 (R$ 5.911 líquido de impostos) sobre o resultado do exercício. **18. Patrimônio líquido: 18.1. Capital social -** Em 31/12/2022, o capital social subscrito e integralizado no valor de R$ 15.510 (R$15.510 em 31/12/2021) está dividido em 15.510 (15.510 em 31/12/2021) quotas nominais.

19. Adequação de capital

	Controlada 2022
Patrimônio Líquido (a)	67.638
Despesas antecipadas	(151)
Créditos tributários - prejuízos fiscais IR / bases negativas de contribuição social (-)	(11.997)
Ativos intangíveis	(4.402)
1. Ajustes contábeis (b)	(16.551)
Superávit entre as provisões e fluxo realista de prêmios/contribuições registradas	4.757
2. Ajustes associados à variação dos valores econômicos (c)	4.757
PLA - nível I (*)	50.804
PLA - nível II	4.757
PLA - nível III	283
Subtotal PLA - nível (d)	55.844
Limitador CMR - PLA nível I	-
Limitador CMR - PLA nível II	-
Limitador CMR - PLA nível III	-
Subtotal PLA - limitador (e)	55.844
3. Ajustes do excesso de PLA de Nível 2 e PLA de nível 3 (f = e - d)	-
4. PLA (Total) = PL + Ajus. cont. + Ajus. Econ. + Ajus. do Exc. de Nível 2 e 3 (g = a+b+c+f)	55.844
5. Capital mínimo requerido	24.986
Capital-base (CB)	8.100
Capital de risco (subscrição, crédito, mercado e operacional) (CR)	24.986
Capital de risco de subscrição	18.780
Capital de risco de crédito	5.184
Capital de risco operacional	1.781
Capital de risco de mercado	3.877
Benefício de diversificação	(4.636)
Capital mínimo requerido (h)	24.986
Suficiência de capital (i = g - h)	30.858
Suficiência de capital (i / h)	124%
Índice de solvência (j = g / h)	224%

20. Índices Operacionais

	Consolidado 2022				
Grupo de ramo	**Prêmio emitido**	**Variação das provisões técnicas**	**Prêmio ganho**	**Sinistralidade (%)**	**Comercialização (%)**
Responsabilidade	3.858	(2.191)	1.667	40,6%	13,8%
Garantia	46.346	(28.051)	18.295	60,2%	23,4%
Rural	172.629	73.250	245.878	222,1%	13,5%
Total	222.833	43.008	265.840	209,3%	14,2%

	2021				
Grupo de ramo	**Prêmio emitido**	**Variação das provisões técnicas**	**Prêmio ganho**	**Sinistralidade (%)**	**Comercialização (%)**
Responsabilidade	3.161	2.100	1.061	34,9%	16,7%
Garantia	27.203	18.041	9.163	32,3%	20,9%
Rural	375.454	34.612	340.842	207,8%	13,8%
Total	405.818	54.753	351.066	202,3%	14,0%

Abaixo demonstramos a composição dos prêmios emitidos líquidos de resseguro:

	Consolidado 2022				
Grupo de ramo	**Prêmio emitido**	**Prêmio de resseguro (a)**	**Prêmio líquido de resseguro**	**Percentual de retenção (%)**	**Percentual cedido (%)**
Responsabilidade	3.858	(2.869)	988	8,5%	74,4%
Garantia	46.346	(43.273)	3.073	7,2%	93,4%
Rural	172.629	(146.752)	25.876	15,0%	85,0%
Total	222.833	(192.894)	29.937	13,4%	86,6%

	2021				
Grupo de ramo	**Prêmio emitido**	**Prêmio de resseguro (a)**	**Prêmio líquido de resseguro**	**Percentual de retenção (%)**	**Percentual cedido (%)**
Responsabilidade	3.161	(2.347)	814	75,0%	74,3%
Garantia	27.203	(25.127)	2.076	10,2%	92,4%
Rural	375.454	(320.644)	54.810	14,6%	85,4%
Total	405.818	(348.118)	57.700	14,2%	85,8%

21. Detalhamento das contas da demonstração do resultado

21.1. Sinistros ocorridos

	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Indenizações avisadas (a)	(608.510)	(642.593)
Despesas com sinistros	(12.637)	(13.362)
Ressarcimentos	347	430
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	64.341	(54.637)
	(556.459)	(710.162)

21.2. Custos de aquisição

	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Despesas de comissão	(31.746)	(60.175)
Variação das despesas de comissão diferidas	(6.121)	11.056
	(37.867)	(49.119)

21.3. Resultado com resseguro

	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Recuperação com indenização de sinistro (a)	557.155	577.182
Constituição IBNER	-	-
Despesas com sinistros	10.677	11.165
Recuperação de sinistros ocorridos mas não avisados	(53.045)	47.405
Recuperação de despesas relacionadas ao IBNR	(1.715)	1.318
Prêmio de resseguro (líquido dos custos de aquisição)	(133.934)	(228.241)
Variação da provisão de prêmios não ganhos	(23.838)	37.734
Salvados e ressarcidos	(723)	-
Outros resultados com operações de resseguro	839	424
	355.416	446.986

(a) Montante refere-se em sua maioria à recuperação dos sinistros da seca na safra de verão 2021/2022.

21.4. Despesas administrativas

	Companhia 2022	Companhia 2021
Serviços de terceiros	(83)	(126)
Publicações e publicidade	-	255
Despesas administrativas diversas	(1)	(104)
	(84)	25

	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Pessoal próprio	(19.387)	(17.841)
Serviços de terceiros	(11.103)	(9.538)
Localização e funcionamento	(3.389)	(604)
Publicações e publicidade	128	(346)
Donativos e contribuições	(132)	(117)
Despesas administrativas diversas	(34)	(128)
	(33.917)	(28.574)

21.5. Despesas com tributos

	Companhia 2022	Companhia 2021
COFINS	(2)	(154)
PIS	-	(33)
Outros (a)	(2)	(3)
	(5)	(190)

	Consolidado 2022	Consolidado 2021
COFINS	530	(1.706)
PIS	86	(285)
Taxa de fiscalização	(1.662)	(799)
Outros (a)	(2.838)	(4.565)
	(3.884)	(7.355)

(a) Montante refere-se, principalmente, a despesas com tributos sobre importação para as operações de resseguro.

21.6. Resultado financeiro

	Companhia 2022	Companhia 2021
Receitas financeiras		
Rendimentos com títulos de renda fixa privado	63	6
Juros sobre capital próprio	-	2.019
	63	2.025
Despesas financeiras		
Juros sobre capital próprio	-	(2.433)
Outras despesas	(1)	(2)
	(1)	(2.435)
Resultado financeiro	62	(410)

	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Receitas financeiras		
Rendimentos com títulos de renda fixa privado	85	17
Rendimentos com cotas de fundos de investimentos	10.372	6.021
Juros sobre capital próprio	(3.867)	5.128
	6.590	11.166
Despesas financeiras		
Juros sobre capital próprio	-	(4.793)
Outras despesas	2.676	(2.546)
	2.676	(7.339)
Resultado financeiro	9.266	3.828

(a) Conforme descrito na nota explicativa 17. Em 2022 a Controlada adotou uma nova metodologia de provisionamento de seus sinistros judiciais.

22. Imposto de renda e contribuição social

Conciliação entre as alíquotas nominais e efetivas apuradas.

	Companhia IR 2022	IR 2021	CS 2022	CS 2021
Resultado antes dos impostos e participações	(26)	(607)	(26)	(576)
(-) Contribuição social sobre o lucro líquido	-	31	-	-
(Prejuízo) após as participações	(26)	(576)	(26)	(576)
Adições temporárias - provisões indedutíveis	-	314	-	314
Adições permanentes - despesas indedutíveis	-	609	-	609
Base de cálculo	(26)	347	(26)	347
(-) Compensação de prejuízo fiscal e base negativa	-	-	-	-
Base de cálculo após compensação	(26)	347	(26)	347
Imposto e contribuição do ano corrente	-	(63)	-	(31)
Imposto de renda e contribuição social	-	(63)	-	(31)
Alíquota efetiva de IR e CS corrente	0%	-18%	0%	-9%
Despesa de IR e CS diferido	-	-	-	-
Total da despesa de IR e CS	-	(63)	-	(31)

	Consolidado IR 2022	IR 2021	CS 2022	CS 2021
Resultado antes dos impostos e participações	(2.144)	3.815	(2.700)	4.823
(-) Contribuição social sobre o lucro líquido	(556)	1.008	-	-
(-) Participações sobre o lucro	-	(400)	-	(400)
(Prejuízo) após as participações	(2.700)	4.423	(2.700)	4.423
Adições temporárias - provisões indedutíveis	448	564	448	564
Adições permanentes - despesas indedutíveis	57	842	57	842
Exclusões temporárias - provisões indedutíveis	(251)	-	(251)	-
Base de cálculo	(2.447)	5.829	(2.447)	5.829
(-) Compensação de prejuízo fiscal e base negativa	-	(1.645)	-	(1.645)
Base de cálculo após compensação	(2.447)	4.184	(2.447)	4.184
Imposto e contribuição do ano corrente	-	(975)	-	(798)
Imposto e contribuição do ano anterior	221	-	124	-
	221	(975)	124	(798)
Imposto de renda e contribuição social				
Alíquota efetiva de IR e CS corrente	-9%	-23%	-5%	-19%
Diferenças temporárias	49	63	29	38
Prejuízo fiscal e base negativa	605	(411)	363	(247)
Prejuízo fiscal e base negativa exercício anterior	66	-	40	-
Despesa de IR e CS diferido	720	(349)	432	(209)
Total da despesa de IR e CS	941	(1.324)	556	(1.007)

(a) A Companhia optou por participação do benefício da Lei do Bem referente ao ano-calendário de 2021, trazendo assim uma reversão de despesas de IRPJ e CSLL no ano de 2022.

23. Benefícios a empregados: O Grupo oferece aos funcionários e diretores a possibilidade de aderir ao plano de aposentadoria complementar. O plano escolhido é o Plano Gerador de Benefícios Livre (PGBL), administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. e classificado na categoria de contribuição definida. As despesas com esse benefício registradas no resultado do exercício montam R$ 1.527 (R$ 1.071 em 2021). **24. Partes relacionadas:** Os saldos das transações com partes relacionadas são os seguintes: **24.1. Controladora:** A NEWE Seguros é controlada pela CBM Participações desde 30/10/2019, data que através da portaria nº 7.556, a SUSEP aprovou a mudança do controle acionário da antiga Markel Seguradora do Brasil S.A. Os saldos das transações com partes relacionadas são os seguintes:

a) Newe Seguros	**2022**	**2021**
Resultado		
Despesas financeiras		
Juros sobre capital próprio	-	(2.360)
	-	(2.360)

b) Acionistas	**2022**	**2021**
Contas a pagar		
Juros sobre capital próprio a pagar	-	1.353
Despesa financeira e dividendos		
Juros sobre capital próprio	-	(2.433)
Dividendos distribuídos	-	(1.089)
	-	(3.522)

25. Remuneração do pessoal-chave da Administração: A remuneração paga à diretoria executiva no período é de R$ 3.604 (R$ 5.421 em 31 de dezembro de 2021).

DIRETORIA: CARLOS ALBERTO CAPUTO - Diretor-Presidente
NORBERTO RAUL CAPUTO - Diretor Vice-Presidente
RODRIGO MOTRONI DE ALMEIDA - Diretor Vice-Presidente
Contador: VAGNER GONÇALVES DA ROCHA - CRC 112111/O-7
Atuário: DANIEL IESPA GARCIA - MIBA 2631

Santo Ivo Energética S.A.

CNPJ/MF nº 09.591.115/0001-72

Balanços Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em Milhares de Reais)*

Ativo	**2022**	**2021**	**Passivo**	**2022**	**2021**
Circulante			**Circulante**		
Caixa e equivalentes de caixa	**64**	115	Empréstimos e financiamentos		389
Contas a receber	**272**	–	Impostos e contribuições a recolher		55
Dividendos a receber	**297**	–	Dividendos a pagar	–	–
Empréstimos a receber	–	–	**Total do passivo circulante**	–	444
Impostos a recuperar	**361**	434	**Não circulante**		
Total do ativo circulante	**994**	549	Empréstimos a pagar	**31.974**	34.133
			Total do passivo não circulante	**31.974**	34.133
Não circulante			**Patrimônio líquido**		
Empréstimos a receber	–	–	Capital social	**115**	115
Investimentos	**30.026**	31.899	Reservas de lucros	**(1.069)**	(2.244)
Total do ativo circulante	**30.026**	31.899	**Total do patrimônio líquido**	**(954)**	(2.129)
Total do ativo	**31.020**	32.448	**Total do passivo e do patrimônio líquido**	**31.020**	32.448

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em Milhares de Reais)*

		Reserva de lucros			
	Capital social	**Legal**	**Dividendo complementar**	**Lucro/ Prejuízos acumulados**	**Total do patrimônio líquido**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	115	23	74	–	212
Prejuízo do exercício	–	–	–	(2.341)	(2.341)
Reserva de dividendos complementares	–	–	(2.341)	2.341	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	115	23	(2.267)	–	(2.129)
Absorção prejuízo acumulado com reserva de lucros	–	**(23)**	**2.267**	**(2.244)**	–
Prejuízo do exercício	–	–	–	**1.175**	1.175
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–
Reserva de dividendos complementares	–	–	**1.175**	**(1.175)**	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**115**	–	**1.175**	**(2.244)**	**(954)**

Demonstrações do Resultado dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em Milhares de Reais)*

Receitas (despesas) operacionais	**2022**	**2021**
Gerais e administrativas	**(14)**	(19)
Resultado com equivalência patrimonial	**1.178**	(2.515)
	1.164	(2.534)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	**1.164**	(2.534)
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	**13**	263
Despesas financeiras	**(2)**	(15)
	11	248
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	**1.175**	(2.286)
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	–	(55)
Prejuízo do exercício	**1.175**	(2.341)

Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira
Diretor – CPF: 071.000.747-70
Carlos Gustavo Nogari Andrioli
Diretor – CPF: 861.403.379-68
Érica Moraes da Costa Lisboa Ferreira
Contadora – CRC RJ-119.036-O
Hamilton Ferreira da Silva
Controller – CRC 1SP-217.225/O-5

As demonstrações financeiras completas contendo as notas explicativas, acompanhadas do parecer da auditoria externa, sem ressalvas, encontram-se no site (www.elera.com/transparencia/) e na sede da Companhia.

Vitória Energética S.A.

CNPJ/MF nº 09.633.887/0001-20

Balanços Patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

Ativo	**2022**	**2021**
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	11	247
Contas a receber	–	28
Dividendos a receber	509	935
Impostos a recuperar	12	6
Total do ativo circulante	**532**	**1.216**
Não circulante		
Investimento	6.099	5.583
Total do ativo circulante	**6.099**	**5.583**
Total do ativo	**6.631**	**6.799**
Passivo	**2022**	**2021**
Circulante		
Contas a pagar	1	153
Impostos e contribuições a recolher	1	–
Dividendos a pagar	395	931
Total do passivo circulante	**397**	**1.084**
Patrimônio líquido		
Capital social	5.693	5.693
Reserva de lucros	541	22
Total do patrimônio líquido	**6.234**	**5.715**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**6.631**	**6.799**

Demonstrações do Resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

Despesas (receitas) operacionais	**2022**	**2021**
Gerais e administrativas	(15)	(20)
Resultado com equivalência patrimonial	676	3
	661	**(17)**
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	661	(17)
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	22	–

	2022	**2021**
Despesas financeiras	(2)	(10)
	20	**(10)**
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	681	(27)
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	(1)	–
Prejuízo do exercício	680	(27)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

		Reserva de lucros			
	Capital social	**Legal**	**Dividendo complementar**	**Lucros/ (prejuízos) acumulados**	**Total do patrimônio líquido**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**8.473**	**49**	**698**	–	**9.220**
Redução de capital	(2.780)	–	–	–	(2.780)
Declaração de dividendos ocorridas no exercício	–	–	(698)	–	(698)
Prejuízo do exercício	–	–	–	(27)	(27)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**5.693**	**49**	–	**(27)**	**5.715**
Redução de capital	–	(27)	–	27	–
Prejuízo do exercício	–	–	–	680	680
Dividendos mínimos obrigatórios	–	34	–	(34)	–
Reserva de dividendos complementares	–	–	–	(161)	(161)
Reserva legal	–	–	485	(485)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**5.693**	**56**	**485**	–	**6.234**

Carlos Gustavo Nogari Andrioli – Diretor CPF: 861.403.379-68
Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira – Diretor CPF: 071.000.747-70
Érica Moraes da Costa Lisboa Ferreira – Contadora CRC RJ 119.036-O
Hamilton Ferreira da Silva – Controller CRC ISP 217.225-O

As demonstrações financeiras completas contendo as notas explicativas, acompanhadas do parecer da auditoria externa, sem ressalvas, encontram-se no site (https://www.elera.com/transparencia/) e na sede da Companhia.

ÁGUAS DE JUTURNAÍBA S.A.

CNPJ: 02.013.199/0001-18

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	**161.428**	58.737
Contas a receber de clientes	7	**40.759**	30.800
Estoques		**755**	6.792
Despesas antecipadas		**236**	579
Créditos com partes relacionadas	20	**752**	87
Tributos a recuperar		**369**	19
Outros ativos		**441**	83
		204.740	97.097
Não circulante			
Tributos diferidos	17	**210**	1.467
Depósitos judiciais		**8.452**	7.095
Operações com derivativos	15	**133**	169
Ativo de direito de uso	8	**446**	769
Imobilizado	9	**1.126**	1.096
Ativo de contrato	10	**153.946**	94.691
Intangível	11	**93.536**	88.674
		257.849	193.961
Total do ativo		**462.589**	291.058

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	12	**3.639**	7.097
Empréstimos e financiamentos	13	**35.994**	35.798
Passivos de arrendamento	13	**432**	420
Debêntures	14	**7.254**	2.619
Obrigações tributárias	16	**2.267**	1.804
Obrigações trabalhistas		**3.081**	2.107
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	20	**18.233**	7.349
Ônus da concessão		**78**	62
ICMS a devolver a clientes	18	**3.039**	3.042
Débitos com partes relacionadas	20	**1.136**	751
Outras obrigações	21	**1.788**	1.787
		76.941	62.836
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	**15.003**	29.752
Passivos de arrendamento	13	**168**	499
Debêntures	14	**278.912**	123.696
Débitos com partes relacionadas	20	**-**	56
Provisões para contingências	19	**2.425**	2.346
		296.508	156.349
Patrimônio líquido	22		
Capital social		**44.700**	44.700
Reservas de lucros		**44.440**	27.173
		89.140	71.873
Total do passivo e patrimônio líquido		**462.589**	291.058

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida	23	**240.849**	191.209
Custo dos serviços prestados	24	**(130.511)**	(105.482)
Lucro bruto		**110.338**	85.727
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	25	**(47.485)**	(26.703)
Outras receitas operacionais		**269**	75
		(47.216)	(26.628)
Resultado operacional antes do resultado		**63.122**	59.099
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	26	**12.243**	8.293
Despesas financeiras	26	**(26.400)**	(24.497)
		(14.157)	(16.204)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		**48.965**	42.895
Imposto de renda e contribuição social - corrente	17b	**(14.295)**	(10.048)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	17b	**(1.256)**	(4.161)
Lucro líquido do exercício		**33.414**	28.686

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	**33.414**	28.686
Total do resultado abrangente do exercício	**33.414**	28.686

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

		Reserva de lucros				
	Capital social	Reserva Legal	Reserva de Investimentos	Retenção de Lucros	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2021	44.700	5.265	3.579	35.715	-	89.259
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	28.686	28.686
Proposta de destinação do resultado do exercício:						
Reserva legal	-	1.434	-	-	(1.434)	-
Reserva de investimentos	-	-	1.022	-	(1.022)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(6.813)	(6.813)
Dividendos adicionais propostos	-	-	(3.544)	(35.715)	-	(39.259)
Retenção de lucros	-	-	-	19.417	(19.417)	-
Saldos 31 de dezembro de 2021	44.700	6.699	1.057	19.417	-	71.873
Lucro líquido do exercício	**-**	**-**	**-**	**-**	**33.414**	**33.414**
Dividendos distribuídos	**-**	**-**	**-**	**(6.500)**	**-**	**(6.500)**
Juros sobre capital próprio	**-**	**-**	**-**	**(2.100)**	**-**	**(2.100)**
Baixa de dividendos prescritos	**-**	**-**	**-**	**389**	**-**	**389**
Proposta de destinação do resultado do exercício:						
Reserva legal	**-**	**1.671**	**-**	**-**	**(1.671)**	**-**
Reserva para investimentos	**-**	**-**	**1.190**	**-**	**(1.190)**	**-**
Dividendos mínimos obrigatórios	**-**	**-**	**-**	**-**	**(7.936)**	**(7.936)**
Retenção de lucros	**-**	**-**	**-**	**22.617**	**(22.617)**	**-**
Saldos 31 de dezembro de 2022	**44.700**	**8.370**	**2.247**	**33.823**	**-**	**89.140**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do fluxo de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro do exercício antes dos tributos sobre o lucro	**48.965**	42.895
Ajustes para reconciliar o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido:		
Depreciação e amortização	**8.192**	8.498
Juros de empréstimos e arrendamento e amortização de custos de transação sobre empréstimos	**2.377**	2.378
Juros sobre debêntures e amortização de custos de transação sobre debêntures	**19.685**	20.081
Ganho com operações de *swap*	**(6)**	(348)
Variações monetárias	**56**	-
Atualização monetária das contingências	**160**	1.197
Perdas de créditos das contas a receber	**8.809**	8.522
Reversões de contingências	**(82)**	(13.066)
Resultado na alienação/baixa de imobilizado/intangível	**5**	-
Perda com derivativos	**36**	630
Resultado na baixa de arrendamento	**-**	(7)
Outros ajustes	**(56)**	-
Variações no ativo e passivo		
Contas a receber de clientes	**(18.768)**	(15.722)
Estoques	**6.037**	(5.914)
Depósitos judiciais	**(1.357)**	(1.193)
Tributos a recuperar	**(1.453)**	(1.221)
Despesas antecipadas	**343**	(225)
Outros ativos	**(358)**	462
Aplicações financeiras	**-**	2.129
Partes relacionadas, líquida	**(280)**	214
Fornecedores	**(3.458)**	4.193
Ônus da concessão	**16**	11
Obrigações tributárias	**295**	343
Obrigações trabalhistas	**974**	410
ICMS a devolver - clientes	**(3)**	(2.178)
Outras obrigações	**1**	20
	70.130	52.109
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	**(13.329)**	(9.243)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos e arrendamentos	**(7.110)**	(3.992)
Pagamento de juros sobre debêntures	**(7.348)**	(6.596)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**42.343**	32.278
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao imobilizado	**(349)**	(493)
Adições ao ativo de contrato e intangível	**(66.445)**	(53.037)
Valor recebido pela venda de imobilizado/intangível	**6**	-
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	**(66.788)**	(53.530)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos pagos	**(4.947)**	(56.106)
Captações de debêntures	**149.586**	(325)
Pagamento dos arrendamentos	**(422)**	(343)
Pagamento de debêntures	**(2.072)**	-
Pagamentos dos empréstimos e financiamentos	**(15.006)**	(21.637)
Derivativos recebidos (pagos), líquidos	**(3)**	296
Caixa líquido gerado pelas (consumido pelas) atividades de financiamentos	**127.136**	(78.115)
Adição (redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa	**102.691**	(99.367)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**58.737**	158.104
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**161.428**	58.737

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Concessionária Águas de Juturnaíba S.A. (a "Concessionária"), sociedade por ações de capital fechado, com sede localizada à Rodovia Amaral Peixoto, s/n, km 91, Bananeiras, no Município de Araruama - RJ, controlada pela Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A., é uma sociedade de propósito específico de concessão entre as Prefeituras dos Municípios de Araruama (inclusive Iguaba Pequena e São Vicente de Paula), Saquarema (inclusive Bacaxá), Silva Jardim, a Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro - AGENERSA e a Concessionária Águas de Juturnaíba S.A., através do Contrato de Concessão nº 03/96 de 01 de Dezembro de 1997, com prazo de 25 anos, prorrogáveis, a partir da ordem de serviço inicial do contrato, que foi em 15 de janeiro de 1998. Em 30 de junho de 2010 e em 13 de agosto de 2015 houve deliberações da Agência Reguladora para prorrogação de mais 180 e 120 meses, respectivamente, que fez com que o término do contrato passasse para janeiro de 2048. Seu objeto é a gestão integrada dos sistemas e serviços de saneamento básico de água e de esgotos sanitários no perímetro urbano dos Municípios de Araruama (inclusive Iguaba Pequena e São Vicente de Paula), Saquarema (inclusive Bacaxá) e Silva Jardim, Estado do Rio de Janeiro. O serviço público de água e esgoto compreende os serviços de operação, conservação, manutenção, modernização, ampliação, exploração e a cobrança direta aos usuários dos serviços, abrangendo, ainda, estudos técnicos, serviços e obras necessárias à consecução deste objeto ao longo do período de concessão. A remuneração da Concessionária pelos serviços prestados considera a tarifa contratual cobrada diretamente dos usuários, conforme proposto no contrato de concessão, e tem por base os volumes de água e esgoto faturáveis e demais serviços, de forma a possibilitar a devida remuneração do capital investido pela Concessionária. A tarifa, conforme contrato, será reajustada anualmente ou toda vez que for comprovada quebra do equilíbrio econômico-financeiro para uma das partes, de forma a realizar a devida remuneração dos custos de operação, manutenção e financiamentos, decorrentes dos investimentos realizados. O presente contrato de concessão prevê pagamento de taxa mensal à Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro - AGENERSA, por meio de percentual sobre o faturamento líquido oriundo do fornecimento de água tratada e coleta e tratamento de esgoto. Findo o prazo da presente concessão, todos os bens públicos e instalações utilizadas pela Concessionária, bem como todas as obras e instalações por ela realizadas para operar plenamente os serviços concedidos, serão revertidos automaticamente para as Prefeituras dos Municípios de Araruama (inclusive Iguaba Pequena e São Vicente de Paula), Saquarema (inclusive Bacaxá) e Silva Jardim. **Pandemia de Covid-19:** A Concessionária possui uma equipe médica, que continua acompanhando as suspeitas e casos de Covid-19, sempre seguindo as orientações das autoridades de saúde para manter a segurança de seus colaboradores e a continuidade de suas operações. Além disso, contam com o programa de vacinação contra a gripe. A Administração da Concessionária analisou os riscos e incertezas relacionados à pandemia de Covid-19 e não foram identificados impactos relevantes que requeressem ajustes sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos Técnicos ("CPCs"), as Interpretações Técnicas ("ICPCs") e Orientações Técnicas ("OCPCs") do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Adicionalmente, a Concessionária considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Concessionária preparou essas demonstrações financeiras com base no pressuposto de continuidade operacional. A Administração da Concessionária não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade da Concessionária. Em 15 de março de 2022, a diretoria executiva da Concessionária autorizou a conclusão destas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras da Concessionária foram preparadas com base no custo histórico, como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Concessionária. **3. Principais políticas contábeis: 3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. **3.2. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Concessionária. Se o prazo de recebimento é igual ou inferior a um ano, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, através da provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber. Esta provisão é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Concessionária não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais de vencimento. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, as contas a receber não consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa. **3.3. Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado ou os valores líquidos de realização e/ou os de reposição. Os estoques de materiais destinados à construção e melhorias da infraestrutura da concessão são contabilizados no intangível, como parte integrante do contrato de concessão. **3.4. Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável *(impairment)*, se houver. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a Concessionária. O valor contábil de itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém o controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis econômicas estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Equipamentos de informática	5 anos
Veículos	5 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	25 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada exercício e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva. Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos. **3.5. Ativo de contrato:** Os bens vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Concessionária de cobrar pelos serviços prestados aos clientes. Assim, os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos transferidos para o ativo intangível. **3.6. Intangível:** a) Sistema de água e esgoto: A Concessionária reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário presente nos contratos de concessão, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê (OCPC 05). O ativo intangível é determinado como sendo o valor da receita de construção auferida na construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Concessionária. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Concessionária. A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro. b) Softwares: As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada. **3.7. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC 48, que determina a classificação dos ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao custo amortizado. Dependendo das características de cada instrumento, eles podem ser classificados em resultado financeiro ou em outros resultados abrangentes. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela Administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais. A Concessionária classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias: Ativos financeiros - custo amortizado: São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas especificas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. Ativos financeiros - valor justo por meio do resultado: São reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado; e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos. Ativos financeiros - mensuração inicial: No reconhecimento inicial a Concessionária mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. Ativos financeiros - mensuração subsequente: • *Custo amortizado*: esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago. • *Valor justo por meio do resultado*: os ativos classificados dentro desse grupo são contabilizados por meio de reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. Passivos financeiros - reconhecimento inicial: Todos os passivos financeiros da Concessionária são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Concessionária incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, passivos de arrendamento, ônus da concessão e débitos com partes relacionadas. Passivos financeiros - mensuração subsequente: • *Custo amortizado*: são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos ou através do acréscimo da taxa efetiva. • *Valor justo por meio do resultado*: são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros: Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e • A Concessionária transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. Compensação de instrumentos financeiros: Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **3.8. Perda por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros e não financeiros:** Os ativos da Concessionária são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda e, se houver, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso do ativo. A Concessionária baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos abrangem o período da concessão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não foi identificado nenhum evento indicando a não recuperabilidade dos ativos da Concessionária. **3.9. Arrendamentos:** A Concessionária avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. A Concessionária como arrendatária: A Concessionária aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, reconhecendo os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e os ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Ativos de direito de uso: A Concessionária reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Passivos de arrendamento: Na data de início do arrendamento, a Concessionária reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Concessionária usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor: A Concessionária aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **3.10. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Concessionária tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesas no período em que são incorridos. **3.11. Tributos:** Imposto de renda e contribuição social correntes: A Concessionária adota o lucro real como regime de tributação para apuração do imposto de renda e da contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de duzentos e quarenta mil reais anuais para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos tendo como base as adições e exclusões temporárias, oriundas das diferenças entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores considerados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias oriundas do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que, na data da transação, não afete o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço, avaliando-se a sua recuperabilidade, de acordo com premissas de projeções, e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Tributos sobre as receitas: As receitas de serviços estão sujeitas à Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS, à alíquota de 1,65% e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, à alíquota de 7,60%. Estes encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado. **3.12. Benefícios a empregados:** Os salários, incluindo provisões para férias, 13º salário e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência. A provisão para participação nos resultados é constituída de acordo com a competência, sendo contabilizada como despesa operacional. Plano de previdência privada de funcionários: Os custos do plano de previdência privada, em sua totalidade na modalidade de contribuição definida, são rateados entre os funcionários elegíveis e a Concessionária, participação esta que se inicia na proporção de 50% pelos funcionários e 50% pela Concessionária, percentual que, com o passar do tempo, poderá chegar a 20% para os funcionários e 80% para a Concessionária. **3.13. Provisões:** Geral: São reconhecidas quando a Concessionária possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: O Concessionária é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.14. Receita operacional:** i) Receita de prestação de serviços: Receitas relativas ao tratamento e distribuição de água e de coleta e tratamento de esgotamento sanitário. São reconhecidas por ocasião do consumo de água ou da prestação de serviços. As receitas ainda não faturadas, cujos serviços já foram prestados, são reconhecidas com base em estimativas mensais dos serviços completados. A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água e é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados. ii) Receitas de construção: A receita relacionada à construção, compreende obrigações de desempenho referentes a projetos de infraestrutura, de acordo com o contrato de concessão. Dessa forma, a construção da infraestrutura necessária para a distribuição de água e coleta e tratamento de esgotamento sanitário é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente, sendo a correspondente receita reconhecida ao resultado. Para mensuração destas receitas, a Concessionária estima que a margem é irrelevante, considerando-a zero. Portanto, esta receita de construção é mensurada sem adicional de margem sobre o custo de construção. **3.15. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem as receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros e multas vinculadas à operação e ganhos com derivativos. A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de taxa de juros efetiva. As despesas financeiras abrangem substancialmente os juros e variação monetária com empréstimos e financiamentos, juros capitalizados, juros sobre arrendamentos, variação monetária sobre contingências, descontos concedidos e perdas com derivativos. As despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido. **3.16. Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e refletem as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3.17. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022:** As normas apresentadas a seguir foram revisadas e passaram a ser aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1° de janeiro de 2022 e, portanto, estão sendo adotadas nestas demonstrações financeiras. A adoção dessas alterações de normas não resultou em impacto relevante sobre as divulgações ou os valores divulgados. Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1): As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como: i) Contrato Oneroso – custos de cumprimento de contrato; ii) Ativo imobilizado – vendas antes do uso pretendido; e iii) Referências à Estrutura conceitual. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Concessionária. A Concessionária pretende adotar as mudanças para períodos futuros, caso se tornem aplicáveis. **3.18. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão dessas demonstrações financeiras, estão descritas a seguir e todas são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023. A Concessionária pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. CPC 50 - Contratos de seguro: Uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Essa norma não se aplica a Concessionária. Alterações ao CPC 26: Classificação de passivos como circulante ou não circulante: A norma especifica os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: i) o que significa um direito de postergar a liquidação; ii) que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; iii) que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros da Concessionária. Alterações ao CPC 23: Definição de estimativas contábeis e divulgação de políticas contábeis: As alterações na norma esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, há o esclarecimento de como as entidades usam as técnicas de medição e *inputs* para desenvolver as estimativas contábeis. A Concessionária avaliará o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. Alterações ao CPC 32: Tributos diferidos relacionados a ativos e passivos originados de uma simples transação: As alterações restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Concessionária. **4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Julgamentos: A elaboração das demonstrações financeiras pela Concessionária requer que a Administração adote julgamentos profissionais, estimativas e premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. A incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar à necessidade de ajustes em períodos futuros no valor contábil do ativo ou passivo afetado. Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão: A concessionária determina o prazo do ar-

ÁGUAS DE JUTURNAÍBA S.A.

CNPJ: 02.013.199/0001-18

rendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. Os contratos de arrendamento são avaliados, sob o julgamento de haver a intenção de exercer a opção de renovação ou de rescisão. Nesta avaliação, a Concessionária considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Concessionária reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir. Estimativas e premissas contábeis: As principais premissas relativas a incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incertezas nas estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de gerar um ajuste significativo no valor contábil de ativos e passivos no exercício seguinte, são consideradas a seguir: a) *Vida útil dos ativos intangíveis:* Os ativos intangíveis das concessões de serviços públicos são amortizados pelo método linear e refletem o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Concessionária, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Os ativos intangíveis têm a sua amortização iniciada quando estão disponíveis para uso, em seu local e na condição necessária para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Concessionária. b) *Provisões para riscos cíveis e trabalhistas:* A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. c) *Provisão para perdas de crédito para as contas a receber:* A provisão para perdas de crédito para as contas a receber é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes, de acordo com os seguintes critérios: i) *Contas vencidas há mais de seis meses:* Esses créditos são considerados como perdas assim que atingem seis meses de atraso, até o limite de R$5, por nota fiscal, de acordo com a Lei nº 9.430/1996 e, a partir de 08/10/2014, até o limite de R$15, de acordo com a Lei nº 13.097/2015, sendo baixados diretamente de contas a receber contra o resultado. ii) *Contas vencidas há mais de um ano:* Esses créditos são considerados como perdas assim que atingem um ano de atraso, de valores acima de R$5 até R$30, por operação, de acordo com a Lei nº 9.430/1996 e, a partir de 08/10/2014, de valores acima de R$15 até R$100, de acordo com a Lei nº 13.097/2015, sendo contabilizados como despesa, tendo como contrapartida a conta redutora de contas a receber. iii) *Perdas gerenciais:* São provisionadas e registradas em conta de resultado, como perdas não dedutíveis para efeito de imposto de renda e contribuição social. -Valores até R$5, vencidas entre 90 e 180 dias, emitidas até 07/10/2014; -Valores até R$15, vencidas entre 90 e 180 dias, emitidas a partir de 08/10/2014; -Valores maiores que R$5, vencidas entre 90 e 365 dias, emitidas até 07/10/2014; -Valores maiores que R$15, vencidas entre 90 e 365 dias, emitidas a partir de 08/10/2014; -Valores maiores que R$30, vencidas há mais de um ano, emitidas até 07/10/2014; -Valores maiores que R$100, vencidas há mais de um ano, emitidas a partir de 08/10/2014. d) *Receita não faturada:* As receitas ainda não faturadas representam serviços prestados para os quais ainda não foram realizadas leituras. São reconhecidas com base em estimativas mensais calculadas de acordo com último faturamento de cada ciclo de leitura. Informações adicionais da receita e contas a receber estão descritas nas Notas 3.15 e 7. **5. Gestão de risco financeiro: 5.1. Instrumentos financeiros por categoria:** A Concessionária efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores justos, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores contábeis e valores justos dos instrumentos financeiros da Concessionária em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 são como segue:

		Hierarquia do valor justo	31/12/2022		31/12/2021	
Ativos financeiros	Classificação por categoria		Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo
Equivalentes de caixa (aplicações financeiras)	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	161.357	161.357	58.361	58.361
Contas a receber	Custo amortizado	-	51.831	51.831	41.174	41.174
Operações com derivativos	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	133	133	169	169
Passivos financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado	-	3.639	3.639	7.097	7.097
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	-	50.997	50.997	65.550	65.550
Passivos de arrendamento	Custo amortizado	-	600	600	919	919
Debêntures	Custo amortizado	-	286.166	286.166	126.315	126.315
Ônus da concessão	Custo amortizado	-	78	78	62	62
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	-	1.136	1.136	807	807

As políticas de gerenciamento de risco da Concessionária são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Concessionária está exposto, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Concessionária. **5.2 – Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado de posições detidas pela Concessionária, incluindo as operações sujeitas às taxas de juros e riscos de preços. Risco de taxas de juros: Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Concessionária ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. A Concessionária utiliza a geração de caixa das atividades operacionais para gerir as suas operações, assim como para garantir seus investimentos e expansão. Para suprir eventuais necessidades de caixa para desenvolvimento do negócio, a Concessionária obtém empréstimos, financiamentos e debêntures em moedas locais, sujeitos à flutuação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") e do Índice Nacional de Preços ao Consumidor ("IPCA").O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que impactem seus fluxos de caixa. A Concessionária também está exposta à flutuação de taxas de juros referentes ao saldo de aplicações financeiras, que são remuneradas com base em percentuais do CDI. A análise de sensibilidade, dos juros sobre os equivalentes de caixa, empréstimos, financiamentos e debêntures (sem os custos de transação) utilizou as projeções do CDI e IPCA para os próximos 12 meses, este definido como cenário provável, por meio dos relatórios de análise econômica do Focus, do Banco Central do Brasil e Banco Itaú. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Operação	Risco	Valor contábil	Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Ativo					
Equivalentes de caixa	CDI	161.357	183.172	188.626	194.080
Passivo					
Empréstimos e financiamentos	CDI	(51.030)	(57.929)	(59.654)	(61.379)
Debêntures	IPCA	(297.275)	(314.784)	(319.154)	(323.554)
Passivo líquido		(179.176)	(181.312)	(181.838)	(182.394)
Efeito líquido			(2.136)	(2.662)	(3.218)
CDI (a.a.)			13,52%		
IPCA (a.a.)			5,89%		

5.3 - Risco de liquidez: É o risco de a Concessionária não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A abordagem da Concessionária na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Concessionária. As tabelas abaixo demonstram análise dos vencimentos para os passivos financeiros em aberto, sem os custos de transação relativos às debêntures, em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (valores não descontados):

	Valor Contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Em 31 de dezembro de 2022				
Fornecedores	3.639	3.639	-	-
Empréstimos e financiamentos	50.996	36.048	15.043	-
Debêntures	286.166	11.336	51.404	234.535
Passivos de arrendamento	600	432	168	-
Ônus da concessão	78	78	-	-
Débitos com partes relacionadas	1.136	1.136	-	-
	342.615	52.669	66.615	234.535

	Valor Contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Em 31 de dezembro de 2021				
Fornecedores	7.097	7.097	-	-
Empréstimos e financiamentos	65.550	35.852	14.951	14.895
Debêntures	126.315	2.937	7.188	122.205
Passivos de arrendamento	919	420	359	140
Ônus da concessão	62	62	-	-
Débitos com partes relacionadas	807	807	-	-
	200.750	47.175	22.498	137.240

5.4. Gestão de capital: Os objetivos da Concessionária ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. E, para atingimento desses objetivos, exerce uma gestão financeira e de capital centralizada. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Concessionária pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras empresas do setor, a Concessionária monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde aos empréstimos e financiamentos, passivos de arrendamento e debêntures, subtraído do montante de caixa, equivalentes de caixa e operações com derivativos. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 podem ser assim sumariados:

	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	50.864	65.381
Passivos de arrendamento (Nota 14)	600	919
Debêntures (Nota 15 e 16)	286.166	126.315
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(161.428)	(58.737)
Dívida líquida (a)	176.202	133.878
Total do patrimônio líquido (b)	89.140	71.873
Total do capital (a+b)	265.342	205.751
Índice de alavancagem financeira - % [a/(a+b)]	66,41%	65,07%

6. Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	71	376
Aplicações financeiras	161.357	58.361
	161.428	58.737

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata, representados, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário – CDBs, os quais são registrados pelos valores nominais, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

7. Contas a receber de clientes	31/12/2022	31/12/2021
Clientes (a)	41.859	33.491
Clientes - parcelamento (b)	9.485	7.420
Pontos arrecadadores (c)	487	263
Perdas de créditos das contas a receber	(11.072)	(10.374)
	40.759	30.800

(a) A conta "Clientes" representa o saldo de contas emitidas e ainda não recebidas, além dos valores fornecidos ainda não faturados (ajuste por competência). (b) A conta de "Clientes - parcelamento" refere-se a acordos firmados entre os clientes e a Concessionária para a quitação de seus débitos. (c) Os "Pontos arrecadadores" são agentes arrecadadores que já receberam as contas dos clientes e ainda não repassaram para a Concessionária. O *aging list* de contas a receber é composto da seguinte forma:

	31/12/2022	31/12/2021
A vencer		
Faturado	11.319	8.224
Não faturado	7.464	5.551
Vencidas		
Até 30 dias	8.690	6.380
De 31 a 60 dias	2.820	2.498
De 61 a 90 dias	2.067	1.809
De 91 a 180 dias	4.878	4.026
Mais de 180 dias	14.593	12.686
	51.831	41.174

8. Ativo de direito de uso

	31/12/2022			31/12/2021		
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Imóveis	1.541	(1.095)	446	1.449	(680)	769
	1.541	(1.095)	446	1.449	(680)	769

Movimentação do ativo de direito de uso:

	Saldos em 31/12/2021	Adições	Amortização	Saldos em 31/12/2022
Imóveis	769	92	(415)	446
	769	92	(415)	446

	Saldos em 31/12/2020	Adições	Remensurações	Amortização	Saldos em 31/12/2021
Imóveis	1.138	147	(101)	(415)	769
	1.138	147	(101)	(415)	769

9. Imobilizado	Taxa de depreciação anual	31/12/2022 Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	31/12/2021 Valor líquido
Equipamentos de informática	20%	1.868	(1.391)	477	344
Veículos	20%	682	(456)	226	331
Máquinas e equipamentos	10%	69	(34)	35	40
Móveis e utensílios	10%	911	(531)	380	372
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	12	(4)	8	9
		3.542	(2.416)	1.126	1.096

Movimentação do imobilizado:	Saldos em 31/12/2021	Adições	Depreciação	Saldos em 31/12/2022
Equipamentos de informática	344	270	(137)	477
Veículos	331	-	(105)	226
Máquinas e equipamentos	40	-	(5)	35
Móveis e utensílios	372	79	(71)	380
Benfeitorias em imóveis de terceiros	9	-	(1)	8
	1.096	349	(319)	1.126

	Saldos em 31/12/2020	Adições	Depreciação	Saldos em 31/12/2021
Equipamentos de informática	304	156	(116)	344
Veículos	118	271	(58)	331
Máquinas e equipamentos	41	4	(5)	40
Móveis e utensílios	376	61	(65)	372
Benfeitorias em imóveis de terceiros	9	1	(1)	9
	848	493	(245)	1.096

10. Ativo de contrato	31/12/2022	31/12/2021
Infraestrutura em construção	153.946	94.691
	153.946	94.691

Movimentação do ativo de contrato:	Saldos em 31/12/2021	Adições	Transferências	Saldos em 31/12/2022
Infraestrutura em construção	94.691	65.516	(6.261)	153.946
	94.691	65.516	(6.261)	153.946

	Saldos em 31/12/2020	Adições	Transferências	Saldos em 31/12/2021
Infraestrutura em construção	46.790	52.458	(4.557)	94.691
	46.790	52.458	(4.557)	94.691

As transferências ocorridas no exercício de 2022 e 2021 referem-se a movimentações entre o intangível e o ativo de contrato. Custos de empréstimos capitalizados: Os juros de empréstimos e financiamentos são capitalizados nos ativos de concessão durante o período em construção, sendo R$ 5.140 em 31 de dezembro de 2022, a uma taxa média ponderada de 13,15%a.a. (R$ 2.815 e 16,72% a.a. em 31 de dezembro de 2021).

11. Intangível	Taxa de amortização anual	31/12/2022 Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	31/12/2021 Valor líquido
Softwares e aplicativos	20%	296	(267)	29	13
Desenvolvimento de projetos	20%	133	(24)	109	109
Concessão/Infraestrutura		138.564	(45.166)	93.398	88.552
		138.993	(45.457)	93.536	88.674

Os valores reconhecidos na linha concessão/infraestrutura representam o valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão e sua respectiva amortização acumulada. As taxas utilizadas baseiam-se no prazo final da concessão ou na vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Sendo esse montante em 31 de dezembro de 2022 composto pelos seguintes ativos:

	31/12/2022 Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	31/12/2021 Valor líquido
Captação	2.198	(225)	1.973	2.061
Adutora	4.033	(1.146)	2.887	3.059
Estação de Tratamento de Água - ETA	7.370	(3.101)	4.269	4.258
Reservatório	4.819	(1.528)	3.291	3.494
Booster	115	(23)	92	50
Substituição/Expansão de rede de água	30.006	(8.324)	21.682	22.129
Ligação de água	1.901	(205)	1.696	1.781
Substituição/Expansão de rede de esgoto	41.089	(11.152)	29.937	27.489
Elevatória - esgoto	990	(79)	911	951
Estação de Tratamento de Esgoto - ETE	19.067	(9.909)	9.158	9.748
Emissário	195	(28)	167	175
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5.392	(1.387)	4.005	4.022
Máquinas e equipamentos	21.389	(8.059)	13.330	9.335
	138.564	(45.166)	93.398	88.552

Movimentação do intangível:	Saldos em 31/12/2021	Adições	Amortização	Baixas	Transferências	Saldos em 31/12/2022
Softwares e aplicativos	13	28	(12)	-	-	29
Desenvolvimento de projetos	109	-	-	-	-	109
Concessão/Infraestrutura	88.552	6.042	(7.446)	(11)	6.261	93.398
	88.674	6.070	(7.458)	(11)	6.261	93.536

	Saldos em 31/12/2020	Adições	Amortização	Transferências	Saldos em 31/12/2021
Softwares e aplicativos	22	-	(9)	-	13
Desenvolvimento de projetos	109	-	-	-	109
Concessão/Infraestrutura	91.245	579	(7.829)	4.557	88.552
	91.376	579	(7.838)	4.557	88.674

As transferências ocorridas no exercício de 2022 e 2021 referem-se a movimentações entre o intangível e o ativo de contrato.

12. Fornecedores: Os fornecedores estão assim representados:

	31/12/2022	31/12/2021
Mercadoria	1.684	5.329
Serviços	533	435
Infraestrutura	1.335	764
Outros	87	569
	3.639	7.097

13. Empréstimos, financiamentos e passivos de arrendamento

Linha de Crédito	Indexador	Juros	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos e Financiamentos				
FINAME PSI (a)		entre 2,5% e 6% a.a.	61	208
CCB (b)	CDI	0,65% a.a.	3.018	4.453
Capital de giro (c)	CDI	1,1% e 1,65% a.a.	48.012	61.037
(-) Custos de transação			(94)	(148)
Total de Empréstimos e Financiamentos			50.997	65.550
Circulante			35.994	35.798
Não circulante			15.003	29.752
Passivos de arrendamento				
Arrendamentos		7,5% a.a.	600	919
Circulante			432	420
Não circulante			168	499
Endividamento total			51.597	66.469
Endividamento total - Circulante			36.426	36.218
Endividamento total - Não circulante			15.171	30.251

(a) A linha de crédito FINAME PSI é composta por contratos obtidos nos exercícios de 2012 a 2014 junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES com R$ 998 de valor contratado. Os contratos FINAME PSI foram celebrados com prazo de carência de 24 (vinte e quatro) meses para amortização do principal, com pagamento de juros trimestrais, durante o prazo de carência e, após, com pagamentos mensais, com vencimentos finais entre 2023 e 2024. Estas operações tiveram como objetivo a aquisição de máquinas e equipamentos, com a finalidade de expandir, modernizar e reforçar a infraestrutura para dar suporte à operação da Concessionária e são amparadas por alienação fiduciária dos bens e notas promissórias avalizadas por Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. (b) O contrato de Cédula de Crédito Bancário (CCB) foi obtido no exercício de 2014 no valor total de R$12.000, celebrado com prazo de carência de 24 (vinte e quatro) meses para amortização do principal, com pagamento de juros mensais, e vencimento final para 2024. Os custos de transação incorridos na emissão da CCB foram capitalizados, contabilizados como redução dos recursos captados, e serão amortizados até o prazo de vencimento. Esta operação teve como objetivo investimentos em projetos de ampliação, manutenção e melhorias relacionadas a saneamento básico e possui como garantia aval coobrigado de Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. (c) Em novembro de 2019 a Concessionária contratou empréstimo de capital de giro no total de R$40.100. Este contrato foi celebrado com prazo de carência 26 (vinte e seis) meses para amortização do principal, com pagamento de juros trimestrais, inclusive durante o período de carência, com vencimento final para 2024. Em março de 2020 a Concessionária captou R$20.000 de capital de giro, com vencimento para 2021. O contrato foi aditado e o vencimento foi prorrogado para 2023. (d) O ativo de direito de uso decorrente de contratos de arrendamento está apresentado na Nota 8. Determinados contratos possuem condições contratuais que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (*Covenants*) com base em índices financeiros. A Administração acompanha os cálculos destes índices mensalmente, a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Não foram identificadas quebras nos termos contratuais em 31 de dezembro de 2022. A movimentação dos empréstimos, financiamentos e passivos de arrendamento é como segue:

Empréstimos e financiamentos	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	65.550	86.663
Juros e encargos financeiros	7.393	4.297
Variações monetárias	56	-
Amortização de principal	(15.006)	(21.637)
Amortização de juros	(7.051)	(3.911)
Amortização dos custos de transação	55	138
Saldo final	50.997	65.550

Passivos de arrendamento	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	919	1.209
Adições	92	39
Juros e encargos financeiros	70	95
Amortização de principal	(422)	(343)
Amortização de juros	(59)	(81)
Saldo final	600	919

As parcelas de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:

	Empréstimos e financiamentos					
	31/12/2022			31/12/2021		
	Dívida	Custos de transação	Total líquido	Dívida	Custos de transação	Total líquido
2023	-	-	-	14.951	(54)	14.897
2024	15.043	(40)	15.003	14.895	(40)	14.855
	15.043	(40)	15.003	29.846	(94)	29.752

	Arrendamentos 31/12/2022	Arrendamentos 31/12/2021
2023	-	359
2024	168	140
	168	499

14. Debêntures	31/12/2022	31/12/2021
Passivo circulante		
Não conversíveis em ações	4.375	2.029
Juros e participações	3.564	908
Custos de transação a apropriar	(685)	(318)
	7.254	2.619
Passivo não circulante		
Não conversíveis em ações	289.336	129.393
Custos de transação a apropriar	(10.424)	(5.697)
	278.912	123.696
Total de debêntures	286.166	126.315

A movimentação das debêntures é demonstrada a seguir:	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	126.315	113.155
Captações	155.090	-
Juros e encargos financeiros	19.275	19.762
Amortização de principal	(2.072)	-
Amortização de juros	(7.348)	(6.596)
Custo de transação	(5.504)	(325)
Apropriação de custo de transação	410	319
Saldo final	286.166	126.315

As parcelas de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:

	31/12/2022			31/12/2021		
	Dívida	Custos de transação	Total líquido	Dívida	Custos de transação	Total líquido
2023	-	-	-	7.188	(318)	6.870
2024	10.458	(685)	9.773	7.188	(318)	6.870
2025	16.539	(685)	15.854	7.188	(318)	6.870
Após 2025	262.339	(9.054)	253.285	107.829	(4.743)	103.086
	289.336	(10.424)	278.912	129.393	(5.697)	123.696

Em 15 de novembro de 2020, conforme Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas, foi aprovada a 1ª emissão pública de 117.400 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única, no valor nominal de R$1, perfazendo o total de R$117.400, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, da Concessionária Águas de Juturnaíba S.A., tendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário, representando a comunhão dos Debenturistas. As debêntures têm prazo de vencimento de vinte anos, a contar da data de emissão, com amortização do valor nominal unitário em trinta e sete parcelas semestrais, sendo a primeira em 15 de novembro de 2022, e com vencimento final previsto para o dia 15 de novembro de 2040. As debêntures têm atualização monetária mensal do seu valor nominal unitário pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), desde a primeira data de integralização até a data do seu efetivo pagamento, e farão jus a uma remuneração prefixada, correspondente a um percentual de 5,40% a.a., base 252 dias úteis. Os recursos captados destinam-se a investimentos em projetos de ampliação, manutenção e melhorias relacionadas aos sistemas de saneamento e possuem como garantia a outorga de fiança pela Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. As debêntures possuem condições contratuais que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (*Covenants*) com base em índices financeiros. A Administração acompanha os cálculos destes índices mensalmente, a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Não foram identificadas quebras nos termos contratuais em 31 de dezembro de 2022. **15. Operações com derivativos:** A Concessionária Águas de Juturnaíba S.A. efetuou um contrato de *swap*, com mesmo prazo de duração da emissão de Cédulas de Crédito Bancário (CCB), com o objetivo de trocar a remuneração por uma taxa equivalente ao CDI. Em novembro de 2019 a Concessionária firmou um novo contrato de *swap*, com mesmo prazo de duração do contrato de empréstimo de capital de giro, com o objetivo de trocar a remuneração por uma taxa equivalente ao CDI. Os saldos dos instrumentos financeiros derivativos de *swap* estão assim representados:

Derivativo	Valor nocional	Vencimento	Valor a receber 31/12/2022	Valor a receber 31/12/2021
SWAP	48.000	2024	133	169

Impacto no resultado: A Concessionária efetuou registro dos ganhos e perdas oriundos dos instrumentos financeiros derivativos no resultado. Desta forma, os impactos contabilizados no resultado foram de:

Derivativo	31/12/2022	31/12/2021
SWAP	(36)	(630)

16. Obrigações tributárias: Os impostos e contribuições estão assim:

	31/12/2022	31/12/2021
PIS/COFINS/CSLL retidos	62	52
ISS	136	134
IRRF	487	122
PIS	242	203
COFINS	1.139	945
IRPJ	-	112
CSLL	201	236
	2.267	1.804

17. Imposto de renda e contribuição social: a) Composição dos tributos diferidos: Os tributos diferidos são contabilizados para refletir os impactos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, cujos efeitos ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem às bases de cálculo.

	31/12/2022	31/12/2021
Provisões perdas de crédito das contas a receber	1.919	1.535
Provisões para contingências	824	798
Provisão participação nos lucros	225	176
Ganhos (perdas) com derivativos	(45)	(58)
Arrendamentos	52	51
Outros	23	12
Ativo fiscal diferido	2.998	2.514
Juros capitalizados	(2.703)	(957)
Ajustes do Regime de tributação transitório Lei nº 12.973/ 2014 (i)	(85)	(90)
Passivo fiscal diferido	(2.788)	(1.047)
Tributos diferidos, líquidos	210	1.467

b) Conciliação da taxa efetiva:	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	48.965	42.895
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social - alíquotas vigentes	(16.648)	(14.584)
(Adições) exclusões no cálculo do tributo		
Permanentes (despesas indedutíveis)	395	(124)
Efeito referente a alíquota de adicional do imposto de renda	24	24
Incentivo cultural - (Lei nº 8313/91 - art. 18)	265	185
Incentivo empresa cidadã (Lei nº 11.770/08)	16	13
Programa de Alimentação do Trabalhador (9.580/2018)	265	186
Incentivo desportivo (Lei nº 11.438/06 - art.3)	66	46
Fundo da Infância e da Adolescência (Decreto nº 9.580/2018)	66	45
Total de despesas de imposto de renda e da contribuição social	(15.551)	(14.209)
Alíquota efetiva	31,76%	33,13%

18. ICMS a devolver - clientes: A Concessionária Águas de Juturnaíba S.A. iniciou uma disputa judicial com o Governo do Estado do Rio de Janeiro contra a cobrança de ICMS nas contas de fornecimento de água, obtendo, em 2010, decisão favorável junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a cobrança de ICMS pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro nas contas de fornecimento de água. A Concessionária firmou um Termo de Operacionalização junto ao Ministério Público e os Municípios de Araruama (inclusive Iguaba Pequena e São Vicente de Paula), Saquarema (inclusive Bacaxá) e Silva Jardim objetivando dar transparência e regras claras à forma de devolução de créditos em favor de seus clientes. O valor atualizado do ICMS a devolver – clientes é de R$ 3.039 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 3.042 em 31 de dezembro de 2021). **19. Provisões para contingências:** As provisões para contingências são constituídas para fazer face às perdas em processos judiciais e administrativos, os quais, quando aplicável, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes desses processos são baseadas na opinião do departamento jurídico da Concessionária e de seus assessores legais. As provisões, líquidas de depósitos judiciais, estão assim demonstradas:

	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhistas	-	56
Cíveis	2.425	2.290
	2.425	2.346

Processos com probabilidade de perda classificada como possível: A Concessionária está envolvida em ações para as quais possui expectativas de perdas possíveis, apresentando como posição dos passivos contingentes em 31 de dezembro de 2022 os valores de R$ 42.426 para contingências cíveis (R$32.841 em 31 de dezembro de 2021), R$ 102 para contingências trabalhistas (R$102 em 31 de dezembro de 2021) e para contingências ambientais não há ações de expectativas de perdas possíveis (R$19.484 em 31 de dezembro de 2021). *Processo 0008034-46.2013.8.19.0052:* Foi ajuizada ação civil pública pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro em face de Águas de Juturnaíba S.A., dentre outros, acerca do fornecimento do serviço, tratamento de esgoto, cobrança da tarifa de esgoto e soluções para a problemática ambiental da Lagoa de Araruama. Foi proferido acórdão condenando a Concessionária a discriminar os valores pertinentes aos serviços de água e esgoto separadamente nos boletos das tarifas mensais aos usuários de imóveis não conectados ao sistema de esgotamento sanitário e a se abster de cobrar qualquer valor a título de serviço de esgoto aos usuários de imóveis não conectados ao sistema de esgotamento sanitário vigente, por ausência de disponibilização do serviço. *Processo nº 5004951-92.2019.4.02.5108:* Trata-se de ação penal

ÁGUAS DE JUTURNAÍBA S.A.

CNPJ: 02.013.199/0001-18

em face da Concessionária Águas de Juturnaíba S.A., em trâmite perante a 1ª Vara Federal de São Pedro da Aldeia, na qual o MPF imputou à empresa poluição ambiental por suposta poluição nas lagoas de Saquarema e Araruama. Requereu-se ainda, a título de valor mínimo para reparação dos danos, o montante de R$ 15.000. Destaca-se que originariamente a denúncia também englobava o diretor da Concessionária. Contudo, após resposta à acusação apresentada pela defesa, houve a retificação da decisão do recebimento da denúncia, oportunidade em que o Juízo a rejeitou em relação ao diretor da Concessionária, decisão mantida pelo TRF-2. Contra esta decisão do Tribunal, não foi manejado recurso, operando-se a preclusão. Em relação à Concessionária, o Juízo recebeu a denúncia integralmente, ratificando essa decisão posteriormente, sem fazer menção aos argumentos defensivos lançados na resposta. Por esse fato impetrou-se o mandado de segurança, no bojo do qual foi concedida a segurança para anular a decisão de recebimento da denúncia em face da pessoa jurídica, tendo o TRF-2 determinado, ainda, que se apreciassem os argumentos ora manejados. Em nova decisão o Juízo, rechaçou os pontos levantados pela defesa e ratificou o recebimento da denúncia. Irresignada, a defesa, mais uma vez, recorreu ao TRF-2, por meio de mandado de segurança, no intuito de ver cassada a decisão de recebimento da denúncia em vista das inconsistências da peça acusatória. No bojo deste segundo mandado, foi concedida a segurança e determinado o trancamento do processo de primeiro grau. **20. Partes relacionadas:** Remuneração de pessoal chave da Administração: Os diretores são as pessoas chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Concessionária. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram pagos pela Concessionária o montante total de R$ 1.162 (R$ 411 em 31 de dezembro de 2021). Abaixo os valores estão segregados por natureza:

	31/12/2022	31/12/2021
Remunerações	**849**	286
Encargos sociais	**237**	97
Plano de saúde	**26**	11
Plano de previdência privada	**38**	13
Outros	**12**	4
	1.162	411

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não foi pago valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho. Resumo das transações com partes relacionadas:

	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante:		
Créditos com partes relacionadas (a)		
Águas do Paraíba S.A.	**137**	-
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	**615**	87
	752	87
Passivo circulante:		
Dividendos a pagar		
M&G Consultoria e Participações Ltda.	**50**	22
ERG Participações Ltda.	**338**	138
Credicom - Comercial Informática e Serviços Ltda.	**197**	78
Diferencial Empreendimentos Imobiliários Ltda.	**34**	14
Erco Engenharia S.A.	**541**	930
Synval Filgueiras de Moraes Junior	**267**	109
Marcelo Borja Filgueiras de Moraes	**355**	145
Silvane Borja Filgueiras de Moraes Nolli	**267**	109
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	**14.399**	5.804
	16.448	7.349
Juros sobre capital próprio a pagar		
M&G Consultoria e Participações Ltda.	**5**	-
ERG Participações Ltda.	**38**	-
Credicom - Comercial Informática e Serviços Ltda.	**22**	-
Diferencial Empreendimentos Imobiliários Ltda.	**4**	-
Synval Filgueiras de Moraes Junior	**30**	-
Marcelo Borja Filgueiras de Moraes	**40**	-
Silvane Borja Filgueiras de Moraes Nolli	**30**	-
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	**1.616**	-
	1.785	-
Débitos com partes relacionadas (a)		
Águas de Niterói S.A.	-	6
Águas de Araçoiaba S.A.	-	7
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	**1.136**	738
	1.136	751
Total do passivo circulante	**19.369**	8.100
Passivo não circulante:		
Contratos de mútuo		
Erco Engenharia S.A.	-	56
Total do passivo	**19.369**	8.156

Resultado com partes relacionadas	31/12/2022	31/12/2021
Despesas		
Contrato de gestão - *Management Fee* (a)		
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	**(8.293)**	(6.546)

(a) Os saldos decorrem de transações entre concessionárias do mesmo grupo econômico, vinculadas à compra e venda de materiais ou das prestações de serviços, oriundos do: i) contrato de fruição de utilidades comuns com a Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda., resultando na estrutura de Unidade de Administração Central (UAC) para as áreas de finanças, planejamento, recursos humanos, tecnologia da informação e logística; ii) do contrato de gestão centralizada (*Management Fee*) com a Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. **21. Outras obrigações:** O saldo da conta de outros exigíveis tem a seguinte composição:

	31/12/2022	31/12/2021
Participação nos lucros - empregados	-	402
Despesas gerais	**1**	17
Retenção contratual	**1.390**	1.009
Adiantamento de clientes	**246**	255
Outros	**151**	104
	1.788	1.787

22. Patrimônio líquido: a) Capital social: O capital social realizado é de R$ 44.700 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 44.700 em 31 de dezembro de 2021) e está representado por 5.699.850 (cinco mil, seiscentas e noventa e nove e oitocentos e cinquenta) ações nominativas, sem valor nominal, sendo 1.899.950 (um mil, oitocentos e noventa e nove e novecentos e cinquenta) ações ordinárias e 3.799.900 (três mil, setecentos e noventa e nove e novecentas) ações preferenciais.

Posição acionária em 31 de dezembro de 2022	ON	PN	Total	% Capital Total
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	1.775.869	3.384.340	5.160.209	90,5324%
Synval Filgueiras de Moraes Junior	31.811	63.622	95.433	1,6743%
Marcelo Borja Filgueiras de Moraes	42.415	84.828	127.243	2,2324%
Silvane Borja Filgueiras de Moraes Nolli	31.811	63.622	95.433	1,6743%
Credicom - Comercial Informática e Serviços Ltda.	5.742	64.751	70.493	1,2368%
ERG Participações Ltda.	9.846	111.036	120.882	2,1208%
Acionistas minoritários	**2.456**	**27.701**	**30.157**	**0.5291%**
	1.899.950	**3.799.900**	**5.699.850**	**100%**

b) Reserva legal: Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. c) Reserva para investimentos: Constituída reserva para investimentos de importância não inferior a 5% e não superior a 75% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, cuja finalidade é financiar suas atividades, inclusive através da subscrição de aumentos de capital ou da criação de novos empreendimentos. A reserva para investimentos não pode exceder a 80% do capital social subscrito. d) Dividendos e juros sobre capital próprio: Os acionistas têm assegurado, em cada exercício, dividendos não inferiores a 25% do lucro líquido, calculados nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Em 30 de dezembro de 2022 foram distribuídos dividendos extraordinários no total de R$ 6.500, mediante reversão de reserva de retenção de lucros. No decorrer do exercício de 2022 houve destinação de juros sobre o capital próprio no valor total de R$ 2.100, sendo R$ 315 referentes a imposto de renda retido na fonte, resultando em um valor líquido de R$ 1.785 para distribuição aos acionistas. A destinação do lucro para distribuição de dividendos foi a seguinte:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido	**33.414**	28.686
Constituição da reserva legal - 5%	**(1.671)**	(1.434)
Base de cálculo dos dividendos	**31.743**	27.252
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	**7.936**	6.813

e) Reserva para retenção de lucros: Para atender a projetos de investimentos previstos no orçamento de capital, a Concessionária retém parte do lucro do exercício, conforme disciplinado pelo artigo 196 da Lei nº 6.404/76.

23. Receita líquida	31/12/2022	31/12/2021
Receita de prestação de serviços	**195.407**	155.056
Receita de construção	**65.140**	51.279
Cancelamentos	**(1.280)**	(595)
Receita bruta	**259.267**	205.740
Deduções da receita bruta		
PIS e COFINS sobre serviços prestados	**(17.910)**	(14.263)
Descontos concedidos	**(508)**	(268)
Receita líquida	**240.849**	191.209

24. Custos dos serviços prestados	31/12/2022	31/12/2021
Taxas de recursos hídricos e ambientais	**(865)**	(785)
Ônus da concessão	**(822)**	(678)
Energia elétrica	**(20.019)**	(16.902)
Custo de construção	**(65.140)**	(51.279)
Materiais aplicados nos serviços	**(6.336)**	(4.333)
Salários e benefícios a empregados	**(16.885)**	(13.520)
Utilização de imóveis e telefonia	**(4)**	(11)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	**(4.029)**	(3.363)
Serviços de terceiros	**(8.890)**	(6.811)
Depreciações e amortizações	**(7.139)**	(7.448)
Outros custos	**(382)**	(352)
	(130.511)	(105.482)

25. Despesas gerais e administrativas	31/12/2022	31/12/2021
Salários e benefícios a empregados	**(14.513)**	(11.638)
Utilização de imóveis e telefonia	**(738)**	(664)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	**(1.204)**	(928)
Serviços de terceiros	**(16.544)**	(13.953)
Despesas com contencioso	**(679)**	(564)
Impostos, encargos, taxas e contribuições	**(135)**	(71)
Depreciações e amortizações	**(434)**	(400)
Provisão perdas de crédito das contas a receber	**(8.809)**	(8.522)
Reversões de contingências	**82**	13.066
Outras despesas	**(4.511)**	(3.029)
	(47.485)	(26.703)

26. Resultado financeiro	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras		
Rendimentos com aplicações financeiras	**9.065**	5.422
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	**(593)**	(403)
Juros e multas vinculadas à operação	**3.620**	2.764
Ganhos com operações de *swap*	**66**	348
Ganhos com derivativos	**84**	38
Outras receitas financeiras	**1**	124
	12.243	8.293
Despesas financeiras		
Juros com empréstimos e financiamentos	**(21.529)**	(21.244)
Juros sobre arrendamentos	**(70)**	(95)
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	**(56)**	-
Atualização monetária das contingências	**(160)**	(1.197)
Tributos sobre operações financeiras	**(17)**	(15)
Descontos concedidos	**(3.729)**	(611)
Perdas com operações de *swap*	**(60)**	-
Perdas com derivativos	**(120)**	(668)
Outras despesas financeiras	**(659)**	(667)
	(26.400)	(24.497)
Resultado financeiro	**(14.157)**	(16.204)

27. Seguros: O Grupo Águas do Brasil adota a política de contratar cobertura de seguros de forma global para riscos de engenharia, patrimoniais, ambientais e de responsabilidade civil dos administradores (D&O), entre outros, especificamente associados à natureza de sua atividade. Os seguros contratados possuem cobertura sobre construção, fornecimento ou prestação de serviços. A cobertura dos seguros em 31 de dezembro de 2022 está apresentada a seguir:

Descrição seguro	Vigência das apólices	Cobertura
Responsabilidade civil administradores - D&O	27/09/2022 a 27/09/2023	50.000
Responsabilidade civil geral	17/01/2023 a 17/01/2024	13.000
Riscos operacionais	30/12/2022 a 17/01/2024	75.000
Risco de engenharia e responsabilidade civil	31/12/2022 a 31/12/2023	80.813
Riscos ambientais	22/12/2022 a 22/12/2023	5.000
Garantia de Concessão	30/11/2022 a 01/12/2023	187.226
Seguro de veículos	17/10/2022 a 17/10/2023	200

28. Transações que não envolvem caixa: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Concessionária realizou as seguintes atividades que não envolveram caixa e, portanto, foram excluídas da demonstração dos fluxos de caixa:

	31/12/2022	31/12/2021
Adições e remensurações direito de uso	**92**	47
Juros capitalizados	**5.140**	2.815
Baixa de saldo de mútuo	**(56)**	-
IRRF sobre swap	**10**	-
Baixa referente à rescisão do contrato de direito de uso - ativo	-	99
Baixa referente à rescisão do contrato de direito de uso - passivo	-	(108)
	5.186	2.853

Carlos Alberto Vieira Gontijo - **Diretor**
Thiago Contage Damaceno - **Diretor**
Contadora: Gabriela Ferreira Nunes Alves - CRC/RJ 100510/O-9
CPF: 080.376.027-29

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras: Aos Administradores da **Concessionária Águas de Juturnaíba S.A.** - Rio de Janeiro - RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Águas de Juturnaíba S.A. ("Concessionária"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Concessionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Concessionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Concessionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Concessionária. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Concessionária. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Concessionária a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 30 de março de 2023.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC SP-015199/F;
Gláucio Dutra da Silva - Contador CRC-RJ090174/O

Água Clara Energética S.A.

CNPJ/MF nº 09.612.278/0001-94

Balanços Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em Milhares de Reais)*

Ativo	2022	2021
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	**86**	48
Contas a receber	**588**	172
Despesas antecipadas	**49**	50
Estoques	**342**	346
Impostos a recuperar	**14**	9
Total do ativo circulante	**1.079**	625
Não circulante		
Imobilizado	**8.449**	8.559
Arrendamento Mercantil	**23**	37
Total do ativo não circulante	**8.472**	8.596
Total do ativo	**9.551**	9.221

Passivo	2022	2021
Circulante		
Contas a pagar	**850**	665
Empréstimos e financiamentos		1.464
Impostos e contribuições a recolher	**22**	38
Arrendamento Mercantil	**17**	16
Outras contas a pagar	**30**	27
Total do passivo circulante	**919**	2.210
Não circulante		
Arrendamento Mercantil – LP	**14**	32
Total do passivo não circulante	**14**	32
Patrimônio líquido		
Capital social	**8.695**	5.625
Prejuízos acumulados	**(5.901)**	(4.621)
Ajuste de avaliação patrimonial	**5.824**	5.975
Total do patrimônio líquido	**8.618**	6.979
Total do patrimônio líquido e do passivo	**9.551**	9.221

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2021 e 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**4.295**	**6.126**	**(3.542)**	**6.879**
Aumento de capital ocorrido no exercício	1.330	–	–	1.330
Realização da avaliação patrimonial	–	(151)	151	–
Prejuízo do exercício	–	–	(1.230)	(1.230)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**5.625**	**5.975**	**(4.621)**	**6.979**
Aumento de capital ocorrido no exercício	**3.070**	**–**	**–**	**3.070**
Realização da avaliação patrimonial	**–**	**(151)**	**151**	**–**
Prejuízo do exercício	**–**	**–**	**(1.431)**	**(1.431)**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**8.695**	**5.824**	**(5.901)**	**8.618**

Demonstrações do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em Milhares de Reais)*

	2022	2021
Receita operacional líquida	**1.952**	1.826
Custo de geração de energia	**(1.097)**	(1.068)
Lucro bruto	**855**	758
Despesas operacionais		
Gerais e administrativas	**(2.252)**	(1.894)
Outras despesas operacionais	**(3)**	(45)
	(2.255)	(1.939)
Prejuízo antes do resultado financeiro	**(1.400)**	(1.181)
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	**37**	48
Despesas financeiras	**(13)**	(27)
	24	21
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	**(1.376)**	(1.160)
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	**(53)**	(70)
Prejuízo líquido do exercício	**(1.429)**	(1.230)

Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira
Diretor – CPF: 071.000.747-70
Carlos Gustavo Nogari Andrioli
Diretor – CPF: 861.403.379-68
Érica Moraes da Costa Lisboa Ferreira
Contadora – CRC RJ-119.036-O
Hamilton Ferreira da Silva
Controller – CRC 1SP-217.225/O-5

As demonstrações financeiras completas contendo as notas explicativas, acompanhadas do parecer da auditoria externa, sem ressalvas, encontram-se no site (www.elera.com/transparencia/) e na sede da Companhia.

Geração Bioeletricidade Vista Alegre II S.A.

CNPJ/MF nº 15.103.714/0001-00

Balanços Patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de reais)*

Ativo	2022	2021
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	88	842
Contas a receber	4.407	3.250
Despesas antecipadas	72	261
Impostos a recuperar	1.500	868
Total do ativo circulante	**6.067**	**5.221**
Não circulante		
Imobilizado	90.211	95.592
Total do ativo não circulante	**90.211**	**95.592**
Total do ativo	**96.278**	**100.813**

Passivo	2022	2021
Circulante		
Contas a pagar	6.205	10.109
Empréstimos e financiamentos	–	–
Impostos e contribuições a recolher	142	33
Outras contas a pagar	–	1.182
Total do passivo circulante	**6.347**	**11.324**
Patrimônio líquido		
Capital social	93.725	93.025
Prejuízos acumulados	**(3.794)**	**(4.236)**
Total do patrimônio líquido	**89.931**	**88.789**
Recursos destinados a aumento de capital	–	700
Total do patrimônio líquido e dos recursos destinados a aumento de capital	**89.931**	**89.489**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**96.278**	**100.813**

Demonstrações do Resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de reais)*

	2022	2021
Receita Operacional Líquida	30.261	32.530
Custo de geração de energia	(29.623)	(36.744)
Lucro bruto	638	(4.214)
Receitas (Despesas) operacionais		
Gerais e administrativas	(280)	(332)
Outras receitas (despesas) operacionais	(1)	3
	(281)	**(329)**
Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos	357	(4.543)
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	210	331
Despesas financeiras	(13)	(24)
	197	**307**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	554	(4.236)
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	(112)	–
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	442	(4.236)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Reserva de lucros		Prejuízos acumulados	Total	Recursos destinados a aumento de capital	Total
		Legal	Dividendo complementar				
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**122.224**	**–**	**–**	**(15.199)**	**107.025**	**–**	**107.025**
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	–	–	–	700	700
Redução de capital para absorção de preuízo	(15.199)	–	–	15.199	–	–	–
Redução de capital ocorrido no exercício	(14.000)	–	–	–	(14.000)	–	(14.000)
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	(4.236)	(4.236)	–	(4.236)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**93.025**	**–**	**–**	**(4.236)**	**88.789**	**700**	**89.489**
Adiantamento para futuro aumento de capital	700				700	(700)	–
Prejuízo líquido do exercício	**–**	**–**	**–**	442	442	**–**	442
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**93.725**	**–**	**–**	**(3.794)**	**89.931**	**–**	**89.931**

Carlos Gustavo Nogari Andrioli – Diretor CPF: 861.403.379-68
Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira – Diretor CPF: 071.000.747-70
Érica Moraes da Costa Lisboa Ferreira – Contadora CRC RJ-119.036-O
Hamilton Ferreira da Silva – Controller CRC 1SP-217225/O-5

As demonstrações financeiras completas contendo as notas explicativas, acompanhadas do parecer da auditoria externa, sem ressalvas, encontram-se no site (https://www.elera.com/transparencia/) e na sede da Companhia.

ÁGUAS DO PARAÍBA S.A.

CNPJ 01.280.003/0001-99

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	**86.231**	21.947
Contas a receber de clientes	7	**76.093**	62.028
Estoques		**1.792**	1.166
Despesas antecipadas		**216**	593
Créditos com partes relacionadas	22	**1.038**	176
Tributos a recuperar	8	**958**	1.061
Outros ativos		**950**	443
		167.278	87.414
Não circulante			
Aplicações financeiras vinculadas	9	**4.204**	3.709
Tributos diferidos	19	**3.534**	3.966
Depósitos judiciais		**9**	9
Tributos a recuperar	8	**48**	-
Operações com derivativos	17	**532**	678
Ativo de direito de uso	10	**27**	43
Imobilizado	11	**2.532**	2.196
Ativo de contrato	12	**55.188**	60.948
Intangível	13	**267.803**	248.967
		333.877	320.516
Total do ativo		**501.155**	407.930

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	14	**2.051**	3.569
Empréstimos e financiamentos	15	**22.834**	66.046
Passivos de arrendamento	15	**24**	20
Debêntures e notas comerciais escriturais	16	**11.053**	5.389
Obrigações tributárias	18	**9.978**	9.310
Obrigações trabalhistas		**4.541**	3.278
Obrigações com acionistas	22	**14.135**	31.000
ICMS a devolver a clientes	20	**213**	213
Débitos com partes relacionadas	22	**2.048**	1.487
Adiantamentos de clientes		**265**	276
Outras obrigações		**947**	1.746
		68.089	122.334
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	**151.130**	110.798
Passivos de arrendamento	15	**10**	30
Debêntures e notas comerciais escriturais	16	**96.019**	11.994
Provisões para contingências	21	**3.477**	3.616
		250.636	126.438
Patrimônio líquido	23		
Capital social		**116.500**	116.500
Reservas de lucros		**65.930**	42.658
		182.430	159.158
Total do passivo e patrimônio líquido		**501.155**	407.930

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida	24	**291.631**	255.560
Custo dos serviços prestados	25	**(130.821)**	(120.741)
Lucro bruto		**160.810**	134.819
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	26	**(58.948)**	(53.328)
Outras receitas operacionais		**103**	311
		(58.845)	(53.017)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**101.965**	81.802
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	27	**16.908**	11.168
Despesas financeiras	27	**(48.187)**	(28.736)
		(31.279)	(17.568)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		**70.686**	64.234
Imposto de renda e contribuição social-corrente	19b	**(20.404)**	(17.104)
Imposto de renda e contribuição social-diferido	19b	**184**	(4.520)
Lucro líquido do exercício		**50.466**	42.610

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	**50.466**	42.610
Total do resultado abrangente do exercício	**50.466**	42.610

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

		Reserva de lucros				
	Capital social	Reserva Legal	Reserva de Investimentos	Retenção de Lucros	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2021	116.500	13.632	35.551	66.430	-	232.113
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	42.610	42.610
Dividendos distribuídos	-	-	(18.135)	(66.430)	-	(84.565)
Proposta de destinação do resultado do exercício						-
Reserva legal	-	2.130	-	-	(2.130)	-
Reserva de investimentos	-	-	474	-	(474)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(10.120)	(10.120)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	(20.880)	(20.880)
Retenção de lucros	-	-	-	9.006	(9.006)	-
Saldos 31 de dezembro de 2021	116.500	15.762	17.890	9.006	-	159.158
Lucro líquido do período	**-**	**-**	**-**	**-**	**50.466**	**50.466**
Dividendos distribuídos	**-**	**-**	**-**	**(4.500)**	**-**	**(4.500)**
Juros sobre capital próprio	**-**	**-**	**-**	**(10.092)**		**(10.092)**
Proposta de destinação do resultado do exercício						
Reserva legal	**-**	**2.523**	**-**	**-**	**(2.523)**	**-**
Reserva de investimentos	**-**	**-**	**1.798**	**-**	**(1.798)**	**-**
Dividendos mínimos obrigatórios	**-**	**-**	**-**	**-**	**(11.986)**	**(11.986)**
Retenção de lucros	**-**	**-**	**-**	**33.543**	**(34.159)**	**(616)**
Saldos 31 de dezembro de 2022	**116.500**	**18.285**	**19.688**	**27.957**	**-**	**182.430**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do fluxo de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício antes dos tributos sobre o lucro	**70.686**	64.234
Ajustes para reconciliar o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido:		
Depreciação e amortização	**21.435**	21.284
Juros sobre empréstimos e financiamentos e arrendamentos e amortização de custos de transação sobre empréstimos e financiamentos	**27.273**	19.539
Juros sobre debêntures e notas comerciais escriturais e amortização de custos de transação sobre debêntures e notas comerciais escriturais	**13.866**	2.118
Ganho (perda) com operações de *swap*	**(12)**	(1.320)
Variações monetárias e cambiais	**1.247**	110
Atualização monetária das contingências	**397**	1.260
Perdas de créditos das contas a receber	**2.387**	12.229
Reversões de contingências	**(535)**	(6.844)
Resultado na alienação/baixa de imobilizado/intangível	**243**	(62)
Ganho com derivativos	**146**	2.404
Variações dos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	**(23.586)**	(19.441)
Estoques	**(626)**	(16)
Depósitos judiciais	**-**	8
Tributos a recuperar	**(2.228)**	(1.102)
Despesas antecipadas	**377**	(568)
Outros ativos	**(507)**	324
Aplicações financeiras vinculadas	**(495)**	(2.039)
Fornecedores	**(1.518)**	1.724
Obrigações tributárias	**(646)**	65
Obrigações trabalhistas	**1.263**	294
Partes relacionadas, líquidas	**(301)**	157
Outras obrigações	**(810)**	(1.103)
	108.056	93.255
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	**(18.281)**	(13.024)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos e arrendamentos	**(19.584)**	(14.301)
Pagamento de juros sobre debêntures e notas comerciais	**(7.569)**	(1.988)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**62.622**	63.942
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao imobilizado	**(959)**	(753)
Adições ao ativo de contrato e intangível	**(34.235)**	(34.698)
Valor recebido pela venda de imobilizado/intangível	**124**	148
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	**(35.070)**	(35.303)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	**(41.929)**	(120.999)
Captações de debêntures e notas comerciais escriturais	**89.108**	-
Captações de empréstimos e financiamentos	**11.115**	15.096
Pagamento de juros sobre arrendamentos	**(21)**	(66)
Pagamento de juros sobre debêntures e notas comerciais escriturais	**(5.953)**	(5.912)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	**(15.561)**	(6.590)
Derivativos recebidos (pagos), líquidos	**(27)**	1.122
Caixa líquido gerado pelas (consumido pelas) atividades de financiamentos	**36.732**	(117.349)
Adição (redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa	**64.284**	(88.710)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**21.947**	110.657
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**86.231**	21.947

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Águas do Paraíba S.A. (a "Concessionária"), sociedade por ações de capital fechado, com sede localizada à Av. Dr. José Alves de Azevedo, n.º 233, Centro, no Município de Campos dos Goytacazes-RJ-Brasil, controlada por Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A., é uma sociedade de propósito específico de concessão entre a Prefeitura do Município de Campos dos Goytacazes e a Águas do Paraíba S.A. (Concessionária), através do Contrato de Concessão oriundo da Concorrência Pública nº 001/96 de 16 de setembro de 1996, com prazo inicial de 30 anos prorrogáveis contados da data de emissão da ordem de serviço inicial, que foi em 14 de setembro de 1999. Em 23 de novembro de 2007, 20 de maio de 2015 e 6 março de 2020 foram assinados termos aditivos para prorrogação de mais 108, 72 e 180 meses, respectivamente, passando o término do contrato para setembro de 2059. Seu objeto é a gestão integrada dos sistemas e serviços de saneamento básico de água e de esgotos sanitários no perímetro urbano do Município de Campos, Estado do Rio de Janeiro. O serviço público de água e esgoto compreende os serviços de operação, conservação, manutenção, modernização, ampliação, exploração e a cobrança direta aos usuários dos serviços, abrangendo, ainda, estudos técnicos, serviços e obras necessárias à consecução deste objeto ao longo do período da Concessão. A remuneração da Concessionária pelos serviços prestados considera a tarifa contratual cobrada diretamente dos usuários, conforme proposto no contrato de concessão, e tem por base os volumes de água e esgoto faturáveis e demais serviços, de forma a possibilitar a devida remuneração do capital investido pela Concessionária. A tarifa, conforme contrato, será reajustada anualmente ou toda vez que for comprovada quebra do equilíbrio econômico-financeiro para uma das partes, de forma a realizar a devida remuneração dos custos de operação, manutenção e financiamentos, decorrentes dos investimentos realizados. Findo o prazo da presente concessão, todos os bens públicos e instalações utilizadas pela Concessionária, bem como todas as obras e instalações por ela realizadas para operar plenamente os serviços concedidos, serão revertidas automaticamente para a Prefeitura de Campos dos Goytacazes. **Pandemia de Covid-19:** A Concessionária possui uma equipe médica, que continua acompanhando as suspeitas e casos de Covid-19, sempre seguindo as orientações das autoridades de saúde para manter a segurança de seus colaboradores e a continuidade de suas operações. Além disso, contam com o programa de vacinação contra a gripe. A Administração da Concessionária analisou os riscos e incertezas relacionados à pandemia de Covid-19 e não foram identificados impactos relevantes que requeressem ajustes sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos Técnicos ("CPCs"), as Interpretações Técnicas ("ICPCs") e Orientações Técnicas ("OCPCs") do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Adicionalmente, a Concessionária considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Concessionária preparou essas demonstrações financeiras com base no pressuposto de continuidade operacional. A Administração da Concessionária não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade da Concessionária. Em 30 de março de 2023, a diretoria executiva da Concessionária autorizou a conclusão destas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras da Concessionária foram preparadas com base no custo histórico, como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Concessionária. **3. Principais políticas contábeis: 3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. **3.2. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Concessionária. Se o prazo de recebimento é igual ou inferior a um ano, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, através da provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber. Esta provisão é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Concessionária não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais de vencimento. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, as contas a receber não consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa. **3.3. Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado ou os valores líquidos de realização e/ou os de reposição. Os estoques de materiais destinados à construção e melhorias da infraestrutura da concessão são contabilizados no intangível, como parte integrante do contrato de concessão. **3.4. Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável *(impairment)*, se houver. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a Concessionária. O valor contábil de itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém o controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis econômicas estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Equipamentos de informática	5 anos
Veículos	5 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	25 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Outros imobilizados	10 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada exercício e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva. Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos. **3.5. Ativo de contrato:** Os bens vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Concessionária de cobrar pelos serviços prestados aos clientes. Assim, os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos e financiamentos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos transferidos para o ativo intangível. **3.6. Intangível:** a) Sistema de água e esgoto: A Concessionária reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário presente nos contratos de concessão, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê (OCPC 05). O ativo intangível é determinado como sendo o valor da receita de construção auferida na construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Concessionária. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Concessionária. A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro. b) Softwares: As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada. **3.7. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC 48, que determina a classificação dos ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao custo amortizado. Dependendo das características de cada instrumento, eles podem ser classificados em resultado financeiro ou em outros resultados abrangentes. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela Administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais. A Concessionária classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias: Ativos financeiros-custo amortizado: São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas especificas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. Ativos financeiros-valor justo por meio do resultado: São reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado; e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos. Ativos financeiros-mensuração inicial: No reconhecimento inicial a Concessionária mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. Ativos financeiros-mensuração subsequente: • *Custo amortizado*: esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago. • *Valor justo por meio do resultado*: os ativos classificados dentro desse grupo são contabilizados por meio de reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. Passivos financeiros-reconhecimento inicial: Todos os passivos financeiros da Concessionária são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Concessionária incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, passivos de arrendamento, ônus da concessão e débitos com partes relacionadas. Passivos financeiros-mensuração subsequente: • *Custo amortizado*: são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos ou através do acréscimo da taxa efetiva. • *Valor justo por meio do resultado*: são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros: Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e • A Concessionária transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. Compensação de instrumentos financeiros: Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **3.8. Perda por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros e não financeiros:** Os ativos da Concessionária são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda e, se houver, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso do ativo. A Concessionária baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos abrangem o período da concessão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não foi identificado nenhum evento indicando a não recuperabilidade dos ativos da Concessionária. **3.9. Arrendamentos:** A Concessionária avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. A Concessionária como arrendatária: A Concessionária aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, reconhecendo os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e os ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Ativos de direito de uso: A Concessionária reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Passivos de arrendamento: Na data de início do arrendamento, a Concessionária reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Concessionária usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor dos passivos de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor: A Concessionária aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **3.10. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Concessionária tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesas no período em que são incorridos. **3.11. Tributos:** Imposto de renda e contribuição social correntes: A Concessionária adota o lucro real como regime de tributação para apuração do imposto de renda e da contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de duzentos e quarenta mil reais anuais para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos tendo como base os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa da contribuição social e as adições e exclusões temporárias, oriundas das diferenças entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores considerados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias oriundas do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que, na data da transação, não afete o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço, avaliando-se a sua recuperabilidade, de acordo com premissas de projeções, e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Tributos sobre as receitas: As receitas de serviços estão sujeitas à Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS, à alíquota de 1,65% e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, à alíquota de 7,60%. Estes encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado. **3.12. Benefícios a empregados:** Os salários, incluindo provisões para férias, 13º salário e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência. A provisão para participação nos resultados é constituída de acordo com a competência, sendo contabilizada como despesa operacional. Plano de previdência privada de funcionários: Os custos do plano de previdência privada, em sua totalidade na modalidade de contribuição definida, são rateados entre os funcionários elegíveis e a Concessionária, participação esta que se inicia na proporção de 50% pelos funcionários e 50% pela Concessionária, percentual que, com o passar do tempo, poderá chegar a 20% para os funcionários e 80% para a Concessionária. **3.13. Provisões:** Geral: São reconhecidas quando a Concessionária possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas: O Concessionária é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.14. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos financeiros decorrentes de operações de longo prazo ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto de mercado da data das transações. Não foram reconhecidos ajustes a valor presente no exercício. **3.15. Receita operacional:** i) Receita de prestação de serviços: Receitas relativas ao tratamento e distribuição de água e de coleta e tratamento de esgotamento sanitário. São reconhecidas por ocasião do consumo de água ou da prestação de serviços. As receitas ainda não faturadas, cujos serviços já foram prestados, são reconhecidas com base em estimativas mensais dos serviços completados. A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água e é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados. ii) Receitas de construção: A receita relacionada à construção, compreende obrigações de desempenho referentes a projetos de infraestrutura, de acordo com o contrato de concessão. Dessa forma, a construção da infraestrutura necessária para a distribuição de água e coleta e tratamento de esgotamento sanitário é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente, sendo a correspondente receita reconhecida ao resultado. Para mensuração destas receitas, a Concessionária estima que a margem é irrelevante, considerando-a zero. Portanto, esta receita de construção é mensurada sem adicional de margem sobre o custo de construção. **3.16. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem as receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros e multas vinculadas à operação e ganhos com derivativos. A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de taxa de juros efetiva. As despesas financeiras abrangem substancialmente os juros e variação monetária com empréstimos e financiamentos, juros sobre arrendamentos, variação monetária sobre contingências, descontos concedidos e perdas com derivativos. As despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido. **3.17. Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e refletem as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3.18. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022:** As normas apresentadas a seguir foram revisadas e passaram a ser aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1° de janeiro de 2022 e, portanto, estão sendo adotadas nestas demonstrações financeiras. A adoção dessas alterações de normas não resultou em impacto relevante sobre as divulgações ou os valores divulgados. Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1): As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como: • Contrato oneroso-custos de cumprimento de contrato; • Ativo imobilizado-vendas antes do uso pretendido; e • Referências à estrutura conceitual. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Concessionária. A Concessionária pretende adotar as mudanças para períodos futuros, caso se tornem aplicáveis. **3.19. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão dessas demonstrações financeiras, estão descritas a seguir e todas são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023. A Concessionária pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. CPC 50-Contratos de seguro: Uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Essa norma não se aplica a Concessionária. Alterações ao CPC 26: Classificação de passivos como circulante ou não circulante: A norma especifica os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: i) o que significa um direito de postergar a liquidação; ii) que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; iii) que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros da Concessionária. Alterações ao CPC 23: Definição de estimativas contábeis e divulgação de políticas contábeis: As alterações na norma esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, há o esclarecimento de como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. A Concessionária avaliará o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. Alterações ao CPC 32: Tributos diferidos relacionados a ativos e passivos originados de uma simples transação: As alterações restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros da Concessionária. **4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Julgamentos: A elaboração das demonstrações financeiras pela Concessionária requer que a Administração adote julgamentos profissionais, estimativas e premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. A incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar à necessidade de ajustes em períodos futuros no valor contábil do ativo ou passivo afetado. Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão: A concessionária determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja

ÁGUAS DO PARAÍBA S.A.

CNPJ 01.280.003/0001-99

avaliada como razoavelmente certa. Os contratos de arrendamento são avaliados, sob o julgamento de haver a intenção de exercer a opção de renovação ou de rescisão. Nesta avaliação, a Concessionária considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Concessionária reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir. Estimativas e premissas contábeis: As principais premissas relativas a incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incertezas nas estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de gerar um ajuste significativo no valor contábil de ativos e passivos no exercício seguinte, são consideradas a seguir: *a) Vida útil dos ativos intangíveis:* Os ativos intangíveis das concessões de serviços públicos são amortizados pelo método linear e refletem o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Concessionária, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Os ativos intangíveis têm a sua amortização iniciada quando estão disponíveis para uso, em seu local e na condição necessária para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Concessionária. *b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:* A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. *c) Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber:* A provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes, de acordo com os seguintes critérios: *i) Contas vencidas há mais de seis meses:* Esses créditos são considerados como perdas assim que atingem seis meses de atraso, até o limite de R$5, por nota fiscal, de acordo com a Lei nº 9.430/1996 e, a partir de 08/10/2014, até o limite de R$15, de acordo com a Lei nº 13.097/2015, sendo baixados diretamente de contas a receber contra o resultado. *ii) Contas vencidas há mais de um ano:* Esses créditos são considerados como perdas assim que atingem um ano de atraso, de valores acima de R$5 até R$30, por operação, de acordo com a Lei nº 9.430/1996 e, a partir de 08/10/2014, de valores acima de R$15 até R$100, de acordo com a Lei nº 13.097/2015, sendo contabilizados como despesa, tendo como contrapartida a conta redutora de contas a receber. *iii) Perdas gerenciais:* São provisionadas e registradas em conta de resultado, como perdas não dedutíveis para efeito de imposto de renda e contribuição social. -Valores até R$5, vencidas entre 90 e 180 dias, emitidas até 07/10/2014; -Valores até R$15, vencidas entre 90 e 180 dias, emitidas a partir de 08/10/2014; -Valores maiores que R$5, vencidas entre 90 e 365 dias, emitidas até 07/10/2014; -Valores maiores que R$15, vencidas entre 90 e 365 dias, emitidas a partir de 08/10/2014; -Valores maiores que R$30, vencidas há mais de um ano, emitidas até 07/10/2014; -Valores maiores que R$100, vencidas há mais de um ano, emitidas a partir de 08/10/2014. *d) Receita não faturada:* As receitas ainda não faturadas representam serviços prestados para os quais ainda não foram realizadas leituras. São reconhecidas com base em estimativas mensais calculadas de acordo com último faturamento de cada ciclo de leitura. Informações adicionais da receita e contas a receber estão descritas nas Notas 3.15 e 7. **5. Gestão de riscos financeiros: 5.1. Instrumentos financeiros por categoria:** A Concessionária efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores justos, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores contábeis e valores justos dos instrumentos financeiros da Concessionária, em 31 de dezembro de 2022, são como segue:

			31/12/2022		31/12/2021	
	Classificação por categoria	Hierarquia do valor justo	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo
Ativos financeiros						
Equivalentes de caixa (aplicações financeiras)	Valor justo por meio de resultado	**Nível 2**	**86.132**	**86.132**	**21.265**	**21.265**
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	-	**150.943**	**150.943**	**138.587**	**138.587**
Aplicações financeiras vinculadas	Valor justo por meio de resultado	**Nível 2**	**4.204**	**4.204**	**3.709**	**3.709**
Passivos financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado	-	**2.051**	**2.051**	**3.569**	**3.569**
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	-	**173.964**	**173.964**	**176.844**	**176.844**
Passivos de arrendamento	Custo amortizado	-	**34**	**34**	**50**	**50**
Debêntures e notas comerciais escriturais	Custo amortizado	-	**107.072**	**107.072**	**17.383**	**17.383**
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	-	**2.048**	**2.048**	**1.487**	**1.487**

As políticas de gerenciamento de risco da Concessionária são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Concessionária está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Concessionária. **5.2 - Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado de posições detidas pela Concessionária, incluindo as operações sujeitas às taxas de juros e riscos de preços. Risco de taxas de juros: Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Concessionária ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. A Concessionária utiliza a geração de caixa das atividades operacionais para gerir as suas operações, assim como para garantir seus investimentos e expansão. Para suprir eventuais necessidades de caixa para desenvolvimento do negócio, a Concessionária obtém empréstimos e financiamentos, debêntures ou notas escriturais em moedas locais sujeitos à flutuação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), do Índice Nacional de Preços ao Consumidor ("IPCA"), da Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP") e da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia ("SELIC"). O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que impactem seus fluxos de caixa. A Concessionária também está exposta à flutuação de taxas de juros referentes ao saldo de aplicações financeiras, que são remuneradas com base em percentuais do CDI. A análise de sensibilidade, dos juros sobre os equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, debêntures e notas comerciais escriturais, utilizou as projeções do CDI, IPCA, TJLP e SELIC para os próximos 12 meses, este definido como cenário provável, por meio dos relatórios de análise econômica do Itaú. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Operação	Risco	Valor contábil	Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Ativo					
Equivalentes de caixa	**CDI**	**86.132**	**97.777**	**100.688**	**103.600**
Passivo					
Empréstimos e financiamentos	**CDI**	**(63.537)**	**(72.127)**	**(74.275)**	**(76.422)**
Empréstimos e financiamentos	**IPCA**	**(3.770)**	**(3.992)**	**(4.047)**	**(4.103)**
Empréstimos e financiamentos	**SELIC**	**(1.999)**	**(2.254)**	**(2.318)**	**(2.381)**
Empréstimos e financiamentos	**TJLP**	**(106.179)**	**(113.675)**	**(115.555)**	**(117.423)**
Debêntures e notas comerciais escriturais	**CDI**	**(107.072)**	**(121.548)**	**(125.167)**	**(128.786)**
Passivo líquido		**(196.425)**	**(215.819)**	**(220.674)**	**(225.515)**
Efeito líquido			**(19.394)**	**(24.249)**	**(29.090)**
CDI (a.a.)			**13,52%**		
IPCA (a.a)			**5,89%**		
SELIC (a.a)			**12,75%**		
TJLP (a.a)			**7,06%**		

5.3-Risco de liquidez: É o risco de a Concessionária não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A abordagem da Concessionária na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Concessionária. As tabelas abaixo demonstram análise dos vencimentos para os passivos financeiros em aberto, sem os custos de transação relativos às debêntures, em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (valores não descontados):

	Valor Contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Em 31 de dezembro de 2022				
Fornecedores	**2.051**	**2.051**	**-**	**-**
Empréstimos e financiamentos	**173.964**	**22.983**	**27.003**	**126.251**
Passivos de arrendamento	**34**	**24**	**10**	**-**
Debêntures e notas comerciais escriturais	**107.071**	**11.363**	**35.902**	**60.811**
Débitos com partes relacionadas	**2.048**	**2.048**	**-**	**-**
	285.168	**38.469**	**62.915**	**187.062**

	Valor Contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Em 31 de dezembro de 2021				
Fornecedores	**3.569**	**3.569**	**-**	**-**
Empréstimos e financiamentos	**176.845**	**66.358**	**15.184**	**97.738**
Passivos de arrendamento	**50**	**20**	**21**	**9**
Debêntures e notas comerciais escriturais	**17.383**	**5.521**	**6.112**	**6.112**
Débitos com partes relacionadas	**1.487**	**1.487**	**-**	**-**
	199.334	**76.955**	**21.317**	**103.859**

5.4. Gestão de capital: Os objetivos da Concessionária ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. E, para atingimento desses objetivos, exerce uma gestão financeira e de capital centralizada. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Concessionária pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras empresas do setor, a Concessionária monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde aos empréstimos e financiamentos, passivos de arrendamento, debêntures e notas comerciais escriturais subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 podem ser assim sumariados:

	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	**173.964**	176.844
Passivos de arrendamento (Nota 15)	**34**	50
Debêntures e notas comerciais escriturais (Nota 16)	**107.072**	17.383
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	**(86.231)**	(21.947)
(-) Operações com derivativos	**(532)**	(678)
Dívida líquida (a)	**194.307**	171.652
Total do patrimônio líquido (b)	**182.430**	159.158
Total do capital (a+b)	**376.737**	330.810
Índice de alavancagem financeira-% [a/(a+b)]	**51,58%**	51,88%

6. Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	**99**	682
Aplicações financeiras	**86.132**	21.265
	86.231	21.947

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata, representados, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário - CDBs, os quais são registrados pelos valores nominais, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

7. Contas a receber de clientes	31/12/2022	31/12/2021
Clientes (a)	**132.610**	122.826
Clientes-parcelamento (b)	**17.632**	15.246
Pontos arrecadadores (c)	**701**	515
Perdas de créditos das contas a receber	**(74.850)**	(76.559)
	76.093	62.028

(a) A conta "Clientes" representa o saldo de contas emitidas e ainda não recebidas, além dos valores fornecidos ainda não faturados (ajuste por competência). (b) A conta de "Clientes-parcelamento" refere-se a acordos firmados entre os clientes e a Concessionária para a quitação de seus débitos. (c) Os "Pontos arrecadadores" são agentes arrecadadores que já receberam as contas dos clientes e ainda não repassaram para a Concessionária. O *aging list* de contas a receber é composto da seguinte forma:

	31/12/2022	31/12/2021
A vencer		
Faturado	**25.700**	20.837
Não faturado	**12.183**	9.819
Vencidas		
Até 30 dias	**13.204**	9.826
De 31 a 60 dias	**4.775**	4.217
De 61 a 90 dias	**3.039**	2.467
De 91 a 180 dias	**7.806**	6.920
Mais de 180 dias	**84.236**	84.501
	150.943	138.587

8. Tributos a recuperar: Os impostos e contribuições a recuperar estão assim representados:

	31/12/2022	31/12/2021
PIS	**171**	190
COFINS	**787**	871
	958	1.061

9. Aplicações financeiras vinculadas: O montante de R$ 4.204 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 3.709 em 31 de dezembro de 2021) corresponde à obrigação da Concessionária constante no Contrato de Financiamento na modalidade FINEM, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, onde a Concessionária se obriga, como garantia do pagamento de quaisquer obrigações do contrato, a constituir uma conta reserva com saldo não inferior ao montante equivalente à soma das prestações de amortizações do principal e juros da dívida, vencíveis nos três meses imediatamente subsequentes. **10. Ativo de direito de uso**

	31/12/2022			31/12/2022		
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Imóveis	102	(75)	27	**97**	**(54)**	**43**
	102	(75)	27	**97**	**(54)**	**43**

Movimentação do ativo de direito de uso:

	Saldos em 31/12/2021	Adições	Amortização	Saldos em 31/12/2022
Imóveis	43	**4**	**(20)**	**27**
	43	**4**	**(20)**	**27**

	Saldos em 31/12/2020	Adições	Amortização	Saldos em 31/12/2021
Imóveis	59	3	(19)	43
	59	3	(19)	43

11. Imobilizado		31/12/2022			31/12/2021
	Taxa de depreciação anual	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Equipamentos de informática	20%	**2.460**	**(1.576)**	**884**	691
Veículos	20%	**1.049**	**(376)**	**673**	584
Máquinas e equipamentos	10%	**204**	**(146)**	**58**	78
Móveis e utensílios	10%	**1.575**	**(685)**	**890**	814
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	**41**	**(14)**	**27**	29
Outros Imobilizados	10%	**87**	**(87)**	**-**	-
		5.416	**(2.884)**	**2.532**	2.196

Movimentação do imobilizado:	Saldos em 31/12/2021	Adições	Baixas	Depreciação	Saldos em 31/12/2022
Equipamentos de informática	691	**471**	**(3)**	**(275)**	**884**
Veículos	584	**277**	**(6)**	**(182)**	**673**
Máquinas e equipamentos	78	**-**	**(2)**	**(18)**	**58**
Móveis e utensílios	814	**211**	**(2)**	**(133)**	**890**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	29	**-**	**-**	**(2)**	**27**
	2.196	**959**	**(13)**	**(610)**	**2.532**

	Saldos em 31/12/2020	Adições	Baixas	Depreciação	Saldos em 31/12/2021
Equipamentos de informática	757	197	(10)	(253)	691
Veículos	323	373	(3)	(109)	584
Veículos arrendados	13	-	(12)	(1)	-
Máquinas e equipamentos	98	7	(8)	(19)	78
Móveis e utensílios	751	176	-	(113)	814
Benfeitorias em imóveis de terceiros	31	-	-	(2)	29
	1.973	753	(33)	(497)	2.196

12. Ativo de contrato	Saldos em 31/12/2021	Adições	Transferências	Saldos em 31/12/2022
Infraestrutura em construção	60.948	**31.334**	**(37.094)**	**55.188**
	60.948	**31.334**	**(37.094)**	55.188

	Saldos em 31/12/2020	Adições	Transferências	Saldos em 31/12/2021
Infraestrutura em construção	61.586	32.559	(33.197)	60.948
	61.586	32.559	(33.197)	60.948

As transferências ocorridas no exercício de 2022 e 2021 referem-se a movimentações entre o intangível e o ativo de contrato. Custos de empréstimos capitalizados: Os juros de empréstimos e financiamentos são capitalizados nos ativos de concessão durante o período em construção, sendo R$ 947 em 31 de dezembro de 2022, a uma taxa média ponderada de 11,46% a.a. (R$ 1.788 e 9,50% a.a. em 31 de dezembro de 2021).

13. Intangível		31/12/2022			31/12/2021
	Taxa de amortização anual	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Softwares e aplicativos	**20%**	**177**	**(160)**	**17**	22
Desenvolvimento de projetos	**20%**	**7.200**	**(7.200)**	**-**	-
Concessão/Infraestrutura		**395.843**	**(128.057)**	**267.786**	248.945
		403.220	**(135.417)**	**267.803**	248.967

Os valores reconhecidos na linha concessão/infraestrutura representam o valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão e sua respectiva amortização acumulada. As taxas utilizadas baseiam-se no prazo final da concessão ou na vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Sendo esse montante em 31 de dezembro de 2022 composto pelos seguintes ativos:

	31/12/2022			31/12/2021
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Captação	**1.680**	**(539)**	**1.141**	1.055
Adutoras	**4.699**	**(734)**	**3.965**	3.598
Estação de Tratamento de Água-ETA	**13.041**	**(6.118)**	**6.923**	7.231
Reservatório	**364**	**(50)**	**314**	317
Substituição/Expansão de rede de água	**93.416**	**(31.469)**	**61.947**	55.193
Ligação de água	**13.839**	**(1.743)**	**12.096**	11.166
Ligação de esgoto	**15.663**	**(1.624)**	**14.039**	8.594
Substituição/Expansão de rede de esgoto	**142.357**	**(53.237)**	**89.120**	87.420
Elevatória-esgoto	**13.206**	**(2.278)**	**10.928**	7.541
Estação de Tratamento de Esgoto-ETE	**57.481**	**(13.504)**	**43.977**	42.152
Emissário	**1.831**	**(295)**	**1.536**	1.610
Benfeitorias em imóveis de terceiros	**7.411**	**(3.327)**	**4.084**	4.363
Máquinas e equipamentos	**30.467**	**(12.959)**	**17.508**	18.436
Máquinas e equipamentos-bens arrendados	**388**	**(180)**	**208**	269
	395.843	**(128.057)**	**267.786**	248.945

Movimentação do intangível:	Saldos em 31/12/2021	Adições	Baixas	Amortização	Transferências	Saldos em 31/12/2022
Softwares e aplicativos	22	**7**	**-**	**(12)**	**-**	**17**
Concessão/Infraestrutura	248.945	**2.894**	**(354)**	**(20.793)**	**37.094**	**267.786**
	248.967	**2.901**	**(354)**	**(20.805)**	**37.094**	**267.803**

	Saldos em 31/12/2020	Adições	Baixas	Amortização	Transferências	Saldos em 31/12/2021
Softwares e aplicativos	33	6	-	(17)	-	22
Concessão/Infraestrutura	234.419	2.133	(53)	(20.751)	33.197	248.945
	234.452	2.139	(53)	(20.768)	33.197	248.967

As transferências ocorridas no exercício de 2022 e 2021 referem-se a movimentações entre o intangível e o ativo de contrato. **14. Fornecedores:** Os fornecedores estão assim representados:

	31/12/2022	31/12/2021
Mercadoria	**1.717**	2.349
Serviços	**56**	48
Infraestrutura	**265**	561
Outros	**13**	611
	2.051	3.569

15. Empréstimos, financiamentos e passivos de arrendamento

Linha de Crédito	Indexador	Juros	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos e Financiamentos				
FINAME (a)	TLP/IPCA	taxa entre 3,50% e 6,72% a.a.	**4.521**	5.674
FINEM (b)	TJLP	3,99% a.a.	**102.811**	97.063
Automático (c)	SELIC/TJLP	4,20% e 6,00% a.a.	**5.367**	6.929
Capital de giro (d)	CDI	1,04% e 2,28% a.a.	**63.537**	69.614
(-) Custos de transação			**(2.272)**	(2.436)
Total de Empréstimos e Financiamentos			**173.964**	176.844
Circulante			**22.834**	66.046
Não circulante			**151.130**	110.798
Arrendamentos				
Arrendamentos direito de uso (e)		7,5% a.a.	**34**	50
Circulante			**24**	20
Não circulante			**10**	30
Endividamento total			**173.998**	176.894
Endividamento total-Circulante			**22.858**	66.066
Endividamento total-Não circulante			**151.140**	110.828

(a) A linha de crédito FINAME PSI é composta por contratos obtidos nos exercícios de 2013 a 2018 junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES com R$ 9.094 de valor contratado. Os contratos FINAME PSI foram celebrados com prazo de carência de 12 (doze) ou 24 (vinte e quatro) meses para amortização do principal, com pagamento de juros trimestrais durante o período de carência e, após, com pagamentos mensais, com vencimentos finais entre 2023 e 2028. Estas operações têm como objetivo a aquisição de máquinas e equipamentos operacionais, com a finalidade de expandir, modernizar e reforçar a infraestrutura para dar suporte à operação da Concessionária e são amparadas por alienação fiduciária dos bens e aval de Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. (b) O contrato FINEM foi obtido no exercício de 2018 junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES com R$ 112.115 de valor contratado. O contrato foi celebrado com prazo de carência de 30 (trinta) meses para amortização do principal, com pagamento de juros trimestrais durante o período de carência e, após, com pagamentos mensais, com vencimento final para 2038. Esta operação tem como objetivo a modernização e expansão dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Município de Campos dos Goytacazes-RJ e é amparada por cessão fiduciária de direitos creditórios e conta reserva. (c) A linha de crédito "Automático" foi obtida no exercício 2015 junto ao BNDES com R$ 18.983 de valor contratado. O contrato BNDES Automático foi celebrado com prazo de carência de 24 (vinte e quatro) meses para amortização do principal, com pagamento de juros trimestrais, durante o prazo de carência e, após, com pagamentos mensais, com vencimento final para 2025. (d) Em novembro de 2019 a Concessionária contratou empréstimo de capital de giro no valor de R$ 18.900. Este contrato foi celebrado com prazo de carência de 26 (vinte e seis) meses para amortização do principal, com pagamento de juros trimestrais, inclusive durante o período de carência, com vencimento final para 2024. Em novembro de 2020 a Concessionária captou R$ 50.000 de capital de giro, com vencimento para 2022. O contrato foi aditado e o vencimento foi prorrogado para 2027. (e) O ativo de direito de uso decorrente de contratos de arrendamento está apresentado na nota 10. Determinados contratos possuem condições contratuais que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (*Covenants*) com base em índices financeiros. A Administração acompanha os cálculos destes índices mensalmente, a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Não foram identificadas quebras nos termos contratuais em 31 de dezembro de 2022. A movimentação dos empréstimos, financiamentos e passivos de arrendamento é como segue:

Empréstimos e financiamentos	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	**176.845**	168.394
Captações	**11.271**	15.825
Juros e encargos financeiros	**19.818**	13.750
Variações monetárias	**1.009**	105
Amortização de principal	**(15.561)**	(6.590)
Amortização de juros	**(19.581)**	(14.280)
Custo de transação	**(156)**	(729)
Amortização dos custos de transação	**319**	369
Saldo final	**173.964**	176.844

Passivos de arrendamento	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	**50**	128
Adições e remensurações	**4**	3
Juros e encargos financeiros	**4**	6
Amortização de principal	**(21)**	(66)
Amortização de juros	**(3)**	(21)
Saldo final	**34**	50

As parcelas de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:

	Empréstimos e financiamento					
	31/12/2022			31/12/2021		
	Dívida	Custos de transação	Total líquido	Dívida	Custos de transação	Total líquido
2023	**-**	**-**	**-**	15.184	(134)	15.050
2024	**27.003**	**(148)**	**26.855**	15.044	(134)	14.910
2025	**20.084**	**(148)**	**19.936**	8.139	(134)	8.005
Após 2025	**106.166**	**(1.827)**	**104.339**	74.555	(1.722)	72.833
	153.253	**(2.123)**	**151.130**	112.922	(2.124)	110.798

	Arrendamentos	
	31/12/2022	31/12/2021
2023	**-**	21
2024	**10**	9
	10	30

16. Debêntures e notas comerciais escriturais

	Indexador	Juros	31/12/2022	31/12/2021
Passivo circulante	CDI	0,70% a.a.		
Debêntures				
Não conversíveis em ações			**12.025**	17.741
Juros e participações			**3**	5
Custos de transação a apropriar			**(231)**	(363)
Total de debêntures			**11.797**	17.383
Circulante			**5.183**	5.389
Não circulante			**6.614**	11.994
Notas comerciais escriturais	CDI	2,16% a.a.		
Principal			**96.049**	-
Juros e encargos			**-**	-
Custos de transação a apropriar			**(774)**	-
Total de notas comerciais escriturais			**95.275**	-
Circulante			**5.870**	-
Não circulante			**89.405**	-
Endividamento total			**107.072**	17.383
Endividamento total-Circulante			**11.053**	5.389
Endividamento total-Não Circulante			**96.019**	11.994

A movimentação das debêntures é como segue:	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	**17.383**	23.160
Juros e encargos financeiros	**1.428**	1.987
Amortização de principal	**(5.953)**	(5.912)
Amortização de juros	**(1.430)**	(1.988)
Amortização dos custos de transação	**132**	131
Variações monetárias	**237**	5
Saldo final	**11.797**	17.383

A movimentação das notas comerciais escriturais é como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	**-**	-
Captações	**90.000**	-
Juros e encargos financeiros	**12.187**	-
Custo de transação	**(892)**	-
Amortização dos custos de transação	**119**	-
Amortização de juros	**(6.139)**	-
	95.275	-

As parcelas de longo prazo das debêntures têm o seguinte cronograma de pagamento:

	Debêntures					
	31/12/2022			31/12/2021		
	Dívida	Custos de transação	Total líquido	Dívida	Custos de transação	Total líquido
2023	**-**	**-**	**-**	6.112	(132)	5.980
2024	**6.713**	**(99)**	**6.614**	6.113	(99)	6.014
	6.713	**(99)**	**6.614**	12.225	(231)	11.994

As parcelas de longo prazo das notas comerciais escriturais têm o seguinte cronograma de pagamento:

	Notas Comerciais		
	31/12/2022		
	Dívida	Custos de transação	Total líquido
2024	**29.189**	**(179)**	**29.010**
2025	**29.189**	**(179)**	**29.010**
Após 2025	**31.622**	**(237)**	**31.385**
	90.000	**(595)**	**89.405**

Debêntures: Em 30 de setembro de 2014, foram emitidas 4.800 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no valor nominal de R$ 10, perfazendo o total de R$ 48.000, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, de Águas do Paraíba S.A. e com a intermediação da instituição financeira Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. As debêntures apresentam prazo de vencimento de dez anos a contar da data de emissão, com vencimento final previsto para o dia 30 de setembro de 2024, data em que a Águas do Paraíba S.A. se obriga a proceder ao resgate das debêntures que ainda estiverem em circulação com o seu consequente cancelamento e pagamento de saldo do valor nominal unitário atualizado, acrescido da remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior até a data de vencimento. A amortização do valor nominal unitário das debêntures foi firmada em dezessete parcelas semestrais, sendo a primeira desembolsada em 30 de setembro de 2016. As debêntures têm o seu valor nominal unitário atualizado a partir da data de emissão pela variação percentual acumulada das Taxas Referenciais, apuradas e divulgadas pelo Banco Central do Brasil ("TR" e "BACEN", respectivamente). As debêntures possuem uma remuneração correspondente à taxa equivalente a 9,90% ao ano, expressas na forma percentual ao ano, base 360 dias corridos. Os juros remuneratórios são pagos mensalmente, iniciado em de 30 de outubro de 2014. Os recursos captados destinam-se a investimentos em projetos de ampliação, manutenção e melhorias relacionadas a projetos de saneamento e possuem como garantia a outorga de fiança pela Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. **Notas Comerciais Escriturais:** Em 24 de janeiro de 2022, foram emitidas 90.000 Notas Comerciais Escriturais, em série única, no valor nominal de R$ 1, perfazendo o total de R$ 90.000 para distribuição pública, com esforços restritos, tendo a instituição financeira Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário e a Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. como fiadora. O prazo de vencimento da dívida é de cinco anos, a contar da data de emissão, com vencimento final previsto para o dia 24 de janeiro de 2027. Sobre as Notas Comerciais Escriturais incidem juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% do CDI, acrescida de *spread* de 2,16% a.a. A remuneração será paga semestralmente, a partir da data de emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 24 de julho de 2022. O valor nominal unitário das Notas Comerciais Escriturais não será atualizado monetariamente. Os recursos captados serão destinados à recomposição do capital de giro da Concessionária. As debêntures e notas comerciais possuem condições contratuais que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (*covenants*) com base em índices financeiros. A Administração acompanha os cálculos destes índices mensalmente, a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Não foram identificadas quebras nos termos contratuais em 31 de dezembro de 2022. **17. Operações com derivativos:** A Concessionária efetuou um contrato de *swap*, com mesmo prazo de duração da emissão das debêntures, com o objetivo de trocar a remuneração por uma taxa equivalente ao CDI. Os saldos dos instrumentos financeiros derivativos de *swap* estão assim representados:

			Valor a receber	
Derivativo	Valor nocional	Vencimento	31/12/2022	31/12/2021
SWAP	48.000	2024	532	678

Impacto no resultado; A Concessionária efetuou registro dos ganhos e perdas oriundos dos instrumentos financeiros derivativos no resultado. Desta forma, os impactos contabilizados no resultado foram de:

Derivativo	31/12/2022	31/12/2021
SWAP	**(146)**	(2.404)

18. Obrigações tributárias: Os impostos e contribuições estão assim representados:

	31/12/2022	31/12/2021
PIS/COFINS/CSLL retidos	**140**	81
ISS	**239**	218
IRRF	**555**	124
PIS	**1.344**	1.281
COFINS	**6.204**	5.911
IRPJ	**705**	1.036
CSLL	**791**	659
	9.978	9.310

ÁGUAS DO PARAÍBA S.A.

CNPJ 01.280.003/0001-99

19. Imposto de renda e contribuição social: a) Composição dos tributos diferidos: Os tributos diferidos são contabilizados para refletir os impactos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, cujos efeitos ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem às bases de cálculo.

	31/12/2022	31/12/2021
Perdas de crédito das contas a receber	**6.958**	7.421
Provisões para contingências	**1.182**	1.216
Provisão participação nos lucros	**338**	285
Ganhos (perdas) com derivativos	**(181)**	(231)
Arrendamentos	**2**	3
Outros	**45**	27
Ativo fiscal diferido	**8.344**	8.721
Juros capitalizados	**(1.706)**	(1.439)
Ajustes do Regime de tributação transitório Lei nº 12.973/ 2014	**(3.033)**	(3.226)
Demais diferenças temporárias decorrentes da Lei nº 12.973/ 2014	**(71)**	(90)
Passivo fiscal diferido	**(4.810)**	(4.755)
Tributos diferidos, líquidos	**3.534**	3.966

b) Conciliação da taxa efetiva:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**70.686**	64.234
Alíquota nominal	**34%**	34%
Imposto de renda e contribuição social-alíquotas vigentes	**(24.033)**	(21.840)
(Adições) exclusões no cálculo do tributo		
Permanentes (despesas indedutíveis)	**2.880**	(593)
Efeito referente a alíquota de adicional do imposto de renda	**24**	24
Incentivo cultural-(Lei nº 8.313/91-art. 18)	**340**	300
Incentivo empresa cidadã (Lei nº 11.770/08)	**27**	22
Programa de Alimentação do Trabalhador (9.580/2018)	**377**	316
Incentivo desportivo-(Lei nº 11.438/06-art.3)	**79**	76
Fundo da Infância e da Adolescência (Decreto nº 9.589/2018)	**86**	71
Total do imposto de renda e da contribuição social	**(20.220)**	(21.624)
Alíquota efetiva	**28,61%**	33,66%

20. ICMS a devolver - clientes: A Águas do Paraíba S.A. iniciou uma disputa judicial com o Governo do Estado do Rio de Janeiro contra a cobrança de ICMS nas contas de fornecimento de água, obtendo, em 2006, decisão favorável junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a cobrança de ICMS pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro nas contas de fornecimento de água. A Concessionária firmou um termo de operacionalização junto ao Ministério Público e o Município de Campos dos Goytacazes objetivando dar transparência e regras claras à forma de devolução de créditos em favor de seus clientes. Em virtude da ordem judicial acima mencionada, a Concessionária aplicou um saldo inicial de R$ 638 em uma Caderneta de Poupança do Banco do Brasil, em 18 de outubro de 2007, por um período de 5 (cinco) anos, com uma atualização mensal em média de 0,5%, iniciando, naquele mesmo ano, o processo de devolução de ICMS a seus clientes. O valor do ICMS a devolver - Clientes em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é de R$ 213. **21. Provisão para contingências:** As provisões para contingências são constituídas para fazer face às perdas em processos judiciais e administrativos, os quais, quando aplicável, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes desses processos são baseadas na opinião do departamento jurídico da Concessionária e de seus assessores legais. As provisões, líquidas de depósitos judiciais, estão assim demonstradas:

	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhistas	**300**	417
Cíveis	**3.177**	3.199
Total	**3.477**	3.616

Processos com probabilidade de perda classificada como possível: A Concessionária está envolvida em ações para as quais possui expectativa de perda possível, apresentando como posição dos passivos contingentes em 31 de dezembro de 2022 os valores de R$ 25.411 para contingências cíveis (R$ 22.887 em 31 de dezembro de 2021), R$ 972 para contingências trabalhistas (R$ 625 em 31 de dezembro de 2021), R$ 28.324 para contingências tributárias (R$ 25.668 em 31 de dezembro de 2021) e R$ 1.506 para contingências ambientais. *Processo nº 0035537-83.2018.8.19.0014:* Há, em curso, ação declaratória ajuizada pelo Serviço Social do Comércio SESC/ARRJ em face de Águas do Paraíba S.A., tendo por objeto o pedido de enquadramento tarifário na categoria de consumo público. Em 20 de maio de 2021, foi proferida sentença procedente para condenar a ré a proceder ao reenquadramento tarifário do autor na categoria pública e a devolver os valores cobrados a maior, desde a alteração tarifária. Em 10 de junho de 2021, Águas do Paraíba S.A. interpôs recurso de apelação, que se encontra pendente de julgamento. *Processo nº 0015039-49.2007.8.19.0014:* Trata-se de demanda indenizatória ajuizada por Julio Cesar Pessanha Alves em face de Águas do Paraíba S.A. e Município de Campos dos Goytacazes, buscando reparação por danos morais, materiais e estéticos em razão de ter o autor caído em um buraco supostamente aberto pela Concessionária, incorrendo em danos na arcada dentária. Após contestado o feito, o Juízo deferiu antecipação de tutela em relação ao Município réu para realizar o tratamento odontológico do autor. Posteriormente, foi feita perícia técnica por profissional cirurgião dentista. O Juízo indeferiu a realização de perícia técnica de engenharia, através da qual se pretendia provar que a Concessionária não era responsável pelo local que ocasionou o acidente. Foi prolatada sentença julgando procedente o pedido de danos morais. O valor da causa atualizada é de R$ 1.270, solidariamente em face dos dois réus. A Concessionária interpôs recurso de apelação e, após os devidos trâmites, foi prolatado acórdão negando provimento ao nosso recurso. Foi interposto recurso especial, tendo o autor apresentado contrarrazões. Atualmente, o processo está aguardando juízo de admissibilidade do recurso especial, para ser julgado pelo STJ. *Processo nº 0037294-30.2009.8.19.0014:* Trata-se de demanda indenizatória ajuizada por Ilcineia Pereira Miranda em face de Águas do Paraíba S.A., buscando reparação por danos morais e estéticos em razão de ter caído em um logradouro desnivelado. Após contestado o feito, foi distribuída por dependência medida cautelar incidental de produção de prova, autuada sob o nº 0026559-98.2010.8.19.0014, na qual foi realizada perícia técnica de engenharia, que, por sua vez, já foi impugnada pela Concessionária. O pedido da ação é de 160 salários mínimos, mais pensão de 2 salários mínimos por mês desde o evento e até quando durar a incapacidade da demandante. Foi prolatada sentença julgando improcedentes os pedidos autorais. Foi interposto recurso de apelação pela autora. Processo atualmente aguardando a intimação da Concessionária para apresentação de contrarrazões ao recurso da autora. *Processo nº 0004569-75.2015.8.19.0014:* Trata-se de demanda indenizatória ajuizada por Genilson Robes de Souza Junior em face de Águas do Paraíba S.A. e João Batista Machado, buscando reparação por danos morais, materiais e estéticos em razão de ter sofrido acidente envolvendo uma retroescavadeira conduzida por funcionário da Concessionária. Após contestado o feito, o Juízo indeferiu a realização de perícia técnica. O valor da causa atualizado é de R$ 872, referente a danos morais e danos estéticos, mais lucros cessantes e pensão vitalícia no equivalente à redução da capacidade de trabalho do autor. Houve audiência sem acordo. Atualmente, o processo está aguardando prolação de sentença. *Processo 10725.720766/2020-44:* Autos de Infração de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS referentes aos anos-calendários de 2015 em função de glosa de despesas incorridas pela empresa em serviços comprovados e indispensáveis à manutenção de sua fonte produtiva. O valor atualizado da causa é de R$ 28.324. Atualmente, o processo encontra-se aguardando julgamento de Recurso de Ofício pelo CARF. **22. Partes relacionadas:** Remuneração de pessoal chave da Administração: Os diretores são as pessoas chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Concessionária. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram pagos pela Concessionária o montante total de R$ 1.106 (R$ 1.106 em 31 de dezembro de 2021). Abaixo os valores estão segregados por natureza:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Remunerações	**835**	350
Encargos sociais	**236**	116
Plano de saúde	**22**	10
Plano de previdência privada	**1**	6
Outros	**12**	6
	1.106	488

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não foi pago valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Resumo das transações com partes relacionadas:	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante:		
Créditos com partes relacionadas (a)		
Águas de Nova Friburgo Ltda	**1**	-
Rio+ Saneamento BL3 S.A	**4**	-
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	**1.033**	176
Total do ativo circulante	**1.038**	176
Passivo circulante:		
Obrigações com acionistas (b)		
M&G Consultoria e Participações Ltda.	**150**	329
ERG Participações Ltda.	**258**	567
Credicom-Comercial Informática e Serviços Ltda.	**150**	330
Diferencial Empreendimentos Imobiliários Ltda.	**27**	58
Synval Filgueiras de Moraes Junior	**212**	464
Marcelo Borja Filgueiras de Moraes	**283**	620
Silvane Borja Filgueiras de Moraes Nolli	**212**	465
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	**12.843**	28.167
	14.135	31.000
Débitos com partes relacionadas (a)		
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	**1.911**	1.487
Águas do Paraíba S.A.	**137**	-
	2.048	1.487
Total do passivo circulante	**16.183**	32.487
Resultado com partes relacionadas		
Contrato de gestão-*Management Fee* (a)		
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	**(12.544)**	(10.885)

(a) Os saldos decorrem de transações entre concessionárias do mesmo grupo econômico, vinculadas à compra e venda de materiais ou das prestações de serviços, oriundos do: i) contrato de fruição de utilidades comuns com a Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda., resultando na estrutura de Unidade de Administração Central (UAC) para as áreas de finanças, planejamento, recursos humanos, tecnologia da informação e logística; ii) do contrato de gestão centralizada (Management Fee) com a Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. (b) Os valores correspondem aos dividendos a pagar. **23. Patrimônio líquido:** a) Capital social: O capital social realizado em 31 de dezembro de 2022 é de R$ 116.500 (R$ 116.500 em 31 de dezembro de 2021) e está representado por 8.000 (oito mil) ações nominativas, sem valor nominal, sendo 2.670 (duas mil, seiscentas e setenta) ações ordinárias e 5.330 (cinco mil, trezentas e trinta) ações preferenciais.

Posição acionária	ON	PN	Total	% Capital Total
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S/A	2.536	4.733	7.269	94,98%
Synval Filgueiras de Moraes Junior	40	80	120	1,50%
Marcelo Borja Filgueiras de Moraes	54	106	160	2,02%
Silvane Borja Filgueiras de Moraes Nolli	40	80	120	1,50%
Diferencial Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	15	15	-
Credicom-Comercial Informática e Serviços Ltda.	-	85	85	-
ERG Participações Ltda.	-	146	146	-
M&G Consultoria e Participações Ltda.	-	85	85	-
Total	2.670	5.330	8.000	100%

b) Reserva legal: Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. c) Reserva para investimentos: Constituída reserva para investimentos de importância não inferior a 5% e não superior a 75% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, cuja finalidade é financiar suas atividades, inclusive através da subscrição de aumentos de capital ou da criação de novos empreendimentos. A reserva para investimentos não pode exceder a 80% do capital social subscrito. d) Dividendos e juros sobre capital próprio: Os acionistas têm assegurado, em cada exercício, dividendos não inferiores a 25% do lucro líquido, calculados nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Em 30 de dezembro de 2022 foram distribuídos dividendos extraordinários no total de R$ 4.500, mediante reversão de reserva de retenção de lucros. No decorrer do exercício de 2022 houve destinação de juros sobre o capital próprio no valor total de R$ 10.092, sendo R$ 1.514 referentes a imposto de renda retido na fonte, resultando em um valor líquido de R$ 8.578 para distribuição aos acionistas. A destinação do lucro para distribuição de dividendos foi a seguinte:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido	**50.465**	42.610
Constituição da reserva legal-5%	**(2.523)**	(2.130)
Base de cálculo dos dividendos	**47.942**	40.480
Dividendos mínimos obrigatórios-25%	**11.986**	10.120

e) Reserva para retenção de lucros: Para atender a projetos de investimentos previstos no orçamento de capital, a Concessionária retém parte do lucro do exercício, conforme disciplinado pelo artigo 196 da Lei nº 6.404/76.

24. Receita líquida	31/12/2022	31/12/2021
Receita de prestação de serviços	**311.475**	260.502
Receita de construção	**31.952**	31.059
Cancelamentos	**(12.429)**	(953)
Receita Bruta	**330.998**	290.608
PIS e COFINS sobre serviços prestados	**(26.470)**	(22.884)
Descontos concedidos	**(12.897)**	(12.164)
Receita líquida	**291.631**	255.560

25. Custos dos serviços prestados	31/12/2022	31/12/2021
Taxas de recursos hídricos e ambientais	**(2.285)**	(2.184)
Energia elétrica	**(16.402)**	(16.586)
Custo de construção	**(31.952)**	(31.059)
Materiais aplicados nos serviços	**(11.289)**	(9.535)
Salários e benefícios a empregados	**(26.404)**	(22.307)
Utilização de imóveis e telefonia	**(1.308)**	(643)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	**(5.547)**	(4.404)
Serviços de terceiros	**(15.602)**	(14.021)
Depreciações e amortizações	**(19.573)**	(19.475)
Outros custos	**(459)**	(527)
	(130.821)	(120.741)

26. Despesas gerais e administrativas	31/12/2022	31/12/2021
Salários e benefícios a empregados	**(19.122)**	(16.705)
Utilização de imóveis e telefonia	**(1.562)**	(1.124)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	**(1.263)**	(1.192)
Serviços de terceiros	**(26.660)**	(22.012)
Despesas com contencioso	**(1.084)**	(741)
Impostos, encargos, taxas e contribuições	**(309)**	(276)
Depreciações e amortizações	**(345)**	(287)
Perdas de crédito das contas a receber	**(2.387)**	(12.229)
Reversões de contingências	**535**	6.844
Outras despesas	**(6.751)**	(5.606)
	(58.948)	(53.328)

27. Resultado financeiro	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras		
Juros com aplicações financeiras	**11.732**	5.419
Juros e multas vinculadas à operação	**5.369**	4.696
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	**(809)**	(538)
Variação monetária sobre outros ativos	**5**	29
Ganhos com operações de *swap*	**262**	1.320
Ganhos com derivativos	**323**	128
Outras receitas financeiras	**26**	114
	16.908	11.168
Despesas financeiras		
Juros com financiamentos, debêntures e notas comerciais escriturais	**(33.433)**	(15.737)
Juros de arrendamentos	**(4)**	(6)
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	**(1.247)**	(110)
Atualização monetária das contingências	**(397)**	(1.260)
Tributos sobre operações financeiras	**(22)**	(159)
Descontos concedidos	**(12.500)**	(10.110)
Perdas com operações de *swap*	**(250)**	-
Perdas com derivativos	**(469)**	(2.532)
Outras despesas financeiras	**(812)**	(610)
	(48.187)	(28.736)
Resultado financeiro	**(31.279)**	(17.568)

28. Seguros: O Grupo Águas do Brasil adota a política de contratar cobertura de seguros de forma global para riscos de engenharia, patrimoniais, ambientais e de responsabilidade civil dos administradores (D&O), entre outros, especificamente associados à natureza de sua atividade. Os seguros contratados possuem cobertura sobre construção, fornecimento ou prestação de serviços. A cobertura em 31 de dezembro de 2022 está apresentada a seguir:

Descrição de seguro	Vigência das apólices	Cobertura
Responsabilidade civil administradores-D&O	27/09/2022 a 27/09/2023	50.000
Responsabilidade civil geral	17/01/2023 a 17/01/2024	13.000
Riscos operacionais	30/12/2022 a 17/01/2024	75.000
Risco de engenharia e responsabilidade civil obras	31/12/2022 a 31/12/2023	80.813
Riscos ambientais	22/12/2022 a 22/12/2023	5.000
Garantia de concessão	14/09/2022 a 14/09/2023	7.158
Seguro de veículos	20/08/2022 a 20/08/2023	8.900
Garantia judicial	27/05/2020 a 25/03/2024	9.046

29. Transações que não envolvem caixa: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Concessionária realizou as seguintes atividades que não envolveram caixa e, portanto, foram excluídas da demonstração dos fluxos de caixa:

	31/12/2022	31/12/2021
Adição de direito de uso	**(4)**	(3)
Juros capitalizados	**(947)**	-
IRRF sobre swap	**39**	198

Juscelio Azevedo de Souza - **Diretor;** Márcio Salles Gomes - **Diretor;**
Contadora: Gabriela Ferreira Nunes Alves
CRC/RJ 100510/O9 - CPF: 080.376.027-29

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores da **Águas do Paraíba S.A.** Rio de Janeiro–RJ **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Águas do Paraíba S.A. ("Concessionária"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Concessionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Concessionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Concessionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Concessionária. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Concessionária. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Concessionária a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 30 de março de 2023. ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC SP-015199/F; Gláucio Dutra da Silva - Contador CRC-RJ090174/O

Cotiporã Energética S.A.

CNPJ/MF nº 04.589.680/0001-81

Balanços Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Milhares de Reais)

Ativo	2022	2021
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	**86**	1.288
Contas a receber	**8.016**	14.878
Despesas antecipadas	**194**	219
Estoques	**560**	522
Impostos a recuperar	**750**	932
Outras contas a receber	**1**	1
Total do ativo circulante	**9.607**	17.840
Não circulante		
Imobilizado	**100.006**	102.719
Arrendamento	**24**	41
Total do ativo não circulante	**100.030**	102.760
Total do ativo	**109.637**	120.600
Passivo	**2022**	**2021**
Circulante		
Contas a pagar	**1.618**	1.235
Impostos e contribuições a recolher	**345**	498
Dividendos a pagar	**10.594**	14.721
Arrendamento	**37**	43
Outras contas a pagar	**209**	200
Total do passivo circulante	**12.803**	16.697
Não circulante		
Arrendamento	–	8
Total do ativo não circulante	–	8
Patrimônio líquido		
Capital social	**23.765**	23.765
Reservas de lucros	**28.676**	34.596
Ajuste de avaliação patrimonial	**44.393**	45.534
Total do patrimônio líquido	**96.834**	103.895
Total do passivo e do patrimônio líquido	**109.637**	120.600

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em Milhares de Reais)*

	Capital social	Reserva de lucros: Legal	Reserva de lucros: Retenção de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**24.654**	**4.891**	**22.326**	**46.675**	**–**	**98.546**
Realização da avaliação patrimonial	–	–	–	(1.141)	1.141	–
Redução de capital ocorrido no exercício	(889)	–	–	–	–	(889)
Declaração de dividendos ocorridas no exercício	–	–	(22.326)	–	–	(22.326)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	38.085	38.085
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	(9.521)	(9.521)
Constituição de reserva de retenção de lucros	–	–	29.705	–	(29.705)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**23.765**	**4.891**	**29.705**	**45.534**	**–**	**103.895**
Realização da avaliação patrimonial	**–**	**–**	**–**	**(1.141)**	**1.141**	**–**
Declaração de dividendos ocorridas no exercício	–	–	**(29.843)**	–	–	**(29.843)**
Declaração de dividendos intermediários ocorridas no exercício	–	–	–	–	**(1.485)**	**(1.485)**
Lucro líquido do exercício					**31.861**	**31.861**
Reserva legal	–	–	–	–		–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	**(7.594)**	**(7.594)**
Constituição de reserva de retenção de lucros	–	–	**23.923**	–	**(23.923)**	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**23.765**	**4.891**	**23.785**	**44.393**	**–**	**96.834**

Demonstrações do Resultado dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em Milhares de Reais)*

	2022	2021
Receita operacional líquida	**48.057**	**47.954**
Custo de geração de energia	**(10.582)**	**(5.882)**
Lucro bruto	**37.475**	**42.072**
Despesas operacionais		
Gerais e administrativas	**(2.771)**	**(2.269)**
Outras receitas (despesas) operacionais	**(1.253)**	**(12)**
	(4.024)	**(2.281)**
Lucro antes do resultado financeiro	**33.451**	**39.791**

	2022	2021
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	**294**	**102**
Despesas financeiras	**(231)**	**(237)**
	63	**(135)**
Lucro antes do imposto de renda e da CSLL	**33.514**	**39.656**
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	**(1.653)**	**(1.571)**
Lucro líquido do exercício	**31.861**	**38.085**

Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira – Diretor – CPF: 071.000.747-70
Carlos Gustavo Nogari Andrioli – Diretor – CPF: 861.403.379-68

Érica Moraes da Costa Lisboa Ferreira – Contadora – CRC RJ-119.036-O
Hamilton Ferreira da Silva – Controller – CRC 1SP-217225/O-5

As demonstrações financeiras completas contendo as notas explicativas, acompanhadas do parecer da auditoria externa, sem ressalvas, encontram-se no site (www.elera.com/transparencia/) e na sede da Companhia.

Diário do Acionista

Tels.: (21) 3556-3030
96865-1628

publicidade@diariodoacionista.com.br

Águas de Nova Friburgo Ltda

CNPJ 03.119.806/0001-91

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	22.574	9.917
Contas a receber de clientes	7	21.475	18.895
Estoques		748	1.374
Despesas antecipadas		98	375
Créditos com partes relacionadas	22	450	73
Tributos a recuperar	8	523	15
Outros ativos		114	116
		45.982	30.765
Não circulante			
Aplicações financeiras vinculadas	9	1.788	580
Depósitos judiciais	21	40	112
Operações com derivativos	17	122	155
Ativo de direito de uso	10	1.278	534
Imobilizado	11	683	672
Ativo de contrato	12	63.277	38.003
Intangível	13	110.370	119.307
		177.558	159.363
Total do ativo		223.540	190.128
Passivo	**Nota**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Circulante			
Fornecedores	14	1.156	2.321
Empréstimos e financiamentos	15	12.118	35.171
Passivos de arrendamento	15	728	258
Notas comerciais escriturais	16	3.259	-
Obrigações tributárias	18	1.161	1.130
Obrigações trabalhistas		2.697	1.968
Obrigações com sócios	22	5.631	2.639
Ônus da concessão	20	302	224
Débitos com partes relacionadas	22	830	619
Adiantamento de clientes		22	22
Outras obrigações		1.212	1.311
		29.116	45.663
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	61.896	53.032
Passivos de arrendamento	15	701	358
Notas comerciais escriturais	16	49.689	-
Obrigações tributárias		130	130
Tributos diferidos	19	597	252
Provisões para contingências	21	1.697	1.943
		114.710	55.715
Patrimônio líquido	23		
Capital social		44.000	44.000
Lucros acumulados		35.714	44.750
		79.714	88.750
Total do passivo e patrimônio líquido		223.540	190.128

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida	25	143.182	123.903
Custo dos serviços prestados	26	(77.886)	(71.071)
Lucro bruto		65.296	52.832
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	27	(26.635)	(20.655)
Outras receitas operacionais		175	108
		(26.460)	(20.547)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		38.836	32.285
Receita (despesas) financeiras			
Receitas financeiras	28	5.299	4.654
Despesas financeiras	28	(16.625)	(10.551)
Resultado financeiro, líquido		(11.326)	(5.897)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		27.510	26.388
Imposto de renda e contribuição social - corrente	20b	(7.576)	(7.210)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	20b	(418)	(1.610)
Lucro líquido do exercício		19.516	17.568

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	19.516	17.568
Total do resultado abrangente do exercício	19.516	17.568

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

	Capital social	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 1º de dezembro de 2021	44.000	49.101	93.101
Lucro líquido do exercício	-	17.568	17.568
Dividendos distribuídos	-	(19.280)	(19.280)
Juros sobre o capital próprio			
Proposta de destinação do resultado do exercício:			
Dividendos intermediários aprovados	-	(2.639)	(2.639)
Saldos 1º de janeiro de 2022	44.000	44.750	88.750
Lucro do líquido do exercício	-	19.590	19.590
Dividendos distribuídos	-	(20.361)	(20.361)
Juros sobre o capital próprio	-	(3.386)	(3.386)
Proposta de destinação do resultado do exercício:			
Distribuição dos lucros aos sócios	-	(4.879)	(4.879)
Saldos 31 de dezembro de 2022	44.000	35.714	79.714

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício antes dos tributos sobre o lucro	27.510	26.388
Ajustes para reconciliar o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido:		
Depreciação e amortização	10.954	10.709
Juros sobre empréstimos e financiamentos e arrendamentos e amortização de custos de transação sobre empréstimos e financiamentos	6.890	6.931
Juros sobre notas comerciais escriturais e amortização de custos de transação sobre notas comerciais escriturais	6.863	-
Ganho com operações de *swap*	(5)	(319)
Variações monetárias	67	-
Atualização monetária das contingências	156	853
Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber	422	655
Reversões de contingências	(402)	(2.140)
Resultado na alienação/baixa de imobilizado/intangível	(12)	-
Ganho com derivativos	33	577
Resultado na baixa de arrendamento	-	(9)
Variações no ativo e passivo		
Contas a receber de clientes	(3.002)	(6.522)
Estoques	626	531
Depósitos judiciais	72	2
Tributos a recuperar	(706)	(462)
Despesas antecipadas	277	(351)
Outros ativos	2	152
Aplicações financeiras - vinculadas	(1.208)	(229)
Fornecedores	(1.165)	415
Ônus da concessão	78	16
Obrigações tributárias	(376)	269
Obrigações trabalhistas	729	108
Partes relacionadas, líquidas	(166)	112
Outras obrigações	(99)	4.916
	47.538	42.602
Imposto de renda e contribuição social pagos	(7.469)	(6.601)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos e arrendamentos	(6.668)	(5.472)
Pagamento de juros sobre notas comerciais escriturais	(3.410)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	29.991	30.529
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao imobilizado	(204)	(255)
Adições ao ativo de contrato e intangível	(24.358)	(23.907)
Valor recebido pela venda de imobilizado/intangível	17	-
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	(24.545)	(24.162)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(25.126)	(39.801)
Captações de debêntures e notas comerciais escriturais	49.495	-
Captações de empréstimos e financiamentos	13.927	10.907
Pagamento de obrigações por arrendamento	(576)	(756)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(30.506)	(9.488)
Derivativos recebidos (pagos), líquidos	(3)	271
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos	7.211	(38.867)
Adição (redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa	12.657	(32.500)
Representado por:		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9.917	42.417
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	22.574	9.917

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Águas de Nova Friburgo Ltda. (a "Concessionária"), sociedade limitada, com sede localizada à Rua Antônio Mário de Azevedo, n.º 417, Duas Pedras, no Município de Nova Friburgo – RJ – Brasil, controlada pela Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A., é uma Sociedade de Propósito Específico de concessão entre e Prefeitura do Município de Nova Friburgo (o "Concedente") e a Águas de Nova Friburgo Ltda., através do Contrato de Concessão celebrado conforme a Licitação nº 002/98, promovido pelo Concedente, em 1998, com prazo de 25 anos, prorrogáveis contados da emissão da ordem de serviço inicial do contrato, que foi em 1º de julho de 1999, tendo o presente contrato a previsão de término para 1º de julho de 2024. Em 21 de julho de 2010 foi assinado um aditivo para prorrogação de mais 180 meses, que fez com que o término do contrato passasse para 1º julho de 2039. Seu objeto é a gestão integrada dos sistemas e serviços de saneamento básico de água e de esgotos sanitários no perímetro urbano do Município de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro. O serviço público de água e esgoto compreende os serviços de operação, conservação, manutenção, modernização, ampliação, exploração e a cobrança direta aos usuários dos serviços, abrangendo, ainda, estudos técnicos, serviços e obras necessárias à consecução deste objeto ao longo do período da concessão. A remuneração da Concessionária pelos serviços prestados considera a tarifa contratual, conforme proposto no contrato de concessão, e tem por base os volumes de água e esgoto faturáveis e demais serviços, de forma a possibilitar a devida remuneração do capital investido pela Concessionária. A tarifa, conforme contrato, será reajustada anualmente ou toda vez que for comprovada quebra do equilíbrio econômico-financeiro para uma das partes, de forma a realizar a devida remuneração dos custos de operação, manutenção e financiamentos decorrentes dos investimentos realizados. O presente contrato de concessão possui cláusula de outorga, sendo está um percentual aplicado sobre a arrecadação bruta oriunda do fornecimento de água tratada e coleta e tratamento de esgoto, além da taxa para custeio com a regulação dos serviços concedidos. Findo o prazo da presente concessão, todos os bens públicos e instalações utilizadas pela Concessionária, bem como todas as obras e instalações por ela realizadas para operar plenamente os serviços concedidos, serão revertidas automaticamente para a Prefeitura de Nova Friburgo. **1.1 Pandemia de Covid-19:** A Concessionária possui uma equipe médica, que continua acompanhando as suspeitas e casos de Covid-19, sempre seguindo as orientações das autoridades de saúde para manter a segurança de seus colaboradores e a continuidade de suas operações. Além disso, contam com o programa de vacinação contra a gripe. A Administração da Concessionária analisou os riscos e incertezas relacionados à pandemia de Covid-19 e não foram identificados impactos relevantes que requeressem ajustes sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos Técnicos ("CPCs"), as Interpretações Técnicas ("ICPCs") e Orientações Técnicas ("OCPCs") do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Adicionalmente, a Concessionária considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Concessionária preparou essas demonstrações financeiras com base no pressuposto de continuidade operacional. A Administração da Concessionária não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade da Concessionária. Em 30 de março de 2023, a diretoria executiva da Concessionária autorizou a conclusão destas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras da Concessionária foram preparadas com base no custo histórico, como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Concessionária. **3. Principais políticas contábeis: 3.1 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. **3.2. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Concessionária. Se o prazo de recebimento é igual ou inferior a um ano, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, através da provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber. Esta provisão é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Concessionária não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais de vencimento. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, as contas a receber não consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa. **3.3. Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado ou os valores líquidos de realização e/ou os de reposição. Os estoques de materiais destinados à construção e melhorias da infraestrutura da concessão são contabilizados no intangível, como parte integrante do contrato de concessão. **3.4. Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável *(impairment)*, se houver. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a Concessionária. O valor contábil de itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém o controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis econômicas estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Equipamentos de informática	5 anos
Veículos	5 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada exercício e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva. Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos. **3.5. Ativo de contrato:** Os bens vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Concessionária de cobrar pelos serviços prestados aos clientes. Assim, os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos e financiamentos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos transferidos para o ativo intangível. **3.6. Intangível: a)** Sistema de água e esgoto: A Concessionária reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário presente nos contratos de concessão, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê (OCPC 05). O ativo intangível é determinado como sendo o valor da receita de construção auferida na construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Concessionária. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Concessionária. A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro. **b)** Softwares: As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada. **3.7. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC 48, que determina a classificação dos ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao custo amortizado. Dependendo das características de cada instrumento, eles podem ser classificados em resultado financeiro ou em outros resultados abrangentes. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela Administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais. A Concessionária classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias: Ativos financeiros - custo amortizado: São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas especificas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. Ativos financeiros - valor justo por meio do resultado: São reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado; e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos. Ativos financeiros - mensuração inicial: No reconhecimento inicial a Concessionária mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. Ativos financeiros - mensuração subsequente: • *Custo amortizado*: esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago. • *Valor justo por meio do resultado*: os ativos classificados dentro desse grupo são contabilizados por meio de reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. Passivos financeiros - reconhecimento inicial: Todos os passivos financeiros da Concessionária são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Concessionária incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, passivos de arrendamentos, notas comerciais escriturais, ônus da concessão e débitos com partes relacionadas. Passivos financeiros - mensuração subsequente • *Custo amortizado*: são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos ou através do acréscimo da taxa efetiva. • *Valor justo por meio do resultado*: são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros: Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e • A Concessionária transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. Compensação de instrumentos financeiros: Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **3.8. Perda por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros e não financeiros:** Os ativos da Concessionária são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda e, se houver, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso do ativo. A Concessionária baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos abrangem o período da concessão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não foi identificado nenhum evento indicando a não recuperabilidade dos ativos da Concessionária. **3.9. Arrendamentos:** A Concessionária avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. A Concessionária como arrendatária: A Concessionária aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, reconhecendo os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e os ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Ativos de direito de uso: A Concessionária reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Passivos de arrendamento: Na data de início do arrendamento, a Concessionária reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Concessionária usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor: A Concessionária aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **3.10. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Concessionária tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesas no período em que são incorridos. **3.11. Tributos:** Imposto de renda e contribuição social correntes: A Concessionária adota o lucro real como regime de tributação para apuração do imposto de renda e da contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de duzentos e quarenta mil reais anuais para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos tendo como base as adições e exclusões temporárias, oriundas das diferenças entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores considerados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias oriundas do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que, na data da transação, não afete o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço, avaliando-se a sua recuperabilidade, de acordo com premissas de projeções, e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Tributos sobre as receitas: As receitas de serviços estão sujeitas à Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS, à alíquota de 1,65% e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, à alíquota de 7,60%. Estes encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado. **3.12. Benefícios a empregados:** Os salários, incluindo provisões para férias, 13º salário e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência. A provisão para participação nos resultados é constituída de acordo com a competência, sendo contabilizada como despesa operacional. Plano de previdência privada de funcionários: Os custos do plano de previdência privada, em sua totalidade na modalidade de contribuição definida, são rateados entre os funcionários elegíveis e a Concessionária, participação esta que se inicia na proporção de 50% pelos funcionários e 50% pela Concessionária, percentual que, com o passar do tempo, poderá chegar a 20% para os funcionários e 80% para a Concessionária. **3.13. Provisões:** Geral: São reconhecidas quando a Concessionária possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas: O Concessionária é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.14. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos financeiros decorrentes de operações de longo prazo ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto de mercado da data das transações. Não foram reconhecidos ajustes a valor presente no exercício. **3.15. Receita operacional:** i) Receita de prestação de serviços: Receitas relativas ao tratamento e distribuição de água e de coleta e tratamento de esgotamento sanitário. São reconhecidas por ocasião do consumo de água ou da prestação de serviços. As receitas ainda não faturadas, cujos serviços já foram prestados, são reconhecidas com base em estimativas mensais dos serviços completados. A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água e é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados. ii) Receitas de construção: A receita relacionada à construção, compreende obrigações de desempenho referentes a projetos de infraestrutura, de acordo com o contrato de concessão. Dessa forma, a construção da infraestrutura necessária para a distribuição de água e coleta e tratamento de esgotamento sanitário é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente, sendo a correspondente receita reconhecida ao resultado. Para mensuração destas receitas, a Concessionária estima que a margem é irrelevante, considerando-a zero. Portanto, esta receita de construção é mensurada sem adicional de margem sobre o custo de construção. **3.16. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem as receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros e multas vinculadas à operação e ganhos com derivativos. A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de taxa de juros efetiva. As despesas financeiras abrangem substancialmente os juros e variação monetária com empréstimos e financiamentos, juros capitalizados, juros sobre arrendamentos, variação monetária sobre contingências, tributos sobre operações financeiras, descontos concedidos e perdas com derivativos. As despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido. **3.17. Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e refletem as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3.18. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022:** As normas apresentadas a seguir foram revisadas e passaram a ser aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1° de janeiro de 2022 e, portanto, estão sendo adotadas nestas demonstrações financeiras. A adoção dessas alterações de normas não resultou em impacto relevante sobre as divulgações ou os valores divulgados. Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1). As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como: • Contrato oneroso - custos de cumprimento de contrato; • Ativo imobilizado - vendas antes do uso pretendido; e. • Referências à estrutura conceitual. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Concessionária. A Concessionária pretende adotar as mudanças para períodos futuros, caso se tornem aplicáveis. **3.19. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão dessas demonstrações financeiras, estão descritas a seguir e todas são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023. A Concessionária pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. CPC 50 - Contratos de seguro: Uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Essa norma não se aplica a Concessionária. Alterações ao CPC 26: Classificação de passivos como circulante ou não circulante: A norma especifica os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: i) o que significa um direito de postergar a liquidação; ii) que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; iii) que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros da Concessionária. Alterações ao CPC 23: Definição de estimativas contábeis e divulgação de políticas contábeis: As alterações na norma esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, há o esclarecimento de como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. A Concessionária avaliará o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. Alterações ao CPC 32: Tributos diferidos relacionados a ativos e passivos originados de uma simples transação: As alterações restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros da Concessionária. **4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Julgamentos: A elaboração das demonstrações financeiras pela Concessionária requer que a Administração adote julgamentos profissionais, estimativas e premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. A incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar à necessidade de ajustes em exercícios futuros no valor contábil do ativo ou passivo afetado. Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão: A concessionária determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. Os contratos de arrendamento são avaliados, sob o julgamento de haver a intenção de exercer a opção de renovação ou de rescisão. Nesta avaliação, a Concessionária considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Concessionária reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir. Estimativas e premissas contábeis: As principais premissas relativas a incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incertezas nas estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de gerar um ajuste significativo no valor contábil de ativos e passivos no exercício seguinte, são consideradas a seguir: a) *Vida útil dos ativos intangíveis*: Os ativos intangíveis das concessões de serviços públicos são amortizados pelo método linear e refletem o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Concessionária, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Os ativos intangíveis têm a sua amortização iniciada quando estão disponíveis para uso, em seu local e na condição necessária para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Concessionária. b) *Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas*: A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. c) *Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber*: A provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes, de acordo com os seguintes critérios: i) *Contas vencidas há mais de seis meses*: Esses créditos são considerados como perdas assim que atingem seis meses de atraso, até o limite de R$5, por nota fiscal, de acordo com a Lei nº 9.430/1996 e, a partir de 08/10/2014, até o limite de R$15, de acordo com a Lei nº 13.097/2015, sendo baixados diretamente de contas a receber contra o resultado. ii) *Contas vencidas há mais de um ano*: Esses créditos são considerados como perdas assim que atingem um ano de atraso, de valores acima de R$5 até R$30, por operação, de acordo com a Lei nº 9.430/1996 e, a partir de 08/10/2014, de valores acima de R$15 até R$100, de acordo com a Lei nº 13.097/2015, sendo contabilizados como despesa, tendo como contrapartida a conta redutora de contas a receber. iii) *Perdas gerenciais*: São provisionadas e registradas em conta de resultado, como perdas não dedutíveis para efeito de imposto de renda e contribuição social.: -Valores até R$5, vencidas entre 90 e 180 dias, emitidas até 07/10/2014; -Valores até R$15, vencidas entre 90 e 180 dias, emitidas a partir de 08/10/2014; -Valores maiores que R$5, vencidas entre 90 e 365 dias, emitidas até 07/10/2014; -Valores maiores que R$15, vencidas entre 90 e 365 dias, emitidas a partir de 08/10/2014; -Valores maiores que R$30, vencidas há mais de um ano, emitidas até 07/10/2014; -Valores maiores que R$100, vencidas há mais de um ano, emitidas a partir de 08/10/2014. d) *Receita não faturada*: As receitas ainda não faturadas representam serviços prestados para os quais ainda não foram realizadas leituras. São reconhecidas com base em estimativas mensais calculadas de acordo com último faturamento de cada ciclo de leitura. Informações adicionais da receita e contas a receber estão descritas nas Notas 3.19 e 7. **5. Gestão de risco financeiro: 5.1. Instrumentos financeiros por categoria:** A Concessionária efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores justos, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. O valor justo dos ativos e passivos financeiros

Águas de Nova Friburgo Ltda

CNPJ 03.119.806/0001-91

é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores contábeis e valores justos dos instrumentos financeiros da Concessionária em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 são como segue:

Ativos financeiros	Classificação por categoria	Hierarquia do valor justo	31/12/2022 Valor contábil	31/12/2022 Valor Justo	31/12/2021 Valor contábil	31/12/2021 Valor Justo
Equivalentes de caixa (aplicações financeiras	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	22.516	22.516	9.726	9.726
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	-	24.156	24.156	22.653	22.653
Aplicações financeiras vinculadas	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	1.788	1.788	580	580
Passivos financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado	-	1.156	1.156	2.321	2.321
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	-	74.014	74.014	88.203	88.203
Passivos de arrendamento	Custo amortizado	-	1.429	1.429	616	616
Notas comerciais escriturais	Custo amortizado	-	52.948	52.948	-	-
Ônus da concessão	Custo amortizado	-	302	302	224	224
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	-	830	830	619	619

As políticas de gerenciamento de risco da Concessionária são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Concessionária está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Concessionária. **5.2. Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado de posições detidas pela Concessionária, incluindo as operações sujeitas as taxas de juros e riscos de preços. Risco de taxas de juros: Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Concessionária ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. A Concessionária utiliza a geração de caixa das atividades operacionais para gerir as suas operações assim como para garantir seus investimentos e expansão. Para suprir eventuais necessidades de caixa para desenvolvimento do negócio, a Concessionária obtém empréstimos e financiamentos e notas comerciais escriturais em moedas locais sujeitos à flutuação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") e do Índice Nacional de Preços ao Consumidor ("IPCA"). O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que impactem seus fluxos de caixa. A Concessionária também está exposta à flutuação de taxas de juros referentes ao saldo de aplicações financeiras, que são remuneradas com base em percentuais do CDI. A análise de sensibilidade, dos juros sobre os equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos e notas comerciais escriturais, utilizou as projeções do CDI e IPCA para os próximos 12 meses, este definido como cenário provável, por meio dos relatórios de análise econômica Focus, do Banco Central do Brasil e do Banco Itaú. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Operação	Risco	Valor contábil	Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Ativo					
Equivalentes de caixa	CDI	22.516	25.560	26.321	27.082
Aplicações financeiras vinculadas	CDI	580	658	678	698
Passivo					
Empréstimos e financiamentos	IPCA	(59.258)	(62.748)	(63.619)	(64.496)
Empréstimos e financiamentos	CDI	(15.848)	(17.991)	(18.526)	(19.062)
Notas comerciais escriturais	CDI	(53.360)	(60.574)	(62.378)	(64.181)
Passivo líquido		(105.370)	(115.095)	(117.524)	(119.959)
Efeito líquido			(9.725)	(12.154)	(14.589)
CDI (a.a.)			13,52%		
IPCA (a.a.)			5,89%		

5.3 - Risco de liquidez: É o risco de a Concessionária não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A abordagem da Concessionária na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Concessionária. As tabelas abaixo demonstram análise dos vencimentos para os passivos financeiros em aberto, sem os custos de transação relativos aos empréstimos e financiamentos e notas comerciais escriturais, em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (valores não descontados):

Em 31 de dezembro de 2022	Valor Contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Fornecedores	1.156	827	-	329
Empréstimos e financiamentos	75.336	12.243	12.065	51.028
Passivos de arrendamento	1.429	728	694	7
Notas comerciais estruturais	53.360	3.360	16.216	33.784
Ônus da concessão	302	302	-	-
Débitos com partes relacionadas	830	830	-	-
	132.413	18.290	28.975	85.148

Em 31 de dezembro de 2021	Valor Contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Fornecedores	2.321	1.992	-	329
Empréstimos e financiamentos	89.468	35.269	10.825	43.374
Passivos de arrendamento	616	258	197	161
Ônus da concessão	224	224	-	-
Débitos com partes relacionadas	619	619	-	-
	93.248	38.362	11.022	43.864

5.4. Gestão de capital: Os objetivos da Concessionária ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos quotistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. E, para atingimento desses objetivos, exerce uma gestão financeira e de capital centralizada. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Concessionária pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos quotistas ou, ainda, emitir novas quotas ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras empresas do setor, a Concessionária monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde aos empréstimos e financiamentos, passivos de arrendamento e notas comerciais escriturais, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 podem ser assim sumariados:

	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	74.014	88.203
Passivos de arrendamento (Nota 15)	1.429	616
Notas comerciais escriturais (Nota 16)	52.948	-
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(22.574)	(9.917)
Dívida líquida (a)	105.817	78.902
Total do patrimônio líquido (b)	79.714	88.750
Total do capital (a+b)	185.531	167.652
Índice de alavancagem financeira - % [a/(a+b)]	57,03%	47,06%

6. Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	58	191
Aplicações financeiras	22.516	9.726
	22.574	9.917

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata, representados, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário – CDBs, os quais são registrados pelos valores nominais, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

7. Contas a receber de clientes	31/12/2022	31/12/2021
Clientes (a)	21.021	19.685
Clientes - parcelamento (b)	2.812	2.706
Pontos arrecadadores (c)	323	262
Perdas de créditos das contas a receber	(2.681)	(3.758)
	21.475	18.895

(a) A conta "Clientes" representa o saldo de contas emitidas e ainda não recebidas, além dos valores fornecidos e ainda não faturados (ajuste por competência). (b) A conta de "Clientes - parcelamento" refere-se a acordos firmados entre os clientes e a Concessionária para a quitação de seus débitos. (c) Os "Pontos arrecadadores" são agentes arrecadadores que já receberam as contas dos clientes e ainda não repassaram para a Concessionária. O aging list de contas a receber é composto da seguinte forma:

A vencer	31/12/2022	31/12/2021
Faturado	9.856	8.463
Não faturado	5.358	4.836
Vencidas		
Até 30 dias	3.028	2.529
De 31 a 60 dias	702	664
De 61 a 90 dias	329	296
De 91 a 180 dias	1.257	1.033
Mais de 180 dias	3.626	4.832
	24.156	22.653

8. Tributos a recuperar: Os impostos e contribuições a recuperar estão assim representados:

	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ	489	12
CSLL	30	-
PIS	1	1
COFINS	3	2
	523	15

9. Aplicações financeiras vinculadas: O montante de R$ 1.788 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 580 em 31 de dezembro de 2021) corresponde à obrigação da Concessionária constante no Contrato de Financiamento na modalidade FINEM, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, onde a Concessionária se obriga, como garantia do pagamento de quaisquer obrigações do contrato, a constituir uma conta reserva com saldo não inferior ao montante equivalente à soma das prestações de amortizações do principal e juros da dívida, vencíveis nos três meses imediatamente subsequentes.

10. Ativo de direito de uso	31/12/2022 Custo	31/12/2022 Amortização acumulada	31/12/2022 Valor líquido	31/12/2021 Custo	31/12/2021 Amortização acumulada	31/12/2021 Valor líquido
Imóveis	2.062	(784)	1.278	2.073	(1.539)	534
	2.062	(784)	1.278	2.073	(1.539)	534

Movimentação do ativo de direito de uso:

	Saldos em 31/12/2021	Adições	Amortização	Saldos em 31/12/2022
Imóveis	534	1.379	(635)	1.278
	534	1.379	(635)	1.278

	Saldos em 31/12/2020	Adições	Baixas	Amortização	Saldos em 31/12/2021
Imóveis	787	450	(93)	(610)	534
	787	450	(93)	(610)	534

11. Imobilizado	Taxa de depreciação anual	31/12/2022 Custo	31/12/2022 Depreciação acumulada	31/12/2022 Valor líquido	31/12/2021 Valor líquido
Equipamentos de informática	20%	1.956	(1.647)	309	410
Veículos	20%	1.157	(1.072)	85	23
Máquinas e equipamentos	10%	140	(66)	74	53
Móveis e utensílios	10%	644	(429)	215	186
		3.897	(3.214)	683	672

Movimentação do imobilizado:	Saldos em 31/12/2021	Adições	Depreciação	Saldos em 31/12/2022
Equipamentos de informática	410	31	(132)	309
Veículos	23	82	(20)	85
Máquinas e equipamentos	53	32	(11)	74
Móveis e utensílios	186	59	(30)	215
	672	204	(193)	683

	Saldos em 31/12/2020	Adições	Depreciação	Saldos em 31/12/2021
Equipamentos de informática	305	214	(109)	410
Veículos	42	-	(19)	23
Máquinas e equipamentos	52	10	(9)	53
Móveis e utensílios	186	31	(31)	186
	585	255	(168)	672

12. Ativo de contrato	Saldos em 31/12/2021	Adições	Transferências	Saldos em 31/12/2022
Infraestrutura em construção	38.003	25.742	(468)	63.277
	38.003	25.742	(468)	63.277

	Saldos em 31/12/2020	Adições	Transferências	Saldos em 31/12/2021
Infraestrutura em construção	17.191	23.732	(2.920)	38.003
	17.191	23.732	(2.920)	38.003

(i) Custos de empréstimos capitalizados: Os juros de empréstimos e financiamentos são capitalizados nos ativos de concessão durante o período em construção, sendo R$ 2.109 em 31 de dezembro de 2022, a uma taxa média ponderada de 12,59% a.a. (R$ 983 e 17,79% a.a. em 31 de dezembro de 2021).

13. Intangível	Taxa de amortização anual	31/12/2022 Custo	31/12/2022 Amortização acumulada	31/12/2022 Valor líquido	31/12/2021 Valor líquido
Softwares e aplicativos	20%	638	(617)	21	6
Concessão/Infraestrutura		184.878	(74.529)	110.349	119.301
		185.516	(75.146)	110.370	119.307

Os valores reconhecidos na linha Concessão/Infraestrutura representam o valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão e sua respectiva amortização acumulada. As taxas utilizadas baseiam-se no prazo final da concessão ou na vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Sendo esse montante em 31 de dezembro de 2021 composto pelos seguintes ativos:

	31/12/2022 Custo	31/12/2022 Amortização acumulada	31/12/2022 Valor líquido	31/12/2021 Valor líquido
Captação	250	(79)	171	182
Adutoras	7.050	(2.239)	4.811	5.032
Estação de Tratamento de Água - ETA	16.974	(3.445)	13.529	13.961
Reservatório	4.595	(1.611)	2.984	3.173
Booster	93	(37)	56	59
Elevatória de água	45	(20)	25	27
Substituição/Expansão de rede de água	43.474	(20.507)	22.967	25.307
Ligação de água	4.257	(1.194)	3.063	3.261
Ligação de esgoto	7.443	(2.954)	4.489	4.790
Substituição/Expansão de rede de esgoto	35.074	(15.524)	19.550	21.186
Elevatória - esgoto	8.687	(2.524)	6.163	6.543
Estação de Tratamento de Esgoto - ETE	34.892	(11.203)	23.689	25.166
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2.597	(942)	1.655	1.759
Máquinas e equipamentos	19.447	(12.250)	7.197	8.855
	184.878	(74.529)	110.349	119.301

Movimentação do intangível:	Saldos em 31/12/2021	Adições	Baixas	Amortização	Transferências	Saldos em 31/12/2022
Softwares e aplicativos	6	21	-	(6)	-	21
Concessão/Infraestrutura	119.301	705	(5)	(10.120)	468	110.349
	119.307	726	(5)	(10.126)	468	110.370

	Saldos em 31/12/2020	Adições	Amortização	Transferências	Saldos em 31/12/2021
Softwares e aplicativos	10	-	(4)	-	6
Concessão/Infraestrutura	126.133	175	(9.927)	2.920	119.301
	126.143	175	(9.931)	2.920	119.307

14. Fornecedores: Os fornecedores estão assim representados:	31/12/2022	31/12/2021
Mercadoria	638	1.263
Serviços	64	144
Infraestrutura	449	552
Valores a pagar plano de saúde e alimentação	-	312
Outros	5	50
	1.156	2.321

15. Empréstimos, financiamentos e arrendamentos

Linha de Crédito	Indexador	Juros	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos e Financiamentos				
FINAME PSI (a)	TJLP	2,5% e 6,75% a.a.	3.830	4.829
FINEM (b)	TJLP e TJLP	1,63% e 6,49% a.a.	55.658	45.681
CCB (c)	TR	9,90% a.a.	2.767	4.081
Capital de giro (d)	CDI	1,04% e 3,70% a.a.	13.081	34.877
(-) Custos de transação			(1.322)	(1.265)
Total de Empréstimos e Financiamentos			74.014	88.203
Circulante			12.118	35.171
Não circulante			61.896	53.032
Arrendamentos				
Arrendamentos direito de uso (e)		7,5% a.a.	1.429	616
Total de arrendamento			1.429	616
Circulante			728	258
Não circulante			701	358
Endividamento total			75.443	88.819
Endividamento total - Circulante			12.846	35.429
Endividamento total - Não circulante			62.597	53.390

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e arrendamentos é como segue:

Empréstimos e financiamentos	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	88.203	83.269
Captações	14.096	11.154
Juros e encargos financeiros	8.705	8.742
Variações monetárias	67	-
Amortização de principal	(30.506)	(9.488)
Amortização de juros	(6.493)	(5.375)
Custo de transação	(169)	(247)
Amortização dos custos de transação	111	148
Saldo final	74.014	88.203
Arrendamentos	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Saldo inicial	616	1.060
Adições	1.378	450
Remunerações	-	(102)
Juros e encargos financeiros	186	61
Amortização de principal	(576)	(756)
Amortização de juros	(175)	(97)
Saldo final	1.429	616

As parcelas de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:

Empréstimos e financiamentos	31/12/2022 Dívida	31/12/2022 Custos de transação	31/12/2022 Total líquido	31/12/2021 Dívida	31/12/2021 Custos de transação	31/12/2021 Total líquido
2023	-	-	-	10.825	(98)	10.727
2024	12.065	(113)	11.952	10.662	(85)	10.577
2025	3.945	(76)	3.869	2.679	(48)	2.631
Após 2025	47.083	(1.008)	46.075	30.033	(936)	29.097
	63.093	(1.197)	61.896	54.199	(1.167)	53.032

Arrendamentos	31/12/2022	31/12/2021
2023	-	197
2024	694	154
2025	7	7
	701	358

(a) Os contratos FINAME vigentes foram obtidos nos exercícios de 2012, 2014 e 2019 junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e somam R$ 6.888 de valor contratado. Os contratos FINAME foram celebrados com prazo de carência entre 18 e 25 meses para amortização do principal, com pagamento de juros trimestrais durante o período de carência e, após, com pagamentos mensais, com términos previstos para 2022, 2024 e 2029. Estas operações têm como objetivo a aquisição de máquinas e equipamentos operacionais, com a finalidade de expandir, modernizar e reforçar a infraestrutura para dar suporte à operação da Concessionária e são amparadas por alienação fiduciária dos bens e notas promissórias avalizadas por Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. (controladora). (b) Os contratos FINEM foram obtidos em 2018 junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES com R$ 81.666 de valor contratado. Os contratos FINEM foram celebrados com prazo de carência de 49 (quarenta e nove) meses para amortização do principal, com pagamento de juros trimestrais durante o período de carência e, após, com pagamentos mensais, com término previsto para 2039. Estas operações têm como objetivo a reconstrução, modernização e expansão dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário do município de Nova Friburgo e possui como garantia carta de fiança bancária, vinculação da receita e fiança emitida por Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. (controladora). Esses contratos possuem determinadas condições contratuais que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (*Covenants*) com base nos índices financeiros abaixo: Índice de Alavancagem Patrimonial: igual ou superior a 0,25; Índice de Cobertura do Serviço da Dívida: igual ou superior a 1,1; Dívida Bancária Liquida/ EBITDA: igual ou inferior a 3,5; A Administração acompanha os cálculos destes índices mensalmente, a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Não foram identificadas quebras nos termos contratuais em 31 de dezembro de 2022. (c) A Cédula de Crédito Bancário - CCB foi obtida no exercício de 2014 no valor total de R$ 11.000. O contrato de CCB foi celebrado com prazo de carência de 23 (vinte e três) meses para amortização do principal, com pagamento de juros mensais, e término previsto para 2024. Os custos de transação incorridos na emissão da CCB foram capitalizados, contabilizados como redução dos recursos captados, e serão amortizados até o prazo de vencimento. Esta operação teve como objetivo investimentos em ampliação, manutenção e melhorias relacionadas a projetos de saneamento básico e possui como garantia aval coobrigado de Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. (d) Em novembro de 2019 a Concessionária contratou empréstimo de capital de giro no valor de R$ 19.300. Este contrato foi celebrado com prazo de carência de 26 (vinte e seis) meses para amortização do principal, com pagamento de juros trimestrais, inclusive durante o período de carência, com vencimento final para 2024 (e) O ativo de direito de uso decorrente de contratos de arrendamento está apresentado na nota nº 10.

16. Notas comerciais estruturais:

Linha de crédito	Indexador	Juros	31/12/2022
Notas comerciais estruturais	CDI	2,16% a.a.	
Principal			50.000
Juros e encargos			3.360
Custo de transação a apropriar			(412)
Total de notas comerciais estruturais			52.948
Circulante			3.259
Não circulante			49.689

A movimentação das notas comerciais estruturais é demonstrada a seguir:

	31/12/2022
Captação	50.000
Juros e encargos financeiros	6.770
Custos de transação	(505)
Apropriação de custo de transação	93
Amortização de juros	(3.410)
Saldo final	52.948

	31/12/2022 Dívida	31/12/2022 Custos de transação	31/12/2022 Total líquido
2024	16.216	(101)	16.115
2025	16.216	(101)	16.115
Após 2025	17.567	(108)	17.459
	49.999	(310)	49.689

17. Operações com derivativos: A Concessionária efetuou um contrato de *swap*, com mesmo prazo de duração da emissão de Cédula de Crédito Bancário - CCB, com o objetivo de trocar a remuneração por uma taxa equivalente ao CDI. Os saldos dos instrumentos financeiros derivativos de *swap* estão assim representados:

Derivativo	Valor nocional	Vencimento	Valor a receber 31/12/2022	Valor a receber 31/12/2021
SWAP	11.000	2024	122	155

Impacto no resultado: A Concessionária efetuou registro dos ganhos e perdas oriundos dos instrumentos financeiros derivativos no resultado. Desta forma, os impactos contabilizados no resultado foram de:

Derivativo	31/12/2022	31/12/2021
SWAP	(33)	(577)

18. Obrigações tributárias: Os impostos e contribuições estão assim representados:

	31/12/2022	31/12/2021
PIS/COFINS/CSLL retidos	29	31
ISS	197	243
IRRF	220	101
PIS	150	139
COFINS	695	645
CSLL	-	101
	1.291	1.260
Passivo circulante	1.161	1.130
Passivo não circulante	130	130

19. Imposto de renda e contribuição social: a) Composição dos tributos diferidos: Os tributos diferidos são contabilizados para refletir os impactos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, cujos efeitos ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem às bases de cálculo.

	31/12/2022	31/12/2021
Provisões perdas de crédito esperadas para contas a receber	535	402
Provisões para contingências	577	588
Provisões salários e encargos em acordo coletivo	97	-
Provisão participação nos lucros	205	170
Ganhos (perdas) com derivativos	(41)	(53)
Arrendamentos	51	27
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	-	208
Outros	23	11
Ativo fiscal diferido	1.447	1.353
Juros capitalizados	(1.315)	(606)
Ajustes do Regime de tributação transitório Lei nº 12.973/ 2014 (i)	(501)	(699)
Demais diferenças temporárias decorrentes da Lei nº 12.973/ 2014	(228)	(300)
Passivo fiscal diferido	(2.044)	(1.605)
Tributos diferidos, líquidos	(597)	(252)

b) Conciliação da taxa efetiva:	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	27.510	26.388
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social - alíquotas vigentes	(9.353)	(8.972)
(Adições) exclusões no cálculo do tributo:		
Permanentes (despesas indedutíveis)	964	(255)
Efeito referente a alíquota de adicional do imposto de renda	24	24
Incentivo cultural (artigo 18 Lei nº 8.313/91)	144	146
Incentivo empresa cidadã (Lei nº 11.770/08)	12	18
Programa de Alimentação do Trabalhador (9.580/2018)	144	146
Incentivo desportivo (Lei nº 11.438/06 - art. 3)	36	36
Fundo da Infância e da Adolescência (Decreto nº 9.580/2018)	35	37
Total do imposto de renda e da contribuição social	(7.994)	(8.820)
Alíquota efetiva	29%	33%

20. Ônus da concessão: O valor demonstrado no passivo circulante de R$ 302 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 224 em 31 de dezembro de 2021) representa o exigível do Contrato de Concessão junto à Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, calculado com base em um percentual de 2% para outorga e 0,5% para taxa de regulação sobre a arrecadação de tarifas de serviços prestados de distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto. **21. Provisões para contingências**: As provisões para contingências são constituídas para fazer face às perdas em processos judiciais e administrativos, os quais, quando aplicável, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são baseadas na opinião do departamento jurídico da Concessionária e de seus assessores legais. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. As provisões estão assim demonstradas:

	31/12/2022 Provisões	31/12/2021 Provisões
Trabalhistas	(238)	533
Cíveis	(1.459)	1.410
	(1.697)	1.943

Processos com probabilidade de perda classificada como possível: A Concessionária está envolvida em ações para as quais possui expectativas de perdas possíveis, apresentando como posição dos passivos contingentes em 31 de dezembro de 2022 os valores de R$ 46.223 para contingências cíveis (R$ 38.888 em 31 de dezembro de 2021), R$ 1.276 para contingências trabalhistas (R$ 1.211 em 31 de dezembro de 2021) e R$ 3.822 para contingências tributárias (R$ 3.118 em 31 de dezembro de 2021). Ações populares: Existem, atualmente, 3 (três) Ações Populares ajuizadas em face da Concessionária Águas de Nova Friburgo questionando o Contrato de Concessão celebrado com a referida concessionária, alega-se modificação do edital sem abertura de prazo para recebimento de propostas, ilegalidade do tipo de julgamento, não valorização do patrimônio da autarquia que prestava o serviço e requer-se seja julgada procedente a ação, para que seja anulado todo o procedimento licitatório e pagamento de perdas e danos a deram causa, reembolsando ao erário público os valores despendidos com a realização da concorrência. Proferidas sentenças declarando a ocorrência da prescrição da pretensão autoral, reformadas por acórdão. Atualmente, aguarda-se virtualização para retomada do julgamento de mérito em 1ª instância. Processo 0002606-41.2007.8.19.0037 Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Estadual em face da Concessionária Águas de Nova Friburgo requerendo a tutela antecipada para que a Concessionária se abstenha de cobrar tarifa de esgoto de toda a população de Nova Friburgo, sob pena de multa e, no mérito alega que haveria lançamento de esgoto "in natura" no rio local, o que consistiria em infração às normas de Direito Ambiental. CANF apresentou a peça de bloqueio impugnando formal e diretamente todos os pedidos do MP. Foi realizada prova pericial, a qual foi favorável a empresa ao constatar a existência de rede coletora e apontar investimentos e gastos com a operação e manutenção dessas redes. **22. Partes relacionadas:** Remuneração de pessoal chave da Administração: Os diretores são as pessoas chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Concessionária. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram pagos pela Concessionária o montante total de R$ 3.419 (R$ 338 em 31 de dezembro de 2021). Abaixo os valores estão segregados por natureza:

	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração	2.576	241
Encargos sociais	761	85
Plano de saúde	32	6
Plano de previdência privada	34	2
Outros	16	4
	3.419	338

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não foi pago valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Ativo circulante:	31/12/2022	31/12/2021
Créditos com partes relacionadas (a)		
Águas do Imperador S.A.	2	-
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	448	73
Total do ativo circulante	450	73
Passivo circulante:		
Obrigações com a sócia Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.		
Distribuição de lucros	4.879	2.639
Juros sobre o capital próprio	752	-
	5.631	2.639
Débitos com partes relacionadas		
Águas do Paraíba S.A.	1	-
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	829	619
Total do passivo circulante	6.461	3.258
Resultado com partes relacionadas	31/12/2022	31/12/2021
Despesas		
Contrato de gestão *(Mangement Fee) (a)*		
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	6.025	(5.317)

(a) Os saldos decorrem de transações entre concessionárias do mesmo grupo econômico, vinculadas à compra e venda de materiais ou das prestações de serviços, oriundos do: i) contrato de fruição de utilidades comuns com a Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda., resultando na estrutura de Unidade de Administração Central (UAC) para as áreas de finanças, planejamento, recursos humanos, tecnologia da informação e logística; ii) do contrato de gestão centralizada (*Management Fee*) com a Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. **23. Patrimônio líquido**: **a)** Capital social: O capital social realizado é de R$ 44.000 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 44.000 em 31 de dezembro de 2021) e está representado por 44.000.000 (quarenta e quatro milhões) de quotas, no valor de um real cada uma.

	31/12/2022 Quantidade de quotas	31/12/2022 Participação (%)	31/12/2021 Quantidade de quotas	31/12/2021 Participação (%)
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	44.000.000	100	44.000.000	100
Total	44.000.000	100	44.000.000	100

b) Distribuição de lucros e juros sobre o capital próprio: Em 18 de março e em 26 de dezembro de 2022, foram pagos R$ 17.361 e R$ 3.000, respectivamente, como distribuição de lucros. Em 30 de dezembro de 2022, em reunião dos sócios, foi aprovada a destinação de 25% do lucro do exercício para a distribuição aos sócios. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram destinados R$ 3.386 dos lucros acumulados para juros sobre o capital próprio.

24. Receita líquida:	31/12/2022	31/12/2021
Receita de prestação de serviços	131.305	113.160
Receita de construção	24.719	22.045
Cancelamentos	(390)	(379)
Receita Bruta	155.634	134.826
Deduções da receita bruta:		
PIS e COFINS sobre serviços prestados	(12.098)	(10.382)
Descontos concedidos	(354)	(541)
Receita líquida	143.182	123.903

25. Custos dos serviços prestados:	31/12/2022	31/12/2021
Taxas de recursos hídricos e ambientais	(1.200)	(1.089)
Ônus da concessão	(603)	(2.571)
Obrigações contratuais com poder concedente	(1.730)	(774)
Energia elétrica	(9.183)	(9.119)
Custo de construção	(24.719)	(22.045)
Materiais aplicados nos serviços	(4.723)	(4.993)
Salários e benefícios a empregados	(17.209)	(14.892)
Utilização de imóveis e telefonia	(230)	(148)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(3.577)	(2.806)
Serviços de terceiros	(2.505)	(3.087)
Depreciações e amortizações	(9.562)	(9.334)
Amortização da concessão	(2.413)	-
Outros	(232)	(213)
	(77.886)	(71.071)

26. Despesas gerais e administrativas:	31/12/2022	31/12/2021
Salários e benefícios a empregados	(9.328)	(8.576)
Utilização de imóveis e telefonia	(472)	(681)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(550)	(467)
Serviços de terceiros	(11.002)	(9.456)
Despesas com contencioso	(1.380)	(842)
Impostos, encargos, taxas e contribuições	(130)	(65)
Depreciações e amortizações	(660)	(649)
Provisão perdas de crédito esperadas para contas a receber	(422)	(655)
Reversões de contingências	402	2.140
Outras	(3.093)	(1.404)
	(26.635)	(20.655)

Águas de Nova Friburgo Ltda

CNPJ 03.119.806/0001-91

27. Receitas (despesas) financeiras:	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras		
Rendimentos com aplicações financeiras	**3.543**	1.994
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	**(232)**	(225)
Juros e multas vinculadas à operação	**1.674**	2.410
Ganhos com operações de *swap*	**60**	319
Ganho com derivativos	**77**	35
Outras	**177**	121
	5.299	4.654
Despesas financeiras		
Juros com empréstimos e financiamentos	**(13.365)**	(7.759)
Juros sobre arrendamentos	**(185)**	(61)
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	**(67)**	-
Atualização monetária das contingências	**(156)**	(853)
Variação monetária sobre outros passivos	**-**	(509)
Tributos sobre operações financeiras	**(107)**	(21)
Descontos concedidos	**(2.092)**	(390)
Perdas com operações de swap	**(55)**	-
Perda com derivativos	**(110)**	(612)
Outras	**(488)**	(346)
	(16.625)	(10.551)

28. Seguros: O Grupo Águas do Brasil adota a política de contratar cobertura de seguros de forma global para riscos de engenharia, patrimoniais, ambientais e de responsabilidade civil dos administradores (D&O), entre outros, especificamente associados à natureza de sua atividade. Os seguros contratados possuem cobertura sobre construção, fornecimento ou prestação de serviços. A cobertura em 31 de dezembro de 2022 está apresentada a seguir:

Ramos	Vigência das apólices	Importâncias seguradas
Responsabilidade civil geral	17/01/2023 a 17/01/2024	13.000
Risco de engenharia e responsabilidade civil obras	31/12/2022 a 31/12/2023	80.813
Responsabilidade civil administradores - D&O	27/09/2022 a 27/09/2023	50.000
Riscos operacionais	30/12/2022 a 17/01/2024	75.000
Riscos ambientais	22/12/2022 a 22/12/2023	5.000
Garantia de concessão	24/01/2023 a 24/01/2024	2.618
Seguro de veículos	17/10/2022 a 17/10/2023	345
Garantia judicial	09/06/2020 a 24/03/2027	3.462

29. Transações que não envolvem caixa: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Concessionária realizou as seguintes atividades que não envolveram caixa e, portanto, foram excluídas da demonstração dos fluxos de caixa:

	31/12/2022	31/12/2021
Adição de arrendamentos	**(1.378)**	-
Juros capitalizados	**(2.109)**	-
IRRF sobre swap	**9**	48
Baixa referente à rescisão do contrato de direito de uso - ativo	**-**	92
Baixa referente à rescisão do contrato de direito de uso - passivo	**-**	(102)
	(3.478)	38

Danielle Silva de Souza Moreira - Diretor
Márcio Salles Gomes - Diretor
Contadora: Gabriela Ferreira Nunes Alves
CRC/RJ 100510/0-9 CPF: O80.376.027-29

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores da **Águas de Nova Friburgo Ltda.** Rio de Janeiro - RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Águas de Nova Friburgo Ltda. ("Concessionária"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Concessionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Concessionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Concessionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Concessionária. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Concessionária. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Concessionária a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2023.
ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F
Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC-RJ090174/O

Coimbra Energética S.A.

CNPJ/MF nº 48.035.100/0001-80

Balanços Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em Milhares de Reais)*

Ativo	2022	2021	Patrimônio líquido	2022	2021
Circulante			Capital social	1.000	–
Caixa e equivalentes de caixa	1.000	–			
Total do ativo	1.000	–	**Total do patrimônio líquido**	1.000	–

Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira – Diretor – CPF: 071.000.747-70
Érica Moraes da Costa Lisboa Ferreira – Contadora – CRC RJ-119.036-O
Carlos Gustavo Nogari Andrioli – Diretor – CPF: 861.403.379-68
Hamilton Ferreira da Silva – Controller – CRC 1SP-217225/O-5

As demonstrações financeiras completas contendo as notas explicativas, acompanhadas do parecer da auditoria externa, sem ressalvas, encontram-se no site (www.elera.com/transparencia/) e na sede da Companhia.

Demonstrações do Resultado dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em Milhares de Reais)*

	2022	2021
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	–	–

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2021 e 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	Capital social	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	–	–
Constituição da Sociedade	1.000	1.000
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.000	1.000

Ipezal Energética S.A.

CNPJ/MF nº 48.093.725/0001-06

Balanços Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em Milhares de Reais)*

Ativo	2022	2021
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1	–
Total do ativo	1	–

	2022	2021
Patrimônio líquido		
Capital social	1	–
Total do patrimônio líquido	1	–

Demonstrações do Resultado dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em Milhares de Reais)*

	2022	2021
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	–	–

Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira – Diretor – CPF: 071.000.747-70
Carlos Gustavo Nogari Andrioli – Diretor – CPF: 861.403.379-68
Érica Moraes da Costa Lisboa Ferreira – Contadora – CRC RJ-119.036-O
Hamilton Ferreira da Silva – Controller – CRC 1SP-217225/O-5

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2021 e 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	Capital social	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020		–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	–	–
Constituição da Sociedade	1	1
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1	1

As demonstrações financeiras completas contendo as notas explicativas, acompanhadas do parecer da auditoria externa, sem ressalvas, encontram-se no site (www.elera.com/transparencia/) e na sede da Companhia.

RNBL I Energética S.A.

CNPJ/MF nº 48.173.752/0001-80

Balanços Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em Milhares de Reais)*

Ativo	2022	2021		2022	2021
Circulante			**Patrimônio líquido**		
Caixa e equivalentes de caixa	1	–	Capital social	1	–
Total do ativo	1	–	**Total do patrimônio líquido**	1	–

Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira – Diretor – CPF: 071.000.747-70
Érica Moraes da Costa Lisboa Ferreira – Contadora – CRC RJ-119.036-O
Carlos Gustavo Nogari Andrioli – Diretor – CPF: 861.403.379-68
Hamilton Ferreira da Silva – Controller – CRC 1SP-217225/O-5

As demonstrações financeiras completas contendo as notas explicativas, acompanhadas do parecer da auditoria externa, sem ressalvas, encontram-se no site (www.elera.com/transparencia/) e na sede da Companhia.

Demonstrações do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em Milhares de Reais)*

	2022	2021
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	–	–

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2021 e 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	Capital social	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	–	–
Constituição da Sociedade	1	1
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1	1

Manon Energia S.A.

CNPJ/MF nº 38.277.564/0001-49

Balanços Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em Reais)*

Ativo	2022	2021
Circulante		
Total do ativo circulante	–	–
Total do ativo	–	–
Passivo e patrimônio líquido	2022	2021
Passivo	–	–
Patrimônio líquido		
Capital social	1.000	1.000
Prejuízo acumulado	(1.000)	(1.000)
Total do patrimônio líquido	–	–
Total do passivo e do patrimônio líquido	–	–

Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira – Diretor – CPF: 071.000.747-70
Carlos Gustavo Nogari Andrioli – Diretor – CPF: 861.403.379-68
Érica Moraes da Costa Lisboa Ferreira – Contadora – CRC RJ-119.036-O
Hamilton Ferreira da Silva – Controller – CRC 1SP-217225/O-5

Demonstrações do Resultado dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em Reais)*

	2022	2021
Despesas operacionais		
Outras despesas operacionais	–	(1.000)
	–	(1.000)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	–	(1.000)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	–	(1.000)
Prejuízo do exercício	–	(1.000)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em Reais)*

		Reserva de lucros		
	Capital social	Dividendo complementar	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020	–	–	–	–
Aumento de capital	1.000	–	–	1.000
Prejuízo do exercício	–	–	(1.000)	(1.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.000	–	(1.000)	–
Aumento de capital	–	–	–	–
Prejuízo do exercício	–	–	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–
Reserva de retenção de lucros	–	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.000	–	(1.000)	–

As demonstrações financeiras completas contendo as notas explicativas, acompanhadas do parecer da auditoria externa, sem ressalvas, encontram-se no site (www.elera.com/transparencia/) e na sede da Companhia.

Trampolin Pagamentos S.A.

CNPJ/MF nº 33.030.337/0001-09

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas, em obediência às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço, a Demonstrações de Resultados e demais demonstrativos referentes ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2022. Estamos à disposição de V.Sas., no endereço da empresa para esclarecimentos que julgarem necessários. São Paulo, 06 de março de 2023. *A Diretoria*

Balanços Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2022 *(Em Reais)*

Ativos	2022	2021
Circulante	**1.510.343,28**	**775.059,00**
Caixa e equivalentes de caixa	1.369.741,58	662.318,53
Rendas e valores a receber	81.171,00	112.740,47
Impostos a recuperar	59.430,70	–
Não Circulante	**7.016,60**	**8.159,13**
Imobilizado	7.016,60	8.159,13
Total dos Ativos	**1.517.359,88**	**783.218,13**

Passivos e Patrimônio Líquido	2022	2021
Circulante	**444.012,37**	**222.016,90**
Conta de pagamento pré-paga	422.002,99	153.372,10
Obrigações fiscais	11.773,61	56.209,03
Provisões para pagamentos a efetuar	10.235,77	12.435,77
Não Circulante	–	–
Patrimonio Liquido	**1.073.347,51**	**561.201,23**
Capital social	1.118.400,00	1.118.400,00
Prejuízos acumulados	(45.052,49)	(557.198,77)
Total dos Passivos e do PL	**1.517.359,88**	**783.218,13**

Demonstrações do Resultado do exercício em 31/12/2022 *(Em Reais)*

	2022	2021
Receita líquida	**3.193.618,83**	**1.709.646,41**
CSP – Custo dos Serviços Prestados	(2.382.086,40)	(609.918,59)
Lucro bruto	**811.532,43**	**1.099.727,82**
Despesas gerais e administrativas	(338.739,91)	(873.884,86)
Despesas tributárias	(10.584,87)	-42.353,94
Outras despesas/receitas	49.715,68	–
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**511.923,33**	**183.489,02**
Receitas financeiras	135.403,60	1.136,99
Despesas financeiras	(6.715,01)	(29.405,18)
Resultado financeiro	**128.688,59**	**(28.268,19)**
Lucro antes do IRPJ e CSLL	**640.611,92**	**155.220,83**
IRPJ e CSLL corrente	(128.465,64)	-26.355,62
Lucro líquido do exercício	**512.146,28**	**128.865,21**

A Diretoria

Ana Ligia Fernandes Serra – Contadora CRC 1SP 223.693/O-2

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os periodos findo em 01 de janeiro de 2021 à 31 de dezembro de 2022 *(Em Reais)*

	Capital Social Realizado	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2021	**1.118.400,00**	**(557.198,77)**	**561.201,23**
Lucro líquido do exercício	–	512.146,28	512.146,28
Saldos em 31/12/2022	**1.118.400,00**	**(45.052,49)**	**1.073.347,51**

Demonstração dos Fluxos de Caixa *(Em Reais)*

	2022	2021
Lucro líquido	**512.146,28**	**128.865,21**
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido		
(+/-) Ajustes de exercícios anteriores	–	1.435,20
(+) Aumento de depreciação e amortização	1.142,53	1.021,68
Resultado ajustado	**513.288,81**	**131.322,09**
Variação dos passivos operacionais:		
(+) Aumento da conta de pagamento pré-paga	268.630,89	85.572,79
(+) Aumento de obrigações fiscais e sociais	(44.435,42)	48.102,91
(+) Aumento de outras obrigações	(2.200,00)	8.284,84
Variação dos ativos operacionais		
(-) Aumento de contas a receber	31.569,47	(63.844,57)
(-) Impostos a recuperar	(59.430,70)	–
(-) Aumento de outros créditos	–	105.174,75
1 -)Atividade operacional	**707.423,05**	**314.612,81**
2 -) Atividade de investimento	–	–
(+) Aumento de empréstimos e financiamentos	–	(1.204.300,00)
(+) Aumento de capital	–	1.108.400,00
3 -) Atividade de financiamento	–	**(95.900,00)**
Variação do saldo de caixa e equiv. de caixa	**707.423,05**	**218.712,81**
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	662.318,53	443.605,72
Saldo de caixa e equiv. de caixa no fim do exercício	1.369.741,58	662.318,53
Variação do saldo de caixa e equiv. de caixa	**707.423,05**	**218.712,81**

Notas Explicativas

1. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o CPC, em concordância com as Leis nº 6.404/76, Lei 11.638/20017 e Lei 11.941/2009. **2.** Caixas e equivalentes de caixa, incluem depósitos bancários (R$ 140.102,91 em 2021 e R$ 532.069,74 em 2022) e aplicações financeiras (R$ 522.215,62 em 2021 e R$ 837.671,84 em 2022). **3.** Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes: são demonstrados pelo valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis (passivos). **4.** As receitas e despesas são reconhecidas no resultado pelo regime de competência. **5.** O capital social é de R$ 1.118.400,00 totalmente integralizadas e representadas por 1.118.400 ações ordinárias, no valor de R$ 1,00 cada uma. **6.** O imposto de Renda e a Contribuição Social são apuradas com base no Lucro Real. **7.** Em 20/08/2021 a Pagar.me Pagamentos S/A adquiriu 100% das ações da empresa.

ÁGUAS DE NITERÓI S.A.

CNPJ 02.150.336/0001-66

Balanço Patrimonial 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	124.402	26.242
Contas a receber de clientes	7	67.553	57.301
Estoques		763	339
Despesas antecipadas		1.844	2.468
Créditos com partes relacionadas	24	1.891	329
Tributos a recuperar		127	118
Outros ativos		1.490	2.642
		198.070	89.439
Não circulante			
Aplicações financeiras vinculadas	8	3.236	2.199
Outras aplicações financeiras	9	1.409	2.090
Tributos diferidos	19	5.064	3.120
Depósitos judiciais	23	11.941	10.181
Tributos a recuperar		82	-
Operações com derivativos	17	576	734
Ativo de direito de uso	10	1.714	272
Imobilizado	11	1.845	1.611
Ativo de contrato	12	71.415	60.904
Intangível	13	256.762	254.521
		354.044	335.632
Total do ativo		552.114	425.071

Passivo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Fornecedores	14	17.015	14.397
Empréstimos e financiamentos	15	19.719	18.470
Passivos de arrendamento	15	820	65
Debêntures e notas comerciais escriturais	16	11.156	5.838
Obrigações tributárias	18	5.155	4.167
Obrigações trabalhistas		6.981	5.109
Ônus da concessão	21	4.012	3.796
Obrigações com acionistas	24	28.690	55.000
ICMS a devolver a clientes	20	2.073	2.611
Débitos com partes relacionadas	24	3.497	2.685
Outras obrigações	22	4.850	5.641
		103.968	117.779
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	84.375	82.365
Passivos de arrendamento	15	1.012	226
Debêntures e notas comerciais escriturais	16	91.638	12.994
Provisões para contingências	23	14.572	11.667
		191.597	107.252
Patrimônio líquido	25		
Capital social		151.000	151.000
Reservas de lucros		105.549	49.040
		256.549	200.040
Total do passivo e patrimônio líquido		552.114	425.071

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida	26	548.668	472.181
Custo dos serviços prestados	27	(273.653)	(260.515)
Lucro bruto		275.015	211.666
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	28	(116.368)	(79.840)
Outras receitas (despesas) operacionais		432	323
		(115.936)	(79.517)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		159.079	132.149
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	29	20.898	15.517
Despesas financeiras	29	(30.564)	(19.617)
		(9.666)	(4.100)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição		149.413	128.049
Imposto de renda e contribuição social - corrente	19b	(47.256)	(38.478)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	19b	1.944	(4.762)
Lucro líquido do exercício		104.101	84.809

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

	31/12/202	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	104.101	84.809
Total do resultado abrangente do exercício	104.101	84.809

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

		Reserva de lucros				
	Capital social	Reserva Legal	Reserva de Investimentos	Retenção de Lucros	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldos 1° de janeiro de 2021	151.000	29.590	24.822	96.018	-	301.430
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	84.809	84.809
Dividendos distribuídos	-	-	(24.822)	(96.018)	-	(120.840)
Proposta de destinação do resultado do exercício:						
Reserva legal	-	610	-	-	(610)	-
Reserva de investimentos	-	-	942	-	(942)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(21.050)	(21.050)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	(44.309)	(44.309)
Retenção de lucros	-	-	-	17.898	(17.898)	-
Saldos 31 de dezembro de 2021	151.000	30.200	942	17.898	-	200.040
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	104.101	104.101
Dividendos distribuídos	-	-	-	(9.000)	-	(9.000)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(12.567)	-	(12.567)
Proposta de destinação do resultado do exercício:						-
Reserva de investimentos	-	-	3.904	-	(3.904)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(26.025)	(26.025)
Retenção de lucros	-	-	-	74.172	(74.172)	-
Saldos 31 de dezembro de 2022	151.000	30.200	4.846	70.503	-	256.549

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do fluxo de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício antes dos tributos sobre o lucro	149.413	128.049
Ajustes para reconciliar o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido:		
Depreciação e amortização	23.388	23.853
Juros sobre empréstimos e financiamentos e arrendamentos e amortização de custos de transação sobre empréstimos e financiamentos	8.046	4.489
Juros sobre debêntures e notas comerciais escriturais e amortização de custos de transação sobre debêntures e notas comerciais escriturais	13.356	2.295
Ganho com operações de *swap*	(13)	(1.430)
Variações monetárias	821	6
Atualização monetária das contingências	2.778	6.189
Perdas de créditos das contas a receber	27.852	20.670
Provisão (reversão) para contingências	128	(20.970)
Resultado na alienação/baixa de imobilizado/intangível	(165)	(14)
Perda com derivativos	158	2.604
Resultado na baixa de arrendamento	-	(92)
Variações dos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(34.538)	(21.861)
Estoques	(424)	47
Depósitos judiciais	(1.760)	(1.491)
Tributos a recuperar	(3.920)	(3.070)
Despesas antecipadas	624	(826)
Outros ativos	1.152	(251)
Aplicações financeiras – vinculadas	(356)	(535)
Fornecedores	2.618	(5.875)
Ônus da concessão	216	34
Obrigações tributárias	(1.012)	216
Obrigações trabalhistas	1.872	448
ICMS a devolver – clientes	(538)	122
Partes relacionadas, líquidas	(750)	3.121
Outras obrigações	(791)	(380)
	188.155	135.348
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(43.270)	(37.182)
Pagamento de juros de sobre empréstimos e financiamentos e arrendamentos	(11.322)	(6.440)
Pagamento de juros sobre debêntures e notas comerciais escriturais	(7.347)	(2.154)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	126.216	89.572
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao imobilizado	(767)	(586)
Adições ao ativo de contrato e intangível	(34.619)	(45.866)
Valor recebido pela venda de imobilizado/intangível	-	17
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	(35.386)	(46.435)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos pagos	(72.017)	(189.500)
Captações de debêntures e notas comerciais escriturais	84.145	-
Captações de empréstimos e financiamentos	21.272	12.525
Pagamento de juros sobre arrendamentos	(723)	(1.159)
Pagamento de juros sobre debêntures e notas comerciais escriturais	(6.449)	(6.405)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(18.868)	(4.963)
Derivativos recebidos (pagos), líquidos	(30)	1.215
Caixa líquido gerado pelas (consumido pelas) atividades de financiamentos	7.330	(188.287)
Aumento (redução) líquido (a) no caixa e equivalentes de caixa	98.160	(145.150)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	26.242	171.392
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	124.402	26.242

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Águas de Niterói S.A. (a "Concessionária"), sociedade por ações de capital fechado, com sede localizada à Rua Marquês do Paraná, 110, Centro, no Município de Niterói, Rio de Janeiro - Brasil, controlada pela Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A., é uma sociedade de propósito específico de concessão entre a Prefeitura do Município de Niterói, a Empresa Municipal de Moradia, Urbanização e Saneamento - EMUSA e a Águas de Niterói S.A. (Concessionária), através do Contrato de Concessão nº 09/97 de 24 de outubro de 1997, com prazo de 30 anos, prorrogáveis, a partir da emissão da ordem de serviço inicial do contrato, que foi em 05 de novembro de 1999. Em 7 de dezembro de 2007 e em 11 de novembro de 2015 foram assinados termos aditivos que prorrogaram o prazo de concessão para mais 153 e 87 meses, respectivamente, que fez com que o término do contrato passasse para novembro de 2049. Seu objeto é a gestão integrada dos sistemas e serviços de saneamento básico de água e de esgotos sanitários no perímetro urbano do município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro. O serviço público de água e esgoto compreende os serviços de operação, conservação, manutenção, modernização, ampliação, exploração e a cobrança direta aos usuários dos serviços, abrangendo, ainda, estudos técnicos, serviços e obras necessárias à consecução deste objeto ao longo do período da Concessão. A remuneração da Concessionária pelos serviços prestados considera a tarifa contratual cobrada diretamente dos usuários, conforme proposto no contrato de concessão, e tem por base os volumes de água e esgoto faturáveis e demais serviços, de forma a possibilitar a devida remuneração do capital investido pela Concessionária. A tarifa, conforme contrato, será reajustada anualmente ou toda vez que for comprovada quebra do equilíbrio econômico-financeiro para uma das partes, de forma a realizar a devida remuneração dos custos de operação, manutenção e financiamentos, decorrentes dos investimentos realizados. O presente contrato de concessão possui cláusula de outorga, onde o percentual de 3,233% é aplicado sobre a arrecadação bruta oriunda do fornecimento de água tratada e coleta e tratamento de esgoto. Findo o prazo da presente concessão, todos os bens públicos e instalações utilizadas pela Concessionária, bem como todas as obras e instalações por ela realizadas para operar plenamente os serviços concedidos, serão revertidos automaticamente para a Prefeitura de Niterói sem contrapartida financeira. **Pandemia de Covid-19:** A Concessionária possui uma equipe médica, que continua acompanhando as suspeitas e casos de Covid-19, sempre seguindo as orientações das autoridades de saúde para manter a segurança de seus colaboradores e a continuidade de suas operações. Além disso, contam com o programa de vacinação contra a gripe. A Administração da Concessionária analisou os riscos e incertezas relacionados à pandemia de COVID-19 e não foram identificados impactos relevantes que requeressem ajustes sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022. **2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações financeiras: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos Técnicos ("CPCs"), as Interpretações Técnicas ("ICPCs") e Orientações Técnicas ("OCPCs") do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Adicionalmente, a Concessionária considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Concessionária preparou essas demonstrações financeiras com base no pressuposto de continuidade operacional. A Administração da Concessionária não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade da Concessionária. Em 30 de março de 2023, a diretoria executiva da Concessionária autorizou a conclusão destas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras da Concessionária foram preparadas com base no custo histórico, como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Concessionária. **3. Principais políticas contábeis: 3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. **3.2. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Concessionária. Se o prazo de recebimento é igual ou inferior a um ano, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, através da provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber. Esta provisão é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Concessionária não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais de vencimento. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, as contas a receber não consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa. **3.3. Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado ou os valores líquidos de realização e/ou os de reposição. Os estoques de materiais destinados à construção e melhorias da infraestrutura da concessão são contabilizados no intangível, como parte integrante do contrato de concessão. **3.4. Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável *(impairment)*, se houver. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a Concessionária. O valor contábil de itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém o controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis econômicas estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Equipamentos de informática	5 anos
Veículos	5 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	25 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Outros imobilizados	10 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada exercício e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva. Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos. **3.5. Ativo de contrato:** Os bens vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Concessionária de cobrar pelos serviços prestados aos clientes. Assim, os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos e financiamentos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos transferidos para o ativo intangível. **3.6. Intangível:** a) Sistema de água e esgoto: A Concessionária reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário presente nos contratos de concessão, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê (OCPC 05). O ativo intangível é determinado como sendo o valor da receita de construção auferida na construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Concessionária. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Concessionária. A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro. b) Softwares: As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada. **3.7. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC 48, que determina a classificação dos ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao custo amortizado. Dependendo das características de cada instrumento, eles podem ser classificados em resultado financeiro ou em outros resultados abrangentes. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela Administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais. A Concessionária classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias: Ativos financeiros - custo amortizado: São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas especificas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. Ativos financeiros - valor justo por meio do resultado: São reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado; e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos. Ativos financeiros - mensuração inicial: No reconhecimento inicial a Concessionária mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. Ativos financeiros - mensuração subsequente: • *Custo amortizado*: esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago. • *Valor justo por meio do resultado*: os ativos classificados dentro desse grupo são contabilizados por meio de reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. Passivos financeiros - reconhecimento inicial: Todos os passivos financeiros da Concessionária são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Concessionária incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamentos, ônus da concessão e débitos com partes relacionadas. Passivos financeiros - mensuração subsequente: • *Custo amortizado*: são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos ou através do acréscimo da taxa efetiva. • *Valor justo por meio do resultado*: são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros: Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e • A Concessionária transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. Compensação de instrumentos financeiros: Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **3.8. Perda por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros e não financeiros:** Os ativos da Concessionária são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda e, se houver, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso do ativo. A Concessionária baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos abrangem o período da concessão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não foi identificado nenhum evento indicando a não recuperabilidade dos ativos da Concessionária. **3.9. Arrendamentos:** A Concessionária avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. A Concessionária como arrendatária: A Concessionária aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, reconhecendo os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e os ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Ativos de direito de uso: A Concessionária reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Passivos de arrendamento: Na data de início do arrendamento, a Concessionária reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Concessionária usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor: A Concessionária aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **3.10. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Concessionária tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesas no período em que são incorridos. **3.11. Tributos:** Imposto de renda e contribuição social correntes: A Concessionária adota o lucro real como regime de tributação para apuração do imposto de renda e da contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de duzentos e quarenta mil reais anuais para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos tendo como base as adições e exclusões temporárias, oriundas das diferenças entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores considerados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias oriundas do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que, na data da transação, não afete o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço, avaliando-se a sua recuperabilidade, de acordo com premissas de projeções, e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Tributos sobre as receitas: As receitas de serviços estão sujeitas à Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS, à alíquota de 1,65% e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, à alíquota de 7,60%. Estes encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado. **3.12. Benefícios a empregados:** Os salários, incluindo provisões para férias, 13º salário e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência. A provisão para participação nos resultados é constituída de acordo com a competência, sendo contabilizada como despesa operacional. Plano de previdência privada de funcionários: Os custos do plano de previdência privada, em sua totalidade na modalidade de contribuição definida, são rateados entre os funcionários elegíveis e a Concessionária, participação esta que se inicia na proporção de 50% pelos funcionários e 50% pela Concessionária, percentual que, com o passar do tempo, poderá chegar a 20% para os funcionários e 80% para a Concessionária. **3.13. Provisões:** Geral: São reconhecidas quando a Concessionária possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas: O Concessionária é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.14. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos financeiros decorrentes de operações de longo prazo ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto de mercado da data das transações. Não foram reconhecidos ajustes a valor presente no exercício. **3.15. Receita operacional:** i) Receita de prestação de serviços: Receitas relativas ao tratamento e distribuição de água e de coleta e tratamento de esgotamento sanitário. São reconhecidas por ocasião do consumo de água ou da prestação de serviços. As receitas ainda não faturadas, cujos serviços já foram prestados, são reconhecidas com base em estimativas mensais dos serviços completados. A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água e é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados. ii) Receitas de construção: A receita relacionada à construção, compreende obrigações de desempenho referentes a projetos de infraestrutura, de acordo com o contrato de concessão. Dessa forma, a construção da infraestrutura necessária para a distribuição de água e coleta e tratamento de esgotamento sanitário é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente, sendo a correspondente receita reconhecida ao resultado. Para mensuração destas receitas, a Concessionária estima que a margem é irrelevante, considerando-a zero. Portanto, esta receita de construção é mensurada sem adicional de margem sobre o custo de construção. **3.16. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem as receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros e multas vinculadas à operação e ganho com derivativos. A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de taxa de juros efetiva. As despesas financeiras abrangem substancialmente os juros e variação monetária com empréstimos e financiamentos, juros com debêntures e notas comerciais escriturais, juros capitalizados, juros sobre arrendamentos, variação monetária sobre contingências, tributos sobre operações financeiras, descontos concedidos e perda com derivativos. As despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido. **3.17. Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e refletem as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3.18. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022:** As normas apresentadas a seguir foram revisadas e passaram a ser aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1° de janeiro de 2022 e, portanto, estão sendo adotadas nestas demonstrações financeiras. A adoção dessas alterações de normas não resultou em impacto relevante sobre as divulgações ou os valores divulgados. Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1): As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como: • Contrato oneroso - custos de cumprimento de contrato; • Ativo imobilizado - vendas antes do uso pretendido; e • Referências à estrutura conceitual. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Concessionária. A Concessionária pretende adotar as mudanças para períodos futuros, caso se tornem aplicáveis. **3.19. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão dessas demonstrações financeiras, estão descritas a seguir e todas são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023. A Concessionária pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. CPC 50 - Contratos de seguro: Uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Essa norma não se aplica a Concessionária. Alterações ao CPC 26: Classificação de passivos como circulante ou não circulante: A norma especifica os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: i) o que significa um direito de postergar a liquidação; ii) que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; iii) que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros da Concessionária. Alterações ao CPC 23: Definição de estimativas contábeis e divulgação de políticas contábeis: As alterações na norma esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, há o esclarecimento de como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. A Concessionária avaliará o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. Alterações ao CPC 32: Tributos diferidos relacionados a ativos e passivos originados de uma simples transação: As alterações restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demons-

ÁGUAS DE NITERÓI S.A.

CNPJ 02.150.336/0001-66

trações financeiros da Concessionária. **4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Julgamentos: A elaboração das demonstrações financeiras pela Concessionária requer que a Administração adote julgamentos profissionais, estimativas e premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. A incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar à necessidade de ajustes em períodos futuros no valor contábil do ativo ou passivo afetado. Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão: A concessionária determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. Os contratos de arrendamento são avaliados, sob o julgamento de haver a intenção de exercer a opção de renovação ou de rescisão. Nesta avaliação, a Concessionária considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Concessionária reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir. Estimativas e premissas contábeis: As principais premissas relativas a incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incertezas nas estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de gerar um ajuste significativo no valor contábil de ativos e passivos no exercício seguinte, são consideradas a seguir: a) *Vida útil dos ativos intangíveis:* Os ativos intangíveis das concessões de serviços públicos são amortizados pelo método linear e refletem o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Concessionária, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Os ativos intangíveis têm a sua amortização iniciada quando estão disponíveis para uso, em seu local e na condição necessária para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Concessionária. b) *Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:* A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. c) *Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber:* A provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes, de acordo com os seguintes critérios: i) *Contas vencidas há mais de seis meses:* Esses créditos são considerados como perdas assim que atingem seis meses de atraso, até o limite de R$5, por nota fiscal, de acordo com a Lei nº 9.430/1996 e, a partir de 08/10/2014, até o limite de R$15, de acordo com a Lei nº 13.097/2015, sendo baixados diretamente de contas a receber contra o resultado. ii) *Contas vencidas há mais de um ano:* Esses créditos são considerados como perdas assim que atingem um ano de atraso, de valores acima de R$5 até R$30, por operação, de acordo com a Lei nº 9.430/1996 e, a partir de 08/10/2014, de valores acima de R$15 até R$100, de acordo com a Lei nº 13.097/2015, sendo contabilizados como despesa, tendo como contrapartida a conta redutora de contas a receber. iii) *Perdas gerenciais:* São provisionadas e registradas em conta de resultado, como perdas não dedutíveis para efeito de imposto de renda e contribuição social. -Valores até R$5, vencidas entre 90 e 180 dias, emitidas até 07/10/2014; -Valores até R$15, vencidas entre 90 e 180 dias, emitidas a partir de 08/10/2014; -Valores maiores que R$5, vencidas entre 90 e 365 dias, emitidas até 07/10/2014; -Valores maiores que R$15, vencidas entre 90 e 365 dias, emitidas a partir de 08/10/2014; -Valores maiores que R$30, vencidas há mais de um ano, emitidas até 07/10/2014; -Valores maiores que R$100, vencidas há mais de um ano, emitidas a partir de 08/10/2014. d) *Receita não faturada:* As receitas ainda não faturadas representam serviços prestados para os quais ainda não foram realizadas leituras. São reconhecidas com base em estimativas mensais calculadas de acordo com último faturamento de cada ciclo de leitura. Informações adicionais da receita e contas a receber estão descritas nas Notas 3.15 e 7. **5. Gestão de riscos financeiros: 5.1. Instrumentos financeiros por categoria:** A Concessionária efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores justos, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores contábeis e valores justos dos instrumentos financeiros da Concessionária, em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, são como segue:

		Hierarquia do valor justo	31/12/2022		31/12/2021	
Ativos financeiros	Classificação por categoria		Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo
Equivalentes de caixa (aplicações financeiras)	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	124.347	124.347	25.570	25.570
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	-	139.441	139.441	120.030	120.030
Aplicações financeiras vinculadas	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	3.236	3.236	2.199	2.199
Outras aplicações financeiras	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	1.409	1.409	2.090	2.090
Operações com derivativos	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	576	576	734	734
Passivos financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado	-	17.015	17.015	14.397	14.397
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	-	104.094	104.094	100.835	100.835
Passivos de arrendamento	Custo amortizado	-	1.832	1.832	291	291
Debêntures e notas comerciais escriturais	Custo amortizado	-	102.794	102.794	18.832	18.832
Ônus da concessão	Custo amortizado	-	4.012	4.012	3.796	3.796
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	-	3.497	3.497	2.685	2.685

As políticas de gerenciamento de risco da Concessionária são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Concessionária está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Concessionária. **5.2 – Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado de posições detidas pela Concessionária, incluindo as operações sujeitas às taxas de juros e riscos de preços. Risco de taxas de juros: Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Concessionária ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. A Concessionária utiliza a geração de caixa das atividades operacionais para gerir as suas operações, assim como para garantir seus investimentos e expansão. Para suprir eventuais necessidades de caixa para desenvolvimento do negócio, a Concessionária obtém empréstimos e financiamentos, debêntures e notas comerciais escriturais em moedas locais sujeitos à flutuação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") e da Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"). O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que impactem seus fluxos de caixa. A Concessionária também está exposta à flutuação de taxas de juros referentes ao saldo de aplicações financeiras, que são remuneradas com base em percentuais do CDI. A análise de sensibilidade, dos juros sobre os equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas e empréstimos e financiamentos, debêntures e notas comerciais escriturais (sem os custos de transação), utilizou as projeções do CDI e TJLP para os próximos 12 meses, este definido como cenário provável, por meio dos relatórios de análise econômica do Banco Itaú. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Operação	Risco	Valor contábil	Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Ativo					
Equivalentes de caixa	CDI	124.347	141.159	145.362	149.565
Aplicações financeiras vinculadas	CDI	3.236	3.674	3.783	3.892
Passivo					
Empréstimos e financiamentos	CDI	(25.218)	(28.627)	(29.480)	(30.332)
Empréstimos e financiamentos	TJLP	(79.957)	(85.602)	(87.017)	(88.424)
Debêntures e notas comerciais escriturais	CDI	(103.742)	(117.768)	(121.274)	(124.781)
Passivo líquido		(81.334)	(87.164)	(88.626)	(90.080)
Efeito líquido			(5.830)	(7.292)	(8.746)
CDI (a.a.)			13,52%		
TJLP (a.a.)			7,06%		

5.3 - Risco de liquidez: É o risco de a Concessionária não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A abordagem da Concessionária na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Concessionária. As tabelas abaixo demonstram análise dos vencimentos para os passivos financeiros em aberto, sem os custos de transação relativos às debêntures e notas comerciais escriturais, em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (valores não descontados):

Em 31 de dezembro de 2022	Valor Contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Fornecedores	17.015	17.015	-	-
Empréstimos e financiamentos	104.094	19.836	18.572	67.463
Passivos de arrendamento	1.832	820	931	81
Debêntures e notas comerciais escriturais	102.795	11.470	34.840	57.432
Ônus da concessão	4.012	4.012	-	-
Débitos com partes relacionadas	3.497	3.497	-	-
	233.245	56.650	54.343	124.976

Em 31 de dezembro de 2021	Valor Contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Fornecedores	14.397	14.397	-	-
Empréstimos e financiamentos	100.835	18.541	17.644	66.031
Passivos de arrendamento	291	65	70	156
Debêntures e notas comerciais escriturais	18.832	5.981	6.622	6.622
Ônus da concessão	3.796	1.275	2.521	-
Débitos com partes relacionadas	2.685	2.685	-	-
	140.836	42.944	26.857	72.809

5.4. Gestão de capital: Os objetivos da Concessionária ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. E, para atingimento desses objetivos, exerce uma gestão financeira e de capital centralizada. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Concessionária pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras empresas do setor, a Concessionária monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde aos empréstimos e financiamentos, passivos de arrendamento, debêntures e notas comerciais escriturais subtraído do montante de caixa, equivalentes de caixa e operações com derivativos. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 podem ser assim sumariados:

	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	104.094	100.835
Passivos de arrendamento (Nota 15)	1.832	291
Debêntures e notas comerciais escriturais (Nota 16)	102.794	18.832
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(124.402)	(26.242)
(-) Operações com derivativos (Nota 17)	(576)	(734)
Dívida líquida (a)	83.742	92.982
Total do patrimônio líquido (b)	256.549	200.040
Total do capital (a+b)	340.291	293.022
Índice de alavancagem financeira - % [a/(a+b)]	25%	32%

6. Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	55	672
Aplicações financeiras	124.347	25.570
	124.402	26.242

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata, representados, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário – CDBs, os quais são registrados pelos valores nominais, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

7. Contas a receber de clientes	31/12/2022	31/12/2021
Clientes (a)	128.734	110.244
Clientes - parcelamento (b)	9.783	9.204
Pontos arrecadadores (c)	924	582
Perdas de créditos das contas a receber	(71.888)	(62.729)
	67.553	57.301

(a) A conta "Clientes" representa o saldo de contas emitidas, além dos valores fornecidos e ainda não faturados (Ajuste por Competência). (b) A conta de "Clientes - parcelamento" refere-se a acordos firmados entre os clientes e a Concessionária para a quitação de seus débitos. (c) Os "Pontos arrecadadores" são agentes arrecadadores que já receberam as contas dos clientes e ainda não repassaram para a Concessionária. O *aging list* de contas a receber é composto da seguinte forma:

A vencer	31/12/2022	31/12/2021
Faturado	5.661	3.617
Não faturado	30.209	23.796
Vencidas		
Até 30 dias	13.797	12.138
De 31 a 60 dias	4.801	4.416
De 61 a 90 dias	3.538	3.304
De 91 a 180 dias	8.987	7.148
Mais de 180 dias	72.448	65.611
	139.441	120.030

8. Aplicações financeiras vinculadas: O montante de R$ 3.236 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 2.199 em 31 de dezembro de 2021) corresponde à aplicação financeira mantida em conta reserva, de titularidade da Águas de Niterói S.A., constituída em favor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES em atendimento à obrigação definida no "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças" em 28 de junho de 2018. **9. Outras aplicações financeiras:** Em virtude do processo referente à Devolução de ICMS não reclamado aos clientes da Concessionária, em 2007 foi criada uma Caderneta de Poupança no Banco do Brasil. As explicações mais detalhadas referentes ao valor composto nessa conta constam na Nota Explicativa nº 20 de ICMS a devolver – Clientes. **10. Ativo de direito de uso**

	31/12/2022			31/12/2021		
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Imóveis	2.605	(891)	1.714	340	(68)	272
	2.605	(891)	1.714	340	(68)	272

Movimentação do ativo de direito de uso:

	Saldos em 31/12/2021	Adições	Amortização	Saldos em 31/12/2022
Imóveis	272	2.265	(823)	1.714
	272	2.265	(823)	1.714

	Saldos em 31/12/2020	Adições	Baixas	Amortização	Saldos em 31/12/2021
Imóveis	1.408	608	(611)	(1.133)	272
	1.408	608	(611)	(1.133)	272

11. Imobilizado

	31/12/2022				31/12/2021
	Taxa de depreciação anual	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Equipamentos de informática	20%	2.462	(1.856)	606	547
Veículos	20%	780	(592)	188	290
Máquinas e equipamentos	10%	350	(182)	168	194
Móveis e utensílios	10%	1.787	(1.280)	507	579
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	458	(83)	375	-
Outros imobilizados	10%	151	(150)	1	1
		5.988	(4.143)	1.845	1.611

Movimentação do imobilizado:	Saldos em 31/12/2021	Adições	Depreciação	Saldos em 31/12/2022
Equipamentos de informática	547	253	(194)	606
Veículos	290	-	(102)	188
Máquinas e equipamentos	194	2	(28)	168
Móveis e utensílios	579	54	(126)	507
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	458	(83)	375
Outros imobilizados	1	-	-	1
	1.611	767	(533)	1.845

	Saldos em 31/12/2020	Adições	Baixas	Depreciação	Saldos em 31/12/2021
Equipamentos de informática	374	337	-	(164)	547
Veículos	181	181	-	(72)	290
Máquinas e equipamentos	216	7	-	(29)	194
Móveis e utensílios	657	61	(3)	(136)	579
Outros imobilizados	2	-	-	(1)	1
	1.430	586	(3)	(402)	1.611

12. Ativo de contrato	Saldos em 31/12/2021	Adições	Transferências	Saldos em 31/12/2022
Infraestrutura em construção	60.904	31.631	(21.120)	71.415
	60.904	31.631	(21.120)	71.415

	Saldos em 31/12/2020	Adições	Transferências	Saldos em 31/12/2021
Infraestrutura em construção	36.250	44.116	(19.462)	60.904
	36.250	44.116	(19.462)	60.904

As transferências ocorridas no exercício de 2022 e 2021 referem-se a movimentações entre o intangível e o ativo de contrato. Custos de empréstimos capitalizados: Os juros de empréstimos e financiamentos são capitalizados nos ativos de concessão durante o período em construção, sendo R$ 589 em 31 de dezembro de 2022, a uma taxa média ponderada de 11,44% a.a. (R$ 507 e 9,50% a.a. em 31 de dezembro de 2021).

13. Intangível

	31/12/2022				31/12/2021
	Taxa de amortização anual	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Softwares e aplicativos	20%	564	(523)	41	35
Desenvolvimento de projetos		1.298	(1.242)	56	56
Concessão/Infraestrutura		447.018	(190.353)	256.665	254.430
		448.880	(192.118)	256.762	254.521

Os valores reconhecidos na linha de concessão/infraestrutura representam o valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão e sua respectiva amortização acumulada. As taxas utilizadas baseiam-se no prazo final da concessão ou na vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Sendo esse montante em 31 de dezembro de 2022 composto pelos seguintes ativos:

	31/12/2022			31/12/2021
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Captação	1.390	(340)	1.050	1.108
Adutora	8.966	(2.276)	6.690	6.726
Estação de Tratamento de Água - ETA	982	(578)	404	446
Reservatório	19.254	(10.514)	8.740	9.213
Booster	14.268	(6.007)	8.261	8.610
Elevatória de Água	3.838	(724)	3.114	3.274
Substituição/Expansão de rede de água	75.269	(41.331)	33.938	37.634
Ligação de água	85	(9)	76	79
Ligação de esgoto	22.729	(1.077)	21.652	4.163
Substituição/Expansão de rede de esgoto	141.020	(61.638)	79.382	86.148
Elevatória de esgoto	7.223	(909)	6.314	5.171
Estação de Tratamento de Esgoto - ETE	82.975	(27.681)	55.294	58.417
Emissário	596	(70)	526	551
Benfeitorias em imóveis de terceiros	25.637	(12.848)	12.789	13.331
Máquinas e equipamentos	42.368	(24.104)	18.264	19.307
Máquinas e equipamentos - bens arrendados	418	(247)	171	252
	447.018	(190.353)	256.665	254.430

Movimentação do intangível:	Saldos em 31/12/2021	Adições	Amortização	Transferências	Saldos em 31/12/2022
Softwares e aplicativos	35	24	(18)	-	41
Desenvolvimento de projetos	56	-	-	-	56
Concessão/Infraestrutura	254.430	3.129	(22.014)	21.120	256.665
	254.521	3.153	(22.032)	21.120	256.762

	Saldos em 31/12/2020	Adições	Amortização	Transferências	Saldos em 31/12/2021
Softwares e aplicativos	48	6	(19)	-	35
Desenvolvimento de projetos	56	-	-	-	56
Concessão/Infraestrutura	255.523	1.744	(22.299)	19.462	254.430
	255.627	1.750	(22.318)	19.462	254.521

As transferências ocorridas no exercício de 2022 e 2021 referem-se a movimentações entre o intangível e o ativo de contrato. **14. Fornecedores:** Os fornecedores estão assim representados:

	31/12/2022	31/12/2021
Mercadoria	15.915	13.392
Serviços	562	136
Infraestrutura	46	179
Outros	492	690
	17.015	14.397

15. Empréstimos, financiamentos e passivos de arrendamento

Linha de Crédito	Indexador	Juros	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos e Financiamentos				
FINAME PSI (a)		entre 2,5% e 6% a.a.	696	1.560
FINEM (b)	TJLP	3,97% a.a.	77.504	59.593
FINEP (c)	TJLP	3% a.a.	2.453	3.442
Capital de giro (d)	CDI	1,04% a.a.	25.218	37.622
(-) Custos de transação			(1.777)	(1.382)
Total de Empréstimos e Financiamentos			104.094	100.835
Circulante			19.719	18.470
Não circulante			84.375	82.365
Arrendamentos				
Arrendamentos direito de uso (e)		7,5% a.a.	1.832	291
Circulante			820	65
Não circulante			1.012	226
Endividamento total			105.926	101.126
Endividamento total - Circulante			20.539	18.535
Endividamento total - Não circulante			85.387	82.591

(a) A linha de crédito FINAME PSI é composta por contratos obtidos nos exercícios de 2013 a 2014 junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e soma R$ 5.113 de valor contratado. Estes contratos foram celebrados com carência entre 19 e 25 meses para amortização do principal, com pagamento de juros trimestrais durante o período de carência e, após, com pagamentos mensais, com vencimentos finais entre 2023 e 2024. Estas operações têm como objetivo a aquisição de máquinas e equipamentos operacionais, com a finalidade de expandir, modernizar e reforçar a infraestrutura para dar suporte à operação da Concessionária e são amparadas por alienação fiduciária dos bens e aval/notas promissórias avalizadas por Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. (b) A linha de crédito FINEM foi obtida em 2018 junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES com R$ 88.608 de valor contratado. Este contrato foi celebrado com prazo de carência de 31 (trinta e um) meses, para amortização do principal, com pagamento de juros trimestrais durante o período de carência e, após, com pagamentos mensais, com vencimentos finais entre 2028 e 2038. Esta operação tem como objetivo a modernização e expansão dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário do município de Niterói e possui como garantia conta reserva, cessão fiduciária de direitos creditórios e Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. (controladora) como interveniente garantidor. (c) A linha de crédito da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP foi obtida em 2016, no valor total de R$ 6.739. O contrato foi celebrado com prazo de carência de 23 (vinte e três) meses para amortização do principal, com pagamento de juros mensais durante o período de carência e, após, juntamente com as parcelas do principal, com vencimento final para 2025. Esta operação tem como objetivo a elaboração e execução do plano estratégico de inovação e é amparada por seguro garantia. (d) Em novembro de 2019 a Concessionária contratou empréstimo de capital de giro no valor de R$ 37.200. Este contrato foi celebrado com prazo de carência de 26 (vinte e seis) meses para amortização do principal, com pagamento de juros trimestrais, inclusive durante o período de carência, com vencimento final para 2024. (e) O ativo de direito de uso decorrente de contratos de arrendamento está apresentado na Nota 10. Determinados contratos possuem condições contratuais que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (*Covenants*) com base em índices financeiros. A Administração acompanha os cálculos destes índices mensalmente, a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Não foram identificadas quebras nos termos contratuais em 31 de dezembro de 2022. A movimentação dos empréstimos, financiamentos e passivos de arrendamento é como segue:

Empréstimos e financiamentos	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	100.835	92.897
Captações	21.774	12.586
Juros e encargos financeiros	11.228	6.658
Amortização de principal	(18.868)	(4.963)
Amortização de juros	(11.044)	(6.348)
Variações monetárias	564	-
Custo de transação	107	(61)
Amortização dos custos de transação	(502)	66
Saldo final	104.094	100.835

Passivos de arrendamento	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	291	1.512
Adições e remensurações	2.264	(95)
Juros e encargos financeiros	278	125
Amortização de principal	(723)	(1.159)
Amortização de juros	(278)	(92)
Saldo final	1.832	291

As parcelas de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:

	Empréstimos e financiamentos					
	31/12/2022			31/12/2021		
	Dívida	Custos de transação	Total líquido	Dívida	Custos de transação	Total líquido
2023	-	-	-	17.644	(71)	17.573
2024	18.572	(117)	18.455	17.131	(71)	17.060
2025	5.492	(117)	5.375	4.054	(71)	3.983
Após 2025	61.970	(1.425)	60.545	44.846	(1.097)	43.749
	86.034	(1.659)	84.375	83.675	(1.310)	82.365

	Passivos de arrendamento	
	31/12/2022	31/12/2021
2023	-	70
2024	931	75
2025	81	81
	1.012	226

16. Debêntures e notas comerciais escriturais

	Indexador	Juros	31/12/2022	31/12/2021
Debêntures	CDI	0,70% a.a.		
Não conversíveis em ações			13.027	19.220
Juros e participações			3	5
Custos de transação a apropriar			(250)	(393)
Total de debêntures			12.780	18.832
Circulante			5.615	5.838
Não circulante			7.165	12.994
Notas comerciais escriturais	CDI	2,16% a.a.		
Principal			85.000	-
Juros e encargos			5.712	-
Custos de transação a apropriar			(698)	-
Total de notas comerciais estruturais			90.014	-
Circulante			5.541	-
Não circulante			84.473	-
Endividamento total			102.794	18.832
Endividamento total - Circulante			11.156	5.838
Endividamento total - Não Circulante			91.638	12.994

A movimentação das debêntures é como segue:	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	18.832	25.090
Juros e encargos financeiros	1.546	2.152
Variações monetárias	257	(6.405)
Amortização de principal	(6.449)	(2.154)
Amortização de juros	(1.549)	143
Amortização dos custos de transação	143	6
Saldo final	12.780	18.832

A movimentação das notas comerciais escriturais é como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Captações	85.000	-
Juros e encargos financeiros	11.510	-
Custo de transação	157	-
Amortização de juros	(5.798)	-
Amortização dos custos de transação	(855)	-
Saldo final	90.014	-

As parcelas de longo prazo das debêntures têm o seguinte cronograma de pagamento:

	31/12/2022			31/12/2021		
	Dívida	Custos de transação	Total líquido	Dívida	Custos de transação	Total líquido
2023	-	-	-	6.622	(143)	6.479
2024	7.272	(107)	7.165	6.622	(107)	6.515
	7.272	(107)	7.165	13.244	(250)	12.994

As parcelas de longo prazo das notas comerciais escriturais têm o seguinte cronograma de pagamento:

	31/12/2022			31/12/2021		
	Dívida	Custos de transação	Total líquido	Dívida	Custos de transação	Total líquido
2024	27.568	(171)	27.397	-	-	-
2025	27.568	(171)	27.397	-	-	-
Após 2025	29.864	(185)	29.679	-	-	-
	85.000	(527)	84.473	-	-	-

Debêntures: Em 30 de setembro de 2014 foram emitidas 5.200 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no valor nominal de R$10, perfazendo o total de R$52.000, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, de Águas de Niterói S.A. e com a intermediação da instituição financeira Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. As debêntures apresentam prazo de vencimento de dez anos a contar da data de emissão, com vencimento final previsto para o dia 30 de setembro de 2024, data em que a Águas de Niterói S.A. se obriga a proceder ao resgate das debêntures que ainda estiverem em circulação com o seu consequente cancelamento e pagamento de saldo do valor nominal unitário atualizado, acrescido da remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior até a data de vencimento. A amortização do valor nominal unitário das debêntures foi firmada em dezessete parcelas semestrais, sendo a primeira em 30 de setembro de 2016. As debêntures têm o seu valor nominal unitário atualizado a partir da data de emissão pela variação percentual acumulada das Taxas Referenciais, apuradas e divulgadas pelo Banco Central do Brasil ("TR" e "BACEN", respectivamente). As debêntures possuem uma remuneração correspondente à taxa equivalente a 9,90%, expressas na forma percentual ao ano, base 360 dias corridos. Os juros remuneratórios são pagos mensalmente, a partir de 30 de outubro de 2014. Os recursos captados destinam-se a investimentos de ampliação, manutenção e melhorias relacionadas a projetos de saneamento e possuem como garantia a outorga de fiança pela Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. **Notas Comerciais Escriturais:** Em 24 de janeiro de 2022, foram emitidas 85.000 Notas Comerciais Escriturais, em série única, no valor nominal de R$ 1, perfazendo o total de R$ 85.000 para distribuição pública, com esforços restritos, tendo a instituição financeira Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário e a Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. como fiadora. O prazo de vencimento da dívida é de cinco anos, a contar da data de emissão, com vencimento final previsto para o dia 24 de janeiro de 2027. Sobre as Notas Comerciais Escriturais incidem juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% do CDI, acrescida de *spread* de 2,16% a.a. A remuneração será paga semestralmente, a partir da data de emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 24 de julho de 2022. O valor nominal unitário das Notas Comerciais Escriturais não será atualizado monetariamente. Os recursos captados serão destinados à recomposição do capital de giro da Concessionária. As debêntures e notas comerciais escriturais possuem condições contratuais que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (*covenants*) com base em índices financeiros. A Administração acompanha os cálculos destes índices mensalmente, a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Não foram identificadas quebras nos termos contratuais em 31 de dezembro de 2022. **17. Operações com derivativos:** A Concessionária efetuou um contrato de swap, com mesmo prazo de duração da emissão de debêntures, com o objetivo de trocar a remuneração por uma taxa equivalente ao CDI. Os saldos dos instrumentos financeiros derivativos de swap a valor justo estão assim representados:

			Valor a receber	
Derivativo	Valor nocional	Vencimento	31/12/2022	31/12/2021
SWAP	52.000	2024	576	734

ÁGUAS DE NITERÓI S.A.

CNPJ 02.150.336/0001-66

Impacto no resultado: A Concessionária efetuou registro dos ganhos e perdas oriundos dos instrumentos financeiros derivativos no resultado. Desta forma, os impactos contabilizados no resultado foram de:

Derivativo	31/12/2022	31/12/2021
SWAP	**(158)**	(2.604)

18. Obrigações tributárias: Os impostos e contribuições estão assim representados:

	31/12/2022	31/12/2021
PIS/COFINS/CSLL retidos	**60**	136
ISS	**19**	67
IRRF	**883**	353
PIS	**561**	479
COFINS	**2.602**	2.218
IRPJ	**190**	241
CSLL	**840**	673
	5.155	4.167

19. Imposto de renda e contribuição social: a) Composição dos tributos diferidos: Os tributos diferidos são contabilizados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, cujos efeitos ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem às bases de cálculo.

	31/12/2022	31/12/2021
Provisões perdas de crédito das contas a receber	**7.323**	6.512
Provisões para contingências	**4.955**	3.966
Provisão participação nos lucros	**650**	549
Ganhos (perdas) com derivativos	**(196)**	(250)
Arrendamentos	**40**	6
Outros	**129**	170
Ativo fiscal diferido	**12.901**	10.953
Juros capitalizados	**(1.230)**	(864)
Ajustes do Regime de tributação transitório Lei nº 12.973/ 2014	**(6.549)**	(6.884)
Demais diferenças temporárias decorrentes da Lei nº 12.973/ 2014	**(58)**	(85)
Passivo fiscal diferido	**(7.837)**	(7.833)
Tributos diferidos, líquidos	**5.064**	3.120

b) Conciliação da taxa efetiva:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**149.413**	128.049
Alíquota nominal	**34%**	34%
Imposto de renda e contribuição social - alíquotas vigentes	**(50.800)**	(43.537)
(Adições) exclusões no cálculo do tributo:		
Permanentes (despesas indedutíveis)	**3.185**	(1.493)
Efeito referente a alíquota de adicional do imposto de renda	**24**	24
Incentivo cultural - (Lei nº 8.313/91 - art. 18)	**874**	710
Incentivo empresa cidadã (Lei nº 11.770/08)	**91**	65
Programa de Alimentação do Trabalhador (Decreto nº 9.580/18)	**875**	710
Incentivo desportivo (Lei nº 11.438/06 - art. 3)	**219**	176
Fundo da Infância e da Adolescência (Decreto nº 9.580/018)	**219**	81
Outros ajustes	**1**	24
Total das despesas de imposto de renda e da contribuição social	**(45.312)**	(43.240)
Alíquota efetiva	**30%**	34%

20. ICMS a devolver - clientes: Há uma disputa judicial entre a Concessionária e o Governo do Estado do Rio de Janeiro contra a cobrança de ICMS nas contas de fornecimento de água. Em 2006, a Águas de Niterói S.A. obteve decisão favorável junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a cobrança de ICMS pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro nas contas de fornecimento de água. A Concessionária firmou um Termo de Operacionalização junto ao Ministério Público e o Município de Niterói objetivando dar transparência e regras claras à forma de devolução de créditos em favor dos clientes da Concessionária. Em virtude da ordem judicial acima mencionada, a Concessionária aplicou um saldo inicial de R$ 2.965 em uma Caderneta de Poupança no Banco do Brasil, em 03 de setembro de 2007, com uma atualização mensal em média de 0,5%. O valor aplicado será investido no município de Niterói. O saldo da caderneta de poupança do Banco do Brasil em 31 de dezembro de 2022 é de R$ 1.409 (R$ 2.090 em 31 de dezembro de 2021). Em 27 de dezembro de 2006 a Concessionária iniciou o processo de devolução de ICMS a seus clientes. O valor atualizado do ICMS a devolver - clientes em 31 de dezembro de 2022 é de R$ 2.073 (R$ 2.611 em 31 de dezembro de 2021). **21. Ônus da concessão:** O valor demonstrado no passivo circulante em 31 de dezembro de 2022 de R$ 4.012 (R$ 3.796 em 31 de dezembro de 2021) representa o exigível do Contrato de Concessão junto à Prefeitura Municipal de Niterói, calculado com base em um percentual de 3,233% sobre a arrecadação de tarifas de serviços prestados de distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto. **22. Outras Obrigações:** O saldo da conta de outras obrigações tem a seguinte composição:

	31/12/2022	31/12/2021
Participação nos lucros - empregados	**-**	1.169
Retenção contratual	**982**	889
Adiantamentos de clientes	**3.273**	3.134
Outros	**595**	449
	4.850	5.641

23. Provisão para contingências: As provisões para contingências são constituídas para fazer face às perdas em processos judiciais e administrativos, os quais, quando aplicável, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são baseadas na opinião do departamento jurídico da Concessionária e de seus assessores legais. As provisões estão assim demonstradas:

	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhistas	**1.121**	1.335
Cíveis	**13.451**	10.332
	14.572	11.667

Processos com probabilidade de perda classificada como possível: A Concessionária está envolvida em ações para as quais possui expectativas de perdas possíveis, apresentando como posição dos passivos contingentes em 31 de dezembro de 2022 os valores de R$ 53.120 para contingências cíveis (R$ 44.681 em 31 de dezembro de 2021), R$ 2.073 para contingências trabalhistas (R$ 1.528 em 31 de dezembro de 2021) e R$ 246.486 para contingências tributárias (R$ 224.186 em 31 de dezembro de 2021). *Processo nº 15563.720122/2019-36:* Autos de Infração de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS referentes aos anos-calendários de 2014, 2015 e 2016 em função de glosa de despesas incorridas pela empresa em serviços comprovados e indispensáveis à manutenção de sua fonte produtiva. O valor atualizado da causa é de R$ 246.350. Atualmente, o processo encontra-se aguardando julgamento de Recurso de Ofício pelo CARF. **24. Partes relacionadas:** Remuneração de pessoal chave da Administração: Os diretores são as pessoas chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Concessionária. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram pagos pela Concessionária o montante total de R$ 3.419 (R$ 2.243 em 31 de dezembro de 2021). Abaixo os valores estão segregados por natureza:

	31/12/2022	31/12/2021
Remunerações	**2.576**	1.662
Encargos sociais	**761**	539
Plano de saúde	**32**	15
Plano de previdência privada	**34**	18
Outros	**16**	9
	3.419	2.243

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não foi pago valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Ativo circulante:	31/12/2022	31/12/2021
Créditos com partes relacionadas (a)		
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	**1.890**	317
Rio+ Saneamento BL3 S.A.	**1**	-
Águas de Juturnaíba S.A.	**-**	6
Águas de Pará de Minas S.A.	**-**	6
Total do ativo circulante	**1.891**	329
Passivo circulante:		
Obrigações com acionistas (b)		
Dividendos a pagar		
M&G Consultoria e Participações Ltda.	**276**	586
ERG Participações Ltda.	**562**	1.088
Credicom - Comercial Informática e Serviços Ltda.	**276**	586
Diferencial Empreendimentos Imobiliários Ltda.	**48**	101
Synval Filgueiras de Moraes Junior	**389**	824
Marcelo Borja Filgueiras de Moraes	**519**	1.098
Silvane Borja Filgueiras de Moraes Nolli	**389**	824
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	**23.566**	49.893
	26.025	55.000
Juros sobre capital próprio		
M&G Consultoria e Participações Ltda.	**29**	-
ERG Participações Ltda.	**48**	-
Credicom - Comercial Informática e Serviços Ltda.	**29**	-
Diferencial Empreendimentos Imobiliários Ltda.	**5**	-
Synval Filgueiras de Moraes Junior	**40**	-
Marcelo Borja Filgueiras de Moraes	**53**	-
Silvane Borja Filgueiras de Moraes Nolli	**40**	-
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	**2.421**	-
	2.665	-
Débitos com partes relacionadas		
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	**3.497**	2.677
Águas de Pará de Minas S.A.	**-**	8
	3.497	2.685
Total do passivo circulante	**32.187**	57.685
Resultado com partes relacionadas		
Custos		
Análises laboratoriais		
Águas do Imperador S.A.	**(162)**	(141)
Despesas		
Contrato de gestão *(Mangement Fee)*(a)		
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	**(25.202)**	(21.538)
Total resultado com partes relacionadas	**(25.365)**	(21.679)

(a) Os saldos decorrem de transações entre concessionárias do mesmo grupo econômico, vinculadas à compra e venda de mercadorias ou das prestações de serviços, oriundos do: i) contrato de fruição de utilidades comuns com a Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda., resultando na estrutura de Unidade de Administração Central (UAC) para as áreas de finanças, planejamento, recursos humanos, tecnologia da informação e logística; ii) do contrato de gestão centralizada (*Management Fee*) com a Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. (b) Os valores correspondem aos dividendos e juros sobre capital próprio a pagar. **25. Patrimônio líquido:** a) Capital social: O capital social realizado é de R$ 151.000 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 151.000 em 31 de dezembro de 2021) e está representado por 6.000 (seis mil) ações nominativas, sem valor nominal, sendo 2.000 (duas mil) ações ordinárias e 4.000 (quatro mil) ações preferenciais.

Posição acionária em 31 de dezembro de 2022	ON	PN	Total	% Capital Total
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	1.900	3.552	5.452	90,8667%
Marcelo Borja Filgueiras de Moraes	40	80	120	2,0000%
Synval Filgueiras de Moraes Junior	30	60	90	1,5000%
Silvane Borja Filgueiras de Moraes Nolli	30	60	90	1,5000%
ERG Participações Ltda.	-	109	109	1,8167%
Credicom - Comercial Informática e Serviços Ltda.	-	64	64	1,0667%
M&G Consultoria e Participações Ltda.	-	64	64	1,0667%
Diferencial Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	11	11	0,1833%
	2.000	4.000	6.000	100%

b) Reserva legal: Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. c) Reserva para investimentos: Constituída reserva para investimentos de importância não inferior a 5% e não superior a 75% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, cuja finalidade é financiar suas atividades, inclusive através da subscrição de aumentos de capital ou da criação de novos empreendimentos. A reserva para investimentos não pode exceder a 80% do capital social subscrito. d) Dividendos e juros sobre capital próprio: Os acionistas têm assegurado, em cada exercício, dividendos não inferiores a 25% do lucro líquido, calculados nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Em 30 de dezembro de 2022 foram distribuídos dividendos extraordinários no total de R$ 9.000, mediante reversão de reserva de retenção de lucros. No decorrer do exercício de 2022 houve destinação de juros sobre o capital próprio no valor total de R$ 12.567, sendo R$ 1.885 referentes a imposto de renda retido na fonte, resultando em um valor líquido de R$ 10.682 para distribuição aos acionistas. A destinação do lucro para distribuição de dividendos foi a seguinte:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido	**104.101**	84.809
Constituição da reserva legal - 5% (i)	**-**	(610)
Base de cálculo dos dividendos	**104.101**	84.199
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	**26.025**	21.050
Dividendos adicionais propostos	**-**	44.309
	26.025	65.359

(i) A reserva legal foi constituída em valor inferior a 5% conforme previsão legal, pelo fato de ter atingido o limite de 20% do capital social. e) Reserva para retenção de lucros: Para atender a projetos de investimentos previstos no orçamento de capital, a Concessionária retém parte do lucro do exercício, conforme disciplinado pelo artigo 196 da Lei nº 6.404/76. **26. Receita líquida**

	31/12/2022	31/12/2021
Receita de prestação de serviços	**574.527**	476.932
Receita de construção	**31.577**	42.043
Cancelamentos	**(3.087)**	(1.917)
	603.017	517.058
PIS e COFINS sobre serviços prestados	**(52.806)**	(43.844)
Descontos concedidos	**(1.543)**	(1.033)
Receita líquida	**548.668**	472.181

27. Custos dos serviços prestados	31/12/2022	31/12/2021
Taxas de recursos hídricos e ambientais	**(1.834)**	(1.838)
Ônus da concessão	**(16.813)**	(14.237)
Energia elétrica	**(29.155)**	(25.387)
Custo de construção	**(31.577)**	(42.043)
Materiais aplicados nos serviços	**(114.602)**	(104.990)
Salários e benefícios a empregados	**(37.121)**	(32.682)
Utilização de imóveis e telefonia	**(357)**	(338)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	**(5.593)**	(4.493)
Serviços de terceiros	**(15.136)**	(12.840)
Depreciações e amortizações	**(20.801)**	(21.042)
Outros custos	**(664)**	(625)
	(273.653)	(260.515)

28. Despesas gerais e administrativas	31/12/2022	31/12/2021
Salários e benefícios a empregados	**(32.760)**	(29.270)
Utilização de imóveis e telefonia	**(974)**	(1.049)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	**(974)**	(849)
Serviços de terceiros	**(41.230)**	(34.916)
Despesas com contencioso	**(2.537)**	(3.179)
Impostos, encargos, taxas e contribuições	**(90)**	(96)
Depreciações e amortizações	**(476)**	(675)
Provisão perdas de crédito das contas a receber	**(27.852)**	(20.670)
Provisão (reversão) para contingências	**(128)**	20.970
Outras despesas	**(9.347)**	(10.106)
	(116.368)	(79.840)

29. Resultado financeiro	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras		
Rendimentos com aplicações financeiras	**14.579**	7.670
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	**(910)**	(750)
Juros e multas vinculadas à operação	**5.411**	5.131
Ganhos com operações de *swap*	**283**	1.430
Ganho com derivativos	**350**	139
Outras receitas financeiras	**1.185**	1.897
	20.898	15.517
Despesas financeiras		
Juros com financiamentos, debêntures e notas comerciais escriturais	**(23.146)**	(7.228)
Juros sobre arrendamentos	**(262)**	(125)
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	**(821)**	(6)
Atualização monetária das contingências	**(2.778)**	(6.189)
Variação monetária sobre outros passivos	**-**	(80)
Tributos sobre operações financeiras	**(181)**	(103)
Descontos concedidos	**(1.843)**	(2.771)
Perdas com operações de *swap*	**(270)**	-
Perda com derivativos	**(508)**	(2.743)
Outras despesas financeiras	**(755)**	(372)
	(30.564)	(19.617)
Resultado financeiro	**(9.666)**	(4.100)

30. Seguros: O Grupo Águas do Brasil adota a política de contratar cobertura de seguros de forma global para riscos de engenharia, patrimoniais, ambientais e de responsabilidade civil dos administradores (D&O), entre outros, especificamente associados à natureza de sua atividade. Os seguros contratados possuem cobertura sobre construção, fornecimento ou prestação de serviços. A cobertura em 31 de dezembro de 2022 está apresentada a seguir:

Descrição de seguro	Vigência das apólices	Cobertura
Risco de engenharia e responsabilidade civil obras	31/12/2022 a 31/12/2023	**80.813**
Riscos operacionais	30/12/2022 a 17/01/2024	**75.000**
Responsabilidade civil administradores - D&O	27/09/2022 a 27/09/2023	**50.000**
Garantia de concessão	06/01/2023 a 06/01/2024	**11.417**
Responsabilidade civil geral	17/01/2023 a 17/01/2024	**13.000**
Riscos ambientais	22/12/2022 a 22/12/2023	**5.000**
Garantia judicial	03/06/2020 a 16/03/2026	**4.646**
Seguro empresarial	23/02/2023 a 23/02/2024	**884**
Casco Marítimo	18/05/2022 a 18/05/2023	**341**
Seguro de veículos	17/10/2022 a 17/10/2023	**479**

31. Transações que não envolvem caixa: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Concessionária realizou as seguintes atividades que não envolveram caixa e, portanto, foram excluídas da demonstração dos fluxos de caixa:

	31/12/2022	31/12/2021
Adição de arrendamentos	**(2.265)**	**(608)**
Baixa referente à rescisão do contrato de direito de uso - ativo	**-**	**611**
Baixa referente à rescisão do contrato de direito de uso - passivo	**-**	**(702)**
IRRF sobre swap	**42**	**214**
Juros capitalizados	**(1.140)**	**-**
	(3.363)	**(485)**

Bernardo Machado Alves Gonçalves - **Diretor**; Thiago Contage Damaceno - **Diretor**

Contadora: Gabriela Ferreira Nunes Alves - CRC/RJ 100510/O-9 - CPF: 080.376.027-29

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras: Aos Administradores da **Águas de Niterói S.A.** - Rio de Janeiro - RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Águas de Niterói S.A. ("Concessionária"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Concessionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Concessionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Concessionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Concessionária. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Concessionária. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Concessionária a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 30 de março de 2023.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC SP-015199/F
Gláucio Dutra da Silva - Contador CRC-RJ090174/O.

Lumbrás Energética S.A.

CNPJ/MF nº 08.431.936/0001-89

Balanços Patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Milhares de Reais)

Ativo	2022	2021
Circulante	**2.723**	5.543
Caixa e equivalentes de caixa	**53**	2.236
Contas a receber	**1.770**	2.439
Despesas antecipadas	**213**	236
Estoques	**666**	595
Impostos a recuperar	**20**	16
Outras contas a receber	**1**	21
Não circulante	**89.145**	91.195
Depósitos judiciais	–	24
Imobilizado	**89.099**	91.094
Arrendamento	**46**	77
Total do ativo	**91.868**	96.738
Passivo	**2022**	**2021**
Circulante	**8.196**	8.939
Contas a pagar	**3.261**	783
Impostos e contribuições a recolher	**221**	418
Dividendos a pagar	**4.244**	7.278
Arrendamento	**72**	82
Outras contas a pagar	**398**	378
Não circulante	**1.016**	932
Provisões para contingências	**(1)**	16
Arrendamento	**1.017**	916
Patrimônio líquido	**82.656**	86.867
Capital social	**61.862**	70.210
Reservas de lucros	**20.794**	16.657
Total do passivo e do patrimônio líquido	**91.868**	96.738

Carlos Gustavo Nogari Andrioli – Diretor, CPF: 861.403.379-68
Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira – Diretor, CPF: 071.000.747-70
Hamilton Ferreira da Silva – Controller – CRC 1SP 217.225-O
Érica Moraes da Costa Lisboa Ferreira – Contadora – CRC RJ 119.036-O

Demonstrações do Resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em Milhares de Reais)*

	2022	2021
Receita operacional líquida	**27.600**	26.150
Custo de geração de energia	**(5.981)**	(5.083)
Lucro bruto	**21.619**	21.067
Dspesas operacionais		
Gerais e administrativas	**(2.939)**	(2.466)
Outras despesas operacionais	**40**	(54)
	(2.899)	(2.520)
Lucro antes do resultado financeiro	**18.720**	18.547

	2022	2021
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	**226**	127
Despesas financeiras	**(124)**	(4.469)
	102	(4.342)
Lucro antes do imposto de renda e da contrib. social	**18.822**	14.205
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	**(952)**	(887)
Lucro líquido do exercício	**17.870**	13.318

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em Milhares de Reais)*

		Reserva de lucros			
	Capital social	Legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020	41.366	6.502	12.615	–	60.483
Declaração de dividendos ocorridas no exercício	–	–	(12.615)	–	(12.615)
Aumento de capital	28.844	–	–	–	28.844
Lucro líquido do exercício	–	–	–	13.318	13.318
Reserva legal	–	666	–	(666)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(3.163)	(3.163)
Reserva de dividendos complementares	–	–	9.489	(9.489)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	70.210	7.168	9.489	–	86.867
Redução de capital	**(8.348)**	–	–	–	**(8.348)**
Declaração de dividendos intermediários	–	–	**(9.489)**	–	**(9.489)**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	**17.870**	**17.870**
Reserva legal	–	**894**	–	**(894)**	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	**(4.244)**	**(4.244)**
Reserva de dividendos complementares	–	–	**12.732**	**(12.732)**	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**61.862**	**8.062**	**12.732**	–	**82.656**

As demonstrações financeiras completas contendo as notas explicativas, acompanhadas do parecer da auditoria externa, sem ressalvas, encontram-se no site (www.elera.com/transparencia/) e na sede da Companhia.

ÁGUAS DO IMPERADOR S.A.

CNPJ 02.150.327/0001-75

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	**42.512**	12.458
Contas a receber de clientes	7	**30.298**	28.081
Estoques		**427**	1.448
Despesas antecipadas		**104**	446
Créditos com partes relacionadas	21	**580**	95
Tributos a recuperar		**1.242**	43
Outros ativos		**325**	316
		75.488	42.887
Não circulante			
Aplicações financeiras vinculadas	8	**1.387**	1.301
Tributos diferidos	18	**2.767**	-
Depósitos judiciais		**2.437**	2.334
Operações com derivativos	16	**177**	226
Ativo de direito de uso	9	**281**	42
Imobilizado	10	**1.326**	1.225
Ativo de contrato	11	**53.402**	46.008
Intangível	12	**90.328**	85.382
		152.105	136.518
Total do ativo		**227.593**	179.405

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	13	**1.254**	2.587
Empréstimos e financiamentos	14	**11.340**	11.482
Passivos de arrendamento	14	**121**	67
Notas comerciais escriturais	15	**2.913**	-
Obrigações tributárias	17	**1.753**	2.423
Obrigações trabalhistas		**3.080**	2.151
Obrigações com acionistas	21	**12.229**	8.279
Ônus da concessão	19	**408**	413
Débitos com partes relacionadas	21	**1.074**	800
Adiantamento de clientes		**-**	87
Outras obrigações		**1.452**	1.637
		35.624	29.926
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	14	**38.938**	49.711
Passivos de arrendamentos	14	**182**	-
Notas comerciais escriturais	15	**44.656**	-
Tributos diferidos	18	**-**	93
Provisões para contingências	20	**3.433**	4.366
		87.209	54.170
Patrimônio líquido	22		
Capital social		**52.600**	52.600
Reservas de lucros		**52.160**	42.709
		104.760	95.309
Total do passivo e patrimônio líquido		**227.593**	179.405

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida	23	**159.138**	152.355
Custo dos serviços prestados	24	**(64.539)**	(68.473)
Lucro bruto		**94.599**	83.882
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	25	**(43.987)**	(31.638)
Outras receitas operacionais		**(788)**	682
		(44.775)	(30.956)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**49.824**	52.926
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	26	**7.759**	7.024
Despesas financeiras	26	**(11.701)**	(7.838)
		(3.942)	(814)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		**45.882**	52.112
Imposto de renda e contribuição social–corrente	18b	**(13.045)**	(16.694)
Imposto de renda e contribuição social–diferido	18b	**(543)**	(559)
Lucro líquido do exercício		**32.294**	34.859

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	**32.294**	34.859
Total do resultado abrangente do exercício	32.294	34.859

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

		Reserva de lucros				
	Capital social	Reserva Legal	Reserva de Investimentos	Retenção de Lucros	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2021	52.600	8.429	12.600	36.190	-	109.819
Lucro do líquido do exercício	-	-	-	-	34.859	34.859
Dividendos distribuídos	-	-	(4.900)	(36.190)	-	(41.090)
Proposta de destinação do resultado do exercício:						
Reserva legal	-	1.743	-	-	(1.743)	-
Reserva para investimentos	-	-	1.242	-	(1.242)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(8.279)	(8.279)
Retenção de lucros	-	-	-	23.595	(23.595)	-
Saldos 31 de dezembro de 2021	52.600	10.172	8.942	23.595	-	95.309
Lucro do líquido do exercício	**-**	**-**	**-**	**-**	**32.294**	**32.294**
Dividendos distribuídos	**-**	**-**	**-**	**(12.721)**	**-**	**(12.721)**
Juros sobre capital próprio	**-**	**-**	**-**	**(5.540)**	**-**	**(5.540)**
Proposta de destinação do resultado do exercício:						
Reserva legal	**-**	**348**	**-**	**-**	**(348)**	**-**
Reserva para investimentos	**-**	**-**	**1.198**	**-**	**(1.198)**	**-**
Dividendos mínimos obrigatórios	**-**	**-**	**-**	**-**	**(7.986)**	**(7.986)**
Retenção de lucros	**-**	**-**	**-**	**26.166**	**(22.762)**	**3.404**
Saldos 31 de dezembro de 2022	**52.600**	**10.520**	**10.140**	**31.500**	**-**	**104.760**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do fluxo de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	**45.882**	52.112
Ajustes para reconciliar o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido:		
Depreciação e amortização	**6.498**	7.126
Juros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos e amortização de custos de transação sobre empréstimos e financiamentos	**4.168**	2.219
Juros sobre notas comerciais escriturais e amortização de custos de transação sobre notas comerciais escriturais	**6.196**	-
Ganho com operações de *swap*	**(9)**	(465)
Variações monetárias	**324**	-
Atualização monetária das contingências	**(40)**	1.689
Perdas de créditos das contas a receber	**10.762**	7.372
Reversão para contingências	**(893)**	(5.487)
Resultado na alienação/baixa de imobilizado/intangível	**145**	(59)
Perda com derivativos	**48**	840
Variações no ativo e passivo		
Contas a receber de clientes	**(12.979)**	(13.167)
Estoques	**1.021**	(1.084)
Depósitos judiciais	**(103)**	(207)
Tributos a recuperar	**(950)**	(1.069)
Despesas antecipadas	**342**	(423)
Outros ativos	**(9)**	43
Aplicações financeiras–vinculadas	**(86)**	(719)
Fornecedores	**(1.333)**	1.024
Ônus da concessão	**(5)**	413
Obrigações tributárias	**(460)**	169
Obrigações trabalhistas	**929**	272
Partes relacionadas, líquidas	**(211)**	128
Outras obrigações	**(272)**	4.321
	58.965	55.048
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	**(14.319)**	(15.376)
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos	**(6.006)**	(4.624)
Pagamento de juros sobre notas comerciais escriturais	**(3.069)**	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**35.571**	35.048
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao imobilizado	**(559)**	(420)
Adições ao ativo de contrato e intangível	**(16.451)**	(26.065)
Valor recebido pela venda de imobilizado/intangível	**-**	100
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	**(17.010)**	(26.385)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos pagos	**(21.466)**	(65.500)
Captações de empréstimos e financiamentos	**-**	7.121
Captações de notas comerciais escriturais	**44.442**	-
Pagamento dos arrendamentos	**(116)**	(118)
Pagamento dos empréstimos e financiamentos	**(11.362)**	(3.336)
Derivativos recebidos (pagos), líquidos	**(5)**	395
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	**11.493**	(61.438)
Aumento (redução) líquido (a) no caixa e equivalentes de caixa	**30.054**	(52.775)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**12.458**	65.233
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**42.512**	12.458

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Aguas do Imperador S.A. (a "Subconcessionária"), sociedade por ações de capital fechado, com sede localizada à Rua Dr. Sá Earp, n.º 84, Morin, no Município de Petrópolis–RJ–Brasil, controlada pela Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A., é uma sociedade de propósito específico de subconcessão entre a Prefeitura Municipal de Petrópolis (concedente), a Subconcessionária Municipal de Desenvolvimento de Petrópolis – COMDEP (subconcedente) e a Águas do Imperador S.A. (Subconcessionária), através do Contrato de Subconcessão, com prazo de 30 anos contados da emissão da ordem de serviço inicial do contrato, que foi em 01 de janeiro de 1998. Em 20 de janeiro de 2012 foi assinado um aditivo para prorrogação de mais 180 meses, que fez com que o término do contrato passasse para janeiro de 2043. Seu objeto é a gestão integrada dos sistemas e serviços de saneamento básico de água e de esgotos sanitários no perímetro urbano do Município de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro, compreendendo inclusive as sedes distritais. O serviço público de água e esgoto compreende os serviços de operação, conservação, manutenção, modernização, ampliação, exploração e a cobrança direta aos usuários dos serviços abrangendo, ainda, estudos técnicos, serviços e obras necessárias à consecução deste objeto ao longo do período da subconcessão. A remuneração da Subconcessionária pelos serviços prestados considera a tarifa contratual cobrada diretamente dos usuários, conforme proposto no contrato de subconcessão, e tem por base os volumes de água e esgoto faturáveis e demais serviços, de forma a possibilitar a devida remuneração do capital investido pela Subconcessionária. A tarifa, conforme contrato, será reajustada anualmente ou toda vez que for comprovada quebra do equilíbrio econômico-financeiro para uma das partes, de forma a realizar a devida remuneração dos custos de operação, manutenção e financiamentos, decorrentes dos investimentos realizados. O presente contrato de subconcessão possui cláusula de outorga onde o percentual de 3,5232% é aplicado sobre a arrecadação bruta oriunda do fornecimento de água tratada e coleta e tratamento de esgoto. Findo o prazo da subconcessão, todos os bens públicos e instalações utilizadas pela Subconcessionária, bem como todas as obras e instalações por ela realizadas para operar plenamente os serviços concedidos, serão revertidas automaticamente à Subconcedente Subconcessionária Municipal de Desenvolvimento de Petrópolis – COMDEP. **Pandemia de COVID-19:** A Subconcessionária possui uma equipe médica, que continua acompanhando as suspeitas e casos de Covid-19, sempre seguindo as orientações das autoridades de saúde para manter a segurança de seus colaboradores e a continuidade de suas operações. Além disso, contam com o programa de vacinação contra a gripe. A Administração da Subconcessionária analisou os riscos e incertezas relacionados à pandemia de Covid-19 e não foram identificados impactos relevantes que requeressem ajustes sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022. **1.2 Fortes chuvas em Petrópolis:** Em fevereiro de 2022, Petrópolis foi atingida por fortes chuvas, que assolaram a cidade, causando inundações, deslizamentos e vítimas fatais. A loja de atendimento presencial, a sede da Subconcessionária e algumas estações de tratamento de água e de tratamento de esgoto foram atingidas. A Subconcessionária incorreu em gastos no montante de R$ 3.107 para recomposição dos danos causados, sendo R$ 2.111 indenizados pela seguradora. Desta forma, a Subconcessionária reconheceu R$ 996 como perda incorrida. No exercício de 2022, a Receita Federal, através da Portaria n.º 144, de 17 de fevereiro de 2022, prorrogou o vencimento dos tributos federais de competências de janeiro e fevereiro de 2022 dos contribuintes domiciliados no Município para 31 de maio de 2022. Ademais, a Subconcessionária atuou nas automações e retomadas das unidades de água e esgoto de forma rápida, trabalhando ao longo de 16 dias. A assistência social concentrou ações aos trabalhadores e familiares e a área de Tecnologia da Informação mobilizou, emergencialmente, computadores e acessos remotos. A Águas do Imperador S.A. apoiou a prefeitura de Petrópolis, disponibilizando pessoal e equipamentos como retroescavadeiras, caminhões basculantes, *munck* e *sewerjet*, compactadores, compressores, entre outros; realizou a desobstrução e reparos em redes de drenagem pluvial, lavou ruas, abasteceu abrigos e pontos de apoio. Também houve coleta de itens emergenciais nas sedes e lojas de atendimento das Subconcessionárias do Estado do Rio de Janeiro, bem como doações do Grupo Águas do Brasil e de seus colaboradores, visando atender à população desabrigada na tragédia. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos Técnicos ("CPCs"), as Interpretações Técnicas ("ICPCs") e Orientações Técnicas ("OCPCs") do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Adicionalmente, a Subconcessionária considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Subconcessionária preparou essas demonstrações financeiras com base no pressuposto de continuidade operacional. A Administração da Subconcessionária não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade da Subconcessionária. Em 30 de março de 2023, a diretoria executiva da Subconcessionária autorizou a conclusão destas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras da Subconcessionária foram preparadas com base no custo histórico, como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Subconcessionária. **3. Principais políticas contábeis: 3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. **3.2. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Subconcessionária. Se o prazo de recebimento é igual ou inferior a um ano, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, através da provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber. Esta provisão é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Subconcessionária não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais de vencimento. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, as contas a receber não consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa. **3.3. Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado ou os valores líquidos de realização e/ou os de reposição. Os estoques de materiais destinados à construção e melhorias da infraestrutura da concessão são contabilizados no intangível, como parte integrante do contrato de concessão. **3.4. Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável *(impairment)*, se houver. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a Subconcessionária. O valor contábil de itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém o controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis econômicas estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Equipamentos de informática	5 anos
Veículos	5 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	25 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada exercício e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva. Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos. **3.5. Ativo de contrato:** Os bens vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Subconcessionária de cobrar pelos serviços prestados aos clientes. Assim, os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos e financiamentos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos transferidos para o ativo intangível. **3.6. Intangível: a)** Sistema de água e esgoto: A Subconcessionária reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário presente nos contratos de concessão, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê (OCPC 05). O ativo intangível é determinado como sendo o valor da receita de construção auferida na construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Subconcessionária. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Subconcessionária. A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro. b) Softwares: As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada. **1.7. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC 48, que determina a classificação dos ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao custo amortizado. Dependendo das características de cada instrumento, eles podem ser classificados em resultado financeiro ou em outros resultados abrangentes. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela Administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais. A Subconcessionária classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias: Ativos financeiros–custo amortizado: São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas especificas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. Ativos financeiros–valor justo por meio do resultado: São reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado; e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos. Ativos financeiros–mensuração inicial: No reconhecimento inicial a Subconcessionária mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. Ativos financeiros–mensuração subsequente: • *Custo amortizado*: esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago. • *Valor justo por meio do resultado*: os ativos classificados dentro desse grupo são contabilizados por meio de reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. Passivos financeiros–reconhecimento inicial: Todos os passivos financeiros da Subconcessionária são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Subconcessionária incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamentos, ônus da concessão e débitos com partes relacionadas. Passivos financeiros–mensuração subsequente: • *Custo amortizado*: são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos ou através do acréscimo da taxa efetiva. • *Valor justo por meio do resultado*: são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros: Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e • A Subconcessionária transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. Compensação de instrumentos financeiros: Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **3.8. Perda por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros e não financeiros:** Os ativos da Subconcessionária são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda e, se houver, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso do ativo. A Subconcessionária baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos abrangem o período da concessão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não foi identificado nenhum evento indicando a não recuperabilidade dos ativos da Subconcessionária. **3.9. Arrendamentos:** A Subconcessionária avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. A Subconcessionária como arrendatária: A Subconcessionária aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, reconhecendo os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e os ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Ativos de direito de uso: A Subconcessionária reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Passivos de arrendamento: Na data de início do arrendamento, a Subconcessionária reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Subconcessionária usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor: A Subconcessionária aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **3.10. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Subconcessionária tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesas no período em que são incorridos. **3.11. Tributos:** Imposto de renda e contribuição social correntes: A Subconcessionária adota o lucro real como regime de tributação para apuração do imposto de renda e da contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de duzentos e quarenta mil reais anuais para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos tendo como base as adições e exclusões temporárias, oriundas das diferenças entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores considerados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias oriundas do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que, na data da transação, não afete o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço, avaliando-se a sua recuperabilidade, de acordo com premissas de projeções, e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Tributos sobre as receitas: As receitas de serviços estão sujeitas à Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS, à alíquota de 1,65% e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, à alíquota de 7,60%. Estes encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado. **3.12. Benefícios a empregados:** Os salários, incluindo provisões para férias, 13º salário e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência. A provisão para participação nos resultados é constituída de acordo com a competência, sendo contabilizada como despesa operacional. Plano de previdência privada de funcionários: Os custos do plano de previdência privada, em sua totalidade na modalidade de contribuição definida, são rateados entre os funcionários elegíveis e a Subconcessionária, participação esta que se inicia na proporção de 50% pelos funcionários e 50% pela Subconcessionária, percentual que, com o passar do tempo, poderá chegar a 20% para os funcionários e 80% para a Subconcessionária. **3.13. Provisões:** Geral: São reconhecidas quando a Subconcessionária possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Provisões para riscos cíveis, ambientais e trabalhistas: O Subconcessionária é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.14. Receita operacional:** i) Receita de prestação de serviços: Receitas relativas ao tratamento e distribuição de água e de coleta e tratamento de esgotamento sanitário. São reconhecidas por ocasião do consumo de água ou da prestação de serviços. As receitas ainda não faturadas, cujos serviços já foram prestados, são reconhecidas com base em estimativas mensais dos serviços completados. A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água e é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados. ii) Receitas de construção: A receita relacionada à construção, compreende obrigações de desempenho referentes a projetos de infraestrutura, de acordo com o contrato de concessão. Dessa forma, a construção da infraestrutura necessária para a distribuição de água e coleta e tratamento de esgotamento sanitário é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente, sendo a correspondente receita reconhecida ao resultado. Para mensuração destas receitas, a Subconcessionária estima que a margem é irrelevante, considerando-a zero. Portanto, esta receita de construção é mensurada sem adicional de margem sobre o custo de construção. **3.15. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem as receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros e multas vinculadas à operação e ganho com derivativos. A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de taxa de juros efetiva. As despesas financeiras abrangem substancialmente os juros e variação monetária com empréstimos e financiamentos e notas comerciais escriturais, juros capitalizados, juros sobre arrendamentos, variação monetária sobre contingências, descontos concedidos e perda com derivativos. As despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido. **3.16. Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e refletem as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3.17. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022:** As normas apresentadas a seguir foram revisadas e passaram a ser aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1° de janeiro de 2022 e, portanto, estão sendo adotadas nestas demonstrações financeiras. A adoção dessas alterações de normas não resultou em impacto relevante sobre as divulgações ou os valores divulgados. Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1): As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como: • Contrato Oneroso – custos de cumprimento de contrato; • Ativo imobilizado – vendas antes do uso pretendido; e • Referências à Estrutura conceitual. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Subconcessionária. A Subconcessionária pretende adotar as mudanças para períodos futuros, caso se tornem aplicáveis. **3.18. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão dessas demonstrações financeiras, estão descritas a seguir e todas são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023. A Subconcessionária pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. CPC 50–Contratos de seguro: Uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Essa norma não se aplica a Subconcessionária. Alterações ao CPC 26: Classificação de passivos como circulante ou não circulante: A norma especifica os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: i) o que significa um direito de postergar a liquidação; ii) que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; iii) que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros da Subconcessionária. Alterações ao CPC 23: Definição de estimativas contábeis e divulgação de políticas contábeis: As alterações na norma esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além

ÁGUAS DO IMPERADOR S.A.

CNPJ 02.150.327/0001-75

disso, há o esclarecimento de como as entidades usam as técnicas de medição e *inputs* para desenvolver as estimativas contábeis. A Subconcessionária avaliará o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. Alterações ao CPC 32: Tributos diferidos relacionados a ativos e passivos originados de uma simples transação: As alterações restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros da Subconcessionária. **4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Julgamentos: A elaboração das demonstrações financeiras pela Subconcessionária requer que a Administração adote julgamentos profissionais, estimativas e premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. A incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar à necessidade de ajustes em exercícios futuros no valor contábil do ativo ou passivo afetado. Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão: A Subconcessionária determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. Os contratos de arrendamento são avaliados, sob o julgamento de haver a intenção de exercer a opção de renovação ou de rescisão. Nesta avaliação, a Subconcessionária considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Subconcessionária reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir. Estimativas e premissas contábeis: As principais premissas relativas a incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incertezas nas estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de gerar um ajuste significativo no valor contábil de ativos e passivos no exercício seguinte, são consideradas a seguir: *a) Vida útil dos ativos intangíveis:* Os ativos intangíveis das concessões de serviços públicos são amortizados pelo método linear e refletem o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Subconcessionária, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Os ativos intangíveis têm a sua amortização iniciada quando estão disponíveis para uso, em seu local e na condição necessária para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Subconcessionária. *b) Provisões para riscos cíveis, ambientais e trabalhistas:* A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. *c) Provisão para perdas de crédito das contas a receber:* A provisão para perdas de crédito das contas a receber é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes, de acordo com os seguintes critérios: *i) Contas vencidas há mais de seis meses:* Esses créditos são considerados como perdas assim que atingem seis meses de atraso, até o limite de R$5, por nota fiscal, de acordo com a Lei nº 9.430/1996 e, a partir de 08/10/2014, até o limite de R$15, de acordo com a Lei nº 13.097/2015, sendo baixados diretamente de contas a receber contra o resultado. *ii) Contas vencidas há mais de um ano:* Esses créditos são considerados como perdas assim que atingem um ano de atraso, de valores acima de R$5 até R$30, por operação, de acordo com a Lei nº 9.430/1996 e, a partir de 08/10/2014, de valores acima de R$15 até R$100, de acordo com a Lei nº 13.097/2015, sendo contabilizados como despesa, tendo como contrapartida a conta redutora de contas a receber. *iii) Perdas gerenciais:* São provisionadas e registradas em conta de resultado, como perdas não dedutíveis para efeito de imposto de renda e contribuição social. -Valores até R$5, vencidas entre 90 e 180 dias, emitidas até 07/10/2014; -Valores até R$15, vencidas entre 90 e 180 dias, emitidas a partir de 08/10/2014; -Valores maiores que R$5, vencidas entre 90 e 365 dias, emitidas até 07/10/2014; -Valores maiores que R$15, vencidas entre 90 e 365 dias, emitidas a partir de 08/10/2014; -Valores maiores que R$30, vencidas há mais de um ano, emitidas até 07/10/2014; -Valores maiores que R$100, vencidas há mais de um ano, emitidas a partir de 08/10/2014. *d) Receita não faturada:* As receitas ainda não faturadas representam serviços prestados para os quais ainda não foram realizadas leituras. São reconhecidas com base em estimativas mensais calculadas de acordo com último faturamento de cada ciclo de leitura. Informações adicionais da receita e contas a receber estão descritas nas Notas 3.14 e 7. **5. Gestão de riscos financeiros: 5.1–Instrumentos financeiros por categoria:** A Subconcessionária efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores justos, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores contábeis e valores justos dos instrumentos financeiros da Subconcessionária, em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, são como segue:

	Classificação por categoria	Hierarquia do valor justo	31/12/2022		31/12/2021	
			Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo
Ativos financeiros						
Equivalentes de caixa (aplicações financeiras)	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	42.512	42.512	12.458	12.458
Aplicações financeiras vinculadas	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	1.387	1.387	1.301	1.301
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	-	51.637	51.637	43.870	43.870
Operações com derivativos	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	177	177	226	226
Passivos financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado	-	1.254	1.254	2.587	2.587
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	-	50.278	50.278	61.193	61.193
Passivos de arrendamento	Custo amortizado	-	303	303	67	67
Notas comerciais escriturais	Custo amortizado	-	47.569	47.569	-	-
Ônus da concessão	Custo amortizado	-	408	408	413	413
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	-	1.074	1.074	800	800

As políticas de gerenciamento de risco da Subconcessionária são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Subconcessionária está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Subconcessionária. **5.2 – Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado de posições detidas pela Subconcessionária, incluindo as operações sujeitas às taxas de juros e riscos de preços. Risco de taxas de juros: Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Subconcessionária ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. A Subconcessionária utiliza a geração de caixa das atividades operacionais para gerir as suas operações assim como para garantir seus investimentos e expansão. Para suprir eventuais necessidades de caixa para desenvolvimento do negócio, a Subconcessionária obtém empréstimos, financiamentos e notas comerciais escriturais em moedas locais sujeitos à flutuação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") e da Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"). O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que impactem seus fluxos de caixa. A Subconcessionária também está exposta à flutuação de taxas de juros referentes ao saldo de aplicações financeiras, que são remuneradas com base em percentuais do CDI. A análise de sensibilidade, dos juros sobre os equivalentes de caixa, empréstimos, financiamentos e notas comerciais escriturais (sem os custos de transação), utilizou as projeções do CDI e TJLP para os próximos 12 meses, este definido como cenário provável, por meio dos relatórios de análise econômica do Itaú. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Operação	Risco	Valor contábil	Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Ativo					
Equivalentes de caixa (aplicações financeiras)	CDI	42.460	48.201	49.636	51.071
Aplicações financeiras vinculadas	CDI	1.387	1.575	1.621	1.668
Passivo					
Empréstimos e financiamentos	CDI	(18.530)	(21.035)	(21.662)	(22.288)
Empréstimos e financiamentos	TJLP	(32.847)	(35.166)	(35.747)	(36.325)
Notas comerciais escriturais	CDI	(48.024)	(54.517)	(56.140)	(57.763)
Passivo líquido		(55.554)	(60.942)	(62.292)	(63.637)
Efeito líquido			(5.388)	(6.738)	(8.083)
CDI (a.a.)			13,52%		
TJLP (a.a.)			7,06%		

5.3. Risco de liquidez: É o risco de a Subconcessionária não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A abordagem da Subconcessionária na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Subconcessionária. As tabelas abaixo demonstram análise dos vencimentos para os passivos financeiros em aberto, sem os custos de transação relativos às debêntures, em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (valores não descontados):

	Valor Contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Em 31 de dezembro de 2022				
Fornecedores	1.254	1.254	-	-
Empréstimos e financiamentos	51.377	11.463	11.533	28.381
Passivos de arrendamento	303	121	125	57
Notas comerciais escriturais	48.024	3.024	14.595	30.405
Ônus da concessão	408	408	-	-
Débitos com partes relacionadas	1.074	1.074	-	-
	102.440	17.344	26.253	58.843

	Valor Contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Em 31 de dezembro de 2021				
Fornecedores	2.587	2.587	-	-
Empréstimos e financiamentos	62.415	11.605	11.317	39.492
Passivos de arrendamento	67	67	-	-
Ônus da concessão	413	413	-	-
Débitos com partes relacionadas	800	800	-	-
	66.282	15.472	11.317	39.492

5.4. Gestão de capital: Os objetivos da Subconcessionária ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. E, para atingimento desses objetivos, exerce uma gestão financeira e de capital centralizada. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Subconcessionária pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras empresas do setor, a Subconcessionária monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde aos empréstimos, financiamentos e passivos de arrendamento, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e operações com derivativos. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 podem ser assim sumariados:

	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos e financiamentos (Nota 14 e 17)	50.101	60.967
Passivos de arrendamento (Nota 14)	303	67
Notas comerciais escriturais (Nota 15)	47.569	-
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(42.512)	(12.458)
(-) Operações com derivativos (Nota 16)	(177)	(226)
Dívida líquida (a)	55.284	48.350
Total do patrimônio líquido (b)	104.760	95.309
Total do capital (a+b)	160.044	143.659
Índice de alavancagem financeira–% [a/(a+b)]	34,54%	33,66%

6. Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	52	187
Aplicações financeiras	42.460	12.271
	42.512	12.458

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata, representados, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário – CDBs, os quais são registrados pelos valores nominais, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

7. Contas a receber de clientes	31/12/2022	31/12/2021
Clientes (a)	44.913	36.655
Clientes–parcelamento (b)	6.421	6.866
Pontos arrecadadores (c)	303	318
Outras contas a receber	-	31
Perdas de créditos das contas a receber	(21.339)	(15.789)
	30.298	28.081

(a) A conta "Clientes" representa o saldo de contas emitidas e ainda não recebidas, além dos valores fornecidos e ainda não faturados (ajuste por competência). (b) A conta de "Clientes–parcelamento" refere-se a acordos firmados entre os clientes e a Subconcessionária para a quitação de seus débitos. (c) Os "Pontos arrecadadores" são agentes arrecadadores que já receberam as contas dos clientes e ainda não repassaram para a Subconcessionária. O *aging list* de contas a receber é composto da seguinte forma:

	31/12/2022	31/12/2021
A vencer		
Faturado	10.577	9.197
Não faturado	6.694	6.175
Vencidas		
Até 30 dias	4.305	3.883
De 31 a 60 dias	1.783	1.543
De 61 a 90 dias	1.199	1.006
De 91 a 180 dias	3.467	2.756
Mais de 180 dias	23.612	19.310
	51.637	43.870

8. Aplicações financeiras vinculadas: O montante de R$ 1.387 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 1.301 em 31 de dezembro de 20 21) corresponde à aplicação financeira mantida em conta reserva, de titularidade da Águas do Imperador S.A., constituída em favor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, em atendimento às obrigações definidas no "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças" em 28 de março de 2018. **9. Ativo de direito de uso**

	31/12/2022			31/12/2021		
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Imóveis	349	(68)	281	323	(281)	42

Movimentação do ativo de direito de uso

	Saldos em 31/12/2021	Adições	Amortização	Saldos em 31/12/2022
Imóveis	42	349	(110)	281

	Saldos em 31/12/2020	Adições	Amortização	Saldos em 31/12/2021
Imóveis	134	32	(124)	42

10. Imobilizado

	Taxa de depreciação anual	31/12/2022 Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	31/12/2021 Valor líquido
Equipamentos de informática	20%	1.670	(1.126)	544	337
Veículos	20%	1.813	(1.521)	292	478
Máquinas e equipamentos	10%	110	(61)	49	58
Móveis e utensílios	10%	720	(411)	309	211
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	220	(88)	132	141
		4.533	(3.207)	1.326	1.225

Movimentação do imobilizado:	Saldos em 31/12/2021	Adições	Baixas	Depreciação	Saldos em 31/12/2022
Equipamentos de informática	337	370	(20)	(143)	544
Veículos	478	-	-	(186)	292
Máquinas e equipamentos	58	8	(10)	(7)	49
Móveis e utensílios	211	181	(43)	(40)	309
Benfeitorias em imóveis de terceiros	141	-	-	(9)	132
	1.225	559	(73)	(385)	1.326

	Saldos em 31/12/2020	Adições	Baixas	Depreciação	Saldos em 31/12/2021
Equipamentos de informática	338	125	-	(126)	337
Veículos	416	267	(24)	(181)	478
Máquinas e equipamentos	65	2	-	(9)	58
Móveis e utensílios	227	26	(1)	(41)	211
Benfeitorias em imóveis de terceiros	149	-	-	(8)	141
	1.195	420	(25)	(365)	1.225

11. Ativo de contrato	Saldos em 31/12/2021	Adições	Transferências	Saldos em 31/12/2022
Infraestrutura em construção	46.008	12.800	(5.406	53.402
	46.008	12.800	(5.406)	53.402

	Saldos em 31/12/2020	Adições	Transferências	Saldos em 31/12/2021
Infraestrutura em construção	20.881	25.618	(491)	46.008
	20.881	25.618	(491)	46.008

As transferências ocorridas no exercício de 2022 e 2021 referem-se a movimentações entre o intangível e o ativo de contrato. Custos de empréstimos capitalizados: Os juros de empréstimos e financiamentos são capitalizados nos ativos de concessão durante o período em construção, sendo R$ 1.963 em 31 de dezembro de 2022, a uma taxa média ponderada de 11,44% a.a. (R$ 956 e 8,67% a.a. em 31 de dezembro de 2021).

12. Intangível

	Taxa de amortização anual	31/12/2022 Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	31/12/2021 Valor líquido
Softwares e aplicativos	20%	197	(133)	64	38
Desenvolvimento de projetos	20%	106	(106)	-	-
Concessão/Infraestrutura		166.638	(76.374)	90.264	85.344
		166.941	(76.613)	90.328	85.382

Os valores reconhecidos na linha de concessão/infraestrutura representam o valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão e sua respectiva amortização acumulada. As taxas utilizadas baseiam-se no prazo final da concessão ou na vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Sendo esse montante em 31 de dezembro de 2022 composto pelos seguintes ativos:

	31/12/2022 Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	31/12/2021 Valor líquido
Direito da concessão de exploração	17.017	(3.915)	13.102	13.755
Captação	2.053	(1.291)	762	808
Adutoras	5.540	(987)	4.553	3.687
Estação de Tratamento de Água–ETA	2.096	(1.227)	869	918
Reservatório	4.984	(2.814)	2.170	2.296
Booster	1.452	(579)	873	640
Elevatória de Água	137	(100)	37	40
Substituição/Expansão de rede de água	56.026	(27.063)	28.963	29.736
Ligação de água	7.109	(878)	6.231	3.914
Ligação de esgoto	351	(80)	271	256
Substituição/Expansão de rede de esgoto	25.697	(13.140)	12.557	12.854
Elevatória–esgoto	961	(445)	516	508
Estação de Tratamento de Esgoto–ETE	21.160	(14.372)	6.788	7.427
Biodigestores	2.108	(754)	1.354	1.439
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.477	(2.284)	1.193	1.264
Máquinas e equipamentos	16.470	(6.445)	10.025	5.802
	166.638	(76.374)	90.264	85.344

Movimentação do intangível:	Saldos em 31/12/2021	Adições	Baixas	Amortização	Transferências	Saldos em 31/12/2022
Softwares e aplicativos	38	42	-	(16)	-	64
Concessão/Infraestrutura	85.344	5.573	(72)	(5.987)	5.406	90.264
	85.382	5.615	(72)	(6.003)	5.406	90.328

	Saldos em 31/12/2020	Adições	Baixas	Amortização	Transferências	Saldos em 31/12/2021
Softwares e aplicativos	56	-	-	(18)	-	38
Concessão/Infraestrutura	91.041	447	(16)	(6.619)	491	85.344
	91.097	447	(16)	(6.637)	491	85.382

As transferências ocorridas no exercício de 2022 e 2021 referem-se a movimentações entre o intangível e o ativo de contrato. **13. Fornecedores:** Os fornecedores estão assim representados:

	31/12/2022	31/12/2021
Mercadoria	794	1.329
Serviços	203	447
Infraestrutura	157	158
Outros	100	653
	1.254	2.587

14. Empréstimos, financiamentos e passivos de arrendamento

Linha de Crédito	Indexador	Juros	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos e Financiamentos				
FINAME PSI (a)		2,5% a.a.	-	88
FINEM (b)	TJLP	3,99% a.a.	32.847	34.746
CCB (c)	TR	0,65% a.a.	4.025	5.937
Capital de giro (d)	CDI	1,04% a.a.	14.505	21.644
(-) Custos de transação			(1.099)	(1.222)
Total de Empréstimos e Financiamentos			50.278	61.193
Circulante			11.340	11.482
Não circulante			38.938	49.711
Arrendamentos				
Arrendamentos direito de uso (e)		7,5% a.a.	303	67
Circulante			121	67
Não circulante			182	-
Endividamento total			50.581	61.260
Endividamento total–Circulante			11.461	11.549
Endividamento total–Não circulante			39.120	49.711

(a) A linha de crédito FINAME PSI estava composta por contratos obtidos nos exercícios de 2012 junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e somavam R$ 668 de valor contratado. Estes contratos foram celebrados com carência entre 17 e 21 meses para a amortização do principal, com pagamento de juros trimestrais durante o período de carência e, após, com pagamentos mensais. Os contratos foram totalmente amortizados em dezembro de 2022. (b) Estas operações tiveram como objetivo a aquisição de máquinas e equipamentos, com a finalidade de expandir, modernizar e reforçar a infraestrutura para dar suporte à operação da Subconcessionária e foram amparadas por alienação fiduciária dos bens e aval da Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. (controladora). A linha de crédito FINEM foi obtida no exercício de 2018 junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES no total de R$ 67.026 de valor contratado. Este contrato foi celebrado com carência de 37 (trinta e sete) meses para amortização do principal, com pagamento de juros trimestrais durante o período de carência e, após, com pagamentos mensais, com términos previstos para 2028 e 2038. Esta operação tem como objetivo à modernização e expansão dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário do município de Petrópolis e possuem como garantia conta reserva, cessão fiduciária de direitos creditórios e Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. (controladora) como interveniente garantidor. (c) A Cédula de Crédito Bancário–CCB foi obtida no exercício de 2014 com R$ 16.000 de valor contratado. O contrato de CCB foi celebrado com prazo de carência de 23 (vinte e três) meses para amortização do principal, com pagamento de juros mensais, e término previsto para 2024. Os custos de transação incorridos na emissão da CCB foram capitalizados, contabilizados como redução dos recursos captados, e serão amortizados até o prazo de vencimento. Esta operação teve como objetivo investimentos em projetos de ampliação, manutenção e melhorias relacionadas a projetos de saneamento básico e possui como garantia aval coobrigado de Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. (d) Em novembro de 2019 a Subconcessionária contratou empréstimo de capital de giro no valor de R$ 21.400. Este contrato foi celebrado com prazo de carência de 26 (vinte e seis) meses para amortização do principal, com pagamento de juros trimestrais, inclusive durante o período de carência, com vencimento final para 2024. (e) O ativo de direito de uso decorrente de contratos de arrendamento está apresentado na Nota 9. Determinados contratos possuem condições contratuais que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (*Covenants*) com base em índices financeiros. A Administração acompanha os cálculos destes índices mensalmente, a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Não foram identificadas quebras nos termos contratuais em 31 de dezembro de 2022. A movimentação dos empréstimos, financiamentos e passivos de arrendamento é como segue:

Empréstimos e financiamentos	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	61.193	57.488
Captações	-	7.276
Juros e encargos financeiros	5.983	4.419
Variações monetárias	324	-
Amortização de principal	(11.362)	(3.336)
Amortização de juros	(5.983)	(4.614)
Custo de transação	-	(155)
Amortização dos custos de transação	123	115
Saldo final	50.278	61.193

Arrendamentos	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	67	150
Adições e remensurações	349	32
Juros e encargos financeiros	26	13
Amortização de principal	(116)	(118)
Amortização de juros	(23)	(10)
Saldo final	303	67

As parcelas de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:

	Empréstimos e financiamentos					
	31/12/2022			31/12/2021		
	Dívida	Custos de transação	Total líquido	Dívida	Custos de transação	Total líquido
2023	-	-	-	11.317	(123)	11.194
2024	11.533	(105)	11.428	11.317	(105)	11.212
2025	2.165	(52)	2.113	2.149	(51)	2.098
Após 2025	26.216	(819)	25.397	26.026	(819)	25.207
	39.914	(976)	38.938	50.809	(1.098)	49.711

	Passivos de arrendamento	
	31/12/2022	31/12/2021
2023	-	-
2024	125	-
2025	57	-
	182	-

15. Notas comerciais escriturais **Linha de crédito**	Indexador	Juros	31/12/2022	31/12/2022
Notas comerciais escriturais	CDI	2,16% a.a.		
Principal			45.000	-
Juros e encargos financeiros			3.024	-
Custo de transação a apropriar			(455)	-
Total de notas comerciais estruturais			47.569	-
Circulante			2.913	-
Não circulante			44.656	-

A movimentação das notas comerciais escriturais é demonstrada a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Captação	45.000	-
Juros e encargos financeiros	6.094	-
Custos de transação	(558)	-
Amortização dos custos de transação	102	-
Amortização de juros	(3.069)	-
Saldo final	47.569	-

As parcelas de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:

	31/12/2022			31/12/2021		
	Dívida	Custos de transação	Total líquido	Dívida	Custos de transação	Total líquido
2023	-	-	-	-	-	-
2024	14.595	(112)	14.483	-	-	-
2025	14.595	(112)	14.483	-	-	-
Após 2025	15.810	(120)	15.690	-	-	-
	45.000	(344)	44.656	-	-	-

Em 24 de janeiro de 2022, foram emitidas 45.000 Notas Comerciais Escriturais, em série única, no valor nominal de R$ 1, perfazendo o total de R$ 45.000 para distribuição pública, com esforços restritos, tendo a instituição financeira Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário e a Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. como fiadora. O prazo de vencimento da dívida é de cinco anos, a contar da data de emissão, com vencimento final previsto para o dia 24 de janeiro de 2027. Sobre as Notas Comerciais Escriturais incidem juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% do CDI, acrescida de *spread* de 2,16% a.a. A remuneração será paga semestralmente, a partir da data de emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 24 de julho de 2022. O valor nominal unitário das Notas Comerciais Escriturais não será atualizado monetariamente. Os recursos captados serão destinados à recomposição do capital de giro da Subconcessionária. As Notas Comerciais Escriturais possuem condições contratuais que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (*covenants*) com base em índices financeiros. A Administração acompanha os cálculos destes índices mensalmente, a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Não foram identificadas quebras nos termos contratuais em 31 de dezembro de 2022. **16. Operações com derivativos:** A Subconcessionária efetuou um contrato de *swap*, com mesmo prazo de duração da emissão de Cédula de Crédito Bancário–CCB, com o objetivo de trocar a remuneração por uma taxa equivalente ao CDI. Os saldos dos instrumentos financeiros derivativos de *swap* estão assim representados:

			Valor a receber	
Derivativo	Valor nocional	Vencimento	31/12/2022	31/12/2021
SWAP	16.000	2024	177	226

Impacto no resultado: A Subconcessionária efetuou registro dos ganhos e perdas oriundos dos instrumentos financeiros derivativos no resultado. Desta forma, os impactos contabilizados no resultado foram de:

Derivativo	31/12/2022	31/12/2021
SWAP	(48)	(840)

17. Obrigações tributárias: Os impostos e contribuições estão assim representados:

	31/12/2022	31/12/2021
PIS/COFINS/CSLL retidos	47	45
ISS	22	68
IRRF	354	68
PIS	236	213
COFINS	1.094	988
IRPJ	-	607
CSLL	-	434
	1.753	2.423

18. Imposto de renda e contribuição social: a) Composição dos tributos diferidos: Os tributos diferidos são contabilizados para refletir os impactos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, cujos efeitos ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem às bases de cálculo.

	31/12/2022	31/12/2021
Provisões perdas de crédito das contas a receber	2.855	2.486
Provisões para contingências	1.167	(2.079)
Provisão participação nos lucros	257	382
Ganhos (perdas) com derivativos	(60)	(77)
Arrendamentos	7	9
Outros	24	20
Ativo fiscal diferido	4.250	741
Juros capitalizados	(1.128)	(461)
Ajustes do Regime de tributação transitório Lei nº 12.973/2014	(355)	(373)
Passivo fiscal diferido	(1.483)	(834)
Tributos diferidos, líquidos	2.767	(93)

b) Conciliação da taxa efetiva:	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	45.882	52.112
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social–alíquotas vigentes	(15.600)	(17.718)
(Adições) exclusões no cálculo do tributo:		
Permanentes (despesas indedutíveis)	1.370	(337)
Efeito referente a alíquota de adicional do imposto de renda	24	24
Incentivo Cultural–(Lei nº 8.313/91–art. 18)	242	300
Incentivo empresa cidadã (Lei nº 11.770/08)	14	20
Programa de Alimentação do Trabalhador (9.580/2018)	242	309
Incentivo desportivo (Lei nº 11.438/06–art. 3)	60	76
Fundo da Infância e da Adolescência (Decreto nº 9.580/2018)	60	73
Total do imposto de renda e da contribuição social	(13.588)	(17.253)
Alíquota efetiva	30%	33%

19. Ônus da concessão: O valor demonstrado no passivo circulante de R$ 408 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 413 em 31 de dezembro de 2021) representa o exigível do Contrato de Subconcessão junto à Prefeitura Municipal de Petrópolis, calculado com base em um percentual de 3,5232% sobre a arrecadação de tarifas de serviços prestados de distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto. **20. Provisões para contingências:** As provisões para contingências são constituídas para fazer face às perdas em processos judiciais e administrativos, os quais, quando aplicável, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são baseadas na opinião do departamento jurídico da Subconcessionária e de seus assessores legais. As provisões para contingências, estão assim demonstradas:

	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhistas	134	126
Cíveis	3.299	4.240
	3.433	4.366

ÁGUAS DO IMPERADOR S.A.

CNPJ 02.150.327/0001-75

Processos com probabilidade de perda classificada como possível: A Subconcessionária está envolvida em ações para as quais possui expectativas de perdas possíveis, apresentando como posição dos passivos contingentes em 31 de dezembro de 2022 os valores de R$ 36.675 para contingências cíveis (R$ 26.683 em 31 de dezembro de 2021), R$ 300 para contingências ambientais (R$ 228 em 31 de dezembro de 2021), R$ 645 para contingências trabalhistas (R$ 611 em 31 de dezembro de 2021) e R$ 44.313 para contingências tributárias (R$ 41.784 em 31 de dezembro de 2021). Processo 0059500-41.2015.8.19.0042: Trata-se de ação ajuizada em face da Águas do Imperador S.A. sob a alegação que houve uma ruptura de rede administrada pela Subconcessionária, o que teria afetado a estrutura de imóvel com diversas moradias, as quais foram interditadas pela defesa civil. Os autores objetivam a demolição e reconstrução do imóvel nos mesmos moldes anteriores da construção atual ou, alternativamente, caso haja impossibilidade deste pedido, requer que seja construído o imóvel nos mesmos moldes do atual, em local próximo e viável, mediante concordância dos autores, bem como que haja condenação ao pagamento de indenização por danos morais. A Subconcessionária apresentou defesa e denunciou à lide a seguradora. Realizada prova pericial. Designado dia para realização de Audiência de Instrução e Julgamento. Processo 15563.720125/2019-70: Autos de Infração de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS referentes aos anos-calendários de 2014, 2015 e 2016 em função de glosa de despesas incorridas pela empresa em serviços comprovados e indispensáveis à manutenção de sua fonte produtiva. O valor atualizado da causa é de R$ 44.309. Atualmente, o processo encontra-se aguardando julgamento de Recurso de Ofício pelo CARF. **21. Partes relacionadas:** Remuneração de pessoal chave da Administração: Os diretores são as pessoas chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Subconcessionária. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram pagos pela Subconcessionária o montante total de R$ 1.236 (R$1.225 em 31 de dezembro de 2021). Abaixo os valores estão segregados por natureza:

	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração	**915**	890
Encargos sociais	**267**	265
Plano de saúde	**21**	24
Plano de previdência privada	**22**	35
Outros	**11**	11
	1.236	1.225

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não foi pago valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante:		
Créditos com partes relacionadas (a)		
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	**580**	95
Total do ativo circulante	**580**	95

	31/12/2022	31/12/2021
Passivo circulante:		
Obrigações com acionistas (b)		
Dividendos a pagar		
M&G Consultoria e Participações Ltda.	**115**	88
ERG Participações Ltda.	**202**	152
Credicom–Comercial Informática e Serviços Ltda.	**117**	87
Diferencial Empreendimentos Imobiliários Ltda.	**20**	15
Synval Filgueiras de Moraes Junior	**165**	124
Marcelo Borja Filgueiras de Moraes	**220**	166
Silvane Borja Filgueiras de Moraes Nolli	**165**	124
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	**9.983**	7.523
	10.987	8.279
Juros sobre capital próprio a pagar		
M&G Consultoria e Participações Ltda.	**13**	-
ERG Participações Ltda.	**22**	-
Credicom–Comercial Informática e Serviços Ltda.	**13**	-
Diferencial Empreendimentos Imobiliários Ltda.	**2**	-
Synval Filgueiras de Moraes Junior	**19**	-
Marcelo Borja Filgueiras de Moraes	**25**	-
Silvane Borja Filgueiras de Moraes Nolli	**19**	-
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	**1.129**	-
	1.242	-
	12.229	8.279
Débitos com partes relacionadas (a)		
Águas de Niterói S.A.	**2**	-
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	**1.072**	800
	1.074	800
Total do passivo circulante	**13.363**	9.079

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado com partes relacionadas		
Receitas		
Análise laboratorial (a)		
Águas de Niterói S.A.	**162**	141
Águas da Condessa S.A.	**43**	30
	205	171
Despesas		
Contrato de gestão *(Mangement Fee)* (a)		
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	**(6.875)**	(6.365)
Total resultado com partes relacionadas	**(6.670)**	(6.194)

(a) Os saldos decorrem de transações entre Concessionárias do mesmo grupo econômico, vinculadas à compra e venda de materiais ou das prestações de serviços, oriundos do: i) contrato de fruição de utilidades comuns com a Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda., resultando na estrutura de Unidade de Administração Central (UAC) para as áreas de finanças, planejamento, recursos humanos, tecnologia da informação e logística; ii) do contrato de gestão centralizada (*Management Fee*) com a Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. (b) Os valores correspondem aos dividendos a pagar e juros sobre capital próprio. **22. Patrimônio líquido:** a) Capital social: O capital social realizado é de R$ 52.600 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 52.600 em 31 de dezembro de 2021) e está representado por 6.000 (seis mil) ações nominativas, sem valor nominal, sendo 2.000 (duas mil) ações ordinárias e 4.000 (quatro mil) ações preferenciais.

Posição acionária em 31 de dezembro de 2022	ON	PN	Total	% Capital Total
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S/A	**1.900**	**3.552**	**5.452**	**90,87%**
Synval Filgueiras de Moraes Junior	**30**	**60**	**90**	**1,50%**
Marcelo Borja Filgueiras de Moraes	**40**	**80**	**120**	**2,00%**
Silvane Borja Filgueiras de Moraes Nolli	**30**	**60**	**90**	**1,50%**
Diferencial Empreendimentos Imobiliários Ltda.	**-**	**11**	**11**	**0,18%**
Credicom–Comercial Informática e Serviços Ltda.	**-**	**64**	**64**	**1,07%**
ERG Participações Ltda.	**-**	**110**	**110**	**1,83%**
M&G Consultoria e Participações Ltda.	**-**	**63**	**63**	**1,05%**
	2.000	**4.000**	**6.000**	**100%**

b) Reserva legal: Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. c) Reserva para investimentos: Constituída reserva para investimentos de importância não inferior a 5% e não superior a 75% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, cuja finalidade é financiar suas atividades, inclusive através da subscrição de aumentos de capital ou da criação de novos empreendimentos. A reserva para investimentos não pode exceder a 80% do capital social subscrito. d) Dividendos e juros sobre capital próprio: Os acionistas têm assegurado, em cada exercício, dividendos não inferiores a 25% do lucro líquido, calculados nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Em 30 de dezembro de 2022 foram distribuídos dividendos extraordinários no total de R$ 12.721, mediante reversão de reserva de retenção de lucros. No decorrer do exercício de 2022 houve destinação de juros sobre o capital próprio no valor total de R$ 5.540, sendo R$ 831 referentes a imposto de renda retido na fonte, resultando em um valor líquido de R$ 4.709 para distribuição aos acionistas. A destinação do lucro para distribuição de dividendos foi a seguinte:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido	**32.294**	34.859
Constituição da reserva legal–5% (a)	**(347)**	(1.743)
Base de cálculo dos dividendos	**31.947**	33.116
Dividendos mínimos obrigatórios–25%	**7.986**	8.279

(a) A reserva legal foi constituída em valor inferior a 5% conforme previsão legal, pelo fato de ter atingido o limite de 20% do capital social. e) Reserva para retenção de lucros: Para atender a projetos de investimentos previstos no orçamento de capital, a Subconcessionária retém parte do lucro do exercício, conforme disciplinado pelo artigo 196 da Lei nº 6.404/76.

23. Receita líquida	31/12/2022	31/12/2021
Receita de prestação de serviços	**161.515**	146.167
Receita de construção	**17.729**	23.713
Cancelamentos	**(610)**	(400)
	178.634	169.480
PIS e COFINS sobre serviços prestados	**(14.419)**	(13.126)
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza–ISS	**(4)**	(4)
Descontos concedidos	**(5.073)**	(3.995)
Receita líquida	**159.138**	152.355

24. Custos dos serviços prestados	31/12/2022	31/12/2021
Taxas de recursos hídricos e ambientais	**(560)**	(535)
Ônus da concessão	**(5.075)**	(4.739)
Energia elétrica	**(9.571)**	(9.313)
Custo de construção	**(17.729)**	(23.713)
Materiais aplicados nos serviços	**(3.969)**	(4.125)
Salários e benefícios a empregados	**(16.685)**	(14.593)
Utilização de imóveis e telefonia	**(145)**	(170)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	**(3.139)**	(2.707)
Serviços de terceiros	**(2.419)**	(2.714)
Depreciações e amortizações	**(4.970)**	(5.562)
Outros custos	**(277)**	(302)
	(64.539)	(68.473)

25. Despesas gerais e administrativas	31/12/2022	31/12/2021
Salários e benefícios a empregados	**(12.555)**	(11.181)
Utilização de imóveis e telefonia	**(521)**	(457)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	**(789)**	(503)
Serviços de terceiros	**(13.292)**	(12.219)
Despesas com contencioso	**(1.479)**	(721)
Impostos, encargos, taxas e contribuições	**(117)**	(167)
Depreciações e amortizações	**(1.092)**	(1.068)
Provisão perdas de crédito das contas a receber	**(10.762)**	(7.372)
Reversões de contingências	**893**	5.487
Outras despesas	**(4.273)**	(3.437)
	(43.987)	(31.638)

26. Resultado financeiro	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras		
Rendimentos com aplicações financeiras	**5.702**	2.891
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	**(373)**	(340)
Juros e multas vinculadas à operação	**2.204**	3.871
Variação monetária sobre outros ativos	**-**	3
Ganhos com operações de *swap*	**89**	465
Ganhos com derivativos	**112**	51
Outras receitas financeiras	**25**	83
	7.759	7.024
Despesas financeiras		
Juros com financiamentos e notas comerciais escriturais	**(10.112)**	(3.463)
Juros de arrendamentos	**(26)**	(13)
Atualização monetária das contingências	**40**	(1.689)
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	**(324)**	-
Tributos sobre operações financeiras	**(14)**	(22)
Descontos concedidos	**(630)**	(1.543)
Perdas com operações de *swap*	**(80)**	-
Perdas com derivativos	**(160)**	(891)
Outras despesas financeiras	**(395)**	(217)
	(11.701)	(7.838)
Resultado financeiro	**(3.942)**	(814)

27. Seguros: O Grupo Águas do Brasil adota a política de contratar cobertura de seguros de forma global para riscos de engenharia, patrimoniais, ambientais e de responsabilidade civil dos administradores (D&O), entre outros, especificamente associados à natureza de sua atividade. Os seguros contratados possuem cobertura sobre construção, fornecimento ou prestação de serviços. A cobertura em 31 de dezembro de 2022 está apresentada a seguir:

Ramos	Vigência das apólices	Importâncias seguradas
Responsabilidade civil administradores-–D&O	27/09/2022 a 27/09/2023	50.000
Responsabilidade civil geral	17/01/2023 a 17/01/2024	13.000
Riscos operacionais	30/12/2022 a 17/01/2024	75.000
Risco de engenharia e responsabilidade civil obras	31/12/2022 a 31/12/2023	80.813
Riscos ambientais	22/12/2022 a 22/12/2023	5.000
Garantia de concessão	07/10/2022 a 07/10/2023	3.157
Seguro empresarial	01/08/2022 a 01/08/2023	169
Seguros de veículos	17/10/2022 a 17/10/2023	519
Garantia judicial	26/04/2021 a 26/04/2024	2.678

28. Transações que não envolvem caixa: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Subconcessionária realizou as seguintes atividades que não envolveram caixa e, portanto, foram excluídas da demonstração dos fluxos de caixa:

	31/12/2022	31/12/2021
Juros capitalizados	**(1.964)**	-
IRRF sobre *swap*	**13**	70
Adição de direito de uso	**(349)**	(31)
Destinação de dividendos obrigatórios e adicionais	**(13.987)**	(49.369)
Provisão de juros sobre o capital próprio	**(11.430)**	-
	(30.975)	(54.119)

João Henrique Tebyriça de Sá - **Diretor;** André Lermontov - **Diretor;**
Contadora: Gabriela Ferreira Nunes Alves - CRC/RJ 100510/O-9
CPF: 080.376.027-29

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores da **Águas do Imperador S.A.** Rio de Janeiro–RJ **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Águas do Imperador S.A. ("Concessionária"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Concessionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Concessionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Concessionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Concessionária. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Concessionária. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Concessionária a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 30 de março de 2023. ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC SP-015199/F; Gláucio Dutra da Silva - Contador CRC-RJ090174/O.

Geração Biomassa Vista Alegre I S.A.

CNPJ/MF nº 14.180.940/0001-14

Balanços Patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

Ativo	2022	2021
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	89	1.349
Contas a receber	3.986	6.441
Despesas antecipadas	214	288
Impostos a recuperar	1.107	853
Outros		–
Total do ativo circulante	**5.396**	**8.931**
Não circulante		
Imobilizado	40.206	50.871
Total do ativo não circulante	**40.206**	**50.871**
Total do ativo	**45.602**	**59.802**
Passivo	**2022**	**2021**
Circulante		
Contas a pagar	2.954	9.449
Empréstimos e financiamentos	3.000	3.000
Impostos e contribuições a recolher	37	123
Outras contas a pagar	–	833
Total do passivo circulante	**5.991**	**13.405**
Patrimônio líquido		
Capital social	130.053	130.053
Prejuízos acumulados	(90.442)	(83.656)
	39.611	**46.397**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**45.602**	**59.802**

Demonstrações do Resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de reais)*

	2022	2021
Receita Operacional líquida	**29.787**	**76.825**
Custo de geração de energia	(29.992)	(82.473)
Lucro bruto	(205)	(5.648)
Receitas (despesas) operacionais		
Gerais e administrativas	(538)	(843)
Outras receitas (despesas) operacionais	(6.346)	(77.529)
	(6.884)	**(78.372)**
Prejuízo antes do resultado financeiro	(7.089)	(84.020)
Resultado financeiro	**2022**	**2021**
Receitas financeiras	324	409
Despesas financeiras	(21)	(45)
	303	**364**
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(6.786)	(83.656)
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	–	–
Prejuízo do exercício	(6.786)	(83.656)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Reserva de lucros: Legal	Reserva de lucros: Dividendo complementar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**209.634**	–	–	**(69.581)**	**140.053**
Redução de capital para absorção do prejuízo acumulado	(69.581)	–	–	69.581	–
Redução de capital ocorrido no exercício	(10.000)	–	–	–	(10.000)
Prejuízo do exercício	–	–	–	(83.656)	(83.656)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**130.053**	–	–	**(83.656)**	**46.397**
Prejuízo do exercício	–	–	–	(6.786)	(6.786)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**130.053**	–	–	**(90.442)**	**39.611**

Carlos Gustavo Nogari Andrioli – Diretor CPF: 861.403.379-68
Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira – Diretor CPF: 071.000.747-70
Érica Moraes da Costa Lisboa Ferreira – Contadora CRC RJ-119.036-O
Hamilton Ferreira da Silva – Controller CRC 1SP-217225/O-5

As demonstrações financeiras completas contendo as notas explicativas, acompanhadas do parecer da auditoria externa, sem ressalvas, encontram-se no site (https://www.elera.com/transparencia/) e na sede da Companhia.

Energética Salto Natal S.A.

CNPJ/MF nº 07.587.636/0001-20

Balanços Patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

Ativo	2022	2021
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	71	686
Contas a receber	1.323	1.845
Despesas antecipadas	139	113
Estoques	775	739
Impostos a recuperar	225	221
Outras contas a receber	1	–
Total do ativo circulante	**2.534**	**3.604**
Não circulante		
Imobilizado	90.707	93.946
Arrendamento	21	77
Total do ativo circulante	**90.728**	**94.023**
Total do ativo	**93.262**	**97.627**
Passivo	**2022**	**2021**
Circulante		
Contas a pagar	2.830	664
Impostos e contribuições a recolher	98	241
Dividendos a pagar	3.414	7.040
Arrendamento	39	82
Outras contas a pagar	288	273
Total do passivo circulante	**6.669**	**8.300**
Não circulante		
Arrendamento	–	15
Total do passivo não circulante	**–**	**15**
Patrimônio líquido		
Capital social	6.782	9.723
Reservas de lucros	13.223	11.374
Ajuste de avaliação patrimonial	66.588	68.215
Total do patrimônio líquido	**86.593**	**89.312**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**93.262**	**97.627**

Demonstrações do Resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de reais)*

	2022	2021
Receita operacional líquida	**22.017**	**19.671**
Custo de geração de energia	(5.145)	(3.962)
Lucro bruto	16.872	15.709
Despesas operacionais		
Gerais e administrativas	(2.633)	(2.209)
Outras despesas operacionais	106	(54)
	(2.527)	**(2.263)**
Lucro operacional antes do resultado financeiro	14.345	13.446
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	125	147
Despesas financeiras	(23)	(1.027)
	102	**(880)**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	14.447	12.566
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	(724)	(691)
Lucro líquido do exercício	13.723	11.875

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Reserva de lucros: Legal	Reserva de lucros: Dividendo Complementar	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**3.461**	**692**	**12.750**	**69.843**	**–**	**86.746**
Aumento de capital	6.262	–	–	–	–	6.262
Realização da avaliação patrimonial	–	–	–	(1.628)	1.628	–
Declaração de dividendos ocorridas no exercício	–	–	(12.750)	–	–	(12.750)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	11.875	11.875
Reserva legal	–	594	–	–	(594)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	(2.821)	(2.821)
Reserva de dividendos complementares	–	–	10.088	–	(10.088)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**9.723**	**1.286**	**10.088**	**68.215**	**–**	**89.312**
Redução de capital	(2.941)	–	–	–	–	(2.941)
Realização da avaliação patrimonial	–	–	–	(1.627)	1.627	–
Declaração de dividendos ocorridas no exercício	–	–	(10.088)	–	–	(10.088)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	13.723	13.723
Reserva legal	–	68	–	–	(68)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–		–	–	(3.413)	(3.413)
Reserva de dividendos complementares	–	–	11.869	–	(11.869)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**6.782**	**1.354**	**11.869**	**66.588**	**–**	**86.593**

Carlos Gustavo Nogari Andrioli – Diretor CPF: 861.403.379-68
Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira – Diretor CPF: 071.000.747-70
Érica Moraes da Costa Lisboa Ferreira – Contadora CRC RJ 119.036-O
Hamilton Ferreira da Silva – Controller CRC ISP 217.225-O

As demonstrações financeiras completas contendo as notas explicativas, acompanhadas do parecer da auditoria externa, sem ressalvas, encontram-se no site (https://www.elera.com/transparencia/) e na sede da Companhia.

Caçador Energética S.A.

CNPJ/MF nº 04.511.174/0001-70

Balanços Patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

Ativo	**2022**	**2021**
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	11	1.464
Contas a receber	8.607	19.686
Despesas antecipadas	185	210
Estoques	654	644
Impostos a recuperar	903	1.057
Outras contas a receber	1	3
Total do ativo circulante	**10.361**	**23.064**
Não circulante		
Imobilizado	102.218	106.593
Arrendamento Mercantil	71	65
Total do ativo não circulante	**102.289**	**106.658**
Total do ativo	**112.650**	**129.722**
Passivo	**2022**	**2021**
Circulante		
Contas a pagar	1.644	1.702
Impostos e contribuições a recolher	282	575
Dividendos a pagar	10.271	22.974
Arrendamento Mercantil	119	66
Outras contas a pagar	220	208
Total do passivo circulante	**12.536**	**25.525**
Não circulante		
Arrendamento	–	12
Total do passivo não circulante	**–**	**12**
Patrimônio líquido		
Capital social	14.330	14.330
Reservas de lucros	32.058	34.748
Ajuste de avaliação patrimonial	53.726	55.107
Total do patrimônio líquido	**100.114**	**104.185**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**112.650**	**129.722**

Demonstrações do Resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de Reais)*

	2022	2021
Receita operacional líquida	**48.087**	**53.610**
Custo de geração de energia	(12.620)	(8.406)
Lucro bruto	35.467	45.204
Despesas operacionais		
Gerais e administrativas	(2.768)	(2.447)
Outras despesas operacionais	(1.036)	(155)
	(3.804)	**(2.602)**
Lucro antes do resultado financeiro	31.663	42.602

	2022	**2021**
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	392	125
Despesas financeiras	(61)	(253)
	331	**(128)**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	31.994	42.474
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	(1.711)	(1.807)
Lucro líquido do exercício	**30.283**	**40.667**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	**Reserva de lucros** **Legal**	**Reserva de lucros** **Retenção de lucros**	**Ajustes de avaliação patrimonial**	**Lucros (prejuízos) acumulados**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**14.330**	**2.866**	**25.417**	**56.489**	**–**	**99.102**
Realização da avaliação patrimonial	–	–	–	(1.382)	1.382	–
Declaração de dividendos ocorridas no exercício	–	–	(25.417)	–	–	(25.417)
Lucro líquido do exercício					40.667	40.667
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	(10.167)	(10.167)
Constituição de reserva de retenção de lucros	–	–	31.882	–	(31.882)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**14.330**	**2.866**	**31.882**	**55.107**	**–**	**104.185**
Realização da avaliação patrimonial	–	–	–	(1.381)	1.381	–
Declaração de dividendos ocorridas no exercício	–	–	(26.783)	–	–	(26.783)
Lucro líquido do exercício					30.283	30.283
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	(7.571)	(7.571)
Constituição de reserva de retenção de lucros	–	–	24.093	–	(24.093)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**14.330**	**2.866**	**29.192**	**53.726**	**–**	**100.114**

Carlos Gustavo Nogari Andrioli
Diretor CPF: 861.403.379-68
Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira
Diretor CPF: 071.000.747-70

Érica Moraes da Costa Lisboa Ferreira
Contador CRC RJ 119.036-O
Hamilton Ferreira da Silva
Controller CRC ISP 217.225-O

As demonstrações financeiras completas contendo as notas explicativas, acompanhadas do parecer da auditoria externa, sem ressalvas, encontram-se no site (www.elera.com/transparencia/) e na sede da Companhia.

SAAB PARTICIPAÇÕES E NOVOS NEGÓCIOS S.A.

CNPJ 14.772.952/0001-38

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	**81**	114
Tributos a recuperar	6	**-**	30
		81	144
Não circulante			
Tributos a recuperar	6	**1.059**	927
		1.059	927
Total do ativo		1.140	1.071
	Nota	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Passivo			
Circulante			
Obrigações tributárias		**-**	2
Obrigações com acionistas	7	**1.138**	-
		1.138	2
Não circulante			
Obrigações com acionistas	7	**-**	1.067
		-	1.067
Patrimônio líquido	8		
Capital social		**1**	1
Reservas de lucros		**1**	1
		2	2
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.140**	1.071

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	9	**(31)**	(17)
		(31)	(17)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**(31)**	(17)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	10	**102**	35
Despesas financeiras	10	**(1)**	(1)
		101	34
Resultado antes do imposto de renda e contribuição		**70**	17
Imposto de renda e contribuição social–corrente	11a	**-**	(4)
Lucro líquido do exercício		**70**	13

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	**70**	13
Total do resultado abrangente do exercício	**70**	13

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros Reserva de Investimentos	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldos 1° de janeiro de 2021	1	1	-	2
Lucro líquido do exercício	-	-	13	13
Proposta de destinação do resultado do exercício:				
Dividendos mínimos propostos	-	-	(3)	(3)
Dividendos adicionais propostos	-	-	(10)	(10)
Saldos 31 de dezembro de 2021	1	1	-	2
Lucro líquido do exercício	**-**	**-**	**70**	**70**
Proposta de destinação do resultado do exercício:				
Dividendos mínimos propostos	**-**	**-**	**(18)**	**(18)**
Dividendos adicionais propostos	**-**	**-**	**(52)**	**(52)**
Saldos 31 de dezembro de 2022	**1**	**1**	**-**	**2**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício antes dos tributos sobre o lucro	**70**	17
Variações dos ativos e passivos		
Tributos a recuperar	**(92)**	(30)
	(22)	(13)
Imposto de renda e contribuição social pagos	**(11)**	(3)
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	**(33)**	(16)
Redução líquida no caixa e equivalentes de caixa	**(33)**	(16)
Representado por:		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**114**	130
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**81**	114

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A SAAB Participações e Novos Negócios S.A. ("Companhia"), sociedade por ações de capital fechado, com sede localizada à Rua Coronel Gomes Machado, n.º 118, loja 101, Centro, no município de Niterói, RJ–Brasil, subsidiária integral de Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A., foi constituída em 25 de abril de 2012 e tem por objeto social a participação societária em outras sociedades. **Pandemia de COVID-19:** A Companhia possui uma equipe médica, que continua acompanhando as suspeitas e casos de Covid-19, sempre seguindo as orientações das autoridades de saúde para manter a segurança de seus colaboradores e a continuidade de suas operações. Além disso, contam com o programa de vacinação contra a gripe. A Administração da Companhia analisou os riscos e incertezas relacionados à pandemia de Covid-19 e não foram identificados impactos relevantes que requeressem ajustes sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos Técnicos ("CPCs"), as Interpretações Técnicas ("ICPCs") e Orientações Técnicas ("OCPCs") do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Companhia preparou essas demonstrações financeiras com base no pressuposto de continuidade operacional. A Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade da Companhia. Em 30 de março de 2022, a diretoria executiva da Companhia autorizou a conclusão destas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **3. Principais políticas contábeis: 3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. **3.2. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC 48, que determina a classificação dos ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao custo amortizado. Dependendo das características de cada instrumento, eles podem ser classificados em resultado financeiro ou em outros resultados abrangentes. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela Administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais. A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias: Ativos financeiros–custo amortizado: São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas especificas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. Ativos financeiros–valor justo por meio do resultado: São reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado; e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos. Ativos financeiros–mensuração inicial: No reconhecimento inicial a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. Ativos financeiros–mensuração subsequente: • *Custo amortizado*: esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago. • *Valor justo por meio do resultado*: os ativos classificados dentro desse grupo são contabilizados por meio de reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. Passivos financeiros–reconhecimento inicial: Todos os passivos financeiros da Companhia são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Passivos financeiros–mensuração subsequente: • *Custo amortizado*: são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos ou através do acréscimo da taxa efetiva. • *Valor justo por meio do resultado*: são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros: Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e • A Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. Compensação de instrumentos financeiros: Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **3.3. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem as receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de taxa de juros efetiva. As despesas financeiras abrangem substancialmente as tarifas bancárias. As despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido. **3.7. Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e refletem as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3.8. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022:** As normas apresentadas a seguir foram revisadas e passaram a ser aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1° de janeiro de 2022 e, portanto, estão sendo adotadas nestas demonstrações financeiras. A adoção dessas alterações de normas não resultou em impacto relevante sobre as divulgações ou os valores divulgados. Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1). As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como: • Contrato oneroso–custos de cumprimento de contrato; • Ativo imobilizado–vendas antes do uso pretendido; e • Referências à estrutura conceitual. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia pretende adotar as mudanças para períodos futuros, caso se tornem aplicáveis. **3.9. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão dessas demonstrações financeiras, estão descritas a seguir e todas são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. CPC 50–Contratos de seguro: Uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Essa norma não se aplica a Companhia. Alterações ao CPC 26: Classificação de passivos como circulante ou não circulante: A norma especifica os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: i) o que significa um direito de postergar a liquidação; ii) que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; iii) que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros da Companhia. Alterações ao CPC 23: Definição de estimativas contábeis e divulgação de políticas contábeis: As alterações na norma esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, há o esclarecimento de como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. A Companhia avaliará o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. Alterações ao CPC 32: Tributos diferidos relacionados a ativos e passivos originados de uma simples transação: As alterações restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros da Companhia. **4. Gestão de riscos financeiros: 4.1. Instrumentos financeiros por categoria:** A Companhia efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores justos, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores contábeis e valores justos dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 são como segue:

	Classificação por categoria	**Hierarquia do valor justo**	**31/12/2022** **Valor contábil**	**31/12/2022** **Valor Justo**	**31/12/2021** **Valor contábil**	**31/12/2021** **Valor Justo**
Ativos financeiros						
Equivalentes de caixa (aplicações financeiras)	Valor justo por meio de resultado	**Nível 2**	79	79	109	109

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. **4.2. Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado de posições detidas pela Companhia, incluindo as operações sujeitas as taxas de juros e riscos de preços. Risco de taxas de juros: Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. Para suprir eventuais necessidades de caixa para desenvolvimento do negócio, a Companhia obtém aportes de capital de sua controladora. A Companhia também está exposta à flutuação de taxas de juros referentes ao saldo de aplicações financeiras, que são remuneradas com base em percentuais do CDI. A análise de sensibilidade, dos juros sobre os equivalentes de caixa, utilizou a projeção do CDI para os próximos 12 meses, este definido como cenário provável, por meio dos relatórios de análise econômica do Banco Itaú. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Operação	Risco	Valor contábil	Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Ativo					
Equivalentes de caixa	**CDI**	79	90	92	95
CDI (a.a.)			**13,52%**		

5. Caixa e equivalentes de caixa	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Caixa e bancos	**2**	5
Aplicações financeiras	**79**	109
	81	114

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata, representados, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário – CDBs, os quais são registrados pelos valores nominais, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. **6. Tributos a Recuperar:** O crédito tributário no valor de R$ 1.059 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 927 em 31 de dezembro de 2021) é proveniente dos pagamentos antecipados do Imposto de Renda na apuração do lucro real. Os valores são periodicamente atualizados pela taxa Selic. **7. Partes relacionadas:** O valor de R$ 1.138 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 1.067 em 31 de dezembro de 2021) corresponde à dividendos a pagar à Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. **8. Patrimônio líquido:** a) Capital social: O capital social realizado é de R$ 1 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 1 em 31 de dezembro de 2021) e está representado por 1.000 (mil) ações ordinárias, sem valor nominal. b) Reserva legal: Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. c) Reserva para investimentos: A Companhia constitui reserva para investimentos de importância não inferior a 5% e não superior a 75% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, cuja finalidade é financiar suas atividades, inclusive através da subscrição de aumentos de capital ou da criação de novos empreendimentos. A reserva para investimentos não pode exceder a 80% do capital social subscrito. d) Dividendos: Os acionistas têm assegurado, em cada exercício, dividendos não inferiores a 25% do lucro líquido, calculados nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

9. Despesas gerais e administrativas	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Serviços de terceiros	**(21)**	(16)
Impostos, encargos, taxas e contribuições	**(2)**	(1)
Outras	**(8)**	-
	(31)	(17)

10. Receitas (despesas) financeiras	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Receitas financeiras		
Rendimentos com aplicações financeiras	**11**	5
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	**(5)**	(2)
Variação monetária sobre outros ativos	**96**	32
	102	35
Despesas financeiras		
Tarifas bancárias	**(1)**	(1)
	(1)	(1)
Resultado financeiro	**101**	34

11. Imposto de renda e contribuição social: a) Conciliação da taxa efetiva

Descrição	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**70**	17
Alíquota nominal	**34%**	34%
Imposto de renda e contribuição social–alíquotas vigentes	**(24)**	(6)
(Adições) exclusões no cálculo do tributo:		
Permanentes (despesas indedutíveis)	**33**	-
Créditos fiscais sobre prejuízos Fiscais não contabilizados	**(9)**	-
Outros ajustes	**-**	2
Total do imposto de renda e da contribuição social	**-**	(4)
Alíquota efetiva	**-**	24%

12. Seguros: No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia contratou o seguinte seguro:

Descrição de seguro	Vigência das apólices	Cobertura
Performance bond	27/03/2022 a 28/03/2023	118.132

Thiago Contage Damasceno - **Diretor;** Luis Carlos Martins da Silva - **Diretor; Contadora:** Gabriela Ferreira Nunes Alves - CRC/RJ 100510/O-9 - CPF: 080.376.027-29

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores da **SAAB Participações e Novos Negócios S.A.** Rio de Janeiro–RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da SAAB Participações e Novos Negócios S.A. ("Concessionária"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Concessionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Concessionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Concessionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Concessionária. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Concessionária. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Concessionária a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 30 de março de 2023. ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC SP-015199/F; Gláucio Dutra da Silva - Contador CRC-RJ090174/O.

Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.

CNPJ/MF nº 09.395.349/0001-44

Balanços Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Milhares de Reais)

Ativo	2022	2021
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	56	879
Contas a receber	4.285	3.347
Estoques	2.416	2.513
Impostos a recuperar	150	1.109
Despesas antecipadas	403	261
Outros	25	–
Total do ativo circulante	7.335	8.109
Não circulante		
Imobilizado	200.858	205.020
Arrendamento	319	343
Depósitos judiciais	97	71
Total do ativo não circulante	201.274	205.434
Total do ativo	208.609	213.543
Passivo	2022	2021
Circulante		
Contas a pagar	1.767	4.767
Impostos e contribuições a recolher	1.247	1.293
Dividendos a pagar	4.403	3.230
Arrendamento	208	121
Outras contas a pagar	417	395
Total do passivo circulante	8.042	9.806
Não circulante		
Provisão para contingências	2962	3.064
Arrendamento	193	276
Total do passivo não circulante	3.155	3.340
Patrimônio líquido		
Capital social	176.333	176.333
Reservas de lucros	21.079	24.064
Total do patrimônio líquido	197.412	200.397
Total do passivo e do patrimônio líquido	208.609	213.543

Demonstrações do Resultado dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em Milhares de Reais)*

	2022	2021
Receita Operacional Líquida	41.693	57.504
Custo de geração de energia	(21.328)	(37.297)
Lucro bruto	20.365	20.207
Receitas (Despesas) operacionais		
Gerais e administrativas	(279)	(300)
Outras receitas (despesas) operacionais	51	(116)
	(228)	(416)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos	20.137	19.791

	2022	2021
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	267	1.325
Despesas financeiras	(363)	(5.228)
	(96)	(3.903)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	20.041	15.888
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	(1.502)	(2.288)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	18.539	13.600

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em Milhares de Reais)*

	Capital social	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total	Recursos destinados a aumento de capital	Total
		Legal	Dividendo complementar				
Saldos em 31 de dezembro de 2020	128.421	2.832	20.862	–	152.115	13.000	165.115
Aumento de capital via capitalização de AFAC	13.000	–	–	–	13.000	(13.000)	–
Aumento de capital ocorrido no exercício	34.912	–	–	–	34.912	–	34.912
Declaração de dividendos ocorrida no exercício	–	–	(10.000)	–	(10.000)	–	(10.000)
Lucro do exercício	–	–	–	13.600	13.600	–	13.600
Consituição de reserva legal	–	681	–	(681)	–	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(3.230)	(3.230)	–	(3.230)
Reserva de dividendos complementares	–	–	9.689	(9.689)	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	176.333	3.513	20.551	–	200.397	–	200.397
Declaração de dividendos ocorridas no exercício	–	–	(17.121)	–	(17.121)	–	(17.121)
Lucro do exercício	–	–	–	18.539	18.539	–	18.539
Consituição de reserva legal	–	927		(927)	–	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–		(4.403)	(4.403)	–	(4.403)
Reserva de dividendos complementares	–	–	13.209	(13.209)	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	176.333	4.440	16.639	–	197.412	–	197.412

Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira – Diretor – CPF: 071.000.747-70
Carlos Gustavo Nogari Andrioli – Diretor – CPF: 861.403.379-68
Érica Moraes da Costa Lisboa Ferreira – Contadora – CRC RJ-119.036-O
Hamilton Ferreira da Silva – Controller – CRC 1SP-217225/O-5

As demonstrações financeiras completas contendo as notas explicativas, acompanhadas do parecer da auditoria externa, sem ressalvas, encontram-se no site (www.elera.com/transparencia/) e na sede da Companhia.

Energética Ponte Alta S.A.

CNPJ/MF nº 07.567.556/0001-03

Balanços Patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Milhares de Reais)

Ativo	2022	2021
Circulante	11.218	7.843
Caixa e equivalentes de caixa	54	1.412
Contas a receber	2.346	2.070
Compensação de variações energéticas	7.314	2.751
Despesas antecipadas	117	94
Estoques	714	745
Impostos a recuperar	673	770
Outras contas a receber	–	1
Não circulante	34.070	35.463
Imobilizado	33.924	35.245
Arrendamento Mercantil	146	218
Total do ativo	45.288	43.306
Passivo	2022	2021
Circulante	5.957	3.942
Contas a pagar	1.048	884
Impostos e contribuições a recolher	252	290
Dividendos a pagar	4.568	2.691
Arrendamento Mercantil	89	77
Não Circulante	86	166
Arrendamento Mercantil	86	166
Patrimônio líquido	39.245	39.198
Capital social	15.926	15.926
Reservas de lucros	16.731	16.536
Ajuste de avaliação patrimonial	6.588	6.736
Total do passivo e do patrimônio líquido	45.288	43.306

Demonstrações do Resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em Milhares de Reais)*

	2022	2021
Receita operacional líquida	20.092	17.933
Custo de geração de energia	(4.213)	(3.783)
Lucro bruto	15.879	14.150
Despesas(receitas) operacionais		
Gerais e administrativas	(2.628)	(2.343)
Outras receitas (despesas) operacionais	22	100
	(2.606)	(2.243)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	13.273	11.907

	2022	2021
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	126	68
Despesas financeiras	(50)	(30)
	76	38
Lucro antes do IRPJ e da contribuição social	13.349	11.945
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	(675)	(613)
Lucro líquido do exercício	12.674	11.332

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em Milhares de Reais)*

	Capital social	Reserva de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
		Legal	Retenção de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2020	15.926	2.699	6.118	6.884	–	31.627
Realização da avaliação patrimonial	–	–	–	(148)	148	–
Declaração de dividendos ocorridas no exercício	–	–	(1.070)	–	–	(1.070)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	11.332	11.332
Reserva legal	–	567	–	–	(567)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	(2.691)	(2.691)
Constituição de reserva de retenção de lucros	–	–	8.222	–	(8.222)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	15.926	3.266	13.270	6.736	–	39.198
Realização da avaliação patrimonial	–	–	–	(148)	148	–
Declaração de dividendos ocorridas no exercício	–	–	(9.458)	–	–	(9.458)
Declaração de dividendos intermediários	–	(80)	80	–	–	–
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	12.674	12.674
Reserva legal	–	–	–	–	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	(3.169)	(3.169)
Constituição de reserva de retenção de lucros	–	–	9.653	–	(9.653)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	15.926	3.186	13.545	6.588	–	39.245

Carlos Gustavo Nogari Andrioli
Diretor CPF: 861.403.379-68

Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira
Diretor CPF: 071.000.747-70

Henrique Carsalade Martins
Diretor

Evaldo Cesari de Oliveira
Diretor

Érica Moraes da Costa Lisboa Ferreira
Contadora CRC RJ-119.036-O

Hamilton Ferreira da Silva
Controller CRC 1SP-217225/O-5

As demonstrações financeiras completas contendo as notas explicativas, acompanhadas do parecer da auditoria externa, sem ressalvas, encontram-se no site (www.elera.com/transparencia/) e na sede da Companhia.

Lagoa Azul Energética S.A.

CNPJ/MF nº 09.629.959/0001-65

Balanços Patrimoniais levantados em 31/12/2022 e 2021
(Em Milhares de Reais)

Ativo	2022	2021
Circulante	8.895	8.020
Caixa e equivalentes de caixa	33	823
Contas a receber	7.578	5.942
Despesas antecipadas	224	185
Estoques	1.040	1.053
Impostos a recuperar	20	17
Não circulante	91.066	94.036
Imobilizado	90.917	94.036
Arrendamento Mercantil	149	–
Total do ativo	99.961	102.056
Passivo	2022	2021
Circulante	11.993	12.173
Contas a pagar	1.238	2.871
Impostos e contribuições a recolher	727	545
Dividendos a pagar	9.934	8.732
Arrendamento Mercantil	68	–
Outras contas a pagar	26	25
Não circulante	96	–
Arrendamento	96	–
Patrimônio líquido	87.872	89.883
Capital social	3.595	5.001
Reservas de lucros	31.501	30.732
Ajuste de avaliação patrimonial	52.776	54.150
Total do passivo e do patrimônio líquido	99.961	102.056

Érica Moraes da Costa Lisboa Ferreira – Contadora CRC RJ-119.036-O
Carlos Gustavo Nogari Andrioli – Diretor CPF: 861.403.379-68
Hamilton Ferreira da Silva – Controller CRC 1SP 217.225-O
Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira – Diretor CPF: 071.000.747-70

Demonstrações do Resultado dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em Milhares de Reais)*

	2022	2021
Receita operacional líquida	52.542	48.473
Custo de geração de energia	(7.597)	(9.804)
Lucro bruto	44.945	38.669
Despesas operacionais		
Gerais e administrativas	(2.810)	(2.457)
Outras despesas (receitas) operacionais	(262)	(89)
	(3.072)	(2.546)
Lucro antes do resultado financeiro	41.873	36.123

	2022	2021
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	351	528
Despesas financeiras	(82)	(20)
	269	508
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	42.142	36.631
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	(1.781)	(1.705)
Lucro líquido do exercício	40.361	34.926

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em Milhares de Reais)*

	Capital social	Reserva de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Legal	Dividendo Complementar			
Saldos em 31 de dezembro de 2020	15.819	3.164	14.966	55.525	–	89.474
Redução de capital social	(10.818)	–	–	–	–	(10.818)
Realização da avaliação patrimonial	–	–	–	(1.375)	1.375	–
Reversão da reserva legal		(2.163)	2.163	–	–	–
Declaração de dividendos ocorridas no exercício	–	–	(14.966)	–	–	(14.966)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	34.926	34.926
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	(8.733)	(8.733)
Reserva de dividendos complementares	–	–	27.568	–	(27.568)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	5.001	1.001	29.731	54.150	–	89.883
Redução de capital social	(1.406)		–	–	–	(1.406)
Realização da avaliação patrimonial	–	–	–	(1.374)	1.374	–
Reversão da reserva legal	–	(281)	281	–	–	–
Declaração de dividendos ocorridas no exercício	–	–	(30.012)	–	–	(30.012)
Declaração de dividendos intermediários ocorridas no exercício	–	–	–	–	(1.150)	(1.150)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	40.361	40.361
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	(9.804)	(9.804)
Reserva de dividendos complementares	–	–	30.781	–	(30.781)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	3.595	720	30.781	52.776	–	87.872

As demonstrações financeiras completas contendo as notas explicativas, acompanhadas do parecer da auditoria externa, sem ressalvas, encontram-se no site (www.elera.com/transparencia/) e na sede da Companhia.

Linha Emília Energética S.A

CNPJ/MF nº 04.502.673/0001-09

Balanços Patrimoniais levantados em 31/12/2022 e 2021
(Em Milhares de Reais)

Ativo	2022	2021
Circulante	9.965	17.588
Caixa e equivalentes de caixa	39	1.838
Contas a receber	8.248	13.833
Despesas antecipadas	195	206
Estoques	673	666
Impostos a recuperar	809	1.043
Outras contas a receber	1	2
Não circulante	101.943	104.539
Depósitos judiciais	–	2
Imobilizado	101.900	104.466
Arrendamento Mercantil	43	71
Total do ativo	111.908	122.127
Passivo	2022	2021
Circulante	13.455	16.508
Contas a pagar	1.901	1.376
Impostos e contribuições a recolher	438	505
Dividendos a pagar	10.841	14.345
Arrendamento Mercantil	60	77
Outras contas a pagar	215	205
Não circulante	760	673
Provisões para contingências	760	658
Arrendamento Mercantil – LP	–	15
Patrimônio líquido	97.693	104.946
Capital social	32.932	34.382
Reservas de lucros	31.270	36.213
Ajuste de avaliação patrimonial	33.491	34.351
Total do passivo e do patrimônio líquido	111.908	122.127

Érica Moraes da Costa Lisboa Ferreira – Contadora CRC RJ-119.036-O
Carlos Gustavo Nogari Andrioli – Diretor CPF: 861.403.379-68
Hamilton Ferreira da Silva – Controller CRC 1SP 217.225-O
Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira – Diretor CPF: 071.000.747-70

Demonstrações do Resultado dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em Milhares de Reais)*

	2022	2021
Receita operacional líquida	50.822	49.289
Custo de geração de energia	(10.290)	(6.172)
Lucro bruto	40.532	43.117
Despesas operacionais		
Gerais e administrativas	(2.814)	(2.430)
Outras receitas operacionais	152	(584)
	(2.662)	(3.014)
Lucro antes do resultado financeiro	37.870	40.103

	2022	2021
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	344	126
Despesas financeiras	(241)	(108)
	103	18
Lucro antes do IRPJ e da contribuição social	37.973	40.121
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	(1.831)	(1.617)
Lucro líquido do exercício	36.142	38.504

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em Milhares de Reais)*

	Capital social	Reserva de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total	Total do Patrimônio Líquido
		Legal	Retenção de lucros				
Saldos em 31 de dezembro de 2020	37.666	5.993	20.392	35.212	–	99.263	99.263
Realização da avaliação patrimonial	–	–	–	(861)	861	–	–
Redução de capital ocorrido no exercício	(3.284)	–	–	–	–	(3.284)	(3.284)
Declaração de dividendos ocorridas no exercício	–	–	(20.392)	–	–	(20.392)	(20.392)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	38.504	38.504	38.504
Reserva legal	–	1.926	–	–	(1.926)	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	(9.145)	(9.145)	(9.145)
Constituição de reserva de retenção de lucros	–	–	28.294	–	(28.294)	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	34.382	7.919	28.294	34.351	–	104.946	104.946
Realização da avaliação patrimonial	–	–	–	(860)	860	–	–
Redução de capital ocorrido no exercício	(1.450)	–	–	–	–	(1.450)	(1.450)
Declaração de dividendos ocorridas no exercício	–	–	(29.626)	–	–	(29.626)	(29.626)
Reversão da reserva legal para reserva de lucros	–	(1.332)	1.332	–	–	–	–
Declaração de dividendos intermediários ocorridas no exercício	–	–	–		(4.378)	(4.378)	(4.378)
Lucro líquido do exercício					36.142	36.142	36.142
Reserva legal	–	–	–	–			
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	(7.941)	(7.941)	(7.941)
Constituição de reserva de retenção de lucros	–	–	24.683	–	(24.683)	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	32.932	6.587	24.683	33.491	–	97.693	97.693

As demonstrações financeiras completas contendo as notas explicativas, acompanhadas do parecer da auditoria externa, sem ressalvas, encontram-se no site (www.elera.com/transparencia/) e na sede da Companhia.

CONCESSIONÁRIA ÁGUAS DE PARATY S.A.

CNPJ 19.080.515/0001-77

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	**4.486**	5.051
Contas a receber de clientes	7	**3.715**	3.267
Estoques		**141**	172
Despesas antecipadas		**7**	60
Créditos com partes relacionadas	17	**47**	320
Tributos a recuperar		**31**	26
Outros ativos		**477**	47
		8.904	8.943
Não circulante			
Depósitos judiciais		**9**	9
Ativo de direito de uso	8	**875**	88
Imobilizado	9	**313**	375
Ativo de contrato	10	**3.796**	1.576
Intangível	11	**1.662**	1.661
		6.655	3.709
		15.559	12.652

Passivo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Fornecedores	12	**153**	180
Empréstimos e financiamentos	13	**8.315**	338
Passivos de arrendamento	13	**153**	102
Obrigações tributárias	14	**237**	131
Obrigações trabalhistas		**530**	362
Ônus da concessão		**6**	5
Débitos com partes relacionadas	17	**90**	1.732
Outras obrigações		**2.840**	820
		12.324	3.670
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	**206**	8.468
Passivos de arrendamento	13	**751**	-
Provisões para contingências	16	**-**	2
		957	8.470
Patrimônio líquido	18		
Capital social		**19.814**	19.814
Prejuízos acumulados		**(17.536)**	(19.302)
		2.278	512
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**15.559**	12.652

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida	19	**22.995**	12.235
Custo dos serviços prestados	20	**(14.987)**	(5.762)
Lucro bruto		**8.008**	6.473
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	21	**(5.687)**	(4.954)
Outras receitas operacionais	22	**641**	836
		(5.046)	(4.118)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**2.962**	2.355
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	23	**890**	527
Despesas financeiras	23	**(1.570)**	(661)
		(680)	(134)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		**2.282**	2.221
Imposto de renda e contribuição social - corrente	15a	**(516)**	(445)
Lucro líquido do exercício		**1.766**	1.776

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	**1.766**	1.776
Total do resultado abrangente do exercício	**1.766**	1.776

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

	Capital social		Prejuízos	Patrimônio líquido
	Realizado	A integralizar	Acumulados	
Saldos em 1º de janeiro de 2021	20.744	(930)	(21.078)	(1.264)
Lucro líquido do exercício	-	-	1.776	1.776
Saldos 31 de dezembro de 2021	20.744	(930)	(19.302)	512
Lucro líquido do exercício	**-**	**-**	**1.766**	**1.766**
Saldos 31 de dezembro de 2022	20.744	(930)	(17.536)	2.278

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do fluxo de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício antes dos tributos sobre o lucro	**2.282**	2.221
Ajustes para reconciliar o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido:		
Depreciação e amortização	**410**	359
Juros sobre empréstimos e financiamentos e arrendamentos e amortização de custos de transação sobre empréstimos e financiamentos	**1.216**	313
Perdas de créditos das contas a receber	**389**	353
Provisão (reversão) para contingências	**(1)**	(43)
Receita de construção ativo financeiro - PPP	**(9.895)**	(1.662)
Subsídio tarifário - PPP	**(620)**	(798)
Variações dos ativos e passivos		
Perdas de créditos das contas a receber	**(804)**	(545)
Estoques	**31**	53
Tributos a recuperar	**(134)**	(30)
Despesas antecipadas	**53**	(56)
Outros ativos	**(119)**	(3)
Fornecedores	**(27)**	132
Obrigações tributárias	**76**	(390)
Obrigações trabalhistas	**168**	31
Ônus da concessão	**1**	1
Partes relacionadas, líquidas	**(1.369)**	(1)
Outras obrigações	**285**	681
	(8.059)	616
Imposto de renda e contribuição social pagos	**(356)**	(1.135)
Juros pagos	**(1.237)**	(480)
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	**(9.652)**	(999)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao imobilizado	**(27)**	(79)
Adições ao ativo de contrato e intangível	**(2.357)**	(1.167)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	**(2.384)**	(1.246)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamentos de juros sobre arrendamentos	**(170)**	(177)
Pagamentos de juros sobre empréstimos e financiamentos	**(295)**	(321)
Parceria Público-Privada - PPP	**11.936**	2.460
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	**11.471**	1.962
Redução líquida no caixa e equivalentes de caixa	**(565)**	(283)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**5.051**	5.334
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**4.486**	5.051

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 - Contexto operacional: A Concessionária Águas de Paraty S.A. ("Concessionária"), sociedade anônima de capital fechado, com sede localizada à Rua Lorival Valentim dos Santos, n.º 297, Vila Colonial, no Município de Paraty, Rio de Janeiro - Brasil, controlada pela SAAB - Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A., é uma parceria público-privada patrocinada entre o Município de Paraty (Poder Concedente) e a Concessionária Águas de Paraty S.A. O edital de concorrência pública previa que fosse aberta licitação para que uma empresa – ou um consórcio de empresas – assumisse a gestão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Distrito Sede de Paraty, com ações para implantação da coleta e do tratamento de efluentes, bem como para melhorias na qualidade e na distribuição da água. O Grupo Águas do Brasil foi o vencedor desta concorrência, através do Contrato de Parceria Público-Privada – PPP nº 008/2014, de 04 de fevereiro de 2014, com vigência de 30 anos. Seu objeto é a gestão integrada dos sistemas e serviços de saneamento básico de água e de esgotos sanitários, dotando a área urbana do distrito sede de Paraty de um novo sistema de esgotamento sanitário e de um sistema de abastecimento de água reestruturado, compatíveis com as necessidades de seus moradores e visitantes. O serviço público de água e esgoto compreende os serviços de operação, conservação, manutenção, modernização, ampliação, exploração e a cobrança direta aos usuários dos serviços, abrangendo, ainda, estudos técnicos, serviços e obras necessários à consecução deste objeto ao longo do período da concessão. A modalidade de concessão patrocinada definida no edital estabelece que os investimentos ocorram através de recursos próprios e de contraprestações públicas, pagas pelo Poder Concedente. Até 2019, os recursos públicos eram provenientes de contraprestações do FECAM - Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano, da Eletronuclear, bem como pelas contraprestações orçamentárias municipais. No final de 2019 foi assinado o Segundo Aditivo entre a Concessionária e a Prefeitura Municipal de Paraty, objetivando readequar a política tarifária, garantir a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão e substituir o então sistema de garantia pública baseado no Fundo de Parcerias Público Privadas de Paraty por uma nova estrutura assentada na vinculação de receitas de royalties de petróleo. Os valores de investimentos estimados estão apresentados abaixo: • Investimentos: são estimados investimentos totais na ordem de R$ 146.165 durante todo o período de concessão. • Contraprestações públicas: totalizarão R$ 141.400 ao longo dos 30 anos de concessão. Esses recursos serão aplicados diretamente em infraestrutura, incluindo a implantação e modernização dos sistemas de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto e implantação de rede de combate a incêndio no Centro Histórico. Como remuneração pelos serviços, obras e intervenções realizadas no âmbito do contrato, a Concessionária fará jus ao recebimento (i) da receita decorrente da arrecadação das tarifas, de acordo com a estrutura tarifária, as quais serão todas cobradas diretamente dos usuários; (ii) dos preços referentes aos serviços complementares, os quais serão diretamente cobrados dos usuários; (iii) do pagamento da contraprestação orçamentária municipal; (iv) vinculação de receitas de royalties de petróleo; e, ainda, (v) da eventual aferição de receitas extraordinárias. Findo o prazo da presente concessão, todos os bens públicos e instalações utilizadas pela Concessionária, bem como todas as obras e instalações por ela realizadas para operar plenamente os serviços concedidos, serão revertidos automaticamente para a Prefeitura de Paraty, sem contrapartida financeira. **1.1. Pandemia de Covid-19:** A Concessionária possui uma equipe médica, que continua acompanhando as suspeitas e casos de Covid-19, sempre seguindo as orientações das autoridades de saúde para manter a segurança de seus colaboradores e a continuidade de suas operações. Além disso, contam com o programa de vacinação contra a gripe. A Administração da Concessionária analisou os riscos e incertezas relacionados à pandemia de Covid-19 e não foram identificados impactos relevantes que requeressem ajustes sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos Técnicos ("CPCs"), as Interpretações Técnicas ("ICPCs") e Orientações Técnicas ("OCPCs") do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Adicionalmente, a Concessionária considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Concessionária preparou essas demonstrações financeiras com base no pressuposto de continuidade operacional. A Administração da Concessionária não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade da Concessionária. Em 30 de março de 2023, a diretoria executiva da Concessionária autorizou a conclusão destas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras da Concessionária foram preparadas com base no custo histórico, como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Concessionária. **3. Principais políticas contábeis: 3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. **3.2. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Concessionária. Se o prazo de recebimento é igual ou inferior a um ano, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, através da provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber. Esta provisão é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Concessionária não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais de vencimento. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, as contas a receber não consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa. **3.3. Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado ou os valores líquidos de realização e/ou os de reposição. Os estoques de materiais destinados à construção e melhorias da infraestrutura da concessão são contabilizados no intangível, como parte integrante do contrato de concessão. **3.4. Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável *(impairment)*, se houver. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a Concessionária. O valor contábil de itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém o controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis econômicas estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Equipamentos de informática	5 anos
Veículos	5 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	25 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada exercício e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva. Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos. **3.5. Ativo de contrato:** Os bens vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Concessionária de cobrar pelos serviços prestados aos clientes. Assim, os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos transferidos para o ativo intangível. **3.6. Intangível: a)** Sistema de água e esgoto: A Concessionária reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário presente nos contratos de concessão, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê (OCPC 05). O ativo intangível é determinado como sendo o valor da receita de construção auferida na construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Concessionária. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Concessionária. A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro. **b)** Softwares: As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada. **3.7. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC 48, que determina a classificação dos ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao custo amortizado. Dependendo das características de cada instrumento, eles podem ser classificados em resultado financeiro ou em outros resultados abrangentes. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela Administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais. A Concessionária classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias: Ativos financeiros - custo amortizado: São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. Ativos financeiros - valor justo por meio do resultado: São reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado; e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos. Ativos financeiros - mensuração inicial: No reconhecimento inicial a Concessionária mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. Ativos financeiros - mensuração subsequente: • *Custo amortizado*: esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago. • *Valor justo por meio do resultado*: os ativos classificados dentro desse grupo são contabilizados por meio de reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. Passivos financeiros - reconhecimento inicial: Todos os passivos financeiros da Concessionária são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Concessionária incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamentos, ônus da concessão e débitos com partes relacionadas. Passivos financeiros - mensuração subsequente: • *Custo amortizado*: são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos ou através do acréscimo da taxa efetiva. • *Valor justo por meio do resultado*: são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros : Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e • A Concessionária transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. Compensação de instrumentos financeiros: Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **3.8. Perda por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros e não financeiros:** Os ativos da Concessionária são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda e, se houver, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso do ativo. A Concessionária baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos abrangem o período da concessão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não foi identificado nenhum evento indicando a não recuperabilidade dos ativos da Concessionária. **3.9. Arrendamentos:** A Concessionária avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. A Concessionária como arrendatária: A Concessionária aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, reconhecendo os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e os ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Ativos de direito de uso: A Concessionária reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Passivos de arrendamento: Na data de início do arrendamento, a Concessionária reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Concessionária usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor: A Concessionária aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **3.11. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Concessionária tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesas no período em que são incorridos. **3.12. Tributos:** Imposto de renda e contribuição social correntes: A Concessionária adota o lucro real como regime de tributação para apuração do imposto de renda e da contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de duzentos e quarenta mil reais anuais para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Tributos sobre as receitas: As receitas de serviços estão sujeitas à Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS, à alíquota de 1,65% e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, à alíquota de 7,60%. Estes encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado. **3.13. Benefícios a empregados:** Os salários, incluindo provisões para férias, 13º salário e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência. A provisão para participação nos resultados é constituída de acordo com a competência, sendo contabilizada como despesa operacional. Plano de previdência privada de funcionários: Os custos do plano de previdência privada, em sua totalidade na modalidade de contribuição definida, são rateados entre os funcionários elegíveis e a Concessionária, participação esta que se inicia na proporção de 50% pelos funcionários e 50% pela Concessionária, percentual que, com o passar do tempo, poderá chegar a 20% para os funcionários e 80% para a Concessionária. **3.14. Provisões:** Geral: São reconhecidas quando a Concessionária possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: O Concessionária é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.16. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos financeiros decorrentes de operações de longo prazo ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto de mercado da data das transações. Não foram reconhecidos ajustes a valor presente no exercício. **3.17. Receita operacional:** i) Receita de prestação de serviços: Receitas relativas ao tratamento e distribuição de água e de coleta e tratamento de esgotamento sanitário. São reconhecidas por ocasião do consumo de água ou da prestação de serviços. As receitas ainda não faturadas, cujos serviços já foram prestados, são reconhecidas com base em estimativas mensais dos serviços completados. A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água e é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados. ii) Receitas de construção: A receita relacionada à construção, compreende obrigações de desempenho referentes a projetos de infraestrutura, de acordo com o contrato de concessão. Dessa forma, a construção da infraestrutura necessária para a distribuição de água e coleta e tratamento de esgotamento sanitário é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente, sendo a correspondente receita reconhecida ao resultado. Para mensuração destas receitas, a Concessionária estima que a margem é irrelevante, considerando-a zero. Portanto, esta receita de construção é mensurada sem adicional de margem sobre o custo de construção. **3.18. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem as receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros e multas vinculadas à operação. A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de taxa de juros efetiva. As despesas financeiras abrangem substancialmente os juros com empréstimos e financiamentos, juros sobre arrendamentos e descontos concedidos. As despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido. **3.19. Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e refletem as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3.20. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022:** As normas apresentadas a seguir foram revisadas e passaram a ser aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1° de janeiro de 2022 e, portanto, estão sendo adotadas nestas demonstrações financeiras. A adoção dessas alterações de normas não resultou em impacto relevante sobre as divulgações ou os valores divulgados. Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1): As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como: • Contrato oneroso - custos de cumprimento de contrato; • Ativo imobilizado - vendas antes do uso pretendido; e • Referências à estrutura conceitual. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Concessionária. A Concessionária pretende adotar as mudanças para períodos futuros, caso se tornem aplicáveis. **3.21. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão dessas demonstrações financeiras, estão descritas a seguir e todas são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023. A Concessionária pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. CPC 50 - Contratos de seguro: Uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Essa norma não se aplica a Concessionária. Alterações ao CPC 26: Classificação de passivos como circulante ou não circulante: A norma especifica os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: i) o que significa um direito de postergar a liquidação; ii) que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; iii) que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros da Concessionária. Alterações ao CPC 23: Definição de estimativas contábeis e divulgação de políticas contábeis: As alterações na norma esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, há o esclarecimento de como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. A Concessionária avaliará o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. Alterações ao CPC 32: Tributos diferidos relacionados a ativos e passivos originados de uma simples transação: As alterações restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros da Concessionária. **4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Julgamentos: A elaboração das demonstrações financeiras pela Concessionária requer que a Administração adote julgamentos profissionais, estimativas e premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. A incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar à necessidade de ajustes em períodos futuros no valor contábil do ativo ou passivo afetado. Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão: A concessionária determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. Os contratos de arrendamento são avaliados, sob o julgamento de haver a intenção de exercer a opção de renovação ou de rescisão. Nesta avaliação, a Concessionária considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Concessionária reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir. Estimativas e premissas contábeis: As principais premissas relativas a incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incertezas nas estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de gerar um ajuste significativo no valor contábil de ativos e passivos no exercício seguinte, são consideradas a seguir: a) *Vida útil dos ativos intangíveis:* Os ativos intangíveis das concessões de serviços públicos são amortizados pelo método linear e refletem o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Concessionária, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Os ativos intangíveis têm a sua amortização iniciada quando estão disponíveis para uso, em seu local e na condição necessária para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Concessionária. b) *Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:* A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. c) *Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber:* A provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes, de acordo com os seguintes critérios: i) *Contas vencidas há mais de seis meses:* Esses créditos são considerados como perdas assim que atingem seis meses de atraso, até o limite de R$5, por nota fiscal, de acordo com a Lei nº 9.430/1996 e, a partir de 08/10/2014, até o limite de R$15, de acordo com a Lei nº 13.097/2015, sendo baixados diretamente de contas a receber contra o resultado. ii) *Contas vencidas há mais de um ano:* Esses créditos são considerados como perdas assim que atingem um ano de atraso, de valores acima de R$5 até R$30, por operação, de acordo com a Lei nº 9.430/1996 e, a partir de 08/10/2014, de valores acima de R$15 até R$100, de acordo com a Lei nº 13.097/2015, sendo contabilizados como despesa, tendo como contrapartida a conta redutora de contas a receber. iii) *Perdas gerenciais:* São provisionadas e registradas em conta de resultado, como perdas não dedutíveis para efeito de imposto de renda e contribuição social. -Valores até R$5, vencidas entre 90 e 180 dias, emitidas até 07/10/2014; -Valores até R$15, vencidas entre 90 e 180 dias, emitidas a partir de 08/10/2014; -Valores maiores que R$5, vencidas entre 90 e 365 dias, emitidas até 07/10/2014; -Valores maiores que R$15, vencidas entre 90 e 365 dias, emitidas a partir de 08/10/2014; -Valores maiores que R$30, vencidas há mais de um ano, emitidas até 07/10/2014; -Valores maiores que R$100, vencidas há mais de um ano, emitidas a

CONCESSIONÁRIA ÁGUAS DE PARATY S.A.

CNPJ 19.080.515/0001-77

partir de 08/10/2014. d) *Receita não faturada:* As receitas ainda não faturadas representam serviços prestados para os quais ainda não foram realizadas leituras. São reconhecidas com base em estimativas mensais calculadas de acordo com último faturamento de cada ciclo de leitura. Informações adicionais da receita e contas a receber estão descritas nas Notas 3.18 e 7. **5. Gestão de risco financeiro: 5.1. Instrumentos financeiros por categoria:** A Concessionária efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores justos, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores contábeis e valores justos dos instrumentos financeiros da Concessionária em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 são como segue:

	Classificação por categoria	Hierarquia do valor justo	31/12/2022 Valor contábil	31/12/2022 Valor justo	31/12/2021 Valor contábil	31/12/2021 Valor justo
Ativos financeiros						
Equivalentes de caixa (aplicações financeiras)	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	4.450	4.450	5011	5011
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	-	4.045	4.045	3.643	3.643
Passivos financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado	-	153	153	180	180
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	-	8.521	8.521	8.806	8.806
Passivos de arrendamento	Custo amortizado	-	904	904	102	102
Ônus da concessão	Custo amortizado	-	6	6	5	5
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	-	90	90	1.732	1.732

As políticas de gerenciamento de risco da Concessionária são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Concessionária está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Concessionária. **5.2 – Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado de posições detidas pela Concessionária, incluindo as operações sujeitas às taxas de juros e riscos de preços. Risco de taxas de juros: Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Concessionária ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. Para suprir eventuais necessidades de caixa para desenvolvimento do negócio, a Concessionária obtém empréstimos e financiamentos em moedas locais, sujeitos à flutuação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") e da Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"). O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que impactem seus fluxos de caixa. A Concessionária também está exposta à flutuação de taxas de juros referentes ao saldo de aplicações financeiras, que são remuneradas com base em percentuais do CDI. A análise de sensibilidade, dos juros sobre os equivalentes de caixa e empréstimos e financiamentos utilizou as projeções do CDI e TJLP para os próximos 12 meses, este definido como cenário provável, por meio dos relatórios de análise econômica do Itaú. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

	Risco	Valor contábil	Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Ativo					
Equivalentes de caixa	CDI	4.450	5.052	5.202	5.352
Passivo					
Empréstimos e financiamentos	CDI	(469)	(532)	(548)	(564)
Empréstimos e financiamentos	TJLP	(8.052)	(8.620)	(8.763)	(8.905)
Passivo líquido		(4.071)	(4.100)	(4.109)	(4.117)
Efeito líquido			(29)	(38)	(46)
CDI (a.a.)			13,52%		
TJLP (a.a.)			7,06%		

5.3 - Risco de liquidez: É o risco de a Concessionária não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A abordagem da Concessionária na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Concessionária. As tabelas abaixo demonstram análise dos vencimentos para os passivos financeiros em aberto, sem os custos de transação relativos às debêntures, em 31 de dezembro de 2022 (valores não descontados):

	Valor Contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Em 31 de dezembro de 2022				
Fornecedores	153	153	-	-
Empréstimos e financiamentos	8.521	8.315	197	9
Passivos de arrendamento	904	153	177	574
Ônus da concessão	6	6	-	-
Débitos com partes relacionadas	90	90	-	-
	9.674	8.717	374	583

	Valor Contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Em 31 de dezembro de 2021				
Fornecedores	180	180	-	-
Empréstimos e financiamentos	8.806	338	8.262	206
Passivos de arrendamento	102	102	-	-
Ônus da concessão	5	5	-	-
Débitos com partes relacionadas	1.732	1.732	-	-
	10.825	2.357	8.262	206

5.4. Gestão de capital: Os objetivos da Concessionária ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. E, para atingimento desses objetivos, exerce uma gestão financeira e de capital centralizada. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Concessionária pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras empresas do setor, a Concessionária monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde aos empréstimos e financiamentos e passivos de arrendamento, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 podem ser assim sumariados:

	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	8.521	8.806
Passivos de arrendamento (Nota 14)	904	102
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(4.486)	(5.051)
Dívida líquida (a)	4.939	3.857
Total do patrimônio líquido (b)	2.278	512
Total do capital (a+b)	7.217	4.369
Índice de alavancagem financeira - % [a/(a+b)]	68,44%	88,28%

6 - Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	36	40
Aplicações financeiras	4.450	5.011
	4.486	5.051

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata, representados, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário – CDBs, os quais são registrados pelos valores nominais, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. **7 - Contas a receber de clientes:** As contas a receber correspondem aos serviços de distribuição de água e de coleta e tratamento de esgotos sanitários e são registradas após aferição do consumo efetivo dos serviços, acrescidos de estimativa de receitas oriundas dos serviços que ainda não foram faturados. As contas a receber estão compostas como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Clientes (a)	3.105	2.702
Clientes - parcelamento (b)	918	920
Pontos arrecadadores (c)	22	21
Perdas de créditos das contas a receber	(330)	(376)
	3.715	3.267

(a) A conta "Clientes" representa o saldo de contas emitidas e ainda não recebidas, além dos valores fornecidos ainda não faturados (ajuste por competência). (b) A conta de "Clientes - parcelamento" refere-se a acordos firmados entre os clientes e a Concessionária para a quitação de seus débitos. (c) Os "Pontos arrecadadores" são agentes arrecadadores que já receberam as contas dos clientes e ainda não repassaram para a Concessionária. O *aging list* de contas a receber é composto da seguinte forma:

	31/12/2022	31/12/2021
A vencer		
Faturado	1.368	1.077
Não faturado	800	616
Vencidas		
Até 30 dias	413	369
De 31 a 60 dias	178	214
De 61 a 90 dias	112	150
De 91 a 180 dias	330	376
Mais de 180 dias	844	841
	4.045	3.643

8 - Ativo de direito de uso

	31/12/2022 Custo	31/12/2022 Amortização acumulada	31/12/2022 Valor líquido	31/12/2021 Custo	31/12/2021 Amortização acumulada	31/12/2021 Valor líquido
Imóveis	1.323	(448)	875	351	(263)	88
	1.323	(448)	875	351	(263)	88

Movimentação do ativo de direito de uso:

	Saldos em 31/12/2021	Adições	Amortização	Saldos em 31/12/2022
Imóveis	88	972	(185)	875
	88	972	(185)	875

	Saldos em 31/12/2020	Adições	Amortização	Saldos em 31/12/2021
Imóveis	234	39	(185)	88
	234	39	(185)	88

9 – Imobilizado	Taxa de depreciação anual	31/12/2022 Custo	31/12/2022 Depreciação acumulada	31/12/2022 Valor líquido	31/12/2021 Valor líquido
Equipamentos de informática	20%	355	(222)	133	173
Veículos	20%	71	(46)	25	38
Máquinas e equipamentos	10%	30	(18)	12	15
Móveis e utensílios	10%	196	(118)	78	79
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	107	(42)	65	70
		759	(446)	313	375

Movimentação do imobilizado	Saldos em 31/12/2021	Adições	Depreciação	Saldos em 31/12/2022
Equipamentos de informática	173	10	(50)	133
Veículos	38	-	(13)	25
Máquinas e equipamentos	15	-	(3)	12
Móveis e utensílios	79	17	(18)	78
Benfeitorias em imóveis de terceiros	70	-	(5)	65
	375	27	(89)	313

	Saldos em 31/12/2020	Adições	Depreciação	Saldos em 31/12/2021
Equipamentos de informática	145	70	(42)	173
Veículos	51	-	(13)	38
Máquinas e equipamentos	18	-	(3)	15
Móveis e utensílios	88	9	(18)	79
Benfeitorias em imóveis de terceiros	74	-	(4)	70
	376	79	(80)	375

10 – Ativo de contrato	31/12/2022	31/12/2021
Infraestrutura em construção	3.796	1.576
	3.796	1.576

Movimentação do ativo de contrato:

	Saldos em 31/12/2021	Adições	Transferências	Saldos em 31/12/2022
Infraestrutura em construção	1.576	2.246	(26)	3.796
	1.576	2.246	(26)	3.796

	Saldos em 31/12/2020	Adições	Transferências	Saldos em 31/12/2021
Infraestrutura em construção	835	743	(2)	1.576
	835	743	(2)	1.576

As transferências ocorridas no exercício de 2022 e 2021 referem-se a movimentações entre o intangível e o ativo de contrato.

11 – Intangível	Taxa de amortização anual	31/12/2022 Custo	31/12/2022 Amortização acumulada	31/12/2022 Valor líquido	31/12/2021 Valor líquido
Softwares e aplicativos	20%	211	(199)	12	-
Concessão/Infraestrutura		2.095	(445)	1.650	1.661
		2.306	(644)	1.662	1.661

Os valores reconhecidos na linha de concessão/infraestrutura representam o valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão e sua respectiva amortização acumulada, calculada com base no prazo do contrato de concessão, sendo esse montante em 31 de dezembro de 2022 composto pelos seguintes ativos:

	31/12/2022 Custo	31/12/2022 Amortização acumulada	31/12/2022 Valor líquido	31/12/2021 Valor líquido
PMI - Proposta de Manifestação de Interesse	601	(171)	430	451
Estação de Tratamento de Água - ETA	190	(38)	152	159
Reservatório	9	(1)	8	8
Substituição/Expansão de rede de água	131	(20)	111	111
Ligação de água	87	(11)	76	58
Ligação de esgoto	62	(7)	55	58
Substituição/Expansão de rede de esgoto	177	(27)	150	158
Elevatória - esgoto	5	(1)	4	5
Emissário	19	(2)	17	18
Benfeitorias em imóveis de terceiros	7	(1)	6	6
Máquinas e equipamentos	807	(166)	641	629
	2.095	(445)	1.650	1.661

Movimentação do intangível:

	Saldos em 31/12/2021	Adições	Amortização	Transferências	Saldos em 31/12/2022
Softwares e aplicativos	-	14	(2)	-	12
Concessão/Infraestrutura	1.661	97	(134)	26	1.650
	1.661	111	(136)	26	1.662

	Saldos em 31/12/2020	Adições	Amortização	Transferências	Saldos em 31/12/2021
Concessão/Infraestrutura	1.329	424	(94)	2	1.661
	1.329	424	(94)	2	1.661

As transferências ocorridas no exercício de 2022 e 2021 referem-se a movimentações entre o intangível e o ativo de contrato.

12 - Fornecedores: Os fornecedores estão assim representados:

	31/12/2022	31/12/2021
Mercadoria	123	8
Serviços	14	14
Infraestrutura	-	51
Outros	16	107
Total	153	180

13 - Empréstimos, financiamentos e arrendamentos

Linha de Crédito	Indexador	Juros	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos e Financiamentos				
FINAME PSI (a)	TJLP e TLP	taxa entre 4,40% e 6,11% a.a.	469	766
Capital de giro (b)	CDI	2,03% a.a.	8.052	8.040
Total de Empréstimos e Financiamentos			8.521	8.806
Circulante			8.315	338
Não circulante			206	8.468
Arrendamentos				
Arrendamentos direito de uso (c)			904	102
Circulante			153	102
Não circulante			751	-
Endividamento total			9.425	8.908
Endividamento total - Circulante			8.468	440
Endividamento total - Não circulante			957	8.468

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e arrendamentos é como segue:

Empréstimos e financiamentos	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	8.806	9.094
Juros e encargos financeiros	1.175	498
Amortização de principal	(295)	(321)
Amortização de juros	(1.165)	(465)
Saldo final	8.521	8.806
Arrendamentos	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Saldo inicial	102	238
Adições	972	39
Juros e encargos financeiros	72	17
Amortização de principal	(170)	(177)
Amortização de juros	(72)	(15)
Saldo final	904	102

As parcelas de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:

	Empréstimos e financiamentos 31/12/2022 Dívida	Empréstimos e financiamentos 31/12/2021 Dívida
2023	-	8.262
2024	197	197
2025	9	9
	206	8.468

	Arrendamentos 31/12/2022 Dívida	Arrendamentos 31/12/2021 Dívida
2024	177	-
2025	205	-
Após 2025	369	-
	751	-

(a) A linha de crédito FINAME PSI é composta por contratos obtidos nos exercícios de 2014 a 2018 junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e somam R$ 2.892 de valor contratado. Estes contratos foram celebrados com carência de 24 (vinte e quatro) meses para início da amortização do principal, com pagamento de juros trimestrais durante o período de carência e, após, com pagamentos mensais, com vencimentos finais entre 2023 e 2025. Estas operações tiveram como objetivo a aquisição de máquinas e equipamentos operacionais, com a finalidade de expandir, modernizar e reforçar a infraestrutura para dar suporte à operação da Concessionária e são amparadas por alienação fiduciária dos bens e aval/notas promissórias avalizadas por Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. (controladora). (b) Em dezembro de 2019 a Concessionária contratou empréstimo de capital de giro no valor de R$ 8.000. Este contratado foi amparado por aval prestado por Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A., com vencimento para 2021. O contrato foi aditado e o vencimento prorrogado para dezembro de 2023. (c) O ativo de direito de uso decorrente de contratos de arrendamento está apresentado na Nota 8. **14 - Obrigações tributárias:** Os impostos e contribuições estão assim representados:

	31/12/2022	31/12/2021
PIS/COFINS/CSLL retidos	8	8
ISS	22	4
IRRF	27	23
PIS	27	17
COFINS	123	79
IRPJ	16	-
CSLL	14	-
	237	131

15 - Imposto de renda e contribuição social: a) Conciliação da taxa efetiva:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	2.282	2.221
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social - alíquotas vigentes	(776)	(755)
(Adições) exclusões no cálculo do tributo		
Permanentes (despesas indedutíveis)	(12)	-
Créditos fiscais sobre despesas temporárias não contabilizados	(3)	60
Créditos fiscais sobre prejuízos fiscais não contabilizados	237	208
Efeito referente a alíquota de adicional do imposto de renda	24	24
Incentivo cultural - (Lei nº 8.313/91 - art. 18)	-	8
Incentivo empresa cidadã (Lei nº 11.770/08)	4	1
Programa de Alimentação do Trabalhador (9.580/2018)	10	9
Total do imposto de renda e da contribuição social	(516)	(445)
Alíquota efetiva	22,61%	20,04%

16 - Provisão para contingências: As provisões para contingências são constituídas para fazer face às perdas em processos judiciais e administrativos, os quais, quando aplicável, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são baseadas na opinião do departamento jurídico da Concessionária e de seus assessores legais. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. As provisões, estão assim demonstradas:

	31/12/2022	31/12/2021
Cíveis	-	2
Total	-	2

Processos com probabilidade de perda classificada como possível: A Concessionária está envolvida em ações para as quais possui expectativas de perdas possíveis, apresentando como posição dos passivos contingentes em 31 de dezembro de 2022 os valores de R$ 711 para contingências cíveis (R$ 625 em 31 de dezembro de 2021) e R$ 330 para contingências trabalhistas (R$ 298 em 31 de dezembro de 2021). **17 - Partes relacionadas:** Remuneração de pessoal chave da Administração: Os diretores são as pessoas chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Concessionária. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram pagos pela Concessionária o montante total de R$ 3 (R$ 7 em 31 de dezembro de 2021). Abaixo os valores estão segregados por natureza:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração	2	5
Encargos sociais	1	2
	3	7

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não foi pago valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho. Resumo das transações com partes relacionadas:

	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante:		
Créditos com partes relacionadas (a)		
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	47	7
Consórcio Costa Verde	-	313
Total do ativo circulante	47	320
Passivo circulante:		
Débitos com partes relacionadas (a)		
Consórcio Costa Verde	-	1.674
Águas das Agulhas Negras S.A.	1	-
Águas da Condessa S.A.	1	-
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	88	58
Total do passivo circulante	90	1.732
Resultado com partes relacionadas	31/12/2022	31/12/2021
Despesas		
Contrato de gestão *(Mangement Fee)*(a)		
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	(635)	(512)
Total resultado com partes relacionadas	(635)	(512)

(a) Os saldos decorrem de transações entre concessionárias do mesmo grupo econômico, vinculadas à compra e venda de materiais ou das prestações de serviços, oriundos do: i) contrato de fruição de utilidades comuns com a Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda., resultando na estrutura de Unidade de Administração Central (UAC) para as áreas de finanças, planejamento, recursos humanos, tecnologia da informação e logística; ii) do contrato de gestão centralizada (*Management Fee*) com a Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. **18 - Patrimônio líquido:** a) Capital social: O capital social subscrito por Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. é de R$ 20.744 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 20.744 em 31 de dezembro de 2021) e o capital a integralizar é de R$ 930, perfazendo R$ 19.814 de capital realizado, e está representado por 20.743.852 (vinte milhões setecentas e quarenta e três mil oitocentas e cinquenta e duas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

19 - Receita líquida	31/12/2022	31/12/2021
Receita de prestação de serviços	14.484	11.930
Receita de construção	10.228	1.718
Cancelamentos	(27)	(23)
Receita Bruta	24.685	13.625
Deduções da receita bruta:		
PIS e COFINS sobre serviços	(1.301)	(1.072)
Descontos concedidos	(389)	(318)
Receita líquida	22.995	12.235

20 - Custos dos serviços prestados	31/12/2022	31/12/2021
Taxas de recursos hídricos e ambientais	(138)	(125)
Ônus da concessão	(61)	(53)
Energia elétrica	(120)	(138)
Custo de construção	(10.228)	(1.718)
Materiais aplicados nos serviços	(562)	(324)
Salários e benefícios a empregados	(2.717)	(2.301)
Utilização de imóveis e telefonia	(1)	(33)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(394)	(346)
Serviços de terceiros	(600)	(628)
Depreciações e amortizações	(118)	(82)
Outros custos	(48)	(14)
	(14.987)	(5.762)

21 - Despesas gerais e administrativas	31/12/2022	31/12/2021
Salários e benefícios a empregados	(2.321)	(2.024)
Utilização de imóveis e telefonia	(100)	(111)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(206)	(125)
Serviços de terceiros	(1.761)	(1.525)
Despesas com contencioso	(26)	-
Impostos, encargos, taxas e contribuições	(62)	(120)
Depreciações e amortizações	(263)	(253)
Provisão perdas de crédito das contas a receber	(389)	(353)
Reversões de contingências	1	43
Outras despesas	(560)	(486)
	(5.687)	(4.954)

22 - Outras receitas operacionais	31/12/2022	31/12/2021
Subsídios tarifários - PPP	620	798
Outras receitas operacionais	21	38
	641	836

23 – Resultado financeiro: São compostas como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras		
Rendimentos com aplicações financeiras	582	207
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(44)	(26)
Juros e multas vinculadas à operação	350	340
Variação monetária sobre outros ativos	2	-
Outras receitas financeiras	-	6
	890	527
Despesas financeiras		
Juros com empréstimos e financiamentos	(1.175)	(498)
Juros sobre arrendamentos	(67)	(17)
Tributos sobre operações financeiras	(1)	(1)
Descontos concedidos	(318)	(138)
Outras despesas financeiras	(9)	(7)
	(1.570)	(661)
Resultado financeiro	(680)	(134)

24 - Seguros: O Grupo Águas do Brasil adota a política de contratar cobertura de seguros de forma global para riscos de engenharia, patrimoniais, ambientais e de responsabilidade civil dos administradores (D&O), entre outros, especificamente associados à natureza de sua atividade. Os seguros contratados possuem cobertura sobre construção, fornecimento ou prestação de serviços. A cobertura em 31 de dezembro de 2022 está apresentada a seguir:

Ramos	Vigência das apólices	Importâncias seguradas
Responsabilidade civil geral	17/01/2023 a 17/01/2024	13.000
Risco de engenharia e responsabilidade civil obras	31/12/2022 a 31/12/2023	80.813
Riscos operacionais	30/12/2022 a 17/01/2024	75.000
Riscos ambientais	22/12/2022 a 22/12/2023	5.000
Garantia de concessão	14/04/2022 a 14/04/2023	2.893
Seguro empresarial	01/09/2022 a 01/09/2023	10.000
Administradores	27/09/2022 a 27/09/2023	50.000

25 – Transações que não envolvem caixa: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Concessionária realizou as seguintes atividades que não envolveram caixa e, portanto, foram excluídas da demonstração dos fluxos de caixa:

	31/12/2022	31/12/2021
Adição de direito de uso	(972)	(39)
	(972)	(39)

Marcio Salles Gomes - **Diretor**
Contadora: Gabriela Ferreira Nunes Alves
CRC/RJ 100510/O-9 - CPF: 080.376.027-29

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras: Aos Administradores da **Concessionária Águas de Paraty S.A.** - Rio de Janeiro - RJ: **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Águas de Paraty S.A. ("Concessionária"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Concessionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Concessionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Concessionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada

CONCESSIONÁRIA ÁGUAS DE PARATY S.A.
CNPJ 19.080.515/0001-77

de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Concessionária. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Concessionária. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Concessionária a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 30 de março de 2023.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC SP-015199/F;
Gláucio Dutra da Silva - Contador CRC-RJ090174/O

APOSENTADORIA

Lewandowski antecipa saída do STF para dia 11 de abril

André Richter/ABrasil

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski anunciou ontem que decidiu antecipar sua aposentadoria para 11 de abril. O anúncio foi feito pelo ministro após a sessão de ontem, a última que ele participou.

Lewandowski foi nomeado em 2006, durante o primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e seria aposentado compulsoriamente em 11 de maio ao completar 75 anos, idade limite para permanência no cargo.

A formalização da antecipação da aposentadoria foi solicitada à presidente do STF, Rosa Weber. O documento será enviado formalmente à Presidência da República.

Durante entrevista, Lewandowski disse que decidiu antecipar a data por questões pessoais. “Essa antecipação se deve a compromissos acadêmicos e profissionais que me aguardam. Eu agora encerro um ciclo da minha vida e vou iniciar um novo ciclo”, disse.

Com a antecipação, Lula deverá indicar um novo ministro para o Supremo. Antes da posse, o ocupante da nova cadeira deverá passar por sabatina na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado e votação no plenário da Casa.

A aposentadoria antecipada provocará uma corrida pela disputa da vaga. Entre os cotados para substituir o ministro está o advogado Cristiano Zanin, que atuou como defensor de Lula nos processos da Operação Lava Jato.

Lewandowski disse ainda que, na semana passada, informou ao presidente Lula que iria antecipar a aposentadoria, mas não fez sugestões de substitutos.

“Todos os nomes que estão aparecendo como candidatos são pessoas com reputação ilibada, com trajetória jurídica impecável. O STF estará muito bem servido com qualquer dos nomes que têm aparecido", concluiu.

Não há prazo para Lula indicar novo ministro.

MPs

Líderes do Senado não aceitam mudanças em comissões mistas

Pedro Rafael Vilela/ABrasil

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) afirmou ontem, após reunião com líderes partidários, que os senadores não aceitam acabar com a paridade na composição das comissões mistas que analisam as Medidas Provisórias (MPs) editadas pelo governo federal. A divergência no funcionamento desses colegiados, compostos em igual número por deputados federais e senadores, tem gerado um impasse na tramitação das MPs, o que pode travar a agenda legislativa do governo no Congresso Nacional.

"Eu consultei os líderes do Senado Federal em relação à proposta de alteração regimental, da alteração da cultura sempre praticada no Congresso Nacional da paridade entre deputados e senadores nas comissões mistas do Congresso Nacional e nenhum líder apoiou essa ideia. Então não é possível, de nossa parte, concordar com essa ideia de uma alteração do regimento que estabelece o mesmo número de senadores e deputados nas comissões mistas, a exceção da Comissão Mista de Orçamento. Essa é a previsão regimental, essa me parece a inteligência do equilíbrio do bicameralismo, que é a força igual de Câmara e Senado para debater temas nacionais", afirmou a jornalistas no início da tarde, após a reunião.

Na semana passada, o presidente do Senado decidiu que a análise de medidas provisórias enviadas pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltará a seguir o rito previsto na Constituição Federal, ou seja, passarão pelas comissões mistas, colegiados com integrantes da Câmara e do Senado, de forma paritária (mesmo número de integrantes de cada Casa).

Desde 2020, para dar agilidade ao trabalho dos parlamentares por causa da pandemia da covid-19, foi retirada a análise de MPs em comissões mistas. Assim, as medidas provisórias passaram a ser analisadas diretamente no plenário – primeiro na Câmara, por 90 dias, e depois no Senado, por 30 dias –, permitidas emendas. As MPs têm efeito imediato, com força de lei, mas precisam ser aprovadas pelo Congresso em até 120 dias para não perder validade. A medida foi justificada, à época, como excepcionalíssima em razão das medidas emergenciais sanitárias. A manutenção desse modelo, no entanto, passou a ser defendida pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para dar mais agilidade às votações, segundo ele. Com a negativa do Senado, Lira chegou a sugerir essa semana que houvesse alteração na proporcionalidade dessas comissões mistas, com a presença de três deputados a cada senador, como ocorre na de Orçamento.

PRAZOS

Lira e outros líderes partidários na Câmara também querem o estabelecimento de prazo para a análise das MPs pelas comissões, o que não existe hoje. Nesse ponto, há concordância entre as duas Casas, de acordo com Pacheco.

"Então, feitas as comissões mistas e definir esses prazos de tramitação é uma construção que nós vamos fazer e que eu considero que resolve esse impasse. E, eventualmente, o governo pode lançar mão dos projetos de lei com urgências constitucionais, que é também da Constituição. Todo caminho que encontra amparo na Constituição nós somos obrigados a aceitar", apontou.

Segundo Pacheco, a questão dos prazos é uma defesa antiga do Senado. Ele citou uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC 91/2019), já aprovada pelas duas Casas, que aguarda promulgação. Essa inciativa define um prazo de 40 dias para análise de MPs na comissão mista, 40 dias para a Câmara dos Deputados, 30 dias para o Senado e mais dez para emendas finais. Após a reunião de líderes, o presidente do Senado, que também preside o Congresso Nacional, determinou a instalação das comissões mistas para análise das MPs.

EPIDEMIA

Com nova ‘fábrica de Aedes aegypti’, Brasil ampliará combate a doenças

Léo Rodrigues/ABrasil

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) fechou acordo para expandir o uso da bactéria Wolbachia contra a dengue, zika e febre chikungunya, doenças transmitidas através da picada do mosquito Aedes aegypti. Tratase de um método que já é usado no Brasil e em outros 11 países, a partir da articulação de diversas instituições científicas e coordenação do World Mosquito Program (WMP). Introduzida nos mosquitos, a bactéria Wolbachia é capaz de bloquear a transmissão dos vírus aos seres humanos durante uma picada.

O acordo - firmado entre a Fiocruz e a WMP - foi anunciado ontem, no Rio de Janeiro. Entre as medidas previstas está a construção de uma grande biofábrica, que terá capacidade para produzir até 100 milhões de mosquitos por semana. O custo estimado é de R$ 100 milhões. Os recursos serão provenientes da WMP e do Instituto de Biologia Molecular do Paraná (IBMP), que nasceu a partir de uma parceria entre a Fiocruz e o governo paranaense.

A previsão é que a biofábrica entre em operação em 2024, mas ainda não foi escolhida a cidade que irá abrigá-la. "É uma definição que está sendo tomada com o Ministério da Saúde e alguns governos locais. Mas é um projeto pensado de modo a poder ser instalado rapidamente em qualquer lugar sem muita preparação de terreno. A Fiocruz já acumulou bastante experiência com construções desse tipo", disse o presidente da Fiocruz, Mario Moreira.

Outros R$ 80 milhões - R$ 50 milhões da WMP e R$ 30 milhões da Fiocruz - serão destinados para começar de imediato a expansão da produção atual, o que contribuirá para auxiliar estados e municípios no controle das doenças em locais mais críticos. Caberá ao Ministério da Saúde indicar, com base em dados epidemiológicos, quais são as cidades prioritárias.

INTRODUÇÃO ARTIFICIAL

Segundo a Fiocruz, a Wolbachia está presente naturalmente em cerca de 60% dos insetos, mas não no Aedes aegypti. O método envolve, portanto, uma introdução artificial no organismo do mosquito.

Os pesquisadores envolvidos ressaltam que a iniciativa não envolve nenhuma modificação genética, nem no Aedes aegypti, nem na bactéria. Além disso, o objetivo não é eliminar o mosquito do meio ambiente, apenas substituir uma população capaz de transmitir doenças por outra incapaz. O método Wolbachia começou a ser usado na Austrália e hoje está presente em três continentes: Ásia, Oceania e América. Levantamentos epidemiológicos locais têm indicado o sucesso da iniciativa. Além disso, diferentes estudos científicos já comprovaram cientificamente sua eficácia, entre eles, um robusto estudo clínico realizado em Yogyakarta, na Indonésia. Observou-se uma redução de 77% na incidência de dengue nos bairros onde a Wolbachia foi introduzida, na comparação com as demais localidades da cidade.

No Brasil, a aplicação do método é conduzida pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), com o apoio do Ministério da Saúde. Os trabalhos começaram em 2015 com a liberação de mosquitos em duas áreas pequenas: em Jurujuba, bairro de Niterói, e em Tubiacanga, no RJ. Com os bons resultados, a iniciativa se expandiu para outras localidades.

ANISTIA

Comissão retoma perdão a perseguidos pela ditadura militar

"Tenho a honra de pedir desculpas à senhora, em nome do Estado brasileiro, por essa perseguição, para que isso nunca mais aconteça, e declarar a senhora anistiada política."

Assim, e com as mãos no rosto, Cláudia Arruda Campos recebeu da presidente da Comissão de Anistia, Eneá de Stutz e Almeida, o deferimento de seu pedido de indenização por ter sigo perseguida politicamente e presa durante a ditadura militar.

Essa foi a segunda vez que o caso de Campos foi a julgamento. Na primeira, em 2019, a indenização foi negada pela gestão Damares Alves, então ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos do governo Jair Bolsonaro (PL). Naquela ocasião, o voto vencedor foi dado pelo general Rocha Paiva, autor do prefácio da biografia do general e torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra.

A sessão de ontem marcou o reinicio dos trabalhos do grupo e foi repleta de críticas à gestão bolsonarista --que a aparelhou o grupo com militares e apoiadores do regime ditatorial.

Para a reunião, que aconteceu às vésperas do aniversário do golpe de 1964, foram selecionados casos considerados simbólicos, por serem pedidos de anistia negados em julgamentos considerados injustos.

Foram anistiados Ivan Valente, deputado federal pelo PSOL-SP que foi preso e torturado, que teve seu pedido indeferido por Damares Alves; José Pedro da Silva, preso pelo regime, que teve seu requerimento barrado ainda no governo Temer; e Romário Schettino, sequestrado e preso, que chegou a ter indenização aprovada pela comissão em 2018, mas ela nunca foi publicada no Diário Oficial e, portanto, nunca foi efetivada --Schettino está internado e passa por cirurgias para resolver um edema cerebral.

No novo regimento do colegiado, além da previsão inédita de concessão de anistia para coletivos, também é retomado o dever de se registrar formalmente um pedido de desculpas por parte do Estado pelos crimes cometidos durante ditadura.

"Quando houver declaração de anistia política individual ou coletiva, a Presidência da sessão formulará, solenemente, em nome do Estado brasileiro, o pedido de desculpas ao requerente e à sociedade brasileira pela perseguição feita, garantindo o não esquecimento", afirma o documento.

O pedido de perdão era comum nas declarações da comissão até o governo Michel Temer, quando passou a ser cada vez menos utilizado, até ser deixado de lado durante a gestão Damares. Agora, passa a ser uma obrigação regimental.

Na sessão, o ministro dos Direitos Humanos, Silvio Almeida, e outras autoridades presentes afirmaram que o trabalho em torno da memória do período de repressão é fundamental para enfrentar o fenômeno que levou aos ataques do 8 de janeiro --e, principalmente, para combater os casos de apologia à ditadura no país.

A presidente da comissão disse que a comissão agora cumprirá um papel de protagonismo num processo de reparação histórica --e não mais de reação a movimentos que negam ou elogiam a ditadura militar.

"É importante ter uma palavra de acolhimento, principalmente para todos aqueles e aquelas que tiveram a infeliz e desagradável surpresa de serem revitimizados, de serem novamente culpados pela perseguição que sofreram", afirmou Eneá de Stutz e Almeida, em referência aos pedidos de anistia negados pelo governo Bolsonaro.

Em todas as quatro declarações de anistia feitas nesta quinta, a presidente enfatizou o fato de os perseguidos terem tido suas indenizações negadas de forma injusta anteriormente.

Os números da repressão são pouco precisos, uma vez que a ditadura nunca reconheceu esses episódios. Auditorias da Justiça Militar receberam 6.016 denúncias de tortura. Estimativas feitas depois apontaram para 20 mil casos.

Presos relataram terem sido pendurados em paus de arara, submetidos a choques elétricos, estrangulamento, tentativas de afogamento, golpes com palmatória, socos, pontapés e outras agressões. Houve casos em que as sessões de tortura levaram à morte das vítimas.

STF

Cai prisão especial para curso superior

O STF (Supremo Tribunal Federal) formou maioria ontem para derrubar a previsão de prisão especial para as pessoas que têm diploma de ensino superior.

O julgamento acontece até o fim desta sexta-feira, no plenário virtual, onde os votos são depositados pelos ministros no sistema da corte. O Supremo foi acionado em 2015, pelo então procurador-geral da República Rodrigo Janot, sobre o tema.

Ele afirmava que o benefício, previsto no Código de Processo Penal, "viola a conformação constitucional e os objetivos fundamentais da República, o princípio da dignidade humana e o da isonomia". O relator do caso é o ministro Alexandre de Moraes, que votou contra o privilégio. Segundo ele, "a ordem constitucional atualmente vigente não mais permite a perpetuação dessa lógica discriminatória e desigual".

"Conceder benefício carcerário àqueles que dispõem de diploma de ensino superior não satisfaz nenhuma finalidade constitucional; tampouco implica maior proteção a bem jurídico que já não seja protegido por outras normas", afirmou, em seu voto.

"(A prisão especial) não protege uma categoria de pessoas fragilizadas e merecedoras de tutela, pelo contrário, ela favorece aqueles que já são favorecidos por sua posição socioeconômica", acrescentou.

ÁGUAS DAS AGULHAS NEGRAS S.A.

CNPJ 09.195.493/0001-37

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	9.984	7.580
Contas a receber de clientes	7	9.646	8.070
Estoques		410	46
Despesas antecipadas		231	294
Créditos com partes relacionadas	18	243	41
Tributos a recuperar		5	2
Outros ativos		84	82
		20.603	16.115
Não circulante			
Aplicações financeiras vinculadas	8	83	76
Depósitos judiciais		29	90
Imobilizado	9	524	444
Ativo de contrato	10	59.713	28.628
Intangível	12	71.931	72.020
		132.280	101.258
Total do ativo		152.883	117.373
	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	12	2.075	6.101
Empréstimos e financiamentos	13	8.530	1.081
Obrigações tributárias	14	762	811
Obrigações trabalhistas		1.917	1.449
Obrigações com acionistas	18	13.085	10.994
Ônus da concessão	16	208	172
Débitos com partes relacionadas	18	570	472
Adiantamentos de clientes		75	77
Outras obrigações		1.202	823
		28.424	21.980
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	49.772	28.382
Tributos diferidos	15	932	351
Provisões para contingências	17	1.451	1.291
		52.155	30.024
Patrimônio líquido	19		
Capital social		36.694	36.694
Reservas de lucros		35.610	28.675
		72.304	65.369
Total do passivo e do patrimônio líquido		152.883	117.373

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida	20	104.031	76.667
Custo dos serviços prestados	21	(70.157)	(53.382)
Lucro bruto		33.874	23.285
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	22	(19.792)	(9.782)
Outras receitas operacionais		48	54
		(19.744)	(9.728)
Resultado operacional antes do resultado		14.129	13.557
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	23	1.907	1.101
Despesas financeiras	23	(2.655)	(1.547)
		(748)	(446)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		13.382	13.111
Imposto de renda e contribuição social - corrente	15b	(3.775)	(2.229)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	15b	(804)	(2.137)
Lucro líquido do exercício		8.803	8.745

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	8.803	8.745
Total do resultado abrangente do exercício	8.803	8.745

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

		Reserva de lucros				
	Capital social	Reserva Legal	Reserva de Investimentos	Retenção de Lucros	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2021	36.694	1.574	2.494	17.939	-	58.701
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	8.745	8.745
Proposta de destinação do resultado do exercício						
Reserva legal	-	437	-	-	(437)	-
Reserva de investimentos	-	-	312	-	(312)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(2.077)	(2.077)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	5.919	(5.919)	-
Saldos 31 de dezembro de 2021	36.694	2.011	2.806	23.858	-	65.369
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	8.803	8.803
Proposta de destinação do resultado do exercício						
Reserva legal	-	440	-	-	(440)	-
Reserva de investimentos	-	-	314	-	(314)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(2.091)	(2.091)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	6.181	(5.958)	223
Saldos 31 de dezembro de 2022	36.694	2.451	3.120	30.039	-	72.304

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício antes dos tributos sobre o lucro	13.381	13.111
Ajustes para reconciliar o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido:		
Depreciação e amortização	6.148	6.804
Juros sobre empréstimos e financiamentos e amortização de custos de transação sobre empréstimos e financiamentos.	1.315	821
Juros e IOF de mútuos	47	-
Variações monetárias	493	-
Atualização monetária das contingências	179	195
Perdas de crédito das contas a receber	1.708	888
Reversões para contingências	(19)	(5.958)
Resultado na alienação/baixa de imobilizado/intangível	-	1
Variações dos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(3.284)	(1.059)
Estoques	(364)	33
Depósitos judiciais	61	22
Tributos a recuperar	(157)	(64)
Despesas antecipadas	63	(242)
Aplicações financeiras – vinculadas	(7)	818
Outros ativos	(2)	297
Fornecedores	(4.026)	5.018
Obrigações tributárias	113	49
Obrigações trabalhistas	468	225
Ônus da concessão	36	(1)
Partes relacionadas, líquidas	(104)	55
Outras obrigações	377	(634)
	16.427	20.379
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(3.792)	(2.009)
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	(1.217)	(756)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	11.418	17.614
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao imobilizado	(223)	(161)
Adições ao ativo de contrato e intangível	(34.284)	(23.148)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	(34.507)	(23.309)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captações de empréstimos e financiamentos	26.596	11.957
Captações de mútuos	1.523	-
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(1.064)	(4.033)
Pagamento de juros sobre mútuos	(1.562)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	25.493	7.924
Adição líquida no caixa e equivalentes de caixa	2.404	2.229
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7.580	5.351
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	9.984	7.580

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Águas das Agulhas Negras S.A. (a “Concessionária”), sociedade por ações de capital fechado, com sede localizada na Avenida Professor Antônio Esteves, nº 1.000, Morada da Colina, no Município de Resende, Estado do Rio de Janeiro - Brasil, controlada pela Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A., é uma sociedade de propósito específico de concessão entre a SANEAR (Concedente), a Prefeitura de Resende (Interveniente) e a Águas das Agulhas Negras S.A. (Concessionária), através do Contrato de Concessão nº. 018/2007 de 30 de novembro de 2007, com prazo de 30 anos a partir da emissão da ordem de serviço inicial do contrato, que foi em 01 de janeiro de 2008, tendo o presente contrato a previsão de término para janeiro de 2038. Seu objeto é a gestão integrada dos sistemas e serviços de saneamento básico de água e de esgotos sanitários no perímetro urbano do Município de Resende, Estado do Rio de Janeiro, compreendendo, inclusive, as sedes distritais. O serviço público de água e esgoto compreende os serviços de operação, conservação, manutenção, modernização, ampliação, exploração e a cobrança direta aos usuários dos serviços, abrangendo, ainda, estudos técnicos, serviços e obras necessários à consecução deste objeto ao longo do período de Concessão. A remuneração da Concessionária pelos serviços prestados considera a tarifa contratual cobrada diretamente dos usuários, conforme proposto no contrato de concessão, e tem por base os volumes de água e esgoto faturáveis e aos demais serviços, de forma a possibilitar a devida remuneração do capital investido pela Concessionária. A tarifa, conforme contrato, será reajustada anualmente ou toda vez que for comprovada quebra do equilíbrio econômico-financeiro para uma das partes, de forma a realizar a devida remuneração dos custos de operação, manutenção e financiamentos, decorrentes dos investimentos realizados. O presente contrato de concessão possui cláusula de outorga que se dá pelo percentual aplicado sobre a arrecadação líquida oriunda do fornecimento de água tratada e coleta e tratamento de esgoto. Findo o prazo da presente concessão, todos os bens públicos e instalações utilizadas pela Concessionária, bem como todas as obras e instalações por ela realizadas para operar plenamente os serviços concedidos, serão revertidos automaticamente para a Prefeitura de Resende sem contrapartida financeira. **Pandemia de COVID-19:** A Concessionária possui uma equipe médica, que continua acompanhando as suspeitas e casos de Covid-19, sempre seguindo as orientações das autoridades de saúde para manter a segurança de seus colaboradores e a continuidade de suas operações. Além disso, contam com o programa de vacinação contra a gripe. A Administração da Concessionária analisou os riscos e incertezas relacionados à pandemia de Covid-19 e não foram identificados impactos relevantes que requeressem ajustes sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos Técnicos (“CPCs”), as Interpretações Técnicas (“ICPCs”) e Orientações Técnicas (“OCPCs”) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”). Adicionalmente, a Concessionária considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Concessionária preparou essas demonstrações financeiras com base no pressuposto de continuidade operacional. A Administração da Concessionária não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade da Concessionária. Em 30 de março de 2023, a diretoria executiva da Concessionária autorizou a conclusão destas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras da Concessionária foram preparadas com base no custo histórico, como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Concessionária. **3. Principais políticas contábeis: 3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. **3.2. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Concessionária. Se o prazo de recebimento é igual ou inferior a um ano, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, através da provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber. Esta provisão é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Concessionária não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais de vencimento. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, as contas a receber não consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa. **3.3. Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado ou os valores líquidos de realização e/ou os de reposição. Os estoques de materiais destinados à construção e melhorias da infraestrutura da concessão são contabilizados no intangível, como parte integrante do contrato de concessão. **3.4. Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável *(impairment)*, se houver. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a Concessionária. O valor contábil de itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém o controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis econômicas estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Equipamentos de informática	5 anos
Veículos	5 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada exercício e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva. Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos. **3.5. Ativo de contrato:** Os bens vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Concessionária de cobrar pelos serviços prestados aos clientes. Assim, os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos e financiamentos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos transferidos para o ativo intangível. **3.6. Intangível:** a) Sistema de água e esgoto: A Concessionária reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário presente nos contratos de concessão, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê (OCPC 05). O ativo intangível é determinado como sendo o valor da receita de construção auferida na construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Concessionária. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Concessionária. A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro. b) Softwares: As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada. **3.7. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC 48, que determina a classificação dos ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao custo amortizado. Dependendo das características de cada instrumento, eles podem ser classificados em resultado financeiro ou em outros resultados abrangentes. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela Administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais. A Concessionária classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias: Ativos financeiros - custo amortizado: São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas especificas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. Ativos financeiros - valor justo por meio do resultado: São reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado; e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos. Ativos financeiros - mensuração inicial: No reconhecimento inicial a Concessionária mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. Ativos financeiros - mensuração subsequente: • *Custo amortizado*: esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago. • *Valor justo por meio do resultado*: os ativos classificados dentro desse grupo são contabilizados por meio de reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. Passivos financeiros - reconhecimento inicial: Todos os passivos financeiros da Concessionária são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Concessionária incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamentos, ônus da concessão e débitos com partes relacionadas. Passivos financeiros - mensuração subsequente: • *Custo amortizado*: são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos ou através do acréscimo da taxa efetiva. • *Valor justo por meio do resultado*: são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros: Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e • A Concessionária transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. Compensação de instrumentos financeiros: Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **3.8. Perda por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros e não financeiros:** Os ativos da Concessionária são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda e, se houver, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso do ativo. A Concessionária baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos abrangem o período da concessão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não foi identificado nenhum evento indicando a não recuperabilidade dos ativos da Concessionária. **3.9. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Concessionária tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesas no período em que são incorridos. **3.10. Tributos:** Imposto de renda e contribuição social correntes: A Concessionária adota o lucro real como regime de tributação para apuração do imposto de renda e da contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de duzentos e quarenta mil reais anuais para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos tendo como base as adições e exclusões temporárias, oriundas das diferenças entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores considerados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias oriundas do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que, na data da transação, não afete o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço, avaliando-se a sua recuperabilidade, de acordo com premissas de projeções, e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Tributos sobre as receitas: As receitas de serviços estão sujeitas à Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS, à alíquota de 1,65% e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, à alíquota de 7,60%. Estes encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado. **3.11. Benefícios a empregados:** Os salários, incluindo provisões para férias, 13º salário e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência. A provisão para participação nos resultados é constituída de acordo com a competência, sendo contabilizada como despesa operacional. Plano de previdência privada de funcionários: Os custos do plano de previdência privada, em sua totalidade na modalidade de contribuição definida, são rateados entre os funcionários elegíveis e a Concessionária, participação esta que se inicia na proporção de 50% pelos funcionários e 50% pela Concessionária, percentual que, com o passar do tempo, poderá chegar a 20% para os funcionários e 80% para a Concessionária. **3.12. Provisões:** Geral: São reconhecidas quando a Concessionária possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas: O Concessionária é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.13. Receita operacional:** i) Receita de prestação de serviços: Receitas relativas ao tratamento e distribuição de água e de coleta e tratamento de esgotamento sanitário. São reconhecidas por ocasião do consumo de água ou da prestação de serviços. As receitas ainda não faturadas, cujos serviços já foram prestados, são reconhecidas com base em estimativas mensais dos serviços completados. A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água e é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados. ii) Receitas de construção: A receita relacionada à construção, compreende obrigações de desempenho referentes a projetos de infraestrutura, de acordo com o contrato de concessão. Dessa forma, a construção da infraestrutura necessária para a distribuição de água e coleta e tratamento de esgotamento sanitário é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente, sendo a correspondente receita reconhecida ao resultado. Para mensuração destas receitas, a Concessionária estima que a margem é irrelevante, considerando-a zero. Portanto, esta receita de construção é mensurada sem adicional de margem sobre o custo de construção. **3.14. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem as receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros e multas vinculadas à operação. A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de taxa de juros efetiva. As despesas financeiras abrangem substancialmente os juros com empréstimos e financiamentos, juros capitalizados, juros de mútuo, variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e contingências, tributos sobre operações financeiras e descontos concedidos. As despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido. **3.15. Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e refletem as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3.16. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022:** As normas apresentadas a seguir foram revisadas e passaram a ser aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022 e, portanto, estão sendo adotadas nestas demonstrações financeiras. A adoção dessas alterações de normas não resultou em impacto relevante sobre as divulgações ou os valores divulgados. Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1): As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como: i) Contrato Oneroso – custos de cumprimento de contrato; ii) Ativo imobilizado – vendas antes do uso pretendido; e iii) Referências à Estrutura conceitual. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Concessionária. A Concessionária pretende adotar as mudanças para períodos futuros, caso se tornem aplicáveis. **3.17. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão dessas demonstrações financeiras, estão descritas a seguir e todas são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023. A Concessionária pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. CPC 50 - Contratos de seguro: Uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Essa norma não se aplica a Concessionária. Alterações ao CPC 26: Classificação de passivos como circulante ou não circulante: A norma especifica os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: i) o que significa um direito de postergar a liquidação; ii) que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; iii) que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros da Concessionária. Alterações ao CPC 23: Definição de estimativas contábeis e divulgação de políticas contábeis: As alterações na norma esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, há o esclarecimento de como as entidades usam as técnicas de medição e *inputs* para desenvolver as estimativas contábeis. A Concessionária avaliará o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. Alterações ao CPC 32: Tributos diferidos relacionados a ativos e passivos originados de uma simples transação: As alterações restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros da Concessionária. **4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Julgamentos: A elaboração das demonstrações financeiras pela Concessionária requer que a Administração adote julgamentos profissionais, estimativas e premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. A incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar à necessidade de ajustes em períodos futuros no valor contábil do ativo ou passivo afetado. Estimativas e premissas contábeis: As principais premissas relativas a incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incertezas nas estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de gerar um ajuste significativo no valor contábil de ativos e passivos no exercício seguinte, são consideradas a seguir: a) *Vida útil dos ativos intangíveis:* Os ativos intangíveis das concessões de serviços públicos são amortizados pelo método linear e refletem o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Concessionária, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Os ativos intangíveis têm a sua amortização iniciada quando estão disponíveis para uso, em seu local e na condição necessária para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Concessionária. b) *Provisões para riscos cíveis e trabalhistas:* A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. c) *Provisão para perdas de crédito das contas a receber:* A provisão para perdas de crédito das contas a receber é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes, de acordo com os seguintes critérios: i) *Contas vencidas há mais de seis meses:* Esses créditos são considerados como perdas assim que atingem seis meses de atraso, até o limite de R$5, por nota fiscal, de acordo com a Lei nº 9.430/1996 e, a partir de 08/10/2014, até o limite de R$15, de acordo com a Lei nº 13.097/2015, sendo baixados diretamente de contas a receber contra o resultado. ii) *Contas vencidas há mais de um ano:* Esses créditos são considerados como perdas assim que atingem um ano de atraso, de valores acima de R$5 até R$30, por operação, de acordo com a Lei nº 9.430/1996 e, a partir de 08/10/2014, de valores acima de R$15 até R$100, de acordo com a Lei nº 13.097/2015, sendo contabilizados como despesa, tendo como contrapartida a conta redutora de contas a receber. iii) *Perdas gerenciais:* São provisionadas e registradas em conta de resultado, como perdas não dedutíveis para efeito de imposto de renda e contribuição social. -Valores até R$5, vencidas entre 90 e 180 dias, emitidas até 07/10/2014; -Valores até R$15, vencidas entre 90 e 180 dias, emitidas a partir de 08/10/2014; -Valores maiores que R$5, vencidas entre 90 e 365 dias, emitidas até 07/10/2014; -Valores maiores que R$15, vencidas entre 90 e 365 dias, emitidas a partir de 08/10/2014; -Valores maiores que R$30, vencidas há mais de um ano, emitidas até 07/10/2014; -Valores maiores que R$100, vencidas há mais de um ano, emitidas a partir de 08/10/2014. d) *Receita não faturada:* As receitas ainda não faturadas representam serviços prestados para os quais ainda não foram realizadas leituras. São reconhecidas com base em estimativas mensais calculadas de acordo com último faturamento de cada ciclo de leitura. Informações adicionais da receita e contas a receber estão descritas nas Notas 3.14 e 7. **5. Gestão de riscos financeiros: 5.1. Instrumentos financeiros por categoria:** A Concessionária efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores justos, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores contábeis e valores justos dos instrumentos financeiros da Concessionária, em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 são como segue:

			31/12/2022		31/12/2021	
	Classificação por categoria	Hierarquia do valor justo	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo
Ativos financeiros						
Equivalentes de caixa (aplicações financeiras)	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	9.839	9.839	7.408	7.408

ÁGUAS DAS AGULHAS NEGRAS S.A.

CNPJ 09.195.493/0001-37

Aplicações financeiras vinculadas	Valor justo por meio de resultado	**Nível 2**	**83**	**83**	76	76
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	-	**10.656**	**10.656**	8.828	8.828
Passivos financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado	-	**2.075**	**2.075**	6.101	6.101
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	-	**58.302**	**58.302**	29.463	29.463
Ônus da concessão	Custo amortizado	-	**208**	**208**	172	172
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	-	**570**	**570**	472	472

As políticas de gerenciamento de risco da Concessionária são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Concessionária está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Concessionária. **5.2 – Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado de posições detidas pela Concessionária, incluindo as operações sujeitas às taxas de juros e riscos de preços. Risco de taxas de juros: Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Concessionária ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. A Concessionária utiliza a geração de caixa das atividades operacionais para gerir as suas operações assim como para garantir seus investimentos e expansão. Para suprir eventuais necessidades de caixa para desenvolvimento do negócio, a Concessionária obtém empréstimos e financiamentos em moedas locais sujeitos à flutuação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"). O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que impactem seus fluxos de caixa. A Concessionária também está exposta à flutuação de taxas de juros referentes ao saldo de aplicações financeiras, que são remuneradas com base em percentuais do CDI. A análise de sensibilidade dos juros sobre os empréstimos e financiamentos, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas, utilizou as projeções do CDI para os próximos 12 meses, este definido como cenário provável, por meio dos relatórios de análise econômica do Itaú. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Operação	Risco	Valor contábil	Cenário I provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%
Ativo					
Equivalentes de caixa	**CDI**	**9.839**	**11.169**	**11.502**	**11.834**
Aplicações financeiras vinculadas	**CDI**	**83**	**94**	**97**	**100**
Passivo					
Empréstimos e financiamentos	**CDI**	**(8.000)**	**(9.082)**	**(9.352)**	**(9.622)**
Passivo líquido		**1.922**	**2.181**	**2.247**	**2.312**
Efeito líquido			**259**	**325**	**390**
CDI (a.a.)			**13,52%**		

5.3 - Risco de liquidez: É o risco de a Concessionária não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A abordagem da Concessionária na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Concessionária. As tabelas abaixo demonstram análise dos vencimentos para os passivos financeiros em aberto, sem os custos de transação relativos aos empréstimos e financiamentos, em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (valores não descontados):

	Valor Contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Em 31 de dezembro de 2022				
Fornecedores	**2.075**	**2.075**	**-**	**-**
Empréstimos e financiamentos	**58.566**	**8.548**	**7.393**	**42.625**
Ônus da concessão	**208**	**208**	**-**	**-**
Débitos com partes relacionadas	**570**	**570**	**-**	**-**
	61.419	**11.401**	**7.393**	**42.625**

	Valor Contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Em 31 de dezembro de 2021				
Fornecedores	6.101	6.101	-	-
Empréstimos e financiamentos	29.746	1.099	5.402	23.245
Ônus da concessão	172	172	-	-
Débitos com partes relacionadas	472	472	-	-
	36.491	7.844	5.402	23.245

5.4. Gestão de capital: Os objetivos da Concessionária ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. E, para atingimento desses objetivos, exerce uma gestão financeira e de capital centralizada. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Concessionária pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras empresas do setor, a Concessionária monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde aos empréstimos e financiamentos, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 podem ser assim sumariados:

	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	**58.302**	29.463
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	**(9.984)**	(7.580)
Dívida líquida (a)	**48.318**	21.883
Total do patrimônio líquido (b)	**72.304**	65.369
Total do capital (a+b)	**120.622**	87.252
Índice de alavancagem financeira - % [a/(a+b)]	**40,06%**	25,08%

6. Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	**145**	172
Aplicações financeiras	**9.839**	7.408
	9.984	7.580

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata, representados, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário – CDBs, os quais são registrados pelos valores nominais, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

7. Contas a receber de clientes	31/12/2022	31/12/2021
Clientes (a)	**9.189**	7.057
Clientes - parcelamento (b)	**1.246**	1.615
Pontos arrecadadores (c)	**221**	156
Perdas de créditos das contas a receber	**(1.010)**	(758)
	9.646	8.070

(a) A conta "Clientes" representa o saldo de contas emitidas e ainda não recebidas, além dos valores fornecidos ainda não faturados (ajuste por competência). (b) A conta de "Clientes - parcelamento" refere-se a acordos firmados entre os clientes e a Concessionária para a quitação de seus débitos. (c) Os "Pontos arrecadadores" são agentes arrecadadores que já receberam as contas dos clientes e ainda não repassaram para a Concessionária. O *aging list* de contas a receber é composto da seguinte forma:

	31/12/2022	31/12/2021
A vencer		
Faturado	**2.428**	1.877
Não faturado	**2.487**	1.964
Vencidas		
Até 30 dias	**3.069**	2.397
De 31 a 60 dias	**756**	623
De 61 a 90 dias	**390**	302
De 91 a 180 dias	**829**	625
Mais de 180 dias	**697**	1.040
	10.656	8.828

8. Aplicações financeiras vinculadas: O montante de R$ 83 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 76 em 31 de dezembro de 2021) corresponde à contrapartida com recursos próprios, prevista na cláusula 6ª do "Contrato de Financiamento e Repasse", firmado com a Caixa Econômica Federal em 27 de dezembro de 2018, destinada à execução de projetos, obras e serviços relativos ao empreendimento financiado.

9. Imobilizado	Taxa de	31/12/2022			31/12/2021
	depreciação anual	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Equipamentos de informática	20%	**1.132**	**(833)**	**299**	243
Veículos	20%	**146**	**(95)**	**51**	41
Máquinas e equipamentos	10%	**107**	**(62)**	**45**	47
Móveis e utensílios	10%	**375**	**(246)**	**129**	113
		1.760	**(1.236)**	**524**	444

Movimentação do imobilizado:	Saldos em 31/12/2021	Adições	Depreciação	Saldos em 31/12/2022
Equipamentos de informática	243	**150**	**(94)**	**299**
Veículos	41	**29**	**(19)**	**51**
Máquinas e equipamentos	47	**7**	**(9)**	**45**
Móveis e utensílios	113	**37**	**(21)**	**129**
	444	**223**	**(143)**	524

	Saldos em 31/12/2020	Adições	Baixas	Depreciação	Saldos em 31/12/2021
Equipamentos de informática	217	116	(1)	(89)	243
Veículos	41	16	-	(16)	41
Máquinas e equipamentos	52	2	-	(7)	47
Móveis e utensílios	107	27	-	(21)	113
	417	161	(1)	(133)	444

10. Ativo de contrato	Saldos em 31/12/2021	Adições	Transferências	Saldos em 31/12/2022
Infraestrutura em construção	28.628	**34.924**	**(3.839)**	**59.713**
	28.628	**34.924**	**(3.839)**	59.713

	Saldos em 31/12/2020	Adições	Transferências	Saldos em 31/12/2021
Infraestrutura em construção	18.702	22.131	(12.205)	28.628
	18.702	22.131	(12.205)	28.628

As transferências ocorridas no exercício de 2022 e 2021 referem-se a movimentações entre o intangível e o ativo de contrato. Custos de empréstimos capitalizados: Os juros de empréstimos e financiamentos são capitalizados nos ativos de concessão durante o período em construção, sendo R$ 2.716 em 31 de dezembro de 2022, a uma taxa média ponderada de 10,75% a.a. (R$ 636 e 8,59% a.a. em 31 de dezembro de 2021).

11. Intangível	Taxa de	31/12/2022			31/12/2021
	amortização anual	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Softwares e aplicativos	20%	200	(183)	17	10
Desenvolvimento de projetos	20%	3.370	(2.866)	504	262
Concessão/Infraestrutura		109.535	(38.125)	71.410	71.748
		113.105	(41.174)	71.931	72.020

Os valores reconhecidos na linha de concessão/infraestrutura representam o valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão e sua respectiva amortização acumulada. As taxas utilizadas baseiam-se no prazo final da concessão ou na vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro, sendo esse montante em 31 de dezembro de 2022 composto pelos seguintes ativos:

	31/12/2022			31/12/2021
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Adutoras	**8.583**	**(2.368)**	**6.215**	6.567
Estação de Tratamento de Água - ETA	**18.056**	**(7.483)**	**10.573**	11.333
Reservatório	**3.349**	**(1.184)**	**2.165**	2.285
Booster	**186**	**(23)**	**163**	174
Elevatória de água	**123**	**(13)**	**110**	117
Substituição/Expansão de rede de água	**17.097**	**(5.888)**	**11.209**	10.397
Ligação de água	**8.794**	**(1.823)**	**6.971**	6.115
Ligação de esgoto	**6.488**	**(2.575)**	**3.913**	3.965
Substituição/Expansão de rede de esgoto	**11.647**	**(4.733)**	**6.914**	7.475
Elevatória - esgoto	**435**	**(132)**	**303**	324
Estação de Tratamento de Esgoto - ETE	**16.275**	**(5.021)**	**11.254**	11.622
Benfeitorias em imóveis de terceiros	**7.106**	**(943)**	**6.163**	6.375
Máquinas e equipamentos	**11.255**	**(5.798)**	**5.457**	4.999
Veículos	**141**	**(141)**	**-**	-
	109.535	**(38.125)**	**71.410**	71.748

Movimentação do intangível:

	Saldos em 31/12/2021	Adições	Amortização	Transferências	Saldos em 31/12/2022
Softwares e aplicativos	10	**13**	**(6)**	**-**	**17**
Desenvolvimento de projetos	262	**242**	**-**	**-**	**504**
Concessão/Infraestrutura	71.748	**1.822**	**(5.999)**	**3.839**	**71.410**
	72.020	**2.077**	**(6.005)**	**3.839**	**71.931**

	Saldos em 31/12/2020	Adições	Amortização	Transferências	Saldos em 31/12/2021
Softwares e aplicativos	18	-	(8)	-	10
Desenvolvimento de projetos	204	103	(45)	-	262
Concessão/Infraestrutura	65.247	914	(6.618)	12.205	71.748
	65.469	1.017	(6.671)	12.205	72.020

As transferências ocorridas no exercício de 2022 e 2021 referem-se a movimentações entre o intangível e o ativo de contrato.

12. Fornecedores	31/12/2022	31/12/2021
Mercadoria	**713**	733
Serviços	**207**	339
Infraestrutura	**936**	4.982
Outros	**219**	47
	2.075	6.101

13. Empréstimos e financiamentos

Linha de Crédito	Indexador	Juros	31/12/2022	31/12/2022
Empréstimos e Financiamentos				
FINAME PSI (a)		2,50% e 6,0% a.a.	**58**	138
Capital de giro (b)	CDI	1,04% a.a.	**8.000**	8.858
Saneamento para todos (c)	TR	8,50% a.a.	**50.508**	20.750
(-) Custos de transação			**(264)**	(283)
Total de Empréstimos e Financiamentos			**58.302**	29.463
Circulante			**8.530**	1.081
Não circulante			**49.772**	28.382

(a) A linha de crédito FINAME PSI é composta pelo contrato obtido no exercício de 2014 junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES com R$ 252 de valor contratado. Este contrato foi celebrado com prazo de carência de 21 meses para a amortização do principal, com pagamento de juros trimestrais durante o período de carência e, após, com pagamentos mensais, com vencimento para 2024. O crédito referente contrato de 2012 foi totalmente amortizado em dezembro de 2022. Estas operações tiveram como objetivo a aquisição de máquinas e equipamentos operacionais, com a finalidade de expandir, modernizar e reforçar a infraestrutura para dar suporte à operação da Concessionária e são amparadas por alienação fiduciária dos bens e aval prestado por Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. (b) Em novembro de 2019 a Concessionária contratou empréstimo de capital de giro no valor de R$ 11.800. Este contrato foi celebrado com prazo de carência de 26 (vinte e seis) meses para amortização do principal, com pagamento de juros trimestrais, inclusive durante o período de carência, com vencimento final para 2024. (c) A linha de crédito vinculada ao "Programa saneamento para todos" foi obtida no exercício de 2018 junto a Caixa Econômica Federal, com R$ 61.814 de valor contratado. Este contrato foi celebrado com carência de 48 (quarenta e oito) meses para a amortização do principal, com capitalização das taxas de juros e administrativa e pagamento de taxa de risco de crédito mensais durante o período de carência e, após, com pagamentos mensais, com vencimento final para 2037. Este financiamento é destinado a investimentos em sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, e é amparado por alienação fiduciária das ações, conta reserva, direitos creditórios, nota promissória e aval prestado por Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. Determinados contratos possuem condições contratuais que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (*Covenants*) com base em índices financeiros. A Administração acompanha os cálculos destes índices mensalmente, a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Não foram identificadas quebras nos termos contratuais em 31 de dezembro de 2022. A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	**29.463**	20.713
Captações	**26.596**	12.277
Juros e encargos financeiros	**4.013**	1.480
Variações monetárias	**493**	-
Amortização de principal	**(1.064)**	(4.033)
Amortização de juros	**(1.217)**	(756)
Custo de transação	**-**	(320)
Amortização dos custos de transação	**18**	102
Saldo final	**58.302**	29.463

As parcelas de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:

	Empréstimos e financiamentos					
	31/12/2022			31/12/2021		
	Dívida	Custos de transação	Total líquido	Dívida	Custos de transação	Total líquido
2023	**-**	**-**	**-**	5.402	(18)	5.384
2024	**7.392**	**(18)**	**7.374**	5.397	(18)	5.379
2025	**3.433**	**(18)**	**3.415**	1.437	(18)	1.419
Após 2025	**39.193**	**(210)**	**38.983**	16.410	(210)	16.200
	50.018	**(246)**	**49.772**	28.646	(264)	28.382

14. Obrigações tributárias: Os impostos e contribuições estão assim representados:

	31/12/2022	31/12/2021
PIS/COFINS/CSLL retidos	**27**	19
ISS	**72**	61
IRRF	**69**	45
PIS	**83**	69
COFINS	**383**	319
IRPJ	**67**	203
CSLL	**61**	95
	762	811

15. Imposto de renda e contribuição social: a) Composição dos tributos diferidos: Os tributos diferidos são contabilizados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, cujos efeitos ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem às bases de cálculo.

	31/12/2022	31/12/2021
Provisões perdas de crédito das contas a receber	**293**	218
Provisões para contingências	**493**	137
Provisão participação nos lucros	**155**	220
Provisões salários e encargos em acordo coletivo	**-**	81
Outros	**16**	8
Ativo fiscal diferido	**957**	664
Juros capitalizados	**(1.212)**	(292)
Ajustes do Regime de tributação transitório Lei nº 12.973/2014 (i)	**(677)**	(723)
Passivo fiscal diferido	**(1.889)**	(1.015)
Tributos diferidos, líquidos	**(932)**	(351)

Conciliação da taxa efetiva	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**13.382**	13.111
Alíquota nominal	**34%**	34%
Imposto de renda e contribuição social - alíquotas vigentes	**(4.550)**	(4.458)
(Adições) exclusões no cálculo do tributo:		
Permanentes (despesas indedutíveis)	**(211)**	(26)
Efeito referente à alíquota de adicional do imposto de renda	**24**	24
Incentivo cultural (Lei nº 8.313/91 - art.18)	**40**	35
Incentivo empresa cidadã (Lei nº 11.770/08)	**13**	4
Programa de Alimentação do Trabalhador (9.580/2018)	**71**	41
Fundo da Infância e da Adolescência (Decreto nº 3.000/99)	**17**	9
Incentivo desportivo (Lei nº11.438/06 - art. 3)	**17**	5
Total das despesas de imposto de renda e da contribuição social	**(4.579)**	(4.366)
Alíquota efetiva	**34,22%**	33,30%

16. Ônus da concessão: O valor demonstrado no passivo circulante em 31 de dezembro de 2022 de R$ 208 (R$ 172 em 31 de dezembro de 2021) representa o exigível do Contrato de Concessão junto à Prefeitura de Resende, calculado com base em um percentual de 3,476% sobre a arrecadação das tarifas de serviços prestados de distribuição de água e coleta de tratamento de esgoto. **17. Provisões para contingências:** As provisões para contingências são constituídas para fazer face às perdas em processos judiciais e administrativos, os quais, quando aplicável, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são baseadas na opinião do departamento jurídico da Concessionária e de seus assessores legais. As provisões estão assim demonstradas:

	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhistas	**203**	234
Cíveis	**1.248**	1.057
	1.451	1.291

Processos com probabilidade de perda classificada como possível: A Concessionária está envolvida em ações para as quais possui expectativas de perdas possíveis, apresentando como posição dos passivos contingentes em 31 de dezembro de 2022 os valores de R$ 9.757 para contingências cíveis (R$ 7.864 em 31 de dezembro de 2021) e R$ 212 para contingências trabalhistas (R$ 340 em 31 de dezembro de 2021). Ação revisional em face de Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda. e Águas das Agulhas Negras: Trata-se de ação revisional de contrato, em que a Nissan pretende afastar o pagamento mínimo da demanda contratada. Alega que em virtude da Pandemia ficou vários períodos com consumo abaixo do mínimo. Assim, pretende com a ação pagar somente o consumido e não a demanda mínima contratada. Realizada a perícia constatou-se que todo o consumo cobrado está de acordo com os termos do contrato. A sentença foi proferida rejeitando a pretensão da Nissan. Agora está com prazo aberto para recurso. **18. Partes relacionadas:** Remuneração de pessoal chave da Administração: Os diretores são as pessoas chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Concessionária. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram pagos pela Concessionária o montante total de R$ 830 (R$ 314 em 31 de dezembro de 2022). Abaixo os valores estão segregados por natureza:

	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração	**613**	229
Encargos sociais	**182**	74
Plano de saúde	**24**	7
Plano de previdência privada	**-**	1
Outros	**11**	3
	830	314

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não foi pago valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho. Resumo das transações com partes relacionadas

	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante:		
Créditos com partes relacionadas (a)		
Águas de Paraty S.A.	**1**	-
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	**242**	41
Total ativo circulante	**243**	41
Passivo circulante:		
Obrigações com acionistas (b)		
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	**13.085**	10.994
Débitos com partes relacionadas (a)		
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	**570**	472
Total passivo circulante	**13.655**	11.466

Resultado com partes relacionadas	31/12/2022	31/12/2021
Despesas		
Contrato de gestão *(Mangement Fee)* (a)		
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	**(3.455)**	(2.838)

Os saldos decorrem de transações entre concessionárias do mesmo grupo econômico, vinculadas à compra e venda de materiais ou das prestações de serviços, oriundos do: i) contrato de fruição de utilidades comuns com a Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda., resultando na estrutura de Unidade de Administração Central (UAC) para as áreas de finanças, planejamento, recursos humanos, tecnologia da informação e logística; ii) do contrato de gestão centralizada (Management Fee) com a Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. (a) Os valores correspondem aos dividendos a pagar. Movimentação do passivo de mútuo com a Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.:

Saldo em 31/12/2021	Empréstimo	Juros	IOF	Amortização	IRRF	Saldo em 31/12/2022
-	**1.523**	**36**	**11**	**(1.562)**	**(8)**	**-**

19. Patrimônio líquido: a) Capital social: O capital social realizado por Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. no montante de R$ 36.694 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 36.694 em 31 de dezembro de 2021) está representado por 100.000 (cem mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. b) Reserva legal: Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. c) Reserva para investimentos: Constituída reserva para investimentos de importância não inferior a 5% e não superior a 75% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, cuja finalidade é financiar suas atividades, inclusive através da subscrição de aumentos de capital ou da criação de novos empreendimentos. A reserva para investimentos não pode exceder a 80% do capital social subscrito. d) Dividendos: Os acionistas têm assegurado, em cada exercício, dividendos não inferiores a 25% do lucro líquido, calculados nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido	**8.803**	8.745
Constituição da reserva legal - 5%	**(440)**	(437)
Base de cálculo dos dividendos	**8.363**	8.308
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	**2.091**	2.077

e) Reserva para retenção de lucros: Para atender a projetos de investimentos previstos no orçamento de capital, a Concessionária retém parte do lucro do exercício, conforme disciplinado pelo artigo 196 da Lei nº 6.404/76.

20. Receita líquida	31/12/2022	31/12/2021
Receita de prestação de serviços	**75.672**	61.091
Receita de construção	**35.872**	21.649
Cancelamentos	**(183)**	(183)
	111.361	82.557
PIS e COFINS sobre serviços	**(6.948)**	(5.610)
Descontos concedidos	**(382)**	(280)
	104.031	76.667

21. Custos dos serviços prestados	31/12/2022	31/12/2021
Taxas de recursos hídricos e ambientais	**(942)**	(739)
Ônus da concessão	**(2.270)**	(1.887)
Energia elétrica	**(6.447)**	(6.132)
Custo de construção	**(35.872)**	(21.649)
Materiais aplicados nos serviços	**(3.225)**	(3.098)
Salários e benefícios a empregados	**(10.430)**	(8.767)
Utilização de imóveis e telefonia	**(154)**	(163)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	**(1.724)**	(1.462)
Serviços de terceiros	**(3.476)**	(3.343)
Depreciações e amortizações	**(5.468)**	(6.028)
Outros custos	**(149)**	(114)
	(70.157)	(53.382)

22. Despesas gerais e administrativas	31/12/2022	31/12/2021
Salários e benefícios a empregados	**(7.332)**	(6.475)
Utilização de imóveis e telefonia	**(404)**	(395)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	**(301)**	(323)
Serviços de terceiros	**(6.922)**	(5.523)
Despesas com contencioso	**(778)**	(584)
Impostos, encargos, taxas e contribuições	**(27)**	(32)
Depreciações e amortizações	**(124)**	(163)
Perdas de crédito das contas a receber	**(1.708)**	(888)
Reversões de contingências	**19**	5.958
Outras despesas	**(2.215)**	(1.357)
	(19.792)	(9.782)

23. Resultado financeiro	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras		
Rendimentos com aplicações financeiras	**763**	270
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	**(93)**	(54)
Juros e multas vinculadas à operação	**1.224**	885
Outras receitas financeiras	**13**	-
	1.907	1.101
Despesas financeiras		
Juros com empréstimos e financiamentos	**(1.297)**	(844)
Juros de mútuo	**(36)**	-
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	**(493)**	-
Atualização monetária das contingências	**(179)**	(195)
Tributos sobre operações financeiras	**(48)**	(13)
Descontos concedidos	**(53)**	(124)
Outras despesas financeiras	**(549)**	(371)
	(2.655)	(1.547)
Resultado financeiro	**(748)**	(446)

24. Seguros: O Grupo Águas do Brasil adota a política de contratar cobertura de seguros de forma global para riscos de engenharia, patrimoniais, ambientais e de responsabilidade civil dos administradores (D&O), entre outros, especificamente associados à natureza de sua atividade. Os seguros contratados possuem cobertura sobre construção, fornecimento ou prestação de serviços. A cobertura em 31 de dezembro de 2022 está apresentada a seguir:

Ramos	Vigência das apólices	Importâncias seguradas
Responsabilidade civil administradores - D&O	27/09/2022 a 27/09/2023	50.000
Responsabilidade civil geral	17/01/2023 a 17/01/2024	13.000
Riscos operacionais	30/12/2022 a 17/01/2024	75.000
Risco de engenharia e responsabilidade civil obras	31/12/2022 a 31/12/2023	80.813
Riscos ambientais	22/12/2022 a 22/12/2023	5.000
Garantia de concessão	01/01/2023 a 01/01/2024	747
Seguro garantia (*performance bond*)	06/01/2023 a 06/01/2024	6.568
Seguro de veículos	17/10/2022 a 17/10/2023	100
Garantia judicial	2021 a 2026	636

5. Transações que não envolvem caixa: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Concessionária realizou as seguintes atividades que não envolveram caixa e, portanto, foram excluídas da demonstração dos fluxos de caixa:

	31/12/2022	31/12/2021
Juros capitalizados	**(2.716)**	-

Gabriel Roberti - **Diretor**
Contadora: Gabriela Ferreira Nunes Alves
CRC/RJ 100510/O-9 CPF: 080.376.027-29

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras: Aos Administradores da **Águas das Agulhas Negras S.A. -** Rio de Janeiro - RJ: **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Águas das Agulhas Negras S.A. ("Concessionária"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Concessionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Concessionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Concessionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada

ÁGUAS DAS AGULHAS NEGRAS S.A.

CNPJ 09.195.493/0001-37

de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Concessionária. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Concessionária. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Concessionária a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 30 de março de 2023.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC SP-015199/F;
Gláucio Dutra da Silva - Contador CRC-RJ090174/O

Rio de Janeiro/Mundo

OUTONO: Sol com nuvens de manhã. Pancadas de chuva à tarde e à noite. Manhã Tarde Noite 34° 21° 95% 05:58 17:55

REDE PÚBLICA

RJ anuncia app com 'botão de pânico' contra ataques em escolas

O Rio de Janeiro anunciou ontem a criação de um aplicativo com botão de pânico e treinamento para professores em caso de ataques em escolas públicas e privadas. A promessa é que o app intitulado Rede Escola, desenvolvido pela Polícia Militar, seja lançado em um mês. A medida ocorre após o ataque feito por um adolescente de 13 anos a uma escola estadual de São Paulo na última segunda-feira e uma tentativa de ataque com faca em uma escola na zona sul do Rio, na última terça -feira.

"Assim que vimos aquela cena lamentável de São Paulo, pensamos na ideia de criação de um plano de segurança para as escolas. Além da preocupação com as operações perto das escolas, há a preocupação com a segurança dos alunos dentro do ambiente escolar", afirmou o governador Cláudio Castro (PL).

O projeto foi apresentado nesta quinta em uma reunião com representantes da educação do estado e do município. A ideia é que os alunos e professores possam comunicar rapidamente às autoridades policias situações de risco. O controle do aparelho no ambiente da sala de aula, no entanto, será monitorado e administrado pelos docentes. O aplicativo, segundo Castro, estará disponível para escolas públicas nas redes municipal, estadual e federal, e também nas particulares. Por meio do botão de emergência, a escola poderá fazer denúncias e acionar a PM no número 190.

O objetivo é que o aplicativo funcione aos moldes do Rede Mulher, app que atende vítimas de violência no estado desde outubro. O Rede Escola também terá, segundo o governo, outras funções. Estarão disponíveis palestras, informações e materiais ligados ao combate à violência.

O Bope (Batalhão de Operações Policiais Especial) e a Core (Coordenadoria de Operações e Recursos Especiais) vão elaborar um treinamento para que os professores aprendam estratégias de negociação para aplicar nas escolas em caso de ataques.

Além disso, também nesta quinta-feira, foi criado o Comitê Permanente de Segurança Escolar para que representantes dos colégios levem reivindicações às polícias e discutam a criação de outras estratégias.

Ataques recentes Dois casos ocorreram em menos de uma semana no estado. Na última sexta-feira, um jovem de 17 anos foi apreendido por suspeita de planejar um ataque a um colégio na capital fluminense.

A operação foi deflagrada após a polícia se deparar com vídeos do jovem publicados na internet em que ameaçava professores e colegas da escola. A ação contou com a Polícia Civil, a Polícia Federal e a Interpol, responsável por fazer o alerta.

CÚPULA DA DEMOCRACIA

Brasil deixa de assinar declaração contra Rússia

O Brasil não assinou a declaração final da segunda edição da Cúpula da Democracia, evento promovido pelo governo Joe Biden e organizado em conjunto com Costa Rica, Holanda, Coreia do Sul e Zâmbia.

O texto traz uma série de críticas à invasão da Ucrânia pela Rússia, que já dura mais de 13 meses. "Lamentamos as terríveis consequências humanitárias e de direitos humanos da agressão da Federação Russa contra a Ucrânia, incluindo os ataques contínuos contra infraestrutura crítica em toda a Ucrânia com consequências devastadoras para os civis, e expressamos nossa grande preocupação com o alto número de vítimas civis, incluindo mulheres e crianças, o número de deslocados internos e refugiados que precisam de assistência humanitária, e violações e abusos cometidos contra crianças", diz o documento.

A declaração levanta ainda preocupações com o impacto da guerra em áreas como segurança alimentar e energética, proteção nuclear e meio ambiente. "Exigimos que a Rússia retire imediata, completa e incondicionalmente todas as suas forças militares do território da Ucrânia e pedimos o fim das hostilidades", continua o texto, pedindo responsabilização por crimes que violam o direito internacional.

Ao todo, 76 países assinaram o comunicado, 16 deles apontando discordâncias. Três países signatários, por exemplo, não concordam integralmente com o parágrafo que cita a Rússia: Índia (membro do Brics, ao lado de Moscou, Brasil, China e África do Sul), Armênia e México.

A avaliação do governo brasileiro foi a de que o fórum adequado para discutir o tema seria a Organização das Nações Unidas, e não a Cúpula da Democracia, evento capitaneado por Washington, muito envolvido na guerra, segundo diplomatas ouvidos pela reportagem.

A Cúpula da Democracia acontece nesta semana e serviu como uma espécie de fórum online com discursos feitos por líderes via videoconferência. O governo americano convidou 120 países para participar do evento, mas apenas 85 líderes enviaram discursos, e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) não estava entre eles. O ex-presidente estaria na China --país não convidado para a cúpula- e iria enviar um vídeo gravado, o que não foi possível por questões de saúde depois que ele recebeu diagnóstico de pneumonia, segundo fontes do governo brasileiro.

Questionado sobre as ausências de assinaturas, uma autoridade sênior do governo americano afirmou que "em qualquer declaração conjunta as negociações podem ser intensas" e que as assinaturas são preliminares, uma vez que mais países podem aderir ao documento.

O documento não é centrado na Guerra da Ucrânia, mas é uma espécie de compromisso dos signatários com a promoção da democracia e com o fortalecimento de instituições. O texto, porém, foi assinado por líderes criticados por ações consideradas antidemocráticas, como Narendra Modi, da Índia, Binyamin Netanyahu, de Israel, e Andrzej Duda, da Polônia.

Sob Lula, a diplomacia brasileira manteve postura semelhante à que já tinha com Jair Bolsonaro (PL) na Guerra da Ucrânia e tem evitado aderir às manifestações mais duras dos Estados Unidos e de aliados do Ocidente, ainda que tenha condenado a guerra em fóruns internacionais.

Lula já propôs criar um "clube da paz" de países não alinhados para negociar o fim da guerra e se opõe ao envio de armas e de munições aos ucranianos e à adoção de sanções contra os russos. Já os EUA vêm destinando bilhões de dólares em ajuda a Kiev e impondo sanções ao governo de Vladimir Putin.

Nesta semana, o Brasil votou junto com Rússia e China no Conselho de Segurança da ONU pela abertura de uma investigação do ataque aos gasodutos russos Nord Stream, que ligam a Rússia à Alemanha, mas a posição foi derrotada pelos outros membros do órgão.

Em fevereiro, porém, o governo brasileiro cedeu à pressão da Casa Branca e aceitou uma declaração conjunta com o governo Biden após a visita de Lula a Washington que condenava nominalmente Moscou pela violação territorial na Ucrânia, pelo desrespeito ao direito internacional, pelas mortes e pelos ataques à infraestrutura essencial do país.

A Cúpula da Democracia neste ano estava esvaziada em relação ao primeiro encontro, e ausências importantes foram notadas. Além do Brasil, líderes de países como Chile, Argentina, Espanha e Portugal não participaram.

Biden anunciou um financiamento de US$ 690 milhões (R$ 3,5 bilhões) para um fundo para fortalecer democracias em todo o mundo. O valor ultrapassa os cerca de US$ 400 milhões (cerca de R$ 2 bilhões) anunciados com um propósito semelhante em 2021, durante a primeira edição do evento. Segundo o líder americano, o montante servirá para ajudar a combater a corrupção, apoiar eleições livres e justas e desenvolver tecnologias avançadas a fim de apoiar governos democráticos. Há, no entanto, dúvidas em relação à efetividade desse tipo de iniciativa, e ressalvas ao protagonismo que os EUA tentam assumir nesse sentido, alinhado, por óbvio, às pretensões americanas.

MAR

Museu celebra 10 anos com exposição comemorativa

Há dez anos, era inaugurado o Museu de Arte do Rio. Parte desta história será contada na mostra *A construção do MAR e a Pequena África*, que será inaugurada hoje.

São mais de 100 obras, entre fotografias e vídeos, que lembram fatos importantes da história do Museu, como os protestos realizados contra sua construção e o abraço simbólico contra seu fechamento em 2019.

Ao longo dos anos, o Museu de Arte do Rio, um dos principais pontos turísticos da cidade, veio se redesenhando e criando vínculos com a sociedade. Desta forma, a exposição fala da aproximação com a comunidade, feita inicialmente pela Escola do Olhar, espaço de integração entre educação e arte, que funciona junto ao museu.

A programação conta com uma edição especial do projeto MAR de música, com show da Orquestra Voadora e a participação de Serjão Loroza, além da distribuição de bolo de aniversário ao público.

À tarde, será o Rolezinho de Livros. Serão distribuídos, de graça, os principais catálogos e publicações que já passaram pela instituição.

TRAGÉDIA

Incêndio em balsa nas Filipinas deixa 31 mortos, incluindo bebê de 6 meses

Ao menos 31 pessoas morreram, incluindo duas crianças e um bebê de seis meses, depois de um incêndio em uma balsa no sul das Filipinas na quarta-feira passada à noite.

A informação é das autoridades locais, que acrescentaram que é possível que a cifra de mortes cresça, uma vez que o número de passageiros superava os 205 registrados na lista de embarque da balsa.

O Lady Mary Joy 3 viajava da cidade de Zamboanga para a ilha de Jolo, na província de Sulu. A embarcação estava próxima da ilha de Baluk-Baluk, na província de Basilan, quando o fogo começou a se espalhar, por volta das 23h do horário local (12h no horário de Brasília).

Vários passageiros e membros da tripulação então se jogaram no mar --algumas delas se afogaram, inclusive as três crianças, enquanto outras morreram no incêndio.

Outras 230 pessoas sobreviveram e foram resgatadas. Destas, 14 tiveram queimaduras, tendo sido encaminhadas a um hospital em Basilan.

A causa do incêndio ainda não foi determinada. O governador da província, Hadjiman Hataman Salliman, afirmou à estação de rádio local DZRH que a balsa ainda não pôde ser periciada porque ainda está muito quente.

Um arquipélago composto por mais de 7.600 ilhas, as Filipinas têm um histórico de acidentes marítimos, e mantém uma frota de embarcações antiquadas, que com frequência leva mais passageiros do que sua capacidade permite. Em maio passado, ao menos sete pessoas morreram em um incêndio em uma balsa de alta velocidade que transportava 134 pessoas.

Em 1987, o país registrou o pior desastre de navio fora de uma situação de conflito. Então, cerca de 5.000 pessoas morreram quando a balsa Dona Paz, que levava mais passageiros do que o permitido, colidiu com um petroleiro perto da ilha de Mindoro, ao sul da capital, Manila.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio

CNPJ/MF nº 00.880.446/0001-58 – NIRE 33.300.162.178 – ("Concer")

Aviso aos Acionistas. Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora – Rio informa aos seus Acionistas que a Assembleia Geral Ordinária da Companhia será realizada no dia 28 de abril de 2023, às 14h00min, na sede social da Companhia. Mais informações sobre a referida assembleia serão divulgadas conforme os prazos da legislação e regulamentação aplicáveis. Duque de Caxias-RJ, 29 de março de 2023. ***Carlo Alberto Bottarelli** – Presidente do Conselho de Administração.* (30, 31/03 e 01/04/2023)

SECRETARIA DE ATENÇÃO
ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL
DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2023

O Pregoeiro Pedro Paulo Gonçalves Baptista Alves Nunes convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 12/2023 no dia 13/04/2023 às 11h00min. - Objeto: Aquisição de Pilhas e Baterias, conforme condições (BATERIA ALCALINA 9V, VALIDADE MÍNIMA DE 2 ANOS, PILHA ALCALINA GRANDE (D), VALIDADE MÍNIMA DE 2 ANOS, PILHA ALCALINA MÉDIA (C), VALIDADE MÍNIMA DE 2 ANOS, PILHA ALCALINA PALITO (AAA), VALIDADE MÍNIMA DE 2 ANOS, PILHA ALCALINA PEQUENA (AA), VALIDADE MÍNIMA DE 2 ANOS e etc). Processo nº. 33409.011073/2022-15. O Pregão será realizado no site https://www.gov.br/compras/pt-br, onde o Edital está à disposição dos interessados.

FORÇAS ARMADAS

Nove soldados dos EUA morrem em acidente com helicópteros do Exército

Um acidente envolvendo dois helicópteros do Exército durante um treinamento de rotina no sudeste dos Estados Unidos provocou a morte de nove soldados na noite de quarta-feira passada, informou um porta-voz das Forças Armadas.

O desastre ocorreu quando as aeronaves sobrevoavam o condado de Trigg, no Kentucky, a noroeste de Fort Campbell --base militar localizada bem na divisa entre o estado e o Tennessee que é uma das maiores do território americano.

O brigadeiro John Lubas, vice-comandante de operações da divisão cujas tropas morreram no acidente, declarou que a causa do acidente ainda é desconhecida. A repórteres, ele afirmou que mesmo a notícia original de que os helicópteros tinham colidido um com o outro não é certa.

Uma equipe especializada em investigações de segurança aeronáutica parte de Fort Rucker, no Alabama, nesta quinta para examinar os computadores de bordo dos veículos, equivalentes às caixas-pretas de aeronaves comerciais.

O militar acrescentou que um dos helicópteros tinha cinco soldados e o outro, quatro, e todos usavam equipamento de visão noturna.

As aeronaves em questão eram do modelo HH-60, uma variação do Blackhawk criada para apoiar uma série de operações, incluindo ataques por via área e evacuações por razões médicas.

À frente da Secretaria do Exército no governo de Joe Biden, Christine Wormuth mencionou o episódio em uma audiência com o Comitê das Forças Armadas do Senado nesta quinta, afirmando que este era "um dia difícil" para a instituição.

O governador do Kentucky, Andy Beshear, viajou a Fort Campbell para "apoiar as tropas e suas famílias", segundo escreveu no Twitter. A área onde a base está localizada tinha céu limpo e pouco vento na noite do ocorrido, de acordo com o Serviço Nacional de Meteorologia.

OPPORTUNITY DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

CNPJ/MF: 01.582.158/0001-80

Relatório da Administração - Em 31 de Dezembro de 2022 - Senhores Administradores e Quotistas, Dando cumprimento as disposições legais e estatutárias, vimos apresentar e submeter à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e o Relatório dos Auditores Independentes, ficando esta diretoria à disposição dos Senhores para quaisquer esclarecimentos julgados necessários. Rio de Janeiro, 28 de março de 2023. Opportunity Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Balanços Patrimoniais - Em 31/12/2022 e de 2021 *(Em milhares de reais)*

Ativo	**Nota**	**2022**	**2021**
Circulante:			
Caixa e equivalentes de caixa	4	12.660	10.223
Rendas a receber	5.a	1.116	1.114
Tributos a recuperar		93	85
Diversos		2	2
		13.871	11.424
Não Circulante:			
Realizável a longo prazo			
Depósitos judiciais	5.b	2.713	1.775
Permanente:			
Imobilizado			
Imobilizado em uso	6	2.591	870
Depreciação acumulada		(712)	(633)
		1.879	237
		18.463	**13.436**
Passivo	**Nota**	**2022**	**2021**
Circulante:			
Outras obrigações			
Dividendos		790	790
JSCP		510	-
Sociais e estatutárias	7	1.174	961
Fiscais e previdenciárias		707	307
Folha de pagamento		206	184
Outras obrigações administrativas		390	176
		3.777	2.418
Não Circulante:			
Provisões para contingências	9	1.609	734
		1.609	734
Patrimônio líquido			
Capital Social	10	7.004	7.004
Reserva de lucros		6.073	3.280
		13.077	10.284
		18.463	**13.436**

Demonstrações dos Resultados - Exercícios Findos em 31/12/2022 e de 2021 e Semestre Findo em 31/12/2022 *(Em milhares de reais)*

	Nota	**2º semestre de 2022**	**2022**	**2021**
Receitas (Despesas) operacionais				
Receitas de prestação de serviços		6.701	13.394	13.345
Despesas de pessoal	11	(1.672)	(3.282)	(3.444)
Outras despesas gerais e administrativas	12	(2.267)	(4.611)	(3.094)
Despesas de serviço técnico especializado		(539)	(1.028)	(846)
Despesas tributárias		(630)	(1.167)	(1.047)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		1.077	3.891	3.124
Resultado operacional		2.670	7.197	8.038
Resultado financeiro				
Receitas financeiras		851	1.493	395
		851	1.493	395
Resultado operacional antes da tributação sobre o lucro e participações		3.521	8.690	8.433
Imposto de renda - corrente	7	(330)	(541)	(751)
Contribuição social sobre o lucro - corrente	7	(242)	(376)	(623)
		(572)	(917)	(1.374)
Participações estatutárias no lucro		(2.347)	(4.380)	(3.734)
Resultado do semestre/exercício		**602**	**3.393**	**3.325**
Quantidade de quotas		7.004	7.004	7.004
Lucro por quota		85,95	484,44	474,73

Demonstrações dos Resultados Abrangentes Exercícios Findos em 31/12/2022 e de 2021 e Semestre Findo em 31/12/2022 *(Em milhares de reais)*

	2º semestre de 2022	**2022**	**2021**
Resultado do semestre/exercício	602	3.393	3.325
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente do semestre/exercício	602	3.393	3.325

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios Findos em 31/12/2022 e de 2021 e Semestre Findo em 31/12/2022 *(Em milhares de reais)*

		Reservas de lucro			
	Capital social	**Reserva legal**	**Reservas especiais**	**Resultados acumulados**	**Total**
Saldo em 01 de janeiro de 2021	3.186	587	3.976	-	7.749
Aumento de capital - 24ª Alteração Contratual	3.818	-	(3.818)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	3.325	3.325
Dividendos obrigatórios	-	-	-	(790)	(790)
Absorção do lucro	-	166	2.369	(2.535)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**7.004**	**753**	**2.527**	**-**	**10.284**
Mutações do exercício	**3.818**	**166**	**(1.449)**	**-**	**2.535**
Saldo em 01 de janeiro de 2022	7.004	753	2.527	-	10.284
Lucro líquido do exercício	-	-	-	3.393	3.393
JSCP imputados aos dividendos	-	-	-	(600)	(600)
Dividendos obrigatórios não distribuídos	-	-	295	(295)	-
Absorção do lucro	-	170	2.328	(2.498)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**7.004**	**923**	**5.150**	**-**	**13.077**
Mutações do exercício	**-**	**170**	**2.623**	**-**	**2.793**
Saldo em 01 de julho de 2022	7.004	753	5.318	-	13.075
Lucro líquido do período	-	-	-	602	602
JSCP imputados aos dividendos	-	-	-	(600)	(600)
Dividendos obrigatórios não distribuídos	-	-	295	(295)	-
Absorção do lucro	-	170	327	(497)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**7.004**	**923**	**5.940**	**(790)**	**13.077**
Mutações do semestre	**-**	**170**	**622**	**(790)**	**2**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios Findos em 31/12/2022 e de 2021 e Semestre Findo em 31/12/2022 *(Em milhares de reais)*

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	**2º semestre de 2022**	**2022**	**2021**
Resultado do semestre/ exercício	602	3.393	3.325
Ajustes ao resultado:			
Variações monetárias	(151)	(202)	(407)
Atualização monetária	112	132	14
Depreciação	46	79	65
Participação nos lucros	(1.016)	(961)	808
Lucro líquido ajustado	(407)	2.441	3.805
Aumento (redução) de ativos e passivos operacionais			
Outros créditos	429	(746)	591
Outras obrigações	87	1.289	(393)
Obrigações sociais e estatutárias	1.132	1.174	(655)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	1.241	4.158	3.348
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento			
Aquisição de Imobilizado	(1.630)	(1.721)	-
Recursos utilizados nas atividades de investimento	(1.630)	(1.721)	-
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(389)**	**2.437**	**3.348**
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	13.049	10.223	6.875
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	12.660	12.660	10.223
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(389)**	**2.437**	**3.348**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Exercícios Findos em 31/12/2022 e 2021 *(Em milhares de reais)*

1 - Contexto Operacional: A Opportunity Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Distribuidora") com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Visconde de Pirajá, nº 351, 14º andar (parte), Ipanema, CEP: 22.410-906, tem como objeto social a compra e venda de títulos e valores mobiliários, por conta própria e de terceiros, a intermediação de oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários e outras atividades autorizadas, pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. **2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: 2.1 Base de apresentação -** As demonstrações contábeis da Distribuidora foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, de acordo com a nomenclatura e classificação padronizadas pelo COSIF - Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional. Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil, como a mensuração de estimativas do valor justo de certos instrumentos financeiros, provisões para contingências, determinação de provisão para imposto de renda e outras provisões similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. As demonstrações contábeis da Distribuidora foram concluídas e aprovadas pela Administração em 28 de março de 2023. **2.2 Alterações nas normas contábeis brasileiras -** Em decorrência do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN. Os pronunciamentos já aprovados pelo BACEN são: • Resolução CMN nº 4.924/2021 – Estrutura Conceitual Básica - CPC 00; • Resolução CMN nº 4.924/2021 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos – CPC 01; • Resolução CMN nº 4.524/2016 – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações contábeis individuais e consolidadas – CPC 02 (R2); • Resolução CMN nº 4.818/2020 - Demonstração dos fluxos de caixa - CPC 03 (R2); • Resolução CMN nº 4.534/2016 – Ativo Intangível – CPC 04 (R1); • Resolução CMN nº 4.818/2020- Divulgação sobre partes relacionadas - CPC 05 (R1); • Resolução CMN nº 3.989/2011 – Pagamento Baseado em Ações – CPC 10 (R1); • Resolução CMN nº 4.924/2021 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro – CPC 23; • Resolução CMN nº 4.818/2020 - Eventos subsequentes - CPC 24; • Resolução CMN nº 3.823/2009 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes- CPC 25; • Resolução CMN nº 4.535/2016 – Ativo Imobilizado – CPC 27; • Resolução CMN 4.877/2020 – Benefícios a Empregados – CPC 33 (R1); • Resolução BCB 02/2020 – Resultado por Ação – CPC 41; • Resolução CMN 4.924/2021– Mensuração do Valor Justo – CPC 46. Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC, tampouco se a utilização destes será de maneira prospectiva ou retrospectiva. A partir das demonstrações financeiras elaboradas em 2021, foram incluídos nas divulgações da Distribuidora, os procedimentos constantes das Resoluções CMN nº 4.818/20 e BCB nº 2/20. Seguem as principais alterações implementadas: as rubricas do Balanço Patrimonial por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial comparativamente com os saldos do período social imediatamente anterior e as demais demonstrações comparadas com o mesmo período anterior; evidenciação, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente. **2.3 Efeitos da COVID-19 sobre as demonstrações contábeis -** A Administração até o momento não identificou alterações no uso de julgamento ou alterações na elaboração de estimativas praticadas e divulgadas nas notas explicativas. **3 - Principais Práticas Contábeis: a. Apuração do resultado -** É apurado pelo regime de competência. **b. Caixa e equivalentes de caixa -** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros. Estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. A Companhia possui classificado em caixa e equivalentes de caixa saldos em conta corrente e títulos e valores mobiliários, conforme nota explicativa nº 4. **c. Títulos e valores mobiliários -** São avaliados e classificados, com base nos critérios estabelecidos pela Circular nº 3.068/01, do BACEN, na categoria de títulos para negociação, com o seguinte critério de contabilização: **c. Títulos para negociação** - adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizados reconhecidos no resultado. **d. Negociação e Intermediação de Valores -** Representados exclusivamente por operações de clientes em conta de depósito, pendentes de liquidação. **e. Tributos a recuperar -** São demonstrados pelos valores originais efetivamente recuperáveis no curso normal das operações, atualizados monetariamente de acordo com as regras legais, e representam créditos fiscais associados às retenções de tributos federais. **f. Demais ativos circulantes -** Os demais ativos classificados no circulante são demonstrados ao valor de custo e, quando aplicável, acrescidos dos respectivos encargos e ajustados ao valor de realização. **g. Imobilizado -** O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição e é depreciado pelo método linear, com base nas taxas anuais que contemplam a vida útil econômica dos bens, sendo: instalações, máquinas e móveis e utensílios - 10%, equipamentos de processamento de dados e comunicação – 20%, benfeitorias - 4%. **h. Redução do valor recuperável – ativos não financeiros -** Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável, conforme Resolução nº3.566/08 do CMN que determinou a observância do CPC 01, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. A Administração da Distribuidora não registrou qualquer redução ao valor recuperável de ativos por não ter identificado indicadores de desvalorização. **i. Passivo circulante e não circulante** - São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos. **j. Imposto de renda e contribuição social -** A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável e, quando aplicável, acrescida de adicional específico de 10% sobre o lucro tributável que ultrapassar R$240 por ano. Até julho de 2022 A alíquota de CSLL para instituições financeiras era de 15%. Em 28 de abril de 2022 foi sancionada a Medida Provisória nº 1.115, convertida em lei nº 14.446 de 02 de setembro de 2022, que majorou a alíquota para 16% de agosto até dezembro/2022. A alíquota passará a ser de 15% novamente a partir de janeiro de 2023. **k. Ajuste ao valor de mercado -** O ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado com base em cotações de preços e agentes do mercado e em modelos de avaliação de preços usualmente adotados pelas instituições financeiras e suas associações representativas. Assim, quando da liquidação financeira desses itens, os resultados poderão ser diferentes dessas estimativas. **l. Contingências -** Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis conforme a Resolução BACEN 3.823/09, que determinou a observância do CPC 25, no reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. Os passivos contingentes decorrentes de litígios ou notificações das entidades fiscalizadoras são avaliados pela Administração com o apoio dos consultores jurídicos da Distribuidora e aqueles considerados como provável o risco de perda de ação judicial ou administrativa gerando uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, são provisionados nas demonstrações contábeis e os de perda possível, desde que relevantes, são divulgados nas notas explicativas. **m. Participação nos lucros e resultados -** As diretrizes definidas no Programa de Participação nos Lucros ou Resultados ("Programa") firmado entre a Distribuidora e seus empregados e homologado pelo Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Município do Rio de Janeiro ("Sindicato"), tem como fundamento legal as disposições contidas no artigo 7º, inciso XI, da Constituição Federal de 1988, e a Lei 10.101, de 20 de dezembro de 2000, e não constitui base de incidência de nenhum encargo trabalhista ou previdenciário, por ser desvinculado da remuneração, nos termos da lei supracitada.

4 - Caixa e Equivalentes de Caixa	**2022**	**2021**
Depósitos bancários	6	10
Títulos e valores mobiliários	12.654	10.213
Total	12.660	10.223

Os títulos e valores mobiliários são constituídos por quotas de fundos de investimentos de renda fixa de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa. Em 2022, a remuneração média foi de 98% do CDI. A seguir, está apresentada a composição da carteira de aplicações financeiras (títulos e valores mobiliários):

		2022		**2021**	
Fundo	**Administradora**	**Quant. de cotas**	**Valor**	**Quant. de cotas**	**Valor**
Opportunity TOP DI FIC RF (i)	BNY Mellon	2.329.542,73	12.654	2.111.687,88	10.213
Total			12.654		10.213

(i) Representado por aplicação de aproximadamente 9,963% do patrimônio líquido do fundo denominado Opportunity Top DI Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento Referenciado, que por sua vez investe aproximadamente em 100% do fundo denominado BNY Mellon Leblon Fundo de Investimento Referenciado Longo Prazo, cuja carteira é composta por 100% em títulos públicos federais (LFT) e operações compromissadas (LTN), ambos constituídos sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração, com liquidez diária e administrados pela BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A. As cotas de fundos de investimento são atualizadas diariamente com base na divulgação do valor da cota divulgado pela Administradora do fundo onde os recursos são aplicados. **5 - Outros Créditos: (a) Rendas a receber -** Referem-se ao contrato de prestações de serviços de colocação de quotas de fundos de investimento, firmado com os fundos de investimentos administrados pelo BNY Mellon DTVM S.A. e pagos diretamente pelos fundos no valor de R$1.116 (R$1.114 em dezembro de 2021), as quais foram liquidadas financeiramente em janeiro de 2023. **(b) Depósitos judiciais -** Corresponde ao depósito judicial no valor de (a) R$706 (R$664 em dezembro de 2021), referente à contingência da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS, conforme nota explicativa nº 9 (i), (b) R$1.139 (R$1.076 em dezembro de 2021) referente à Contribuição Previdenciária - INSS incidente sobre participações nos lucros, (c) R$832 (R$0 em dezembro de 2021) referente a pedido de tutela cautelar, em caráter antecedente, com o objetivo de ver reconhecida a suspensão da exigibilidade do IRPJ/CSLL e do PIS/COFINS sobre o valor da indenização por danos morais recebida em decorrência da sentença arbitral proferida no caso nº 22671/ASM/JPA, (d) R$32 (R$32 em dezembro de 2021) referente a interposição de recursos trabalhistas ao TRT depositado em 2016, conforme nota explicativa nº 9, (e) e R$3 (R$3 em dezembro de 2021) referente inexigibilidade de registro no CRA-RJ com suspensão de cobranças e restituição dos valores pagos à título de "anuidade".

6 - Imobilizado	**Tempo de vida útil**	**2022**	**2021**
Instalações	10 anos	33	33
Máquinas	10 anos	131	131
Móveis e Utensílios	10 anos	666	426
Equipamentos de Proc. de dados	5 anos	260	235
Equipamentos de Comunicação e Seg.	5 anos	45	45
Benfeitorias	25 anos	1.456	-
(-) Depreciação acumulada		(712)	(633)
		1.879	237

7 - Outras Obrigações - Sociais e Estatutárias: Referem-se basicamente à provisão para participação nos lucros dos funcionários referente ao 2º semestre de 2022 no montante de R$1.174 (R$1.017 no 1° semestre de 2022 e R$961 referente ao 2º semestre de 2021). **8 - Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro:** A conciliação entre os valores apurados conforme alíquotas nominais e os valores registrados no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 podem ser assim resumidos:

	2022	**2021**
Resultado do exercício	3.393	3.325
Adições (*)	4.035	3.877
Exclusões (**)	(4.072)	(2.755)
Compensação 30% de prejuízo fiscal	(1.007)	(1.334)
Base de cálculo - IRPJ e CSLL	2.349	3.113
Alíquota nominal IRPJ: 15% + 10% adicional	563	754
Benefício PAT	(14)	0
Deduções incentivadas	(8)	(16)
IRPJ efetivo	541	738
CSLL efetiva: 16%	376	623
Total IRPJ + CSLL	917	1.361

(*) Corresponde a distribuição de lucros aos empregados (PLR), despesas com brindes e atualização de passivo contingente (distribuição de lucros aos empregados em 2021). **(**)** Corresponde a reversão de provisão de PLR, recebimento de indenização e atualizações de créditos (distribuição de lucros aos empregados (PLR) e indenização trabalhista em 2021).

9 - Provisão para Contingência	**2022**	**2021**
Suspensão da exigibilidade de tributos (i)	833	-
COFINS (ii)	706	664
Trabalhista (iii)	70	70
Total	1.609	734

(i) Trata-se de pedido de tutela cautelar (processo nº 5012789-05.2022.4.02.5101), em caráter antecedente, com o objetivo de ver reconhecida a suspensão da exigibilidade do IRPJ/CSLL e do PIS/COFINS sobre o valor da indenização por danos morais recebida em decorrência da sentença arbitral proferida no caso nº 22671/ASM/JPA. Em 15 de julho de 2022 foi proferida decisão que deferiu a tutela cautelar, para determinar a suspensão da exigibilidade dos créditos tributários relativos à indenização por danos morais fixada na sentença arbitral. O processo se encontra concluso para sentença. **(ii)** A Distribuidora questiona judicialmente (processo nº 2005.51.01.011369-8) a incidência da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre as receitas auferidas com prestação de serviços, bem como requereu a compensação das parcelas recolhidas no período de fevereiro de 1999 a abril de 2005. O pedido de suspensão da exigibilidade da COFINS foi negado, mas foi concedido, em sede de Embargos de Declaração, em decisão publicada em 30 de maio de 2006, o direito de recolher a COFINS a partir de 07 de fevereiro de 2005 adotando como base somente as receitas oriundas da prestação de serviços, bem como proceder à compensação dos valores recolhido indevidamente. Diante disso, a Distribuidora passou a provisionar, por competência, as parcelas mensais desta contribuição a recolher e as deposita judicialmente, conforme nota explicativa nº 5 (b). Foram interpostos Recursos de Apelação pela Distribuidora e também pela Procuradoria da Fazenda Nacional, tendo, em maio de 2007, sido negado provimento a ambos os recursos, mantendo os termos da decisão de 30 de maio de 2006. Foram interpostos Recurso Especial e Recurso Extraordinário pela Procuradoria da Fazenda Nacional. Em maio de 2019 o Recurso Especial da Distribuidora foi conhecido para anular o acórdão prolatado em sede de embargos declaratórios e determinar o retorno aos autos ao Tribunal para dirimir contradição objeto dos embargos de declaração interpostos em 13 de março de 2006. Em setembro de 2020 os autos retornaram ao Tribunal para reanálise dos referidos embargos de declaração, que aguarda julgamento. **(iii)** A Distribuidora é ré em Reclamação Trabalhista em que ex-funcionário apresentou diversos pleitos, tendo somente obtido o deferimento da integração da PLR paga ao salário com os reflexos daí decorrentes nas verbas contratuais e rescisórias e o pagamento da PLR proporcional ao ano de 2013. Todas as demais parcelas e pedidos foram julgados improcedentes e já transitaram em julgado em favor da empresa. Em junho de 2019 foi proferida decisão negando o recurso de revista interposto pela empresa com relação à parcela desfavorável da decisão. Foi provisionado o valor estimado de perda no processo. Em fevereiro de 2021, os cálculos apresentados pela Distribuidora foram homologados, no valor atualizado de R$409, sendo R$278 para o reclamante, R$37 de imposto de renda, R$55 de FGTS a depositar e R$39 de recolhimentos previdenciários. Realizados tais pagamentos, o Reclamante ingressou com impugnação à sentença de liquidação, que foi parcialmente acolhida, em março de 2021, notadamente no tocante à correção monetária. A Distribuidora ingressou com embargos de declaração demandando que os depósitos recursais efetuados nos autos pela empresa fossem atualizados e convolados em penhora para reduzir eventual saldo restante devido a pagar, o que foi acolhido, tendo os referido depósitos sido levantados pelo autor juntamente com o pagamento da condenação. O Reclamante ingressou com agravo de petição ao TRT, para revisão e atualização dos cálculos, mantendo um saldo residual em discussão. **Passivos contingentes não provisionados** - Os assessores jurídicos e a Administração da Distribuidora avaliam como possível as chances de perda dos processos abaixo descritos: **(a)** Em 2010 a Distribuidora teve contra si lavrado Auto de Infração de IRPJ e CSLL em razão da glosa de despesas referentes a valores pagos aos empregados, no ano-calendário de 2009 (Processo Administrativo nº 12448.720493/2010-16), a título de participação nos lucros e resultados, sob a alegação de estarem tais pagamentos em desacordo com a legislação vigente à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores. O montante, incluindo principal, multa e juros, totaliza valor histórico de R$3.855. Em 16 de novembro de 2010 foi apresentada impugnação ao Auto de Infração. Em 26 de março de 2015 houve julgamento de primeira instância que negou provimento à impugnação, tendo sido interposto Recurso Voluntário em 27 de abril de 2015, que aguarda julgamento. **(b)** Em 2010 a Distribuidora teve contra si lavrados Autos de Infração em razão do não recolhimento da Contribuição Previdenciária - INSS correspondente a: (i) parte dos empregados (Processos Administrativos nºs 12448.720430/2010-51, 12448.720003/2010-73 e 12448.720313/2010-98), (ii) INCA e FNDE (Processos Administrativos nºs 12448.720002/2010-29, 12448.720429/2010-27 e 12448.720312/2010-43) e (iii) parte da empresa e GILRAT (Processos Administrativos nºs 12448.720311/2010-07, 12448.720428/2010-82 e 12448.720001/2010-84); supostamente incidentes sobre os valores pagos aos seus empregados, a título de participação nos resultados, entre fevereiro de 2006 a fevereiro de 2009, em agosto de 2009 e em fevereiro de 2010, sob a alegação de que teriam se dado em desacordo com a legislação vigente à época da ocorrência dos fatos geradores. Em outubro de 2010 foram apresentadas impugnações aos respectivos Autos de Infração. Em dezembro de 2014 houve o julgamento de todos os referidos processos administrativos. Com relação aos autos de infração objeto dos processos administrativos nºs 12448.720430/2010-51, 12448.720429/2010-27 e 12448.720428/2010-82, que tratam da exigência de débitos de contribuições previdenciárias incidentes sobre os valores pagos a título de participação nos resultados em agosto de 2009, foi acatado o argumento da nulidade dos lançamentos e determinado o cancelamento dos respectivos autos de infração, nos valores históricos de R$18, R$143 e R$1.248 (incluídos principal, multa e juros), respectivamente. A 13ª Turma da Delegacia da Receita Federal do Brasil interpôs recurso de ofício dirigido ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, que, julgou pela baixa do débito, mantendo a decisão de primeira instância, uma vez quer o valor do crédito seria inferior ao limite de alçada previsto na Portaria MF nº 63/2017. Em 01 de fevereiro de 2022 os autos foram arquivados. Com relação aos autos de infração objeto dos processos administrativos nºs 12448.720313/2010-98, 12448.720312/2010-43 e 12448.720311/2010-07, que tratam da exigência de débitos de contribuições previdenciárias incidentes sobre os valores pagos a título de participação nos resultados em fevereiro de 2010, foi reconhecida a procedência das impugnações para excluir do crédito tributário a exigência dos juros e da multa de ofício em razão de depósito judicial, mantendo-se apenas os valores exigidos a título de principal, nos montantes históricos de R$ R$18, R$118 e R$1.028 (incluídos principal, multa e juros), respectivamente. Em face de tais decisões não houve a interposição de recurso de ofício. Nesses casos, os créditos tributários exigidos encontram-se com a exigibilidade suspensa em razão de depósito judicial (nos autos das ações declaratórias nº 0004889-76.2010.4.02.5101 e nº 0007440-12.2010.4.03.6100). Com o trânsito em julgado da decisão favorável na ação declaratória 0007440-12.2010.4.03.6100, em maio de 2020 foi apresentada petição requerendo a baixa dos débitos vinculados ao estabelecimento da filial de São Paulo, o que foi acatado. Com relação à exigibilidade dos débitos relativos ao PLR pago para o estabelecimento do RJ, os autos dos processos administrativos em questão se encontram no Setor de Triagem da Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Instituições Financeiras ("DEINF"), aguardando o julgamento definitivo da Ação Declaratória nº 0004889-76.2010.4.02.5101 (estabelecimento RJ). Com relação aos processos administrativos nºs 12448.720003/2010-73, 12448.720002/2010-29 e 12448.720001/2010-84, que tratam da exigência, no período de fevereiro de 2006 a fevereiro de 2009, de débitos de contribuições previdenciárias e obrigações acessórias, os autos de infração foram julgados procedentes, mantendo os lançamentos nos valores históricos de R$83, R$864 e R$7.621 (incluídos principal, multa e juros), respectivamente. Em face dessas decisões a Distribuidora apresentou, em janeiro de 2015, os respectivos recursos voluntários dirigidos ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, que aguardam julgamento. A Distribuidora ajuizou duas ações ordinárias, uma pela sua empresa sede (Processo nº 0004889-76.2010.4.02.5101) e outra pela sua filial em São Paulo (Processo nº 0007440-12.2010.403.6100), com o objetivo de declarar a inconstitucionalidade do art. 28 da Lei nº 8.212/91 e do art. 214 do Decreto nº 3.048/99 e o direito de não se sujeitar ao pagamento de contribuição previdenciária incidente sobre o PLR pago aos funcionários, bem como o direito de repetição e/ou compensação de valores recolhidos. No processo da empresa sede, em 24 de agosto de 2011 foi proferida sentença julgando improcedente o pedido da autora. Foi interposto recurso de apelação pela Distribuidora, tendo em outubro/18, o Tribunal Regional Federal negado provimento. Após negativa de embargos de declaração apresentado pela Distribuidora, foi apresentado em dezembro/18 Recurso Especial pela empresa, que foram inadmitidos em julho/19. Em agosto/19 foi apresentado pela empresa agravo em Recurso Especial, que foi remetido ao STJ. Em 07 de novembro de 2019 foi proferida decisão monocrática não conhecendo do agravo. Em 10 de novembro de 2020 foi apresentado pela empresa agravo interno, que aguarda decisão da Relatora Ministra Assusete Magalhães. No processo da empresa filial, em outubro/11 foi disponibilizada sentença que julgou procedente o feito para declarar a legalidade do PLR firmado entre a empresa e seus funcionários e assegurou à autora o direito à restituição/compensação das contribuições à previdência, recolhidas exclusivamente sobre a distribuição de lucros resultante do referido PLR, corrigidas pela Taxa Selic e observadas as disposições da Lei nº 9.430/96. Em abril/11 foi interposto recurso de apelação pela Fazenda Nacional, tendo em maio/19 sido proferido julgamento perante o Tribunal Regional Federal negando provimento ao recurso da Fazenda Nacional. Em 13 de novembro de 2019 houve o trânsito em julgado do acórdão, com o encerramento definitivo do caso. **(c)** Em 2010 a Distribuidora teve contra si lavrado Auto de Infração para cobrança de multa em razão da apresentação de Guias de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social ("GFIP") com dados não correspondentes aos fatos geradores de todas as Contribuições Previdenciárias - INSS nas competências de fevereiro e agosto de 2006 a 2008 (Processo Administrativo nº 12448.720314/2010-32). O valor histórico, incluindo principal, multa e juros, totaliza R$34. Em dezembro de 2014 houve o julgamento, tendo o auto de infração sido julgado procedente. Em face dessa decisão a Distribuidora apresentou, em janeiro de 2015, recurso voluntário dirigido ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, que aguarda julgamento. **(d)** A Distribuidora ajuizou, ainda, em 13 de agosto de 2010, ação declaratória (Processo nº 39042-27.2010.4.01.3400) com vistas ao reconhecimento do direito ao não recolhimento de contribuição previdenciária e contribuições sociais supostamente incidentes sobre verbas não remuneratórias pagas a seus funcionários, assim como a devolução dos valores indevidamente recolhidos nos 10 anos anteriores à propositura da ação. Em 09 de junho de 2011 foi proferida sentença julgando procedente o pedido para declarar a inexigibilidade da contribuição social previdenciária incidente sobre as rubricas pleiteadas. Após interposição de recurso de apelação pela União Federal perante o TRF da 1ª Região, em 30 de setembro de 2019 foi proferida decisão dando parcial provimento para declarar a exigibilidade das contribuições previdenciárias sobre o 13º salário proporcional ao aviso prévio indenizado e adicionais de horas-extras, noturno e insalubridade. Neste passo, a ação foi julgada procedente em relação ao (i) auxílio-doença e auxílio-acidente; (ii) terço constitucional de férias; (iii) aviso prévio indenizado; (iv) férias indenizadas proporcionais ao aviso prévio indenizado; (v) auxílio educação; (vi) bolsa de estudo; e (vii) indenização de auxílio creche. Foram interpostos embargos de declaração pela empresa, que se encontram pendentes de julgamento perante o TRF da 1ª Região. **10 - Patrimônio Líquido: a) Capital social -** O capital social, subscrito e integralizado, está representado por 7.004 quotas em 2022 com valor nominal de R$1 (um real). **b) Reserva legal -** É constituída por 5% do lucro líquido apurado no período, não podendo exceder 20% do

continua

continuação

OPPORTUNITY DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

CNPJ/MF: 01.582.158/0001-80

capital social conforme Circular nº 1.273 do Banco Central do Brasil. **c) Reserva de lucros -** O lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 no valor de R$3.393 foi absorvido pelo saldo da conta de Reserva de Lucros (após destinação dos dividendos e juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios), conforme Resolução nº 3.605/08 do Banco Central do Brasil. Conforme determina o artigo 4º. da Resolução, o saldo desta reserva não poderá ultrapassar o capital social. Caso ocorra, a Administração deliberará sobre a aplicação do excesso no aumento do capital social ou sobre sua distribuição.

11 - Despesas com Pessoal	**2º semestre de 2022**	**2022**	**2021**
Honorários de diretoria	(106)	(211)	(211)
Salários e ordenados	(814)	(1.600)	(1.865)
Encargos (FGTS e INSS)	(285)	(572)	(501)
Benefícios	(467)	(899)	(867)
Total	(1.672)	(3.282)	(3.444)

12 - Outras Despesas Gerais e Administrativas	**2º semestre de 2022**	**2022**	**2021**
Aluguéis	(360)	(602)	(579)
Depreciação	(45)	(78)	(65)
Viagens	(81)	(125)	(4)
Serviços de terceiros	(40)	(73)	(38)
Serviços do sistema financeiro	(46)	(89)	(82)
Processamento de dados	(985)	(1.892)	(1.738)
Comunicações	(86)	(178)	(178)
Publicações, propagandas e promoções	(359)	(422)	(28)
Manutenção, material e conservação de bens	(66)	(119)	(16)
Contingências fiscais	-	(743)	-
Outras despesas gerais e administrativas	(199)	(290)	(366)
Total	(2.267)	(4.611)	(3.094)

13 - Remuneração do Pessoal-Chave da Administração: A remuneração total do pessoal-chave da Administração, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R$211 (R$211 em 2021) de remuneração fixa. A Distribuidora não concede planos de benefício pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho, outros benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações para a diretoria e Administração. **14 - Transações com Partes Relacionadas:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a Distribuidora realizou transações com partes relacionadas referentes a: **(i)** remuneração de honorários de diretoria R$211 (R$211 em 2021); **(ii)** rendas com distribuição de cotas de fundo de investimentos, no valor de R$13.323 (R$13.281 em 2021), geridos por entidade que é parte relacionada da Distribuidora. **15 - Instrumentos Financeiros Derivativos:** A DTVM está autorizada a realizar operações com instrumentos financeiros derivativos, que se destinam a atender às suas necessidades próprias e de seus clientes, a fim de reduzir sua exposição a riscos de mercado, moeda e juros. A administração desses riscos é efetuada através da determinação de limites e do estabelecimento de estratégias de operação. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Distribuidora não operou com instrumentos financeiros derivativos. **16 - Gerenciamento de Risco:** Com a transferência da gestão do caixa da Distribuidora para o fundo Opportunity Top DI FIC FI Referenciado, conforme demonstrado na nota explicativa nº 5, a Área de Riscos consolida não apenas as posições que estão registradas diretamente no balanço da Distribuidora, mas também a carteira dos fundos onde os recursos estão alocados. As regras do fundo em referência estão determinadas nas políticas de investimento e riscos, explícitas em seus regulamentos que estão disponíveis no site da CVM, sendo as mesmas mais restritivas que a política de gestão de risco do próprio Conglomerado. A gestão de riscos das operações é efetuada por meio de políticas internas e equipes multidisciplinares, independentes das áreas de negócio que monitoram os diversos riscos inerentes às operações e/ou processos, incluindo os riscos de mercado, liquidez, crédito e operacional. A Distribuidora disponibiliza a análise e detalhamento do gerenciamento de risco na sua página eletrônica no endereço www.opportunity.com.br/Empresa. **a) Risco de mercado -** A administração de riscos de mercado nas operações é efetuada por meio de políticas de controle e limites definidas por um Comitê de Risco, formado pela alta administração, pelo departamento econômico e pela área de risco, que é totalmente independente das áreas de negócio da Distribuidora. Antes da abertura do mercado, são divulgados relatórios com o cálculo do VaR (Value at Risk), por simulação de Monte Carlo e a exposição que a carteira apresenta aos principais fatores de riscos no momento. Periodicamente são efetuados testes para validar a metodologia de cálculo empregada (*"back test"*). O relatório de Risco apresenta ainda testes de stress de mercado e simulações de crises históricas para avaliação da alavancagem utilizada. **b) Risco operacional -** O projeto de estruturação de gerenciamento do Risco Operacional engloba suas políticas institucionais, de processos e procedimentos, de sistemas e planos de contingência para ocorrência de eventos externos, contém, ainda, organograma inicial e final. Os riscos são geridos por uma estrutura formada por um diretor, um gerente e um grupo denominado Grupo de Gerenciamento de Riscos Operacionais, responsável pela avaliação, monitoramento e controle de riscos oriundos de sistemas, pessoas, processos internos ou ainda de eventos externos. A gestão de risco operacional é efetuada através da análise dos principais processos, identificando riscos e sugerindo respectivos controles mitigadores, utilizando um sistema de controles internos e mensuração de riscos, que também permite avaliações periódicas dos controles pelos próprios gestores de cada processo, assim como planos de ação. **c) Risco de liquidez -** O risco de liquidez é administrado mediante a adoção de controles que asseguram a alocação de recursos em ativos de elevado grau de qualidade e liquidez, baseados em capital próprio e/ou captados de contrapartes reconhecidamente respeitadas, a taxas compatíveis com aquelas praticadas no mercado. Este controle contempla também a análise de eventuais descasamentos no tempo entre ativos e passivos e consequentes ajustes necessários para sua adequação. **17 - Limite Operacional (Acordo da Basiléia):** As instituições financeiras têm que manter patrimônio líquido mínimo de 11% dos seus ativos, ponderados por graus de risco às exposições em ouro, moedas estrangeiras e operações sujeitas ao risco operacional e às variações: cambial; taxa de juros; do preço de commodities, conforme regras e instruções do BACEN. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a Distribuidora estava enquadrada nestes limites operacionais. **18 - Seguros (não auditado):** A Distribuidora adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Diretoria

Norberto Aguiar Tomaz | Itamar Benigno Filho

Contador: Marcelo Seixas Cavalcanti de Albuquerque - CRC-RJ 087065/O-8

Relatório Dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Cotistas e Diretores da Opportunity Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. - Rio de Janeiro - RJ - Opinião - Examinamos as demonstrações contábeis da Opportunity Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Distribuidora"), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis significativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Opportunity Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre e exercícios findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN. **Base para opinião -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Distribuidora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor -** A Administração da Distribuidora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis -** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Distribuidora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Distribuidora, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Distribuidora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Distribuidora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Distribuidora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Distribuidora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2023.

BKR - Lopes, Machado Auditores - CRC-RJ-2026/O-5
Independent Member of - BKR International

Mário Vieira Lopes – Contador - CRC-RJ - 060.611/O-0

Marcio Alves Gonçalves Marçal – Contador - CRC-RJ - 106.994/O-8

RNBL II Energética S.A.

CNPJ/MF nº 48.079.574/0001-23

Balanços Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em Milhares de Reais)*

Ativo	**2022**	**2021**
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1	–
Total do ativo	1	–

	2022	**2021**
Patrimônio líquido		
Capital social	1	–
Total do patrimônio líquido	1	–

Demonstrações do Resultado dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em Milhares de Reais)*

	2022	**2021**
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	–	–

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2021 e 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	Capital social	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	–	–
Constituição da Sociedade	1	1
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1	1

Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira – Diretor – CPF: 071.000.747-70

Carlos Gustavo Nogari Andrioli – Diretor – CPF: 861.403.379-68

Érica Moraes da Costa Lisboa Ferreira – Contadora – CRC RJ-119.036-O

Hamilton Ferreira da Silva – Controller – CRC 1SP-217225/O-5

As demonstrações financeiras completas contendo as notas explicativas, acompanhadas do parecer da auditoria externa, sem ressalvas, encontram-se no site (www.elera.com/transparencia/) e na sede da Companhia.

RNBL III Energética S.A.

CNPJ/MF nº 48.067.954/0001-48

Balanços Patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de reais)*

Ativo	**2022**	**2021**
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1.000	–
Total do ativo	1.000	–

Passivo	**2022**	**2021**
Patrimônio líquido		
Capital social	1.000	–
Total do patrimônio líquido	1.000	–

Demonstrações do Resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de reais)*

	2022	**2021**
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	–	–

Carlos Gustavo Nogari Andrioli – Diretor CPF: 861.403.379-68

Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira – Diretor CPF: 071.000.747-70

Érica Moraes da Costa Lisboa Ferreira – Contadora CRC RJ 119.036-O

Hamilton Ferreira da Silva – Controller CRC ISP 217.225-O

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2021 e 2022 *(Em milhares de reais)*

	Capital social	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2020		–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	–	–
Constituição da Sociedade	1.000	1.000
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.000	1.000

As demonstrações financeiras completas contendo as notas explicativas, acompanhadas do parecer da auditoria externa, sem ressalvas, encontram-se no site (https://www.elera.com/transparencia/) e na sede da Companhia.

Santa Clara Energética S.A.

CNPJ/MF nº 23.538.866/0001-56

Balanços Patrimoniais Levantados em 31/12/2022 e 2021 *(Em Reais)*

Ativo	**2022**	**2021**
Circulante	–	–
Caixa e equivalentes de caixa	–	–
Total do ativo	–	–
Passivo e Patrimônio líquido	**2022**	**2021**
Circulante	–	–
Total do passivo não circulante	–	–
Patrimônio líquido	–	–
Capital social	1.000	1.000
Prejuízo acumulado	(1.000)	(1.000)
Total do passivo e patrimônio líquido	–	–

Demonstrações do Resultado dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em Milhares de Reais)*

	2022	**2021**
Despesas operacionais		
Outras despesas operacionais	–	(1.000)
	–	**(1.000)**
Prejuízo antes do resultado financeiro	–	**(1.000)**
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	–	(1.000)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em Milhares de Reais)*

	Capital social	**Lucros Acumulados**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.000	–	1.000
Prejuízo do exercício	–	(1.000)	(1.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.000	(1.000)	–
Prejuízo do exercício	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.000	(1.000)	–

Érica Moraes da Costa Lisboa Ferreira – Contadora CRC RJ-119.036-O

Carlos Gustavo Nogari Andrioli – Diretor CPF: 861.403.379-68

Hamilton Ferreira da Silva – Controller CRC 1SP 217.225-O

Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira – Diretor CPF: 071.000.747-70

As demonstrações financeiras completas contendo as notas explicativas, acompanhadas do parecer da auditoria externa, sem ressalvas, encontram-se no site (www.elera.com/transparencia/) e na sede da Companhia.

Pequena Central Hidrelétrica Zé Tunin S.A.

CNPJ/MF nº 12.412.280/0001-24

Balanços Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em Milhares de Reais)*

Ativo	**2022**	**2021**
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	16	810
Contas a receber	950	399
Despesas antecipadas	89	67
Estoques	440	515
Impostos a recuperar	74	86
Total do ativo circulante	1.569	1.877
Não circulante		
Imobilizado	57.697	58.948
Arrendamento	85	–
Total do ativo não circulante	57.782	58.948
Total do ativo	59.351	60.825
Passivo	**2022**	**2021**
Circulante		
Contas a pagar	335	1.169
Impostos e contribuições a recolher	127	301
Dividendos a pagar	930	2.161
Arrendamento	39	–
Outras contas a pagar	115	109
Total do passivo circulante	1.546	3.740
Não circulante		
Provisões para contingências	116	–
Arrendamento	55	–
Total do passivo não circulante	171	–
Patrimônio líquido		
Capital social	49.651	49.651
Reservas de lucros	7.983	7.434
Total do patrimônio líquido	57.634	57.085
Recursos destinados a aumento de capital		–
Total do patrimônio líquido e dos recursos destinados a aumento de capital	57.634	57.085
Total do passivo e do patrimônio líquido	59.351	60.825

Demonstrações do Resultado dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em Milhares de Reais)*

	2022	**2021**
Receita operacional líquida	10.371	16.978
Custo de geração de energia	(6.013)	(12.642)
Lucro bruto	4.358	4.336
Despesas operacionais		
Gerais e administrativas	(124)	(128)
Outras receitas (despesas) operacionais	(24)	(3)
	(148)	(131)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos	4.210	4.205
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	107	195
Despesas financeiras	(37)	(1.427)
	70	(1.232)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	4.280	2.973
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	(365)	(597)
Lucro líquido do exercício	3.915	2.376

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em Milhares de Reais)*

	Capital social	**Reserva de lucros: Legal**	**Reserva de lucros: Retenção de lucros**	**Lucros acumulados**	**Recursos destinados a aumento de capital**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	28.757	832	4.790	–	15.000	49.379
Aumento de capital ocorrida no exercicio	5.894	–	–	–	–	5.894
Aumento de capital atraves de capitalizaçao do AFAC	15.000	–	–	–	(15.000)	–
Lucro líquido do exercício	–	–	–	2.376	–	2.376
Constituição de reserva legal	–	119	–	(119)	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(564)	–	(564)
Reserva de dividendos complementares	–	–	1.693	(1.693)	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	49.651	951	6.483	–	–	57.085
Declaração de dividendos ocorridas no exercício	–	–	(2.436)	–	–	(2.436)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	3.915	3.915
Constituição de reserva legal	–	196	–	(196)	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(930)	–	(930)
Reserva de dividendos complementares	–	–	2.789	(2.789)	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	49.651	1.147	6.836	(3.915)	3.915	57.634

Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira – Diretor – CPF: 071.000.747-70

Carlos Gustavo Nogari Andrioli – Diretor – CPF: 861.403.379-68

Érica Moraes da Costa Lisboa Ferreira – Contadora – CRC RJ-119.036-O

Hamilton Ferreira da Silva – Controller – CRC 1SP-217225/O-5

As demonstrações financeiras completas contendo as notas explicativas, acompanhadas do parecer da auditoria externa, sem ressalvas, encontram-se no site (www.elera.com/transparencia/) e na sede da Companhia.

PARCOM PARTICIPAÇÕES S.A. - EM LIQUIDAÇÃO

CNPJ: 00.185.475/0001-08

Relatório da Administração e do Liquidante - Demonstrações Contábeis - Em 31 de Dezembro de 2022 - Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de dezembro de 2012 foi deliberada a dissolução e início da liquidação da Companhia em razão da falta de perspectiva de novos investimentos e da ineficiência da gestão do seu patrimônio de renda variável. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de fevereiro de 2013 foi deliberado e aprovado o laudo de liquidação antecipada da Companhia, com proposta de entrega de bens, direitos e valores aos acionistas. A evolução dos principais fatos ocorridos neste exercício, poderão ser examinados através das próprias demonstrações contábeis e notas explicativas. Sendo assim, submetemos à apreciação de V. Sas., as demonstrações contábeis acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Colocamo-nos à disposição de V. Sas. para quaisquer esclarecimentos adicionais. **Desempenho no Exercício -** A Companhia apresentou mutação negativa dos ativos líquidos no exercício no montante de R$251.578, basicamente oriundo de provisões para riscos fiscais. **Divulgação de Informações Sobre Serviços que Não Auditoria Independente -** Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, que trata da prestação de outros serviços pelos nossos auditores independentes BKR – Lopes, Machado Auditores, informamos que não há outros serviços prestados pelos mesmos a Parcom Participações S.A. – Em liquidação. Rio de Janeiro, 28 de março de 2023. Parcom Participações S.A. – Em liquidação

Demonstração dos Ativos Líquidos - Em 31/12/2022 e 2021 *(Em milhares reais)*

Ativo	Nota	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.423	5.072
Tributos a recuperar	7	82	78
Depósitos judiciais	6	14.578	-
		20.083	5.150
Passivo			
Obrigações fiscais		8	4
Contas a pagar		-	3
Provisões tributárias	9	16.518	15.937
		16.526	15.944
Ativos Líquidos	8	3.557	(10.794)

Demonstração da Mutação dos Ativos Líquidos

Exercícios Findos em 31/12/2022 e 2021 *(Em milhares de reais)*

Gastos no período	Nota	2022	2021
Despesas administrativas	10	(187)	(144)
Despesas tributárias	11	(30)	(13)
Outras receitas			
Recuperação de despesa		-	10
Ganhos financeiros			
Receitas financeiras, líquidas	13	617	211
Ajustes de Provisões			
Provisões tributárias	9b	(583)	(577)
Variação dos ativos líquidos antes dos tributos		(183)	(513)
Imposto de renda e contribuição social	12	(69)	(11)
Variação dos ativos líquidos		(252)	(524)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios Findos em 31/12/2022 e 2021 *(Em milhares de reais)*

Rendimentos financeiros	2022	2021
Aplicações financeiras	609	211
Recuperação de despesas	-	10
Recebimentos		
Depósitos judiciais	-	3
Integralização de capital	14.600	-
Restituição de tributos	61	2
Pagamentos		
Depósitos judiciais	(14.578)	-
Serviços de auditoria e consultoria	(21)	(46)
Serviços jurídicos	(58)	(8)
Armazenagem	(45)	(42)
Publicações societárias	(21)	(31)
Tributos	(157)	(47)
Serviços do sistema financeiro	(15)	(13)
Demais gastos	(24)	(3)
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	351	36
Caixas e Equivalentes a Caixa no Início do Exercício	5.072	5.036
Caixas e Equivalentes a Caixa no Final do Exercício	5.423	5.072
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	351	36

As notas explicativas da administração
são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31/12/2022 e 2021 *(Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1 - Contexto Operacional: A Parcom Participações S.A. - Em liquidação ("Companhia") com sede na cidade do Rio de Janeiro, tinha como objetivo a participação em outras sociedades, comerciais e civis, como sócia, acionista ou quotista, no país ou no exterior. A Companhia propôs uma série de ações judiciais contra companhias de telefonia, objetivando o recebimento de indenização pelo descumprimento de Contratos de Participação Financeira em Investimentos do Serviço Telefônico que concediam aos seus titulares o direito ao recebimento de ações de emissão da então Telebrás ou de suas subsidiárias – posteriormente privatizadas. Tais contratos foram firmados originalmente pelos assinantes das linhas telefônicas e seus direitos transferidos à Companhia por instrumento em causa própria. As ações judiciais foram propostas no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina e Paraná em face das companhias de telefonia destes Estados. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de dezembro de 2012 foi deliberado a dissolução e início da liquidação da Companhia em razão da falta de perspectiva de novos investimentos e da ineficiência da gestão do seu patrimônio de renda variável. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de fevereiro de 2013 foi deliberado e aprovado o laudo de liquidação antecipada da Companhia, com a proposta de entrega de bens, direitos e valores aos acionistas, remanescendo na Companhia um saldo de caixa cujo montante foi avaliado pelo Liquidante como sendo suficiente para dar seguimento ao processo de dissolução anteriormente aprovado. Existem pendências jurídicas e administrativas a serem concluídas impedindo a conclusão da liquidação da Companhia, conforme detalhado nas notas explicativas n° 6 e 9 as quais são parte integrante das demonstrações contábeis. **2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis em Liquidação: 2.1 Base de preparação e Apresentação das demonstrações contábeis - a) Declaração de conformidade -** As demonstrações contábeis apresentadas em bases de liquidação foram preparadas de acordo com o CPC para Entidades em liquidação e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira, nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e Resoluções emitidas pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade. As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. A emissão das Demonstrações Contábeis foi aprovada pela Administração em 28 de março de 2023. **b) Base de mensuração -** Considerando que foram preparadas no pressuposto da não continuidade das operações, quando aplicável, os ativos foram ajustados a seus valores recuperáveis, assim como, foram reconhecidos todos os passivos de obrigações contratuais gerados pelo encerramento das operações. **c) Moeda funcional e de apresentação -** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Real (R$), que é a moeda do principal ambiente econômico onde a Companhia opera ("moeda funcional"). **d) Uso de estimativas e julgamentos -** A elaboração das demonstrações contábeis em liquidação requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações trimestrais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos anualmente. Não houve alterações nas premissas e políticas contábeis em relação às informações anuais da Companhia em 31 de dezembro de 2021. **e) Coronavírus -** Em observância ao Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 02/2020, a Administração da Companhia ressalta que vem acompanhando as notícias sobre os impactos econômicos provindos da pandemia do Coronavírus (COVID-19). A Administração até o momento não identificou alterações no uso de julgamento ou alterações na elaboração de estimativas praticadas e divulgadas nas notas explicativas. **3 - Principais Políticas Contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas Demonstrações Contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados. **a) Apuração do resultado -** O resultado é apurado pelo regime de competência de exercício. **b) Instrumentos financeiros - *(i) Ativos financeiros não derivativos* -** A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***Caixa e equivalentes de caixa*** - Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de até 90 (noventa) dias a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. A Companhia possui classificado em caixa e equivalentes de caixa saldos em conta corrente bancária e aplicações financeiras, conforme Nota Explicativa nº 4. ***Passivos financeiros não derivativos* -** Os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos a valor justo por meio do resultado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **c) Tributos a recuperar -** São demonstrados pelos valores originais efetivamente recuperáveis no curso normal das operações, atualizados monetariamente de acordo com as regras legais, e representam créditos fiscais associados às retenções de tributos federais. **d) Depósitos judiciais -** Os depósitos judiciais são realizados para dar curso a discussões judiciais. Estão registrados ao custo histórico e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. São apresentados no ativo na expectativa de que ocorram desfecho favorável das questões para a Companhia. **e) Imposto de renda e contribuição social -** São calculados e registrados com base nas alíquotas e critérios fiscais vigentes na data de elaboração das informações contábeis. A Companhia adota o regime de apuração pelo lucro real, onde o imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10%, sobre a parcela do lucro que exceder a R$240 ano ou R$20 mês. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada com base na alíquota de 9%. **f) Demonstração dos Fluxos de Caixa -** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método direto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2).

4 - Caixa e Equivalentes de Caixa	2022	2021
Depósitos bancários	1	-
Aplicações financeiras(a)	5.422	5.072
Total	5.423	5.072

(a) As aplicações financeiras de curto prazo são constituídas de quotas de fundos de investimentos de renda fixa, mantidos em instituições de primeira linha, prontamente conversíveis em caixa. Em 2021, a remuneração média foi de 100,89% do CDI (101.97% em 2021). A seguir está apresentada a composição da carteira de aplicações financeiras:

			2022		2021	
Fundo	**Nível**	**Administrador**	**Quant. de Cotas**	**Valor**	**Quant. de Cotas**	**Valor**
Opportunity Top DI FIC FIRF	1	BNY Mellon	981.798,915	5.333	1.047.463,716	5.066
Itaú Top DI FIC FI Ref.	1	Banco Itaú	15.321,156	89	1.104	6
				5.422		5.072

5 - Partes Relacionadas: a) Remuneração do pessoal-chave da Administração - A Companhia não efetuou qualquer remuneração a diretores, administradores ou a pessoas-chave da Administração ou qualquer outra operação com parte relacionada durante o período de 1º janeiro a 31 de dezembro de 2022.

6 - Depósitos Judiciais	(i) Glosa de despesas	(ii) Compensação de IRPJ e CSLL	Total
Depósitos efetuados	13.372	1.206	14.578
Saldo em 31 de dezembro de 2022	13.372	1.206	14.578

(i) Depósito refere-se a auto de infração de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica ("IRPJ") e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), do ano calendário de 2006, em razão de glosa de despesa relativas à remuneração de debêntures, conforme nota explicativa 9.a. (ii) Depósito refere-se a auto de infração lavrado para a cobrança de débitos IRPJ e CSLL, em razão de compensação supostamente indevida de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa da CSLL, nos anos calendários de 2008 e 2009.

7 - Tributos a Recuperar	2022	2021
Imposto de renda	77	66
Contribuição social	5	12
Total	82	78

8 - Ativos Líquidos: a) Composição - Os ativos líquidos estão representados por 1.486.470.226 ações (26.470.226 em 2021), sendo 1.477.952.562 (17.952.562 em 2021) ações ordinárias e 8.517.664 ações preferenciais, todas sem valor nominal. As ações preferenciais não têm direito a voto e gozam de prioridade na distribuição de dividendos que são, no mínimo, 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias, conforme disposto no inciso I do artigo 17 da Lei nº 6.404/76, com redação dada pela Lei nº 10.303/01. A Assembleia Geral Extraordinária de 28 de dezembro de 2022, aprovou o aumento do capital social em R$ 14.600, com a emissão privada de 1.460.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **b) Destinação do lucro -** O estatuto assegura aos acionistas o pagamento de Dividendo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Não houve distribuição de dividendos devido à prejuízos acumulados. **9 - Contencioso:** A Companhia é parte em processos judiciais e utiliza-se de estimativas para avaliar a probabilidade de entrada e de saída de recursos com base em avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração e constitui provisões para as perdas consideradas possíveis e prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada. **Processos provisionados -** Os passivos decorrentes de litígios ou notificações das entidades fiscalizadoras são avaliados pela Administração da Companhia, com análise individual destes processos, tendo como base, a opinião dos seus advogados e consultores jurídicos. Os processos encontram-se na fase administrativa e na opinião de nossos assessores jurídicos as chances de perda são consideradas possíveis e são constituídas provisões para contingências na data base das demonstrações contábeis. a) A Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal em 8 de outubro de 2010 (Processo nº 11052.000825/2010-15). O auto de infração teve por objeto o IRPJ e a CSLL em razão da indedutibilidade das despesas contabilizadas no ano calendário de 2006, no valor histórico de R$10.454, a título de pagamento da remuneração das debêntures de emissão da Companhia mantidas em circulação entre janeiro de 1995 e abril de 2007. A autoridade administrativa sustentou a sua argumentação alegando, basicamente, que as referidas despesas financeiras não atenderiam aos critérios de necessidade, usualidade e normalidade de que trata o regulamento do imposto de renda, para fins de dedutibilidade de qualquer despesa. Em 27 de agosto de 2014 foi julgada improcedente a impugnação apresentada pela Companhia. Em sequência foi interposto o recurso voluntário, que aguarda julgamento. O valor do crédito tributário cobrado, atualizado até dezembro de 2022 era de R$13.372 (R$12.702 em 2021). A Companhia realizou depósito judicial conforme nota explicativa 6(i). b) A Companhia foi atuada pela secretaria da Receita Federal em 18 de agosto de 2011 (Processo nº 12448.731961/2011-51). O auto de infração lavrado para cobrança de débito de IRPJ e CSLL, em razão de compensação supostamente indevida de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da CSLL, nos anos calendários de 2008 e 2009. Em 02 de fevereiro de 2015 foi proferida decisão julgando parcialmente procedente a impugnação, reduzindo uma pequena parte da exigência de IRPJ. Em sequência foi interposto recurso voluntário, que aguarda julgamento. O valor do crédito tributário cobrado, atualizado até dezembro de 2022 era de R$1.206 (R$1.212 em 2020). A Companhia realizou depósito judicial conforme nota explicativa 6(ii). c) A Companhia teve ciência em 22 de dezembro de 2012 da decisão proferida pela Secretaria da Receita Federal da Homologação parcial e do não reconhecimento do pedido de restituição da declaração de compensação de crédito relativo a saldo negativo de IRPJ do ano calendário de 2003 com débitos próprios. Em 23 de janeiro de 2012 foi apresentado manifestação de conformidade e, em 10 de novembro de 2020 através do acórdão nº 03-83.649 que, por unanimidade dos votos, julgou procedente em parte a manifestação de inconformidade e reconheceu parcialmente o direito creditório pleiteado. Em 07 de dezembro de 2020 foi interposto o recurso voluntário, que aguarda julgamento. O valor do crédito tributário cobrado, atualizado até dezembro de 2022 era de R$1.792 (R$1.713 em 2021). d) A Companhia teve ciência em 18 de agosto de 2014 (Processo 12448.906768/2014-22) da decisão proferida pela Secretaria da Receita Federal da não Homologação do pedido de compensação de crédito relativo a saldo negativo de IRPJ ano calendário de 2009, para quitação dos débitos vincendos de CSLL, COFINS e PIS sob o argumento de inexistência do saldo negativo. Em 17 de setembro de 2014 foi apresentado manifestação de inconformidade. Em 09 de março de 2021 os autos foram remetidos para Delegacia da Receita Federal de Administração Tributária, que aguarda julgamento. O valor do crédito tributário cobrado, atualizado até dezembro de 2022 R$148 (R$141 em 2021).

10 - Despesas Administrativas	2022	2021
Consultoria e assessoria	24	28
Armazenagem	42	42
Auditoria externa	22	21
Publicações	21	31
Serviços jurídicos	62	8
Outras despesas	16	14
	187	144

11- Despesas Tributárias	2022	2021
Pis e Cofins	29	10
Taxas estaduais	1	3
	30	13

12 - Imposto de Renda e Contribuição Social	2022	2021
Variação dos ativos líquidos antes do IRPJ	(183)	(511)
Adições	583	575
Provisões tributárias	583	575
Exclusões	(8)	-
Atualização de créditos tributários	(8)	-
Lucro real antes da compensação do prejuízo fiscal	392	64
Compensação do prejuízo fiscal (30%)	(117)	(19)
Base de Cálculo	275	45
Imposto de renda e contribuição social	69	11

13 - Resultado Financeiro	2022	2021
Receitas financeiras:		
Rendimento de aplicação financeira	609	210
Atualização de tributos a recuperar	8	1
	617	211

14 - Objetivos e Políticas para Gestão de Risco Financeiro: Considerações gerais e políticas - A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não contrata operações envolvendo derivativos financeiros como proteção à exposição aos riscos de mercado, moedas e taxas de juros, conforme política da Administração. A Companhia analisou sua exposição a risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros e câmbio), risco de crédito e risco de liquidez, os quais são tempestivamente monitorados pela Administração. Estes riscos significativos de mercado que afetam a Companhia podem ser assim resumidos: ***Risco de mercado* -** Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos produzidos pela Empresa e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Empresa. Os resultados da Companhia não estão sujeitos a exposição, sensibilidade e variação dos preços de mercado por não está desenvolvendo nenhuma atividade operacional. ***Risco de taxa de juros e taxa de câmbio* -** Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré ou pós-fixadas. A Companhia não possui instrumentos financeiros em moeda estrangeira, não estando, portanto, sujeita aos impactos oriundos das variações das taxas de câmbio. ***Risco de crédito* -** As políticas de crédito da fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito). No que tange as instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de primeira linha, consideradas de baixo risco. ***Risco de liquidez* -** Representa o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. ***Análise da sensibilidade dos instrumentos financeiros* -** O CPC 40 (IFRS 7) estabelece que a entidade, deve divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada exercício, incluídas todas as operações com instrumento financeiro. A tabela a seguir demonstra a análise de sensibilidade preparada pela Administração da Companhia e o efeito das operações em aberto em 31 de dezembro de 2022:

Operação	Fator de risco	Cenário provável	Cenário I - deterioração de 25%	Cenário II - deterioração de 50%
Ativos				
Indexador	CDI	12,25%	9,19%	6,13%
Aplicações financeiras R$ 5.422 em 31/12/2022	-	664	498	332

15 - Cobertura de Seguros (não auditado): Não foi contratado nenhum tipo de seguro.

Liquidante - Norberto Aguiar Tomaz
Contador: Marcelo Seixas Cavalcanti de Albuquerque - CRC-RJ 087065/O-8

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da Parcom Participações S.A. – Em Liquidação - Rio de Janeiro - RJ - Opinião - Examinamos as demonstrações contábeis da Parcom Participações S.A. – Em Liquidação ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações dos ativos líquidos, da mutação dos ativos líquidos e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Parcom Participações S.A. – Em Liquidação em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional - *Demonstrações contábeis em liquidação* -** Conforme descrito na nota explicativa nº1 das demonstrações contábeis em liquidação, os acionistas decidiram de forma antecipada, em Assembleias Gerais Extraordinárias, realizadas em 27 de dezembro de 2012 e 20 de fevereiro de 2013, encerrar as operações da Companhia (em razão da falta de perspectiva de novos investimentos e da ineficiência da gestão do seu patrimônio de renda variável). Em 2013, foi realizada a entrega antecipada de parte dos ativos e passivos aos acionistas. A Companhia possui pendências jurídicas e administrativas que estão sendo concluídas e impedem a sua liquidação imediata e, a Administração entende que a dissolução efetiva deve aguardar a conclusão dessas demandas. Assim, a dissolução e liquidação da Companhia irá depender da conclusão de tais processos. Consequentemente, as demonstrações contábeis foram preparadas em base de liquidação e, portanto, a valorização dos ativos e passivos foi efetuada sob esta premissa, e a Companhia modificou a base contábil de continuidade ("*going concern*") para base de liquidação. Nossa opinião não está modificada em relação a este assunto. **Principais assuntos de auditoria -** Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado - Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA -** Conforme descrito na nota explicativa n°4, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui aplicações financeiras em cotas de fundos de investimento no montante de R$5.423 mil, que representa aproximadamente 27% do total do Ativo da Companhia. Essas cotas de fundos de investimentos são precificadas pelo administrador do fundo de acordo com a política de remuneração estabelecida no regulamento do fundo e registradas ao seu valor justo por meio do resultado. Consideramos a contabilização dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado como o principal assunto de auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria -** Realizamos o recálculo dos rendimentos auferidos sobre o respectivo ativo financeiro, bem como a verificação da existência dessas cotas pelo recebimento da confirmação independente junto à instituição financeira administradora do fundo de investimento. Também realizamos a leitura das divulgações da Companhia sobre o assunto, incluídas nas notas explicativas nº3(b) e nº 4. Com base na abordagem e nos procedimentos de auditoria executados, consideramos adequadas as premissas aplicadas no reconhecimento, mensuração e adequada divulgação do valor justo sobre as contas de fundos de investimento, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outros assuntos - *CPC LIQUIDAÇÃO* – *Entidades em liquidação* -** Em atendimento ao CPC Liquidação – Entidades em liquidação, aprovado em 05 de março de 2021, a companhia está apresentando as demonstrações contábeis elaboradas com bases distintas de reconhecimento e mensuração, aplicáveis exclusivamente para entidades em liquidação. ***Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior* -** As demonstrações contábeis da Parcom S.A. – Em Liquidação, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação, foram por nós auditadas, cujo relatório datado de 15 de março de 2022, foi emitido, sem opinião modificada. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores -** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis -** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações contábeis -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2023.

BKR - Lopes, Machado Auditores - CRC-RJ-2026/O-5
Independent Member of - BKR International

Mário Vieira Lopes
Contador - CRC-RJ - 060.611/O-0

Marcio Alves Gonçalves Marçal
Contador - CRC-RJ - 106.994/O-8

FORPART S.A. – EM LIQUIDAÇÃO

CNPJ/MF: 00.249.786/0001-85

Relatório do Liquidante - Em 31 de Dezembro de 2022 - Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de dezembro de 2012 foi deliberada a dissolução e início da liquidação da Companhia em razão da falta de perspectiva de novos investimentos e da ineficiência da gestão do seu patrimônio de renda variável. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de fevereiro de 2013 foi deliberado e aprovado o laudo de liquidação antecipada da Companhia, com proposta de entrega de bens, direitos e valores aos acionistas. A evolução dos principais fatos ocorridos neste exercício poderá ser examinada através das próprias demonstrações contábeis e notas explicativas. Sendo assim, submetemos à apreciação de V. Sas., as demonstrações contábeis acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Colocamo-nos à disposição de V. Sas. para quaisquer esclarecimentos adicionais. **Desempenho no Exercício -** A Companhia apresentou mutação negativa dos ativos líquidos no montante de R$ 47.706,34 oriundo de despesas inerentes à sua manutenção enquanto perdura ao processo de liquidação. **Divulgação de Informações Sobre Serviços Que Não Auditoria Independente -** Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, informamos que não há outros serviços prestados pelos auditores independentes da Forpart S.A. – Em liquidação, BKR – Lopes, Machado Auditores, senão os serviços de auditoria das demonstrações contábeis. Rio de Janeiro, 28 de março de 2023.

Demonstração dos Ativos Líquidos - Em 31/12/2022 e 2021 *(Em milhares reais)*

Ativo	Nota	2022	2021
Circulante:			
Caixa e equivalentes de caixa	4	100	45
Tributos a recuperar	5	1	4
		101	49
Ativos líquidos		101	49

Demonstração da Mutação dos Ativos Líquidos

Exercícios Findos em 31/12/2022 e 2021 *(Em milhares de reais)*

Gastos no exercício:	Nota	2022	2021
Despesas administrativas	8	(55)	(62)
Despesas tributárias		(2)	(3)
Resultado antes do resultado financeiro		(57)	(65)
Ganhos financeiros			
Receitas financeiras	9	9	3
Variação dos ativos líquidos		(48)	(62)

Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Direto)

Exercícios Findos em 31/12/2022 e 2021 *(Em milhares de reais)*

Rendimentos finaceiros	2022	2021
Aplicações financeiras	8	3
Recebimentos		
Integralização de capital	100	-
Restituição de tributos	4	-
Pagamentos		
Serviços de auditoria	(21)	(21)
Publicações societárias	(16)	(24)
Tributos	(2)	(3)
Serviços do sistema financeiro	(15)	(13)
Serviços jurídicos	(1)	(4)
Outros Gastos	(2)	-
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	55	(62)
Caixas e Equivalentes a Caixa no Início do Exercício	45	107
Caixas e Equivalentes a Caixa no Final do Exercício	100	45
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	55	(62)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração as Demonstrações Contábeis

Em 31/12/2021 e 2020 *(Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1 - Contexto Operacional: A Forpart S.A. – Em liquidação ("Companhia"), sociedade de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem por objetivo a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou cotista, a operação de serviço móvel celular, a prestação de outros serviços públicos de telecomunicações, a importação, exportação e comercialização de bens ou equipamentos relacionados aos serviços públicos de telecomunicações, a elaboração de projetos, execução, implementação, comercialização, operação, manutenção e faturamento de sistemas relacionados aos serviços públicos de telecomunicações. A Companhia propôs uma série de ações judiciais contra companhias de telefonia, objetivando o recebimento de indenização pelo descumprimento de Contratos de Participação Financeira em Investimentos do Serviço Telefônico que concediam aos seus titulares o direito ao recebimento de ações de emissão da então Telebrás ou de suas subsidiárias – posteriormente privatizadas. Tais contratos foram firmados originalmente pelos assinantes das linhas telefônicas e seus direitos transferidos à Companhia por instrumento em causa própria. As ações judiciais foram propostas no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina e Paraná em face das companhias de telefonia destes Estados. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de dezembro de 2012 foi deliberada a dissolução e início da liquidação da Companhia em razão da falta de perspectiva de novos investimentos e da ineficiência da gestão do seu patrimônio de renda variável. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de fevereiro de 2013 foi deliberado e aprovado o laudo de liquidação antecipada da Companhia, com a proposta de entrega de bens, direitos e valores aos acionistas, remanescendo na Companhia um saldo de caixa, cujo montante foi avaliado pelo Liquidante como sendo suficiente para dar seguimento ao processo de dissolução anteriormente aprovado. A Companhia possui pendências jurídicas e administrativas a serem concluídas impedindo a conclusão da sua liquidação. A Companhia não vem exercendo atividades operacionais e apresenta prejuízos recorrentes. Caso seja necessário obterá aportes de capital de seus acionistas para honrar seus compromissos de curto prazo. **2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis em Liquidação: 2.1 Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Contábeis - a) Declaração de conformidade -** As Demonstrações Contábeis apresentadas em bases de liquidação foram preparadas de acordo com o CPC de Entidades em liquidação e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira, nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e Resoluções emitidas pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade. As Demonstrações Contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pela Administração em 28 de março de 2023. **b) Base de mensuração -** Considerando que foram preparadas no pressuposto da não continuidade das operações, quando aplicável, os ativos foram ajustados a seus valores recuperáveis, assim como, foram reconhecidos todos os passivos de obrigações contratuais gerados pelo encerramento das operações. **c) Moeda funcional e de apresentação -** As Demonstrações Contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Real (R$), que é a moeda do principal ambiente econômico onde a Companhia opera ("moeda funcional"). **d) Uso de estimativas e julgamentos -** A elaboração das Demonstrações Contábeis em liquidação requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das informações anuais foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos anualmente. Não houve alterações nas premissas e políticas contábeis em relação às informações anuais da Companhia em 31 de dezembro de 2021. **e) Coronavírus (COVID 19) -** Em observância ao Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 02/2020, a Administração da Companhia ressalta que vem acompanhando as notícias sobre os impactos econômicos provindos da pandemia do Coronavírus (COVID-19). A Administração até o momento não identificou alterações no uso de julgamento ou alterações na elaboração de estimativas praticadas e divulgadas nas notas explicativas. **3 - Principais Práticas Contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas Demonstrações Contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados. **a) Apuração do resultado** - O resultado é apurado pelo regime de competência. **b) Instrumentos financeiros - *(i) Ativos financeiros não derivativos* -** A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***Caixa e equivalentes de caixa* -** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de até 90 dias a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. A Companhia possui classificado em caixa e equivalentes de caixa saldos em conta corrente bancária e aplicações financeiras, conforme nota explicativa nº 4. **c) Tributos a recuperar -** São demonstrados pelos valores originais efetivamente recuperáveis no curso normal das operações, atualizados monetariamente de acordo com as regras legais, e representam créditos fiscais associados às retenções de tributos federais. **d) Imposto de renda e contribuição social -** São calculados e registrados com base nas alíquotas e critérios fiscais vigentes na data de elaboração das informações contábeis. A Companhia adota o regime de apuração pelo lucro real, onde o imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10%, sobre a parcela do lucro que exceder a R$ 240 ano ou R$ 20 mês. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada com base na alíquota de 9%. A Companhia não apurou lucro tributável e, consequentemente, não obteve base de cálculo positiva para imposto de renda e contribuição social. **e) Demonstração dos Fluxos de Caixa -** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método direto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2).

4 - Caixa e Equivalentes de Caixa	2022	2021
Depósitos bancários	1	-
Aplicações financeiras (a)	99	45
Total	100	45

(a) As aplicações financeiras de curto prazo são constituídas de quotas de fundos de investimentos de renda fixa, mantidos em instituições de primeira linha, prontamente conversíveis em caixa. Em 2022, a remuneração média foi de 102,68% do CDI (105% em 2021). A seguir está apresentada a composição da carteira de aplicações financeiras:

			2022		2021	
Fundo	Nivel	Administrador	Quant. de Cotas	Valor	Quant. de Cotas	Valor
Itaú Top DI FICFI Ref.	1	Itaú	17.064,00843	99	8.720,21543	45

5 - Tributos a Recuperar	2022	2021
Imposto de renda	1	4
Total	1	4

6 - Partes Relacionadas: a) Remuneração do pessoal-chave da Administração - A Companhia não efetuou qualquer remuneração a diretores, administradores ou a pessoas chave da Administração ou qualquer outra operação com parte relacionada durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. **7 - Ativos líquidos:** Os ativos líquidos estão representados por 890.744.064 ações, sendo 854.933.621 ordinárias e 35.810.443 preferenciais, todas sem valor nominal. As ações preferenciais não têm direito a voto e gozam de prioridade na distribuição de dividendos que são, no mínimo, 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias, conforme disposto no inciso I do artigo 17 da Lei nº 6.404/76, com redação dada pela Lei nº 10.303/01. Em 31 de dezembro de 2022 havia 142.857.143 ações ordinárias a integralizar. A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social em até 150.000.000 ações mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão.

8 - Despesas Administrativas	2022	2021
Auditoria externa	22	21
Publicações	16	24
Serviços jurídicos	1	4
Serviços do sistema financeiro	15	12
Outras despesas	2	1
	56	62

9 - Receitas Financeiras	2022	2021
Rendimento de aplicação financeira	8	3
Atualização créditos tributários	1	-
	9	3

10 - Objetivos e Políticas para Gestão de Risco Financeiro: Considerações gerais e políticas - A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não contrata operações envolvendo derivativos financeiros como proteção à exposição aos riscos de mercado, moedas e taxas de juros, conforme política da Administração. A Companhia analisou sua exposição a risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros e câmbio), risco de crédito e risco de liquidez, os quais são tempestivamente monitorados pela Administração. Estes riscos significativos de mercado que afetam a Companhia podem ser assim resumidos: ***Risco de mercado* -** Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos produzidos pela Empresa e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Empresa. Os resultados da Companhia não estão sujeitos a exposição, sensibilidade e variação dos preços de mercado por não está desenvolvendo nenhuma atividade operacional. ***Risco de taxa de juros e taxa de câmbio* -** Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré ou pós-fixadas. A Companhia não possui instrumentos financeiros em moeda estrangeira, não estando, portanto, sujeita aos impactos oriundos das variações das taxas de câmbio. ***Risco de crédito* -** As políticas de crédito da fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito). No que tange as instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de primeira linha, consideradas de baixo risco. ***Risco de liquidez* -** Representa o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. ***Análise da sensibilidade dos instrumentos financeiros* -** O CPC 40 (IFRS 7) estabelece que a entidade, deve divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada exercício, incluídas todas as operações com instrumento financeiro. A tabela a seguir demonstra a análise de sensibilidade preparada pela Administração da Companhia e o efeito das operações em aberto em 31 de dezembro de 2022:

Operação	Fator de risco	Cenário provável	Cenário I - deterioração de 25%	Cenário II - deterioração de 50%
Ativos				
Indexador	CDI	12,25%	9,19%	6,13%
Aplicações financeiras				
R$ 99 em 31/12/2022	-	12	9	6

11 - Cobertura de Seguros (não auditado): Não foi contratado nenhum tipo de seguro.

Liquidante - Norberto Aguiar Tomaz

Contador: Marcelo Seixas Cavalcanti de Albuquerque - CRC-RJ 087065/O-8

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da Forpart S.A. – **Em Liquidação - Rio de Janeiro - RJ - Opinião -** Examinamos as demonstrações contábeis da Forpart S.A. – Em Liquidação ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações dos ativos líquidos, da mutação dos ativos líquidos e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Forpart S.A. – Em Liquidação em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional - *Demonstrações contábeis em liquidação* -** Conforme descrito na nota explicativa nº1 das demonstrações contábeis em liquidação, os acionistas decidiram de forma antecipada, em Assembleias Gerais Extraordinárias, realizadas em 27 de dezembro de 2012 e 20 de fevereiro de 2013, encerrar as operações da Companhia (em razão da falta de perspectiva de novos investimentos e da ineficiência da gestão do seu patrimônio de renda variável). Em 2013, foi realizada a entrega antecipada de parte dos ativos e passivos aos acionistas. A Companhia possui pendências jurídicas e administrativas que estão sendo concluídas e impedem a sua liquidação imediata e, a Administração entende que a dissolução efetiva deve aguardar a conclusão dessas demandas. Assim, a dissolução e liquidação da Companhia dependerá da conclusão de tais processos. Consequentemente, as demonstrações contábeis foram preparadas em base de liquidação e, portanto, a valorização dos ativos e passivos foi efetuada sob esta premissa, e a Companhia modificou a base contábil de continuidade ("*going concern*") para base de liquidação. A Companhia não vem exercendo na plenitude suas atividades operacionais e vêm apurando prejuízos de forma recorrente. Nossa opinião não está modificada em relação a este assunto. **Principais assuntos de auditoria -** Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado - Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA -** Conforme descrito na nota explicativa n°4, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui aplicações financeiras em cotas de fundos de investimento no montante de R$99 mil, que representa, aproximadamente, 98% do total do Ativo da Companhia. Essas cotas de fundos de investimentos são precificadas pelo administrador do fundo de acordo com a política de remuneração estabelecida no regulamento do fundo e registradas ao seu valor justo por meio do resultado. Consideramos a contabilização dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado como o principal assunto de auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria -** Realizamos o recálculo dos rendimentos auferidos sobre o respectivo ativo financeiro, bem como a verificação da existência dessas cotas pelo recebimento da confirmação independente junto à instituição financeira administradora do fundo de investimento. Também realizamos a leitura das divulgações da Companhia sobre o assunto, incluídas nas notas explicativas nº3(b) e nº 4. Com base na abordagem e nos procedimentos de auditoria executados, consideramos adequadas as premissas aplicadas no reconhecimento, mensuração e adequada divulgação do valor justo sobre as contas de fundos de investimento, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outros assuntos - *CPC LIQUIDAÇÃO – Entidades em liquidação* -** Em atendimento ao CPC Liquidação – Entidades em liquidação, aprovado em 05 de março de 2021, a companhia está apresentando as demonstrações contábeis elaboradas com bases distintas de reconhecimento e mensuração, aplicáveis exclusivamente para entidades em liquidação. ***Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior* -** As demonstrações contábeis da Forpart S.A. – Em Liquidação, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação, foram por nós auditadas, cujo relatório datado de 15 de março de 2022, foi emitido com parágrafo de incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional, sem opinião modificada. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores -** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis -** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações contábeis -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2023.

BKR - Lopes, Machado Auditores - CRC-RJ-2026/O-5
Independent Member of - BKR International

Mário Vieira Lopes
Contador - CRC-RJ - 060.611/O-0

Marcio Alves Gonçalves Marçal
Contador - CRC-RJ - 106.994/O-8

Diário do Acionista

As publicações legais de sua empresa com
o melhor preço em um jornal de qualidade

Tels.: (21)
3556-3030
96865-1628

publicidade@diariodoacionista.com.br